

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

MARCOS AURELIO SCHWEDE

**PARA ALÉM DO ACESSO À CIÊNCIA E À TECNOLOGIA, A COMPREENSÃO DA
REALIDADE NA SUA CONCRETUDE COMO UM ELEMENTO
PREPONDERANTE PARA A PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:
RELAÇÕES ENTRE KARL MARX E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA**

CURITIBA

2022

MARCOS AURELIO SCHWEDE

**PARA ALÉM DO ACESSO À CIÊNCIA E À TECNOLOGIA, A COMPREENSÃO DA
REALIDADE NA SUA CONCRETUDE COMO UM ELEMENTO
PREPONDERANTE PARA A PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:
RELAÇÕES ENTRE KARL MARX E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA**

**Beyond the access to science and technology, the comprehension of the reality as
a whole is a preponderant element in deep social transformation: links between
Karl Marx and the Historical-Critical Pedagogy**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia e Sociedade, da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná, como requisito
parcial para a obtenção do título de Doutor em
Tecnologia e Sociedade.

Área de Concentração: Tecnologia e Sociedade

Linha de pesquisa: Tecnologia e Trabalho

Orientação: Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho

CURITIBA

2022



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



MARCOS AURELIO SCHWEDE

**PARA ALÉM DO ACESSO À CIÊNCIA E À TECNOLOGIA, A COMPREENSÃO DA REALIDADE NA SUA
CONCRETUDE COMO UM ELEMENTO PREPONDERANTE PARA A PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL: RELAÇÕES ENTRE KARL MARX E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA**

Trabalho de pesquisa de doutorado apresentado como requisito para obtenção do título de Doutor Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 10 de Junho de 2022

Dr. Domingos Leite Lima Filho, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Dayani Cris De Aquino, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Dr. Geraldo Augusto Pinto, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Jose Derivaldo Gomes Dos Santos, Doutorado - Universidade Estadual do Ceará (Uece)

Dr. Osmar Lottermann, Doutorado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Ifrs)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 10/06/2022.

AGRADECIMENTOS

Toda produção humana, assim como a produção científica, uma pesquisa acadêmica é, também, uma produção social. Por esse motivo, agradeço a todos aqueles que participaram coletivamente da construção desta tese, viabilizando a sua realização, compartilhando as suas percepções, realizando observações, evidenciando erros e acertos.

Agradeço a todos os professores que atuaram na minha constituição como ser humano. Em especial, agradeço ao meu orientador, que, neste percurso de doutoramento e de produção desta tese, partilhou desta caminhada, demonstrando sempre o seu compromisso pleno com a minha formação, e também com uma sociedade profundamente transformada.

À minha família – companheira, filhos, irmãs, sobrinhos – meu sincero agradecimento pelo apoio fornecido e por compreenderem, de alguma forma, que, pela educação, nos constituímos e construímos uma realidade diversa. Aos meus pais, *in memoriam*, pelo compromisso inabalável com a vida e com a educação, o que sempre foi evidenciado desde a mais tenra idade.

Busca-se, com este trabalho, intervir em problemas fundamentais para a sociedade e para o atual tempo histórico.

Em decorrência da relevância em se investigar os limites e as possibilidades de o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos pelos trabalhadores ser algo preponderante para a profunda transformação social, identificou-se a pertinência de se fazer este estudo através da análise das obras de Karl Marx e também das obras produzidas no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica.

Além da relevância social e da pertinência em se realizar esta investigação nos dois eixos mencionados, a escolha destas bases teóricas como objetos de investigação também se deu a partir da admiração aos autores envolvidos. A admiração pela produção teórica da Pedagogia Histórico-crítica vem de longa data, em especial pelas obras de Dermeval Saviani. O mesmo pode-se afirmar em relação às obras de Karl Marx.

Isso não impediu que se buscasse, mediante análises e discussões, de forma respeitosa e fraterna, tensionar estas teorias, visando, assim, contribuir, dentro das possibilidades desta tese, para que a Pedagogia Histórico-crítica continue avançando nas contribuições que realiza à sociedade; ademais, valorizando-se as contribuições fundamentais desses autores e compartilhando do mesmo percurso histórico, busca-se somar esforços na construção de uma sociedade profundamente transformada.

(Marcos Aurelio Schwede)

RESUMO

Frente ao atual contexto histórico, que é a expressão da sociedade capitalista, investigou-se os limites e as possibilidades do acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos pelos trabalhadores ser algo preponderante para a profunda transformação social. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, em que foram analisadas, de forma conjunta, duas bases teóricas: a produção teórica de Karl Marx e a produção teórica elaborada no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica. Para a condução desta pesquisa, apropriou-se do referencial metodológico do materialismo histórico e dialético. A partir da verificação das produções teóricas consideradas mais relevantes, foram realizadas sucessivas análises da bibliografia selecionada; neste percurso, foram sendo definidas e estruturadas categorias de conteúdo, resultando em produções teóricas explicativas da realidade em sua complexidade. Na última etapa da investigação, realizou-se o percurso inverso, sendo realizadas diversas relações e interligações entre a própria estrutura teórica elaborada, e também entre esta e a realidade histórico-social. Como resultado, verifica-se que a ciência e a tecnologia representam possibilidades para a sociedade atual, e também podem existir materialidades e objetividades sociais inerentes a essas que são fundamentais para a humanidade. No entanto, a ciência e a tecnologia também são a expressão do atual tempo histórico, participando de forma imbricada do atendimento de interesses hegemônicos, do falseamento da realidade, da degradação do ser humano, e também da degradação do meio ambiente. A partir dessa imbricada relação, e também a partir de fundamentação teórica mais ampla sobre a constituição dos seres humanos em sociedade, delineou-se a tese de que o acesso dos trabalhadores à compreensão da realidade de forma concreta é elemento fundamental, preponderante, para a profunda transformação social. Buscar a compreensão da realidade de forma concreta implica atuar com outra epistemologia e com outra gnosiologia em relação à utilizada pela ciência a serviço do capital. Por sua vez, quando da análise da Pedagogia Histórico-crítica, verifica-se que, em determinados momentos, ocorre a defesa do acesso dos trabalhadores à compreensão da realidade de forma concreta e, em outros momentos, ocorre o distanciamento desta proposta, ou um aparente distanciamento, em decorrência da defesa do acesso aos conhecimentos científicos que estão a serviço do capital. São abordagens que se revelam como expressão de tensão, de uma relação social complexa, com que se defrontam aqueles que buscam uma sociedade transformada. Por sua vez, identifica-se que possivelmente a compreensão da realidade de forma concreta seja um anseio intrínseco às propostas de quem atua coletivamente na construção dessa pedagogia; todavia, se essa proposta não se torna um alicerce teórico e de intervenção na realidade prioritário, ou quando é diluída junto a outras defesas, acaba sendo preterida. Verifica-se que o atual tempo histórico requer uma atuação radical, na adequada acepção teórica do termo. Nesta direção, uma educação que contribua mais efetivamente para a profunda transformação social é aquela que possibilita aos indivíduos a compreensão da realidade na sua totalidade, a partir dos seus movimentos constituintes – realidade que é constituída historicamente por múltiplas relações, determinações, contradições, bem como por interesses de grupos hegemônicos que atuam no direcionamento da realidade. Da mesma forma, é fundamental a construção de necessidades

outras nos indivíduos, a exemplo da necessidade de se construir uma sociedade diversa, de se usufruir de uma vida livre, e de ser construída a necessidade à própria educação. Por fim, verifica-se imprescindível a construção de uma força política pela classe trabalhadora que se direcione para a sua auto-organização e autoformação, bem como que possa atuar de forma mais efetiva na construção de uma sociedade profundamente transformada.

Palavras-chave: Trabalho e Educação. Ciência. Tecnologia e Sociedade. Marx. Pedagogia Histórico-crítica. Compreensão da realidade de forma concreta. Revolução Social.

ABSTRACT

Considering the current historic moment which is the expression of the capitalist society, it was analyzed how access to scientific knowledge can be decisive to a profound social transformation. This is a bibliographic research in which two theories were studied in parallel, the theoretical production of Karl Marx and Historical-Critical Pedagogy theory. This research was conducted using historical and dialectical materialism methods. Starting from the most relevant theoretical productions, successive analyses of the selected content were made defining categories and structures in the process, resulting in theoretical explanations for the complex presented reality. In the last phase the process was reversed, making new connections inside the created structure itself, and also connecting it with the social historic reality. As a result, it was possible to understand that science and technology can have a deep meaning to society and also materialities and their inherent social objectivities could exist as fundamental parts of humanity. However science and technology are also an expression of the current historical period and thus intrinsically linked to hegemonic interests, reality falsehood, and human and environmental degradation. From that relationship and broad human society theory, a thesis was formulated that access to understanding the reality is fundamental and predominant to deep social transformation. Comprehending reality as a whole needs a different epistemology and gnoseology apart from the ones used when science serves capitalism. When analyzing Historical-Critical Pedagogy, it is possible to see that it promotes workers' access to the understanding of reality as a whole under some circumstances, but it also hinders and tries to deny it when scientific knowledge is working for capitalism. These two viewpoints are revealed as an expression of a complex social connection, to which those who are looking for social transformation are presented. For those who act on behalf of this pedagogy, it is possible to identify an aspiration to promote the comprehension of reality as a whole, which however, does not create a solid foundation when it is not a priority, or even when diluted alongside other proposals. In current history radical action is needed, considering the theoretical use of the word. Under these circumstances, an education aspiring a deep social transformation needs to enable the understanding of the reality as a whole by the subjects, and by their own constructivist movements – reality which is built on multiple historic relations, objectives and contradictions, and also by hegemonic interests that drive social reality. The construction of different needs is fundamental to a diverse society which can enjoy free life built by the needs of their own education. Finally, creating a workers' political body is essential to their own organization and own formation so that they can take action on building a deeply transformed society.

Keywords: Labor and Education. Science. Technology and Society. Marx. Historical-Critical Pedagogy. Concrete Reality Comprehension. Social Revolution.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 01: Aspectos relevantes para a compreensão da filosofia de Demócrito e a de Epicuro a partir dos estudos de Karl Marx..... | 69 |
|---|----|

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 O PERCURSO DA CONSTITUIÇÃO HUMANA: A CONSTITUIÇÃO DO SER HUMANO, EM ESPECIAL A PARTIR DO REFERENCIAL TEÓRICO DE KARL MARX | 34 |
| 2.1 Percorrendo a complexa relação de elementos que constituem o ser humano histórico e social..... | 35 |
| 2.2 A alienação do ser humano na sociedade capitalista..... | 69 |
| 2.3 A relação entre a liberdade, a essência humana e a compreensão da realidade na sua concretude..... | 90 |
| 3 A RELAÇÃO ENTRE A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA E A CONSTITUIÇÃO E A REPRODUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL CAPITALISTA COMPREENDIDAS A PARTIR DA PRODUÇÃO TEÓRICA DE KARL MARX – RELAÇÕES ENTRE A CONSTITUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS E A TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL | 125 |
| 3.1 Aspectos basilares para a compreensão do capitalismo, da ciência e da tecnologia | 125 |
| 3.2 A constituição e a contínua transformação do capitalismo ao longo do transcurso histórico: a ciência e a tecnologia como elementos necessários ao capital | 147 |
| 3.3 A ciência e a tecnologia como uma força social a serviço do capitalismo e como uma força social transformadora da realidade – limites e possibilidades | 163 |
| 3.4 Questões de síntese..... | 206 |
| 4. AS PROPOSIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E A COMPREENSÃO DA REALIDADE NA SUA CONCRETUDE: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA O REVOLUCIONAMENTO DA SOCIEDADE | 224 |
| 4.1 O processo de constituição da Pedagogia Histórico-Crítica e o manifesto de surgimento de uma nova pedagogia..... | 224 |
| 4.2 A filosofia e o conhecimento científico no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica | 262 |
| 4.3 Elementos de sustentação teórica da Pedagogia Histórico-crítica: análises e diálogos ... | 278 |
| 4.4 Proposições mais recentes da Pedagogia Histórico-crítica – aproximações e distanciamentos da proposta de compreensão da realidade na sua concretude..... | 296 |

| | |
|---|------------|
| 4.5 A arte, a catarse e o estudo dos clássicos: diálogo com autores da Pedagogia Histórico-crítica a partir do que se percebe como sendo desafios nucleares desta pedagogia | 303 |
| 4.6 Análises e reflexões sobre o percurso de investigação | 322 |
| 4.7 A Pedagogia Histórico-crítica e a sua atuação política e de formação de uma nova ideologia | 332 |
| 5 SÍNTESE DE RESULTADOS – REALIZANDO O PERCURSO INVERSO E INTERLIGANDO ELEMENTOS TEÓRICOS E DA REALIDADE | 362 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 400 |
| REFERÊNCIAS | 404 |

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto social em que o anticientificismo tem sido propagado em diversos países, e em especial na realidade brasileira, aliado a atuações negacionistas e também à disseminação de concepções retrógradas de vida em sociedade, bem como em que a degradação humana e a destruição do meio ambiente estão cada vez maiores, verifica-se, por um lado, ser imprescindível abordar socialmente a ciência e a tecnologia, por serem conquistas históricas da humanidade, todavia, por outro lado, também emerge uma contradição fundamental quando se estuda a sociedade atual e a ciência e a tecnologia utilizadas por essa sociedade.

Contradição porque, se por um lado é imprescindível a materialidade ou a objetividade social, que pode estar contida na ciência e na tecnologia, para se viver a vida humana e também para a construção de uma sociedade de possibilidades, por outro lado a ciência e a tecnologia produzida e utilizada na sociedade capitalista, e também a partir da forma como são acessadas ou não, se mostram como elementos de reprodução dessa mesma sociedade e, inclusive, muitas vezes atuam como formas de ocultação ou de falseamento da própria realidade, com todas as consequências daí inerentes.

Frente a esse contexto, defende-se a tese de que, para além do acesso à ciência e à tecnologia produzida no atual tempo histórico, é fundamental à classe trabalhadora o acesso à compreensão da realidade de forma concreta, ou em um maior nível de concretude, como um elemento fundamental para a profunda transformação social, para o revolucionamento da sociedade atual.

Esta proposição está imediatamente relacionada com a realidade escolar, por ser a escola um dos espaços privilegiados para o acesso ao conhecimento e para a compreensão da realidade, todavia não se limita a esse espaço, podendo estar significativamente relacionada aos partidos políticos, aos sindicatos, aos movimentos sociais e também à busca que o próprio ser humano faz da compreensão da realidade.

Marx (2008b), na *Introdução à contribuição à crítica da Economia Política*, concebe a compreensão da realidade de forma concreta, ou na sua concretude, como a compreensão da realidade na totalidade e na complexidade que a constitui, que deve ser aprendida a partir dos movimentos da realidade que se realizam historicamente, buscando-se a apropriação das múltiplas relações, determinações, contradições, e também dos interesses dos grupos constituintes dessa realidade e que a direcionam. A partir desta epistemologia,

defronta-se com a totalidade constituinte da realidade, obtendo-se a apreensão da unidade do diverso; portanto, a partir das suas múltiplas conexões constitutivas, apreende-se a realidade como ela é, concretamente, para isso expressando-a teoricamente¹. Esta forma de compreensão da realidade, de conhecimento, logo, também de ciência, implica na utilização de outra epistemologia, bem como resulta em outra gnosiologia, frente aos conhecimentos obtidos pela ciência hegemônica na sociedade capitalista².

Os componentes da classe trabalhadora, ao apreenderem a realidade em toda a sua expressão e complexidade, na forma como aqui se propõe, resulta na obtenção de maior capacidade de intervenção na realidade, e também em uma atuação individual e coletiva que se direcionada a ultrapassar a própria sociedade posta, em decorrência da apreensão das contradições e da degradação humana inerente a essa sociedade. Ademais, pode implicar no surgimento de necessidades transformadas nos indivíduos que compõem essa classe social.

A ciência, a tecnologia e a constituição humana

Visando contextualizar a discussão realizada nesta tese, considera-se fundamental iniciar este percurso buscando expressar o que é a ciência e o que é a tecnologia.

A etimologia da palavra ciência está relacionada à palavra *scientia* em latim, que significa conhecimento. Para além do caráter etimológico desta palavra, a produção da ciência pode ser compreendida como a atividade humana que se propõe a compreender a realidade ou os elementos que a compõem, em especial compreender o que não é aparente para o ser humano, não sendo captado de forma sensível. Através da ciência, o ser humano busca compreender como a realidade é constituída, ou como se constitui, portanto, busca explicar os porquês da realidade. Mirian Limoeiro Cardoso destaca que a ciência sempre se refere à ordem do teórico, e não do real, mesmo sendo obrigatoriamente a materialidade, o real, o seu objeto (CARDOSO, 1971); caso contrário, se a realidade fosse obtida através da percepção sensível, de forma imediata pelo ser humano, não haveria a necessidade de existir a ciência.

¹ Nesta tese, considerou-se como sinônimas as expressões “compreensão da realidade de forma concreta” e “compreensão da realidade na sua concretude”.

² A epistemologia pode ser compreendida como a teoria do conhecimento científico; já a gnosiologia complementa o significado social contido no conceito anterior, ao referir-se à validade e aos fundamentos do conhecimento.

Da mesma maneira, Marx aborda esta questão no livro III de *O Capital*, ao mencionar que “[...] toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2017, p. 880).

Cabe destacar também que a ciência sempre está em relação com os seres humanos, seja por partir dos seres humanos, por ser uma atividade humana, seja pelo fato de a realidade apreendida cientificamente só existir para os seres humanos na relação com esses – sem os seres humanos não existiria a apreensão da realidade, por mais que a realidade possa continuar existindo sem a existência dos seres humanos. Portanto, a realidade apreendida cientificamente – para e pelos seres humanos – só existe a partir da leitura que esses fazem da realidade. A ciência nunca é uma relação de via única, nunca é uma realidade dada pronta pela natureza. É uma atividade e um produto do ser humano, realizada historicamente. Pode ter respaldo, evidentemente, na realidade material, porém sempre é uma abstração, uma leitura do pensamento sobre o real, ou, mais especificamente, uma forma de apreensão do real.

Em relação à tecnologia, partindo da elaboração teórica realizada por Alvaro Vieira Pinto, pode-se compreendê-la de duas formas em especial: como o conjunto das técnicas existentes em determinada sociedade e em determinada época histórica, e também, em outra acepção, como a epistemologia da técnica, o campo de estudo das técnicas, a ciência da técnica, ou seja, como o estudo e também como a área específica que se volta à investigação das técnicas e dos seus usos em sociedade (PINTO, 2005).

A partir da contextualização destes elementos, também se faz pertinente a compreensão do significado da técnica. A partir da análise de Alvaro Vieira Pinto como referência teórica, conforme aqui se sistematizou, a técnica pode ser compreendida como a maneira encontrada/utilizada pelo ser humano histórico-social, e também por esse escolhida, para a produção dos elementos da vida humana, produção essa realizada fundamentalmente a partir da compreensão e da utilização dos elementos materiais disponíveis na natureza, com suas características e legalidades. É preciso evidenciar que a técnica é algo específico do ser humano, tendo em vista que, no seu estrito significado, somente esse a utiliza, concebendo-a mentalmente, definindo previamente finalidades e a implementando/utilizando socialmente. Nesta relação, além de compor a produção humana, logo, também a realidade humana, a técnica é elemento fundamental para a produção e autoprodução do próprio ser humano histórico-social (PINTO, 2005).

A técnica acompanha o ser humano desde os primórdios da constituição humana, passando a existir desde o momento em que o ser humano passa a conceber mentalmente as

suas atividades e começa a se distanciar da sua atuação apenas biológica, guiado pela determinação genética que o constitui. Portanto, verifica-se de imediato que, ao longo da trajetória histórica da humanidade, a técnica vai sendo transformada, bem como, a partir de determinada perspectiva, também vai sendo aperfeiçoada.

A partir de determinado momento histórico, cada vez mais a ciência passa a compor a elaboração das técnicas concebidas e utilizadas pelo ser humano em sociedade. Nesta perspectiva, ocorre um salto qualitativo na atuação do ser humano, porque, de um entendimento mais imediato, sensível, dos elementos materiais presentes na natureza e as suas legalidades – em grande medida um conhecimento apreendido pela experiência das possibilidades de vida –, com a ciência o ser humano passa a compreender cada vez mais os porquês da realidade e as suas possibilidades de uso produtivo e para a vida em sociedade.

A ciência e a tecnologia podem ser consideradas estruturantes do processo de constituição da realidade humana, tendo em vista fazerem parte do arcabouço que compõe toda a produção da vida humana. A associação das técnicas com a elaboração teórica sobre elas mesmas e sobre os elementos que compõem a realidade, de forma que essa última seja compreendida como conhecimentos científicos em uso, é um processo cumulativo e de longa duração, sendo difícil precisar temporalmente um antes e um depois do conhecimento científico. Todavia, sabe-se com clareza que, desde os primórdios da realidade humana, o ser humano intervém na realidade e na transformação da natureza, ainda que sem a compreensão mais ampla do porquê das transformações, sem uma compreensão mais específica dos elementos envolvidos em cada atividade humana e a forma como esses elementos se comportam; tratava-se, portanto, de uma intervenção bem mais limitada, em comparação ao momento em que se passou a dispor dos conhecimentos científicos, utilizados em relação direta com as técnicas.

A partir do momento em que a ciência e a tecnologia passam a compor as forças produtivas – sendo essas de caráter mais amplo e também colocadas em movimento de forma coletiva –, tornando-se a própria ciência e a tecnologia forças produtivas, e também forças sociais, a transformação da realidade é acelerada; descobertas contínuas passam a ocorrer, sendo incorporadas na vida em sociedade e, por sua vez, passam a transformar também as necessidades dos seres humanos. Desta forma, alteram-se os lastros da vida humana, logo, as formas de viver a vida humana, e, nesta relação, os seres humanos também vão sendo transformados.

De um ser vivo dotado apenas de forças e capacidades recebidas biologicamente, a espécie humana – termo utilizado para designar o caráter biológico do ser humano – vai

transformando o seu ser em ser humano, assim se constituindo de forma histórica e social. Ao longo da história, ocorre um progressivo afastamento de suas barreiras naturais, ocorrendo, dessa forma, o processo de humanização do ser humano, isto é, a passagem do ser meramente orgânico, biológico, para o ser que se constitui socialmente. O ser humano, de forma histórica, gradativa e cumulativamente, vai se constituindo, transformando a natureza e se transformando ao mesmo tempo.

Todo o arcabouço material, teórico e cultural passa a compor, passa a ser constituinte do ser humano, o ser humano em geral, não um único indivíduo. Essa constituição humana, esse ser humano em geral, como designou-se, pode ser adequadamente caracterizado pela expressão “gênero humano”. Conforme será analisado ao longo deste texto, um gênero humano que é produtor das riquezas da humanidade e, ao mesmo tempo, da degradação do ser humano, e por sua vez, que também se constitui a partir dessa imbricada relação.

Apesar de a ciência e da tecnologia participarem de forma inteiramente relacionada da constituição humana, também é preciso trazer à discussão que a ciência e a tecnologia não se caracterizam apenas por aspectos positivos para o ser humano no atual tempo histórico, justamente por estarem imediatamente ligadas ao ser humano, sendo, portanto, também expressão das contradições, das disputas, dos interesses divergentes, logo, por serem expressão de determinada época histórica e de determinada sociedade. Evidentemente, cabe destacar que também pode haver determinada materialidade e objetividade social nos conhecimentos considerados científicos, que conferem a esses um caráter duradouro, trazendo benefícios fundamentais para a humanidade, que vão além de um período histórico específico – são conhecimentos que acompanham a possibilidade de supressão de uma sociedade.

Verifica-se que, pela ciência e a tecnologia serem componentes de uma realidade histórica, com todas as contradições envolvidas, e também ao serem fruto da produção humana, que decorre de um determinado olhar para a realidade, do atendimento de determinados interesses, ambas acompanham em muito os meandros do fazer e da reprodução de determinada sociedade e período histórico. A ciência e a tecnologia agrícola, por exemplo, de caráter hegemônico na sociedade capitalista, visam sobretudo abstrair toda a planta/espécie cultivada, de interesse econômico, da sua relação com a natureza, buscando em grande medida esterilizar toda essa relação; imediatamente relacionado, verifica-se a plantação de monoculturas e a destruição massiva de florestas e do meio ambiente de maneira geral, bem como a dependência produtiva ou o uso intencional dos adubos químicos, dos agrotóxicos, das espécies modificadas geneticamente, dentre outros exemplos que poderiam ser

evidenciados e que caracterizam, de forma nítida, todo o caráter histórico e de atendimento de interesses hegemônicos contido nesse conhecimento científico e tecnológico.

Da mesma forma, muito do que é denominado de ciência na sociedade atual, ao ser estruturado em determinada epistemologia, pode ser usado especificamente para o atendimento de determinados interesses e, inclusive, para falsear a realidade, aspectos que podem ser vistos na produção de conhecimentos que visam atender interesses hegemônicos e que se propõe explicar, por exemplo, a própria realidade social em curso, ou, então, que se voltam para áreas mais específicas da realidade, como a economia, a educação, a administração das organizações, dentre outras.

Ao se avançar nesta discussão, verifica-se que: por ser uma produção de conhecimento em certa medida produzida pelo capital e para o capital; pela produção do conhecimento estar lastreada em uma epistemologia que visa abstrair determinado fragmento da realidade da complexidade que o constitui, ou que com ele se relaciona; ou mesmo determinada ciência, ao poder estar carregada de ideologias pró-capital, que podem deformar ou mesmo falsear a materialidade e a objetividade social; quando essa produção humana, esse conhecimento, é acessado através dos sistemas educacionais, na forma como são transmitidos e com a finalidade que devem atender preponderantemente na sociedade atual, resultam em uma atuação educacional com reduzida capacidade de transformação dos indivíduos, logo, também de transformação da sociedade. A título de exemplo, verifica-se que um grande número de pessoas que tiveram acesso a uma formação ampla, em espaços educacionais considerados de qualidade no âmbito da sociedade atual, e que inclusive trabalham em áreas permeadas por conhecimentos científicos, de forma diversa, possuem compreensões completamente equivocadas sobre a realidade social, sobre a forma como essa realidade se constitui, sobre as relações econômicas, sobre o sistema social que estrutura a realidade no atual momento histórico, dentre inúmeras outras questões fundamentais para a vida em sociedade, e que são compreendidas equivocadamente frente à realidade como ela se constitui. Obviamente que se está fazendo uma hipostasiação da realidade, deixando de abordar os múltiplos elementos constitutivos dos indivíduos, todavia, ainda assim, verifica-se como um exemplo relevante para a análise de qual a capacidade de essa educação constituir seres humanos outros, transformados e que atuem para a transformação da realidade social.

A sociedade capitalista como o contexto de análise e de discussão da ciência e da tecnologia e também da transformação social

Ao se analisar e discutir a quais conhecimentos a sociedade tem acesso, em especial a classe trabalhadora, bem como ao fazer parte deste estudo a temática da educação escolar, realizada de forma privada ou ofertada diretamente pela estrutura do Estado – em ambas as situações reguladas em parte por esse último – é fundamental observar que se trata de discussão que se realiza no âmbito de uma sociedade capitalista, com os seus objetivos e contradições sociais que se mostram candentes em relação ao que é proposto para os indivíduos, e também ao que é proposto como sociedade a ser constituída.

Obviamente que se trata de uma sociedade em constante disputa, de projetos de sociedade em disputa. Os propósitos do capitalismo e as suas consequências, bastante nefastas para uma parcela significativa da sociedade, são combatidos em maior ou menor medida também por parcela significativa dos indivíduos que compõem a classe trabalhadora. Todavia, não se pode deixar de reconhecer uma situação de hegemonia do capital e dos seus representantes no atual contexto, seja por ter o domínio do aparato produtivo e econômico, seja por dominar, na sua quase totalidade, a estrutura política institucionalizada e de condução do aparato do Estado. A partir destes aspectos, dentre outros, o capital possui também uma ampla capacidade de formação da superestrutura na sociedade – das consciências coletivas³.

Um aspecto basilar da sociedade capitalista é que para haver riqueza é necessário haver pobreza, um elemento é pressuposto para o outro. Só existe acumulação de valores sobre o trabalho alheio, sendo a acumulação da mais-valia decorrente do trabalho não pago aos trabalhadores. Quando da ocorrência das crises do capitalismo, que são inerentes a esse modelo de produção e de acumulação, essas crises são amplamente “socializadas”, ou, mais adequadamente, são transferidas integralmente para a classe trabalhadora.

O capitalismo tem sido um dos eixos centrais das críticas desenvolvidas por pesquisadores ligados à concepção teórica do materialismo histórico e dialético, tendo em vista ser uma forma de sociedade que reproduz uma realidade de desigualdades, de subjugação do ser humano pelo ser humano e de geração de pobreza para muitos e de riqueza para uma ínfima parcela da sociedade; da mesma forma, constitui os indivíduos conformando-

³ Verifica-se que muitos projetos políticos alternativos existentes no país, que se designam de esquerda, deixaram de buscar uma profunda transformação social como um objetivo político, optando, por exemplo, por buscar um projeto político de conciliação de classes e uma mínima atenuação das mazelas sociais. Esse direcionamento contribuiu para que, na primeira oportunidade que o capital teve, em período recente, sufocasse, expurgasse o mínimo de atenuação das desigualdades sociais obtido pelas classes sociais mais pobres no país.

os a essa realidade, indivíduos restritos, ou, conforme designado nesta tese, indivíduos constituídos a partir de uma humanização apenas permitida.

Todavia, pode-se considerar que esta análise não deve se limitar apenas ao capitalismo em si. Marx, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, demonstra que a propriedade privada é decorrente, primeiramente, da separação do trabalhador em relação ao seu trabalho, é resultante da alienação do trabalhador e, posteriormente, torna-se um processo recíproco. Portanto, um trabalho que não é próprio ao trabalhador, que não lhe pertence, que não lhe é afeto, mas sim que o subjuga, um trabalho em que o trabalhador está alienado, é o que gera, é o que produz, primeiramente, a propriedade privada.

Outro aspecto relevante a ser observado, em uma perspectiva histórica de longo prazo, é que a opressão do ser humano pelo ser humano não é inerente apenas à realidade capitalista. A sociedade organizada em castas, na Índia, por exemplo, se constituiu historicamente a partir de uma ampla hierarquia social, em que uma parte relevante dos indivíduos deveria permanecer em uma situação de total exclusão social, apesar de comporem a estrutura produtiva e da manutenção da vida em sociedade. Este exemplo mostra um processo de subjugação do ser humano pelo ser humano e a formação de uma estrutura de classes sociais que surgiu, inicialmente, não pelas relações capitalistas de produção e de conformação da vida nessa sociedade, mas por um processo altamente ideológico, naturalizante, e que foi perpetuado ao longo de gerações por uma espécie de hereditariedade social, que define o local de cada indivíduo na sociedade, os seus vínculos e as suas possibilidades. Portanto, trata-se de outra forma de vida, de produção humana, de relações sociais, que é também altamente opressora, conformadora dos indivíduos.

A conformação dos indivíduos à realidade social capitalista, assim como a desigualdade nessa sociedade, também é reproduzida e se mantém, em grande medida, por fatores ideológicos de compreensão da realidade, todavia é um processo que ocorre por complexas mediações e que se mantém oculto por pseudolegitimadores da realidade atualmente utilizados, a exemplo da concepção de democracia, de igualdade e de liberdade, aspectos que efetivamente não são vividos pelos indivíduos, sendo utilizados apenas como uma forma de falseamento da realidade e de conformação social.

A partir desta perspectiva de análise, ao verificar-se que a subjugação do ser humano pelo ser humano não ocorre de forma exclusiva na sociedade capitalista – apesar da sua forte presença nessa sociedade –, bem como ao se identificar a alienação como um elemento formador da propriedade privada, logo, do capitalismo, pode-se inferir que, inicialmente, a sociedade capitalista se apresenta como um meio de efetivar a desigualdade e a subjugação do

ser humano pelo ser humano, utilizando-se tanto de uma sociedade que se transformava, assim como a sua transformação ocorreu em parte com essa finalidade. Posteriormente, esse processo se torna recíproco, ou seja, a desigualdade e a subjugação passam a ser resultantes também da própria sociedade em curso. Mesmo, inicialmente, sendo um meio de implementar uma realidade de desigualdades e de subjugação, de forma socialmente transformada, trata-se de um meio que se confirma e se reproduz materialmente/objetivamente.

Ao se compreender a sociedade capitalista desta forma, tem-se uma mudança significativa de compreensão da realidade, tirando o foco apenas, essencialmente, da forma em si de organização/concepção da sociedade como a questão a ser combatida, e evidenciando-se com a adequada relevância a necessidade de se observar os indivíduos e a intencionalidade desses. Evidencia-se que a constituição da sociedade e a formação das suas bases materiais, que visam reproduzir determinada realidade social, estão diretamente relacionadas a uma complexa relação de valores que permeiam e conduzem a vida em sociedade, bem como a determinada genericidade humana constituinte da relação do ser humano com o ser humano, elementos que participam de determinada transformação ou reprodução da realidade de forma dialética.

Este eixo de discussão mostra-se relevante, no sentido de se realizar a análise histórica de como os interesses dos indivíduos e de determinadas classes sociais influenciaram na constituição da sociedade capitalista⁴. Essa análise histórica traz importantes elementos de reflexão e também de direcionamento justamente ao se buscar construir o devir histórico, passando a se destacar a importância da transformação dos indivíduos na busca por uma sociedade profundamente transformada, ou seja, para que não se aborde apenas a sociedade em si como o elemento a ser transformado – inclusive, como uma abstração do que é a sociedade capitalista –, deixando-se de compreender os indivíduos como parte fundamental da sociedade; para contribuir na definição da sociedade que se deseja, nos aspectos que a compõem; ademais, considera-se como um eixo de análise de bastante relevância porque se pode alcançar determinado processo de transformação da sociedade atual, porém isso não significa que a realidade seja alterada substantivamente, bem como pode não ser priorizada a transformação dos indivíduos e a vida desses em sociedade, impossibilitando que vivam

⁴ Pela proximidade com esta discussão, sugere-se a leitura do capítulo 24 do livro I de *O capital*, com o título *A assim chamada acumulação primitiva*, em que Marx apresenta muitos elementos de como se iniciou o capitalismo e os aspectos que foram relevantes nesse processo (MARX, 2013a).

efetivamente a sua autodeterminação, de forma individual e coletiva, e a sua autoprodução enquanto indivíduos históricos e sociais⁵.

A partir destes elementos de discussão, verifica-se como imprescindível o olhar para a história, assim como a compreensão da constituição humana também como uma forma de obtenção de subsídios para se conceber e para se buscar uma sociedade profundamente transformada, revolucionada.

A educação como reprodutora do capitalismo ou partícipe da sua transformação

Após serem elencados importantes elementos sobre a sociedade capitalista, cabe destacar que, no âmbito da educação, os defensores do capitalismo e também, muitas vezes, os indivíduos que estão absorvidos a essa realidade, buscam implementar uma estrutura e uma oferta educacional moldada e estritamente necessária à reprodução da realidade social posta. Portanto, essa sociedade capitalista, aqui denominada de forma abstrata, não tem o interesse de realizar uma intervenção na realidade com a finalidade de transformá-la. No âmbito da educação, não tem o interesse de ofertar uma educação que contribua para a eliminação da pobreza, da desigualdade social, da alienação do ser humano e da subjugação do ser humano pelo ser humano. Trata-se de algo que se apresenta de forma candente, tendo em vista que esses são elementos estruturantes da própria sociedade capitalista, todavia é algo que se identifica somente a partir da compreensão da realidade na sua concretude, não sendo observado de forma sensível, sendo que a sociedade, no atual tempo histórico, torna-se cada vez mais complexa, se estruturando por meio de uma diversidade muito grande de mediações, e também por inúmeros elementos formadores das consciências coletivas, que desviam a compreensão da realidade da sua verdadeira forma.

Verifica-se, no âmbito da educação escolar, a existência de uma extensa arquitetura educacional que visa atender, de forma amplamente desigual, as diferentes classes sociais e as subdivisões que compõe cada classe social, bem como visa atender, com ofertas educacionais

⁵ Ted Grant demonstra, no texto *Programa da Internacional*, inúmeros casos de degeneração dos movimentos revolucionários ao longo do século XX, as inúmeras leituras equivocadas e os desafios dos indivíduos e de suas organizações em buscar uma sociedade verdadeiramente transformada. O autor também discute, por exemplo, os processos revolucionários que ocorreram na Rússia, na China, na Argélia, em Cuba e na Iugoslávia, dentre outras questões relacionadas (GRANT, 1970).

desiguais, os indivíduos distribuídos na ampla divisão social do trabalho – e que compõem as diferentes classes sociais e as suas subdivisões. Nesse contexto, verifica-se que apenas uma pequena parcela da sociedade tem acesso a uma educação que pode ser considerada mais consistente pelos padrões da sociedade posta, lastreada em conhecimentos científicos e tecnológicos, realizada geralmente em cursos de maior duração e em instituições com melhor estrutura educacional. No outro extremo social, uma parcela significativa da sociedade tem acesso apenas a uma educação básica bastante restrita, que se limita, em linhas gerais, a transmitir os rudimentos da leitura e da escrita, para, na sequência, esse grupo social ser direcionado – pela realidade social posta e que é assim construída – para realidades de trabalho bastante precarizadas. Esses trabalhadores recebem alguma orientação em relação ao trabalho que realizam diretamente nos locais de trabalho, ou então em cursos de curta duração de caráter bastante pontual – trata-se, inclusive, muitas vezes, de cursos bastante precarizados. Entre esses dois extremos e incluindo-os, verifica-se o que se pode designar como a composição de uma verdadeira arquitetura educacional, com diferentes níveis de qualidade da educação, tempos de duração e estruturas educativas diversas, tendo também como consequência possibilidades educacionais muito desiguais (SCHWEDE, 2015).

Nessa mesma direção, uma série de teorias educacionais, que poder-se-ia designar de alinhadas à sociedade posta, ou que não divergem significativamente dessa sociedade, reivindicam que o trabalhador deva estar preparado para executar tarefas específicas que são demandadas pela sociedade capitalista no atual contexto histórico. Em suma, o foco educativo dessas teorias direciona-se a possibilitar apenas uma humanização permitida nos marcos contraditórios do capitalismo, e a direcionar socialmente o indivíduo a ser um trabalhador específico na engrenagem que compõe a extensa divisão social do trabalho, e também a compor as classes sociais existentes na sociedade e as suas subdivisões⁶.

Dentre as teorias que buscam legitimar essas propostas pedagógicas, poder-se-ia citar o construtivismo, a pedagogia das competências, a pedagogia do professor reflexivo, a pedagogia dos projetos e a pedagogia multiculturalista. Uma proposição que caracteriza essas pedagogias de maneira abrangente é o “aprender a aprender” (DUARTE, 2010, 2011). Trata-se de preparar os indivíduos à flexibilidade, à imprevisibilidade, à necessidade de se adaptar constantemente, a ter inúmeros fazeres ao longo da vida, estando aptos, portanto, a

⁶ Fazer parte desta “engrenagem” societária, no contexto atual, tem um forte caráter de individualismo para o trabalhador em potencial, tendo em vista que não significa que o indivíduo terá acesso a um trabalho, mesmo que precarizado – não significa, portanto, que cada indivíduo terá um lugar na sociedade; a própria exclusão social é uma perspectiva relevante.

sobreviverem em uma economia imprevisível, e também a se adaptarem a postos de trabalho que passam por constantes mudanças nos seus arranjos produtivos. Nessa direção, essas pedagogias passam a dar bastante ênfase aos aspectos comportamentais e psíquicos dos trabalhadores, visando moldá-los na direção aqui apresentada.

Verifica-se que os cursos de curta duração, de caráter bastante específico, passam a ter significativa aproximação com o que propõem essas pedagogias, visando preparar pontualmente o trabalhador para ocupações altamente voláteis. Porém, essa aproximação não se vincula apenas aos cursos de curta duração, sendo propostas direcionadas a toda a arquitetura educacional mencionada anteriormente, sendo que a capacidade de adaptabilidade frente a uma realidade imprevisível deve alcançar a todos os trabalhadores, tendo em vista que a individualidade, no sentido de transferir a responsabilidade ao indivíduo, é um preceito fundamental em uma realidade capitalista que passa por constantes crises.

Cabe observar ainda que, se por um lado essas teorias pedagógicas aparentam reivindicar uma maior autonomia aos trabalhadores, verifica-se, no entanto, tratar-se de uma autonomia dentro da estrita lógica social posta, uma autonomia restrita à humanização que é permitida/direcionada a cada componente da sociedade e ao seu lugar social – ou à sua exclusão social, sendo que se está em um contexto sócio-histórico de drástica redução dos espaços de trabalho disponíveis.

Após a exposição deste conjunto de propostas pedagógicas alinhadas, ou muito próximas aos interesses do capital, evidencia-se uma pedagogia que possui propostas totalmente diversas. Trata-se da Pedagogia Histórico-crítica.

A Pedagogia Histórico-crítica começa a ser implementada no final da década de 1970 no Brasil. Desde então, os envolvidos com esta pedagogia desenvolvem pesquisas, proposições para a educação, e também realizam intervenções no âmbito das ofertas educacionais. O principal precursor desta pedagogia foi o professor e pesquisador Dermeval Saviani.

É relevante observar que a Pedagogia Histórico-crítica surge em um período em que uma série de autores, que possuíam uma leitura crítica sobre a sociedade capitalista, concebiam a escola como um espaço de reprodução dessa forma de sociedade, todavia sem apresentar alternativas para essa questão no âmbito educacional. Nesta perspectiva, esses autores passam a ser denominados por Saviani de “crítico-reprodutivistas”.

Diferentemente desses autores, Saviani compreende que a escola é sim um instrumento utilizado pelo capitalismo, porém também considera que pode ser um espaço de geração de contradições e de criação de condições para a transformação social. Desta forma,

uma das principais preocupações de Saviani é conceber uma proposta educacional, uma pedagogia que contribua para a profunda transformação social.

O autor argumenta que se deve lutar para que a igualdade formal propalada pela sociedade burguesa se torne igualdade real, possibilitando a todos da sociedade uma educação com o mesmo nível de qualidade, ou com a melhor qualidade possível no atual tempo histórico. Nesta direção, também reivindica que é fundamental às “camadas populares” o acesso a conteúdos relevantes, significativos (SAVIANI, 2018, p. 51).

Saviani também assevera que a escola deve estar voltada para a oferta do saber sistematizado, do saber elaborado: “[...] em suma, a escola tem a ver com o problema da ciência. Com efeito, ciência é exatamente o saber metódico, sistematizado” (SAVIANI, 2012a, p. 14). Complementa o autor, mencionando que “[...] a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (Ibidem, p. 14).

Em determinadas proposições da Pedagogia Histórico-crítica, verifica-se significativa aproximação à proposta de possibilitar aos trabalhadores a compreensão da realidade na sua concretude. A própria materialidade e a objetividade social que pode existir na ciência e que é reivindicada à classe trabalhadora, em alguma medida, caminha nessa direção.

Da mesma forma, quando essa pedagogia ainda estava sendo formulada, no início da década de 1980, a prática pedagógica que foi proposta estava lastreada nas proposições e na cientificidade do *Método da Economia Política*, conforme formulado por Marx na *Introdução à contribuição à crítica da Economia Política* (SAVIANI, 2018, p. 56-59).

Entretanto, se por um lado, em diversos momentos, as proposições da Pedagogia Histórico-crítica reivindicam que os trabalhadores tenham acesso à compreensão da realidade na sua concretude, tal como é defendido nesta tese, por outro lado verifica-se também outra abordagem que acompanha as proposições desta pedagogia, que é a defesa do acesso ao conhecimento posto na sociedade, o acesso aos conhecimentos científicos que estão a serviço do capitalismo.

Saviani defende, por exemplo, que os trabalhadores devam se apropriar dos conhecimentos hegemônicos, bem como da cultura criada pela burguesia no atual tempo histórico, tendo em vista considerar que “[...] o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam” (Ibidem, p. 45).

Portanto, quando da análise da Pedagogia Histórico-crítica, verifica-se que ora as propostas desta pedagogia se aproximam da defesa da compreensão da realidade na sua

concretude, ora se distanciam, ou aparentemente se distanciam. Mesmo que se busque o ponto de encontro destes dois eixos na materialidade e na objetividade social que pode existir no conhecimento a serviço do capital, verifica-se que são propostas diversas.

Trata-se de aspectos trazidos à discussão que revelam uma complexa relação social, e também os desafios inerentes com que se defrontam aqueles que buscam atuar com vistas à profunda transformação social.

A partir deste percurso de análise, começam a surgir questões relevantes, tais como: em que medida deve-se buscar o acesso dos trabalhadores aos conhecimentos científicos e tecnológicos como um elemento fundamental para a profunda transformação social? Seriam esses conhecimentos transformadores dos indivíduos e da realidade social, ou, por outro lado, são conhecimentos reprodutores da realidade social? Suscita-se tais questões porque a ciência e a tecnologia, na sociedade capitalista, assim como o trabalho presente nessa sociedade, são elementos carregados de contradições e de limites histórico-sociais.

Para além dos elementos que compõem estas questões e suas implicações sociais, muitos professores e demais trabalhadores da educação possivelmente devem se perguntar: o que faz uma proposta educacional contribuir de forma mais efetiva para a profunda transformação da sociedade, para o seu revolucionamento, e quais as características desta proposta?

Trata-se de questões relevantes que precisam ser elaboradas e também investigadas socialmente para se fazer avançar o conhecimento neste âmbito, bem como para que se concebam propostas educacionais que contribuam mais efetivamente para o revolucionamento da sociedade atual, e para que se alcance uma sociedade de efetiva liberdade e de possibilidades para todos. Até porque, conforme já demonstrado anteriormente, a ciência e a tecnologia não são apenas positivities, precisando ser compreendidas historicamente, a partir dos interesses, das contradições sociais, dos falseamentos da realidade – em suma, a ciência e a tecnologia também são a expressão dessa sociedade e do ser humano histórico-social.

A Pedagogia Histórico-crítica, que aqui começa a ser contextualizada, mostra-se um campo de estudo muito relevante para se apreender determinados elementos que estão intrínsecos no âmbito da educação e da sociedade capitalista. Ademais, verifica-se como um frutífero campo para o estudo das possibilidades e limites do acesso dos trabalhadores aos conhecimentos científicos e tecnológicos no atual tempo histórico. Possibilidade que se evidencia, em especial, ao se relacionar as proposições desta pedagogia com o estudo das obras de Karl Marx, por ser este autor o precursor da orientação epistemológica e

metodológica do materialismo histórico e dialético, bem como por ter analisado em profundidade a sociedade capitalista, e também pelas suas obras estarem permeadas por discussões sobre a ciência e a tecnologia e os seus usos na sociedade capitalista, análise conjunta destes dois eixos teóricos que se procurou realizar ao longo desta pesquisa.

Através da produção teórica apresentada nesta tese, busca-se somar esforços ao já realizado por pesquisadores das áreas da educação, da ciência e da tecnologia, bem como, de maneira mais abrangente, ao realizado pelos indivíduos e grupos sociais que atuam para a construção de uma sociedade profundamente transformada. Ademais, busca-se produzir subsídios que contribuam com quem atua quotidianamente com a prática educativa, contribuindo, se possível, para gerar atuações aperfeiçoadas que direcionem mais efetivamente para a construção de uma realidade social diversa – haja vista, inclusive, a imprescindibilidade da educação do ser humano e da transformação das subjetividades para o alcance deste objetivo.

O necessário uso de outra epistemologia para a compreensão da realidade, a supressão do conhecimento existente na sociedade capitalista, e a necessária produção de conhecimentos novos

Em decorrência da atuação hegemônica do capital no atual tempo histórico, resulta que parte relevante do conhecimento produzido também visa atender aos interesses do capital. Portanto, evidencia-se, trata-se de conhecimento estreitamente relacionado à reprodução do capital e ao atendimento dos interesses dos grupos hegemônicos, portanto, diametralmente oposto à possibilidade histórica de a classe trabalhadora alcançar uma situação de hegemonia, bem como da construção de uma sociedade profundamente transformada.

Certamente também são produções de conhecimento realizadas pelos trabalhadores, de forma dispersa e combinada. Entretanto, mesmo quando se trata de um conhecimento que possui uma materialidade e objetividade relevante para a sociedade atual e, numa perspectiva mais ampla, para a humanidade, ao ser acessado pela classe trabalhadora no atual tempo histórico, em decorrência da epistemologia preponderante na produção desse conhecimento – que se propõe a realizar, na sua maioria, um específico recorte da realidade, de buscar a apreensão de um fragmento da realidade ou da vida humana em estudo –, quando esse conhecimento é defrontado perante a realidade na sua complexidade, se apresenta como uma abstração da realidade, bem como pela forma como são transmitidos e, portanto, também

acessados na sociedade posta e, ainda, em decorrência do objetivo que tal conhecimento deve atender na sociedade atual, verifica-se como tendo um alcance reduzido quando acessado pela classe trabalhadora, em especial frente ao objetivo de se buscar indivíduos transformados pela educação, e também para que se construa uma sociedade profundamente transformada.

Outro aspecto relevante, que surge ao se abordar a questão do conhecimento produzido na sociedade capitalista, é que, por se tratar em grande medida de uma produção que representa um tempo histórico, muitas vezes também é um conhecimento transitório. Desta forma, se tornará um conhecimento obsoleto ao se alcançar uma sociedade profundamente transformada – aspectos verificados, inclusive, pelas necessidades já presentes no atual tempo histórico.

Ademais, verifica-se que os objetos, os instrumentos, a atuação do ser humano, a sua alienação, a formação ou não de necessidades, a produção social, as forças sociais, e também, de maneira mais abrangente, o próprio gênero humano presente no atual tempo histórico, são elementos humanizadores, porém também altamente reprodutores da realidade social posta. Esta questão demonstra que devem ser buscados conhecimentos outros, em diversas perspectivas, bem como construções de realidades outras. Portanto, se por um lado não se deve deixar de reconhecer a imprescindibilidade do acesso ao conhecimento científico e tecnológico pela classe trabalhadora, por outro lado também é fundamental a compreensão desse conhecimento de forma histórica como um conhecimento limitado, e que pode atuar de forma significativa na reprodução da realidade social.

A partir dos elementos aqui apresentados de forma sucinta, surge a tese aqui defendida de que o acesso dos trabalhadores à compreensão da realidade de forma concreta, ou em um maior nível de concretude, é elemento preponderante para a profunda transformação da sociedade no atual tempo histórico, para o seu revolucionamento. Verifica-se que esta proposta de compreensão da realidade pode perpassar, integrar o acesso a determinados conhecimentos científicos e tecnológicos de caráter hegemônico produzidos na sociedade em curso, porém ultrapassa muito esses conhecimentos.

Da mesma forma, relaciona-se de forma muito próxima à compreensão da realidade na sua concretude uma segunda instância de defesa, que é a suprassunção dos conhecimentos postos na sociedade capitalista. Muitos conhecimentos passam a atender efetivamente os trabalhadores quando transformados, quando ultrapassados na forma como se apresentam e, em parte, também descartados. Ademais, cabe evidenciar que conhecimentos transformados são de imediato conhecimentos outros.

Outro elemento ainda, de fundamental importância e que compõe esta segunda instância de defesa, é a necessidade de novos conhecimentos serem produzidos – o que pode ser suscitado a partir da compreensão da realidade de forma concreta. Uma sociedade profundamente transformada requer novas formas de vida, de interação entre os seres humanos, novas formas de produção, de interação dos seres humanos com a natureza, dentre outros aspectos. Conhecimentos históricos, transitórios, precisam ser substituídos por outros, compatíveis com uma sociedade transformada. Ademais, a própria existência de uma realidade futura transformada requer que outra realidade seja efetivamente construída.

Evidencia-se, também, que, quando se aborda a compreensão da realidade de forma concreta, o que implica atuar com outra epistemologia e com outra gnosiologia, se está buscando e atuando com um conhecimento transformado frente ao conhecimento posto socialmente na atual realidade histórica, sendo, inclusive, uma forma de confrontação ao capital. Compreende-se que, quando Marx busca realizar a apreensão da realidade dessa forma, com esse alcance, um dos legados que deixa para as gerações futuras é justamente uma específica forma de se enfrentar e de se compreender a ciência hegemônica, bem como a necessidade de sua transformação.

Ao se falar no acesso a determinado conhecimento, outra questão relevante a ser observada de imediato é que existe uma relação muito próxima entre determinada proposta educacional – e a sua contribuição para a constituição dos indivíduos e para o revolucionamento da sociedade – e a possibilidade efetiva de se implementar tal proposta educacional no âmbito da sociedade capitalista. Focou-se, em especial, na investigação do primeiro aspecto, todavia não descuidando do segundo, portanto, busca-se manter uma proximidade entre ambos os eixos; caso contrário, se correria o risco de entrar no terreno dos idealismos. Nesta perspectiva, é imprescindível também a abordagem da atuação política da classe trabalhadora e, inclusive, dos trabalhadores da educação, visando uma atuação coletiva e organizada, que resulte em uma capacidade de intervenção na realidade com outra força social, capaz de confrontar mais efetivamente a atual hegemonia do capital.

Sistematização da proposta de pesquisa e das suas etapas

Propõe-se investigar em que medida o acesso dos trabalhadores aos conhecimentos científicos e tecnológicos se apresenta como um fator relevante, preponderante, para uma

profunda transformação social. No transcorrer dessa pesquisa, passa-se a defender a tese de que é fundamental aos trabalhadores a compreensão da realidade de forma concreta, ou em um maior nível de concretude, para que se viabilize o revolucionamento da sociedade atual.

Para realizar esta pesquisa, em uma primeira etapa foi feita a análise, em especial, de obras selecionadas de Karl Marx, por ser este um dos principais autores, senão o principal, que alicerça o eixo teórico do materialismo histórico e dialético. Da mesma forma, trata-se de abordagem que se mostra relevante ao se verificar que a produção deste autor está carregada, permeada pela discussão da ciência e da tecnologia, em especial a relação de ambas com a constituição e a reprodução da sociedade capitalista. Além deste autor, na primeira etapa da pesquisa trazemos contribuições fundamentais de Friedrich Engels, Antonio Gramsci, Lev Semionovich Vigotski⁷, Alexei Nikolaevich Leontiev, Gyorgy Markus e também outros autores presentes na realidade coetânea e que trazem contribuições fundamentais para a investigação em curso.

Desta forma, especialmente nas obras selecionadas de Karl Marx, buscou-se pesquisar os aspectos listados a seguir, apresentados nos respectivos capítulos:

Capítulo 2: analisar como se exprime a constituição dos seres humanos ao longo de um transcurso histórico abrangente, sobretudo no âmbito da sociedade capitalista, buscando-se captar elementos fundamentais envolvidos nessa constituição humana. Para realizar esta análise, verificou-se ser fundamental abordar a constituição do ser humano em uma perspectiva histórica-antropológica, perpassando a análise por aspectos como: a constituição do ser humano como um ser social e histórico, que se autoproduz e também produz a sua realidade através do trabalho e da relação com os outros seres humanos. Ademais, um ser humano que é formado pela concretude do real, constituindo-se na atual realidade histórica pela relação dialética entre a sua individualidade, o que também envolve a sua consciência, com toda a especificidade que a caracteriza; a sociedade e, portanto, a forma como se constitui essa sociedade, como ela se caracteriza no atual tempo histórico; e também, a realidade material, que compõe todos esses aspectos, sendo o substrato para a vida humana.

⁷ Dentre as várias possibilidades de escrita do nome deste autor, optou-se pela grafia “Vigotski”, acompanhando assim a forma de escrita utilizada pelos principais tradutores das obras deste autor, quando da realização de traduções dos textos para o português. Exceção ocorre quando da utilização de citações de publicações com grafias diversas, neste caso, manteve-se a grafia original da publicação.

Capítulo 3: identificar como a ciência e a tecnologia, e também, de maneira interligada, como os conhecimentos científicos e tecnológicos se relacionam com a constituição dos seres humanos e da realidade social, envolvendo aspectos diversos a serem analisados, tais como: a produção da ciência e da tecnologia e a relação de ambas, de forma dialética, com a constituição dos indivíduos e da realidade social; a participação da ciência e da tecnologia na composição da estrutura produtiva na sociedade capitalista e a sua participação na alienação do ser humano, ao compor uma estrutura produtiva que subjuga o ser humano, que lhe é estranha, hostil, e que aparenta ter vida própria; a realidade com as suas contradições sociais como a transformadora da própria realidade ou como determinante para essa transformação; e também a relação entre o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos e as possibilidades relacionadas à compreensão da realidade em um maior nível de concretude pelos indivíduos que compõem a classe trabalhadora.

Por sua vez, na quarta etapa da pesquisa, foram analisadas obras relevantes, basilares, de autores que se relacionam com a Pedagogia Histórico-crítica, ou, mais especificamente, autores que ajudam a compor esta pedagogia. Dentre estes autores, priorizou-se a análise das obras de Dermeval Saviani, por ser o precursor na elaboração desta pedagogia e também o seu principal organizador. Nesta análise, buscamos abordar aspectos como:

Capítulo 4: expressar as características desta pedagogia, as suas nuances, e também especificar de que forma esta aborda e compreende o acesso dos trabalhadores aos conhecimentos científicos e tecnológicos. Da mesma forma, buscou-se identificar quais são as suas proposições para que a educação contribua para uma profunda transformação da realidade social. Neste percurso, também se realizou a análise de como esta pedagogia compreende e se posiciona em relação ao acesso dos trabalhadores à compreensão da realidade de forma concreta, ou em um maior nível de concretude – as aproximações e distanciamentos desta proposta. Por fim, ao considerar esta pedagogia para além de uma teoria, considerando-a, portanto, como um espaço de intervenção na realidade social, buscou-se identificar o que esta propõe e defende em relação à atuação política, e também em relação à formação de uma nova ideologia.

Na próxima etapa da pesquisa, realizou-se a síntese de resultados:

Capítulo 5: nesta etapa, realizou-se o percurso inverso, de retorno, implementando a análise conjunta da produção teórica elaborada nas três etapas/capítulos anteriores, interligando os elementos abordados ao longo da pesquisa e relacionando-os com a realidade material, histórico-social, visando identificar uma unicidade de elementos no âmbito da realidade em estudo. Com este movimento de retorno, objetivou-se: avaliar os limites e possibilidades de o acesso dos trabalhadores aos conhecimentos científicos e tecnológicos ser um fator relevante para uma profunda transformação social; evidenciar a necessidade de se enfrentar a ciência posta no atual tempo histórico; demonstrar que o acesso dos trabalhadores à compreensão da realidade na sua concretude é um elemento imprescindível para o revolucionamento da sociedade no atual tempo histórico; e, por fim, identificar questões teóricas relevantes, que possam contribuir para o revolucionamento da sociedade atual.

Para a finalização desta pesquisa, foram pontuadas considerações finais:

Considerações finais: Nesta etapa, além de apresentar, de forma bastante sintética, a tese elaborada, buscou-se apresentar reflexões relevantes, complementares ao exposto ao longo desta tese.

O elemento central desta tese, ou seja, a defesa da importância de os trabalhadores compreenderem a realidade na sua concretude, ou em um maior nível de concretude, como algo fundamental para o revolucionamento da sociedade, vai se expressando ao longo da tese, não sendo apresentada como um tópico específico do resultado desta pesquisa. Tal questão não foi concebida previamente, tendo se expressado como resultado deste percurso de investigação.

A partir da exposição inicial dos objetivos da pesquisa, apresenta-se, a seguir, na forma de tópicos, o problema e os objetivos de pesquisa.

Especificando o problema de pesquisa

Definiu-se o seguinte problema de pesquisa ao longo do percurso de investigação: Ao relacionar o referencial teórico legado por Karl Marx com o que propõe a Pedagogia Histórico-crítica, pode-se compreender que o acesso dos trabalhadores aos conhecimentos

científicos e tecnológicos contribui, de forma preponderante, para a profunda transformação social?

Especificando o objetivo geral de pesquisa

O objetivo geral de pesquisa foi especificado como: investigar, no referencial teórico de Karl Marx e na produção teórica da Pedagogia Histórico-crítica, os limites e as possibilidades de o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos pelos trabalhadores ser algo preponderante para a profunda transformação social.

Detalhando os objetivos específicos de pesquisa

Foram definidos os seguintes objetivos específicos de pesquisa:

- Analisar, em especial no referencial teórico de Karl Marx, como se exprime a constituição dos seres humanos na realidade capitalista;
- Identificar, de forma específica no referencial teórico de Karl Marx, como a ciência e a tecnologia participam da constituição dos seres humanos e da realidade social capitalista;
- Sistematizar as principais proposições da Pedagogia Histórico-crítica, em especial verificando a forma como o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos é abordado nesta pedagogia;
- Avaliar os limites e as possibilidades de o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos pelos trabalhadores ser um elemento preponderante no processo de transformação social, sendo utilizados para esta avaliação o resultado da investigação realizada no referencial teórico de Karl Marx e o resultado das investigações junto ao referencial da Pedagogia Histórico-crítica.

Questões de método

Esta pesquisa utilizou-se do referencial teórico e metodológico do materialismo histórico e dialético. Portanto, no que tange ao método, utilizou-se da imbricada relação entre: a materialidade que constitui a realidade; a sua historicidade, portanto, uma realidade que é constituída no transcurso histórico; e a dialética, o movimento da realidade, com as suas contínuas contradições, e também constantes formações de sínteses da realidade.

Portanto, não se trata de investigar uma realidade e indivíduos quaisquer, abstratos, a-históricos, mas sim, constituídos, e que se revelam a partir de uma longa trajetória histórica, de condições materiais, de embates, de interesses individuais e da formação de grupos hegemônicos, assim como a partir da formação de uma sociedade dividida em classes sociais.

Quando se parte destes aspectos basilares de compreensão da sociedade e dos indivíduos nela inseridos, logo, do método que possibilite a sua compreensão, distancia-se das concepções positivistas de ciência, tendo em vista que essas isolam e fragmentam determinada realidade e o objeto de pesquisa da complexidade que o constitui.

No que se refere à utilização do materialismo histórico e dialético como método, Marx propõe que a investigação deve ter início na formação de “representações estruturadas da realidade”, e não na realidade material imediata; caso contrário, estar-se-ia abstraindo, suprimindo determinados aspectos de uma realidade complexa – apesar de a investigação também sempre se relacionar com a realidade material, em uma perspectiva dialética (MARX, 2008b).

Já o ponto de chegada da investigação, a partir desta orientação teórica e metodológica, é a formação do “concreto pensado”, ou seja, a síntese de múltiplas relações e determinações componentes da realidade (MARX, 2008b). Cardoso (1971), e também Neves e Borba (2011), evidenciam que o ponto de partida do processo investigativo, denominado de “representações estruturadas da realidade”, pode ser compreendido como formulações teóricas sobre a realidade. Já o “concreto pensado” pode ser compreendido como formulações teóricas mais abrangentes, que captam a unicidade da realidade, a complexidade de múltiplas relações e determinações.

Para a elaboração e análise das representações estruturadas da realidade, devem ser definidas categorias de conteúdo. Trata-se de categorias menores, simplificadas, que visam apreender a realidade, expressando-a teoricamente. Após o percurso de elaboração das representações estruturadas da realidade, utilizando-se das categorias de conteúdo, Marx

(2008b, p. 260) menciona ser fundamental realizar a “[...] viagem de modo inverso [...]”, buscando interligar as diferentes representações estruturadas da realidade, assim como relacionando-as com a realidade material, realidade material agora não vista mais de forma caótica, mas sim como “[...] uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (Ibidem, p. 260). Após este caminho inverso ser percorrido, chega-se à realidade concreta: “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (Ibidem, p. 260). Marx expressa este processo da seguinte forma:

[...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta. Porém, isso não é, de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto. (Ibidem, p. 261).

Portanto, utilizando-se deste direcionamento metodológico, foram feitas sucessivas análises de textos de Karl Marx, assim como aproveitou-se, como subsídio de análise, de outros autores, que são fundamentais para a continuidade desta linha teórica e metodológica. Na sequência, ocorreram as análises de textos considerados fundamentais para a compreensão da Pedagogia Histórico-crítica e, em especial, para a compreensão das questões a que se propôs investigar no âmbito desta pedagogia.

Neste processo de síntese e de análise dos textos, ocorreu, de forma simultânea, a identificação e a elaboração das categorias de conteúdo que estivessem relacionadas ao eixo de estudo a que se propôs investigar, ou, mais especificamente, que possibilitassem a resolução do problema de pesquisa aqui formulado. Estas categorias foram sendo gradativamente agrupadas a outras, formando uma estrutura de análise mais ampla. Estes agrupamentos de categorias foram sendo organizados na forma de subcapítulos e, por sua vez, diferentes agrupamentos dentro de um mesmo eixo de análise foram organizados na forma de capítulos desta tese.

Já para a estruturação de diferentes categorias dentro de cada capítulo, foram sendo feitos sucessivos regressos de análise e de composição de relações com os elementos analisados em momentos anteriores da pesquisa, visando interligar as análises para, gradativamente, ir apreendendo a concretude da realidade ao longo das subetapas da pesquisa. O mesmo movimento de retorno e de interligação dos elementos do estudo foi feito no capítulo 5 desta tese, visando captar e apreender as múltiplas relações e determinações que envolvem o objeto de estudo, bem como, dentro dos limites deste estudo, buscou-se relacioná-los com a realidade material no atual tempo histórico.

Após o percurso que compõe esta introdução, na sequência apresenta-se o segundo momento desta tese.

2 O PERCURSO DA CONSTITUIÇÃO HUMANA: A CONSTITUIÇÃO DO SER HUMANO, EM ESPECIAL A PARTIR DO REFERENCIAL TEÓRICO DE KARL MARX

Para a compreensão do significado do acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos pelos trabalhadores, buscando avaliar os limites e as possibilidades de esse acesso contribuir de forma preponderante para uma profunda transformação social, é fundamental iniciar este percurso de investigação realizando a análise de como se constituem os seres humanos. Como poderá ser visto ao longo desta tese, esses deixam de ser seres vivos meramente biológicos, dotados apenas de capacidades recebidas biologicamente ao nascer, para se transformarem em seres históricos e sociais, que se autoproduzem enquanto seres humanos, constituindo eles mesmos o que é ser ‘ser humano’, bem como o que é viver a vida humana.

São seres humanos que se constituem na sua concretude a partir de extensa e complexa relação de elementos e de escolhas. Dentre os elementos constituintes da vida humana, um deles tem uma atuação relevante na atual realidade histórica e que abrange a realidade humana na sua totalidade, que é a sociedade ser constituída e reproduzida enquanto uma sociedade capitalista. A produção e a reprodução da sociedade capitalista realiza-se a partir de uma realidade material, objetiva, que age ela própria como constituinte do ser humano e da vida humana. Essa sociedade forma uma maneira de compreensão da realidade e também uma leitura da vida pelos indivíduos, ou, exposto de outra forma, pela apreensão subjetiva da vida humana a partir do que é impingido por essa sociedade, resulta na construção de uma consciência coletiva, uma consciência muitas vezes de consentimento ou de resignação a essa sociedade e, por fim, é uma realidade social que se constitui por um processo de força e de coerção.

Compreender a constituição do ser humano em uma sociedade capitalista é um elemento central, fundamental, tendo em vista essa forma de sociedade artificializar o processo de constituição humana e de vida em sociedade, limitando, de forma estrita, o que é viver a vida humana. Nesse sentido, ressalta-se que grande parte dos seres humanos que vivem nessa sociedade tem uma humanização apenas permitida, dentro dos limites que interessam à reprodução e acumulação do capital.

Para fazer esta investigação, buscando primeiramente apreender o processo de constituição dos seres humanos, faz-se, neste capítulo, a análise dos autores selecionados que

têm sido referência para o eixo teórico do materialismo histórico e dialético. Dentre esses autores, analisa-se em especial as obras de Karl Marx. Dentre as categorias mais relevantes, identificadas para a análise desta temática, estão: a objetivação e a apropriação; o trabalho; o gênero humano; a consciência dos indivíduos; a alienação; a essência humana; a liberdade; e a compreensão da realidade na sua concretude. A análise destas categorias ao longo deste capítulo foi realizada em três etapas principais, quais sejam: a primeira aborda, de maneira mais abrangente, a forma como se constituem os seres humanos, o que implica, pela complexidade da temática, realizar a análise de várias categorias, procurando interligá-las; a segunda etapa aborda, de forma mais específica, uma categoria fundamental no processo de constituição dos seres humanos, que é a alienação e os seus significados no âmbito da sociedade capitalista; a terceira etapa discute elementos fundamentais, basilares, que estão presentes nas análises e propostas da corrente teórica do materialismo histórico e dialético, porém nem sempre são adequadamente evidenciados, que são a liberdade, a essência humana e a compreensão da realidade na sua concretude.

Para realizar as necessárias análises e discussões, buscou-se ampliar gradativamente a complexidade dos elementos abordados, interligando-os e discutindo mais detalhadamente aqueles considerados críticos, fundamentais.

2.1 Percorrendo a complexa relação de elementos que constituem o ser humano histórico e social

Ao ter como ponto de partida o materialismo, a historicidade e a dialética como o referencial epistemológico de compreensão da realidade, e ao compreender a própria sociedade como uma complexa dinâmica que se constitui a partir destas bases, Marx indica primeiramente, na sua trajetória de estudos, o caráter natural do ser humano: que esse é um ser natural, um ser que faz parte da natureza. Esse aspecto começa a ser destacado em especial nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, texto em que Marx menciona que o ser humano é um ser biológico, físico, um ser natural, e também um ser que depende constantemente da interconexão com a natureza para se manter vivo: “o homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer” (MARX, 2015a, p. 311). Todavia, o ser humano é o único ser vivo que consegue

alterar a natureza significativamente, acrescentando a ela os resultados de sua intervenção, e com isso tem a possibilidade de construir uma natureza humana, uma natureza que lhe seja própria. Ao alterar a natureza, o ser humano modifica também a si mesmo, de forma contínua. Dessa forma, “o homem, porém, é não apenas ser da natureza, mas ser da natureza *humano*” (MARX, 2015a, p. 377).

A gênese desse processo está, em grande medida, na transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade e na capacidade dos indivíduos constituírem-se na relação com o trabalho, e também com a realidade social, como seres sociais. Identifica-se a objetivação e a apropriação como elementos basilares, centrais, nesse processo. O indivíduo, e numa perspectiva abrangente a sociedade como um todo, com as suas contradições e vicissitudes, colocam toda carga material e cultural apreendida ao longo do tempo, juntamente com as escolhas individuais possíveis à cada época histórica e contexto particular, nos objetos e também nas atividades humanas. É na interação com a realidade, o lastro material para a vida humana, que os indivíduos se mantêm vivos, se constituem e também transformam continuamente essa realidade. Quando o indivíduo, quando o trabalhador, desenvolve um produto, ou, por exemplo, constrói uma casa, está empregando uma série de conhecimentos e utilizando instrumentos e matérias-primas específicas desenvolvidas ao longo do tempo. O mesmo ocorre quando uma aula é ministrada por um professor, não resultando em um objeto físico, mas em conhecimentos transmitidos aos estudantes, em uma objetivação social. Em síntese, a partir do trabalho do indivíduo ocorre a objetivação, ou seja, a sua atividade transforma-se em objeto, ou, em uma perspectiva mais ampla, em uma realidade humana. Marx explica, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, que “o produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se coisificou⁸, ele é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A realização do trabalho é a sua objetivação” (Ibidem, p. 304). Em *O Capital*, Marx também apresenta uma análise muito semelhante, ao demonstrar a relação dialética entre o trabalhador e o objeto trabalhado: “o trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado” (MARX, 2013a, p. 258). A objetivação nunca é uma relação única; ao mesmo tempo em que ocorre a objetivação de algo pela atividade humana, o indivíduo também se objetiva, também é afetado nesta relação.

Todavia, para que os indivíduos transmitam aos objetos as propriedades humanas através de suas atividades – propriedades construídas ao longo do transcurso histórico pela

⁸ Em alemão, *sachlich gemacht hat*, literalmente, “se fez coisa” ou “se fez objetivo” (no sentido de objetividade oposta à subjetividade). (N. do R.).

humanidade –, é necessário que ocorra, primeiramente, o processo de “apropriação”, ou seja, a obtenção pelos indivíduos desse lastro material e cultural constituinte da vida humana, construído em especial pelas gerações anteriores e presente socialmente como conhecimento e atividade social, e também acumulado nos objetos.

Trata-se de um processo dialético e constantemente em movimento, em que os indivíduos se apropriam das objetivações já constituídas e agem sobre a realidade sócio-histórica, realizando novas objetivações. Esse processo se transforma continuamente, em decorrência dos novos conhecimentos obtidos, das experiências acumuladas ao longo de gerações e, também, das escolhas realizadas pelos indivíduos.

É importante especificar que o processo de objetivação e apropriação, constituinte do ser humano, é mais amplo que apenas a apreensão de determinada realidade material humana e a elaboração de objetos pelos indivíduos, ou seja, é mais amplo que a elaboração dos produtos do trabalho. Todo o processo de utilização da linguagem e os costumes que fazem parte do processo de interação dos seres humanos também são formas de objetivação e de apropriação, sendo elementos fundamentais, constituintes da vida humana. O fato de o ser humano constituir-se em sociedade, nos mais diversos grupos sociais, e ao constituir-se na relação com os objetos e com os demais indivíduos que compõem a sociedade, interpõe a comunicação e a interação entre os indivíduos como elementos basilares da reprodução da existência, sendo, portanto, sistemas sociais de objetivação. Nesta direção, também a atividade educativa, em uma perspectiva ampla, seja nos espaços informais, seja nas instituições presentes na sociedade, a exemplo dos partidos políticos, dos sindicatos, dentre outros, e também, em especial, a educação realizada nas escolas, são locais e formas em que ocorre a constante relação entre a objetivação e a apropriação pelo indivíduo.

Cabe destacar, ainda, que a ciência e a tecnologia participam, ou são formas de realização da objetivação e da apropriação pelos indivíduos, algo que ocorre de forma direta ou indireta, seja pela produção da ciência e da tecnologia, ou pela sua utilização, portanto, pelo acesso direto a essas, seja por não serem acessadas em um contexto social que se utiliza amplamente de ambas, ou, ainda, pelos indivíduos se relacionarem com elas de forma não tão direta ou compreensível – cabe ressaltar que a forma como a sociedade está estruturada afeta direta ou indiretamente a constituição dos indivíduos. Observa-se, também, que as formas de

objetivação e de apropriação se tornam, historicamente, cada vez mais complexas e realizadas de forma mais mediada⁹.

Em uma perspectiva histórico-antropológica, se verifica que a objetivação e a apropriação que ocorrem a partir do trabalho e da relação do indivíduo com os produtos do trabalho precisam ter um destaque especial, por ter o trabalho uma atuação basilar na constituição da realidade humana e, também, na constituição dos seres humanos. O trabalho pode ser considerado o elemento basilar, vital, de interação entre os indivíduos e também entre os indivíduos e a natureza e, portanto, de constituição dos indivíduos e também de uma realidade humana através do processo de objetivação e de apropriação. A partir desse processo, tem-se, consecutivamente, a constituição de uma nova natureza, uma natureza que é transformada continuamente, sendo criada, assim, uma natureza humana. Marx, em *O capital*, traz uma concepção bastante relevante a respeito:

o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se defronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013a p. 255).

Marx compreende o trabalho como elemento vital para a manutenção da vida e para a efetivação da interação entre os indivíduos e a natureza, portanto, elemento constituinte da sociedade e dos indivíduos que nela vivem. Ao confrontar-se com as forças da natureza através do trabalho, o ser humano se constitui ao mesmo tempo em que transforma a sua realidade pelo trabalho.

Da mesma forma, demonstra o autor que o trabalho pode ser considerado uma atividade eminentemente humana. Por que uma atividade humana? Pelo fato de o ser humano, diferentemente de outros animais, ser o único que transforma a sua realidade e a natureza significativamente, criando uma verdadeira natureza humana, e, de outro lado, transforma-se

⁹ Como será discutido no capítulo 2, a partir da transformação social e do uso da ciência e da tecnologia como elementos fundamentais da produção e da transformação da realidade, o trabalho individual, de forma relativa, passa a ter cada vez menos protagonismo ao longo do processo de constituição da sociedade capitalista.

continuamente como ser humano através do trabalho. Nesse sentido, pode-se dizer com segurança, por exemplo, que o ser humano atual não é o mesmo ser humano de épocas passadas. Já os animais, diferentemente dos seres humanos, permanecem significativamente condicionados às suas possibilidades biológicas e a uma interação muito mais restrita com a natureza, e também possuem uma aprendizagem social, digamos assim, que ocorre entre os membros da espécie, muito mais restrita. O atendimento das necessidades dos animais ocorre de forma muito mais direta, através dos elementos encontrados prontos na natureza e que satisfazem as suas necessidades, em especial, geneticamente fixadas, diferentemente dos seres humanos. Os animais possuem regularidades naturais a serem atendidas, conforme descrito por Marx, na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*: “[...] a situação de um animal, seu modo de viver etc. Ihe são imediatamente inatos” (MARX, 2013b, p. 127).

Para os animais, o mundo não existe para além das suas necessidades imediatas. Eles não conseguem se perceber de forma separada do seu objeto, não se compreendem subjetivamente separados do seu objeto, ou, em outras palavras, não possuem compreensão dessa relação, não é algo apreendido pela consciência, a exemplo do que ocorre com o ser humano. Na *Ideologia Alemã*, em nota de rodapé, Marx e Engels mencionam que, “onde existe uma relação, ela existe para mim; o animal não se “*relaciona*” com nada e não se relaciona absolutamente. Para o animal, sua relação com outros não existe como relação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 35). Quanto ao ser humano, a sua diferenciação em relação à realidade não ocorre de forma inata, por exemplo, sendo obtida diretamente da estrutura biológica; é algo construído socialmente, sendo o trabalho o elemento preponderante desse processo. Pelo trabalho e nessa relação, através do desenvolvimento histórico da humanidade, o ser humano passa a reconhecer que ele e os objetos não são unos. A partir desse processo, começa a surgir uma complexificação da consciência do ser humano e, portanto, também a compreensão que o ser humano passa a ter de si mesmo torna-se muito diversa daquela possível de ser realizada pelos animais.

Ao reproduzirem a vida pelo trabalho e pelas relações sociais, os seres humanos constituem a história da humanidade, portanto, fazem a sua própria história¹⁰. Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels observam que esse processo inicia na dupla relação entre o atendimento das necessidades dos seres humanos e a produção das formas de atendê-las:

¹⁰ Assim como a concepção de trabalho do ser humano, apresentada anteriormente, nesta etapa da tese também a possibilidade de o ser humano fazer história é analisada em uma perspectiva histórico-antropológica, não sendo realizada uma discussão específica sobre a sociedade atual.

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. [...]. O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

Para fazer história, os seres humanos precisam das condições básicas de vida, de manutenção da vida, conforme expõem Marx e Engels. O atendimento das necessidades de vida e o movimento decorrente desse processo, com a produção e o atendimento de novas necessidades, referem-se os autores como sendo o primeiro ato histórico, pelo fato de ser um processo simultâneo de viver e de transformar a realidade a partir da relação do ser humano com a natureza. Através do trabalho, ocorre a satisfação dessa primeira necessidade, e também direciona o ser humano a novas necessidades e a novas possibilidades. Prosseguindo, os autores apontam a gradativa ampliação da estrutura de reprodução social:

a terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*. Essa família, que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades, uma relação secundária [...] a produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. (Ibidem, p. 33-34).

Soma-se, como elemento basilar de constituição da história, a formação das famílias e, consecutivamente, a ampliação das relações sociais e a ampliação crescente de novos modos de produção. Marx e Engels mostram primordialmente, nesta passagem, o *start* para a contínua transformação da sociedade e a vivacidade da dialética nesse processo. Demonstram também a realidade material e histórica presente nas relações e no atendimento da vida: a relação do ser humano com a natureza em direção à constituição de uma natureza humana, uma natureza própria e, nessa relação dialética, a própria constituição e transformação dos indivíduos e da sociedade. Para Marx e Engels, algo fundamental nesse processo de

constituição do ser humano e da sociedade é a capacidade de transmissão de conhecimentos entre as gerações, conforme se verifica na passagem a seguir:

a história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições [...] em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. (MARX; ENGELS, 2007, p. 40; 43).

Essa sucessão do fazer diário, que se transforma continuamente, ampliando as possibilidades e transformando a realidade ao longo da história, é o que forma o lastro do processo de tornar-se humano, de humanização. Ao interagir com a natureza e com a realidade dada em determinado contexto histórico, o ser humano irá novamente transformar essa realidade, em um processo contínuo, visando a manutenção da vida, dos aspectos físicos, sociais, culturais, ideais, dentre outros. Para que isso ocorra, cada nova geração precisa se apropriar da natureza humana já construída e agir sobre essa, objetivando-se, dessa forma. O trabalho, como elemento mediador entre os seres humanos e a natureza, é o que dá vida, dá movimento a esse contínuo processo de transformação e de interação entre apropriação e objetivação¹¹. As passagens da *Ideologia Alemã* apresentadas, transmitidas pelos autores, abordando o processo de constituição da vida humana, da vida em sociedade, além de serem bastante elucidativas no que se refere à constituição dos indivíduos e da realidade social, também são trazidas neste espaço pela beleza que se verifica nelas¹².

¹¹ Cabe ressaltar que a palavra objetivação é usada de duas formas diferentes no texto, buscando acompanhar os referenciais teóricos analisados: por um lado, é o resultado da atividade do indivíduo, que transfere aos objetos as características e potencialidades humanas previamente apropriadas, bem como, quando possível, transfere aos objetos os aspectos relativos à sua individualidade; por outro lado, também é o resultante para o indivíduo, decorrente da sua atividade perante o objeto, ou seja, o efeito dessa atividade no indivíduo: o indivíduo se objetiva através da sua atividade, a atividade o afeta.

¹² Cabe constatar que a própria concepção de beleza decorre de uma específica relação entre o indivíduo e a sociedade, sendo também constituído o caráter do que é belo, do que se contempla – a sensibilidade humana também é uma construção social, conforme discutiremos mais à frente.

A construção da humanização, ou do ser humano histórico-social, através da produção de instrumentos, de produtos e da formação de necessidades

Como exposto anteriormente, a partir de citação de *O Capital*, o trabalho medeia, regula e controla o metabolismo do ser humano com a natureza. Através do trabalho, o ser humano confronta as potências naturais em seu proveito. Nesse processo de mediação entre o ser humano e a natureza, está presente tanto o trabalho vivo, que se utiliza dos objetos de trabalho, consumindo-os, como também os instrumentos de trabalho necessários à sua realização. Em *O capital*, Marx desenvolve esta análise enfatizando que, diferentemente dos animais, que tem os instrumentos de mediação com a natureza praticamente inalterados ao longo do tempo, acompanhando a evolução biológica, o ser humano cria os seus próprios instrumentos, seus meios de produção, que são constantemente alterados, visando aperfeiçoar a sua relação com a natureza, o desenvolvimento de novos produtos e o atendimento de necessidades. Para melhor caracterizar esse processo, Marx usa a conhecida expressão frankliniana, que apresenta o ser humano como um “[...] *“toolmaking animal”* um animal que faz ferramentas” (MARX, 2013a, p. 257). Nessa perspectiva, o ser humano transforma tanto os elementos naturais em instrumentos de trabalho, assim como usa esses instrumentos para transformar também as propriedades da natureza.

Como consequência do trabalho como um dos elementos preponderantes, que se realiza em conjunto com os outros elementos que fazem a mediação da relação do ser humano com a natureza, os seres humanos passam a atender às suas necessidades físicas, de manutenção da vida e sociais, de forma radicalmente transformada ao longo do tempo. Essa transformação da forma de atendimento das necessidades humanas faz com que aumente consideravelmente a gama de objetos com que o ser humano se defronta e que são consumidos no atendimento de suas necessidades. Todavia, além da transformação e ampliação dos objetos, que podem ser consumidos diretamente pelo ser humano, verifica-se também a significativa ampliação das realidades ambientais, dos meios de trabalho, dos objetos de trabalho e dos produtos semifabricados¹³ (MARX, 2013a). Todos eles acabam sendo produtos geradores de atividade produtiva, não gerando um consumo imediato pelo ser

¹³ A rigor, os produtos semifabricados também podem ser considerados objetos de trabalho, dependendo apenas do contexto produtivo abordado.

humano, mas sim um “consumo produtivo”, conforme caracteriza Marx (2011a, p. 45), no *Grundrisse*.

Markus (2015, p. 30) lembra que “[...] os elementos que incorporam as habilidades humanas representam as objetivações das “forças essenciais do homem” (*menschliche Wesenkräfte*)”¹⁴. Desta questão, identifica-se uma dupla relação: ao mesmo tempo em que, através do trabalho, as forças essenciais humanas são objetivadas nos produtos do trabalho e os indivíduos se objetivam nesta relação, de outro modo, os objetos – que são sociais pela sua natureza – passam a desempenhar uma função específica para o ser humano dentro de uma realidade social. Obviamente que se pode atribuir usos diferentes aos objetos, mas, ao contrário dos objetos encontrados na natureza, que *a priori* não possuem uma designação social específica, os objetos produzidos socialmente têm uma utilização “adequada” perante a realidade. Uma série de normas e regras sociais de uso definem uma específica relação do ser humano com os objetos, tanto em relação à sua atuação social quanto, inclusive, podendo condicionar fisicamente o ser humano, a exemplo do que pode ocorrer através do uso de determinadas tecnologias produtivas. Nesta perspectiva, as objetivações das capacidades humanas representam “[...] modos e formas de ação que cada indivíduo deve se “apropriar” (no sentido de interiorizar as regras de utilização correspondentes), pelo menos em relação aos elementos mais comuns de seu ambiente, para poder levar (em sociedade) uma vida humana normal” (Ibidem, p. 32), gerando, com isso, também, uma constante relação entre possibilidades e limitações.

Os objetos, ao serem portadores das forças essenciais humanas, além de carregarem junto a si as especificidades de seu uso, também definem uma rede de relações sociais: são portadores das relações sociais em vigor em determinada realidade. Os objetos atuam como mediadores das relações sociais, por exemplo, como definidores do fazer de cada classe

¹⁴ Markus (2015, p. 36) aponta, em notas de rodapé, que a expressão “forças essenciais humanas”, empregada por Marx em diversas passagens do texto *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, significa uma relação dialética entre as necessidades e capacidades do ser humano. O autor lembra que Marx nunca definiu uma separação entre as necessidades e as capacidades do ser humano; ao contrário, compreendeu como sendo processos recíprocos, em constante movimento. O ser humano se apresenta como um “todo de necessidades e impulsos”, observa Marx, no *Grundrisse* (MARX, 2011a, p. 188). Considera-se, todavia, que, quando se usa a definição de “forças essenciais humanas”, conforme evidencia Markus (2015), é fundamental ter uma compreensão abrangente de necessidades e capacidades, que abarque toda a dimensão da constituição humana. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, por exemplo, Marx lembra que os objetos apropriados pelo olho humano ou pelo ouvido humano são apropriações que ocorrem de modo diverso em cada um destes órgãos, na relação que esses órgãos (do indivíduo) têm com os objetos e, em específico, quando os objetos se tornam objetivações de si próprio, ou seja, quanto os objetos se confirmam na individualidade do ser humano. Cada objeto carrega consigo uma força essencial, que se confirma ou não no indivíduo, dependendo da natureza do objeto, da relação do indivíduo com esse e da particularidade da força essencial socialmente definida no objeto (MARX, 2015a, p. 351).

social. Cada classe social, tendo acesso a diferentes objetos, se relacionando de forma diferente com esses, tendo formas de acesso diversas aos meios de trabalho, ou mesmo não os acessando, implicam na realização de objetivações a partir das forças produtivas em curso em determinado tempo histórico, como, por exemplo, ao possuir uma relação com o trabalhador assalariado no âmbito da sociedade capitalista, diferentemente da mediação que desempenhou junto ao servo na sociedade feudal. Markus (2015) menciona que os objetos atuam

[...] em uma rede de relações sociais que define as condições e o caráter de seu *emprego social*. Eles não são apenas objetivações das faculdades essenciais humanas, mas também os *portadores das relações sociais*, que são *materializadas e reificadas* neles, tanto quanto eles são *personificados* nos agentes vivos de produções (Ibidem, p. 59).

Quando se destaca as forças essenciais humanas que estão presentes nos objetos e como essas forças influem nos indivíduos e na sociedade, se está abordando um emaranhado de relações sociais, de forças produtivas e de costumes, constituintes da realidade. Esses elementos reforçam a relação dialética entre o processo de objetivação e apropriação no âmbito da produção, dos costumes e da linguagem, bem como da ciência e da tecnologia, que são forças presentes em um determinado tempo histórico e que influem nos indivíduos e na sociedade como um todo.

O arcabouço que vem sendo apresentado traz diversas implicações, tais como: por um lado, a objetivação do trabalho humano junto aos produtos, e esses aflorando todas as forças sociais, ou forças essenciais humanas, perante os indivíduos e perante a sociedade, através dos costumes, das regras sociais e como reflexo de uma realidade social estruturada, ou seja, atuando como forças de produção e reprodução das relações sócio-históricas, constitui uma relação específica, objetiva, útil; por outro lado, também constitui uma relação conformadora, sendo que um modo de vida humano e sócio-histórico é ossificado nos objetos e na relação desses com os indivíduos. Esse é um dos aspectos que mostra o quão relevante é a realidade social posta na constituição dos indivíduos e os desafios para a construção de uma realidade social profundamente transformada.

De todo modo, apesar dos desafios para a transformação social que esse aspecto da constituição humana impõe, observa-se, de forma prévia a esta questão, que a transmissão de um lastro material e cultural entre gerações se mostra como algo fundamental – a gênese – da ampliação das transformações sociais e de um maior domínio sobre as forças da natureza pelo ser humano, bem como do uso de suas propriedades de forma cada vez menos direta em relação à maneira como são encontradas na natureza, gerando um universo de possibilidades ao ser humano, no que se refere ao atendimento de necessidades criadas socialmente. O

mesmo ocorre com as potencialidades que o ser humano passa a ter disponível, sendo que, no processo de apropriação e objetivação dos objetos humanizados,

[...] o indivíduo transforma em necessidades e competências da vida pessoal as carências e habilidades historicamente criadas e objetivadas nos elementos de seu meio [...]. Assim, a acumulação da riqueza material da sociedade de um lado corresponde a uma acumulação de capacidades humanas por outro (MARKUS, 2015, p. 33; 34).

Trata-se de uma relação simultânea, dialética, entre forças materiais objetivadas e a acumulação de capacidades pelos indivíduos. Sobre esta discussão, cabe trazer ainda uma passagem da obra *Teorias da Mais-valia*, vol. III, do livro quatro de *O capital*:

o que se “armazena” de fato não como substância morta, mas como algo vivo é a *habilidade* do trabalhador, o nível de desenvolvimento do trabalho. (Todavia, o estágio de desenvolvimento, em um dado tempo, da produtividade do trabalho donde se parte compreende a aptidão, a capacidade do trabalhador e também os meios materiais que esse trabalho criou e renova todo dia [...]). Isso é o verdadeiro fator primordial, o ponto de partida, e esse fator é o resultado de um processo de desenvolvimento. *Acumulação* aí é *assimilação*, conservação contínua e ao mesmo tempo transformação do já transmitido, realizado. (MARX, 1985, p. 1341).

Marx considera que, dos objetos, dos produtos do trabalho e das estruturas materiais e sociais existentes na sociedade, afloram as forças essenciais humanas. Porém, considera-se relevante esta citação para a compreensão de que essas forças presentes em potencial nos objetos – que emergem do processo de objetivação – existem apenas na medida em que estão em relação com o indivíduo, ou, mais especificamente, que estão vívidas no trânsito social. Portanto, os objetos são substratos de um tempo histórico e da sociedade humana, com que o indivíduo se relaciona ou não.

Se os produtos se apresentam, em certa medida, como objetivadores da realidade humana para os indivíduos, verifica-se que, em imediata relação com os produtos, também está a formação de necessidades pelo ser humano. Quando se fala em necessidades, de modo algum deve-se pensar apenas no processo de humanização de necessidades biológicas. Cabe reiterar que Marx nunca colocou um ponto de ruptura, uma linha divisória, entre capacidades e necessidades humanas. Mesmo assim, se observa que as necessidades consideradas biológicas podem ser um ponto de partida relevante, elucidativo, para a discussão das necessidades de maneira abrangente. Quando se aborda os seres humanos, deve-se observar, primeiramente, que esses não atendem às suas necessidades na forma animal. Se assim fosse, o ser humano estaria em reciprocidade com o animal, portanto, seria um animal – não permanecendo apenas na categorização biológica em que são equiparados. Em uma célebre passagem, escrita no *Grundrisse*, Marx destaca que:

primeiro, o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado que deve ser consumido de um modo determinado, por sua vez mediado pela sua própria produção. Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. Por essa razão, não é apenas o objeto de consumo que é produzido pela produção, mas também o modo de consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores. (MARX, 2011a, p. 47).

Marx destaca dois aspectos fundamentais: a constante transformação da forma de atendimento das necessidades dos seres humanos, deixando de ser um atendimento imediato, simples, das carências meramente biológicas. Essas passam a ser atendidas de forma amplamente transformada ao longo do tempo, acompanhando o processo de tornar-se humano. O segundo ponto fundamental é a preponderância do processo de produção, decorrente do trabalho humano e das relações sociais, na criação do consumo e, reciprocamente, na formação da subjetividade dos indivíduos¹⁵.

Todavia, a transformação contínua do atendimento das necessidades biológicas, sendo aperfeiçoadas cada vez mais, é apenas o início de uma caminhada contínua do ser humano, ao que podemos chamar da saga humana. Nesse percurso, as necessidades passam a ser eminentemente sociais e históricas. Conforme evidencia Marx, no *Grundrisse*,

[...] as necessidades são produzidas tanto quanto o são os produtos e as diferentes habilidades de trabalho [...] quanto mais as necessidades, elas próprias historicamente postas – necessidades geradas pela própria produção, as necessidades sociais –, necessidades que são elas próprias o resultado da produção e relações sociais, são postas como *necessárias*, tanto mais elevado é o desenvolvimento da riqueza real. *Materialmente* considerada, a riqueza consiste unicamente da diversidade das necessidades (Ibidem, p. 435).

Ao ter claro que as necessidades são produtos sociais, resultantes da produção realizada em determinado tempo histórico através do trabalho humano, identifica-se uma série de implicações, dentre as quais visualiza-se o ser humano como um arcabouço de possibilidades, não preso diretamente aos ditames biológicos, apesar de também ser um ser vivo. Em decorrência do conhecimento acumulado ao longo de gerações; da utilização de instrumentos de trabalho que usam as propriedades naturais, em confrontação/interação novamente com as forças da natureza; a partir de descobertas em que ocorrem aplicações de novas combinações e interações das forças da natureza; se tem que pelo trabalho é posto em movimento pelos seres humanos um *continuum* de necessidades socialmente construídas.

¹⁵ No *Grundrisse*, Marx observa que “o próprio consumo, quando sai da sua rudeza e imediaticidade originais – e a permanência nessa fase seria ela própria o resultado de uma produção aprisionada na rudeza natural – é mediado enquanto impulso, pelo objeto” (MARX, 2011a, p.47).

Pontuou-se, anteriormente, sobre a crescente diversificação dos produtos, tais como objetos de trabalho, produtos semifabricados, instrumentos de trabalho, dentre outros, que compõe o que pode ser designado de produtos do trabalho. Na realidade contemporânea, os produtos não destinados diretamente ao consumo dos indivíduos passam a abarcar uma parte relevante das atividades e das trocas entre os seres humanos. No *Grundrisse*, Marx utiliza como exemplo, já em sua época, a amplitude de produtos relacionados ao contexto da produção agrícola, conforme verifica-se na seguinte passagem:

mas se, p. ex., a própria agricultura se baseia na atividade científica – se precisa de máquinas, de fertilizantes químicos trazidos pelo comércio, de sementes de países distantes etc., e se a manufatura patriarcal rural desapareceu – o que já está contido no pressuposto –, as fábricas de máquinas, o comércio exterior, o artesanato etc. aparecem como *necessidade* para a agricultura. Talvez só possa conseguir o guano por meio da exportação dos artigos de seda. Assim, a manufatura de seda não aparece mais como indústria de luxo, mas como indústria necessária à agricultura. Portanto, é principal e essencialmente porque a agricultura não encontra mais as condições de sua própria produção em si mesma, originadas natural e espontaneamente, mas tais condições existem fora dela como indústrias autônomas – e, com sua existência à margem dela, toda a complexa conexão em que existe essa indústria estrangeira é trazida igualmente para o círculo das condições de produção da agricultura – que aquilo que antes parecia como luxo, agora é necessário, e as assim chamadas necessidades de luxo, p. ex., aparecem como necessidade para a indústria mais natural e nascida da mais pura necessidade natural. (MARX, 2011a, p. 435).

Nesse relato, extremamente atual para a realidade brasileira, Marx explica como as necessidades tornam-se sociais, interligando práticas produtivas nos mais diversos ramos e fazendo a integração de diferentes regiões e países¹⁶.

Atualmente, parte relevante da produção e do comércio mundial é de materiais e bens produtivos. Cada nova necessidade criada e atendida geralmente está relacionada a grandes aparatos para a sua criação e o seu atendimento.

As necessidades expandem-se, também, no que se refere a novos ambientes, a novos espaços de lazer, de convivência, de fruição. No que se refere a maneiras de fruição, bem como de intercâmbio e comércio, cabe destacar a importância das formas de comunicação e locomoção, que geram cada vez mais possibilidades.

Outras necessidades são mais subjetivas, mas não menos relevantes para a sociedade, como destaca Markus (2015), a exemplo da necessidade social do indivíduo ter um trabalho

¹⁶ O que nos interessa neste exemplo é mostrar a constituição das necessidades sociais e a profunda transformação da realidade, da natureza humana; todavia, isso não retira a pertinência de críticas, por exemplo, à maneira como a agricultura é produzida sob a realidade capitalista.

reconhecido socialmente, uma atividade significativa, ou, em outra perspectiva, atividades socialmente aceitas. Evidentemente, destaca o autor, as características destas atividades mudam no curso da história.

Marx, nos seus diversos textos, destaca uma série de necessidades de caráter social, historicamente constituídas. Dentre elas, estão as necessidades coletivas, “[...] como necessidades *socialmente postas*, i. e., as que ele consome e precisa não como indivíduo singular na sociedade, mas coletivamente, com outros – cujo modo de consumo, pela natureza da coisa, é um modo social [...]” (MARX, 2011a, p. 439). Marx refere-se, neste caso, às obras de infraestrutura, como as estradas, pontes, dentre outras. Para além destes exemplos, verifica-se a existência de uma série de necessidades que são de consumo coletivo atualmente, decorrentes essencialmente de demandas sociais, a exemplo do acesso a ofertas educacionais.

Já em relação às necessidades especialmente subjetivas, pode-se destacar as necessidades de valorizar e apreciar o que é considerado belo, a exemplo da contemplação das obras de arte: “a necessidade que o consumo sente do objeto é criada pela própria percepção do objeto. O objeto de arte – como qualquer outro produto – cria um público capaz de apreciar a arte e sentir prazer com a beleza” (Ibidem, p. 47).

Para finalizar esta gama de exemplos, sem a pretensão de esgotar a amplitude de necessidades do ser humano, volta-se ao atendimento das necessidades de caráter mais biológico, a alimentação por exemplo, o saciar da fome: verifica-se, nas sociedades existentes ao redor do mundo, uma infinidade de formas de saciar a fome, de se alimentar. De outro modo, através dos fluxos migratórios, do comércio internacional, da adaptação do ser humano às questões climáticas e da utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos para a produção de alimentos em diferentes regiões, e ainda, em decorrência da globalização das redes de produtos e serviços alimentícios, há um processo de transferência e de constituição de novas necessidades, e muitas vezes um processo de homogeneização do consumo de determinados alimentos.

Várias reflexões são possíveis no que se refere ao atendimento das necessidades pelo ser humano. A primeira delas é o caráter eminentemente social das necessidades, que, mesmo no atendimento das necessidades biológicas, a exemplo da alimentação, são realizadas, sobretudo, de forma social. O segundo aspecto, que já começou a ficar visível através das citações utilizadas nesta discussão, é a relevância, o caráter norteador da produção e dos produtos na formação das necessidades, logo, na constituição dos indivíduos. Conforme Marx observa no *Grundrisse*:

[...] a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção. Cada um é imediatamente seu contrário. Mas tem lugar simultaneamente um movimento mediador entre ambos. A produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltaria-lhe o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento. Uma estrada de ferro não trafegada, que, portanto, não é usada, consumida, é uma estrada de ferro apenas *δυνάμει* [em potencial], não efetivamente. Sem produção, nenhum consumo; mas, também, sem consumo, nenhuma produção, pois nesse caso a produção seria inútil. (MARX, 2011a, p. 46). (Grifos meus).

Marx destaca que a produção produz o ser humano. Ao mesmo tempo, o consumo é fator gerador dos produtos, logo, o consumo também se mostra imediatamente produção. Lembra que uma roupa não trajada não é uma roupa, uma casa não habitada não é uma casa efetiva. Assim o consumo, ao criar a necessidade para a nova produção, atua como impulsor da produção: “se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto de consumo, é igualmente claro que o consumo [...] cria os objetos de produção em uma forma ainda subjetiva. Sem necessidade, nenhuma produção. Mas o consumo reproduz a necessidade” (Ibidem, p. 46-47). Marx, no *Grundrisse*, faz uma análise minuciosa para mostrar a relação recíproca entre consumo e produção. Sob o ponto de vista do produto, lembra que “[...] dá ao consumo sua determinabilidade, seu caráter, seu fim [...] a necessidade que o consumo sente do objeto é criada pela própria percepção do objeto” (Ibidem, p. 47), a exemplo da contemplação da obra de arte citada anteriormente, ou, ainda, da possibilidade de consumir o alimento cozido, ou seja, o alimento cozido cria no indivíduo a necessidade para a fome ser saciada por este alimento, e não por carne crua, por exemplo; outro exemplo: a produção (ou o acesso) e a utilização de determinado conhecimento científico pode construir a necessidade por esse conhecimento, com todas as possibilidades e limites que envolvem tal acesso e formação de necessidade.

No texto *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx também menciona a produção como a origem das necessidades mais subjetivas do ser humano: “religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc. são apenas modos *particulares* da produção e caem sob a sua lei universal” (MARX, 2015a, p. 345).

Neste percurso, Marx conclui que a produção é o determinante na geração de necessidades:

1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo do consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos. Produz, assim, o objeto do consumo, o modo do consumo e o impulso do consumo. Da mesma forma, o consumo produz a

disposição do produtor, na medida em que o solicita como necessidade que determina a finalidade. (MARX, 2011a, p. 47).

Identifica-se que, a partir das necessidades, são produzidos objetos para o atendimento dessas necessidades, e esses objetos geram necessidades renovadas, não as originais, ou seja, são criadas novas necessidades a serem atendidas pelo objeto produzido – o exemplo da produção da carne cozida para o consumo, conforme ocorre ao longo da constituição humana.

Tem-se, desta forma, a preponderância da produção dos objetos na formação das necessidades – aspecto que se intensifica com o modelo de sociedade em curso, estruturado na geração e acumulação do capital¹⁷.

Logo, a partir destes elementos, verificam-se dois aspectos fundamentais. O primeiro deles é que a geração/produção de necessidades na sociedade atual está fundamentada, em grande medida, no interesse de reprodução do capital, está subsumida a esses interesses. Ainda sobre a formação de necessidades no âmbito do capitalismo, verifica-se como segundo aspecto considerado fundamental a ser observado e que, inclusive, está relacionado à possibilidade de superação dessa forma de sociedade – para discutir esta temática, realiza-se o seguinte percurso de análise: se o indivíduo não tem acesso a um objeto, a um produto, ele não terá a necessidade desse produto. Por exemplo, se o indivíduo nunca experimentou determinado alimento, talvez feito em uma realidade diferente, ou mesmo por não ter acesso a esse alimento, ele pode não identificar a necessidade do consumo; existe nesta relação um grande dilema para o capitalista, sendo que este precisa despertar, criar as necessidades, colocando à disposição determinados produtos. Mas, em geral, não são necessidades que todos devem suprir, não são todos que devem ser atendidos, tendo em vista a estruturação das classes sociais existente na realidade capitalista e que é necessária para a manutenção do próprio capitalismo. Em relação a determinados produtos, por exemplo, uma casa de qualidade, uma casa adequada, significativa parcela da sociedade nunca pôde utilizar um produto como esse; entretanto, em geral, os indivíduos identificam essa necessidade por partilharem da mesma sociedade, visualizarem a existência de um produto como esse, lerem a respeito, atuarem como trabalhadores na construção dessas moradias, confrontarem as

¹⁷ As crises cíclicas do sistema capitalista de produção, crises em geral de superprodução, geradas pela concorrência intercapitalista e pela falta de condições de consumo por ampla parcela da população, fazem com que a criação de novos produtos seja um imperativo para a geração de novos valores de uso, para a criação de novas necessidades, assim como para que ocorra um acréscimo de valor nos produtos, e com isso gere um novo fôlego no processo de acumulação capitalista.

possibilidades de moradias com a realidade em que vivem; portanto, nessa relação, identificam as possibilidades existentes na sociedade. Todavia, esta análise deve prosseguir no âmbito de outros aspectos que perfazem a produção da vida, a exemplo do acesso a uma educação de qualidade, que contribua para a compreensão da realidade; ou, ainda, a construção de um projeto de sociedade diverso do atual, ou seja, se essas necessidades não forem produzidas nos indivíduos, ou mesmo concebidas inicialmente, e então visualizadas e compreendidas (mesmo em potencial), não se tornarão uma necessidade para uma parcela significativa da sociedade.

Da mesma forma, com o surgimento de novas necessidades, forma-se um emaranhado de relações entre as necessidades já criadas, por exemplo, através do acesso a uma educação de qualidade, que possibilite uma maior compreensão da realidade na sua concretude; também, a partir da compreensão da possibilidade de existência de outros projetos de sociedade, pode o indivíduo compreender que uma moradia de qualidade, digna, conforme o exemplo usado anteriormente, é uma realidade que deve estar disponível para todos; ou seja, no lugar de uma necessidade resignada, quase utópica para uma parcela significativa da sociedade, pode surgir uma necessidade de outro caráter, uma necessidade vívida, carregada de uma complexidade muito maior e, portanto, também de possibilidades.

Verifica-se, a partir desta análise, que, através das classes sociais e da divisão social do trabalho, criam-se realidades estanques na sociedade, em que parte relevante da manutenção dessa realidade social ocorre pela produção ou não de determinadas necessidades, e pela não compreensão de que existem outros ‘produtos’, outras possibilidades de humanização e de compreensão da realidade, e, objetivamente, outras realidades possíveis, que podem ser construídas.

O ser humano como um ser social e a relação do ser humano com o gênero humano

Percorreu-se, até o momento, inúmeros aspectos que são constituintes do ser humano e da sociedade na sua totalidade. Cabe evidenciar, a partir de agora, o caráter social do ser humano: este é um ser social, um ser comunal. Quando o ser humano produz objetos, busca o atendimento de necessidades, cria instrumentos de trabalho e forma uma complexa rede de relações entre os indivíduos, aspectos que se constituem também na relação entre as gerações,

tem-se como significado, como eixo central, o fato dos seres humanos se constituírem em grupo, em sociedade. Nos *Cadernos de Paris*, Marx afirma que os seres humanos produzem afirmando, confirmando a sua essência, que é a comunidade humana, o ser social (MARX, 2015b). Se o ser humano pode ser compreendido como um indivíduo no atual tempo histórico, no adequado sentido do termo, por outro lado também é, conjuntamente, um ser social. O ser humano é fruto dessa dialética, ou seja, da imbricada relação entre a sociedade e a realidade material e histórica, que perpassa a sua vida e as suas escolhas, ou escolhas possíveis.

Marx, em conhecida passagem dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, menciona que,

mesmo quando estou *cientificamente* ativo etc., uma atividade que eu raramente posso executar em comunidade imediata com outros, estou socialmente ativo, porque [ativo] como *homem*. Não só o material da minha atividade – como a própria língua na qual o pensador é ativo – me é dado como produto social, a minha existência *própria* é atividade social; por isso, o que eu faço de mim, faço de mim para a sociedade e com a consciência de mim como um ser social. [...]. É sobretudo de evitar de novo a “sociedade” como abstração face ao indivíduo. O indivíduo *é o ser social*. A sua exteriorização de vida – mesmo que ela não apareça na forma imediata de uma exteriorização de vida *comunitária*, levada a cabo simultaneamente com outros – é, por isso, uma exteriorização e confirmação da *vida social* (MARX, 2015a, p. 347; 348).

A própria atividade do ser humano, realizada mais individualmente ou mais coletivamente, é atividade social; trata-se de atividade humana, carregando todo o significado que a expressão “ser humano” traz consigo. Algo bastante relevante nesta citação, também, é o fato de mencionar que o próprio idioma em que o indivíduo pensa é fruto de relações sociais. Portanto, o indivíduo se constitui a partir de uma imbricada relação de si com a sociedade, que ocorre desde o nascimento e perdura por toda a vida. Assim como cada indivíduo compõe a sociedade na sua individualidade, o inverso também é verdadeiro; o caráter comunal, o caráter social, está contido no indivíduo.

Estes aspectos remetem a pontos importantes. O primeiro deles é que Marx explicita que o caráter comunal, a sociabilidade, compõe a essência do ser humano, juntamente com o trabalho; ambos são processos fundamentais de constituição e de universalização dos indivíduos¹⁸.

¹⁸ Ao longo deste capítulo, abordar-se-á, de forma mais detida, qual é a compreensão de Marx sobre a essência humana.

Verifica-se que, mesmo sendo o trabalho um aspecto basilar, imprescindível, a vida social mais ampla também é importante componente da constituição dos indivíduos. Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, menciona que:

o homem – por muito que seja portanto um indivíduo *particular* e, precisamente, a sua particularidade faz dele um indivíduo e uma comunidade [*Gemeinwesen*] *individual* real – é tanto a *totalidade*, a totalidade ideal, a existência subjetiva para-si da sociedade sentida e pensada como também existe na realidade, quer como intuição e fruição real da existência social, quer como uma totalidade de expressão humana (*Lebensäußerung*) da vida. (MARX, 2015a, p. 348).

O indivíduo é a existência sentida e pensada, assim como a existência real da sociedade, em todos os seus aspectos, em toda a sua expressão e amplitude – na relação que determinado ser humano possui com a sociedade. Markus (2015, p. 60) lembra que, para Marx, “a sociabilidade caracteriza o indivíduo *como um todo*, permeia todas as formas de atividade vital”.

Marx e Engels, na *Ideologia Alemã*, destacam a relação entre os próprios indivíduos, na vida em sociedade, como um importante constituinte do caráter humano:

[...] o desenvolvimento de um indivíduo é condicionado pelo desenvolvimento de todos os outros com os quais ele se encontra em intercuro direto ou indireto. [...]. Em poucas palavras, é evidente que um desenvolvimento sucede e que a história de um indivíduo singular não pode ser de modo algum apartada da história dos indivíduos precedentes e contemporâneos, mas sim é determinada por ela. (MARX; ENGELS, 2007, p. 422). (Grifos meus).

Todos estes aspectos mostram que a constituição dos indivíduos ocorre a partir da relação desses com a amplitude social e histórica que compõe a realidade, em toda a sua complexidade, em que os indivíduos se apropriam ou não de determinada realidade e agem sobre essa, realizando ou não determinadas objetivações. Os indivíduos permanecem em um processo cíclico, dialético, que relaciona a constituição individual com a produção e a reprodução da realidade no âmbito de determinada sociedade.

Verifica-se, ainda, que as próprias relações sociais são pressupostos da reprodução da vida na realidade atual, de forma material e objetiva. Por exemplo, a partir do processo de troca, os indivíduos começam a produzir uns para os outros, e os diferentes objetos produzidos passam a atuar de forma complementar no atendimento das suas diferentes necessidades. Mesmo o trabalho que o indivíduo faz de forma singular, não significa tratar-se de um trabalho autônomo, existindo geralmente uma diversidade de trabalhos complementares ao objeto que está sendo produzido, e também não significa, em especial, que o indivíduo irá atender todas as suas necessidades de forma isolada, sem precisar do

trabalho de outros. O trabalho se apresenta como trabalho coletivo, trabalho que se soma, que se complementa. Cabe salientar que essa complementariedade não significa que é realizada de forma consciente, compreensível, e própria ao indivíduo, bem como decidida de forma individual e coletiva. Como destaca Markus (2015), os indivíduos:

[...] tornam-se membros de um ‘agrupamento que trabalha’, embora a combinação de seus trabalhos não resulte da sua associação consciente e voluntária sujeita ao seu próprio controle, mas é o resultado objetivo da existência de uma rede de laços sociais reificados que se estabelece de forma velada. (MARKUS, 2015, p. 65).

A discussão das características que Markus aponta nesta citação, tais como a não associação consciente e voluntária a determinado trabalho, e também o trabalho não estando sob o controle do indivíduo e da coletividade no âmbito da realidade capitalista, serão discutidas em maior profundidade no tópico deste capítulo em que é abordada a categoria alienação.

Buscando avançar na discussão aqui realizada, verifica-se que, em imediata relação ao caráter social, comunal do ser humano, está a categoria gênero humano.

Conforme enfatiza Marx (2015a), nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, tanto os objetos, os fazeres, as necessidades e também os sentidos são todos humanos, criações históricas e sociais. Desta forma, os indivíduos também precisam aprender a serem humanos, a agirem, a pensarem, a perceberem esteticamente, como seres humanos.

Nesta direção, no mesmo texto, Marx menciona que:

o homem, porém, é não apenas ser da natureza, mas ser da natureza *humano*; i. é, ser que é para si próprio, por isso *ser genérico*, como tal ele tem que se confirmar tanto no seu ser quanto no seu saber. Portanto, nem os objetos *humanos* tal como imediatamente se oferecem são objetos da natureza, nem o *sentido humano* tal como imediatamente é, objetivamente é, é sensibilidade *humana*, objetividade humana; nem a natureza – objetivamente – nem a natureza subjetivamente está imediatamente dada, de um modo adequado, ao ser *humano*. E como tudo o que é natural tem de *nascer*, também o *homem* tem o seu ato de nascimento, a *história*, que é, contudo, para ele um ato de nascimento sabido e por isso que se suprime com consciência enquanto ato de nascimento. A história é a verdadeira história natural do homem. (MARX, 2015a, p. 377).

Marx (2015a) evidencia que o ser humano tem um ato de nascimento que se supera ou se suprime: trata-se de um segundo ato de nascimento, o nascimento social, que se transforma, participando o ser consciente desta transformação.

Nascimento social, esse que também ocorre pelo fato de o ser humano, em sociedade, transformar a natureza e constituir uma realidade humana.

Precisamente a universalidade do homem aparece praticamente na universalidade que faz de toda a natureza o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, como na medida em que ela é 2) o objeto/matéria e o instrumento da sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, quer dizer, a natureza na medida em que não é ela própria corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer. (MARX, 2015a, p. 311).

Marx concebe a universalidade do ser humano como o seu potencial e a sua atuação efetiva e abrangente perante a natureza; portanto, o ser humano, pelo trabalho, torna-se um ser universal, ao fazer de praticamente toda a natureza o seu corpo – o que implica também na construção de uma natureza humana transformada ao longo do tempo, e também que se concebe em uma perspectiva de totalidade da sociedade (MARX, 2015a).

Desta forma, diferentemente das características hereditárias, que são transmitidas biologicamente, pode-se falar em gênero humano.

Markus (2015) esclarece que Marx usa com frequência a expressão gênero (*Gattung*) para designar os animais de uma espécie: cada *especiei* está relacionada a um *generi*. O ser humano pode ser considerado um ser genérico (*Gattungswesen*), tendo um gênero próprio, tendo em vista o caráter peculiar de sua constituição perante a natureza e perante as demais espécies.

Nesta perspectiva, por exemplo, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx traz uma passagem relevante para a compreensão de um dos motivos do por que falar em gênero humano:

no modo de atividade vital reside todo o caráter de uma *species*, o seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem [...] o animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É ela. O homem faz a sua própria atividade vital objeto da sua vontade e da sua consciência. Tem atividade vital consciente. Não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele se confunda imediatamente. A atividade vital consciente diferencia imediatamente o homem da atividade vital animal. Precisamente apenas por isto ele é um ser genérico. (MARX, 2015a, p. 311-312).

Portanto, a partir do caráter essencialíssimo do ser humano, da sua capacidade de se apropriar da realidade e de transformá-la, através da sua atividade consciente e livre, constituindo uma realidade humana, pode-se falar em gênero humano. No entanto, o que expressa esse gênero específico, humano, não é apenas esse potencial de transformação e de constituição do próprio caráter humano, mas também o próprio arcabouço constituinte do ser humano em determinado tempo histórico e de forma imediatamente relacionada, também o resultado dessa constituição humana que se transforma ao longo do tempo. Se apenas o

primeiro aspecto fosse o caracterizador do gênero humano, ou seja, o potencial de transformação da realidade, referir-se-ia a um gênero estanque ao longo do tempo. Portanto, é uníssono o potencial de transformação da realidade, da capacidade de se autoproduzir como ser humano, com o que é constituído, com a produção de determinado ser humano histórico-social.

Assevera-se mais uma vez que o ser humano não se constitui de forma pronta, acabada, a partir do caráter biológico recebido ao nascer. Verifica-se que são constituintes do gênero humano todos os aspectos caracterizadores da humanidade, ou seja, todo o arcabouço objetivo, teórico e cultural produzido pela humanidade, elementos que são apropriados e objetivados ao longo de gerações pela sociedade, assim como o gênero humano também se transforma ao longo do tempo, tornando-se outro. Todos esses aspectos de que o ser humano passa a fazer uso, “[...] expirando e inspirando todas as forças da natureza [...]” (MARX, 2015a, p. 374), são denominadas por Marx como um “corpo inorgânico”, de tão relevantes para o ser humano, por se apresentarem como elementos constituintes, definidores do ser humano; portanto, na analogia feita pelo autor, o ser humano possui um corpo ampliado, que se estende a todas as forças da natureza e, também, que se transforma ao longo do tempo.

Leontiev (2004) explica que o processo de apropriação da realidade é elemento fundamental para a constituição do gênero humano, diferenciando-o dos demais animais, conforme se verifica:

a diferença fundamental entre os processos de adaptação em sentido próprio e os de apropriação reside no fato de o processo de adaptação biológica transformar as propriedades e as faculdades específicas do organismo bem como o seu comportamento de espécie. O processo de assimilação ou de apropriação é diferente: o seu resultado é a reprodução, pelo indivíduo, das aptidões e funções humanas, historicamente formadas. Pode dizer-se que é o processo pelo qual o homem atinge no seu desenvolvimento o que é atingido, no animal, pela hereditariedade, isto é, a encarnação nas propriedades do indivíduo das aquisições do desenvolvimento da espécie. (LEONTIEV, 2004, p. 180-181). (Grifos meus).

Leontiev deixa claro que o desenvolvimento da constituição humana, do caráter humano – analogamente, o que é obtido no animal pela hereditariedade – no ser humano, para além dos aspectos hereditários recebidos ao nascer, deve ocorrer a partir da obtenção do lastro objetivo de vida, componente do gênero humano e, por sua vez, também constituinte desse.

Neste processo de constituir-se como ser humano, Marx demonstra, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, o quão abrangente é a capacidade social nesse processo de constituição humana e, também, nas compreensões que os indivíduos têm da realidade, conforme pode-se verificar na passagem a seguir:

[...] os *sentidos* do homem social são *outros* sentidos que os do não social; somente pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana é em parte produzida, em parte desenvolvida a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva – um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, somente, em suma, sentidos capazes de fruição humana, sentidos que se confirmam como forças essenciais *humanas*. Pois não é só os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), numa palavra, o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, apenas advêm pela existência do *seu* objeto, pela natureza *humanizada*. (MARX, 2015a, p. 352).

A própria forma de ver, sentir, ouvir as coisas, está diretamente relacionada à constituição social que cada ser humano teve acesso, incluindo as forças essenciais humanas presentes nos objetos; em suma, aspectos que atuam na constituição do gênero humano, e, dialeticamente, na relação com o gênero humano constituem-se também os indivíduos.

Duarte (2013) destaca que o próprio desenvolvimento de determinadas estruturas do sistema nervoso forma-se apenas em decorrência das atividades realizadas por cada ser humano; “[...] essas estruturas podem não se formar se não existirem, para uma determinada pessoa, certas atividades” (DUARTE, 2013, p. 41).

Ao se observar a estrutura biológica do ser humano no processo de formação de uma criança, a filogênese, com o que esta estrutura se depara no processo de desenvolvimento histórico do ser humano, tendo em vista a complexidade e magnitude alcançada pelo gênero humano, verifica-se o quão relevante e complexo é o processo de apreensão da sociedade atual pelo ser humano e o quão significativo foi o seu alcance, haja vista, conforme lembra Vygotski (2012), o desenvolvimento da humanidade ocorreu sem que houvesse modificações substanciais no tipo de homem – biológico – desde quando a espécie *Homo Sapiens* alcançou uma situação mais ou menos constante; por outro lado, significativa transformação social, científica e tecnológica tem ocorrido em período recente. Desta maneira, evidencia-se, também, um processo cumulativo ao longo da história da humanidade, de produção de conhecimentos, de realizações objetivas e, portanto, da respectiva transformação da natureza humana.

É relevante observar que o processo de apropriação e objetivação, constituinte dos seres humanos, não se dá sem a mediação dos outros seres humanos, ocorrendo, em grande medida, através do processo educativo, conforme destaca Leontiev:

as aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente *dadas* aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que as encarnam, mas são aí apenas *postas*. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles *as suas* aptidões, “os órgãos da sua individualidade”, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os

fenômenos do mundo circundante através dos outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança *aprende* a atividade adequada. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de *educação*. (LEONTIEV, 2004, p. 290).

É relevante destacar que, pelo processo de mediação, neste caso, da educação dos seres humanos, viabiliza-se muito do processo de apropriação e da realização de novas objetivações. Por outro lado, com a ausência da educação como um elemento mediador entre o indivíduo e o arcabouço constituinte da realidade humana, ou com uma oferta educacional destituída do propósito do indivíduo de se apropriar e de se objetivar a partir de elementos relevantes que constituem o gênero humano, tem-se cerceado o acesso ao próprio constituir-se como ser humano, ou, então, por outro olhar, constitui-se um ser humano restrito, com limitadas possibilidades. Clarifica-se, a partir desta análise, que o acesso ou não a determinados conhecimentos implica na definição de quais seres humanos sociais deseja-se construir e, numa relação dialética, qual o gênero humano deseja-se resultante, sendo que o gênero humano não é estanque, pelo contrário, está diretamente relacionado aos interesses coletivos no âmbito da sociedade, com os projetos de sociedade em disputa e com aqueles já implementados, postos socialmente – o gênero humano é a síntese da sociedade historicamente constituída.

Para exemplificar esta discussão, em especial a relação do indivíduo com o acesso aos conhecimentos, com o processo educativo, traz-se um exemplo utilizado por Saviani (2012a, p. 19), por ser um exemplo bastante elucidativo:

a expressão *segunda natureza* parece-me sugestiva justamente porque nós, que sabemos ler e escrever, tendemos a considerar esses atos como naturais. Nós os praticamos com tamanha naturalidade que sequer conseguimos nos imaginar desprovidos dessas características. Temos mesmo dificuldade em nos recordar do período em que éramos analfabetos. As coisas acontecem como se se tratasse de uma habilidade natural e espontânea. E no entanto trata-se de uma habilidade adquirida e, frise-se, não de modo espontâneo. A essa habilidade só se pode chegar por um processo deliberado e sistemático.

O exemplo utilizado por Saviani é relevante para a compreensão do processo de constituição dos indivíduos frente ao histórico caldo social, cultural e material que forma o gênero humano e, em especial, à relação entre os seres humanos na transmissão de conhecimentos, evidenciando o complexo processo de constituição do indivíduo a partir da formação sócio-histórica de uma natureza humana.

O ser humano, ao constituir-se no âmbito da realidade social em que está inserido, e também pelo fato de fazer parte do gênero humano – o que pressupõe também o seu caráter universal, gerando uma relação dialética de influências – tem essa constituição realizada

através da mediação de outros seres humanos, tratando-se de um processo educativo. Todavia, a realidade não é dada pronta ao indivíduo: “os objetos humanos não são simplesmente dados ao homem, mas são *postos* a ele como *metas*” (MARKUS, 2015, p. 55). E, mesmo os indivíduos que fazem a mediação da realidade através do processo educativo, não são responsáveis, em absoluto, pela forma como será apropriada a materialidade e a objetividade social e humana pelos indivíduos que dela tiveram acesso. Isso traz diversas questões relevantes, tais como: é preciso o movimento, a atividade vital do ser humano sobre a realidade, para que esse se aproprie do mundo humano e das suas potencialidades, para poder viver em sociedade, para poder se constituir como ser humano – claro que a própria atuação humana, a própria intencionalidade, é influenciada também pela interação dialética que o indivíduo tem com a realidade, sendo, em grande parte, construída socialmente.

Outro aspecto relevante é que, metaforicamente, o ser humano é um livro aberto, apto a escrever a si mesmo e de maneira abrangente, de escrever a constituição humana através das escolhas e a partir das relações e contradições com que se depara na realidade. As escolhas dos seres humanos abrem um espectro de possibilidades, sendo carregadas de valores, os quais são, também, historicamente formados. O ser humano, por exemplo, pode escolher se direcionar a buscar a autonomia dos indivíduos em sociedade, a liberdade, a solidariedade, o caráter próprio do trabalho, mas, por outro lado, também pode ser objeto de escolha o individualismo, a subjugação do ser humano pelo próprio ser humano, a alienação do ser humano pelo ser humano, dentre outros aspectos possíveis. Ressalta-se, nesta discussão, a tênue e dialética relação entre a constituição social e histórica do ser humano e as suas escolhas.

A constituição dos indivíduos e das suas consciências como um processo histórico e social

No percurso realizado até o momento, diversos aspectos foram trazidos à discussão: foi abordado que a linguagem é um processo histórico-social e que atua, inclusive, na formação da consciência, sendo que os pensamentos têm a linguagem como elemento estruturante, bem como trata-se de uma objetivação social que liga o indivíduo com a humanidade; expôs-se que a sensibilidade sobre a realidade é humana, a capacidade de apreciar, por exemplo, o que é belo, um ouvido para a beleza musical, o olho que consegue

apreciar a obra de arte, é também decorrente do acesso a determinados objetos, é fruto de uma construção social que forma a sensibilidade humana; ressaltou-se que até mesmo estruturas do sistema nervoso só são formadas quando do acesso do ser humano a determinadas atividades/possibilidades; observou-se que a leitura e a escrita, muitas vezes identificadas por quem as domina com maestria como algo tão simples, são, na verdade, decorrentes de uma longa e complexa relação do indivíduo com as construções sociais e resultado de um processo sistematizado de apropriação e transmissão da realidade humana pelo outro, um processo educativo, portanto; a partir de tudo o que foi exposto até o momento, como se pode falar de indivíduo, no adequado significado do termo? O ser humano não seria apenas um ser social?

Marx, no *Grundrisse*, observa, de forma aparentemente contraditória, que o ser humano “só se individualiza pelo processo histórico” (MARX, 2011a, p. 407). O autor menciona que, nas relações comunitárias existentes em período de tempo mais longínquo, o ser humano se apresentava como um ser tribal, um ser gregário, intimamente ligado, indissociado, do grupo em que fazia parte. Essas comunidades apareciam aos seus membros como condições naturais e imutáveis, e a vida, inclusive, como um acidente circunstancial do indivíduo perante esse corpo social. Tratava-se de realidade em que a vida singular do ser humano era mediada pela comunidade em que esse se inseria, e a própria comunidade aparecia como uma forma particular de propriedade, tendo uma relação com a natureza e uma relação produtiva determinada coletivamente, geralmente trabalho familiar e comunitário (MARX, 2011a).

A transformação produtiva e o processo de troca, logo, a transformação da vida em sociedade, foram fundamentais para o processo de constituição do “indivíduo”, no adequado sentido do termo, contribuindo para que a vida tribal, gregária, se tornasse supérflua, deixando de existir. No *Grundrisse*, Marx menciona que, a partir da realidade capitalista, “o espírito social do trabalho adquire uma existência objetiva fora dos trabalhadores singulares” (Ibidem, p. 436-437) e, ao mesmo tempo, fora do caráter comunitário, tribal. Mesmo sendo um trabalho amplamente combinado no sistema produtivo capitalista, ocorre a mudança do *locus* da relação de produção, não sendo mais o trabalhador parte do corpo comunitário, apesar de manter relações produtivas amplamente dependentes no sistema capitalista. Markus (2015, p. 54) menciona que “o desenvolvimento capitalista da indústria novamente reintroduz diretamente o trabalho coletivo-cooperativo em larga escala, mas o princípio de colaboração agora está *oposto* aos trabalhadores, na forma de coisas externas e alienadas [...]”. A partir da sociedade capitalista, cada vez mais o ser humano deixa de estar vinculado à uma comunidade e a relações de trabalho que outrora se constituíam a partir de relações naturalizadas, formadas

pelo vínculo hereditário, pela consanguinidade natural ou pelas relações de dominação e de servidão (MARX, 2011a).

Da mesma forma, a complexa relação social que passa a existir contribui para que cada ser social se torne único, a partir de uma imbricada relação social, com influências que são únicas nos vários níveis de movimentos da realidade – singular, particular e universal – captadas de forma única e com escolhas e reações também únicas. O mesmo se pode falar em relação aos elementos apontados anteriormente, seja um ouvido para a música, a capacidade de apreciar uma obra de arte, a escrita e a linguagem, a formação de capacidades cognitivas específicas, dentre outros aspectos que são elementos formadores do indivíduo, tanto em relação às capacidades específicas obtidas ao longo da vida quanto em relação ao caráter unitário de cada indivíduo, que pode ser verificado a partir do percurso e das escolhas que realiza ao longo da vida. Desde o momento do nascimento, cada indivíduo recebe uma base material de vida muito específica, seja de alimentos, de estímulos e de influências em um determinado contexto social e realidade particular, reagindo e realizando escolhas ao longo da vida, realizando ou não apropriações e objetivações. Esse caráter próprio, único a cada sujeito social, contribui para a sua designação como indivíduo.

Se não é possível homogeneizar os indivíduos em sociedade, a partir do que foi exposto até o momento, por outro lado, o caráter dado pela sociedade aos indivíduos, ou o gênero humano construído e acessado, é determinante para a constituição dos diferentes grupos sociais, determinante na constituição dos indivíduos a partir da relação que esses possuem entre si, por exemplo, compondo as diversas classes sociais e com elas também se relacionando mutuamente. Se os indivíduos têm acesso a estímulos, influências, objetos, que são similares, terão constituições sociais mais aproximadas. As próprias escolhas dos indivíduos são escolhas possíveis a partir de uma realidade circunscrita; são, ainda, escolhas construídas e realizadas a partir de uma miríade de relações das quais o indivíduo teve acesso, formadoras de percepções, de compreensões prévias da realidade, em um processo extremamente dialético.

É preciso reforçar que o ser humano não é apenas uma tábua rasa, passiva, em que se escreve, se desenha, se formula, ou seja, não existe uma relação mecânica entre a realidade sócio-histórica e a sua constituição. Cada indivíduo faz apropriações da realidade, faz escolhas, é um ser vivo que age perante o mundo. Por outro lado, como vem sendo discutido até o momento, esse também não é um ser apartado da realidade social, circunscrevendo o seu percurso de vida de forma isolada, autônoma, como se abstraído da realidade. Cabe observar que o ser humano “[...] só pode constituir a sua vida a partir da materialidade a qual lhe é

fornecida pelas circunstâncias históricas, pela sua sociedade” (MARKUS, 2015, p. 65). É pertinente observar, inclusive, que o ser humano só é ser humano em decorrência da vida em sociedade, da construção humana pelo qual ocorre a sua constituição. Não existe ser humano uno, sem relação com outros seres humanos; estaríamos falando apenas abstratamente da respectiva espécie biológica – ainda assim, desprovida dos elementos para a sua geração e sobrevivência.

Ao se discutir o processo de individualização do ser humano, é fundamental abordar também a forma de constituição das consciências dos indivíduos. Para Marx, o ser humano só é um ser que possui um gênero humano, próprio, porque tem atividade vital consciente, o que o difere dos animais (MARX, 2015a). A leitura que os animais realizam sobre a realidade está diretamente relacionada com os objetos que atendem às suas necessidades, sendo esses objetos significativamente restritos a partir da configuração biológica que cada animal recebe. Já o ser humano apreende subjetivamente a realidade – realidade que foi acessada e apreendida –, o que o habilita a se relacionar com o gênero humano e também a constituí-lo. Da mesma forma, diferentemente dos animais, que possuem uma relação direta entre as suas necessidades e os objetos que as atendem, o ser humano – no seu caráter universal – passa a atender as suas necessidades de forma cada vez mais complexa, a partir de complexas mediações e relações com a sociedade, o que faz com que a leitura da realidade feita pelo animal e a realizada pelo ser humano sejam bastante diferentes, existindo estruturas de apreensão da realidade e capacidades muito diversas.

A separação e a complexificação da relação entre o ser humano e o objeto, entre a necessidade e o objeto que irá atendê-la, na sua relação com a sociedade e a partir do seu significado na constituição social, se mostram como elementos fundamentais para a constituição da consciência e para a compreensão da consciência de si, a autoconsciência.

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx menciona que:

como *consciência genérica*, o homem confirma a sua *vida social* real e apenas repete no pensamento a sua existência real, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica e é, na sua universalidade, como ser pensante, para-si. (MARX, 2015a, p. 348).

A consciência é a realidade subjetivada pelo indivíduo. Essa realidade é acessada pelo indivíduo, apropriada ou rejeitada, compondo, neste processo, a formação da consciência. Como menciona Marx, a consciência é a vida social real que se repete no pensamento. O pensamento do indivíduo está em relação direta com o seu ser: “[...] pensar e ser são decerto *diferentes*, mas simultaneamente estão em unidade um com o outro” (Ibidem, p. 348). Da mesma forma, o ser humano, sendo um ser genérico, se confirma socialmente em

uma consciência genérica, ou, mais especificamente, a consciência genérica compõe, é formadora da consciência individual e, por sua vez, o inverso também ocorre.

Portanto, a consciência humana advém a partir da interação do indivíduo com a realidade e, também, através da mediação entre os seres humanos para a compreensão do que compõe a vida humana – através de um processo educativo ocorre a apropriação de elementos que compõe o gênero humano. Neste contexto, verifica-se ser fundamental observar a linguagem agindo em intrínseca relação e simultaneidade como mediadora da realidade e constituinte da consciência. A linguagem se apresenta como um processo social, de signos e significados, utilizada como forma de interação, de comunicação da realidade e de apropriação e objetivação dessa pelos indivíduos, pelas suas subjetividades. Através da linguagem o ser humano adquire as capacidades psíquicas especificamente humanas de subjetivação da realidade: através da linguagem ele apreende a sua realidade, apreende o mundo de forma pensada. Em uma passagem bastante elucidativa da *Ideologia Alemã*, Marx e Engels mencionam que:

a linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. (MARX; ENGELS, 2007, p. 34-35).

Esta análise sobre a linguagem e o que ela representa para o ser humano evidencia, através de novos elementos, que o ser biológico não nasce um ser humano, ele se constitui um ser humano. Pode-se dizer que, ao nascer, somos seres humanos em potencial apenas. Ademais, a citação apresentada demonstra duas questões fundamentais: primeiro, a linguagem como um elemento fundamental na constituição do ser humano, na transmissão do caráter humano para o outro e do outro para ele; segundo, a consciência é um produto social. Sobre este último aspecto, o que à primeira vista poderia representar uma leitura contraditória, díspar, entre dois elementos que aparentemente estariam separados, revela, na verdade, toda a complexidade e toda a grandeza que é a constituição humana; revela que a constituição da consciência do ser humano está em construção, em disputa, é fruto de escolhas e da atuação dos seres humanos frente à realidade material e objetiva em determinado tempo histórico.

Buscando avançar na compreensão do processo de formação da consciência, cabe trazer Markus (2015) à discussão, ao mencionar o autor que:

o homem só pode se tornar consciente do mundo circundante como algo independente de si mesmo, como uma realidade objetiva que consiste de elementos permanentes – “coisas” – apenas pela decomposição da situação concreta que atua sobre os sentidos, em elementos que correspondam a essa

articulação fixada na estrutura semântica da linguagem, ou seja, em elementos os quais têm um significado socialmente determinado, constante e geral, independente de suas experiências e necessidades individuais. (MARKUS, 2015, p. 77).

A linguagem constitui, no âmbito da consciência, o caráter social e objetivador da realidade, discernindo o próprio indivíduo dos objetos, do ambiente e da realidade em geral. Obviamente que o ser humano pode identificar e apreender novos aspectos da natureza e mesmo sociais – assim como ocorre há milênios – mas esses necessitam ser precisados na realidade, constituídos socialmente e, neste processo, apreendidos subjetivamente na consciência. Uma realidade não acessada e apreendida pelo indivíduo, conscientemente, não é uma realidade para esse indivíduo, mesmo que exista materialmente. Conforme destaca Markus (2015), através da linguagem ocorre a transmissão do “significado” social das coisas que compõem a realidade. Ao existir um significado social previamente constituído, não basta apenas a interação físico-fisiológica entre o ser humano e o meio circundante para a apreensão dessa realidade e para a formação dos sentidos, sendo que essa realidade humana se constitui como um processo histórico-social realizado ao longo de gerações, um processo determinado pela produção social. Desde o nascimento, o ser humano constitui a sua consciência a partir da linguagem e da sua relação objetiva com a realidade, sendo, portanto, um produto social¹⁹.

Nesta relação, através da consciência o indivíduo constitui “sentidos” sobre a realidade. Passam a ser afetas a ele as forças essenciais humanas presentes nos objetos e em tudo mais o que compõe a sua realidade, sendo compreendidas, sentidas, apreciadas, apropriadas ou refutadas na relação com o seu viver. Como já apontado anteriormente, Marx (2015a) menciona que é preciso um ouvido preparado para escutar a bela música, um olho preparado para apreciar a obra de arte, assim como a construção social e individual de outros sentidos, os sentidos humanos, que não se limitam aos cinco sentidos. A realidade, ao mesmo tempo em que é construída, é recepcionada na consciência do indivíduo através da linguagem. Só será um objeto que se torna um sentido para o ser humano se esse for uma força essencial humana acessada e apropriada pelo ser humano, cabendo reforçar que “[...] os *sentidos* do homem social são *outros* sentidos que não os do não social; somente pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana é em parte produzida, em parte desenvolvida a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva [...]” (MARX, 2015a, p. 352).

¹⁹ Contribuições importantes em relação à discussão sobre os “sentidos” e os “significados” sociais podem ser encontradas também nas obras de Leontiev (1978, 2004).

Ao abordar os *significados* e *sentidos*, cabe destacar justamente a imbricada relação entre ambos. Os significados sociais somente são assim entendidos, somente são significados, portanto, por estarem presentes como sentidos na consciência dos indivíduos que compõe a sociedade, podendo ou não serem confirmados pela realidade concreta existente.

Ao falar a respeito dos sentidos, cabe recapitular que, para Markus (2015, p. 77), esses estão relacionados à “[...] elementos os quais têm um *significado* socialmente determinado, constante e geral, independente de suas experiências e necessidades individuais”. Compreendemos que essa constância na determinação dos significados sociais pode ser identificada até certo ponto, sendo que muitos objetos, muitos componentes que fazem parte da realidade, têm um significado social mais ou menos constante para uma parcela significativa dos indivíduos que compõe a sociedade. Todavia, esse processo começa a se complexificar justamente quando são abordadas questões mais complexas, a exemplo de interpretações da realidade, de projetos de sociedade em disputa, de ideologias, dentre outros aspectos. A partir desta perspectiva, pode-se questionar: é significado social a partir do olhar de quem, de qual leitura social ou de qual concepção de ciência? A ciência de caráter positivista, por exemplo, ou a ciência lastreada no materialismo, na historicidade e na dialética? Estas perguntas buscam evidenciar que os significados, logo também os sentidos, são elementos em disputa e também em constante transformação. Assim, observa-se que os significados sociais podem ser compreendidos na forma de gradações, que começam por objetos que fazem parte do cotidiano dos indivíduos, posteriormente verificam-se as relações sociais mais complexas, com significados sociais em maior nível de disputa e, por fim, significados sociais nem mesmo acessados por parcela significativa da sociedade, sendo significados dentro de meios restritos, em especial na sociedade capitalista, a exemplo de conhecimentos científicos – e que fazem parte de uma determinada perspectiva de ciência.

A partir dos aspectos abordados até o momento, identifica-se a necessidade de se avançar na discussão de outros elementos relacionados à consciência humana: ao se falar de consciência e da capacidade de apreender a realidade, formando sentidos sociais a partir da realidade que se apresenta ao indivíduo como forças essenciais humanas, cabe enfatizar, por outro lado, também a capacidade dos indivíduos de projetarem a realidade na consciência, ou seja, a capacidade de antever a realidade, de imaginar, de conceber na consciência, por exemplo, um ato produtivo. Em uma passagem bastante conhecida de *O Capital*, Marx menciona que:

uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que

desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2013a, p. 255-256).

Nesta passagem, Marx reforça o caráter teleológico da consciência, o que é fundamental para o processo de produção e reprodução da realidade humana. A capacidade teleológica é fundamental no processo de transformação da produção e na reprodução do conhecimento e da realidade, contribuindo também para a relação entre diferentes práticas produtivas e para a sua complexificação. A construção de um prédio de diversos andares na realidade atual, por exemplo, exige a aplicação de uma série de conhecimentos que foram sendo construídos ao longo do tempo – para que, assim, gere determinado resultado produtivo – obtidos pela experimentação no processo produtivo, pela realização de pesquisas científicas, ou mesmo resultados obtidos de forma, inicialmente, não intencional. Cada realização humana, cada conhecimento, em algum momento produzido e apropriado pelos indivíduos, é, então, atualizado e antevisto em determinada prática produtiva em relação ao seu resultado. Esses conhecimentos e a capacidade de antever o resultado da ação humana, quando utilizados de forma conjunta, possibilitam a antecipação na mente humana de realizações bastante complexas. Em relação ao exemplo citado, a soma de conhecimentos, aliado à disponibilidade de meios, materiais e ação (força de trabalho), resulta na possibilidade de prever, de conceber um prédio acabado, em detalhes, ou seja, resulta idealmente na antecipação de determinados resultados. Determinada capacidade produtiva, alinhada à determinada finalidade e concepção prévia (teleologia), pode resultar em uma objetivação, ou seja, na materialização do resultado que antes só existia idealmente. Trata-se de exemplo que demonstra a importância da consciência do ser humano e a sua capacidade teleológica, sendo fundamentais para ampliar o lastro teórico e prático constituinte do gênero humano.

Essa antecipação mental da realidade, a exemplo de antecipar projetos, a antecipação das formas de atendimento das necessidades, de possuir objetos, de efetivar relacionamentos, dentre outros, lastreia o movimento da realidade e a transformação do mundo.

Marx, em *O Capital*, menciona que, ao se alcançar um resultado que já existia idealmente,

isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objeto, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (Ibidem, p. 256).

Trata-se de citação relevante, por evidenciar a estreita relação entre o processo de produção da realidade social – a realidade socialmente construída –, a natureza como substrato para a vida e a relação do ser humano com estes dois eixos, atuando em um processo dialético e contínuo de interconexão.

Outro aspecto relevante a ser observado ao se abordar a consciência do ser humano, é que essa sempre se relaciona à uma realidade dada, a um contexto social, à uma imbricada relação de experiências de cada ser humano, bem como ao movimento de ações e reações decorrente da interação desse com o mundo. Nesse sentido, a partir do seu caráter objetivo, cabe destacar que a consciência como ‘compreensão’ de um contexto, como subjetivação da realidade, não significa necessariamente apreender a realidade de forma concreta, a partir da designação que Marx dá a este termo, mas a simples apreensão realizada pelo indivíduo de determinada realidade, ou mesmo a consciência formada pela ausência de conhecimento sobre determinada realidade. No senso comum, observa-se muitas vezes o uso das expressões “não possui consciência”, ou da necessidade de “ser consciente em relação a algo”; todavia, não se deve confundir a consciência do outro com a não consciência, ou com uma consciência equivocada sobre algo: consciência não é sinônimo ou qualitativo de compreensão adequada da realidade, de compreensão concreta da realidade, ou a compreensão da realidade que um indivíduo tem em detrimento da que o outro possui.

[...] essas representações são uma expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política. [...]. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência (*Bewusstsein*) não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente (*bewusste Sein*), e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX; ENGELS, 2007, p. 93; 94).

Marx e Engels sempre concebem o indivíduo como um todo concreto, assim como a consciência se faz na relação com a realidade, nunca está apartada da realidade. Verifica-se sempre presente, portanto, permeando as obras de Marx e Engels, o materialismo dialético e histórico na concepção da realidade, nas contradições que permeiam essa realidade e na constituição do indivíduo, deixando de lado idealismos, ou forças não relacionadas à natureza humana. Trata-se de algo que é reforçado na *Ideologia Alemã*, ao mencionarem que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). É claro o fato de que a consciência também irá se apresentar como produtora e reprodutora da realidade, todavia é a realidade que sempre se apresenta como o

alicerce primeiro da formação da consciência. Isso não quer dizer que, por ser a consciência formada a partir de uma realidade material, que se trata apenas de uma consciência relativa ou justificada; trata-se, pelo contrário, de uma compreensão da realidade também apropriada.

A partir da discussão que vem sendo realizada, torna-se necessário observar que a compreensão da realidade pelo indivíduo pode estar correta ou ser equivocada. Ou determinada leitura da realidade pode ser construída socialmente, mesmo sendo falsa, tendo em vista fortalecer determinados projetos de sociedade e reproduzir determinada realidade social. A compreensão da realidade pelos indivíduos é uma força material na reprodução da realidade histórico-social. Desta forma, verifica-se ampla disputa pela formação das leituras que os indivíduos têm da realidade, ou dos sentidos que os indivíduos possuem sobre essa, portanto, de quais consciências esses possuem da realidade, aspectos que também estão relacionados, em parte, às discussões de Marx, realizadas em *O Capital*, sobre o “fetichismo” em relação às mercadorias e à própria realidade.

Compreender a constituição da consciência humana é algo fundamental para quem quer uma sociedade transformada. Ao se verificar que as consciências dos seres humanos são alicerçadas na sociedade dada, portanto sob o capitalismo, tem-se como significado que a reprodução da vida material, assim como os processos de comunicação que a permeia, são reforçados ou conduzidos a partir dos interesses dos grupos que detêm a hegemonia econômica e política nessa realidade, assim como pela realidade material que estrutura a sociedade posta.

A partir do transcurso de análise que tem sido feito neste capítulo, envolvendo a constituição do ser humano e a constituição do gênero humano, verifica-se um processo significativamente contraditório. Por um lado, os seres humanos se constituem a partir do gênero humano como indivíduos extremamente complexos, com significativas capacidades e possibilidades; os seres humanos apreendem a realidade na sua materialidade de forma cada vez mais ampliada; adquiriram a capacidade produtiva e a possibilidade de produzir excedentes que permitem a cada indivíduo realizar diversas atividades produtivas ou de fruição, escolhendo atividades que lhe aprazem; atuam universalmente sobre praticamente toda a natureza, transformando-a em seu corpo inorgânico, conforme analogia usada por Marx. Por outro lado, trata-se de uma realidade contraditória pelo fato de limitar significativamente a própria constituição dos seres humanos; a sociedade atual, ao estar estruturada sob o capitalismo – e seu arcabouço estrutural –, transforma, em grande medida, o trabalho e a vida humana em uma realidade alienada; o trabalho, atividade vital para o ser humano, passa a não pertencer ao indivíduo, não mais lhe é própria e não lhe afeta; nesta

realidade, a maior parcela dos indivíduos que compõem a sociedade vivem as suas vidas e se constituem como instrumentos produtivos, com a finalidade de gerar mais-valia, de gerar trabalho não pago; vivem uma realidade em que o ser humano subjuga o ser humano. Em decorrência desse processo contraditório basilar, discute-se, no próximo tópico deste capítulo, a alienação do ser humano no âmbito do capitalismo.

2.2 A alienação do ser humano na sociedade capitalista

Marx (2018), ao escrever o que era considerado, à época, a sua tese de doutorado, destaca a atuação de Epicuro ao apreender o fenômeno como fenômeno, observando claramente, no âmbito dos átomos, o estranhamento da sua essência pela sua existência. Para muitos autores, esta é uma das primeiras exposições de Marx sobre a alienação, a exemplo do que aponta Mészáros (2016), em *A Teoria da Alienação em Marx*. Considera-se, porém, que, para além desta leitura, na tese elaborada por Marx, a alienação apresenta-se também no caráter estanque das teorias de Demócrito e de Epicuro, conforme buscar-se-á apresentar.

Quadro 01 - Aspectos relevantes para a compreensão da filosofia de Demócrito e a de Epicuro a partir dos estudos de Karl Marx.

Especificamente sobre os filósofos estudados por Marx: Demócrito de Abdera (460 a.C – 370 a.C) e Epicuro de Samos (341 a.C. – 270 a.C) eram corriqueiramente apresentados como tendo obras filosóficas praticamente idênticas. Porém, na tradição filosófica até então em curso, Epicuro era muito criticado, por considerarem que tinha apenas ideias arbitrárias, pouco relevantes, e por aparentemente realizar apenas cópias do pensamento filosófico de Demócrito, sendo, inclusive, menosprezado, acusado de deturpar as obras deste autor e também de não realizar uma leitura adequada dessas. Em síntese, havia toda uma tradição de pensamento que reforçava, por um lado, a similitude entre os filósofos e, por outro lado, esta mesma corrente deslegitimava a obra de Epicuro. Marx, através do que era considerado à época uma tese de doutorado, procurou refutar essa análise, contradizendo toda uma corrente de pensamento, mostrando existir uma ampla distância entre as obras de Demócrito e de Epicuro.

Quando aponta a leitura feita pela tradição corrente, hegemônica, sobre os dois autores, Marx atua de forma irônica e emerge com força a sua crítica a este pensamento, conforme se pode ver: “isso nos confronta com um enigma curioso, insolúvel. Dois filósofos ensinam exatamente a mesma ciência, do mesmo modo, mas – que incoerência! – em tudo se posicionam de maneira diametralmente oposta no que se refere à verdade, à convicção, à aplicação dessa ciência, no que diz respeito à relação entre idéia e realidade de modo geral. Digo que se posicionam de modo diametralmente oposto e procurarei provar isso agora” (MARX, 2018, p. 37).

Quais são as diferenças existentes entre os dois filósofos? Para Demócrito, a realidade sensível, perceptível, é subjetiva, apenas aparência subjetiva. A verdade estaria oculta para o sujeito que tem contato apenas com a realidade sensível. Demócrito compreende que os verdadeiros princípios são os átomos e o vácuo; todo o restante é opinião, aparência. Parte do princípio, por exemplo, que o frio e o calor só existem na suposição, só existindo verdadeiramente os átomos e o vácuo. Mas Marx lembra que a “antinomia, banida do mundo dos objetos, passa a existir na

autoconsciência de Demócrito, na qual o conceito do átomo e a intuição sensível se defrontam como inimigos” (Ibidem, p. 39).

Apesar de percorrer também uma trajetória de estudos na física dos átomos, Epicuro compreende esse campo de uma forma bastante diversa: compreende a realidade sensível como manifestação objetiva, posicionamento que é fruto de interpretações bastante distintas daquelas que Demócrito também teve sobre o estudo dos átomos. Portanto, “(...) enquanto *Demócrito* converte o mundo sensível em *aparência subjetiva*, *Epicuro* o transforma em *manifestação objetiva*. E, nesse ponto, ele se diferencia conscientemente, pois afirma que compartilha os *mesmos princípios*, mas que *não* converte as qualidades sensíveis em apenas opinadas” (MARX, 2018, p. 40-41).

Demócrito, insatisfeito com a filosofia, lança-se nos braços da ciência positiva e na investigação empírica, porque estas trariam o verdadeiro aperfeiçoamento. Já Epicuro, encontra-se satisfeito no campo da filosofia, onde ensinava aspectos como: “deves servir à filosofia para que alcances a verdadeira liberdade. Não precisa protelar nada aquele que se submeteu e se entregou a ela; de imediato, vai se emancipar” (SÊNECA apud MARX, 2018, p. 44).

Outro aspecto fundamental para a compreensão dos dois autores estudados por Marx está centrado na compreensão da necessidade. Demócrito considera que toda a realidade é proveniente da necessidade. Marx (2018) utiliza-se dos escritos de Diógenes Laércio para demonstrar que, ao enveredar por determinada linha de investigação, Demócrito tinha como princípio que a voragem dos átomos se apresenta como causadora de tudo. Utilizando-se dos escritos de Plutarco, em *De Placitis philosophorum*, Marx (2018, p. 47) explica que “a necessidade seria, segundo Demócrito, o destino e o direito, a providência e a criadora do mundo. Porém, a substância dessa necessidade seria a antitipia, o movimento e o entrechoque da matéria.” (Grifos meus). Já em relação a Epicuro, Marx (Ibidem, p.47) traz, nas notas de rodapé, uma série de reflexões descritas por Cícero, em *De fato liber singularis*: “Epicuro acreditava que se pode evitar o destino da necessidade, enquanto Demócrito preferia acreditar que tudo acontece por necessidade” (CÍCERO apud MARX, 2018, p. 47). Em outra passagem, consta sobre Epicuro que “ele achou um modo de escapar à necessidade, o qual pelo visto não ocorreria a Demócrito” (Ibidem, p. 47).

Enquanto Demócrito é regido por um determinismo e por uma necessidade inalterável frente aos desígnios do movimento da matéria, Epicuro impinge a sua atuação em escapar destes desígnios, acreditando que o ser humano tem o direito de escolha, de decidir sobre a sua realidade; advoga, portanto, pelo direito à liberdade. Marx (2018, p. 49) busca elucidar esta questão nas próprias palavras de Epicuro. Para isso busca um trecho dos seus escritos em Diógenes Laércio, conforme verifica-se: “a *necessidade*, introduzida por alguns como a senhora de tudo, *não o é*; algumas coisas são *fruto do acaso*, outras dependem do nosso *arbítrio*. A necessidade não pode ser persuadida; o acaso, em contraposição, é inconstante. Seria melhor, realmente, aceitar o mito sobre os deuses do que aceitar ser escravo da εἰμάρμενη [*heimarméne*] dos físicos. Pois aquele permite ter esperança na misericórdia por causa da honra dos deuses, e esta, porém, é uma necessidade inflexível. Mas o que se deve pressupor é o *acaso*, *não Deus*, como crê a multidão”.

Se Demócrito pauta-se na *necessidade*, Epicuro, opondo-se, apresenta o arbítrio e o acaso como elementos de consecução da realidade. Cabe ressaltar que ambos os autores se contrapõem de forma muito enfática, estanke, sem haver a busca de interações entre os seus posicionamentos teóricos. Mas qual o significado do acaso em Epicuro? Marx (2018) lembra que o acaso só tem valor de possibilidade para Epicuro. Trata-se de uma possibilidade abstrata, e, portanto, antípoda da real. “Esta última [possibilidade real] está restrita a limites precisos, como o entendimento; a primeira [possibilidade abstrata] é irrestrita, como a fantasia. A possibilidade real procura fundamentar a necessidade e a realidade de seu objeto; a possibilidade abstrata não trata do objeto que é explicado, mas do sujeito que explica. O objeto só precisa ser possível, pensável. Aquilo que é abstratamente possível, aquilo que pode ser pensado, não constitui impedimento para o sujeito pensante, não representa um limite para ele, não é pedra de tropeço. Não importa se essa possibilidade também se torna real, pois nesse ponto o interesse não se estende ao objeto como objeto” (Ibidem, p. 52). (Grifos e inserção minha entre colchetes).

A partir da leitura desta tese de Marx, pode-se considerar que Epicuro, ao trazer à baila o acaso e, portanto, as possibilidades reais e abstratas – que em uma perspectiva dialética estão relacionadas –, abre o caminho para reivindicar ao indivíduo o direito de pensar inúmeras possibilidades sobre a realidade, em fantasiar, inclusive, e também a possibilidade de atuar sobre essa

realidade, de ter o arbítrio sobre ela, frente às possibilidades reais e abstratas, que, cabe frisar, estão em constante diálogo. Epicuro questiona, se contrapõe, portanto, à necessidade, que nesta perspectiva de análise é sempre determinada e determinante.

Fonte: Elaboração própria a partir da leitura de Marx (2018).

A alienação está presente nestas teorias estudadas por Marx, no resultado prático que estas imprimem aos indivíduos sociais e históricos, haja vista as teorias formuladas ou apropriadas pelos grupos hegemônicos serem parte da dinâmica sócio-histórica, sendo utilizadas para explicar, moldar ou conformar a realidade. Portanto, ao observar a análise teórica dos autores, verifica-se que, se por um lado a ciência de Demócrito busca desvelar a realidade, em especial a partir de determinada perspectiva de natureza, a partir do olhar de uma ciência positiva, por outro lado deixa de observar o caráter sensível aos indivíduos, a realidade como ela se apresenta a esses, e também esquece que os seres humanos são constituídos e constituintes do gênero humano e que, nesta relação, transformam e constroem a natureza humana, existindo, nesta perspectiva, o caráter de escolha em curso. Demócrito deixa de lado o arbítrio, a capacidade de decisão sobre a realidade e de transformação da realidade.

Sabe-se, porém, que a realidade sensível muitas vezes se apresenta apenas como fenômeno – o que foi identificado por ambos os filósofos –, não deixando perceptível de imediato aquilo que mais tarde Marx viria a chamar de realidade concreta ou de concretude da realidade.

Na relação entre ambos os autores estudados por Marx, verifica-se que, se por um lado a ciência positiva apresenta inúmeras deficiências – fragmentando a realidade, não pautando a realidade na sua concretude, esvaziando social e ideologicamente o indivíduo da capacidade de arbítrio a partir da sua vida sensível –, por outro lado cabe observar que a racionalização da realidade, a compreensão da realidade a partir da ciência positivista, também é um processo-chave na constituição histórica da própria realidade humana, a partir da compreensão da natureza através desta forma de ciência. Portanto, considera-se que a tese de doutorado de Marx, além de explicitar a diferença entre as teorias de Demócrito e de Epicuro, também demonstra a premência da relação, do diálogo entre as obras de ambos os autores, no sentido de se caminhar para a construção de outra ciência.

É relevante observar que, a partir dos elementos desta tese de Marx, identifica-se o início do que viria a ser o método de investigação que lastreia as pesquisas do autor, denominado, neste espaço, de método em Marx, ou de materialismo histórico e dialético, método de investigação da sociedade lastreado na materialidade, na historicidade e na

dialética. Ou seja, discutindo obras da filosofia grega antiga, juntamente com a influência de filósofos como Hegel, Marx começa a construir o que viria a ser o seu principal alicerce para a investigação da realidade e, a partir do direcionamento que deu às suas investigações e à sua atuação interventiva na realidade, influenciou sobremaneira uma corrente de indivíduos e também de organizações dispostas a atuar na transformação da sociedade, aspectos identificados nesta pesquisa como algo muito relevante em uma perspectiva teórica e histórica, ou seja, o fato de Marx ter buscado a junção e o diálogo entre as teorias de dois filósofos, da filosofia grega antiga, que viveram aproximadamente três séculos antes de Cristo, para, nesta análise, ter a ponta de lança de toda a sua teoria.

A partir destas bases teóricas, nas suas obras seguintes Marx terá, no estudo da alienação, uma das suas principais preocupações de investigação e de intervenção sobre a realidade, estando focado em especial em discutir e questionar a alienação na sociedade capitalista. Após se direcionar em especial aos estudos filosóficos, e também aos estudos na área do direito, no período considerado como de sua juventude, identifica a necessidade de estudar a área então denominada Economia Política, ou Economia Nacional, buscando compreender, debater e criticar o que era produzido nessa área. Trata-se de estudos que ele começa a realizar, por exemplo, nos *Cadernos de Paris* e também nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, ambos escritos em 1844. Porém, qual o sentido desta escolha para ele? Marx começa a perceber, a partir dos estudos da filosofia, que este eixo de conhecimento só é relevante a partir da sua relação com a realidade concreta e também a partir da sua contribuição para a transformação dessa realidade – no seu olhar, uma filosofia apartada da realidade e que não contribui para a sua transformação é uma filosofia vazia de sentido, sem utilidade. Na mesma perspectiva, para o autor, o direito também se mostra como um espaço de legitimação de um quadro social historicamente constituído e que precisa ser compreendido a partir das estruturas sociais e históricas que o constitui. Marx começa a perceber que os conhecimentos apenas nestas duas áreas, filosofia e direito, não lhe permitiam ter uma compreensão mais ampla da realidade, das suas estruturas formadoras, e não contribuíam para a transformação da realidade. Como um dos primeiros pontos de apoio, de caráter epistemológico, trazidos dos seus estudos anteriores, o autor começa a ter clareza de que a realidade sensível é válida como expressão da realidade prática aos indivíduos, todavia, sendo necessário ocorrer a compreensão da realidade no seu movimento dialético e na sua materialidade histórica para que esta realidade sensível também seja compreendida para além dos fenômenos, para além das percepções imediatas. Nesse processo, ele irá gradativamente aproximar os aspectos antropológicos dos aspectos histórico-sociais, visando compreender a

constituição dos indivíduos e também compreender a própria constituição da realidade social em uma perspectiva histórica, algo que ocorre em especial através do estudo dos aspectos econômicos e de produção e reprodução da vida social sob a égide do capitalismo. A compreensão da sociedade posta, a compreensão do capitalismo, bem como a atuação para a sua transformação, foi o propósito que acompanhou Marx até o final de sua vida.

No prefácio do texto *Contribuição à crítica da economia política*, Marx comenta sobre as suas primeiras reflexões a respeito da necessidade de compreender a realidade em outro patamar, qual seja, por meio da realidade material e histórica, o que o direciona aos estudos da Economia Política. Menciona o autor que:

o primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da *Filosofia do Direito*, de Hegel, trabalho cuja introdução apareceu nos *Anais franco-alemães*, publicados em Paris em 1844. Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada revolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século XVIII, compreendiam sob o nome de “sociedade civil”. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. (MARX, 2008a, p. 48-49).

Como próximas etapas da produção teórica do autor, surge, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, um elemento imprescindível: que o trabalho é elemento fundamental de transformação da realidade, bem como de geração de riquezas e de sua acumulação por restritos grupos sociais, algo que o autor começa a delinear, a captar, quando da análise dos autores da Economia Política. Compreensão que passa a ser elaborada de forma ampliada pelo autor nas suas obras posteriores, como uma das categorias fundamentais para a compreensão da sociedade capitalista.

A partir desta análise, emerge uma contradição fundamental: que, apesar de o trabalhador tudo produzir, a esse se destina a menor parte do que é produzido, a menor parte do produto, ou seja, se destina apenas a parcela necessária à sua sobrevivência e reprodução enquanto classe, já que as classes sociais são necessárias à reprodução do modelo de sociedade capitalista.

O autor volta a expor também, com bastante ênfase, a partir da própria exposição feita pelos Economistas Políticos, que, em todos os períodos ou contextos capitalistas, a exemplo de períodos prósperos, de crescimento do capital, e também em períodos de decadência, o trabalhador será sempre tido como uma forma de produzir e de sugar mais-valia. É tido como um instrumento produtivo, sendo corpórea e espiritualmente reduzido à

condição de máquina, e, inclusive, muitas vezes ainda menos valorizado que estas (MARX, 2015a). Nesse processo, cabe destacar ainda que:

[...] a divisão do trabalho torna-o cada vez mais unilateral e dependente, tal como acarreta a concorrência não só dos homens, mas também das máquinas. Uma vez que o trabalhador rebaixou [à condição de] máquina, a máquina pode enfrentá-lo como concorrente. (MARX, 2015a, p. 249).

Por todos esses aspectos, surge a compreensão, para o autor, de que o trabalho, quando é posto única e exclusivamente como elemento de produção e acumulação de riqueza, se apresenta como algo pernicioso, funesto.

Mesmo o trabalho sendo um elemento fundamental de constituição da humanidade e da natureza constantemente transformada, bem como gerador de riquezas, Marx tem claro que, em um trabalho sob estas condições, o trabalhador é apenas instrumento a serviço de outros indivíduos, um trabalho subjugado para atender interesses muito específicos, que nada têm a ver com interesses universais e também com o interesse do trabalhador específico que desenvolve essa atividade.

Analisando um transcurso histórico, Marx começa a identificar a alienação presente já no contexto do feudalismo, destacando que:

na posse fundiária feudal reside já a dominação da terra como um poder *alienado (fremden)* acima dos homens. O servo é o acidente da terra. Do mesmo modo, o morgado, o primogênito, pertence à terra. Ela herda-o. Em geral, com a posse fundiária começa a dominação da propriedade privada, ela é a sua base. (Ibidem, p. 295).

Na realidade feudal, há um contexto de dominação que se apresenta com características muito específicas. Verifica-se uma estrutura social e de costumes que perfazem um modo de existência, criando amarras coercitivas a essa realidade. Há o cultivo de uma espécie de nacionalidade junto à propriedade fundiária, ou seja, o caráter de “nação” passa a estar muito mais ligado à propriedade fundiária do que ao país onde a propriedade está situada. Existe, nesse espaço, uma cultura própria, e determinados valores são estimulados. Os cultivadores destas terras, os servos, são, ao mesmo tempo, propriedade do senhor feudal e, muitas vezes, mantêm uma relação de respeito, de submissão e obrigação (MARX, 2015a).

Para que o capitalismo se instalasse, foi preciso que o modelo de organização social fosse transformado, assim como as aparências removidas, ou transformadas em aparências renovadas. Foi preciso o surgimento de uma fluidez na busca do lucro, na concorrência e nas relações formais, distante das relações pessoais e de caráter aristocrático existentes no feudalismo. Os servos de novo tipo passaram a assumir, de forma mais objetiva, a sua real função nesta organização social, qual seja, serem instrumentos de geração e acumulação de

valor. Todas as relações passaram a se basear no interesse racional entre os envolvidos, devendo se estabelecer duas categorias, duas classes predominantes, os proprietários e os trabalhadores, realidade produtiva que vem se transformando ao longo do tempo, apesar de manter os lastros fundamentais intactos.

A partir do contexto da realidade capitalista, um dos aspectos fundamentais da teoria produzida por Marx é que o indivíduo não é livre, com capacidade de escolha, um ser humano de possibilidades, que possa trabalhar em algo que lhe é próprio e de usufruir ao máximo do que foi historicamente construído pela humanidade. O trabalhador é subjugado, a realidade lhe é imposta, sendo esse conduzido a determinado local social – com uma consequência profundamente relevante, tendo em vista o que foi discutido até o momento sobre a constituição humana – visando atender a interesses de grupos bastante reduzidos²⁰.

Sob a égide do capitalismo, logo, das relações mercantis destinadas à geração de mais-valia, de trabalho não pago, o trabalhador só se apresenta na forma de instrumento, ou de mercadoria, assim como na relação do capitalista com o produto, em que este último só é um meio de gerar mais-valia. Se o capitalista produz quadros escolares, doces, armas, ou agrotóxicos, por exemplo, lhe é indiferente. O produto (o valor de uso e o valor social que lhe é atribuído), em essência, não lhe interessa; pode ser facilmente substituído, conforme a conveniência, decorrente da mais-valia obtida. Marx destaca, no *Capítulo VI inédito de O Capital*, que:

tal como, aos possuidores de mercadorias, o valor de uso das mesmas só lhes interessa enquanto depositário do seu valor de troca, aos capitalistas, só lhes interessa o processo de trabalho enquanto veículo e meio do processo de valorização. Inclusivamente no interior do processo de produção – na medida em que é um processo de valorização – os meios de produção continuam sendo um simples valor monetário, não importando a forma material particular, o particular valor de uso, por que esse valor de troca é representado [...] (MARX, 2004, p. 79).

A geração de mais-valia é o definidor da aglomeração de forças produtivas, o definidor dos objetivos do capitalista e também o definidor da vida de grande parte das pessoas da sociedade, ao serem submetidas aos interesses de grupos hegemônicos. Cabe frisar que, nesta relação, o trabalhador também é apenas um objeto, um instrumento produtivo, um

²⁰ Esta observação é particularmente importante, porque, no processo de afirmação do capitalismo, a relação de compra e venda da força de trabalho é apresentada como uma relação “entre iguais”, que concorda um (o trabalhador) em alienar sua força de trabalho ao outro (o capitalista, que é o proprietário dos meios de produção). Portanto, supostamente uma escolha. Na verdade, falsa, pois ao primeiro não resta outra alternativa para sobreviver.

meio para gerar mais-valia, podendo ser facilmente substituído, descartado, não interessando o que ele pensa ou as suas condições de vida. Tudo passa a se restringir à capacidade de gerar e acumular valor. Em última instância, significativa parcela da sociedade torna-se meramente objeto, instrumento, destinado ao atendimento dos interesses de outro.

Sob essa realidade social, o trabalhador passa por um processo de reificação, de coisificação, algo que começa a ser exposto por Marx da seguinte forma, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*:

o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma *mercadoria*, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral. (MARX, 2015a, p. 304).

A realidade descrita é alienadora do trabalhador. Este é alienado do seu produto, do seu fazer e, numa perspectiva mais ampla, da sua vida. Lembra o autor que, “[...] quanto mais o trabalhador se esforça (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alienado, que ele cria perante si próprio; quanto mais pobre se torna ele próprio [e] o seu mundo interior, tanto menos ele possui” (Ibidem, p. 305). Neste processo, surge o estranhamento deste trabalhador em relação ao seu trabalho, ao produto do seu trabalho e a tudo o que envolve esta realidade, contexto em que há um processo de degradação, de mortificação deste indivíduo.

Para ampliar a compreensão deste caldo objetivo e também subjetivo ao trabalhador, Marx usa a expressão “exteriorização” para explicar a alienação, bem como para expor que a alienação se apresenta como um processo de exteriorização²¹. Para Marx, a exteriorização alienadora começa com a materialização do trabalho em novos objetos, exteriores ao trabalhador, que não lhe pertencem e que surgem como uma potência estranha, hostil a ele. Ao mesmo tempo em que esse produto é criado pelo trabalhador, por outro lado o trabalho

²¹ José Paulo Netto, ao traduzir os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, juntamente com os *Cadernos de Paris*, também escritos por Marx, considera que o termo “*Entäußerung*” tem como melhor tradução a expressão “exteriorização”, e “*Entfremdung*” pode ser traduzido mais adequadamente como “alienação”. Lembra o tradutor desta obra, nas notas de rodapé escritas em Marx (2015a, p. 305), que, na maioria das passagens do texto, “optamos por traduzir *Entäußerung* por *exteriorização* e *Entfremdung* por *alienação*. Se é verdade que toda *Entfremdung* é uma *Entäußerung*, o oposto não é verdade. Essa associação – ou aproximação à quase identidade –, entre alienação e exteriorização, pode ter sentido para Hegel da *Fenomenologia e da Ciência da Lógica*, mas não faz qualquer sentido nos *Manuscritos*”.

realizado não lhe é próprio – objetiva e subjetivamente –, bem como o produto do seu trabalho não lhe é afeto como um objeto de sua criação. Pelo contrário, existe uma rejeição a essa realidade, é algo que não lhe pertence, lhe afronta; trata-se de um poder degradante que o subjuga. Marx explica da seguinte maneira esta questão nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*:

a realização do trabalho é a sua objetivação. Essa realização (*Verwirklichung*) do trabalho aparece na situação nacional-econômica como *desrealização* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *alienação* [*Entfremdung*], como *exteriorização* [*Entäusserung*]. (MARX, 2015a, p. 304-305)²².

Como pode-se verificar até o momento, um dos primeiros aspectos ao qual se relaciona a alienação é o produto do trabalho. Nesse contexto, o autor menciona que “na religião é igualmente assim. Quanto mais o homem põe em deus com tanto menos fica em si próprio. O trabalhador põe a sua vida no objeto; porém, então, ela já não lhe pertence, mas ao objeto” (Ibidem, p. 305-306). Esta passagem pode gerar uma série de reflexões, primeiramente do trabalho como constituinte do ser humano, como constituinte do ser social, tendo em vista que, ao estar alienado, o trabalhador se subsume no trabalho, ou neste trabalho, bem como, ao mencionar que “[...] ela já não lhe pertence, mas ao objeto” (Ibidem, p. 306), o autor está apontando que a sua vida se restringe ao objeto, é transferida ao objeto como o condutor da sua vida, e esse objeto, por sua vez, passa a ser alheio, é de outro. Então, a partir desta análise, a sua vida passa a ser de outro, passa a ser uma mercadoria barata, tendo que deixar a vida ali para poder sobreviver, para manter a sua existência física. Tanto que, em uma passagem anterior, Marx diz: “[...] quanto mais o trabalhador se esforça (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alienado, que ele cria perante si próprio; [...] tanto menos ele possui” (Ibidem, p. 305); ou seja, o trabalhador é expropriado de si mesmo, ao ser expropriado da sua atuação.

A partir do processo de alienação, Marx observa que o trabalhador se torna um exilado no seu próprio mundo, como também o meio externo deixa de proporcionar a ele o acesso aos meios de vida de forma imediata. Ele não produz alimentos dos quais poderia usar

²² Em nota de rodapé, José Paulo Netto, um dos tradutores desta obra, destaca que, na edição lusitana, que serviu de base à tradução, os autores mencionam que, em oposição ao termo “apropriação” (*Aneignung*), a expressão *Entäusserung* adquire o significado de “desapossamento”, relativo a perder a posse. José Paulo Netto explica que, na edição brasileira, optou por utilizar nesta passagem a expressão “exteriorização”, por estar mais próximo ao texto marxiano; todavia, ressalta que é uma passagem de difícil tradução.

para se alimentar, por exemplo. Em consequência, o trabalhador torna-se um servo contemporâneo, ao entregar a sua própria vida como forma de sobrevivência (MARX, 2015a).

Outro aspecto fundamental que Marx aponta é que, se a alienação é verificada no produto do trabalho, essa também já está presente no ato da produção. Se o produto do trabalho está alienado, o seu fazer também se apresenta desta forma, não lhe pertence, é de outrem; portanto, a atividade vital do indivíduo é subtraída deste. Marx explica qual a consequência de realizar um trabalho que é de outro, um trabalho que não lhe pertence, um trabalho em que o trabalhador foi condicionado socialmente a exercer:

[...] ele não se afirma, antes se nega, no seu trabalho, não se sente bem, mas desgraçado; não desenvolve qualquer livre energia física ou espiritual, antes mortifica o seu físico (*Physis*) e arruína o seu espírito. Por isso, o trabalhador se sente, antes, em-si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quanto trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas coagido (*gezwungen*), trabalho forçado (*Zwangsarbeit*). Ele não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele. O seu caráter alienado (*Fremdheit*) evidencia-se muito nitidamente em que, logo que não exista qualquer coação, física ou outra, se foge do trabalho como da peste. O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. (MARX, 2015a, p. 308-309).

O trabalho, ao não ser próprio ao trabalhador e também ao não lhe ser afeto, a esse último é dada a condição de instrumento produtivo. E, ao ser meramente um instrumento voltado à geração de mais-valia, com as implicações provenientes disso, o trabalho se torna fatigante, uma faina, uma tortura diária, tanto que, se o trabalhador pudesse, ele fugiria dessa atividade. E o mais revelador é quando Marx fala que o trabalhador só se sente junto a si quando está fora do trabalho e fora de si quando no trabalho. Revelador pelo fato de o autor ter a clareza do trabalho como um dos principais constituintes da humanidade. A essência humana se realiza pelo trabalho. Portanto, se o trabalhador só se encontra consigo mesmo quando está fora do trabalho, significa, de forma estupefacente, que o ser humano passa a se sentir melhor, ou a estar melhor, muitas vezes, quando realiza atividades de caráter mais biológico, a exemplo de se alimentar, de dormir, dentre outras, e não quando ele se distancia da natureza imediata, no curso do que deveria ser um processo de humanização.

Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, pontua ainda outro relevante aspecto que está envolto ao processo de alienação, qual seja: a origem do processo de alienação. Questiona o autor: se o produto e a atividade do trabalho são alienados do trabalhador, a quem pertencem? Questiona ainda: pertencem aos deuses? Responde, obviamente, que não: “se o

produto do trabalho não pertence ao trabalhador, é um poder alienado frente a ele; então, isto só é possível porque ele pertence a *outro homem fora o trabalhador*” (MARX, 2015a, p. 315).

Marx denuncia, conforme reiteradamente viemos mostrando, que esse processo de alienação tem causa, é decorrente de outro ser humano que explora o trabalhador. Se o trabalho é martírio para ele, é fruição para o outro. Relevante observar que ele questiona também a questão divina, reforçando que a realidade não é inata, e que se constitui de forma histórica e social.

Cabe destacar que a alienação é uma situação objetiva na sociedade, imposta a partir das relações sociais que subjagam o indivíduo, limitando-o de ser um indivíduo de possibilidades, de se autodirecionar efetivamente em sociedade, de exercer a liberdade e de participar coletivamente da condução da sociedade. Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, observam que:

além do mais, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade. [...] E, finalmente, a divisão do trabalho nos oferece de pronto o primeiro exemplo de que, enquanto os homens se encontram na sociedade natural e, portanto, enquanto há a separação entre o interesse particular e o interesse comum, enquanto a atividade, por consequência, está dividida não de forma voluntária, mas de forma natural, a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado. (MARX; ENGELS, 2007, p. 37). (Grifos meus).

A propriedade privada é um ponto nodal da teoria de Marx. Como poderá ser visto mais à frente, a propriedade privada surge inicialmente da alienação, é o produto da alienação. Ao ser constituído um quadro social formado e conformado pela propriedade privada, em que a realidade social é imposta aos indivíduos, não decidida coletivamente e individualmente – a vida em sociedade, formada na sociedade capitalista dentre outras coisas pelas classes sociais e pela divisão social do trabalho, é uma vida imposta, havendo uma espécie de naturalização do direcionamento social do indivíduo e da realidade vivenciada por esse –, tem-se um processo que é alheio às pessoas, que é estranho, um processo de alienação. Nos *Cadernos de Paris*, escritos por Marx em período muito próximo ao que escreveu os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, o autor destaca que,

sob a propriedade privada, o trabalho é alienação de vida, porque trabalho para viver, para conseguir um meio de viver. Meu trabalho não é minha vida; [...] é, antes, um simulacro de atividade, uma atividade puramente forçada, que me é imposta por um constrangimento exterior e não por uma exigência interna e necessária (MARX, 2015b, p. 222).

Ao mesmo tempo em que o trabalho é abstraído do indivíduo, não mais lhe pertence, bem como é trabalho sob coerção, por outro lado incute-se na consciência dos indivíduos que compõem a sociedade, bem como é reproduzido no fazer efetivo da vida, que a produção deve ser feita de forma egoísta, com a finalidade exclusiva de obtenção de posse. Para o trabalhador, essa produção individual, egoísta, tem a finalidade única e exclusiva de possibilitar a sua sobrevivência. Já em relação aos donos do capital, o egoísmo e a posse são utilizados – como forma de compreensão e de atuação sobre a realidade – para conformar as forças produtivas existentes na sociedade e a vida dos trabalhadores, subjugando-os. Marx reafirma este ponto, mencionando que a produção no capitalismo “tem uma finalidade egoísta: o homem só produz para possuir para-si mesmo. O objeto da sua produção é a materialização da sua necessidade imediata, egoísta” (MARX, 2015b, p. 216). Ao serem construídos socialmente seres humanos egoístas, que produzem apenas para si, que têm a posse como elemento central, verifica-se duas finalidades neste processo: uma delas é isolar o trabalhador, criar uma forma de relação desse com a sociedade em que esteja subsumido individualmente aos interesses dos donos do capital, e a outra é criar o aceite do trabalhador à forma de interação que ele mesmo possui com a sociedade e com os interesses dos donos do capital, e portanto, criar o aceite para a forma de atuação dos donos do capital perante a sociedade e perante o próprio trabalhador. Ademais, não deixa de ser uma concepção basilar que organiza o capitalismo, viabilizando a acumulação de riqueza para poucos e a pobreza e a exclusão para a maior parte da sociedade.

A humanização permitida e a sua relação com a alienação na sociedade capitalista

Após o percurso realizado até o momento, verificam-se elementos importantes de como se constitui e de como se transforma a realidade social ao longo do transcurso histórico – de como é criada uma natureza humana. Da mesma forma, neste percurso buscou-se apresentar como ocorre o processo de constituição dos seres humanos, evidenciando-se em especial a sua constituição no âmbito da realidade capitalista.

Apesar de toda a capacidade mental dos seres humanos na realidade contemporânea, de apreenderem subjetivamente a realidade, de anteverem e conceberem a realidade, de fantasiarem livremente, de questionarem inclusive a sua consciência, cabe destacar que não são os seres humanos e estas capacidades, abstrações ou elementos indeterminados que fluem

pelo ar; pelo contrário, são seres vivos que fazem parte da natureza e se constituem a partir de um arcabouço prático, teórico e cultural, historicamente determinado. Vê-se nesta questão toda a beleza e toda a rudeza do constituir-se como ser humano, sendo que, ao mesmo tempo em que este ascende da natureza como um ser de possibilidades, como um ser livre, de outro lado o ser humano regressa sempre à mais pura natureza, como de fato também é o seu ser.

Ademais, ao abordar a realidade da sociedade capitalista e também a temática da alienação, verifica-se que toda uma trajetória histórica em que o ser humano se constituiu – visto em sua totalidade – e a sua busca em escapar dos desígnios biológicos, transformando a natureza e o seu próprio ser, não fez o próprio ser humano escapar da natureza humana criada no atual tempo histórico, escapar dos desígnios sociais criados pelos próprios seres humanos.

A sociedade estruturada pela lógica capitalista contribui para a constituição de um gênero humano com amplas possibilidades; todavia, ao se compreender a constituição humana de forma mais concreta e a partir dos diferentes níveis de movimentos da realidade, vê-se também uma sociedade conformadora, tendo como um dos principais pressupostos a subjugação do ser humano pelo ser humano, em decorrência dessa sociedade estruturar-se em especial a partir dos interesses da reprodução e da acumulação de valor, com fins de apropriação privada, estando a sociedade, por consequência, pautada em valores sociais como o egoísmo. Toda a formação social e também a constituição dos indivíduos passa a estar estruturada a partir deste lastro prático e ideológico, desta forma de constituição humana, portanto.

A partir desta concepção de sociedade e da sociedade assim constituída, os indivíduos são direcionados a determinada localização social em uma perspectiva naturalizada; esses não se direcionam por escolhas individuais e coletivas, realizadas a partir de possibilidades reais de escolha e da compreensão da realidade em um maior nível de concretude.

No entanto, ao se constituírem como seres humanos na realidade atual, os indivíduos também passam a ser componentes da estrutura da sociedade. Neste sentido, determinados aspectos da constituição humana também são úteis aos interesses do sistema capitalista, influenciando, por exemplo, na concessão pelo capital ao acesso dos trabalhadores a níveis educacionais elementares, concessão também decorrente, em grande medida, das reivindicações e lutas sociais da classe trabalhadora. Este, todavia, é um exemplo de concessão que não se contrapõe aos interesses do capitalismo, ou, de forma mais assertiva, historicamente vem se mantendo em uma relação de tênue equilíbrio a esses interesses, aspecto que pode ser constatado a partir da deficitária e também precarizada estrutura

educacional destinada aos trabalhadores no Brasil. Em uma perspectiva ampliada de compreensão da realidade, verifica-se que a sociedade é formada por extensa arquitetura social e também educacional, que vem se estruturando *pari passu* com os interesses do sistema capitalista.

Os elementos mais estruturais/iniciais da constituição humana são obtidos desde o nascimento da criança, na relação com os seres humanos, nas influências quotidianas, na formação da linguagem, na compreensão dos elementos que compõem a sociedade, na compreensão de significados definidos socialmente, dentre outras possibilidades. Desta forma, poder-se-ia depreender que parte significativa da constituição dos indivíduos não passa pelos ditames do sistema capitalista. Entretanto, esta leitura não se sustenta. Ao ser feita uma análise mais atenta, observa-se que a sociedade capitalista é formada por estruturas sociais, por classes sociais amplamente desiguais. A desigualdade social, e também a desigualdade na constituição dos indivíduos, são aspectos elementares para a estruturação do capitalismo. Observa-se, desta forma, que grande parte dos indivíduos se constitui a partir de uma realidade social que lhes foi designada, como uma condição social natural, uma condição posta socialmente²³. Ademais, é acessado todo um aparato material, cultural e teórico amplamente desigual pelos grupos que compõe as diferentes classes sociais, tratando-se de um processo determinado a cada classe: desde o nascimento, o ser social passa a se constituir como ser humano a partir de uma realidade humana específica, que, em decorrência dos seus componentes, é ela mesma formadora e conformadora, constituinte desse novo ser humano.

Poderia haver os seguintes questionamentos: Como determinados indivíduos escapam desta realidade social conformadora? Como operários se tornam líderes, conduzem grandes greves, por exemplo? Como surgem, das classes operárias, pesquisadores e intelectuais, amplamente críticos ao sistema capitalista? Marx e Engels (2007), por exemplo, atribuem um papel importante às contradições sociais, compreendendo que as contradições suscitam movimentos de transformação, ou seja, compreendem os autores que o máximo desenvolvimento produtivo, a máxima geração de riquezas, aliado à exploração também máxima do trabalhador, se apresentam como elementos formativos e de superação dessa realidade social. Verifica-se como um elemento fundamental a agudeza da realidade social,

²³ O termo “natural”, que utilizamos para designar o direcionamento dos indivíduos a uma realidade específica, formada por classes sociais amplamente desiguais, segue o referencial teórico de Marx e Engels (2007), na obra *A Ideologia Alemã*. Os autores buscam expressar que este direcionamento social não foi feito pela escolha consciente dos indivíduos, tanto nas suas individualidades quanto de forma coletiva, mas por um processo de naturalização das estruturas sociais.

sendo as contradições importantes elementos na formação, na constituição do ser humano. Todavia, também se identifica que esse contexto não é suficiente para explicar a transformação da realidade e as exceções apontadas anteriormente. Ademais, a contradição social a cada dia torna-se mais candente, entretanto, o capitalismo se mantém estruturado, apesar de graves crises e descontentamentos sociais estarem presentes na sociedade em curso. Da mesma forma, o capitalismo trabalha dia após dia, de forma ininterrupta, para a formação das consciências, criando e solidificando significados sociais, para que sejam aceitos socialmente, bem como contribuindo para que determinados sentidos sobre a realidade sejam formados na consciência dos trabalhadores. Nesta perspectiva, considera-se que as exceções podem ser explicadas, em grande medida, pela constituição dos indivíduos e, nesta relação, através do próprio significado de individualidade: o capitalismo estrutura-se de maneira ampla – grande parte dos elementos do constituir-se como ser humano e da reprodução da vida estão vinculados à forma como a sociedade está constituída –, todavia, o capitalismo não é onipresente, nem tampouco isento de contradições em sua própria forma de existência. E, como se buscou demonstrar no estudo até agora apresentado, a vida constitui-se a partir de uma infinidade de elementos, de influências, de escolhas, de realidades e contradições. Utilizando-se de uma linguagem figurada, é possível dizer que a constituição da arquitetura de um indivíduo é formada por uma infinidade de tijolos constitutivos, em que fazem parte também as escolhas e as contradições da vida real, formando determinada estrutura humana, individual, em dado tempo histórico. Pode-se citar como exemplos de elementos de constituição dos indivíduos: as influências intergeracionais, experiências de vida transmitidas entre gerações, sendo importantes elementos constitutivos; o incentivo dado pelos pais à educação da criança, deste novo ser humano que está se constituindo, o que pode ocorrer em qualquer classe social; importantes elementos de compreensão da realidade obtidos nos espaços educacionais, mesmo sendo muitas vezes espaços educacionais precarizados, quando voltados à classe trabalhadora; a possibilidade de obtenção de trabalhos que contribuam para ampliar os espaços e perspectivas do indivíduo, ou mesmo uma realidade em que as contradições são vivenciadas de forma mais efetiva; a influência dos espaços de resistência e de organização dos trabalhadores, a exemplo dos sindicatos, dos partidos políticos, dos movimentos sociais, de grupos de pesquisa e de atuação nas áreas educacionais, dentre outras influências possíveis. São espaços e influências na constituição do indivíduo que podem atuar de forma direta ou indireta na exposição das contradições sociais e na definição de traços do que pode ser uma sociedade transformada, suscitando a atuação nesta direção.

Apesar de parcela relevante da sociedade não compactuar com o sistema capitalista, e mesmo com a existência de grupos de resistência a essa forma de sociedade, o capitalismo vem mantendo a sua capacidade de sustentação e de hegemonia na maior parte dos países, sendo a alienação elemento relevante na constituição dessa realidade, e também em decorrência de uma forma de atuação das organizações de esquerda que se verifica como sendo equivocada, ao se concentrarem muitas vezes em um parlamentarismo que está voltado a atuar em si e para si, distante da classe trabalhadora, da organização dos trabalhadores e de um projeto de sociedade revolucionado.

A partir do percurso realizado até o momento nesta tese, considera-se pertinente analisar a relação entre os três aspectos a seguir: o direcionamento “naturalizado” dos indivíduos a classes sociais extremamente desiguais, a alienação, e a constituição dos seres humanos.

Inicialmente, cabe destacar que os dois primeiros aspectos estão relacionados de forma intrínseca. Quando Marx (2015a) analisa a alienação, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, lembra que o senhor do capital é aquele que atua no processo de degradação do ser humano. Resgata-se este aspecto para elucidar que a alienação só ocorre na relação com o outro, logo, na relação social, tendo em vista que na relação com o outro ser social é que ocorre o despertencimento, no sentido de não lhe ser próprio e não lhe ser afeto, e também é nesta relação que se dá a subjugação do ser humano pelo ser humano, realizada por via de uma realidade material – a alienação do produto, da atividade, e a construção de restritas possibilidades de vida.

Marx (2015a) também pontua que, quando se aborda o trabalho alienado, se está evidenciando a “[...] relação na qual outros homens estão com a sua produção e o seu produto e a relação em que ele [o trabalhador] está com esses outros homens” (MARX, 2015a, p. 316). (inserção minha entre colchetes). Além do despertencimento, a partir da relação com o outro, o trabalhador também atribui ao outro o caráter de alienador, ao gerar “[...] a dominação daquele que não produz sobre a produção e sobre o produto” (Ibidem, p. 316).

A partir desta relação, Marx lembra que “a *propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo próprio” (Ibidem, p. 317). Para Marx, a propriedade privada – dentre outras coisas, uma relação jurídica estipulada socialmente – é, inicialmente, o resultado de um trabalho que não é próprio ao trabalhador, que não lhe pertence. Mais tarde, esta relação torna-se recíproca (MARX, 2015a).

Estes elementos são relevantes para demonstrar que as classes sociais, as estruturas sociais estanques, abissalmente desiguais, são formadas gradativamente pela desapropriação do trabalho, pela alienação do trabalhador. A propriedade privada capitalista é a consolidação desse processo. Ou seja, as classes sociais são fruto de um contínuo processo de conformação social e de alienação do trabalhador em relação ao trabalho, à natureza e à sua própria vida.

Da mesma forma, está estritamente engendrada à constituição das classes sociais a forma como o capitalismo se estrutura, o que acontece pela extração e pela acumulação de mais-valia, portanto, pela desigualdade social; logo, as classes sociais são elementos estruturantes, basilares, da constituição do capitalismo. Para que haja acumulação de riqueza é preciso existir a pobreza.

Desse modo, verifica-se que a alienação está em estreita relação com a formação da desigualdade social, das classes sociais, e, nesta relação, com a naturalização do direcionamento social de cada indivíduo, e do local social que deverá ocupar.

Como estes aspectos se relacionam com o terceiro ponto que buscou-se aproximar anteriormente, ou seja, com a constituição dos seres humanos? Verifica-se que se trata de um processo que gera uma humanização permitida, tutelada, logo, restritiva ao atendimento dos interesses dos grupos sociais hegemônicos. Arrisca-se dizer que esta humanização restritiva, humanização permitida, é a causa primeira da alienação e da conformação social. Se a realidade material é formadora e conformadora dos indivíduos, como será discutido em mais detalhes a seguir, por outro lado as intencionalidades e os projetos societários conduzidos por grupos específicos que detêm uma situação hegemônica na sociedade estão em imediata relação com a constituição e a reprodução de determinadas realidades – os objetivos conscientes para com a sociedade e para com as classes sociais são elementos estruturantes da constituição e da manutenção de determinada realidade.

Através desta humanização permitida, que se soma às práticas de coerção, é que se constitui em parte a alienação e, conseqüentemente, a propriedade privada. Esse processo é reproduzido no atual contexto histórico, envolvendo, por exemplo, a existência de uma estrutura educacional bastante desigual e precarizada para a maioria da população. Ademais, independentemente de a estrutura educacional ser precarizada ou não, trata-se de educação destinada especificamente a reproduzir a realidade social.

Ao falar em humanização permitida, não se está deixando de lado o caráter sócio-histórico e dialético inerente à constituição humana e da sociedade; são escolhas utilizadas para explicitar que a humanização permitida é um projeto societário, que atende a interesses de grupos sociais – estruturados ao longo de um transcurso histórico e que se constituem

como uma força material e conformadora que atua sobre os indivíduos. Da mesma forma, trata-se de expressão que mostra um desconforto, um incômodo, ao evidenciar o processo de tutela na constituição humana.

Ao avançar nesta discussão, cabe observar que a temática da alienação e a relação desta com a constituição dos seres humanos perpassa toda a trajetória de produção teórica de Marx, apesar de o autor reduzir o uso da palavra “alienação” nas suas obras mais tardias. Nessas, apesar de usar menos esta expressão, o autor demonstra de forma lapidar a formação de uma estrutura de conformação social alienadora, a exemplo do trecho transcrito a seguir, presente na obra *Teorias da Mais-valia, vol. III*, livro IV de *O Capital*:

[...] os produtos acrescidos do trabalho, condições objetivas da reprodução, ao trabalhador se opõem como *capital*, como forças alienadas do trabalho, dominadoras do trabalho e individualizadas no capitalista. [...] Para eles [capitalistas] o trabalho só se torna adequado quando se transforma em *capital*, se contrapõe a si mesmo, a fase passiva do trabalho à fase ativa. Por isso, o produto determina o produtor; o objeto determina o sujeito, e o trabalho realizado determina o trabalho realizador etc. [...] Para justificar também *no domínio tecnológico a forma social específica*, isto é, a *forma capitalista*, em que se inverte a relação do trabalho com as condições de trabalho de modo que não é o trabalhador quem emprega as condições, mas as condições, o trabalhador, os economistas dão ao momento material do trabalho um falso peso em relação ao próprio trabalho. (MARX, 1985, p. 1320; 1323-1324)²⁴.

Nesta passagem, Marx questiona os teóricos capitalistas que consideram que determinada forma produtiva, determinadas conquistas, são apenas possíveis sob o capitalismo, são inerentes a essa forma de produção. Ao se analisar tais questões, verifica-se que, a partir da intencionalidade dos grupos que detêm uma situação hegemônica, que se soma à exteriorização do trabalho, de um trabalho que não é próprio ao trabalhador, vai sendo formado um projeto estruturado de sociedade que compõe tanto uma força produtiva quanto de formação e conformação dos indivíduos e das classes sociais. As condições de trabalho passam a empregar o trabalhador, a conformá-lo e a subjugá-lo – tal propósito vai sendo concebido teoricamente e, também, esta forma de sociedade vai se estruturando de maneira objetiva.

Da alienação do trabalhador e da sua atividade, chega-se a uma força produtiva alienadora, que age de forma aparentemente autônoma frente ao trabalhador, como uma força

²⁴ Como se verifica nesta passagem e também como será analisado, de forma mais detida, no segundo capítulo desta tese, nas suas obras mais tardias Marx consegue expor a justa medida do trabalho como elemento histórico-antropológico de constituição do indivíduo e da realidade humana, e, por outro lado, a própria realidade humana como geradora da alienação e do enfraquecimento da relevância do trabalho individual.

produtiva em que o trabalhador precisa se submeter para efetivar o seu trabalho e manter a sua vida física, para sobreviver. Estes aspectos já começam a ser descritos por Marx desde os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, todavia, são categorias que passam a adquirir maior consistência teórica ao longo da caminhada de compreensão da realidade e de escrita do autor.

Cabe destacar que o capitalista cria, e também se apropria dessa estrutura produtiva produzida coletivamente na sociedade, como forma de extrair mais-valia do trabalhador. Como a única maneira de criar valor excedente é através do trabalho, o capital “[...] não emprega estes meios senão para explorar o trabalho, mas para explorá-lo tem que aplicá-los à produção” (MARX, 2004, p. 128). Reforça-se aqui o que foi discutido em momento anterior: que para o capitalista e para o capital, compreendido abstratamente, o trabalhador é um instrumento produtivo, todavia, o único que gera valor novo, valor que pode ser acumulado.

Observa-se, ainda, que esse processo de alienação, que compõe uma complexa dinâmica societária, atinge proporções bastante amplas, alcançando a sociedade como um todo, não se restringindo apenas às forças produtivas e à produção. A alienação passa a não ocorrer apenas no trabalho, bem como não decorre, não se inicia, unicamente no trabalho realizado na realidade particular. Conforme verifica-se nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, o indivíduo é a existência subjetiva da totalidade ideal, como também a efetivação da realidade existente. Numa relação dialética, a sociedade está contida no indivíduo (MARX, 2015a). Portanto, a alienação é também em relação à vida em sociedade.

Visando ampliar a compreensão da realidade, busca-se ainda tecer a relação entre os seguintes elementos: a alienação, a humanização permitida e o gênero humano.

Verifica-se que determinado eixo teórico compreende que a alienação, e de forma mais abrangente aquilo que aqui designamos de humanização apenas permitida, abstrai do indivíduo o gênero humano, ou reduz enormemente o acesso ao lastro cultural, prático e teórico que o compõe. Frente a esta abordagem, verifica-se a proposição de que o acesso ao gênero humano foi “abstraído” da classe trabalhadora.

Todavia, Marx (2015a) lembra que o trabalho, a vida produtiva, a atividade vital, é ela mesma vida genérica, é a vida que gera vida; todavia, quando esta é alienada sob a égide da realidade capitalista, torna a manutenção da vida física, na sua abstração, finalidade da sua vida genérica. Da mesma forma, é restringindo-se apenas à manutenção da vida física, vida que não é para si, que o trabalhador produz o gênero humano. Nesta perspectiva, sob a sociedade capitalista, o trabalhador faz parte do gênero humano, mas pouco é constituído pelas potencialidades que o compõem, em uma perspectiva libertária, em que os interesses

dos indivíduos, e destes organizados coletivamente, seriam preponderantes na construção e na apropriação do gênero humano.

Portanto, será que é possível separar o gênero humano do modo de vida dos indivíduos, ou da forma como a sociedade está organizada? Os valores e a estruturação social que sustentam a sociedade capitalista não fariam parte do atual gênero humano? E desta forma, ao se falar em se apropriar deste gênero, não se estaria fazendo uma idealização do mesmo e das possibilidades nele existentes? São aspectos que se evidenciam, se mostram candentes: existe um ser humano visualizado abstratamente, que se constitui de forma universal; um ser humano que tem a natureza a seu serviço, que criou forças produtivas bastante amplas, assim como um lastro cultural e material bastante significativo; portanto, visualiza-se um ser humano de possibilidades. Entretanto, o gênero humano é histórico e socialmente constituído, é a expressão do que é o ser humano em uma perspectiva de totalidade. A essência do gênero humano está na relação entre indivíduo e sociedade, portanto, compreende-se que a sociedade, na forma como ela se estrutura, é constituída e constituinte do gênero humano.

Duarte (2013) observa, inclusive, que

[...] o gênero humano tem uma existência objetiva, justamente nas objetivações produzidas pela atividade social. A objetividade do gênero humano é diferente da objetividade da espécie humana, e a diferença reside justamente no fato de que o gênero humano possui uma objetividade social e histórica (DUARTE, 2013, p. 103).

Nesse sentido, compreende-se que não são apenas os aspectos considerados virtuosos pela sociedade os constituintes do gênero humano²⁵. O gênero humano é constituído pela realidade na sua concretude, incluindo também os elementos que efetivam a degradação do ser humano, a subjugação do ser humano pelo ser humano, dentre outros aspectos.

Chega-se a um importante ponto de análise: considera-se que é preciso falar na transformação do gênero humano, e não simplesmente em se apropriar do gênero humano constituído historicamente. Parece vulgar, inicialmente, falar em transformar o gênero humano; todavia, se cada ser humano, assim como o gênero humano, são historicamente constituídos, evidencia-se esta necessidade posta.

Claro, poder-se-ia questionar a abstração que designa o gênero humano e o seu caráter, todavia isso comprometeria também a teoria de constituição humana que compõe o

²⁵ Isso explicita de imediato a complexidade que está envolvida na defesa, por meio da educação, por exemplo, do acesso ao gênero humano, que teria sido abstraído de grande parte da sociedade.

materialismo histórico e dialético. O movimento de cada ser humano individual, na sua relação com a natureza e com outros seres humanos, predispõe a constituição e a transformação desse mesmo ser humano. Portanto, seria inadequado conceber um gênero humano deslocado destas influências da realidade, que a todo tempo modificam o indivíduo e o próprio gênero humano. Outra opção seria apenas restringir esta abstração, estipulando, por exemplo, apenas o potencial do ser humano de apreender a realidade e atuar sobre ela como o verdadeiro significado de gênero humano. Entretanto, qualquer potencial específico do ser humano predispõe alguma interação com a realidade para se efetivar, e a própria formação psíquica do indivíduo, da sua subjetividade, está atrelada à realidade, ao que ele vivencia; tratar-se-ia, portanto, apenas de realizar um recorte teórico da realidade, fazendo, assim, uma abstração precária desta realidade. Faz-se pertinente ressaltar que fazer uma cisão, ou um corte teórico, entre o ser humano físico-biológico, que possui um determinado potencial, e a realidade histórica e social, é remeter o ser humano ao limiar da existência humana, em que a espécie humana, em termos de condições sociais e materiais objetivas, pouco se diferenciava das demais espécies animais.

O próprio acesso do indivíduo ao gênero humano em vários níveis e formas, ao se falar nos ditames da sociedade capitalista, remete à existência de classes sociais, que perfazem divisões específicas na sociedade. Negar que as classes sociais, por exemplo, fazem parte da constituição do gênero humano – histórico e materialmente definido – é negar a própria existência de um gênero humano histórico-social. Desta forma, considera-se que não é possível partir do pressuposto simplesmente de que significativa parcela da sociedade não tem acesso às conquistas históricas alcançadas e constituintes do gênero humano, mas é preciso alterar as relações sociais e a constituição dos indivíduos, implicando nesta relação, também, transformar o próprio gênero humano. Considera-se que o gênero humano abarca a realidade humana na sua integralidade, logo, o constituir-se como ser humano.

Após a análise da alienação e das suas consequências na vida dos indivíduos e na constituição da sociedade, no próximo tópico deste capítulo discute-se a liberdade dos indivíduos, a essência humana e a compreensão da realidade em um maior nível de concretude, elementos fundamentais para a constituição de uma sociedade transformada, bem como para a constituição de indivíduos não alienados.

2.3 A relação entre a liberdade, a essência humana e a compreensão da realidade na sua concretude

Para os autores que direcionam as suas atuações a partir do referencial teórico do materialismo histórico e dialético, e em especial para Marx, a liberdade é um elemento fundamental, basilar, tanto como elemento a ser analisado na sociedade atual como também na concepção e implementação de uma sociedade diversa da atual.

Observa-se a existência de dois eixos principais no que tange à liberdade: o primeiro deles é a construção de uma realidade humana e, portanto, de seres humanos que escapem ou que não se limitem aos desígnios biológicos inerentes à espécie humana; o segundo está voltado à relação do indivíduo para consigo mesmo e também à sua relação com a sociedade, ou seja, o direcionar-se continuamente para a constituição de uma sociedade em que o indivíduo tenha liberdade individual e social, tanto no sentido de realizar uma atividade vital não alienada quanto de direcionar efetivamente a sua vida como indivíduo e, também, de participar efetivamente do direcionamento da vida em sociedade.

Cabe destacar que o primeiro e o segundo eixos de construção da liberdade aqui observados estão diretamente relacionados entre si, sendo que é através da relação dos seres humanos com a natureza e da relação que ocorre entre os próprios seres humanos, realizada em sociedade e também constituinte dessa, que são alcançadas as conquistas históricas que possibilitam um distanciamento dos seres humanos dos desígnios biológicos recebidos ao nascer. Entretanto, as conquistas dessas condições sociais, esse distanciamento da condição biológica, não significa que os indivíduos que compõem a sociedade vivam efetivamente estas possibilidades, em decorrência da conformação social imposta pelas relações sociais dominantes em determinada época e situação concreta.

A liberdade é um elemento fundamental na discussão aqui realizada, haja vista o ser humano ser um indivíduo de possibilidades, em que a sua vida é geradora de vida, quando ele é, de fato, livre. Portanto, o ser humano só é livre e também um ser humano de possibilidades quando não é subjugado frente aos interesses de outros indivíduos e alienado na sua atividade vital, e também alienado dessa atividade, bem como alienado na/da realidade como um todo, e, ainda, ao ter a possibilidade de produzir e usufruir das conquistas históricas obtidas pela humanidade – aspectos que estão relacionados.

O ser humano só se diferencia da determinidade da atividade vital animal, obtida de forma biológica, portanto, por ter uma atividade vital consciente, sendo continuamente

passível de transformação e de escolha, logo, podendo viver, usufruir e transformar o arcabouço constituinte do ser humano. Só por isso que o indivíduo é um indivíduo livre. Quando um pássaro voa no céu em decorrência da chegada da estação quente, por exemplo, apenas realiza aquilo que a sua determinidade animal lhe permite, lhe condicionou biologicamente; já o ser humano é dotado de possibilidades, “só por isso a sua atividade é atividade livre” (MARX, 2015a, p. 312). E o autor continua mencionando na mesma frase que “o trabalho alienado inverte essa relação [...]” (Ibidem, p. 312), fazendo da sua atividade vital apenas um meio para a sua existência.

Ao ser analisada a relação dialética entre objetivação e apropriação, cabe ressaltar que esse processo constituinte do ser humano se efetiva sob as consequências da sociedade capitalista na atual realidade histórica. Desta forma, o direcionamento “natural” dos indivíduos a uma realidade social determinada, incluindo também uma atividade de trabalho designada socialmente para cada indivíduo, bem como ao ser um trabalho que não é próprio, que não é afeto, ao tratar-se de um trabalho que é alienado, faz com que grande parte dos indivíduos que compõem a sociedade deixem de direcionar as suas vidas com autonomia, deixem de ser indivíduos que tenham consciência da sua realidade a partir de uma compreensão mais concreta sobre essa, e, portanto, também de realizar escolhas a partir desta forma de compreensão da realidade e, ainda, deixem de ter condições de implementar as suas escolhas, distanciando-se de uma vida e uma realidade plena de possibilidades.

É oportuno partilhar desta discussão com Gramsci (1987), pelo fato de o autor apreender aspectos relevantes sobre as perspectivas e limitações impostas pelos grupos sociais hegemônicos à sociedade como um todo, logo, que inferem também no processo de constituição do ser humano:

a possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, *uma* realidade: que o homem possa ou não possa fazer determinada coisa, isto tem importância na valorização daquilo que realmente se faz. Possibilidade quer dizer “liberdade”. A medida da liberdade entra na definição de homem. Que existam as possibilidades objetivas de não se morrer de fome e que, mesmo assim, se morra de fome, é algo importante, ao que parece. Mas a existência das condições objetivas – ou a possibilidade, ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário “conhecê-las” e saber utilizá-las. Querer utilizá-las. (GRAMSCI, 1987, p. 47).

Nesta passagem, Gramsci demonstra, de forma precisa, que a possibilidade alcançada pela sociedade humana não necessariamente é a realidade para muitos, ou para a maioria dos indivíduos, e que não é suficiente existir a possibilidade da liberdade na vida humana, mas é preciso “conhecê-la”, saber utilizá-la e querer utilizá-la; portanto, é preciso ser construída uma consciência com a compreensão das possibilidades existentes. Demonstra o autor que

tanto a subjugação do ser humano pelo ser humano quanto viver a liberdade não são aspectos iminentes; pelo contrário, são construções sociais e também subjetivações da realidade que ocorrem em cada ser humano. Continuando no movimento dialético, cabe apontar, por último, que a possibilidade “[...] é, também ela, *uma* realidade” (Ibidem, p.47).

Qual seria a solução para romper com este quadro de subjugação e de alienação? Seria o caminho buscar a igualdade dos salários, a partir de uma elevação violenta desses, realizada apenas de forma anômala, como queria Proudhon e conforme foi analisado por Marx? Resgatou-se esta discussão e questionamento realizado nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* para identificar quais os caminhos para a busca de uma sociedade diversa da atual. Marx é taxativo ao afirmar que, nesta proposta de elevação violenta dos salários, haveria apenas um melhor assalariamento do “escravo”, não gerando para o trabalhador a sua determinação e dignidade humana (MARX, 2015a).

Além dos aspectos já discutidos sobre a alienação, faz-se necessário novamente realizar sucessivas aproximações à temática, buscando suscitar, neste momento, a compreensão dos elementos relacionados à liberdade dos seres humanos. Nesta perspectiva de análise e discussão, Marx (2015a, p. 318) explica que “salário é uma consequência imediata do trabalho alienado e o trabalho alienado é a causa imediata da propriedade privada”. (grifos meus). A exteriorização alienadora do trabalhador possui como produto, como consequência, o surgimento da propriedade privada.

Ao demonstrar a formação da estrutura social sob a realidade capitalista, como ela ocorre, Marx também apresenta possibilidades para a sua transformação. Referente à questão dos salários, lembra o autor que o salário e a propriedade privada são idênticos. Assim como o trabalho alienado é a causa da propriedade privada, também o salário é uma consequência da alienação do trabalho. Na medida em que o trabalho é entendido como expressão monetária de um *quantum* da força de trabalho do trabalhador, força que já não lhe pertence, pois foi alienada ao proprietário na relação de valores de troca, a partir do fato de que o trabalho do trabalhador, ou seja, a sua atividade vital, não mais lhe pertence, verifica-se como sendo efetivamente um constritor/limitador de sua liberdade.

Marx (2013a) destaca que o salário é apenas uma parte do valor total produzido que é revertida para o trabalhador; já a parte excedente, não paga, é acumulada pelo capitalista na forma de mais-valia. A atividade vital do trabalhador não deveria estar voltada a produzir salário, ao ser este apenas um meio para a manutenção da sua existência física – o salário, em uma perspectiva mais ampla, é um meio destinado à geração e acumulação de mais-valia e, também, voltado a separar o trabalhador da propriedade do seu trabalho. O salário é, ao

mesmo tempo, meio e uma consequência da própria alienação, porque a atividade do trabalho, e também o produto do trabalho, deixam de ser próprios ao trabalhador, não mais lhe pertencem, sendo substituídos pelo salário. Nesse sentido, no que concerne à sua individualidade, o trabalhador vive para produzir salário e trabalha para poder sobreviver; por outro lado, em relação aos donos do capital, a vida do trabalhador e o seu trabalho têm como finalidade meramente gerar mais-valia a ser acumulada.

Marx destaca que compreender a relação entre trabalho e propriedade privada é fundamental para a compreensão do processo de constituição da humanidade e a essência do desenvolvimento humano. Algo revelador, segundo o próprio autor, tendo em vista que, aparentemente, quando se fala em propriedade privada, crê-se ter de lidar com uma coisa fora do ser humano, e quando se fala em trabalho, se estaria discutindo sobre o próprio ser humano (MARX, 2015a). Ao ter-se o fato de que a propriedade privada e o salário são produto e meio do trabalho alienado, menciona o autor que, “por isso, com um, o outro também tem de cair” (MARX, 2015a, p. 318).

Para que o trabalho seja próprio ao trabalhador, para que haja o pertencimento, para que o trabalho lhe seja afeto, Marx fala em se ter a “propriedade verdadeiramente humana e social”, ou simplesmente a “propriedade verdadeiramente humana” (Ibidem, p. 319; 320).

Marx não fala em detalhes como seria essa “propriedade verdadeiramente humana”, todavia traz elementos importantes, primeiramente, do que não seria. Quando fala em “assalariamento” do “escravo”, e de que essa proposta não proporcionaria a determinação e dignidade humanas, por exemplo, está apontado também para o fato de que essa concepção de sociedade “[...] apenas transforma a relação do trabalhador de hoje com o seu trabalho na relação de todos os homens com o trabalho. A sociedade então é apreendida como um capitalista abstrato” (Ibidem, p. 318).

A citação apresentada a seguir é relevante para a compreensão do significado do trabalhador para o capital, o que o trabalhador representa para esse, logo, oferece elementos para a compreensão da constituição do ser humano na sociedade capitalista, assim como os elementos que movem a transformação dessa realidade:

o trabalhador produz o capital, o capital o produz, portanto ele a si próprio, e o homem, como *trabalhador*, como *mercadoria*, é o produto de todo o movimento. Para o homem que não é senão *trabalhador*, e como trabalhador, todas as suas qualidades humanas só existem na medida em que existirem para o capital dele *alienado*. Mas, porque ambos são alienados, portanto estão numa relação indiferente, exterior e acidental, então essa característica alienada (*Fremdbeit*) tem de aparecer também como *real*. Portanto, logo que ocorre ao capital – ocorrência necessária ou arbitrária – não ser mais para o trabalhador, também este não é mais para si próprio, ele

não tem *nenhum* trabalho, por isso *nenhum* salário e, visto que ele não tem existência *como homem* mas só *como trabalhador*, pode-se deixar enterrar, morrer de fome etc. O trabalhador só existe como trabalhador logo que existe *para-si* como capital, e só existe como *capital* logo que um capital existe *para ele*. [...] Por isso, para ela [economia nacional] as necessidades do trabalhador são apenas a *necessidade de o manter durante o trabalho* e na perspectiva de que a *raça dos trabalhadores* não se *extinga*. (MARX, 2015a, p. 323; 324). (Inserção minha entre colchetes).

Marx explicita que, ao produzir sob o âmbito do capital, o trabalhador produz a si mesmo como uma mercadoria. São aspectos relevantes para a compreensão de que, no processo de objetivação e apropriação, o trabalhador se constitui sob a égide do capital, portanto, alienado de si mesmo e das possibilidades historicamente produzidas pela humanidade – se constitui como ser humano apenas na medida necessária para ser um trabalhador. Ao dizer que, para o capital, suas propriedades humanas o são apenas como trabalhador, um trabalhador com a finalidade exclusiva de reproduzir o capital, deixa claro o autor que, para o capital, o trabalhador é como um instrumento, uma mercadoria.

Ao não ser mais necessário ao capital, não estando mais o indivíduo na condição de trabalhador, este último também não é mais para si próprio perante essa realidade, não é mais para si próprio para a sociedade capitalista, sendo que, a partir dessa realidade produtiva e social, ele só é para si próprio como trabalhador enquanto é trabalhador para o capital. O indivíduo, na relação social em que está inserido, se constitui apenas como trabalhador com vistas ao atendimento do capital, e por ele precisa ser mantido – e na medida apenas da sua sobrevivência – enquanto este for útil ao capital.

Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, destaca que a oposição entre os que possuem propriedade e os sem propriedade já ocorria em contextos anteriores à realidade capitalista, a exemplo da Roma antiga e também da Turquia, dentre outros contextos. Mas é na propriedade privada, no contexto capitalista, que a essência subjetiva da propriedade como “exclusão da propriedade” e o trabalho objetivo como “exclusão do trabalho” ocorrem efetivamente (Ibidem, p. 341). O autor destaca que, na realidade capitalista, o trabalho, na sua integralidade, portanto, em toda a sua potencialidade, em que o indivíduo é parte essencial no seu direcionamento, assim como o caráter positivo da propriedade, deixam de existir ao trabalhador.

Em busca da transformação da realidade social e da superação da alienação do indivíduo, em que esse possa ser um ser humano com plenitude e interagindo com o gênero humano de uma forma diversa da atual, assim como transformando o próprio gênero humano, Marx compreende a busca por uma sociedade comunista como uma das possibilidades. O

comunismo pode ser compreendido e também é apresentado de diferentes formas, dependendo de quem o propõe. Marx faz duras críticas a muitas proposições sobre o comunismo presentes no seu tempo – proposições que reverberam até os dias atuais. Em uma primeira abordagem, o comunismo é apresentado como universalização e explicitação (realização plena) da propriedade privada capitalista, ou seja, que ela seja de todos. Marx lembra, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, que a dominação da propriedade coisal é tão grande ao indivíduo, que ele quer:

[...] aniquilar *tudo* o que não é capaz de ser possuído por todos como *propriedade privada*; ele quer abstrair do talento de um modo *violento* etc; a *posse* imediata, física, vale para ele como a única finalidade da vida e da existência; a determinação do *trabalhador* não é superada, mas estendida a todos os homens; a relação da propriedade privada permanece a relação da comunidade (*Gemeinschaft*) com o mundo das coisas (MARX, 2015a, p. 342). (Grifo meu na passagem com sublinhado).

O autor é claro ao mostrar que a essência da propriedade privada permanece existindo nesta concepção de comunismo, continua a comunidade toda como uma propriedade privada universal, não ocorrendo superação relevante da realidade existente no capitalismo. Menciona o autor que a posse física se mostra como única finalidade da vida e da existência neste novo contexto.

Para ampliar a elucidação sobre esta forma de comunismo, Marx usa como forma de expressão da realidade algo que é entendido como uma metáfora e, ao mesmo tempo, como uma análise da constituição humana; o autor fala do casamento sendo contraposto à “comunidade de mulheres”:

[...] esse movimento de contrapor à propriedade privada a propriedade privada universal exprime-se na forma animal em que o *casamento* (o qual decerto é uma *forma da propriedade privada exclusiva*) é contraposto à comunidade de mulheres, portanto na qual a mulher se torna uma propriedade *comunitária comum*. Pode-se dizer que essa ideia da *comunidade de mulheres* é o *segredo expresso* desse comunismo ainda totalmente rude e desprovido de pensamento. Tal como a mulher sai do casamento para a prostituição universal, todo o mundo da riqueza, i. é, da essência objetiva do homem, sai da relação do casamento exclusivo com o proprietário privado para a relação da prostituição universal com a comunidade. Esse comunismo, ao negar por toda a parte a *personalidade* do homem – é apenas a expressão consequente da propriedade privada, a qual é essa negação. (Ibidem, p. 342).

Com esta metáfora, ou com este exemplo que expressa a realidade de uma forma explícita, o autor está criticando o que ele chama de comunismo rude, e que considera não viável, sendo que deixa de abordar algo fundamental, que é o ser humano e a sua individualidade; deixa de vislumbrar a relação entre o indivíduo e o trabalho, um trabalho que

seja próprio e afeto ao indivíduo. Ao negar a propriedade privada negando a personalidade do ser humano e a sua liberdade, se está apenas expressando outra vez a própria propriedade privada.

Para o autor, este modelo de comunismo, arrisca-se a dizer, ainda muito difundido nos dias atuais, se apresenta como uma negação abstrata do mundo da cultura e da civilização, e “[...] o regresso à simplicidade [IV] *antinatural* do homem *pobre* e desprovido de necessidades, que não ultrapassou a propriedade privada, nem sequer até ela chegou” (MARX, 2015a, p. 343). Nesta passagem, compreende-se que o autor fala, em especial, não de uma pobreza no sentido da menor disposição de valores, mas em relação ao potencial do ser humano, tanto no que tange à sua individualidade quanto à sua relação com as conquistas históricas da humanidade e, neste entorno, o viver efetivamente, o viver com liberdade. Lembra também o autor que a comunidade é entendida como um capitalista universal, o trabalho é visto como determinação, em que todos são postos a serviço desse capital universal, mesmo que coletivizado.

Utilizando-se deste exemplo, ou desta metáfora, Marx lembra que a relação do ser humano com o outro ser humano é a relação do ser humano com a natureza: em uma relação genérica natural, a relação entre o ser humano e a natureza é, conseqüentemente, também a sua relação com o outro ser humano, bem como, de forma dialética, a relação do ser humano com o outro ser humano é a sua própria determinação natural. A partir desse *factum*, menciona o autor, é possível observar até que ponto “[...] a essência humana se tornou para o homem natureza ou a natureza em essência humana do homem” (Ibidem, p. 343). Nessa relação dialética entre a natureza e o ser humano, e de constituição da genericidade do ser humano, Marx infere a possibilidade de se valorar o estágio cultural do ser humano; infere até que ponto esse aprendeu como ser genérico, como ser humano; infere, ainda, a possibilidade de compreensão de “[...] até que ponto a *necessidade* do homem se tornou *necessidade humana*, portanto até que ponto para ele o *outro* homem como homem se tornou *necessidade*, até que ponto ele na sua existência mais individual, é simultaneamente comunidade [Gemeinwesen]” (Ibidem, p. 344). A partir destas reflexões, é fundamental compreender até que ponto o outro ser humano se tornou *necessidade*, *necessidade recíproca*, influenciando em especial na compreensão de qual gênero humano foi constituído em determinado tempo histórico e, portanto, qual constituição humana está presente, e, também, como está sendo constituído o próprio gênero humano histórico-social.

Nestas análises, Marx busca exprimir a necessidade de se usufruir da liberdade em toda a sua expressão, em toda a sua força, na busca de um ser humano pleno, um ser humano

de possibilidades, que se aproprie de forma diversa do gênero humano, todavia, um gênero humano em outra perspectiva do que o atual, que se constitui em grande medida sob os desígnios da sociedade capitalista, portanto, um gênero humano em que o outro ser humano, como ser humano, se torne necessidade, um gênero em que a necessidade do ser humano individual se torne necessidade humana e a existência individual também seja a existência comunitária.

Para complementar, e também concluir a análise sobre o comunismo rude, cabe trazer ainda outro trecho da análise de Marx, presente nos Manuscritos Econômico-Filosóficos:

4) Tal como a propriedade privada é apenas a expressão sensível de que o homem se torna simultaneamente *objetivo* para-si e simultaneamente se torna antes um objeto alienado e inumano, de que a sua expressão de vida (*Lebensäußerung*) é a sua exteriorização de vida (*Lebensentäußerung*), a sua realização é a sua desrealização, uma realidade *alienada*, assim a superação positiva da propriedade privada, é a apropriação *sensível* da essência e vida humanas, do homem objetivo, da *obra* humana para e pelo homem, não é de apreender apenas no sentido da *fruição* unilateral, *imediata*, não apenas no sentido da *posse*, no sentido do *ter*. (MARX, 2015a, p. 349). (Grifos meus nas passagens com sublinhado).

Ao continuar a sua análise sobre as diferentes formas e também estágios do comunismo, Marx também critica a concepção ainda de natureza apenas política, tanto na forma democrática quanto despótica, bem como aquele comunismo em que já ocorreu a superação do Estado, todavia ainda de forma incompleta, por ter a sua essência afetada pela propriedade privada e pela alienação do indivíduo. Trata-se, para o autor, de um processo de reintegração do ser humano para si, de superação da alienação humana, mas esse ainda não aprendeu “[...] a essência positiva da propriedade privada nem tampouco entendeu a natureza *humana* da necessidade, está também ainda preso e contagiado pela mesma. Ele aprendeu decerto o seu conceito, mas não ainda a sua essência” (Ibidem, p. 344).

O que Marx quer dizer com estar preso e contagiado pela natureza humana da necessidade, dos indivíduos terem aprendido o seu conceito, mas ainda não a sua essência? Compreende-se que o autor está se referindo a um contexto de sociedade que ainda é influenciado pela propriedade privada, pela alienação e pelo que representam as necessidades e determinações sociais em uma realidade capitalista. Utilizando-se da metáfora de Marx, um contexto em que o casamento ainda se apresenta como uma forma de propriedade privada do outro; relacionando em analogia, entende-se como uma realidade de trabalho e o produto do trabalho ainda sendo alheios, não havendo a apropriação do trabalho e o pertencimento, mesmo sendo em uma realidade de comunismo rude ou já em uma realidade social mais

avançada, porém ainda limitada no que se refere à liberdade e ao desenvolvimento pleno do ser humano²⁶; compreendem o conceito, o que seja o trabalho como um elemento fundamental de constituição do indivíduo, a importância do trabalho ser próprio e afeto ao indivíduo, assim como os outros elementos constituintes da vida humana, que devem ser apropriados pelo indivíduo em direção a uma individualidade que possibilite a sua autodeterminação, todavia ainda não possuem esses elementos incorporados no seu viver – a essência desses elementos ainda não foi incorporada, aprendida, vivida. Marx visualiza a construção de uma sociedade em que o ser humano se constitua de forma plena pelo trabalho, se identifique e se objetive através do seu trabalho, e que a satisfação de necessidades não corresponda apenas a uma fruição unilateral e imediata, bem como que não decorra de relações sociais fetichizadas, a exemplo do que ocorre na sociedade capitalista.

Mais especificamente em relação à análise que Marx faz sobre a essência positiva da propriedade privada, compreende-se, através das leituras realizadas, que o autor sempre prima pelo caráter dialético em suas análises, aspecto que pode ser observado quando discute esta temática. Apesar de a propriedade privada na realidade capitalista ser um dos elementos centrais da crítica do autor, por outro lado ele observa também a positividade da propriedade para o indivíduo. Todavia, Marx não quer a propriedade apenas para poucos, mas que todos tenham propriedade, para que assim o trabalho, a atividade vital, seja próprio ao indivíduo, lhe pertença, e também para que o trabalho lhe seja afeto.

Na passagem a seguir dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx traz elementos para que esta análise seja realizada em uma perspectiva histórica:

vimos como, no pressuposto da propriedade privada positivamente superada, o homem produz o homem, a si próprio e ao outro homem; como o objeto, o qual é a imediata atuação²⁷ da sua individualidade e simultaneamente a sua própria existência para o outro homem, a existência deste e a existência deste para ele. Do mesmo modo, tanto o material do trabalho quanto o homem como sujeito são, porém, tanto ponto de partida quanto resultado do movimento (e em que eles tenham que ser *ponto de partida*, precisamente aí reside a *necessidade* histórica da propriedade privada). (MARX, 2015a, p. 346). (Grifos meus nas passagens com sublinhado).

Compreende-se, nesta passagem, que Marx expõe o caráter da materialidade como objetivadora da relação do indivíduo com o mundo e de sua reprodução dialética a partir desta

²⁶ É relevante observar ao mesmo tempo a relação e a distância entre a crítica à propriedade privada, e por outro lado o indivíduo ter a propriedade do trabalho e do seu produto, estes lhe serem próprios, lhe serem afetos. A relevância dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* está na complexidade e na riqueza de elementos apresentados por Marx, sendo a expressão máxima do método que ele começa a colocar em prática.

²⁷ Em alemão, *Betätigung*, que também poderia ser traduzido como “colocar em marcha”. (N. do R.)

relação, justificando, assim, a necessidade de o indivíduo usufruir da propriedade. A objetivação do trabalho do indivíduo e a sua própria objetivação não ocorrem de forma abstrata; o indivíduo precisa da realidade como forma de produção, como estrutura material para a sua vida, para a manutenção da sua vida, e nesta relação, portanto, a realidade material é constituinte do viver humano e também espaço de autoconstituição da vida humana. Obviamente que o indivíduo poderia ter acesso à essa materialidade por diferentes formas, a exemplo de uma sociedade que se efetive através do trabalho escravo, ou mesmo através do trabalho na sociedade capitalista, sendo que ambas as formas de sociedade precisam ser efetivadas nas condições materiais disponíveis em dada época histórica. Porém, em ambas as formas societárias, o indivíduo não possui a propriedade do seu trabalho e também a liberdade que perpassa a relação entre se constituir através da relação com realidade e se autoconstituir; nestas duas formas de sociedade, o indivíduo não possui a determinação sobre a sua vida, porque a realidade em que vive não lhe pertence, é de outro/outros, e esses determinam a sua vida.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels também abordam a questão da propriedade, fazendo proposições sobre o caráter da propriedade a partir de uma sociedade revolucionada. Cabe destacar algumas passagens relevantes:

o que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. [...] A moderna propriedade privada burguesa é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classes, na exploração de uns pelos outros. [...] Assim, quando o capital é transformado em propriedade comum, pertencente a todos os membros da sociedade, não é uma propriedade pessoal que se transforma em propriedade social. O que se transformou foi o caráter social da propriedade. Esta perde seu caráter de classe. [...] Não pretendemos de modo algum abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho, indispensável à manutenção e à reprodução da vida humana – uma apropriação que não deixa nenhum lucro líquido que confira poder sobre o trabalho alheio. Queremos apenas suprimir o caráter miserável desta apropriação, que faz com que o operário só viva para aumentar o capital e só viva na medida em que o exigem os interesses da classe dominante. [...] O comunismo não priva ninguém do poder de se apropriar de sua parte dos produtos sociais; apenas suprime o poder de subjugar o trabalho de outros por meio dessa apropriação. (MARX; ENGELS, 2010, p. 52; 53; 54).

A importância da relação do indivíduo com a propriedade também se mantém em obras mais tardias de Marx, a exemplo do *Grundrisse*, como se pode ver na passagem a seguir:

[...] com a superação do caráter *imediato* do trabalho vivo [...] e posta a atividade dos indivíduos como atividade imediatamente universal ou *social*, tais momentos objetivos da produção são despojados dessa forma do

estranhamento; com isso, eles são postos como propriedade, como o corpo social orgânico, em que os indivíduos se reproduzem como singulares, mas como singulares sociais. [...]. A ausência de propriedade do trabalhador e a propriedade do trabalho objetivado sobre o trabalho vivo, ou a apropriação do trabalho alheio pelo capital – as duas coisas expressando a mesma relação, só que em dois polos opostos –, são condições fundamentais do modo de produção burguês, e de modo nenhum contingências que lhe são indiferentes. [...] É igualmente fácil perceber que as máquinas não deixarão de ser agentes de produção social tão logo devêem, p. ex., propriedade dos trabalhadores associados. No primeiro caso [na realidade capitalista], todavia, sua distribuição, i. e., o fato de *não pertencerem* ao trabalhador, é da mesma maneira condição do modo de produção fundado no trabalho assalariado. No segundo caso, a distribuição modificada partiria de uma base da produção nova, *modificada*, originada somente por meio do processo histórico. (MARX, 2011a, p. 706; 707). (Inserção minha entre colchetes).

Verifica-se que a importância dada à propriedade, e em especial à relação de pertencimento do trabalhador com o seu objeto de trabalho continuam nesta obra, sendo um indicativo importante de que a compreensão inicial do autor se mantém ao longo da sua trajetória teórica.

Porém, cabe fazer uma ressalva nesta análise, evidenciando uma breve passagem dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Nesta obra, quando o autor discute o comunismo rude, menciona que a superação da propriedade privada capitalista é a “[...] apropriação *sensível* da essência e vida humanas, do homem objetivo, da *obra* humana para e pelo homem, não é de apreender apenas no sentido da *fruição* unilateral, *imediata*, não apenas no sentido da *posse*, no sentido do *ter*” (MARX, 2015a, p. 349). (grifos meus na passagem com sublinhado). Compreende-se que, quando Marx fala na propriedade em uma sociedade revolucionada, não está se referindo a uma fruição frívola desta, ou da propriedade como um espaço de ganância – o ter em detrimento do não ter –, mas em se utilizar da materialidade existente na sociedade para se constituir e viver plenamente como ser humano e como indivíduo, viver para si e para a sociedade e, como veremos mais à frente, como forma de viver a essência humana.

Após ter apresentado inúmeros aspectos do que não é o comunismo para Marx e serem feitas sucessivas aproximações para se buscar o seu significado, cabe trazer, a partir deste momento, a síntese do que é ou o que poderá vir a ser esta forma de sociedade para o autor:

3) O comunismo como superação *positiva da propriedade privada* enquanto *autoalienação humana* e por isso como *apropriação* real da essência humana pelo e para o homem; por isso como regresso completo, consciente e advindo dentro de toda a riqueza do desenvolvimento até agora, do homem a si próprio como um homem social, i. é, humano. Esse comunismo é, como naturalismo consumado = humanismo, como humanismo consumado = naturalismo, ele é a verdadeira resolução do conflito do homem com a natureza e com o homem, a *verdadeira* resolução da luta entre existência e

essência, entre objetivação e autoconfirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. Ele é o enigma da história resolvido e sabe-se como essa solução. (MARX, 2015a, p. 344-345).

Muito do que é apresentado por Marx nesta síntese já foi abordado anteriormente. Alguns aspectos, porém, requerem uma explicação mais detalhada. Quando Marx fala da superação positiva da propriedade privada, ou da “suprassunção” da propriedade privada, termo utilizado em outra tradução dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (MARX, 2010), evidencia vários aspectos: inicialmente, que não se trata, até de forma óbvia, de recomeçar uma sociedade do princípio, mas de transformar positivamente a sociedade atual. Assim como o trigo, um grão na sua forma original, um alimento na sua forma primária ou em potencial, transforma-se completamente até chegar ao formato de um pão, um alimento adequado, nutritivo, assim, nesta perspectiva, Marx compreende a necessidade de transformação da sociedade capitalista em outra sociedade, completamente transformada, com outras características. Uma sociedade que atenda às necessidades do ser humano e reciprocamente, em que o ser humano seja outro, um ser humano transformado positivamente e que tenha outras possibilidades. Da mesma forma, a transformação positiva da propriedade privada implica na busca de uma propriedade verdadeiramente humana, em que a individualidade esteja presente, caminhando no sentido de o indivíduo ser, ao mesmo tempo, cada vez mais autônomo e mais comunitário, se autodirecionando e se direcionando em conjunto com o direcionamento da sociedade, e que o trabalho, atividade vital humana, seja próprio e seja afeto a todos os seres humanos.

Ainda para a adequada compreensão do significado de comunismo para Marx, ou o que poderá vir a ser o comunismo para o autor, é preciso clarificar alguns elementos importantes que fazem parte do processo de constituição do ser humano e que compõem o arcabouço teórico do autor, a exemplo do significado da expressão “naturalização do ser humano”. Em toda a trajetória de constituição do ser humano, ocorreu uma ampliação da estrutura natural de que esse faz uso. O ser humano passa a fazer uso da natureza de uma forma sem precedentes – em relação a outros períodos históricos e também em relação aos animais e ao vínculo que esses têm com a natureza –, tanto que Marx usa a metáfora de que a natureza torna-se o “corpo inorgânico” do ser humano, o que também é considerado um processo de naturalização do ser humano pelo autor. No entanto, ao mesmo tempo em que o ser humano se relaciona de forma cada vez mais ampla com a natureza, ocorre, de forma simultânea, a “humanização da natureza”. A natureza se torna uma natureza humana, uma

natureza que é produto do trabalho humano, em que são objetivadas as capacidades humanas (MARKUS, 2015).

Na citação anterior de Marx, em que o autor sintetiza o que considera ser o comunismo, verifica-se que este usa os sinais de igualdade para exprimir a relação entre a naturalização do ser humano e a humanização da natureza: “esse comunismo é, como naturalismo consumado = humanismo, como humanismo consumado = naturalismo [...]” (MARX, 2015a, p. 344). Percebe-se que, para o autor, a implementação do comunismo deverá/poderá ser o viver efetivo do ser humano, em que se expressará em todo o seu potencial a imbricada relação e o constituir-se histórico da naturalização do ser humano e da humanização da natureza.

A essência humana como uma forma de compreensão histórica da constituição humana e como possibilidade para o devir histórico do ser humano

Ao discutir a necessidade de supressão da sociedade capitalista, em direção à construção de uma sociedade comunista, Marx menciona que, ao ocorrer a profunda transformação da realidade, tem-se a possibilidade de se viver efetivamente a essência humana. Portanto, a compreensão do autor sobre a essência humana está imediatamente ligada a uma possibilidade de vida diversa da atual, que pode ser alcançada em uma sociedade profundamente transformada.

Compreende-se que, para Marx, viver a essência humana é o ser humano viver efetivamente com liberdade, tendo a possibilidade de se autoproduzir enquanto ser humano e também participar efetivamente da constituição e da condução da vida em sociedade, processo que ocorre através da imbricada relação entre a naturalização do ser humano e a humanização da natureza.

Quando se aborda a temática da essência humana a partir do referencial teórico de Marx ou da corrente teórica do materialismo histórico e dialético, cabe ressaltar que não se trata de identificar algo inato ao ser humano, biológico ou social e que não se altera, independentemente da realidade ou do tempo histórico. Pelo contrário, os seres humanos se diferenciam dos demais animais pela sua capacidade de produzir a sua própria história, sendo os únicos seres vivos que têm a possibilidade de ter história no adequado sentido do termo, construindo continuamente a natureza humana, bem como se diferenciam por terem

consciência, por atuarem com consciência perante a realidade. Nesta perspectiva, Marx considera que a essência humana se realiza, ou se constitui, ao longo do transcurso histórico e na relação do ser humano com a natureza e com a realidade social²⁸.

A partir das análises de Markus (2015), que analisou especificamente a essência humana na obra de Marx, identificam-se quatro aspectos que estão diretamente relacionados a esta concepção e também à constituição do ser humano ao longo do transcurso histórico, que são:

i) O trabalho como condição da vida humana, tanto no que se refere ao metabolismo entre o ser humano e a natureza e também, em especial, em uma perspectiva antropológico-filosófica, como autoatividade livre, pelo fato de o ser humano histórico-social, através do trabalho, criar, se apropriar e transformar as suas próprias capacidades e a sua realidade, expandindo as suas possibilidades para além das capacidades recebidas na forma de herança genética²⁹;

ii) O ser humano se constitui em sociedade e vive por meio dela, portanto, a sociabilidade torna-se um elemento estruturante da constituição da vida humana e da sua reprodução;

²⁸ Apesar de Marx não mais usar a expressão “essência humana” nas suas obras mais tardias, compreende-se que esta expressão designa adequadamente o conjunto da obra do autor, sintetiza muito do que o autor buscou construir em toda a sua trajetória teórica e de intervenção na realidade. Markus (2015), ao investigar a concepção de essência humana na obra de Marx, menciona que: “embora nossa análise primeiramente se dê com base no texto dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, no intuito de justificar o método utilizado, temos a convicção de que a concepção filosófica da essência humana, do homem e da história, formulada por Marx em sua juventude, está presente e encontra sua continuidade também nas obras de “maturidade” de Marx. Os trabalhos posteriores contêm indubitavelmente certas mudanças e correções à primeira elaboração dos problemas nos *Manuscritos*; contudo, eles não podem ter uma completa e correta compreensão sem levar em conta as idéias filosóficas que foram extensivamente discutidas e formuladas *somente* nos escritos do jovem Marx. Se desconectarmos o materialismo histórico de Marx de sua concepção filosófico-“antropológica” de ser humano, adentramos em um emaranhado de antinomias irresolúveis, cujos vários aspectos reproduzem e aproveitam constantemente a crítica burguesa à filosofia de Marx (diga-se de passagem, talvez fosse mais adequado considerar esse complexo problema não a partir da expressão mais tradicional, “concepção filosófico-antropológica”, mas sim como a “ontologia do ser social marxiana”, expressão cunhada por György Lukács)” (MARKUS, 2015, p. 18). Por sua vez, José Paulo Netto, ao fazer a apresentação de livro com os textos *Cadernos de Paris* e *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Marx, menciona que: “nos Manuscritos, sabe-se (e trataremos disso), a contraposição marxiana à tal inumanidade será operada mediante a crítica filosófico-antropológica do trabalho alienado, com o recurso à sua concepção de essência humana para explicar o horror dessa redução do operário a máquina produtiva – só na segunda metade dos anos de 1850 (sem renunciar à sua concepção filosófico-antropológica e à sua defesa de princípio do *humanismo*, antes determinando-as e concretizando-as) terá condições de clarificar inteira e radicalmente a problemática econômico-política aí embutida” (NETTO, 2015, p. 36).

²⁹ A liberdade é um elemento fundamental, cabe reforçar: para além desta meta narrativa de longuíssimo prazo que define o caráter filosófico-antropológico do trabalho para o ser humano, esse é livre, inclusive, na medida das possibilidades de cada tempo histórico, para definir qual o significado do trabalho para si, de si para a sociedade e da sociedade para o indivíduo.

iii) Através da consciência o ser humano registra a realidade, interage com os outros indivíduos, realiza escolhas e atua na transformação da realidade, bem como, ao proporcionar a apreensão da realidade, pela consciência e também através da materialidade e da objetividade social, se realiza uma corrente de transmissão da vida humana entre uma geração e outra; desde os primórdios da civilização, desde que a primeira pedra é lançada como forma de obtenção de alimento ou como forma de proteção, o ser humano passa a ser outro, alterando o seu modo de compreender e de viver perante o mundo, assim como a realidade passa também a ser outra, sendo transformada; ao mesmo tempo em que o ser humano realiza uma objetivação na realidade, também se objetiva. Nesta relação a própria constituição física do ser humano se transforma, ao alterar a forma de captar e interagir com a realidade, em especial pela consciência, por esta captar e mediar a relação do ser humano com o seu meio, de experienciar a realidade, alterando a constituição humana, ao mesmo tempo em que é transformada a realidade pela atividade do ser humano;

iv) No transcurso histórico da humanidade, os seres humanos se universalizam perante a natureza, fazendo de grande parte desta o seu “corpo inorgânico” e produzindo na medida de qualquer espécie animal e para além dessas, inclusive (MARX, 2015a); nessa relação, o processo de universalização do ser humano abarca no movimento dialético da realidade e no seu devir histórico os três momentos abordados anteriormente – o trabalho, a sociabilidade e a consciência – como partes desse processo.

Ao evidenciar a relação destes elementos com a constituição histórica do ser humano e mais especificamente com a definição do que pode ser considerado a essência humana a partir da leitura filosófico-antropológica realizada por Marx, cabe observar, a partir de Markus (2015), que:

Marx compreendia, ao que parece, por “essência humana”, principalmente, aquelas características da existência histórica real da humanidade *que tornam possível compreender a história como um processo contínuo e unitário, que tem uma determinada direção e uma determinada tendência de desenvolvimento*. A *universalidade* do homem e (como veremos) a sua *liberdade* marcam a direção geral do progresso histórico da humanidade: a caracterização do homem como um ser social consciente, envolvido em uma *autoatividade produtiva* material, aponta as características necessárias, as dimensões deste processo total de desenvolvimento sobre os quais se desdobra a tendência histórica e cujas esferas se manifesta esta tendência. [...] Com o homem [...] a história não simplesmente “acontece”, a humanidade faz a sua própria história; o homem, essencialmente, forma e transforma a sua própria natureza por meio de suas próprias ações. Para

Marx, o processo histórico não pode ser concebido como o simples resultante de uma série de mudanças sociais desconectadas e independentes sendo externa e/ou acidentalmente impostas aos homens. Ao contrário, a história é o processo de “autocriação” humana, um processo contínuo pelo qual o homem forma e transforma a si mesmo através de *sua própria atividade*, através do *seu próprio trabalho*, na direção de uma crescente liberdade e universalidade. E a característica principal, a “verdadeira essência” do homem reside precisamente na presença desta *autoatividade na qual ele cria e forma sua própria subjetividade*. (MARKUS, 2015, p. 95-96; 97-98). (Grifo meu na passagem com sublinhado).

Esta citação apresenta elementos fundamentais: reforça que a essência humana se faz ao longo do transcurso histórico e na relação entre o processo de constituição do ser humano e da realidade humana, tratando-se de um processo de autocriação humana. Nesse processo existe uma determinada tendência, uma determinada direção do desenvolvimento histórico, pautada na universalidade do ser humano e na sua liberdade. O ser humano é um ser social consciente, desenvolve uma autoatividade produtiva, faz a história e se constitui neste processo.

Entretanto, estes elementos são tolhidos no contexto da realidade capitalista, a essência humana é tolhida da vida de grande parte dos seres humanos. Tanto a vida em geral quanto a atividade vital do ser humano, o seu trabalho, passam a compor um processo que denominamos de humanização permitida, tutelada, tendo em vista participarem como instrumentos de geração de mais-valia e como um elemento social gerador de desigualdades, de conformação social, de subjugação do ser humano pelo ser humano – aspectos que compõem a estrutura da lógica social capitalista. Este entendimento sobre o trabalho e sobre a vida na sociedade capitalista também é evidenciado por Marx, em *O Capital*, ao mencionar que, para os economistas alinhados ao capital e para o capitalista, o trabalhador não é mais que “[...] uma máquina para a produção de mais-valor [...]” (MARX, 2013a, p. 670). O mesmo se pode observar em relação à sociabilidade e à consciência do ser humano a partir de uma humanização apenas permitida, sendo que o ser humano, na sociedade capitalista, somente faz parte da sociedade numa relação especificamente determinada. A sua vida não é vida que gera vida no âmbito dessa sociedade. As suas decisões, em grande medida, não são fruto de uma consciência construída a partir de uma realidade de possibilidades. Nesta relação, também não se trata de uma consciência decorrente da apreensão da realidade em um maior nível de concretude e que contribui para a atuação sobre essa realidade e para a sua transformação.

Ao se observar a realidade de outro modo, verifica-se que, na sociedade capitalista, a maioria dos seres humanos não tem acesso às forças essenciais humanas historicamente

construídas e não se constituem a partir da apropriação e objetivação dessas forças, bem como não decidem efetivamente o direcionamento de suas vidas, e, de forma coletiva, o direcionamento da sociedade. Vê-se, a partir de todos esses aspectos, que os seres humanos, ao viverem essa realidade, possuem uma liberdade bastante reduzida.

A partir da forma como a realidade se apresenta no capitalismo, Marx reivindica o viver efetivo da essência humana a partir da suprassunção dessa sociedade e da conquista de uma vida social diversa, conforme se verifica na passagem a seguir dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*:

[...] o caráter *social* é o caráter universal de todo o movimento; tal como a própria sociedade produz o *homem* como *homem*, assim ela é *produzida* por ele. A atividade e a fruição, bem como o seu conteúdo, são também *modos de existência* segundo a atividade *social* e a fruição *social*. A essência humana da natureza é apenas para o homem *social*; pois só aqui ela existe para ele como *vínculo* com o *homem*, como sua existência para o outro e do outro para ele, só aqui ela existe como elemento de vida da realidade humana, só aqui como *base* da sua existência *humana* própria. Só aqui a sua existência *natural* é para ele a sua existência *humana*, e a natureza se tornou homem para ele. Portanto, a sociedade é a unidade de essência consumada do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado (*durchgefuhrt*) e o humanismo realizado da natureza. (MARX, 2015a, p. 346-347). (Grifo meu na passagem com sublinhado).

Nesta citação, o autor inicialmente explica que é na sociedade que ocorre a confluência da humanização da natureza com a naturalização do ser humano, é onde a realidade humana e o indivíduo se objetivam. Compreende-se que a relação entre a humanização da natureza e a naturalização do ser humano, vivida pelo ser humano de fato, é também denominado nesta citação de “essência humana da natureza”. Em outras passagens dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, o autor utiliza simplesmente o termo “essência humana”. Entende-se, a partir da explicação do autor sobre o significado de “essência humana da natureza”, que esta expressão pode ser considerada um sinônimo de “essência humana” nesta obra.

Na citação anterior, Marx considera que a “essência humana da natureza” é apenas para o ser humano social, pois só na sociedade ela existe para ele, só através do vínculo com o outro e com a natureza como ser humano. Nesta análise, sagazmente, o autor vai além, ao explicar em parte a desalienação do ser humano em uma sociedade comunista, mencionando que a essência humana da natureza – justamente pelo seu caráter – só existe com a existência do ser humano para o outro e do outro ser humano para ele. Apenas desta forma ela existe como elemento de vida da realidade humana, por passar a ser um ser humano que se constitui e se confirma como tal na realidade humana. Se não houver uma relação efetiva, livre e

essencial entre os seres humanos, não se pode falar de essência humana de fato, apenas de uma abstração desta.

A liberdade só ocorre a partir do transcurso histórico de constituição da humanidade, quando o ser humano se distancia dos desígnios biológicos que o limitam sobremaneira, ampliando as possibilidades, as escolhas, a liberdade, portanto; ademais, só ocorre quando o ser humano puder viver plenamente a essência humana³⁰. A liberdade, em relação aos desígnios biológicos do ser humano, é um processo contínuo e eminentemente histórico, porque se trata de liberdade possível, que é alcançada em determinado período histórico da humanidade, possibilitada pelas conquistas obtidas pelos seres humanos. Por sua vez, viver a essência humana também não é diferente, sendo que em cada momento histórico vive-se a imbricada relação entre a naturalização do ser humano e a humanização da natureza, a partir do que foi alcançado pela humanidade até então. Entretanto, não apenas esta perspectiva histórica é necessária para se viver a essência humana: Marx observou adequadamente que a sociedade, sob o capitalismo, representava a “pré-história da humanidade”, pela impossibilidade da maioria dos seres humanos viverem efetivamente, e viverem a partir daquilo que a história humana legou até esse período histórico. Portanto, neste lapso temporal e social regido pelo capitalismo, grande parte dos seres humanos não tem a possibilidade de fazer a história e de serem os protagonistas de suas histórias; em grande medida, apenas vivem a história.

Verifica-se, a partir deste percurso de análise, que, na realidade capitalista, ocorre um processo de artificialização da relação dos seres humanos com a natureza e com os outros seres humanos – processo construído de forma sócio-histórica. Os seres humanos, ao não viverem a essência humana em decorrência das possibilidades serem cerceadas, suprimidas, constitui-se uma realidade artificializada frente às possibilidades históricas. Portanto, o natural aqui, o não artificial, são as possibilidades históricas e sociais alcançadas pela humanidade e o viver plenamente essas possibilidades com liberdade.

Entretanto, a partir da análise que vem sendo realizada, pode-se dizer que a essência humana está presente na realidade capitalista? Verifica-se que sim, que está presente, em especial na perspectiva da sociedade como um todo, na sua totalidade. É isso que possibilita, em grande medida, o devir histórico e a continuidade da transformação da natureza e dos seres humanos sob a realidade capitalista e, neste sentido, também, o processo de

³⁰ A partir deste momento, passa-se a usar apenas a expressão “essência humana”.

universalização da atuação humana. Cabe observar que a sociedade na sua totalidade, no seu caráter universal, possui uma dinâmica conjunta, um caráter de unidade, que se move e constitui um movimento histórico; por outro lado, a sociedade também é constituída pelos indivíduos. Conforme elucida Marx (2015a), estes são a sociedade na sua individualidade e a sua individualidade na sociedade. Markus (2015, p. 101) destaca que, para Marx, “[...] a sociedade nada mais é que a totalidade das relações reais entre indivíduos históricos concretos”.

Nas passagens a seguir do *Grundrisse*, Marx menciona que:

a associação dos trabalhadores – cooperação e divisão do trabalho como condições fundamentais da produtividade do trabalho – aparece, como todas as forças produtivas do trabalho, i. e., forças que determinam o grau de sua intensidade e, por isso, sua realização extensiva, como *força produtiva do capital*. A força coletiva do trabalho, seu caráter como trabalho social, é, por conseguinte, a *força coletiva do capital*. Como a *ciência*. Como a divisão do trabalho, tal como ela aparece enquanto divisão dos empregos e sua respectiva troca. Todas as potências sociais da produção são forças produtivas do capital e, conseqüentemente, o próprio capital aparece como seu sujeito. Por isso, a associação dos trabalhadores, tal como aparece na fábrica, tampouco é posta por eles, mas pelo capital. Sua união não é *sua* existência, mas a *existência* do capital. (MARX, 2011a, p. 485-486). (Grifos meus nas passagens com sublinhado).

No *Grundrisse*, Marx, ao discutir a sociedade como uma força aparentemente autônoma, que aliena o trabalhador, também demonstra com perspicácia a sociedade como uma espécie de organismo vivo, que possui braços, pernas, um corpo e uma cabeça que pensa a sua realidade e realiza a sua condução. A sociedade na sua totalidade, à maneira de um ser vivo e consciente, exerce a essência humana ao longo do transcurso histórico – essa perspectiva de análise não deve ser compreendida exclusivamente no âmbito da totalidade das relações sociais, sendo que as frações da realidade reproduzem o capital e as relações sociais a ele inerentes, nos mesmos moldes. Ademais, pode-se fazer uma analogia da sociedade, na sua totalidade, como se fosse um ser vivo que vive a essência humana, porque, na realidade capitalista, a sociedade é constituída por extensa arquitetura social, formada por classes e subclasses, bem como os trabalhadores que as compõem são alocados produtiva e socialmente também em decorrência de extensa divisão social do trabalho, que é extremamente desigual, fragmentando ainda mais a realidade produtiva e a vida do indivíduo em sociedade.

Todavia, a sociedade compreendida a partir dos indivíduos que vivem e interagem em uma complexa realidade social, os indivíduos compreendidos e sendo constituídos, eles mesmos, como sínteses de múltiplas determinações e contradições, mostra uma realidade diversa, em que a maior parte desses indivíduos não vive a essência humana na realidade

capitalista – e mesmo para aqueles que possuem determinada liberdade de vida e de condução da vida nesta sociedade, trata-se de uma liberdade relativa.

Individualmente, deixa-se de viver a essência humana, todavia, em decorrência da “[...] complementariedade mútua e intercâmbio das atividades unilaterais implícitas na própria noção de divisão social do trabalho, o trabalho social preserva seu caráter de atividade de criação e desenvolvimento de novas necessidades e habilidades humanas” (MARKUS, 2015, p. 114-115).

Entretanto, se os indivíduos de fato não vivem a essência humana na sociedade capitalista, só se pode falar em essência humana sob o capitalismo ao se conceber esta como uma abstração, e também a partir de uma abstração da realidade.

Nesta realidade, em que o capital passa a ser sujeito de si, na expressão utilizada por Marx, as atividades com maiores demandas de conhecimentos científicos e tecnológicos, as atividades mais reflexivas, bem como as de planejamento e controle, são feitas por um reduzido número de trabalhadores, que atuam como prepostos dos “senhores do capital”. Ressalta-se que mesmo esse grupo social, que atua como preposto do capital, também não vive a essência humana de fato³¹.

³¹ Mesmo sendo indivíduos que vivem em condições mais privilegiadas, não significa que não vivam de forma alienada; pelo contrário, a alienação está presente em decorrência da realidade social e produtiva continuar sendo uma força autônoma que os direciona, bem como esses não podem realizar escolhas individuais e coletivas livremente, ou seja, escolhas em que o indivíduo assume o protagonismo da sua vida e também das realizações coletivas – escolhas efetivamente realizadas e decorrentes de compreensões mais amplas e concretas da realidade. Cabe ressaltar, ainda, que os componentes das diferentes classes sociais compreendem a alienação de modo muito diverso. Enquanto a classe proprietária e os trabalhadores que atuam como seus prepostos diretos muitas vezes se sentem satisfeitos, confortáveis com a alienação, por outro lado os trabalhadores em hierarquias/classes sociais menos privilegiadas, em grande medida, se sentem oprimidos, subjugados, impotentes, por uma força material que aparenta ter vida própria, aparenta ser autônoma e que lhes afronta. Todavia, na maioria das vezes este último grupo não compreende a realidade em que estão inseridos e, mesmo vivendo uma realidade hostil, funesta, que não desejam, acabam reproduzindo a realidade capitalista, por estarem condicionados em uma estrutura social posta, e também em decorrência das incompreensões e falseamentos da realidade. Marx e Engels, em *A Sagrada Família*, apresentam as diferenças de compreensão em relação à alienação, sendo relevante trazer a este espaço a análise feita pelos autores: “a classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é *seu próprio poder* e nela possui a *aparência* de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana. Ela é, para fazer uso de uma expressão de Hegel, no interior da abjeção, a revolta contra essa abjeção, uma revolta que se vê impulsionada necessariamente pela contradição entre sua *natureza* humana e sua situação de vida, que é a negação franca e aberta, resoluta e ampla dessa mesma natureza” (MARX; ENGELS, 2011, p. 48). Todavia, é relevante ressaltar que a composição da classe trabalhadora atual é diversa daquela que Marx e Engels conheceram e investigaram. Uma fábrica na realidade atual, por exemplo, é muito diferente de uma fábrica no período da Revolução Industrial. Ademais, os donos dos capitais atuais e, a sociedade capitalista de maneira geral, trabalham de forma incessante para criar ou disputar os significados sociais e alterar os sentidos dos trabalhadores sobre a relação entre capital e trabalho, o que contribui para que muitos trabalhadores se sintam satisfeitos com a sua realidade, com a sua vida, mesmo estando em uma realidade de pouca ou nenhuma liberdade, de não possibilidade de decisões individuais e

Finaliza-se esta análise e discussão com uma citação de Markus (2015), em que o autor destaca, de forma muito adequada, a relação entre a alienação e a essência humana, ao mencionar que:

alienação, portanto, nada mais é que a *separação e oposição da essência do homem e da existência humana*, no sentido que Marx aplicou a estes termos. Transcender a alienação significa a abolição desta contraposição entre a essência e existência humana – isto é, a criação das condições para um desenvolvimento histórico que encerra a relação inversa e antagônica entre a riqueza e multilateralidade da vida social e da limitação e unidimensionalidade da vida dos indivíduos. O fim da alienação, portanto, significa a criação de condições sociais em que será possível julgar o nível geral de desenvolvimento da sociedade, do progresso humano pelo nível de desenvolvimento dos indivíduos, quando a universalidade e a liberdade do gênero humano serão expressas diretamente na vida livre e multilateral dos homens. (MARKUS, 2015, p. 115-116). (Grifos meus nas passagens com sublinhado).

Se o indivíduo perde a propriedade da sua atividade vital e a capacidade de condução da sua vida e, nesta relação, a sua liberdade, não vive a essência humana. Portanto, para Marx, a essência humana vivida individualmente por todos só ocorrerá a partir de uma transformação radical da sociedade.

A imbricada relação entre a apreensão da realidade pelos indivíduos, a construção de necessidades transformadas e a atuação revolucionária

Verifica-se que, quando Marx discute a essência humana, está realizando uma leitura possível sobre o ser humano histórico-social, e também desenvolve uma concepção desejada de ser humano e da vida humana em sociedade. Portanto, a partir das proposições relacionadas à essência humana, se está abordando tanto as possibilidades históricas de transformação da realidade social capitalista quanto escolhas são realizadas nesta direção, ou

coletivas e, também, de não viverem a essência humana. Estes aspectos mostram que a liberdade se apresenta de forma relativa quando compreendida como um sentido do indivíduo. A partir destas questões, também se reforça o entendimento que vem se expressando de que a não compreensão da realidade em um maior nível de concretude pode ser bastante útil para gerar uma postura de aceite a determinada realidade, bem como para resultar em uma postura de resignação ou de conformação dos indivíduos, em que não há o tensionamento da realidade de forma individual e coletiva com a finalidade de alterar as circunstâncias e, em última instância, gerar a transformação social.

seja, são realizadas escolhas sobre um devir histórico possível. No que tange a escolhas, Marx oferece, no conceito de essência humana,

[...] a partir de nossos conflitos presentes e alternativas, uma forma de ordenar os dados empíricos da história que permitem compreendê-la como um processo contínuo de desenvolvimento, tornando a perspectiva histórica escolhida desejável e realizável. [...] o conceito marxiano de “essência humana”, necessariamente, pressupõe e encerra em si, ineliminavelmente, o momento da *escolha prática*, a decisão, nos conflitos sociais do presente, dentre as alternativas e possibilidades sociais dadas, que contém em sua especificidade teórica o momento da práxis, ou seja, de uma *práxis revolucionária* que transforme radicalmente o estado de coisas existente. (MARKUS, 2015, p. 96). (Grifos meus na passagem com sublinhado).

Ao aproximar as possibilidades materiais existentes socialmente em determinado momento histórico da elaboração teórica e prática da essência humana, se está expressando que a realidade não é inata, acabada, e que o devir histórico e a sociedade que se deseja são fruto de escolhas, de possibilidades existentes e da atuação efetiva perante a realidade. Quando se reivindica que o ser humano individualmente possa viver a essência humana, organiza-se, a partir de uma realidade material historicamente construída e de uma estrutura teórica organizativa da realidade, uma relação de objetivos relacionados aos seres humanos e à sociedade, bem como estão presentes valores direcionadores desses objetivos. Apresenta-se, desta forma, possibilidades de escolha para os indivíduos e para a sociedade como um todo³².

Ao utilizarem o conceito de essência humana, os próprios autores aqui citados estão também fazendo escolhas dentre possíveis formas de sociedade e de vida para os seres humanos. Marx compreende que a apreensão da realidade na sua concretude, assim como a definição de possíveis caminhos a serem seguidos pela humanidade, amparados na realidade concreta, descortina a possibilidade de os seres humanos chegarem lá, no caso, de alcançarem a essência humana e a construção de uma sociedade profundamente transformada.

Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, menciona que:

para superar o *pensamento* da propriedade privada, basta perfeitamente o comunismo *pensado*. Para suprimir a propriedade privada real, é preciso uma ação comunista *real*. A história há de trazê-la, e aquele movimento, que *em pensamento* já sabemos ser um movimento que se suprime, percorrerá na realidade um processo muito duro e extenso. Temos, porém, de considerar como um progresso real que tenhamos de antemão adquirido uma consciência, tanto da limitação como da meta do movimento histórico, e uma consciência que o ultrapassa. Quando *os artesãos* comunistas se unem, vale para eles antes do mais como finalidade a doutrina, propaganda etc. Mas, ao

³² É importante notar que, a partir da abordagem teórica adotada, valores não são elementos ideais, ou éticos, restritos à postura de indivíduos determinados, mas elementos históricos objetivos, concretos, que têm relação direta com os indivíduos e que podem ser buscados para todos que participam da sociedade.

mesmo tempo, eles apropriam-se por esse fato de uma nova necessidade, a necessidade de sociedade, e o que aparece como meio tornou-se fim. Pode intuir-se esse movimento prático nos seus resultados mais brilhantes quando se vê *ouvriers*³³ socialistas franceses reunidos. Fumar, beber, comer etc. já não existem como meios da ligação nem como meios que ligam. A sociedade, a associação, a conversa, que de novo tem a sociedade como fim, basta-lhes; a fraternidade dos homens não é para eles nenhuma frase, mas verdade, e a nobreza da humanidade ilumina-nos a partir dessas figuras endurecidas pelo trabalho. (MARX, 2015a, p. 401-402). (Grifos meus nas passagens com sublinhado).

Nestes escritos, que ao mesmo tempo são muito férteis de conteúdo e muito bonitos por retratarem a contemplação de Marx à transformação dos indivíduos, são sintetizados vários aspectos que se tem apresentado. Marx lembra que é preciso um pensamento inicial transformador, que dá o impulso de transformação – pensamento inicial que também é fruto de uma realidade e de uma atuação sobre essa. Quando o autor busca apreender a realidade na sua concretude – ao falar da limitação e também da meta do movimento histórico –, está identificando as contradições e as possibilidades em relação a outras formas de sociedade, e também delineando uma realidade a ser construída, propiciando, portanto, desejos e escolhas possíveis, para que, ao se antever outra realidade, possa-se querer chegar lá, ter possibilidades de escolha e a compreensão de que é possível alcançar outra realidade.

Esse pensamento, ou essa consciência da realidade, logo é suprimido no decorrer do movimento cíclico da realidade, que confirma, aperfeiçoa ou redireciona essa forma de compreensão da realidade e transforma os indivíduos. Quando o autor lembra que, inicialmente, a propaganda era importante como fonte de aproximação, bem como fumar, beber, comer se apresentavam muitas vezes como motivos de aproximação dos trabalhadores, e, posteriormente, tornavam-se elementos secundários, sendo a socialização, a relação entre as pessoas, as discussões políticas o motivo principal dessas interações, tal qual valores como solidariedade e fraternidade não eram mais teóricos, mas sim passavam a ser objetos de vida – como demonstra a leitura do autor, a nobreza da humanidade iluminava-os –, são aspectos que mostram claramente que outra sociedade só é possível com a transformação dos indivíduos, e o inverso também é verdadeiro, outra sociedade é necessária para a constituição de outros indivíduos – processo que se faz também pelos indivíduos em sociedade. O autor demonstra, também, a importância da construção de novas necessidades como um elemento revolucionário.

Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*, volume I, menciona que:

³³ Em francês no texto: operários. (N. Ed.)

na realidade, é possível prever “cientificamente” apenas a luta, mas não os momentos concretos dela, que não podem deixar de ser resultados de forças contrastantes em contínuo movimento, sempre irreduzíveis a quantidades fixas, já que nelas a quantidade transforma-se continuamente em qualidade. Na realidade, pode-se “prever” na medida em que se atua, em que se aplica um esforço voluntário e, desta forma, contribui-se concretamente para criar um resultado “previsto”. A previsão revela-se, portanto, não como um ato científico de conhecimento, mas como a expressão abstrata do esforço que se faz, o modo prático de criar uma vontade coletiva. (GRAMSCI, 2017, p. 121-122). (Grifos meus nas passagens com sublinhado).

Quando Gramsci fala no esforço prático para criar uma vontade coletiva através da previsão de outras possibilidades de sociedade, está demonstrando, da mesma forma, que a compreensão das possibilidades de construção de uma sociedade diversa da atual delinea caminhos possíveis e a possibilidade de escolha, juntamente com a atuação/intervenção na realidade que pode daí resultar, assim como, na perspectiva do materialismo histórico e dialético, reforça o caráter do ser humano como sendo um agente de construção da sua realidade e, nesta relação dialética, de autoconstrução do seu ser. Estes elementos remetem também para a importância de os indivíduos compreenderem a realidade de forma concreta como um elemento revolucionário, dentre outras coisas, por esta forma de compreensão da realidade possibilitar a compreensão dos limites da sociedade posta e, também, a efetiva possibilidade de constituição de uma sociedade diversa – elementos que estão em uma imbricada relação dialética.

Prosseguindo no entendimento do movimento da realidade, cabe observar que Marx compreende, por sua vez, que a realidade material é a formadora das consciências, algo exposto pelo autor, por exemplo, no texto conhecido como *Onze Teses sobre Feuerbach*. A seguir, é apresentada a tese três, elaborada por Marx, e, na sequência, a mesma tese, contendo as contribuições/explicações de Engels:

a doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. (MARX, 2007, p. 533). (Grifos meus nas passagens com sublinhado).

a doutrina materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação, de que homens modificados são, portanto, produto de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Por isso, ela necessariamente chega ao ponto de dividir a sociedade em duas partes, a primeira das quais está colocada acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen). A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente entendida como *prática revolucionária*. (ENGELS, 2007, p. 537). (Grifos meus na passagem com sublinhado).

Nesta tese, Marx, e também Engels, discutem em especial as contradições e as limitações da obra de Feuerbach, em que se encontra um materialismo não dialético. Os autores mostram uma relação tênue entre aspectos diversos, como a realidade sendo formadora dos indivíduos, das suas consciências e da concretude do seu ser; por outro lado, também mencionam os autores que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos seres humanos; mostram, portanto, que são os indivíduos, suas escolhas e suas ações perante o mundo que transformam a realidade, e nesta relação transformam também a si mesmos – transformam-se mutuamente.

O culminar desse processo de alteração das circunstâncias é uma prática revolucionária, por ser o agir dos seres humanos confrontando a realidade, tensionando a realidade e buscando mudanças profundas nessa, logo, mudanças também nos seres humanos – uma realidade conflitiva, de projetos de sociedade em disputa, de irreconciliáveis interesses entre diferentes classes sociais, só se move com um vigoroso processo de confrontação social³⁴.

Ainda, para uma melhor análise e compreensão da tese três sobre Feuerbach, cabe observar que, nas suas obras, Marx compartilha da importância da educação escolar como forma de transmissão e de apropriação das forças essenciais humanas, realizada através da estreita relação entre o ensino teórico e o trabalho³⁵. Porém, considera-se que, na tese apresentada sobre Feuerbach, o autor está criticando a idealização da escola, que é abstraída da realidade, como se fosse um espaço de redenção, quase supra-humano, bem como que o autor está destacando que a alteração das circunstâncias se dá pela ação efetiva dos seres humanos, individuais, coletivos e coletivamente organizados, aspectos também pertinentes ao contexto da educação escolar. Barata-Moura (2015) faz uma caricaturização do processo de

³⁴ Não significa que não ocorram transformações lentas na sociedade – mesmo não decorrendo da organização coletiva dos trabalhadores – e que podem ter início no nível individual, influenciando na realidade singular e particular, e influenciando, por sua vez, na totalidade da realidade –, transformações que geram novas contradições, novos embates, e, novamente, geram novas sínteses da realidade; as transformações não decorrentes da organização dos trabalhadores tendem a ser bastante lentas, podendo decorrer inúmeras gerações sem que sejam percebidas substancialmente na realidade, em decorrência de motivos diversos, bem como, quando essas mudanças colidem com os interesses de grupos políticos e economicamente hegemônicos, são confrontadas por violentos embates ideológicos e mesmo pela coerção, visando formar ou conformar as superestruturas, ou seja, as consciências coletivas dos indivíduos que compõem a sociedade, bem como conformar a realidade na sua totalidade. Especificamente sobre este último aspecto, tanto Marx quanto Gramsci abordaram a temática da formação das superestruturas de forma bastante precisa. Nos textos de Marx, mais detalhes podem ser obtidos em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (MARX, 2013b) e em *Contribuição à Crítica da Economia Política* (MARX, 2008a); já em Gramsci, em *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (GRAMSCI, 1982).

³⁵ Uma síntese da contribuição específica de Marx sobre a educação dos trabalhadores pode ser obtida na publicação *Educação, saber, produção em Marx e Engels*, da autora Maria Alice Nogueira (NOGUEIRA, 1990).

idealização da escola, visando melhor explicar a crítica presente nesta tese: elucubra-se uma realidade má, horrível; ao resolverem implantar uma escola nessa realidade, seria essa, por ser justamente uma escola – um espaço absorto em relação ao mundo exterior –, um espaço permeado pela bondade, e, em decorrência da implantação deste espaço educacional, haveria a redenção dessa realidade social. É algo que não procede, destaca Barata-Moura. Não é possível compreender a escola e a transformação da realidade social desta maneira³⁶.

Esta caricaturização expõe uma das faces da discussão aqui realizada, a de que as circunstâncias devem ser alteradas pela ação do ser humano, para que ocorram transformações na realidade. As circunstâncias não são imutáveis, são alteráveis pelo tensionamento da realidade, pela disputa de qual sociedade se deseja constituir, pelo movimento impingido pelo indivíduo na realidade e, em especial, pela atuação conjunta dos trabalhadores, com a finalidade de alcançar mudanças profundas na realidade.

Como foi abordado ao longo deste capítulo, o ser humano é o produtor do ser humano: transmite o gênero humano para o outro a partir do que este se apropriou do gênero humano, em uma relação dialética e também educativa – algo que se realiza entre gerações e também entre uma mesma geração. O ser humano se constitui também a partir das circunstâncias que dispõe e da realidade material existente em determinado momento histórico e, nessa relação, evidencia-se, se constitui a partir do seu trabalho, que é a sua atividade vital. Todos esses elementos, intrinsecamente relacionados, são constituintes também da genericidade humana. A capacidade do ser humano de transmitir o que constitui o ser humano, seu arcabouço teórico, prático, cultural, talvez justamente essa capacidade seja a grande virtude do processo de construção da realidade humana, e, por outro lado, também o grande desafio para se romper com a realidade posta, mesmo visando uma transformação positiva dessa realidade.

Portanto, a partir da análise que vem sendo realizada, verifica-se que a definição de qual gênero humano se deseja construído e a intervenção na realidade para que ocorra essa transformação efetiva constituem-se como questões fundamentais, como prioritárias “alterações nas circunstâncias”. Esta forma de intervenção na realidade se soma, ou é o ponto de partida, da alteração das estruturas materiais que compõe a sociedade e que alienam o trabalhador.

³⁶ A representação da realidade, a sua caricaturização, não deixa de ser uma forma de arte que visa expressar a realidade e fazer surtir a reflexão.

Não se trata de reivindicar ter um grupo acima dos demais, como denunciou Marx, mas de compreender a realidade como um espaço em constante conflito, de projetos de sociedade em disputa, em que é fundamental alterar as circunstâncias, começando pela transformação dos indivíduos, com vistas à transformação da sociedade – os indivíduos que se apropriam e partilham do referencial teórico e prático do materialismo histórico e dialético possuem a vantagem de trabalharem com a realidade na sua concretude, não precisando, portanto, utilizar-se de falseamentos da realidade para intervir na realidade e para denunciar as suas mazelas, assim como para reivindicar uma sociedade diversa da atual.

A partir do percurso realizado até esta etapa da tese, considera-se necessário recapitular os últimos pontos analisados: i) Quando se discutiu sobre a essência humana, pôde-se observar que Marx utiliza esta temática, ou esse elemento de análise e de apreensão da realidade, visando identificar as possibilidades para os seres humanos, existentes em um determinado contexto histórico, bem como está organizando as bases teóricas e da realidade prática para denunciar as contradições entre a realidade social existente na sociedade capitalista e as possibilidades que os seres humanos têm, apresentando caminhos possíveis, que possibilitem, ou que contribuam para a realização de escolhas pelos indivíduos; ii) Buscando continuar com o movimento da realidade, mostrou-se também a compreensão de Marx de que são as circunstâncias que constituem os seres humanos, as suas consciências, todavia, também afirma o autor que são os seres humanos que alteram as circunstâncias; iii) Por fim, observou-se que o coincidir da alteração das circunstâncias com a alteração dos seres humanos é um processo revolucionário, para Marx, a principal forma, ou a forma, como se expressam as transformações substanciais na sociedade.

A partir destes elementos de discussão, começa-se a ter uma melhor definição sobre uma unidade de questões que se relacionam, tais como: a compreensão de que são os indivíduos que alteram as circunstâncias, que esses têm objetivamente a capacidade de alterá-las. Não é a natureza, ou a natureza humana, que altera a própria realidade. Não é a natureza que atira a primeira pedra no longínquo momento em que começa a se constituir a humanidade. Esta é atirada pelo ser humano, ou, arrisca-se a dizer, pelo ser humano em potencial – não que esse ser humano não seja também natureza; uma realidade imediata ao indivíduo pode ser alterada com relativa facilidade ao existirem as condições materiais para isso, e a escolha individual para que tal atividade seja realizada. Todavia, quando se fala na alteração da sociedade, na construção de um projeto de sociedade diverso do atual, vê-se uma complexidade muito maior, envolvendo os indivíduos de forma coletiva e, em especial, os indivíduos organizados de forma coletiva; por sua vez, ao serem os indivíduos que alteram as

circunstâncias e, em especial, alteram através da atuação e organização coletiva, começa a se evidenciar a importância dos indivíduos possuírem uma consciência formada pela adequada apreensão da realidade.

A partir do momento em que grande parte da sociedade vive uma realidade alienada e, portanto, também uma atividade de trabalho alienada, sendo os indivíduos socialmente direcionados e também conformados nessa realidade, uma realidade em que os donos do capital possuem uma situação de hegemonia relevante na condução da sociedade, têm-se circunstâncias muito objetivas constituindo os seres humanos, e que pendem para a reprodução dos interesses do capital, uma constituição dos indivíduos em que são fortalecidas as ideologias favoráveis ao capitalismo, e em que é fomentada a não crítica e a docilidade dos indivíduos frente a um contexto de degradação humana – e mesmo, o apoio desses ao capital. Nesta direção, trazer à discussão a necessidade de uma constituição humana que se aproprie da concretude do real não significa a idealização da escola, como se esta fosse a salvadora, a panaceia para os males da sociedade, à forma como Marx criticou Feuerbach e outros filósofos da sua época, mas tornar claro que a compreensão da realidade de forma concreta, ou em um maior nível de concretude, é um fator basilar para a transformação profunda da realidade social atual. Para reforçar a adequada discussão, evidencia-se, trata-se de intervir socialmente, visando alterar as circunstâncias, para que esse objetivo seja alcançado.

Apenas a partir do momento em que os indivíduos compreenderem a realidade desta forma, começando a compreender também quais os grupos que formam a sociedade e quais os seus interesses, passam a ser evidenciadas as contradições existentes na sociedade, tornando-se explícito o processo de subjugação do ser humano pelo ser humano e a não possibilidade dos indivíduos frente ao que foi alcançado pela humanidade; da mesma forma, expõe-se em toda a sua expressão a não liberdade e o não viver a vida efetivamente. É algo que os donos do capital não farão pelos trabalhadores, cabendo a esses organizarem-se coletivamente e confrontarem a realidade nesta direção.

Ademais, trata-se de um elemento fundamental para o indivíduo viver a essência humana – começando por desejá-la e atuando na realidade para alcançá-la –, podendo usufruir em um maior nível das conquistas históricas e sociais alcançadas pelos seres humanos, vivendo efetivamente e fazendo a história social a partir da realização da história individual.

Da mesma forma, a compreensão da realidade em um maior nível de concretude reforça as possibilidades inerentes à liberdade dos indivíduos, e a atuação destes pra buscá-la e vivê-la cria subsídios renovados nesta direção.

Cabe evidenciar ainda que compreender a realidade em um maior nível de concretude tem relação direta com o período histórico em que ocorre determinada constituição da realidade humana, logo, também se relaciona com o processo de humanização. Conforme evidencia Marx (2015a), o ser humano só se diferencia da determinidade da atividade vital animal por ter uma atividade vital consciente. Portanto, a constituição de seres humanos outros implica também em outra apreensão subjetiva da realidade.

Continuando neste percurso de análise, cabe especificar ainda mais estes elementos, observando que: viver o ser humano é viver um ser humano histórico, social, que se constitui a partir de um lastro material presente na realidade e que também é constituinte do gênero humano. Para o indivíduo viver a essência humana, no sentido dado ao termo ao longo do texto, é fundamental que o ser humano viva a realidade, e para isso considera-se fundamental também apreendê-la em um maior nível de concretude, mesmo que essa apreensão da realidade inicialmente ocorra apenas de forma teórica, sendo que a apreensão experiencial da realidade só é possível ocorrer no processo do viver efetivo e, nesse sentido, só uma sociedade revolucionada, que gere profundas transformações na sociedade, legará aos indivíduos uma ampla transformação da experientiação da vida.

Viver o ser humano na sua plenitude, a partir do significado que se acaba de expor, também está diretamente relacionado à realidade social e à sua caracterização histórica. Ao se falar, por exemplo, de um ser humano que viveu em uma sociedade mais antiga, composta por comunidades muito restritas, caracterizando-se por ser uma vida de caráter gregário, com as forças essenciais humanas pouco desenvolvidas e sem uma complexidade mais elevada das relações sociais, tem-se como significado que viver a essência humana nessa realidade tem um caráter muito mais próximo, direto, à vida cotidiana de cada ser humano, e também das atividades comunitárias. A apreensão da concretude da realidade que se contextualiza é especificamente determinada pela dimensão e complexidade histórico-social dessa sociedade e realidade particular, bem como pelas possibilidades e limitações do ser humano em apreender essa realidade em toda a sua expressão e para além das aparências. Já viver a essência humana na sociedade atual, em que as relações sociais diretas ou indiretas ao indivíduo ocorrem em uma dimensão muito maior e por uma miríade muito mais ampla de elementos, e, por decorrência, com relações sociais mais complexas, como também com uma ampliação exponencial das forças essenciais humanas em relação às sociedades anteriores, requer outra forma de apropriação da realidade pelos indivíduos.

Isso não significa, para os seres humanos que viveram em outras épocas históricas, mais restritas, uma melhor condição de apreensão daquela realidade na sua totalidade e nas

suas múltiplas relações e determinações. Tanto a realidade quanto as possibilidades são muito diversas. Se a sociedade atual possui forças essenciais humanas muito maiores, mediadas em grande medida pela ciência e pela tecnologia em uso no atual tempo histórico, bem como a universalidade da atuação humana sendo uma realidade na sociedade atual, significa claramente uma dimensão muito maior e mais complexa de interação do indivíduo com a realidade; todavia, em igual medida, as possibilidades de apreensão da realidade nesta sociedade também são outras, assim como as possibilidades de constituição atual dos indivíduos são muito diversas, o que implica também nas possibilidades de se viver a individualidade e a liberdade.

Em síntese, qual a importância de se apreender a realidade em um maior nível de concretude na sociedade atual? Verifica-se diversos aspectos, tais como: a) primeiramente a compreensão da realidade para além das aparências, identificando as suas contradições, interesses e o efetivo processo de subjugação e de degradação do ser humano; b) para suscitar a identificação de possibilidades em relação a projetos societários diversos do atual, portanto, como um elemento basilar de transformação da sociedade capitalista; c) a sociedade atual é composta por um número de elementos muito mais amplo em relação àqueles existentes em sociedades anteriores, tratando-se de realidade social que se complexifica; esses elementos interagem com o indivíduo e influem sobre a sua vida de forma direta ou indireta, requerendo que o processo de apreensão da realidade se realize de forma mais concreta, para que se possa viver a essência humana efetivamente; d) mesmo uma sociedade diversa da atual, profundamente transformada, requer aos indivíduos apreenderem a realidade efetivamente a partir das suas características, para viverem a liberdade e a individualidade, bem como para que cada indivíduo possa conduzir a sua vida e decidir de forma coletiva o direcionamento da vida em sociedade; e) ademais, o próprio processo de constituição do ser humano, que o diferencia de outros animais, tem o seu ponto fulcral, segundo Marx (2015a), na atividade vital consciente do ser humano e, portanto, trata-se de questão imediatamente ligada ao processo de tornar-se humano, de qual ser humano se constitui e se está constituindo.

A liberdade e a constituição de uma individualidade transformada se reafirmando a partir da forma de compreensão da realidade

A seguir, são apresentadas passagens das obras de Marx e de Engels que fazem avançar na discussão sobre o indivíduo como um ser humano livre. Um ser que apreende a realidade humana e se autoproduz de forma individual e coletiva, o que implica em relacionar a liberdade também com a questão da apreensão da realidade. Primeiramente, em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels mencionam que:

mas é do mesmo modo empiricamente fundamentado que, com o desmoronamento do estado de coisas existente da sociedade por obra da revolução comunista [...] e com a superação da propriedade privada, superação esta que é idêntica àquela revolução, esse poder, que para os teóricos alemães é tão misterioso, é dissolvido e então a libertação de cada indivíduo singular é atingida na mesma medida em que a história transforma-se plenamente em história mundial. De acordo com o já exposto, é claro que a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais. Somente assim os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (incluindo a produção espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de fruição dessa multifacetada produção de toda a terra (criações dos homens). A dependência *multifacetada*, essa forma natural da cooperação *histórico-mundial* dos indivíduos, é transformada, por obra dessa revolução comunista, no controle e domínio consciente desses poderes, que, criados pela atuação recíproca dos homens, a eles se impuseram como poderes completamente estranhos e os dominaram. (MARX; ENGELS, 2007, p. 40-41). (Grifos meus nas passagens com sublinhado).

Outras passagens da obra de Marx que apresentam a mesma perspectiva de análise podem ser encontradas também em obras mais tardias do autor, a exemplo do *Grundrisse*, onde o autor menciona que “os indivíduos universalmente desenvolvidos, cujas relações sociais, como relações próprias e comunitárias, estão igualmente submetidas ao seu próprio controle comunitário, não são produtos da natureza, mas da história” (MARX, 2011a, p. 110). (Grifos meus).

É relevante observar que, nos textos de Marx e de Engels, o comunismo é apresentado como uma possibilidade de retorno efetivo à individualidade, o viver efetivo desta por cada ser humano. Trata-se de uma individualidade em que, dentre outras coisas, esteja envolvida a existência do outro como ser humano e do outro para ele. Cabe destacar, uma individualidade muito diversa da existente na sociedade capitalista, que é uma individualidade que liberta o indivíduo em uma perspectiva e em relação a um tempo histórico, mas o aprisiona, o conforma, em outra perspectiva³⁷.

³⁷ Considera-se pertinente trazer outro exemplo, que amplie o horizonte de compreensão desta temática: quando Marx fala, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (MARX, 2015a), na supressão do Estado no

Marx e Engels partem do contexto e da crítica à sociedade capitalista, a sociedade que estava presente no tempo histórico de ambos. Também é relevante que os autores nunca deixaram, nunca se restringiram, de interpretar determinadas características da sociedade capitalista como sendo positivas, em relação às sociedades anteriores, e também em relação à possibilidade de construção de uma sociedade diversa a partir da atual – algo, inclusive, inerente ao método de investigação utilizado pelos autores. Uma das transformações na sociedade capitalista bastante valorizada pelos autores é a obtenção de determinada individualidade nesta sociedade, diferentemente das sociedades tribais, das sociedades feudais, e de outras sociedades de caráter mais gregário³⁸. Em muitas dessas sociedades, os seres humanos, apesar de constituírem-se de forma social, eram considerados parte de um corpo, de uma estrutura natural. Markus (2015) lembra que as características daquelas sociedades, em que as relações sociais, as determinações da vida, que “[...] *apareciam* como traços naturais imutáveis inseparáveis da sua personalidade concreta, [transformam-se, na sociedade capitalista], em determinações sociais que eles próprios podem alterar através de sua própria atividade” (MARKUS, 2015, p. 120). (inserção minha entre colchetes). Na sociedade capitalista, tudo passa a ser comercializado, inclusive a vida dos trabalhadores, o

contexto de uma sociedade comunista, entende-se que o autor está compreendendo/almejando uma sociedade em que os indivíduos tenham autonomia sobre as suas vidas, tenham capacidade de se direcionar perante a realidade em que vivem, tenham liberdade e capacidade de viver efetivamente, possam viver a essência humana. Obviamente que a vida em sociedade – os seres humanos só são humanos desta forma – requer decisões individuais e coletivas, a associação dos trabalhadores, a organização dos elementos que compõem a vida em sociedade, dentre outros aspectos. Nesta perspectiva, compreende-se que Marx critica sim o Estado nos moldes presentes na sociedade capitalista, o Estado como um aparato exterior que direciona os indivíduos, que os conforma, que os subjuga, a exemplo da crítica à propriedade privada e ao trabalho alienado na sociedade capitalista. Isso não significa que os trabalhadores não precisarão se organizar em uma sociedade transformada. A diferença está em ter uma organização coletiva em que os trabalhadores possam fazer escolhas e também direcionarem efetivamente as suas vidas, sem haver uma conformação social externa. Para isso, é necessário a adequada apreensão da realidade. Este exemplo é trazido pela sua pertinência na atual fase desta discussão, ao demonstrar que um dos elementos preponderantes para a construção de um projeto de sociedade revolucionado, transformado, é o indivíduo: sua consciência formada a partir da compreensão da realidade em um maior nível de concretude, e a possibilidade de o indivíduo viver efetivamente a essência humana e a liberdade, como elementos fundamentais que consolidam e são consolidados nesse processo.

³⁸ É preciso evidenciar também que Marx não propôs o capitalismo como uma etapa para as sociedades chegarem ao comunismo, como um purgatório, um vale de lágrimas necessário, que proporcionaria as bases estruturais para se alcançar uma sociedade transformada. Este aspecto pode ser adequadamente compreendido a partir das cartas que Marx trocou com a revolucionária russa Vera Ivanovna Zaslitch, em especial no ano de 1881. Esta revolucionária estava preocupada com a interpretação das obras de Marx na Rússia, onde se começava a evocar a necessidade de transformar a propriedade comunal em propriedade capitalista, como uma fase, uma transição, para o alcance do comunismo. O autor descarta essa interpretação, mencionando que a fatalidade da sociedade capitalista é restrita à Europa ocidental, bem como destaca que, na obra *O Capital*, o autor não oferece razões nem a favor e nem contra a vitalidade da comuna russa. A versão final da carta de Marx para a revolucionária Vera Ivanovna pode ser encontrada na edição utilizada de *O Capital* (MARX, 2013a, p.849-850). Já os vários esboços desta carta, que Marx fez para ter uma análise elaborada sobre a temática, podem ser encontrados em Marx & Engels (2013, p. 80-115).

que é feito das suas vidas. Neste contexto, a partir do processo de produção e de troca de objetos, os trabalhadores também passam a ser reificados e, como consequência, passam a não ter mais vínculos e a não ter mais relações definidas por caráter moral ou afetivo, passando, desta forma, a serem livres, em determinada perspectiva. Para Marx, esse é um fator que favorece a suprassunção da sociedade capitalista; trata-se de determinada liberdade, por sua vez, muito diversa daquela reivindicada pelo autor.

Na passagem a seguir, do *Grundrisse*, Marx expõe como percebe a individualidade na sociedade capitalista, assim como evidencia a necessidade de transformação dessa individualidade:

(Foi dito e pode ser dito que a beleza e a grandeza residem justamente nessa conexão espontânea e natural, nesse metabolismo material e espiritual independente do saber e da vontade dos indivíduos, e que pressupõe precisamente sua independência e indiferença recíprocas. E essa conexão coisificada é certamente preferível à sua desconexão, ou a uma conexão local baseada unicamente na estreiteza da consanguinidade natural ou nas [relações] de dominação e servidão. É igualmente certo que os indivíduos não podem subordinar suas próprias conexões sociais antes de tê-las criado. Porém, é absurdo conceber tal *conexão* puramente *coisificada* como a conexão natural e espontânea, inseparável da natureza da individualidade (em oposição ao saber e ao querer reflexivos) e a ela imanente. A conexão é um produto dos indivíduos. É um produto histórico. Faz parte de uma determinada fase de seu desenvolvimento. A condição estranhada [*Fremdartigkeit*] e a autonomia com que ainda existe frente aos indivíduos demonstram somente que estes estão ainda no processo de criação das condições de sua vida social, em lugar de terem começado a vida social a partir dessas condições. É a conexão natural e espontânea de indivíduos em meio a relações de produção determinadas, estreitas. Os indivíduos universalmente desenvolvidos, cujas relações sociais, como relações próprias e comunitárias, estão igualmente submetidas ao seu próprio controle comunitário, não são um produto da natureza, mas da história. O grau e a universalidade do desenvolvimento das capacidades em que *essa* individualidade se torna possível pressupõe justamente a produção sobre as bases dos valores de troca, que, com a universalidade do estranhamento do indivíduo de si e dos outros, primeiro produz a universalidade e multilateralidade de suas relações e habilidades. Em estágios anteriores do desenvolvimento, o indivíduo singular aparece mais completo precisamente porque não elaborou ainda a plenitude de suas relações e não as pôs diante de si como poderes e relações sociais independentes dele. É tão ridículo ter nostalgia daquela plenitude original: da mesma forma, é ridícula a crença de que é preciso permanecer nesse completo esvaziamento. O ponto de vista burguês jamais foi além da oposição a tal visão romântica e, por isso, como legítima antítese, a visão romântica o acompanhará até seu bem-aventurado fim.) (Como ilustração, pode ser tomada aqui a relação do indivíduo singular com a ciência.) (MARX, 2011a, p. 109-110). (Grifo meu na passagem com sublinhado).

De forma alguma Marx ambiciona o retorno a uma realidade passada, considerada ultrapassada inclusive pelo autor. Realidade que se caracterizou em muitos contextos

históricos por relações de dependência pessoal, compreendidas por estes grupos sociais como sendo relações de caráter natural, bem como, grupos sociais que possuíam uma produtividade limitada, localizada em pontos isolados (Ibidem, p. 106). O autor identifica que a realidade pautada pelo capitalismo trouxe características sociais importantes, porém, não finalísticas, acabadas, como se fosse o fim da história. É antes o ponto de partida para que se alcance outra realidade, em que os indivíduos sejam livres, desenvolvam suas potencialidades e tenham acesso às conquistas produzidas pela humanidade ao longo da história. Portanto, ao invés de independência individual baseada na dependência coisal, relação que ocorre na realidade capitalista, Marx reivindica a “livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social [...]” (Ibidem, p. 106), para que os indivíduos não estejam “[...] subsumidos à produção social que existe fora deles como uma fatalidade” (Ibidem, p. 106). Para o autor, a realidade capitalista está em completa oposição em relação aos interesses dos trabalhadores, da mesma forma, ocorre uma divisão do trabalho de forma “[...] natural externa aos indivíduos, independente deles” (Ibidem, p. 106).

O autor não propõe subsumir a individualidade no social e em uma espécie de propriedade privada coletiva, propõe sim a livre individualidade, baseada na relação entre o indivíduo e a coletividade. Por exemplo, ao invés de uma liberdade que liberta por um lado mas por outro aprisiona, conforma e subjuga, considera-se que o autor está propondo que a coletividade faça a mediação do viver a essência humana e da individualidade livre, e novamente, de forma dialética, que os indivíduos conduzam a produção e o direcionamento da vida em sociedade. No trecho mais extenso transcrito anteriormente do *Grundrisse*, quando Marx fala sobre “essa” individualidade, grifada pelo autor, está evidenciando a individualidade que pode ser alcançada em uma sociedade revolucionada, constituída em parte pelo que foi legado pela sociedade atual. Para o autor, a universalidade alcançada pelo gênero humano a partir da sociedade capitalista, bem como a multilateralidade das relações e habilidades, são os elementos estruturantes para que os indivíduos sejam universalmente desenvolvidos, por exemplo, em uma sociedade comunista, sendo as suas vidas conduzidas de forma própria e comunitária, tendo o domínio e o controle das suas vidas e da produção da vida humana³⁹.

³⁹ Ao analisar a realidade material presente na sociedade capitalista e a partir das contradições e movimentos da realidade, Marx atua de forma tênue, por um lado criticando de forma incisiva a sociedade capitalista e, por outro, compreendendo nesse arcabouço social e histórico as condições para a transformação positiva da

Ao se enfatizar a participação da liberdade como elemento fundamental da busca por uma sociedade profundamente transformada e do viver a vida nessa sociedade, finaliza-se este capítulo enfatizando tanto aspectos a serem buscados em relação à vida dos indivíduos em sociedade, assim como aspectos necessários ao alcance deste objetivo, a exemplo da adequada apreensão da realidade pelos componentes da classe trabalhadora – a adequada apreensão da realidade é elemento fundamental para se viver com liberdade em sociedade, assim como para se viver a forma de individualidade e também de coletividade reivindicada por Marx.

No próximo capítulo, discute-se mais especificamente sobre a ciência e a tecnologia e, respectivamente, sobre os conhecimentos científicos e tecnológicos. Aborda-se de que forma esses elementos participam no processo de constituição e de reprodução da sociedade capitalista, assim como discute-se de que forma se relacionam à busca por uma sociedade profundamente transformada. Busca-se, também, avançar na discussão e análise da relação entre o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos pelos trabalhadores e a compreensão da realidade na sua concretude. Esta abordagem será realizada a partir do referencial teórico legado por Marx. Para esta etapa da pesquisa, escolheu-se, em especial, os textos escritos de forma mais tardia pelo autor.

sociedade posta, bem como identificando possibilidades para outra sociedade ser construída a partir da sociedade posta. Ademais, algo de fundamental importância é que o autor está realizando escolhas em relação à constituição de outra sociedade e em relação à constituição dos indivíduos – possibilidade de escolha que o autor também reivindica para todos os indivíduos que compõe a sociedade.

3 A RELAÇÃO ENTRE A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA E A CONSTITUIÇÃO E A REPRODUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL CAPITALISTA COMPREENDIDAS A PARTIR DA PRODUÇÃO TEÓRICA DE KARL MARX – RELAÇÕES ENTRE A CONSTITUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS E A TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

Neste capítulo, aborda-se, em especial, a relação entre a ciência e a tecnologia, e o contínuo processo de transformação e de reprodução da realidade social capitalista, buscando-se, na produção teórica de Marx, os elementos para esta discussão. Três grandes ciclos de apreensão da realidade compõem este capítulo. No primeiro deles, são abordados aspectos basilares ou categorias fundamentais para a compreensão do capitalismo, e também da ciência e da tecnologia – são elaboradas representações estruturadas da realidade iniciais. No segundo ciclo de apreensão da realidade, é discutido o transcurso histórico de constituição e de transformação do capitalismo, e qual a relação e a relevância da ciência e da tecnologia nesse transcurso. Por fim, no terceiro ciclo, discute-se a ciência e a tecnologia como componentes da força produtiva que está a serviço do capitalismo, e também como forças sociais, em grande medida, controladas e direcionadas pelo capitalismo; discute-se, além disso, em que medida pode-se ou não compreender, a partir da produção teórica de Marx, que a transformação da realidade sócio-histórica é um elemento de autotransformação da própria realidade, e, mais especificamente, é um elemento de revolucionamento da realidade social posta, possibilitando uma profunda transformação dessa realidade.

Após estes três grandes eixos ou ciclos de apreensão da realidade, são apresentadas questões de síntese, ou seja, questões que buscam instigar a apreensão da realidade em diversas direções e, ao mesmo tempo, sistematizar o que foi abordado ao longo deste capítulo. Nestas questões de síntese e nas respostas apresentadas, dentre outros aspectos, discute-se em que medida o acesso dos indivíduos aos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos pela sociedade capitalista contribui para a compreensão da realidade em um maior nível de concretude e também para o revolucionamento da sociedade capitalista.

3.1 Aspectos basilares para a compreensão do capitalismo, da ciência e da tecnologia

Percebe-se a necessidade de começar esta etapa da investigação respondendo às seguintes questões: O que é a ciência? O que é a tecnologia?

A ciência pode ser identificada como uma atividade humana em que se busca compreender a realidade que não é aparente para o ser humano, a realidade que não é captada de forma sensível, de forma imediata; portanto, é um processo em que se busca a compreensão da realidade e também, em que se realiza a sistematização do conhecimento sobre a realidade.

A ciência, por ser uma atividade humana, não se apresenta pronta na natureza, ou na natureza humana, como se as respostas e o olhar humano para a realidade estivessem prontos e acabados, apenas esperando serem descobertos, como um fim em si mesmo – apesar de existir uma realidade que é independente da existência do ser humano. Trata-se, sim, de uma apreensão da realidade ou de um olhar para a realidade realizado pelo ser humano social e histórico, portanto, trata-se de uma atividade realizada para e pelos seres humanos. Desta forma, mesmo a compreensão da realidade de forma concreta, bastante discutida no capítulo anterior, é limitada e é histórica. Trata-se da apreensão de determinada concretude alcançada pelos indivíduos e pela sociedade, bem como localizada em determinada época histórica – o conhecimento sobre a realidade se amplia ao longo do tempo, assim como a própria realidade se transforma; da mesma forma, a possibilidade de compreensão da realidade em um maior nível de concretude também é uma possibilidade histórica. São aspectos que se somam às finalidades e aos usos da ciência e da tecnologia, afinal, os indivíduos têm a possibilidade de escolha – escolha dialeticamente também possível de ser realizada e mediada pela realidade sócio-histórica.

Já a tecnologia é compreendida, nesta tese em especial, como o conjunto das técnicas em uso em determinada época histórica, conforme definição proposta por Álvaro Vieira Pinto. Portanto, compreende-se a tecnologia como o conjunto das formas de produção humana existentes em determinada época histórica, com todas as possibilidades e contradições inerentes a este contexto (PINTO, 2005).

Por sua vez, a designação da tecnologia como a ciência da técnica, como a epistemologia da técnica, tal como é utilizada, por exemplo, por Álvaro Vieira Pinto, não é tão utilizada nas discussões efetuadas nesta tese, apesar de se realizar sobremaneira a investigação do uso da técnica em sociedade.

Neste percurso, é importante a compreensão de que a técnica é algo fundamentalmente humano. Trata-se da forma encontrada ou escolhida pelo ser humano para a produção dos elementos da vida humana e, portanto, estando também imediatamente

relacionada à própria produção da vida humana. A técnica perpassa todos os âmbitos da natureza humana e do viver a vida humana. Está presente na produção de produtos, nos processos produtivos, na elaboração dos instrumentos, na transmissão de conhecimentos, na organização de grupos sociais, dentre inúmeros outros contextos. Toda atuação humana requer uma maneira de se intervir na realidade, concebida no âmbito da consciência e definida como tal de forma individual e social, bem como respeitando-se as legalidades e possibilidades da natureza, a partir das quais o ser humano atua e também se constitui.

A partir destes elementos de discussão, ao se analisar historicamente o uso da tecnologia pelo ser humano e, posteriormente, o uso desta em imediata relação com a ciência, tem-se, como expressão dessa trajetória histórica, a relevante transformação na produção e no acesso aos conhecimentos pelos seres humanos e a aplicação desses conhecimentos na realidade, bem como verifica-se a complexificação crescente do trabalho realizado ao longo da trajetória histórica – na realidade capitalista, esta complexificação é pertinente ao trabalho realizado por uma parcela bem restrita dos trabalhadores.

A partir do uso da ciência na produção da realidade e da vida humana, verifica-se que se ultrapassa uma barreira que pode ser compreendida, ao mesmo tempo, de forma abstrata e também material, das formas de o ser humano compreender e de atuar sobre a realidade. Mais especificamente de uma compreensão da realidade e de uma atuação transformadora dessa realidade, realizada primeiramente apenas pelo que é material e está próximo ao ser humano, pelo que é sensível ao ser humano – decorrente da observação da realidade, do conhecimento tácito, das tentativas de intervenção na realidade realizadas por milhões de seres humanos e que geram constantes erros e acertos em relação a elementos úteis ao ser humano –, para, gradativamente, se tornar mais complexa a compreensão e a intervenção na realidade. Passa-se a investigar, de forma sistematizada a realidade, a formular teorias cada vez mais complexas, que, em muito, deixam de estar acessíveis através de uma relação imediata, sensível, do ser humano com a realidade, e, por conseguinte, também as intervenções na realidade se tornam cada vez mais complexas. Logo, neste percurso de produção da realidade humana, também se torna mais complexo o percurso de tornar-se ser humano.

Ao longo do transcurso histórico, a tecnologia concebida e utilizada em imediata relação com a ciência, passa a ser componente fundamental da força produtiva, e ela mesma se constitui também como uma força social, constituinte das relações sociais em cada tempo histórico. A tecnologia, ao compor a força produtiva e sendo ela mesma uma força produtiva, especificamente no âmbito da sociedade capitalista, passa a atuar de forma cada vez mais

autônoma em relação ao trabalhador; cada vez menos é o trabalhador individual que se utiliza dela para produzir. Marx destaca, inclusive, que a tecnologia, de maneira abrangente, e mais especificamente a maquinaria, na sua maioria deixa de ser um meio de trabalho conduzido pelos trabalhadores com a finalidade de efetivar a produção de um produto; pelo contrário, passa a conduzir os trabalhadores, passa a se utilizar dos trabalhadores quando está a serviço do capital. Constitui-se uma força social e produtiva apropriada pelos grupos hegemônicos e que influi diretamente na perda de capacidade do indivíduo de se direcionar socialmente, e também de atuar de forma coletiva no direcionamento da sociedade.

Outro aspecto fundamental é que, já no período da grande indústria, contexto em que Marx escreveu os seus textos, foi apontado pelo autor que essa fase produtiva só se desvencilhou das amarras que a limitavam e também só foi possível se expandir de forma sem precedentes na história quando reduziu a dependência existente das capacidades e dos conhecimentos do trabalhador, e, ainda, quando as máquinas passaram a ser produzidas por outras máquinas.

Ao serem estruturadas forças produtivas que passam a ter cada vez mais autonomia em relação ao trabalhador individual e menos trabalho humano sendo necessário tanto para produzir tecnologia quanto para o seu uso, é relevante destacar a tecnologia e a ciência, ambas em imediata relação, como categorias fundamentais à compreensão da sociedade capitalista e para a compreensão da constituição do ser humano e da sua vida em sociedade.

As bases constitutivas da ciência e da tecnologia e a sua importância para a compreensão da sociedade capitalista

No que tange à produção da ciência, a partir da modernidade (aproximadamente final do século XV d.C.), esta começa a ficar mais estruturada e também mais relevante para a sociedade. Todavia, as suas bases começam a ser formadas muito antes desse período, sendo difícil definir uma data e local precisos em que ocorreram os primeiros passos para a formação da ciência, sendo que a transformação social que ocorre ao longo da história envolve uma imbricada relação entre a compreensão da realidade e a atuação dos indivíduos para a transformação da própria realidade social. Mesmo assim, a título de exemplo, Strathern (2002), em uma obra bastante didática, destaca que um dos primeiros pensamentos científicos é atribuído a Tales, que viveu a 2500 anos atrás (século VI a.C.), na Grécia antiga, na cidade

grega de Mileto, atualmente sudoeste da Turquia. Tales, ao observar fósseis incrustados nas rochas, formados inequivocamente por conchas marinhas, considerou que, em tempos mais remotos aquela região deveria estar encoberta pelo mar, começando a formular, a partir desse fato, a intuir, uma teoria ainda bastante rudimentar – em comparação às teorias científicas atuais – sobre quais os componentes que formariam o mundo. Tales considerou, através das suas reflexões, que, nos primórdios, a Terra poderia ter sido constituída por um único componente, a água. A partir daquele momento e deste exemplo do despertar para a curiosidade científica, a produção da ciência passa por um longo e tortuoso caminho até chegar à modernidade. Cabe ressaltar que aquele era um período em que a ciência ainda dava os seus primeiros passos – mais uma vez, em comparação com a ciência atual –, todavia, a partir dessa última etapa histórica, a consistência do conhecimento científico produzido, o ritmo de sua produção e o seu uso na vida em sociedade passam a ser mais relevantes.

Em decorrência da relevância histórica e pela influência na realidade social, optou-se por analisar a ciência e a tecnologia a partir do processo de constituição do capitalismo. Buscou-se ressaltar a estreita relação da ciência e da tecnologia – dos conhecimentos humanos e da intervenção na realidade a partir do uso desses conhecimentos – com a constituição e a reprodução do capitalismo. Para isso, foi realizada a análise de textos escritos de forma mais tardia por Marx, diferentemente do primeiro capítulo desta tese, em que foram utilizados textos mais iniciais da produção teórica do autor.

Para iniciar este percurso de análise, traz-se à discussão uma nota de rodapé de *O capital*, em que consta a seguinte análise de Marx:

uma história crítica da tecnologia provaria o quão pouco qualquer invenção do século XVIII pode ser atribuída a um único indivíduo. Até então, tal obra inexistia. Darwin atribuiu o interesse para a história da tecnologia natural, isto é, para a formação dos órgãos das plantas e dos animais como instrumentos de produção para a vida. Não merecia igual atenção a história da formação dos órgãos produtivos do homem social, da base material de toda organização social particular? E não seria ela mais fácil de ser compilada, uma vez que, como diz Vico, a história dos homens se diferencia da história natural pelo fato de fazermos uma e não a outra? A tecnologia desvela a atitude ativa do homem em relação à natureza, o processo imediato de produção de sua vida e, com isso, também de suas condições sociais de vida e das concepções espirituais que delas decorrem. Mesmo toda a história da religião que abstrai dessa base material é acrítica. De fato, é muito mais fácil encontrar, por meio da análise, o núcleo terreno das nebulosas representações religiosas do que, inversamente, desenvolver, a partir das condições de vida de cada momento, suas correspondentes formas celestrializadas. Este é o único método materialista, e, portanto, científico. O defeito do materialismo abstrato da ciência natural, que exclui o processo histórico, pode ser percebido já pelas concepções abstratas e ideológicas de

seus porta-vozes, onde quer que eles se aventurem além dos limites de sua especialidade. (MARX, 2013a, p. 446).

Para o autor, a ciência e a tecnologia estão entremeadas na constituição da sociedade, formando os “órgãos” produtivos dos seres humanos, que passam a ser também componentes da sociedade em cada tempo histórico. Nesse contexto, a ciência e a tecnologia são elementos fundamentais para a compreensão da constituição da sociedade, da produção e reprodução da vida e da formação da consciência dos indivíduos. Por fim, nesta citação, o autor enfatiza tanto o objeto de estudo das ciências naturais, a adoção de um materialismo antidialético e a-histórico nestas ciências, quanto a influência de seus representantes na sociedade, ao utilizarem-se de uma leitura da realidade estruturada em uma ciência abstrata, fragmentada e a-histórica, portanto, uma leitura inadequada para a compreensão da sociedade na sua complexidade. O autor define/tangencia fronteiras no caráter epistemológico destas ciências ao considerá-las inadequadas para a compreensão da sociedade, ao implicar no falseamento da compreensão da realidade e em uma ideologia legitimadora da realidade capitalista. Marx quer outra ciência, não a ciência posta, hegemônica, que fragmenta, que cerceia a realidade e que a isola da construção social e histórica em curso, possibilitando obter apenas fragmentos de um todo complexo da realidade, que, na verdade, é indivisível⁴⁰.

Elementos constituintes e lastreantes do capitalismo

Verifica-se que todo o arcabouço de conhecimentos e de técnicas produzido pela humanidade até o século XVI foi fundamental para o impulso inicial de formação da sociedade capitalista. Marx, por exemplo, observa que um importante propulsor do capitalismo foram as grandes navegações e a formação das rotas comerciais. Nesta questão, a transformação dos meios de locomoção foi fundamental para viabilizar o início do processo de troca. O mesmo se pode verificar em relação à transformação dos meios de produção e da aglomeração dos trabalhadores, que atuavam até então de forma bastante parcelar e autônoma,

⁴⁰ Os autores Hilary Rose e Steven Rose, afirmam que: “A diferença entre a teoria do conhecimento de Marx, que envolve a integração entre a teoria e a prática, e a da cultura burguesa, é que esta última põe ênfase na separação do saber e do fazer, teoria e prática, ciência e tecnologia, ciência natural e ciência social. Em oposição a isso, Marx reafirma a unidade do método histórico” (ROSE, Steven; ROSE, Hilary, 1979, p. 21). (Tradução minha).

aspectos que também podem ser considerados fundamentais, basilares, para o surgimento do capitalismo. No capítulo 12 de *O Capital*, ao discutir a formação da produção em Manufaturas (que se desenvolveu entre a metade do século XVI e o último terço do século XVIII), Marx demonstra, através de suas análises e também através de inúmeras citações, a intensa sistematização dos conhecimentos, que passa a ocorrer naquele contexto produtivo e social, sendo analisados socialmente aspectos como: as formas de organização produtiva em curso; o aumento da produtividade em decorrência do agrupamento dos trabalhadores e da fragmentação e especialização das suas atividades; a adaptação de instrumentos de trabalho para atividades específicas; a divisão das atividades parcelares conforme as características dos trabalhadores; a maior possibilidade de controle dos trabalhadores pelos capitalistas; a possibilidade de emprego de trabalhadores não qualificados, implicando em menores salários e na redução de custos; a importância dos meios de comunicação para essa fase produtiva e para os processos de troca, dentre outros aspectos abordados pelo autor (MARX, 2013a p. 411-443).

Tanto no período manufatureiro quanto na grande indústria, pode-se destacar a aplicação do conhecimento na organização produtiva, na divisão do trabalho e também na produção e utilização de máquinas, resultando no aumento da produtividade e na intensificação da atuação do trabalhador e, ainda, na retirada de sua autonomia em relação ao trabalho realizado. Inúmeros aspectos, portanto, evidenciam a relevância, o papel fundamental dos conhecimentos tácitos e dos novos conhecimentos derivados dos avanços da ciência, do desenvolvimento de instrumentos e máquinas, de novos materiais e do desenvolvimento de técnicas aplicadas ao processo de trabalho, para o processo de estruturação do capitalismo – logo, também para a formação e transformação dessa forma de sociedade.

Obviamente, destaca-se desde já, não se pode cair em determinismos, considerando que a ciência e a tecnologia são os únicos elementos, ou os elementos que superam os demais no processo de transformação da realidade social e, em especial, na constituição do capitalismo. Por exemplo, Marx, em *O capital*, no capítulo XXIV, discute o processo denominado de acumulação primitiva como algo fundamental para a constituição do capitalismo. Nesse processo, grandes contingentes populacionais foram expulsos de suas terras e de seus meios produtivos na Europa, ficando totalmente reféns dos grandes aglomerados produtivos como a única forma de sobrevivência. Da mesma forma, neste capítulo, Marx expõe que a acumulação primitiva necessária para formar os aparatos produtivos iniciais do capitalismo é decorrente, por exemplo, de roubos e das espoliações das

populações, não se tratando de um processo idílico, fruto do suor do trabalho do capitalista abnegado ao trabalho.

Para se compreender o capitalismo e a sua constituição a partir das análises realizadas por Marx, cabe destacar que o autor visualiza alguns elementos que são estruturantes dessa forma de produção e de sociedade. Dentre esses elementos, menciona que o capital é valor em movimento, valor que se valoriza. Para que o capital se valorize, é preciso, inicialmente, dois elementos fundamentais: a produção de produtos que sejam valores de uso – independente da construção social desses usos, de quais sejam esses valores de uso –, e também o trabalho dos trabalhadores. Estes elementos são evidenciados em decorrência dos seguintes aspectos: a produção é fundamental para a transformação da realidade e para o atendimento de necessidades e, portanto, também para a construção de riquezas que serão apropriadas pelo capitalismo; e é somente através do trabalho dos trabalhadores que se realiza trabalho novo, trabalho que transforma a realidade, e ainda, trabalho que pode ser apropriado pelo capitalismo.

A apropriação de parte do trabalho pelo capitalista foi denominada de apropriação de mais-valia por Marx – apropriação de valor, ou seja, de um *quantum* de trabalho que é representado socialmente pelo dinheiro.

O capitalismo se utiliza, portanto, da produção, elemento fundamental para a vida dos seres humanos, como forma de dividir a sociedade entre proprietários e não proprietários, entre acumuladores de valor de um lado e, de outro, quem precisa produzir valor meramente como forma de subsistência, para não morrer de fome. Conforme será abordado ao longo deste capítulo, trata-se de um processo de subsunção dos seres humanos pelos seres humanos e dos seres humanos à realidade produtiva e social. Esses aspectos são fundamentais para a produção e a para a reprodução da sociedade nos moldes capitalistas, bem como participam da constituição social dos indivíduos nesse tempo histórico.

De forma ainda mais específica, Marx, no *Capítulo VI inédito de O Capital*, menciona que o dinheiro, as mercadorias e os meios de trabalho não são capital em si e para si. Esses se tornam capital apenas quando atendem determinada premissa. Uma das premissas fundamentais é que o valor pré-existente – trabalho acumulado, disponível pelo capitalista na forma de dinheiro ou de meios de produção – deve ser colocado em curso para a sua ampliação, deve gerar um incremento, ou seja, estar em movimento. Deve ser valor em movimento e valor que se valoriza, portanto, um valor que se amplia, conservando o valor previamente aplicado e gerando uma mais-valia apropriada pelo capitalista. Para Marx, “[...] tal se apresenta como sua *determinação*, como seu impulso interno ou sua tendência interna,

no respeitante ao *capitalista* [...] aparece como *intenção*, como *finalidade*” (MARX, 2004, p. 40).

O trabalhador é componente fundamental no processo de produção de valores de uso e na valorização do capital. Primeiramente, trata-se de trabalho vivo, que atua na transformação dos produtos: “[...] *fazendo-os passar* por conseguinte da forma original do seu valor de uso para a nova forma do produto” (Ibidem, p. 45). Esta nova forma é um novo valor de uso que experimenta um “[...] verdadeiro processo de transformação, seja de natureza mecânica, química ou física” (Ibidem, p. 45). Ademais, a capacidade viva de trabalho, ela própria, se apresenta como um valor de uso para o capital.

O trabalhador também é parte fundamental, elementar, na extração de mais-valia pelo capitalista, tanto que, para Marx, o capitalismo só se efetiva quando, “[...] pela venda da sua capacidade de trabalho, o trabalhador, transformado eventualmente (*eventualiter*. Lat.) em operário assalariado, entra realmente naquele processo sob a direção do capital” (Ibidem, p. 55).

Marx observou, adequadamente, que a riqueza é produzida pelos trabalhadores a partir das relações sociais e da interação com a natureza; todavia, o sistema capitalista, habilmente (dentre outros aspectos, por ser algo socialmente velado) e coercitivamente, se apropria de uma parte relevante do valor produzido pelos trabalhadores. Desta forma, só existe riqueza, compreendida aqui como acúmulo de valor, trabalho não pago, portanto, pelo fato de haver pobreza, valor subtraído de outrem. Nesse sentido, Marx destaca, no *Capítulo VI inédito de O Capital*, que “as funções que o capitalista exerce não são mais do que as funções do *próprio* capital – do valor que se valoriza sugando trabalho vivo – exercidas com *consciência e vontade*” (Ibidem, p. 55).

Portanto, para Marx, a sociedade deve atender determinadas condições para que seja uma sociedade capitalista, uma sociedade que tem a valorização do capital como fundamento principal. Dentre essas condições, a sociedade deve estar direcionada para a produção de mercadorias, e não de valores de uso simplesmente, como o fim principal – os valores de uso devem ser apenas o meio para o alcance do objetivo principal⁴¹. Da mesma forma, deve a sociedade se constituir exclusivamente por relações de troca, apenas pelas relações entre possuidores de mercadorias – seja apenas a capacidade de trabalho do trabalhador como

⁴¹ Mais à frente, discutir-se-á com mais detalhes as mercadorias como uma importante categoria para a compreensão da realidade capitalista. Neste momento, apenas faz-se necessário contextualizar a necessidade das mercadorias e a sua relação com a produção de valores de uso.

mercadoria ou, do lado do capitalista, as condições e meios de produção para colocar em movimento as relações de produção e a comercialização de produtos (mercadorias). Ao analisar esta questão, Marx verifica que, “assim como a mercadoria é a unidade imediata do valor de uso e do valor de troca, o processo de produção que é processo de produção de mercadorias é a unidade imediata do processo de trabalho e do processo de valorização” (MARX, 2004, p. 43).

Trata-se de um conjunto de elementos transformadores e reprodutores da realidade, necessários para a valorização do capital e que precisam ser compreendidos para que se possa apreender historicamente a formação dessa sociedade. Cabe evidenciar também ser inviável investigar a ciência e a tecnologia no âmbito da sociedade capitalista se essas forem abstraídas da relação que possuem com os principais elementos constituintes dessa sociedade.

A utilização do trabalho e dos produtos sociais pelo capitalismo e a necessidade ou não do capital e do capitalismo para os trabalhadores

Uma parte marcante nos escritos de Marx é a discussão sobre a necessidade ou não do capital e do capitalismo para a sociedade e para os indivíduos. O autor, ao explicitar o que é o capital e o que é o capitalismo, demonstra que ambos não são a base da sociedade e da vida humana e, portanto, não precisam ser eternos. Marx menciona, no *Capítulo VI inédito de O Capital*, que o capitalista adquire, compra com dinheiro, primeiramente a capacidade de trabalho, e em segundo os objetos que vão ser consumidos por esta capacidade de trabalho, que vão ser trabalhados. Ao utilizar o termo “objeto”, o autor está definindo todos os elementos necessários para se efetivar a produção, portanto, os elementos necessários para se consumir também a capacidade de trabalho. Desta observação, destaca o autor que “[...] não é por o capitalista os comprar que estes objetos desempenham tal papel no processo de trabalho; pelo contrário, o capitalista compra-os porque desempenham esse papel no processo de trabalho” (MARX, 2004, p. 62).

A partir de determinada perspectiva de análise, Marx menciona que não é em decorrência de os objetos de trabalho e os meios de produção serem colocados em movimento pelo capitalista que se modifica a natureza geral de ambos. Lembra o autor, por exemplo, que o algodão não é capital só porque é um produto natural e objeto de trabalho que poderá eventualmente se tornar um capital, um valor em movimento (MARX, 2004).

[...] veremos como esta ilusão dos economistas – que confunde a apropriação do processo de trabalho pelo capital com o processo de trabalho propriamente dito e, portanto, metamorfoseia os *elementos objetivos* do processo de trabalho em capital *tout-court*, porque também o capital, entre outras coisas, se transmuta nos elementos objetivos do processo de trabalho –, como esta ilusão, dizíamos, que entre os economistas clássicos perdurou apenas porque consideravam o processo de produção capitalista exclusivamente do ponto de vista do processo de trabalho – eles retificavam o seu erro à medida que iam avançando na análise – decorre da própria natureza de produção. Mas logo se vê que é um método muito cômodo para demonstrar a eternidade do modo capitalista de produção ou para fazer do capital um elemento material imorredouro da produção humana. O trabalho é uma condição natural eterna da existência humana. O processo de trabalho não é mais do que o próprio trabalho, considerado no momento da sua atividade criadora. Os elementos gerais do processo de trabalho, por conseguinte, são independentes de todo e qualquer desenvolvimento social determinado. (MARX, 2004, p. 64-65).

Ao mesmo tempo em que Marx demonstra o caráter histórico e social do trabalho como algo inerente à constituição do ser humano e da sociedade, refuta veementemente que o trabalho se identifica imediatamente com a sociedade capitalista, ou seja, não se torna trabalho e produção por ser realizado sob o capitalismo. Cabe ressaltar que o capitalismo se apropria do trabalho e da produção como forma de constituir um modo de sociedade próprio, que atenda a interesses particulares e de grupos hegemônicos.

O capital, ao ser valor aplicado, colocado em movimento para se valorizar, também se constitui materialmente pelos meios de produção e, de maneira mais abrangente, pela força produtiva empregada para essa finalidade. A própria capacidade de trabalho, imediatamente a serviço do capitalista quando ingressa na produção, se torna capital – em outra perspectiva, poderíamos dizer que o trabalhador empregado se torna capital e, inclusive, propriedade do capitalista. Todavia, Marx argumenta que, se os meios e objetos de produção podem ser considerados capitais, por outro lado esses somente são capitais em si e para si quando colocados em movimento pelo capitalista para reproduzir e ampliar o seu valor inicial. Esta análise é evidenciada em diversos textos do autor, a exemplo do *Grundrisse*, em que o autor menciona que não é pelo fato de a maquinaria ser utilizada pelo capitalista que ela perde o seu valor de uso, caso deixe de ser utilizada por este:

[...] se é somente na maquinaria e em outras formas materiais de existência do capital fixo, como ferrovias etc [...] que o capital confere a si mesmo a forma adequada como valor de uso no interior do processo de produção, isso de modo algum significa que esse valor de uso – a maquinaria em si – seja capital, ou que sua existência como maquinaria seja idêntica à sua existência como capital; da mesma maneira que o ouro tampouco deixaria de ter o seu valor de uso como ouro quando não fosse mais *dinheiro*. A maquinaria não perderia o seu valor de uso quando deixasse de ser capital. Do fato de que a maquinaria é a forma mais adequada do valor de uso do capital fixo não se

segue de maneira nenhuma que a subsunção à relação social do capital seja a melhor e mais adequada relação social de produção para a aplicação da maquinaria. (MARX, 2011a, p. 583).

Marx busca evidenciar constantemente, e em inúmeros de seus textos, que não é eterna e necessária a subjugação dos trabalhadores pelos donos do capital, não é eterna a necessidade do capitalismo, e que a força produtiva e as conquistas sociais em geral produzidas de forma cooperada e também de forma cumulativa ao longo de toda a constituição da humanidade não deixarão de ser elementos úteis quando o capitalismo deixar de existir.

Para evidenciar ainda mais o que é o capital, deixando claro que é um processo de valorização colocado em prática pelo capitalista e, portanto, não o trabalho, os objetos de trabalho e os meios de produção, o autor observa que:

o produto do processo de produção capitalista não é nem mero *produto* (valor de uso), nem uma mera *mercadoria*, quer dizer, um produto que tem valor de troca; o seu produto específico é *mais-valia*. O seu produto são *mercadorias* que possuem mais valor de troca, quer dizer, que representam mais trabalho do que foi adiantado para a sua produção, sob a forma de dinheiro ou mercadorias. No processo capitalista de produção, o *processo de trabalho* só se apresenta como *meio*, o *processo de valorização* ou a *produção de mais-valia* como fim. Quando o economista se lembra disto, declara que o capital é uma riqueza utilizada para obter “lucro”. (MARX, 2004, p. 68).

O capitalista compra a capacidade de trabalho – em grande medida, uma capacidade de trabalho conformada a seus interesses, que é amplamente desigual em todos os aspectos que se pode avaliar – e também os meios de produção. Desta forma, o capitalista tem em mãos a capacidade de transformação da realidade através da produção de produtos, de valores de uso utilizados pela sociedade. Porém, algo basilar para a compreensão da sociedade em curso é que o verdadeiro produto do capitalista, inclusive assim compreendido de forma consciente por esse, é a mais-valia, e não os valores de uso. Ao produzir valores de uso, o capitalista está consumindo a capacidade de trabalho e produzindo sempre com o objetivo de produzir mais-valia.

Ao ser observado que, para Marx, os objetos do trabalho em geral não se alteram em decorrência de a produção ser realizada pelo capitalista, seria, portanto, a força de produção e os produtos sob o capitalismo neutros, não influenciáveis por essa forma de sociedade? É importante destacar que Marx compreende primeiramente o trabalho, numa perspectiva histórica-antropológica, como algo fundamental para a constituição da vida humana e que tem

o seu caráter alterado sistematicamente ao longo da história. Isso significa que o trabalho precisa existir, independente do capitalismo.

É bastante claro que, para o autor, o capitalismo se apropria das condições e meios de produção e de trabalho para transformá-los em capital quando colocados em movimento, assim como esses elementos se tornam forças do capital. Todavia, não significa que o trabalho, os meios de produção, os produtos e a própria constituição dos indivíduos não sejam profundamente marcados pelo capitalismo. Inclusive, como será abordado ao longo deste capítulo, os meios de produção e a ciência e a tecnologia, ao serem colocados em movimento pelo capitalista, tornam-se, esses mesmos, capital em si e para si.

Ao longo de suas obras, Marx discorre amplamente buscando elucidar as inúmeras formas de como o capital se constitui e de como afeta a sociedade e a vida dos indivíduos e, inclusive, de como a ciência e a tecnologia são moldadas para agirem como capital e para serem a personificação do capitalista.

As formas de objetivação do capitalismo e a ciência e a tecnologia

Marx demonstra insistentemente que o capitalismo é algo concreto, que não se trata apenas de uma representação concebida mentalmente, de forma descolada da realidade. Nos seus diversos textos, o autor irá analisar os inúmeros elementos que compõem o capital, a forma como cada elemento atua e as relações entre esses elementos. Abordagem relevante do autor pode ser vista na passagem a seguir, do *Capítulo VI inédito de O Capital*:

[...] as condições objetivas de trabalho – como capital e, nesta medida, como existência do capitalista – se defrontam no interior do mesmo processo de trabalho com as condições subjetivas de trabalho, com o próprio trabalho, ou melhor, com o *operário* que trabalha. E é assim que – tanto do ponto de vista do operário quanto do capitalista – o *meio de produção* na qualidade de modo de existência do capital, eminentemente (*eminently*. Ing.) como *capital*, se contrapõe ao trabalho, ao outro elemento no qual o capital adiantado se transforma e, portanto, aparece também fora do processo de produção, potencialmente enquanto modo de existência específico do capital. Como se verá, isto desenvolver-se-á depois em parte por causa da natureza geral do processo capitalista de valorização (do papel que nele desempenham os meios de produção ao sugarem trabalho vivo), em parte devido ao desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista (no qual a maquinaria etc. se converte no verdadeiro amo do trabalho vivo). (MARX, 2004, p. 47-48).

Verifica-se uma específica relação de elementos que são constituintes do capital: por um lado é necessário o trabalho vivo para a produção de valores de uso e para a geração de valor não pago, para a geração de mais-valia, valor que é ampliado através do trabalho e está contido nas mercadorias, sendo efetivado através do processo de troca mercantil – quando ocorre a apropriação da mais-valia pelo capitalista, portanto, quando o capitalista se apropria do trabalho não pago aos trabalhadores; por outro lado, esse trabalho somente se faz efetivo junto dos meios de produção, que estão sob a propriedade do capitalista. Portanto, o capitalismo se materializa, em grande medida, através dessa relação de elementos, e também pelo fato de o capitalista possuir a propriedade privada das condições objetivas de trabalho e de transformação da realidade, meios de produção e de transformação da realidade que são, por sua vez, valores acumulados previamente, trabalho não pago, bem como conhecimento de caráter social aplicado. É através desses meios de produção, colocados em movimento, que o capitalista controla o trabalho vivo, o trabalho dos trabalhadores, e suga mais-valia, trabalho não pago.

Ao abordar os meios de produção e o trabalho que o efetiva, cabe observar, também, que, para ser efetivada a ampliação do valor e, consecutivamente, a apropriação pelo capitalista da mais-valia, é preciso que seja despendido pelo capitalista apenas “[...] o tempo de trabalho socialmente necessário para a finalidade produtiva” (MARX, 2004, p. 51), não sendo utilizado um montante de valor (matéria-prima, maquinaria, trabalho vivo, dentre outros) maior do que o socialmente necessário. Ou seja, o capitalista encontra-se envolvido em uma constante relação social que implica também no processo de valorização, conforme será discutido de forma detalhada em momento posterior. Se o capitalista despende um montante de valor nos produtos acima do socialmente necessário, não há a geração de mais-valia, sendo que esse mais-valor que seria apropriado pelo capitalista já foi despendido. Trata-se de análise que demonstra o quão relacionado estão os capitalistas entre si, as relações econômicas em curso, as forças produtivas e as relações de trabalho, sendo esses elementos e as suas relações também formas de materialização do capitalismo.

Ao ter a compreensão de que somente o trabalho é o transformador da realidade e, portanto, fundamental para a geração de riquezas – os elementos da e para a vida humana, tanto produzidos quanto designados ou efetivamente materializados por um *quantum* de trabalho e representados socialmente pelo dinheiro –, verifica-se que esta produção de riquezas é apropriada pelo capitalista, que passa a acumular riquezas, em decorrência da sua não distribuição aos trabalhadores, da não apropriação pelos trabalhadores daquilo que por eles foi produzido. A esses transfere-se, em grande medida, “[...] *nem mais, nem menos* do

que os *meios de subsistência existentes no mercado* – ou nele lançados em certas condições (*within certain terms*. Ing.) que entram no consumo individual do operário” (MARX, 2004, p. 48-49).

A partir destes elementos de análises, Marx evidencia que:

devido a este caráter particular do processo capitalista de valorização, a *forma real* do capital no processo produtivo – *a sua forma como valor de uso* – sofre também uma nova modificação. Em primeiro lugar, a massa dos meios de produção disponível deve ser suficiente não só para absorver o trabalho necessário, mas também o trabalho excedente. Em *segundo lugar*, modificam-se a intensidade e a extensão⁴² do processo real do trabalho. Os meios de produção que o operário emprega no processo real de trabalho são, claro, propriedade do capitalista e [...] erguem-se *como capital* face ao trabalho, que é a própria manifestação vital do operário. Porém, por outro lado, é *este* que os utiliza no seu trabalho. No processo de trabalho efetivo, o operário consome os meios de trabalho como veículo do seu trabalho e o objeto de trabalho como a matéria na qual o seu trabalho se representa [...]. Do ponto de vista do processo de valorização, contudo, as coisas apresentam-se de maneira diferente. Não é o operário que emprega os meios de produção, são os meios de produção que empregam o operário. Não é o trabalho vivo que se realiza no trabalho material como seu órgão objetivo; é o trabalho material que conserva e se acrescenta pela sucção do trabalho vivo, graças ao qual se converte num valor que se *valoriza*, em *capital*, e funciona como tal. Os meios de produção aparecem já unicamente como *sorvedouros* do maior *quantum* possível de trabalho vivo. Este apresenta-se tão-só como meio de valorização de valores existentes e, por conseguinte, da sua capitalização. E, prescindindo do já assinalado, é precisamente por isso que os meios de produção aparecem de novo e eminentemente perante o trabalho vivo como existência do *capital*, e agora precisamente como dominação do trabalho passado e morto sobre o trabalho vivo. (Ibidem, p. 53; 54).

Para Marx, tanto o trabalho quanto o conhecimento já objetivado nos meios de produção passam a ter uma função fundamental na constituição e na reprodução do capitalismo, e também no processo de subjugação e de alienação do trabalhador. É especialmente por meio desses elementos que o capitalismo se materializa e infere socialmente. O capitalismo, representado nos meios de produção em movimento, passa a afrontar e a assombrar o trabalhador, como uma força que lhe parece totalmente autônoma e que não mais tem domínio. E, de fato, como será visto ao longo deste capítulo, além de ter essa aparência para o trabalhador, cada vez menos inferência o trabalhador individual tem sobre as forças produtivas, cada vez tornam-se relativamente mais autônomas em relação ao trabalhador. Esse tem os meios de trabalho e o seu trabalho usurpado, nada mais lhe pertence, inclusive as decisões sobre o trabalho imediato, todas passam a serem externas, alheias, “[...]”

⁴² A edição de Moscou e a espanhola substituem aqui “extensão” por “duração”. (N. E.).

o próprio trabalho do operário, mal entra no processo de produção, é um modo de *existência do valor* do capital, neste incorporado” (MARX, 2004, p. 54). O trabalho e a produção, ao não serem mais próprias aos trabalhadores, ao serem propriedade de outro, ficam completamente subsumidos aos interesses do capitalista, aspecto que se soma à forma de concepção e de atuação do aparato produtivo colocado em movimento, que amplia ainda mais esse quadro de subordinação aos interesses do capital, sendo que são utilizados meios de produção próprios ao capitalismo, adequados ao modo de produção capitalista.

Trata-se, por um lado, de um fetiche, um caráter fantasmagórico, o olhar do trabalhador em relação ao capital, mas também algo efetivo, algo material, que age como um processo de coerção real e que, por sua vez, é a “[...] própria força do capital e este processo apresenta-se como processo de autovalorização do capital, melhor dizendo, de empobrecimento do operário [...]” (Ibidem, p. 54). Em *O Capital*, Marx menciona que, “no interior do processo de produção, o capital se desenvolveu para assumir o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou, em outras palavras, sobre o próprio trabalhador” (MARX, 2013a, p. 381). Os próprios meios de produção, ao mesmo tempo em que devem produzir valores de uso, têm como objetivo principal produzir mais-valia; este é o verdadeiro produto do capitalista. Junta-se a isso a função de exercerem o domínio do capital em relação ao trabalho a ser realizado e ao trabalhador.

Marx elucida que a estrutura produtiva que efetiva o valor em movimento, transformando-o em capital, é também meio de direção e exploração do trabalho vivo, sendo algo:

[...] inerente em si e para si aos meios de produção – aos quais está ligado potencialmente (δυνάμει. Gr.) sobre essa base – como algo inseparável deles e, por conseguinte, como uma *qualidade* que lhes correspondia *enquanto coisas, enquanto valores de uso, enquanto meios de produção*. Estes apresentam-se então, em si e para si, como capital, e, portanto, o capital – que exprime uma *relação de produção determinada*, uma relação social determinada, em cujo interior os possuidores das condições de produção defrontam a capacidade viva do trabalho – aparece como uma *coisa* [...]. Na realidade, a dominação dos capitalistas sobre os operários não é mais do que a dominação sobre estes *das condições de trabalho* (entre as quais se contam também, para lá das condições objetivas do processo de produção – ou seja *os meios de produção* – as condições objetivas de manutenção e da eficácia da força de trabalho, quer dizer, *os meios de subsistência*) condições de trabalho que se tornaram autônomas, e precisamente face ao operário. (MARX, 2004, p. 54-55). (Grifo meu na passagem em sublinhado).

A importância que Marx dá aos meios de produção no processo de compreensão da realidade capitalista ocorre por diversos motivos, tais como: em uma perspectiva histórico-antropológica, através do trabalho e da transformação da realidade que o ser humano vive e se

constitui enquanto tal; em especial, nas relações de produção, na produção e reprodução da vida, portanto, que a sociedade capitalista e as suas práticas são implementadas, agindo como estruturantes/definidoras do modo de vida em sociedade. Ademais, para o autor, a separação do trabalhador das condições objetivas de produção, que se efetiva por elementos diversos na sociedade capitalista, são fundamentais para a dominação do capital em relação ao trabalhador.

Um aspecto relevante que Marx expõe é que, em um processo único, se produz valores de uso e também mais-valia, valor não pago aos trabalhadores. Cria-se, desta forma, um processo velado de acumulação de valores, um *quantum* significativo de trabalho passa a ser apropriado por um grupo extremamente restrito de pessoas, como se fosse algo naturalizado – aspecto só constatado, e inclusive quando tal constatação ocorre, pela abissal desigualdade entre as classes sociais. Este fato tende a tornar o combate ao capitalismo no nível da superestrutura, das consciências coletivas, algo mais difícil, em comparação com outras sociedades, de outros contextos históricos, em que a subjugação do ser humano pelo ser humano era mais explícita, ao serem utilizadas outras práticas coercitivas e de conformação social.

Outro aspecto a ser destacado ainda é que os meios de produção necessários para compor as estruturas produtivas, para colocar o valor em movimento, é trabalho objetivado – ou, então, trabalho morto, conforme denominado por Marx – valor que já se valorizou e que foi adquirido por certa quantia de dinheiro. Trata-se, portanto, de um *quantum* de valor de trabalho já realizado, que é transferido diretamente à composição do valor final do produto. Diferencia-se, por sua vez, do trabalho vivo, do trabalho presente, que deve produzir um valor novo – algo que já ocorreu quando da fabricação dos meios de produção, quando o trabalho vivo atuou sobre aquele ciclo produtivo, sendo que em outro momento os meios de produção também foram produtos. Através do trabalho objetivado, da estrutura produtiva posta, o capital se efetiva ao receber trabalho vivo, gerando um valor ampliado, que se objetiva em um produto. Conforme destaca Marx, “o *trabalho objetivo* [ou, o trabalho já objetivado], porém, só no interior do processo de produção se transforma, mediante a absorção de trabalho vivo, em *capital* e só assim, portanto, o *trabalho se transforma em capital*” (MARX, 2004, p. 61). (Inserção minha entre colchetes).

A partir destes elementos trazidos à discussão, é relevante observar que a ciência e a tecnologia estão presentes de forma imbricada no processo de produção e, portanto, também no processo de efetivação do capital. Isso ocorre através dos meios de produção, da sua organização com vistas a colocar em prática o valor em movimento, no efetivo trabalho que o

trabalhador realiza, e também nos produtos produzidos. Conforme será analisado em maior profundidade ao longo deste capítulo, a ciência e a tecnologia contribuem para a constituição de um modo de produção e também de sociedade, que é transformado ao longo do tempo e que se torna específico.

A divisão do trabalho e a desigualdade social: constituídas e constituintes do capitalismo

Ao se expor os principais aspectos que compõem o capital em movimento, evidenciam-se a divisão do trabalho e a desigualdade social como sendo produzidas e também como necessárias ao próprio capitalismo.

A divisão do trabalho é um aspecto diretamente relacionado à constituição da humanidade, que ocorria já na realidade tribal, seja em decorrência das diversas capacidades individuais ou da produção diversificada de produtos a partir da disponibilidade de recursos naturais, e também decorrente dos hábitos e costumes. Já na sociedade capitalista, de forma diversa, a divisão do trabalho ocorre tendo como objetivo compor a transformação do trabalhador em um instrumento para produzir mais-valia; viabiliza o processo de acumulação de valores através da manutenção de amplas parcelas sociais em situação de pobreza, a partir da ampla desigualdade social; possibilita ao capital realizar uma diferenciada cooptação social dos trabalhadores considerados estratégicos para si, trabalhadores que, em grande parte, desenvolvem trabalhos com maior base científica e tecnológica; em síntese, pode-se considerar que a divisão do trabalho e a desigualdade social, ambas imediatamente relacionadas, são elementos estruturais do capitalismo. A partir de outro ângulo, verifica-se que são formadoras da força que o capitalismo possui perante a sociedade, bem como o seu aperfeiçoamento contribui para que ocorram saltos quantitativos e qualitativos na força social que se torna o próprio capitalismo ao longo do transcurso histórico.

No capítulo doze de *O capital*, denominado *Divisão do Trabalho e Manufatura*, Marx faz uma exposição histórica bastante ampla sobre o trabalho nas sociedades comunais da Índia antiga e também sobre o trabalho nas corporações de ofício que precederam a manufatura. Para o autor, tanto a delimitada e organizada divisão do trabalho, as limitações no emprego do trabalho assalariado e também as limitações do comércio impediram que essas realidades históricas se apresentassem como capitalistas e, também, impediram que a

realidade se transformasse rapidamente, permanecendo praticamente inalterada por longos períodos. Especificamente sobre as corporações de ofício, Marx destaca que:

como as circunstâncias externas clamavam por uma progressiva divisão do trabalho, as corporações existentes cindiram-se em subespécies ou novas corporações foram criadas ao lado das antigas, mas sem a concentração de diferentes ofícios numa mesma oficina. Assim, a organização corporativa, por mais que sua especialização, seu isolamento e o aperfeiçoamento dos ofícios compeham as condições materiais de existência do período da manufatura, excluía a divisão manufatureira do trabalho. Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam colados um ao outro como o caracol e sua concha, faltado, assim, a base principal da manufatura, a independentização dos meios de produção como capital diante do trabalhador. Enquanto a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ela mediada ou não pela troca de mercadorias, encontra-se nas mais diversas formações socioeconômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação absolutamente específica do modo de produção capitalista. (MARX, 2013a, p. 433).

Chama atenção neste trecho dos escritos de Marx os elementos centrais para a constituição do capitalismo, dentre os quais a separação do trabalhador dos meios de produção e a própria forma de efetivação do trabalho sob o capitalismo. A divisão do trabalho sob o capitalismo atua abstraindo o trabalho do trabalhador, deixando o trabalho de ser algo que lhe é próprio, sendo esse exteriorizado do trabalhador. Conforme observa o autor, a divisão do trabalho na sociedade capitalista manufatureira é única, própria do modo capitalista de produção, ao abstrair o trabalho do trabalhador. Vê-se que, se esses aspectos ocorrem de forma ainda limitada na manufatura, trata-se de algo aperfeiçoado pelo capitalismo ao longo do seu processo de constituição.

Além da específica divisão do trabalho que ocorre na realidade capitalista, é fundamental também dar o devido destaque à importância da desigualdade social para que o capitalismo se reproduza, acumulando mais-valia e, para que consolide a sua dominação, processo efetivado através do aparato de reprodução do capital e também a partir da atuação de trabalhadores de forma e em condições amplamente desiguais, ou, ainda, através da efetiva apropriação do valor não pago aos trabalhadores, transferindo a esses apenas o *quantum* de trabalho necessário à subsistência e apropriando-se do restante.

Reforça-se, portanto, que a desigualdade social é construída pelo capitalismo e, ao mesmo tempo, necessária como reprodutora do capitalismo, sendo que a desigualdade viabiliza, ou, mais especificamente, objetiva socialmente a acumulação de valores pelos capitalistas. Outro aspecto a ser observado, ainda, é que a desigualdade social consolida a dominação do capitalista sobre o trabalhador, já que um trabalhador fragilizado individual e socialmente, em todos os seus aspectos, é muito mais suscetível à exploração e à dominação.

Se por um lado, formalmente, o trabalhador é um vendedor de mercadoria, por outro, ele “[...] se vê forçado a vender, em lugar de uma mercadoria, a sua própria capacidade de trabalho como mercadoria [...] [e] as *condições do seu trabalho* com ele se defrontam como *propriedade de outrem*” (MARX, 2004, p. 69). Objetivamente, o trabalhador se vê forçado a se vender, a ser de outro, a ser meio de produção, perdendo a sua liberdade e tudo o que isso significa, como condição para poder sobreviver, participando, portanto, da lógica social que gera desigualdade. Para Marx, um dos principais elementos que concretizam esse processo é a perda das condições de produção: “o homem pode viver na medida apenas em que produz os seus meios de subsistência, e só pode produzi-los na medida em que se encontre na posse dos meios de produção, na posse das condições objetivas de trabalho” (Ibidem, p. 70). Ademais, o que dá o caráter de capital é justamente o fato de todas as condições de produção se defrontarem com a “*capacidade de trabalho* – despojada de toda a riqueza objetiva – como *poderes autônomos* personificados nos seus possuidores” (Ibidem, p. 70).

Portanto, o capitalismo existe em decorrência dos trabalhadores estarem privados dos meios de produção e de subsistência, bem como este só se efetiva quando as condições de produção são colocadas em movimento pelos trabalhadores despojados de toda a riqueza objetiva. Novamente, aperfeiçoando esta questão: para o capitalismo, o trabalhador despojado de toda a riqueza objetiva e sem condições de produzir por conta própria – o que inclui a específica divisão do trabalho nesta forma de sociedade –, é condição fundamental. Portanto, a desigualdade social, a desigualdade de conhecimentos e de possibilidades, são elementos estruturantes do capitalismo.

Verifica-se, portanto, que a atuação do trabalhador, as relações sociais em que esse se encontra e também as relações de produção são elementos estruturantes da sociedade capitalista e da sua reprodução.

As mercadorias como forma de consecução do capitalismo

Neste percurso em que se busca captar a forma de constituição e de reprodução do capitalismo, em especial a relação da ciência e da tecnologia nesse processo, outro ponto importante a ser abordado é a necessidade, no capitalismo, de os produtos converterem-se em mercadorias. Trata-se de aspecto, como veremos a seguir, que também está em imediata relação com a divisão do trabalho e com a desigualdade social.

Ao fazer uma análise da constituição humana em uma perspectiva histórica, Marx faz questão de destacar que a produção de produtos que se tornavam mercadorias era a exceção; produzia-se para o atendimento de necessidades e apenas o excedente tornava-se mercadoria. Entretanto, a mercadoria é o que dá consecução, dá efetividade para o capital sugar mais-valia através dos produtos: “[...] quanto mais se desenvolve a produção capitalista tanto mais os ingredientes da produção entram no processo daquela como mercadoria” (MARX, 2004, p. 140). Ademais, para o autor, “[...] a mercadoria como forma social, universal e necessária do produto, só pode ser *resultado do modo de produção capitalista*” (Ibidem, p. 141).

Se por um lado a produção e a circulação de mercadorias é algo fundamental, condição *sine qua non* para o capitalismo, o inverso não é verdadeiro, sendo que “a produção e a circulação de mercadorias, pelo contrário, não exigem de maneira nenhuma o modo de produção capitalista, como condição de existência” (Ibidem, p. 141). Isso demonstra que, para as mercadorias serem elementos imprescindíveis do capital, é necessário que existam certas condições sociais e relações de produção, a exemplo dos trabalhadores não serem produtores de mercadoria em si e para si, mas meros vendedores da capacidade de trabalho, vendedores de si mesmos, do seu fazer.

Para que o capitalismo se consolidasse como o modo de sociedade hegemônico, foi preciso que a troca de mercadorias também se tornasse a relação preponderante da sociedade. Para se constituir como sociedade capitalista, essa precisa estar organizada para que sejam realizadas trocas, todavia, trocas mercantis – em que no processo de troca seja sugado do produto, como uma relação social, trabalho vivo não pago, mais-valia, apropriada pelo capitalista. Marx evidencia, no *Capítulo VI inédito de O capital* que:

[...] está implícito que a divisão desenvolvida do trabalho (tal como se apresenta *fortuitamente* no interior da sociedade) e a divisão capitalista do trabalho no interior da oficina se condicionam e produzem mutuamente. A *mercadoria*, com efeito, como forma necessária do produto – e portanto a alienação do produto como forma necessária da sua apropriação – pressupõe uma divisão do trabalho social perfeitamente desenvolvida, ao passo que, quanto ao resto, só com base na divisão capitalista do trabalho no interior da oficina, todo o produto reveste necessariamente a forma de mercadoria e todos os produtores são pois necessariamente produtores de mercadorias. Por conseguinte, é só com a produção capitalista que o valor de uso é generalizadamente mediado pelo valor de troca. (Ibidem, p. 143).

Um dos pontos que o autor reforça é que o produto está alienado do trabalhador, é algo que não lhe pertence, sendo apropriado pelo capitalista. É fundamental para o capitalismo que o produto se apresente como mercadoria, como meio para extração da mais-valia e, consecutivamente, meio de reprodução da propriedade privada, portanto, da produção

e do trabalho como aspectos alienados do trabalhador. Para que as mercadorias assumam a principal forma de circulação de produtos na sociedade, o autor demonstra algo importante: é necessário que esteja presente uma divisão social do trabalho bastante desenvolvida, tanto na sociedade como no interior da “oficina” capitalista. Para que o capitalismo se efetive, é preciso que essa divisão ocorra tanto nas atividades produtivas quanto em relação à desigualdade social – só assim será possível o processo de acumulação de valor pelo capitalista. Nesse sentido, reafirma-se: a desigualdade é tanto uma necessidade como uma consequência da sociedade capitalista. É necessário, para produzir mercadorias na sociedade capitalista, que seja uma sociedade desigual; através da circulação de mercadorias e da apropriação da mais-valia pelo capitalista se produz essa desigualdade, algo que ocorre em conjunto com a divisão capitalista do trabalho.

Cabe evidenciar que, diferentemente de sociedades anteriores, a própria capacidade de trabalho passou a ser uma mercadoria; “só então a produção em toda a sua profundidade e amplitude se converte em *produção de mercadorias* [...]” (MARX, 2004, p.142-143). Os produtos se transformam em mercadoria na realidade capitalista quando os próprios agentes de produção, o próprio trabalho vivo, se torna uma mercadoria. Ambos os aspectos se condicionam historicamente na sociedade capitalista, ou seja, para que o produto circule como uma mercadoria no capitalismo, é preciso que os trabalhadores também assim o sejam, o que não impede que os produtos circulem na forma de mercadorias em uma sociedade transformada, em que o capitalismo não seja mais a forma societária. As mercadorias são centrais para o capitalismo, todavia, não é esse o elemento central desse modo de sociedade e de produção, o que lhe dá vida; as mercadorias são apenas um meio – apesar de ser um meio imprescindível para o capitalismo.

Em relação às mercadorias, ao se verificar um estranhamento entre os trabalhadores, que vendem a si mesmos quando da venda das suas capacidades de trabalho; ao existir uma indiferença em relação ao produto por eles produzido; ao serem os trabalhadores, eles mesmos elementos de produção, utilizados para produzir mais-valia a ser sugada pelo capitalista; vê-se, também, em imediata relação, que o indivíduo que adquire esses produtos nas relações sociais do capitalismo, produtos massificados, também muitas vezes os têm como algo indiferente para si. Marx retrata isso de forma muito adequada:

a mercadoria, como forma universalmente necessária do produto, como peculiaridade específica do modo capitalista de produção revela-se de forma exemplar na produção em grande escala promovida pelo desenvolvimento da produção capitalista, na unilateralidade e na massividade do produto; tudo isto impõe ao produto um caráter social e estreitamente ligado às relações sociais, ao passo que, pelo contrário, faz com que a sua relação direta como

valor de uso com a satisfação das necessidades do produtor apareça como algo inteiramente fortuito, indiferente e não essencial. (MARX, 2004, p. 145).

A circulação de produtos na sociedade capitalista, ao transformar tudo em mercadoria, inclusive os trabalhadores, faz com que os produtos muitas vezes sejam considerados apenas produtos em geral, sem um sentido individual e social. Não existe qualquer vínculo com o produto, não se sabe da sua história, do seu significado social, das suas características que o fazem como algo relevante. Ademais, não se trata de algo próprio, afeto, portanto, verifica-se muito pouco do caráter humano inerente ao produto. Além disso, a realização da produção, tal como ela ocorre na sociedade capitalista, implica também no trabalhador que irá obter esses valores de uso, como algo indiferente para si.

3.2 A constituição e a contínua transformação do capitalismo ao longo do transcurso histórico: a ciência e a tecnologia como elementos necessários ao capital

Marx destaca que o capitalismo surge a partir de uma base produtiva anterior, já pré-existente, bem como através de uma estrutura de circulação de produtos inicial⁴³.

Algo importante a ser observado é que a transformação do capitalismo ao longo da história foi fundamental para que essa forma de sociedade adquirisse os contornos que possui na realidade atual, ou, mais especificamente, para que de fato se constituísse como capitalismo. Esse não se apresenta de forma acabada já nos seus primórdios; muito pelo contrário, se constitui como capitalismo no movimento, ocorrendo contínua transformação nos seus elementos estruturais e na sociedade como um todo⁴⁴.

Inicialmente, o capitalismo se apropria dos meios de produção já existentes de outras formas societárias, para, gradativamente, ir adquirindo uma forma própria, tornando-se um modo de produção e de sociedade completamente transformado. Um exemplo relevante que

⁴³ É pertinente trazer a passagem em que o autor faz a seguinte observação: “[...] há, por conseguinte, determinado grau de desenvolvimento comercial, *premissa, ponto de partida da formação de capital* e do modo de produção capitalista” (MARX, 2004, p. 140).

⁴⁴ No *Manifesto do partido comunista*, Marx e Engels mencionam que “a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores” (MARX; ENGELS, 2010, p. 43).

Marx usa para demonstrar a evolução histórica da subsunção do trabalho ao capital pode ser visualizado na seguinte passagem:

o *capital usurário*, punhamos, (por exemplo, na Índia) adianta aos produtores diretos matérias-primas, instrumentos de trabalho, em gêneros ou sob a forma de dinheiro. Os juros enormes que obtém; os juros que – seja qual for o seu montante – extorque ao produtor imediato, não são mais do que outro nome da mais-valia. De fato, transforma o seu dinheiro em capital, arrancando ao produtor direto trabalho não pago, sobretrabalho. (MARX, 2004, p. 91).

Apesar de este exemplo não abarcar as características completas do capitalismo, já demonstra um elemento central desse modo de produção que Marx faz questão de demonstrar, a apropriação do trabalho não pago, do sobretrabalho.

No processo histórico de constituição do capitalismo, a forma produtiva e as relações sociais se alteram e, passa a ocorrer a subsunção formal do trabalho ao capital, ou seja, o trabalhador fica formalmente subordinado e mais dependente do capitalista.

A subsunção do trabalho ao capital foi um aspecto basilar para a exploração do trabalho alheio e, como veremos mais à frente, se soma ao longo do transcurso histórico à geração de novas forças produtivas materiais, bem como algo fundamental que vem sendo apontado na discussão aqui apresentada é que o capitalismo “[...] não se desenvolve senão com base nestas [forças produtivas materiais], com o que cria de fato novas condições reais”. (Ibidem, p. 138). (inserção minha entre colchetes). Portanto, o capitalismo, visualizado em um transcurso abrangente de tempo, pode ser considerado como uma mescla entre a utilização das bases produtivas, de circulação e sociais existentes em cada momento histórico e a sua contínua transformação ao longo do tempo, visando formar novas bases produtivas, materiais e sociais – fundamentais tanto para a sua constituição como capitalismo quanto para a sua reprodução – visto que o capitalismo se faz em movimento⁴⁵. Assim como existiu um capitalismo no início de uma trajetória histórica de constituição desta forma societária, ou, ainda, como um esboço do que viria a ser o capitalismo, existiram diversos outros capitalismos ao longo do tempo, o que demonstra que a sua reprodução e continuidade são viabilizadas, por um lado, pelas suas contínuas transformações, e também pelas transformações mais amplas da realidade social. Todavia, salienta-se que não se trata de um

⁴⁵ Compartilha-se aqui uma citação de Marx que ajuda a elucidar esta discussão: “[...] o capital dá forma ao modo de produção; por outro, esta forma modificada do modo de produção e certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais constituem a base e a condição – a premissa – do seu próprio desenvolvimento” (MARX, 2004, p. 138). Em outra passagem, Marx menciona que o próprio caráter social e as relações de produção são “[...] resultado sem cessar renovado do processo” (Ibidem, p. 139).

capitalismo totalmente renovado; determinados elementos estruturais permanecem intactos ao longo do tempo, mantendo o elemento caracterizador do “capitalismo” conservado.

Algo marcante na constituição histórica do capitalismo e um definidor da sua forma de atuação é a capacidade de colocar em movimento grandes estruturas produtivas, produzir em grande escala e, consecutivamente, ter o capitalista a direção dessas forças produtivas. Vê-se no capitalismo uma “[...] vastidão dos meios de produção adiantados, e, por outro, a quantidade de operários dirigidos pelo mesmo patrão (*employer*. Ing.)” (MARX, 2004, p. 90); trata-se de um aspecto fundamental na constituição e caracterização do capitalismo, ou seja, mobilizar e dirigir amplas forças sociais, assim como o trabalho realizado de forma coletiva, aspectos que são discutidos com mais detalhes ao longo deste capítulo⁴⁶.

O capitalismo surge a partir de bases produtivas bastante incipientes – ao se comparar com as transformações posteriores –, para, na sequência, se estruturar a partir de uma profunda transformação na realidade produtiva, e também nos valores de uso produzidos e na realidade social em geral, na natureza humana socialmente construída. Como se discute ao longo deste capítulo, grande parte desse revolucionamento social só foi possível a partir dos alicerces materiais e objetivos de compreensão e de intervenção na realidade, ou seja, através da ciência e da tecnologia utilizadas ao longo do tempo. Por sua vez, a ciência e a tecnologia também só surgiram e foram viabilizadas a partir da transformação da realidade sócio-histórica, conforme será abordado mais à frente.

A manufatura e o revolucionamento do capitalismo e da realidade sócio-histórica pela transformação do trabalho

No período manufatureiro, o capitalismo atuou na combinação, na atuação conjunta de ofícios que anteriormente eram realizados de forma individual, o que levou a uma unilateralização dos trabalhadores em relação ao capital, resultando em “[...] meras operações parciais e mutuamente complementares no processo de produção de uma única e mesma mercadoria” (MARX, 2013a, p. 413). Neste contexto, passou a ocorrer o agrupamento de

⁴⁶ Mencionam Marx e Engels, no *Manifesto do partido comunista*, que: “a burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política” (MARX; ENGELS, 2010, p. 44).

trabalhadores que, anteriormente, atuavam de forma individual, assim como a “[...] cooperação de artesãos do mesmo tipo, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares, isolando-as e autonomizando-as até que cada uma delas se torne uma função exclusiva de um trabalhador específico” (MARX, 2013a, p. 413). Além destes aspectos, algo essencial que sintetiza esse período é que se criou “[...] um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos [...] a execução permanece artesanal e, portanto, continua a depender da força, da destreza, da rapidez e da segurança do trabalhador individual [...]” (Ibidem, p. 413). Os trabalhadores eram minuciosamente divididos conforme as suas capacidades, para, posteriormente, essas capacidades serem aperfeiçoadas ainda mais pelo trabalho detalhista e concentrado a uma atividade muito específica. Desta forma, os trabalhadores tornam-se órgãos especializados de um organismo que passa a atuar de forma combinada.

Ao mesmo tempo em que ocorria uma significativa especialização do trabalhador, tratava-se de uma especialização em funções tão restritas que se tornavam em geral extremamente pobres, parciais, esvaziadas de sentido. Conforme foi evidenciado por Marx, em *O capital*, “[...] tais operações são agora destacadas de sua conexão fluida com os momentos mais plenos de conteúdo da atividade e ossificadas em funções exclusivas” (Ibidem, p. 424).

Se nesse período foram os trabalhadores a principal “maquinaria”, ao atuarem de forma estritamente combinada, por outro lado, Marx destaca que as máquinas ainda esporádicas que começaram a ser utilizadas no século XVII contribuíram de forma fundamental para uma nova fase histórica, fornecendo aos “[...] grandes matemáticos daquela época pontos de apoio práticos e estímulos para a criação da mecânica moderna” (Ibidem, p. 423). Da mesma forma, os desafios da manufatura geraram sucessivos estudos buscando novas formas de transformar a realidade, em especial voltadas à transformação das forças produtivas. Por exemplo, a dificuldade de se instalar duas correias em uma roda hidráulica levou ao aprofundamento dos estudos das leis da fricção. Marx menciona que, “assim, o período da manufatura desenvolveu os primeiros elementos científicos e técnicos da grande indústria” (Ibidem, p. 451).

O grande desafio no período da manufatura, assim entendido pelos capitalistas, era a dependência que tinham do trabalhador e da sua habilidade, das reivindicações que traziam e das suas interações como trabalhadores vivos, como seres humanos. Imediatamente relacionado está o fato de o capitalista não conseguir se apoderar de todo o tempo disponível

dos trabalhadores. A citação a seguir, de *O Capital*, expressa alguns dos limites enfrentados pelo capitalismo, resultantes da manufatura como modo de produção:

a queixa sobre a falta de disciplina dos trabalhadores atravessa então todo o período da manufatura, e se não tivéssemos os testemunhos dos escritores da época, os simples fatos de que do século XVI até a época da grande indústria o capital não havia conseguido se apoderar da totalidade do tempo disponível dos trabalhadores manufatureiros, que as manufaturas tinham vida curta e, conforme a imigração ou emigração, os trabalhadores tinham de deixar um país para se instalar em outro, já falaria por bibliotecas inteiras. “A ordem tem de ser estabelecida, de uma maneira ou de outra”, exclama em 1770 o autor, repetidamente citado, de *Essay on Trade and Commerce*. E, 66 anos mais tarde, a palavra “ordem” volta a ecoar da boca do dr. Andrew Ure, para quem “ordem” foi o que faltou na manufatura fundada no “dogma escolástico da divisão do trabalho” [...] ao mesmo tempo, a manufatura nem podia se apossar da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em suas bases. (MARX, 2013a, p. 442).

Como se observa, a incapacidade de domínio absoluto do capitalista sobre o trabalhador, e também as limitações técnicas e de produção, decorrentes dos meios de produção em uso, se apresentaram como entraves para as manufaturas. Essas dependiam, por exemplo, do trabalho artesanal para produzir os meios de produção, trazendo uma série de dificuldades, em especial para o revolucionamento do próprio modelo de produção em curso.

Todavia, a partir da manufatura surgiram as bases para a produção de máquinas. Estas possibilitaram a eliminação de alguns dos principais entraves para o capitalista, ou seja, retiraram, em certa medida, a centralidade do trabalhador na realidade produtiva. Se por um lado o trabalhador não precisou mais ficar preso a uma função vitalícia, por outro lado este passa a estar totalmente subsumido ao capital e à crescente redução da necessidade de qualificação para o desempenho das suas atividades: surge a grande indústria.

A grande indústria e o revolucionamento do capital e da realidade sócio-histórica a partir dos meios de produção – mais especificamente a partir da maquinaria e da ciência

Marx começa o capítulo 13 de *O capital*, denominado de *Maquinaria e grande indústria*, citando John Stuart Mill, que considerou questionável que as invenções mecânicas tenham, em algum momento, surgido para aliviar a faina de algum ser humano. A partir dos aspectos discutidos sobre as limitações da manufatura, já é possível prever quais foram os limitadores que essa fase produtiva buscava ultrapassar, a partir do que compreendiam os capitalistas: eliminar ou reduzir ao máximo a dependência que ainda tinham em relação aos

trabalhadores; controlar, de forma absoluta, o tempo de trabalho dos trabalhadores; ampliar a produtividade e, com isso, reduzir o tempo de trabalho despendido pelo trabalhador para a sua própria subsistência, aumentando, assim, a extração da mais-valia.

No *Grundrisse*, Marx menciona que o surgimento da maquinaria e, na sequência, a expansão e a utilização cada vez maior da ciência, ocorre em especial com o interesse de substituir o trabalho humano. Conforme verifica-se:

[...] a apropriação do trabalho vivo pelo capital também adquire na maquinaria uma realidade imediata: por um lado, é a análise originada diretamente da ciência e a aplicação de leis mecânicas e químicas que possibilitam à máquina executar o mesmo trabalho anteriormente executado pelo trabalhador. Contudo, o desenvolvimento da maquinaria por essa via só ocorre quando a grande indústria já atingiu um estágio mais elevado e o conjunto das ciências já se encontra cativo a serviço do capital; por outro lado, a própria maquinaria existente já proporciona elevados recursos. A invenção torna-se então um negócio e a aplicação da ciência à própria produção imediata, um critério que a determina e a solicita. Porém, esta não é a via que deu origem à maquinaria no geral, e menos ainda a via pela qual ela avança no detalhe. Tal via é a análise – pela divisão do trabalho, que transforma as operações dos trabalhadores cada vez mais em operações mecânicas, de tal modo que a certa altura o mecanismo pode ocupar os seus lugares [N. T. = *Economia de energia*]. Por conseguinte, um modo de trabalho determinado aparece aqui diretamente transposto do trabalhador para o capital na forma de máquina, e por meio dessa própria transposição sua própria capacidade de trabalho é desvalorizada. (MARX, 2011a, p. 587). (grifos meus na passagem com sublinhado e inserção minha entre colchetes).

A principal diferença que separa a manufatura da grande indústria é que na primeira o revolucionamento produtivo ocorreu a partir da força de trabalho, já na segunda, através do meio de trabalho⁴⁷ (MARX, 2013a). Ao transformar o meio de trabalho através do uso da maquinaria, parte do trabalho que anteriormente era realizado pelo trabalhador passa a ser executado pela máquina-ferramenta ou máquina de trabalho – parte do que compunha uma máquina, conforme definição de Marx. O autor ainda identifica que: “é dessa parte da maquinaria, a máquina ferramenta, que nasce a revolução industrial no século XVIII” (MARX, 2013a, p. 447).

Através da transformação tecnológica ocorre o revolucionamento das forças produtivas da grande indústria. Marx, por exemplo, destaca que as máquinas-ferramentas ampliavam de forma significativa a produção, em detrimento da capacidade produtiva dos órgãos humanos (MARX, 2013a).

⁴⁷ Usa-se, aqui, a expressão “meio de trabalho”. Todavia, como será discutido mais à frente, para Marx, as tecnologias em uso deixam, inclusive, de ser meios de trabalho a partir deste período histórico, deixam de ser meios para o trabalhador produzir algo, deixam de estar a serviço dos trabalhadores.

Nesse período, da mesma forma, a descoberta de novas forças motrizes eliminou a dependência que as fábricas tinham das forças naturais, a exemplo da força hidráulica e da força eólica, com suas limitações de potência, inconstância decorrente das oscilações naturais e restrições geográficas para atuação – podendo as fábricas ser instaladas nas cidades, não ficando restritas aos cursos dos rios, por exemplo (MARX, 2013a).

No que tange ao trabalho, as transformações tecnológicas passam a comandar a organização e a atuação produtiva, buscando ampliar ao máximo a produtividade e também a atuação do trabalhador. Na sua maioria, o trabalhador é visto apenas como um empecilho nessa nova fase produtiva, como um elemento colateral, ou seja, é visto com indiferença, ou como um problema a ser resolvido. Conforme menciona Marx, em *O Capital*:

na manufatura, os trabalhadores, individualmente ou em grupos, têm de executar cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. Se o trabalhador é adaptado ao processo, este último também foi previamente adaptado ao trabalhador. Esse princípio subjetivo da divisão deixa de existir na produção mecanizada. O processo total é aqui considerado objetivamente, por si mesmo, e analisado em suas fases constitutivas, e o problema de executar cada processo parcial e de combinar os diversos processos parciais é solucionado mediante a aplicação técnica da mecânica, da química, etc., com o que, naturalmente, a concepção teórica precisa, também neste caso, ser aperfeiçoada em larga escala pela experiência prática acumulada. (MARX, 2013a, p. 454).

Conforme se observa nesta citação, a racionalidade da ciência e a intencionalidade inerente a essa passa a comandar em grande parte a organização produtiva, sendo o trabalhador individual um elemento colateral, que não participa como o principal condutor ou o principal agente desse processo.

Ao continuar a análise desse período histórico, verifica-se que as máquinas surgiram antes da existência das fábricas de máquinas, ou seja, da existência de trabalhadores dedicados exclusivamente à produção dessas – eram produzidas por trabalhadores com conhecimentos na área de mecânica, que atuavam de forma esparsa como artesãos ou em manufaturas. Posteriormente surgiram especificamente as manufaturas de máquinas, com uma produção de forma mais ampla, portanto – possibilitando à nova indústria que surgia subsumir em muitos setores a forma de produção manufatureira e também a artesanal, com o uso das máquinas. Todavia, a construção de máquinas pelas manufaturas gerou significativas limitações, sejam técnicas, de capacidade de produção, e estavam restritas à força e habilidades pessoais, dependendo do “[...] desenvolvimento muscular, da acuidade visual e da

virtuosidade da mão com que o trabalhador e o artesão fora dela operavam seu instrumento limitado” (MARX, 2013a, p. 456)⁴⁸.

Estas limitações só foram ultrapassadas quando a própria indústria, com a sua maquinaria, passa a produzir máquinas, saindo de um trabalho e de uma produção de caráter artesanal e artístico para uma produção centrada na grande indústria, nas máquinas e no conhecimento científico (MARX, 2013a).

[...] as terríveis quantidades de ferro que tinham de ser forjadas, soldadas, cortadas, furadas e moldadas exigiam, por sua vez, máquinas ciclópicas, cuja criação estava além das possibilidades da construção manufatureira de máquinas. A grande indústria teve, pois, de se apoderar de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Somente assim ela criou sua base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés. [...] Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que condiciona a substituição da força humana por forças naturais e da rotina baseada na experiência pela aplicação consciente da ciência natural. (MARX, 2013a, p. 458; 459).

A transformação produtiva da grande indústria, que tinha como centro a maquinaria e o uso da ciência, faz surgir uma força produtiva adicional, uma nova capacidade de produzir e de transformar a realidade, que supera o trabalho realizado pelos indivíduos de forma coletiva, conforme existia na fase histórica anterior. Portanto, em cada fase histórica do capitalismo, verifica-se a ampliação de uma força produtiva e social sob o domínio do capitalismo e, também, o enfraquecimento da autonomia e das possibilidades dos trabalhadores individuais – é ampliada a subsunção dos trabalhadores pelo capital ao longo do tempo.

Todos os elementos comumente envolvidos com o trabalho transformam-se, de forma significativa, sob o capitalismo. No *Grundrisse*, Marx destaca que os objetos de trabalho, os meios de trabalho e o trabalho vivo são, inicialmente, elementos indistintos, valores de uso e capacidade de trabalho, ou, de forma mais abrangente, elementos de trabalho. Por sua vez, ao entrarem no processo produtivo capitalista, ao serem colocados em movimento para produzirem mais-valia, estes elementos são significativamente

⁴⁸ Marx menciona, ainda, que: “em certo grau de desenvolvimento, porém, a grande indústria entrou também tecnicamente em conflito com sua base artesanal e manufatureira. A ampliação do tamanho das máquinas motrizes, do mecanismo de transmissão e das máquinas-ferramentas; a maior complexidade, multiformidade e a regularidade mais rigorosa de seus componentes, à medida que a máquina-ferramenta se distanciava do modelo artesanal (que originalmente dominava a sua construção), e assumia uma forma livre, determinada apenas por sua tarefa mecânica; o aperfeiçoamento do sistema automático e a aplicação, cada vez mais inevitável, de um material difícil de ser trabalhado, como o ferro em vez da madeira – a solução de todas essas tarefas espontaneamente surgidas chocou-se por toda parte com as limitações pessoais, que mesmo os trabalhadores combinados na manufatura só conseguiam superar até certo grau, mas não em sua essência. Máquinas como a impressora, o tear a vapor e a máquina de cardar modernos não podiam ser fornecidos pela manufatura” (MARX, 2013a, p. 456-457).

transformados. O material de trabalho e o produto produzido são valores de uso do próprio capital, presentes em diferentes fases do processo produtivo, com o significado que disso resulta, conforme discutir-se-á posteriormente neste capítulo. Já o meio de trabalho deixa de possuir essa condição para o trabalhador, sendo significativamente transformado. Marx menciona que o meio de trabalho, ao ingressar no processo produtivo capitalista, torna-se capital fixo, todavia não se trata apenas de uma alteração linguística que visa expressar o mesmo elemento a partir de outra perspectiva, de outro ângulo:

assimilado ao processo de produção do capital, o meio de trabalho passa por diversas metamorfoses, das quais a última é a *máquina* ou, melhor dizendo, um *sistema automático da maquinaria* [...]. Em nenhum sentido a máquina aparece como meio de trabalho do trabalhador individual. A sua *differentia specifica* não é de forma alguma, como no meio de trabalho, a de mediar a atividade do trabalhador sobre o objeto; ao contrário, esta atividade é posta de tal modo que tão somente medeia o trabalho da máquina, a sua ação sobre a matéria-prima – supervisionando-a e mantendo-a livre de falhas. Não é como no instrumento, que o trabalhador anima como um órgão com a sua própria habilidade e atividade e cujo manejo, em consequência, dependia de sua virtuosidade. Ao contrário, a própria máquina, que para o trabalhador possui destreza e força, é o virtuoso que possui sua própria alma nas leis mecânicas que nela atuam [...]. A atividade do trabalhador, limitada a uma mera abstração da atividade, é determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso. A ciência, que força os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina. (MARX, 2011a, p. 580-581).

A máquina, ou o sistema de maquinaria, deixa de ser um meio de trabalho do trabalhador. Antes o trabalhador se torna um meio para as máquinas e também um meio para o capital, visando, de imediato, colocar em movimento o valor inerente ao processo produtivo e, posteriormente, a produção de mais-valia a ser apropriada pelo capitalista. Ressalta-se, ainda, a análise realizada por Marx, de que a ciência envolvida no processo de produção não é compreendida pelo trabalhador, apesar de lhe afetar sobremaneira.

Nessa transformação social e produtiva, o que significou o surgimento da grande indústria para os trabalhadores? Se a revolução industrial esteve imediatamente relacionada aos meios de produção – evidencia-se, deixando de serem meios de trabalho para os trabalhadores –, por sua vez também estava diretamente relacionada ao próprio trabalho. A transformação produtiva e tecnológica é também uma transformação da realidade social e da atuação e da vida dos indivíduos em sociedade. Não é possível analisar um aspecto sem o outro, abstraindo o primeiro da concretude da realidade. Faz-se necessário relacionar estas transformações com a realidade dos trabalhadores e com a vida em sociedade.

Marx destaca uma série de aspectos relacionados ao surgimento da grande indústria para os trabalhadores e para as suas famílias, tais como: tensionou a redução do valor da força de trabalho, tendo em vista que os trabalhadores passaram a competir diretamente com as máquinas, que tinham uma maior produtividade em relação ao trabalhador, e também geravam um menor dispêndio de valor para se produzir; ao reduzir a necessidade de força muscular e ao possibilitar a simplificação do trabalho e a crescente atuação de trabalhadores não qualificados, forçou todo o grupo familiar a ingressar no trabalho fabril – incluindo crianças totalmente imaturas para o trabalho –, para que somente assim os grupos familiares obtivessem o mínimo necessário para a subsistência e a sobrevivência – vê-se aqui a redução, de outro modo, do valor da força de trabalho, sendo que anteriormente apenas o trabalho do homem adulto, como representante do grupo familiar, devia suprir as necessidades de subsistência da família; deixou um amplo contingente populacional, gerações inteiras desassistidas no que tange ao cuidado com a constituição e a formação humana, sendo que as famílias tinham que abandonar as crianças muito pequenas sozinhas em casa, muitas vezes à base de opioides; imprimiu aos trabalhadores o ritmo frenético da maquinaria, sendo que o trabalho passa a ser ditado pela máquina, é ela quem passa a controlar os trabalhadores, e não o inverso – a máquina passa a ditar os movimentos, a intensidade do trabalho, e elimina os intervalos de descanso; o trabalho torna-se progressivamente mais alienado, por se tratar de um trabalho que não é próprio ao trabalhador – que não lhe pertence, cabe ressaltar –, que não lhe é afeto, é um trabalho que lhe causa estranhamento – cada vez menos é um trabalho que o trabalhador realiza, esse se tornando apenas um instrumento da produção, não se tratando, portanto, de um trabalho realizado de forma livre e que gera realização ao indivíduo – é, antes, um trabalho que gera sofrimento, aprisionamento (MARX, 2013a). A partir destes aspectos, verifica-se que a transformação produtiva e tecnológica implica em transformações profundas na atuação dos trabalhadores e em toda a sociedade.

[...] na maquinaria adquirem autonomia, em face do operário, o movimento e a atividade operativa do meio de trabalho. Este se transforma, por si mesmo, num *perpetuum mobile* industrial, que continuaria a produzir ininterruptamente se não se chocasse com certos limites naturais inerentes a seus auxiliares humanos: debilidade física e vontade própria. Como capital, e como tal o autômato tem no capitalista consciência e vontade, a maquinaria é movida pela tendência a reduzir ao mínimo as barreiras naturais humanas, resistentes, porém elásticas. Tal resistência é, de todo modo, reduzida pela aparente facilidade do trabalho na máquina e pela maior ductibilidade e flexibilidade do elemento feminino e infantil. (MARX, 2013a, p. 476).

A estrutura produtiva, ao tornar-se um autômato, conduzido pela vontade e consciência do capitalista, faz com que os trabalhadores também se tornem autômatos deste elemento produtivo, com os seus limites físicos e psíquicos estendidos até a exaustão.

Marx expõe uma série de aspectos sobre o porquê de a máquina se tornar protagonista da produção e o trabalhador o seu servo. Verifica-se o que se poderia designar como uma racionalidade capitalista envolta nesta questão: destaca o autor que, quanto maior é o tempo de trabalho que a máquina permanece em funcionamento e, também, quanto maior a intensidade de sua atuação, mais produtos serão produzidos e, portanto, menor será o valor transferido da máquina imediatamente ao produto individual; caso o valor transferido ao produto individual seja maior do que o valor social médio transferido para cada produto individual, em um determinado setor produtivo, incorre que o capitalista terá uma redução da mais-valia que ele espera obter, logo, um valor médio, uma mais-valia média menor do que a obtida pelos capitalistas de determinado setor produtivo. Marx também aponta uma espécie de depreciação da máquina em decorrência de novas máquinas, aperfeiçoadas, com maior capacidade, serem disponibilizadas constantemente na sociedade. A esta espécie de depreciação, o autor chama de “desgaste moral”, sendo que as máquinas rapidamente ficam ultrapassadas, por produzirem de forma mais lenta ou com menor qualidade, em comparação com as máquinas substitutas que passam a ser disponibilizadas na sociedade. Quanto mais rápido for o fim da vida útil de uma máquina pelo seu uso efetivo, portanto, quanto maior for a intensidade do trabalho e da produção realizados a partir dessa, menor será o dispêndio do capitalista com esse desgaste moral da máquina e maiores serão os seus lucros. Outro aspecto que Marx destaca é que uma determinada estrutura produtiva em funcionamento, preparada para um número específico de trabalhadores, só poderá ampliar o número de trabalhadores empregados, na perspectiva das relações capitalistas, se a parcela de capital constante for duplicada. No ínterim em que isso não se efetiva, seja pela necessidade de maior dispêndio de capital para implantar uma nova estrutura produtiva, seja em decorrência da necessidade de mercados que absorvam grandes quantidades de produtos, o capitalista busca aumentar ao máximo o que é produzido com a capacidade de produção já instalada (MARX, 2013a)⁴⁹.

⁴⁹ No *Grundrisse*, encontram-se discussões que complementam esta análise, conforme se verifica: “o valor do capital fixo só é reproduzido na medida em que é consumido no processo de produção. Com a não utilização, ele perde seu valor de uso sem que o valor passe para o produto. Por isso, quanto maior for a escala em que o capital fixo se desenvolve, no sentido em que o consideramos aqui, tanto mais a *continuidade do processo de produção*, ou fluxo contínuo da reprodução, devêm condição externamente imposta do modo de produção baseado no capital”(MARX, 2011a, p. 587).

Marx (2013a), ao citar capitalistas, magnatas da época, expõe análises desses em que relatam aspectos como: um trabalhador agrícola, ao deixar parada uma pá, torna inútil um capital de 18 *pence*; já quando um operário fabril abandona a fábrica, ele torna inútil um capital que custou £ 100.000. A partir destas considerações, Marx aborda com ironia:

ora, onde já se viu! Tornar “inútil”, mesmo que por um instante apenas, um capital que custou £ 100.000! É, de fato, uma atrocidade que um de nossos homens abandone a fábrica por uma única vez! O volume crescente da maquinaria, como o adverte Senior, doutrinado por Ashworth, torna “desejável” um prolongamento cada vez maior da jornada de trabalho. (MARX, 2013a, p. 478-479).

O que se verifica é que o capitalista atua de forma intencional, de forma voluntária, visando maximizar a intensidade do trabalho e a geração de mais-valia. Entretanto, como se identifica nesta discussão, e também como poderá ser visto em outras análises, o capitalismo funciona a partir de uma arraigada relação social que impinge todos os seus componentes, todos os capitalistas, e também direciona a forma de uso dos meios de produção a tensionar ao máximo os trabalhadores e a maximizar, da mesma forma, a busca de mais-valia, independente das consequências para os trabalhadores e para a sociedade. Nesta perspectiva, verifica-se, no transcurso histórico do capitalismo, uma expansão e um aperfeiçoamento da exploração do trabalhador pelo capitalista. Ou seja, os meios de produção, transformados ao longo do tempo, e a organização social desses meios, não são apenas formas renovadas de transformar a realidade, de produzir valores de uso, mas são, também, elementos de constituição e de reprodução do capitalismo de forma aperfeiçoada, atendendo a interesses dos capitalistas, bem como tornam-se igualmente forças do capitalismo.

Se por um lado existe uma racionalidade capitalista – na forma de colocar o capital em movimento, que é independente do capitalista individual –, por outro lado também existe uma atuação intencional, interessada, do capitalista, e ainda uma atuação conformadora da própria sociedade na sua totalidade, que reproduz os interesses do capitalismo. Verifica-se, a partir destes elementos, uma específica dialética entre os diferentes níveis do movimento da realidade.

Vê-se, também, que o capitalismo é uma força e uma dinâmica social que ultrapassa em muito os domínios do capitalista individual. Verifica-se que os trabalhadores, ao deixarem de ter coletivamente o controle do processo de trabalho e, de modo geral, da sociedade e das suas atuações em sociedade, entram em uma espécie de relação natural – em analogia às relações existentes na natureza – em que as forças sociais existentes, ao estarem a serviço do capital, atuam constantemente, tensionando e subjugando a classe trabalhadora –, algo que

passa pela consciência individual, mas que ultrapassa em muito esse caráter consciente. Parafraseando Marx e Engels (2010), os capitalistas invocam todas as forças da natureza, da ciência, e também estruturam uma forma de organização social que em muito escapam do seu controle.

Ao ser abordada a intensificação da exploração do trabalhador no período da grande indústria, cabe observar outro motivo ainda para essa intensificação, e também discutir por que a maquinaria empregada na produção não gera valor novo, apenas transfere ao produto o valor contido nessas – buscar-se-á se aproximar, de forma gradativa, desta compreensão.

Na passagem a seguir de *O Capital*, Marx menciona que:

na aplicação da maquinaria à produção de mais-valor reside, portanto, uma contradição imanente, já que dos dois fatores que compõem o mais-valor fornecido por um capital de dada grandeza, um deles, a taxa de mais-valor, aumenta somente na medida em que reduz o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se manifesta assim que, com a generalização da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se converte no valor social que regula todas as mercadorias do mesmo tipo, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, a prolongar mais intensamente a jornada de trabalho, a fim de compensar a diminuição do número proporcional de trabalhadores explorados por meio do aumento não só do mais-trabalho relativo, mas também do absoluto. (MARX, 2013a, p. 480).

Nesta citação, verifica-se um fator adicional para a intensificação do trabalho, ou seja, quanto menos trabalhadores produzindo determinada quantidade de produtos, maior será a taxa de mais-valia⁵⁰. Todavia, justamente esta ação, ou seja, a redução do uso do trabalho humano, geralmente associada à inserção de máquinas na produção, leva a uma importante contradição para o capital. A contradição que Marx expõe nesta passagem é melhor compreendida com um aspecto apontado pelo autor em outro trecho de *O capital*, em que é mencionado pelo autor que “o mais-valor provém unicamente da parcela variável do capital, e vimos que a massa do mais-valor é determinada por dois fatores: a taxa do mais-valor e o número de trabalhadores simultaneamente ocupados” (MARX, 2013a, p. 479). A contradição existe porque é somente o trabalho que produz valor novo, que produz mais-valia.

⁵⁰ Essa análise também é realizada por Marx no *Grundrisse*, sendo pertinente trazê-la neste espaço por possibilitar a observação desta temática por outro ângulo: “o *capital fixo*, em sua determinação como meio de produção, cuja forma mais adequada é a maquinaria, só produz *valor*, i.e., só aumenta o valor do produto em dois sentidos: 1) desde que ele tenha valor; i.e. que ele próprio seja produto do trabalho, certo *quantum* de trabalho em forma objetivada; 2) na medida em que ele aumenta a proporção do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário, ao capacitar o trabalho, por meio do aumento de sua força produtiva, a criar uma massa maior de produtos necessários para a manutenção da capacidade de trabalho viva em menos tempo” (MARX, 2011a, p. 584-585).

Para além da obviedade decorrente da base teórica de que a mais-valia é sinônimo de mais-trabalho e que só existe mais-valia se existir trabalho, pode-se fazer a seguinte indagação: Por que só o trabalho gera mais-valia?

Para compreender a teoria que Marx formulou para expressar a realidade na sua concretude e quais são os elementos centrais envolvidos nesta questão, é fundamental observar, inicialmente, que toda a transformação da realidade é fruto do trabalho humano, logo, a produção de riquezas também ocorre a partir do trabalho humano. Entretanto, a maquinaria utilizada na indústria não produz riqueza por si mesma, para além do trabalho morto, do trabalho já realizado contido nesta e posteriormente transferido para o produto? Consideramos que sim. As tecnologias produzem produtos, produzem riquezas sociais. Cabe salientar, inicialmente, que a universalização da atuação capitalista no mundo gera ampla desigualdade social e uma exploração do trabalho humano muito diversa nos diferentes países, e mesmo dentro de cada país. Para além deste fato, verifica-se, de maneira geral, que cada vez menos trabalho humano é necessário para produzir mais, ou seja, cada vez menos trabalho humano é utilizado para produzir aparatos tecnológicos que mais produzem.

Essa ampliação na produção e a redução da necessidade de trabalho vivo se evidencia – dentre outros causadores – pelos contingentes populacionais que estão à margem da sociedade, que não conseguem realizar um trabalho produtivo (trabalho produtivo para o capitalismo), sendo claramente dispensados, na atual sociedade capitalista, das relações produtivas⁵¹.

No âmbito desta discussão, cabe destacar uma passagem de Marx, em *O capital*, onde o autor menciona que o incremento das forças produtivas não tem ocorrido unicamente a partir de um incremento de trabalho, conforme se verifica:

[...] se à primeira vista está claro que a grande indústria tem de incrementar extraordinariamente a força produtiva do trabalho por meio da incorporação de enormes forças naturais e das ciências da natureza ao processo de produção, ainda não está de modo algum claro, por outro lado, que essa força produtiva ampliada não seja obtida mediante um dispêndio aumentado de trabalho. (MARX, 2013a, p. 460).

⁵¹ Pode-se cogitar uma realidade histórica, uma tendência da sociedade capitalista, em que cada vez menos trabalhadores serão necessários para produzir meios de produção que substituem trabalho humano, produção essa que passa a ser decidida e controlada por diminutos grupos de capitalistas. Obviamente que neste quadro societário, que se aproxima da realidade atual, cabe salientar, tem-se uma contradição insolúvel, ou seja, cada vez menos trabalhadores empregados recebendo parte dos valores que produziram, logo, também menos trabalhadores comprando os produtos produzidos.

Marx está afirmando categoricamente que a força produtiva é ampliada cada vez mais sem que essa ampliação seja decorrente de um maior dispêndio de trabalho, ou seja, cada vez produz-se mais com menos necessidade de trabalho.

Se por um lado a discussão até aqui realizada traz elementos importantes, por outro considera-se que a análise realizada ainda não explica por que apenas o trabalho gera valor, logo, mais-valor apropriado pelo capitalista, ocorrendo apenas uma aproximação a esta questão. Para avançar nesta discussão, considera-se importante trazer outro trecho da obra de Marx, em que o autor destaca que a maquinaria – assim como a ciência, conforme Marx explica em outro trecho de *O capital* –, depois de apropriada pelo capitalista, trabalha de forma gratuita:

se subtraímos de ambas, da maquinaria e da ferramenta, seus custos médios diários ou a porção de valor que agregam ao produto por meio de seu desgaste médio diário e o consumo de matérias acessórias, como óleo, carvão etc., veremos então que elas atuam de graça, exatamente como as forças naturais que preexistem à intervenção do trabalho humano. Quanto maior a esfera de atuação produtiva da maquinaria em relação ao da ferramenta, tanto maior a esfera de seu serviço não remunerado em comparação com o da ferramenta [no sistema manufatureiro por exemplo]. É somente na grande indústria que o homem aprende a fazer o produto de seu trabalho anterior, já objetivado, atuar gratuitamente, em larga escala, como uma força da natureza. (MARX, 2013a, p. 461)⁵². (Inserção minha entre colchetes e grifos meus).

Nesta passagem de Marx, fica bastante clara a compreensão do autor de que a maquinaria trabalha de graça. É bastante sutil a análise que o autor faz, ou seja, o trabalhar “de graça” é justamente a diferença entre o que é produzido pela maquinaria e o que seria produzido pelos trabalhadores sem a maquinaria, com o seu instrumental apenas (na manufatura, por exemplo). Ou seja, trata-se de uma produção ampliada significativamente com o uso das máquinas, que não precisa ser paga pelo capitalista, tal como seria preciso caso a produção fosse sem o uso de máquinas.

⁵² Em nota de rodapé, em *O Capital*, Marx traz importantes elementos de análise dos textos de Ricardo, conforme se verifica: “Ricardo coloca toda ênfase nesse efeito das máquinas – com o qual, de resto, ele se ocupa tão pouco quanto com a distinção geral entre o processo de trabalho e o processo de valorização – que eventualmente perde de vista o valor que elas conferem ao produto, tratando delas no mesmo plano das forças naturais. Assim, por exemplo, ele escreve: “Adam Smith jamais subestima os serviços que nos prestam as forças naturais e a maquinaria, porém diferencia muito corretamente a natureza do valor que elas adicionam às mercadorias [...] como realizam seu trabalho gratuitamente, [...] a assistência que elas nos prestam não acrescenta nada ao valor de troca”, Ricardo, *The Princ. Of. Pol. Econ.*, cit., p. 336-7. A observação de Ricardo é naturalmente correta na medida em que é dirigida contra J.B. Say, que imagina que as máquinas prestam o “serviço” de criar valor, que constitui uma parte do “lucro”” (MARX, 2013a, p. 461).

Marx evidencia que as máquinas não acrescentam nada ao valor de troca, apenas transferem o valor que nelas existe à mercadoria, não gerando, portanto, valor novo. Esta análise demonstra claramente que, se as máquinas produzem produtos, que podem ser compreendidos efetivamente como riquezas sociais, por outro lado, essas não geram um *quantum* de valor novo. O valor possível de ser apropriado socialmente pelo capitalista somente é gerado pelo trabalho. Somente a partir do trabalho o valor em movimento se torna capital, podendo gerar apropriação de mais-valia pelo capitalista. É relevante expressar a realidade por outro ângulo, visando a adequada compreensão da questão em análise: as máquinas não compram e não utilizam produtos, portanto, não geram por si mesmas apropriação de valores para o capitalista, não geram desigualdade social, acumulação de riqueza por um lado e pobreza por outro. Só quem compra mercadorias, efetivando o capital ao colocá-lo em movimento e, em outra instância, cede ao capitalista parte do valor produzido, é o trabalhador.

A citação a seguir, retirada do *Grundrisse*, expressa e expande com primazia a discussão em curso, bem como contribui para iniciar as discussões sobre a produção da ciência e da tecnologia como uma força social apropriada pelo capitalismo, sendo uma força social autônoma em relação ao trabalhador, apesar de ser produzida socialmente.

A troca do trabalho vivo por trabalho objetivado, i.e., o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção baseada no valor. O seu pressuposto continua sendo a massa de tempo de trabalho imediato, o *quantum* de trabalho empregado como o fator decisivo da produção da riqueza. No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade – por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia [...]. A riqueza efetiva se manifesta antes – e isso revela a grande indústria – na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona. O trabalho não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador [...]. Não é mais o trabalhador que interpõem um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo [...]. Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nesta transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. O *roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a*

riqueza atual se baseia, parece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. (MARX, 2011a, p. 587-588).

Marx, nesta citação, não deixa de considerar o trabalho como elemento histórico-antropológico, constituinte do ser humano e constituinte da natureza humana. Compreende-se que o autor demonstra que o conhecimento humano e a atividade humana colocam em movimento forças da natureza, em que o resultado do próprio trabalho passa a produzir para o ser humano. Nesta relação, o tempo de trabalho do trabalhador individual como parâmetro de produção deixa de ser efetivo. Alegoricamente, cada vez menos trabalho produz mais trabalho, ou, de forma mais adequada, cada vez menos trabalho mais produtos produz.

Marx demonstra que o capitalismo se apropria do conhecimento do trabalhador e da sua capacidade de utilização da natureza, como elemento social disponível, construído historicamente e renovado de forma contínua – o que envolve a organização e a implementação do trabalho coletivo. Em outros termos, são colocadas em movimento as forças sociais da ciência e da tecnologia, assim como o trabalho cooperado, apropriados pelo capitalismo.

Outro aspecto fundamental, para o autor, é que o roubo do tempo de trabalho alheio chega a ser insignificante em relação ao roubo, à apropriação privada, das forças sociais historicamente construídas e que estão presentes a partir da grande indústria. Observa-se também que a compreensão do capitalismo, esse mesmo, como uma força social, que é ampliada cada vez mais e que está a serviço de interesses privados e hegemônicos, é algo fundamental na análise aqui realizada.

3.3 A ciência e a tecnologia como uma força social a serviço do capitalismo e como uma força social transformadora da realidade – limites e possibilidades

Ao longo dos seus escritos, Marx expõe continuamente as consequências e também as possibilidades que o capitalismo gerou para a sociedade. É relevante observar que o autor nunca deixou de abordar o caráter dialético das transformações sociais e de demonstrar as diversas nuances da realidade. Demonstra o autor, por exemplo, as conquistas obtidas com o trabalho coletivo e com o desenvolvimento e o uso da ciência e da tecnologia, conforme se pode observar no trecho a seguir:

as forças produtivas *sociais* do trabalho, ou por outra, as forças produtivas do trabalho diretamente *social, socializado* (coletivizado) por via da cooperação, da divisão do trabalho no interior da oficina, da aplicação da *maquinaria* e, em geral, da transformação do processo produtivo em *aplicação* consciente das ciências naturais, mecânica, química, etc., com determinados objetivos, assim como os *trabalhos em grande escala* que a tudo isto correspondem (só esse trabalho socializado está à altura de empregar no processo *direto* da produção os *produtos gerais* do desenvolvimento humano, como a matemática, etc.; por outro lado, também o desenvolvimento dessas ciências pressupõe determinado nível do processo de produção material) (MARX, 2004, p. 92-93).

Dentre as características da produção sob o capitalismo, o autor dá destaque para o fato de serem forças produtivas sociais, do trabalho coletivizado – algo que está imediatamente ligado ao processo de transformação do capitalismo. No capítulo 11 de *O Capital*, Marx menciona que, histórica e conceitualmente, o capitalismo se inicia com a concentração de um maior número de trabalhadores trabalhando em um mesmo local e ao mesmo tempo, produzindo o mesmo produto e sob o mesmo comando. Trata-se, inclusive, de uma necessidade técnica e também uma necessidade social para a consecução do capitalismo, a forma como a sociedade começa a ser estruturada no período manufatureiro. Neste processo de constituição do capitalismo, inicialmente houve apenas a ampliação do volume de trabalho e da produção, decorrente do trabalho individual multiplicado pelo número de trabalhadores agrupados. Porém, ao longo do transcurso histórico, esta cooperação, este trabalho coletivizado cria uma força produtiva sem precedentes, decorrente de novas formas de atuação, tais como: novas formas de organização produtiva e de atuação do trabalho são criadas, a exemplo das inúmeras formas de divisão do trabalho e de atuação combinada; ocorre a redução do dispêndio de recursos produtivos a partir do trabalho coletivo/compartilhado; forma-se uma força social extra decorrente do trabalho coletivo (a exemplo da atuação dos exércitos em detrimento da atuação de um combatente individual), que passa a ser apropriada pelo capitalista; o trabalho socializado gera a possibilidade de uso da ciência e da tecnologia de forma massiva na produção, o que gera produtos significativamente transformados, assim como novos meios de produção, transformando significativamente a sociedade e a própria realidade capitalista; o capitalista, como personificação dessa força social que se constrói, passa a atuar socialmente com outros participantes/componentes da sociedade capitalista, visando ampliar o atendimento dos seus interesses e da reprodução dessa forma de sociedade, formando um agrupamento de

capitalistas que detém grande força social – força social que é, na verdade, propriedade privada, uma força exclusiva⁵³ (MARX, 2013a).

Para que o trabalho combinado se concretize – subordinado ao capital e, portanto, na forma de trabalho assalariado –, foi necessária a grande concentração de valor (trabalho não pago) para ser aplicado pelo capitalista individual. Para o capitalista atuar desta forma, é necessário concentrar trabalhadores e forças produtivas em extensão própria para a atuação capitalista⁵⁴.

Se o trabalho socializado, o trabalho coletivizado, revoluciona a sociedade, constrói maravilhas, conforme o próprio Marx menciona em *O Capital*, também é preciso refutar leituras idílicas a respeito. Trata-se de forças produtivas sociais que não estão a serviço dos trabalhadores, pelo contrário:

[...] este desenvolvimento da força produtiva do *trabalho objetivado*, por oposição à atividade laboral mais ou menos isolada dos indivíduos dispersos, etc., e com ele, a *aplicação da ciência* – esse produto *geral* do desenvolvimento social – ao *processo imediato de produção*; tudo isso se apresenta como *força produtiva do capital*, e não como força produtiva do trabalho, ou apenas como força produtiva do trabalho na medida em que este é idêntico ao capital e, em todo o caso, não como força produtiva nem do operário individual nem dos operários combinados no processo de produção. (MARX, 2004, p. 93).

Toda a transformação da produção e das formas de trabalho decorrentes do trabalho coletivizado, juntamente com as possibilidades e significados do uso da ciência e da tecnologia que essa forma de organização produtiva e social gerou – salienta-se, a ciência é vista pelo autor como o produto geral do desenvolvimento social –, passa a estar a serviço do

⁵³ Marx detalha uma série de transformações na realidade produtiva decorrente do trabalho coletivizado, tais como: “comparada com uma quantidade de jornadas de trabalho isoladas e individuais, a jornada de trabalho combinada produz uma massa maior de valor de uso, reduzindo, assim, o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. Se a jornada de trabalho combinada obtém essa força produtiva mais elevada por meio da intensificação da potência mecânica do trabalho, ou pela expansão de sua escala espacial de atuação, ou pelo estreitamento da área de produção em relação à escala da produção, ou porque, no momento crítico, ela mobiliza muito trabalho em pouco tempo, ou desperta a concorrência entre os indivíduos e excita seus espíritos vitais [*Lebensgeist*], ou imprime às operações semelhantes de muitos indivíduos a marca da continuidade e da multiplicidade, ou executa diversas operações simultaneamente, ou economiza os meios de produção por meio de seu uso coletivo, ou confere ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio – de qualquer forma a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela deriva da própria cooperação. Ao cooperar com outros de modo planejado, o trabalhador supera suas limitações individuais e desenvolve sua capacidade genérica [*Gattungsvermögen*]” (MARX, 2013a, p. 404-405).

⁵⁴ Nesse sentido, Marx observa, em *O Capital*, que: “o pagamento de 300 trabalhadores de uma vez, ainda que por um só dia, exige um dispêndio maior de capital do que o pagamento de poucos trabalhadores, semanalmente, durante o ano inteiro. [...] A concentração de grandes quantidades de meios de produção nas mãos de capitalistas individuais é, pois, a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados, e a extensão da cooperação, ou a escala da produção, depende do grau dessa concentração” (MARX, 2013a, p. 405).

capital, passa a ser uma capacidade social a serviço do capitalista, direcionado por esse para atender os seus interesses. Relevante destacar, ainda, nesta citação, o trecho em que o autor menciona que esse trabalho coletivizado é uma força produtiva que não está a serviço do trabalhador individual e também não está a serviço dos trabalhadores combinados, apesar de ser produzida por esses⁵⁵. Marx, em *O Capital*, menciona que essa cooperação está exclusivamente a serviço do capitalista: “como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos isolados, que entram numa relação com o mesmo capital, mas não entre si. [...] Como cooperadores, membros de um organismo laborativo, eles próprios não são mais do que um modo de existência específico do capital” (MARX, 2013a, p. 408). Trata-se de uma cooperação unilateral, feita em si pelos indivíduos, mas não para si⁵⁶.

No *Grundrisse*, Marx observa que o processo de produção não é mais governado pelo trabalho, e que a unidade do processo produtivo está na maquinaria e, de maneira mais abrangente, na força produtiva no seu conjunto, que ganha vida quando colocada em movimento:

o processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido do processo dominado pelo trabalho como unidade que o governa. Ao contrário, o trabalho aparece unicamente como órgão consciente, disperso em muitos pontos do sistema mecânico em formas de trabalhadores vivos individuais, subsumido ao processo total da própria maquinaria, ele próprio só um membro do sistema, cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa), que, diante da atividade isolada, insignificante do trabalhador, aparece como organismo poderoso. Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe ao trabalho vivo no próprio processo do trabalho como o poder que o governa, poder que, de acordo com sua forma, o capital é como apropriação do trabalho vivo. A assimilação do processo de trabalho como simples momento do processo de valorização do capital também é posta quanto ao aspecto material pela transformação do meio de trabalho em maquinaria e do trabalho vivo em mero acessório vivo dessa maquinaria, como meio de sua ação. (MARX, 2011a, p. 581).

Nesta passagem, Marx dá a justa importância para a maquinaria, para o uso dos aparatos tecnológicos como aglutinadores e como elementos que colocam em marcha as forças do capital e de subsunção dos trabalhadores. Adicionalmente, cabe especificar ainda

⁵⁵ Este último aspecto é fundamental ao reforçar as análises que foram feitas no capítulo anterior sobre o que Marx e Engels propuseram como forma de sociedade após um processo revolucionário, qual seja, um trabalho que seja próprio ao indivíduo e aos trabalhadores combinados, que haja o pertencimento do trabalhador em relação ao seu trabalho, portanto, também a possibilidade de se viver a essência humana.

⁵⁶ Marx destaca, ainda, que, “pelo fato de a força produtiva social do trabalho não custar nada ao capital e, por outro lado, não ser desenvolvida pelo trabalhador antes que seu próprio trabalho pertença ao capital, ela aparece como força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente” (MARX, 2013a, p. 408).

que, a força do capital também está intimamente ligada à capacidade de agrupar e comandar os trabalhadores a atuarem de forma conjunta, ou seja, de colocar em movimento o trabalho coletivo. Da mesma forma, a força do capitalismo encontra-se na capacidade deste de criar e direcionar a desigualdade social, nos seus múltiplos aspectos. Cabe ressaltar ainda, quando se observa na citação anterior que “[...] o capital é como apropriação do trabalho vivo” (MARX, 2011a, p. 581), que cada trabalhador em movimento é também capital, é uma força social a serviço do capitalista e, em última instância, é uma força do próprio capitalista.

Outro aspecto relevante e que cabe ser apontado é o fato de Marx evidenciar que se desenvolve uma “mistificação implícita” (MARX, 2004, p. 93) a partir desta nova fase histórica, decorrente, em grande parte, do uso da ciência e da tecnologia pelo capitalismo. Observa-se uma ampliação do caráter autônomo das forças produtivas em decorrência do trabalho coletivizado e da utilização da ciência e das novas tecnologias adotadas. Desta forma, considera-se que o caráter místico para o trabalhador decorre de o capitalismo representar transformações produtivas e sociais que causam assombro, espanto, em decorrência de serem produções humanas que resultam em transformações profundas na sociedade, e, por sua vez, são pouco conhecidas de grande parte dos indivíduos que compõem a sociedade – incluindo os trabalhadores que trabalham com essas forças produtivas – que muitas vezes tanto desconhecem os potenciais da ciência quanto não têm a compreensão de que se trata de conquistas sociais obtidas pela humanidade a partir do trabalho socializado.

As relações entre a subsunção real do trabalhador, a mais-valia relativa e a ciência e a tecnologia

Em relação à mistificação abordada no tópico anterior, verifica-se que esta também é decorrente ou está relacionada a uma maior subsunção do trabalhador ao capital, sendo que esse não se encontra mais apenas subsumido formalmente, tornando-se cada vez mais dependente, um apêndice das forças produtivas, da tecnologia e da ciência utilizadas e sob o domínio do capital. O trabalhador está intrinsecamente subsumido aos meios de produção e à relação de trabalho capitalista. Como será visto a seguir, trata-se de uma subsunção real, que visa intensificar a atuação do trabalhador e ampliar a extração de mais-valia. Quanto menos compreensíveis para o trabalhador e quanto mais poderosas forem as forças do capital, mais místicas tornam-se essas forças.

Ao se falar das formas de subsunção dos trabalhadores, cabe realizar a caracterização dessas formas. A subsunção formal se caracteriza pela coerção puramente monetária do capitalista em relação ao trabalhador: “é *apenas* na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob a sua dependência *econômica*” (MARX, 2004, p. 94). Logo, tem-se que “[...] as suas *condições objetivas de trabalho* (meios de produção) e as suas *condições subjetivas de trabalho* (meios de subsistência), monopolizadas pelo aquisidor da sua capacidade de trabalho, se lhe opõe como capital” (Ibidem, p. 94). Todavia, ao longo da sua transformação, o capitalismo não se restringe à subsunção formal do trabalhador. Esta forma de subsunção é superada. Porém, salienta-se que a subsunção formal não deixa de existir ao longo da transformação do capitalismo, tratando-se, assim, de uma superação por incorporação.

A partir da redução da necessidade do trabalho vivo e da intensificação da atuação e aumento da produtividade do trabalhador, têm-se também outra forma de subsunção, para além da subsunção formal, sendo que o trabalhador torna-se menos autônomo, e consecutivamente mais suscetível ao domínio da ciência e da tecnologia capitalista perante si, e, de maneira geral, mais suscetível ao domínio do capitalista. Portanto, conforme o capitalismo avança na sua transformação histórica, tem-se cada vez uma maior subsunção real, e não apenas formal.

O capitalismo se firma e se manifesta com efetividade apenas quando alcança uma dimensão muito maior que as formas de produção anteriores, portanto, quando alcança a produção em massa, aumentando a continuidade (constância) do trabalho e a sua intensidade. Além da relação entre o capitalista e o trabalhador ser puramente monetária, ao longo do transcurso histórico passa a ocorrer a significativa ampliação da extração de valor do trabalhador, aspecto que está diretamente relacionado à grandeza do capital. Marx menciona, no *Capítulo VI inédito de O Capital*, que “[...] a *subsunção real* do trabalho no *capital* – o modo de produção capitalista propriamente dito – só entra em cena quando se apoderam da produção capitais de certa grandeza [...]” (Ibidem, p. 96). Se por um lado esta análise é bastante pertinente – a grandeza do capital –, conforme discutir-se-á a seguir, por outro lado pode-se considerar que, na realidade atual, a dimensão do capital é relativa no que se refere a esta questão, tendo em vista as inúmeras configurações que o capital adota, buscando por um lado se fragmentar e se flexibilizar, e por outro formando, a partir de relações nem sempre diretas, grandes conglomerados econômicos.

Apesar desta ressalva sobre a dimensão dos capitais na realidade atual, na análise de Marx verifica-se com clareza a distinção e o significado que o autor busca dar a esta questão,

qual seja, a caracterização do capitalismo pelas relações que ele promove e pela sua afirmação na materialidade, seu modo de atuar, relações essas que são puramente econômicas entre o capitalista e o trabalhador, e também de contínua ampliação da subsunção real, o que muitas vezes não é efetivo nos pequenos capitais. O pequeno produtor, que busca fazer circular o seu produto de forma mercantil e emprega trabalhadores, não deixa de se caracterizar como capitalista na sociedade atual, todavia nem sempre tem como essência sugar mais valor do trabalho alheio, e também, muitas vezes, para esse não é indiferente o produto que produz. Marx é enfático ao afirmar que “[...] a relação de *hegemonia e subordinação* é ela mesma produto da implantação do modo capitalista de produção” (MARX, 2004, p. 97), e, portanto, aspecto caracterizador desse modo de produção e de sociedade.

Utilizando-se de um exemplo da história da constituição do capitalismo, Marx (2004) traz inúmeros aspectos para demonstrar por que a relação corporativa medieval não podia ser chamada de capitalismo, apesar de ser conduzida por trabalhadores livres, com uma subordinação hierárquica ao mestre de ofício, e também com a existência de trabalhadores remunerados de forma salarial – na citação a seguir, do *Capítulo VI inédito de O Capital*, o autor aponta quais as transformações que permitiram o surgimento do capitalismo após esse período histórico:

a simples transformação formal da oficina artesanal na empresa capitalista – na qual, de início, o processo tecnológico ainda permanece o mesmo – consiste na *supressão de todas estas limitações*, com o que também se modifica a relação de hegemonia e subordinação. O mestre agora já não é capitalista por ser mestre; é mestre porque é capitalista. A sua produção já não é condicionada pelas limitações impostas ao seu capital. O capital (dinheiro) pode ser trocado à vontade por qualquer tipo de trabalho e, por conseguinte, por qualquer tipo de condições de trabalho. O mestre pode até deixar de ser artesão. (MARX, 2004, p. 100).

O capital se desvencilha de inúmeras limitações que antes possuía, seja de caráter pessoal, corporativo, legal e, em grande medida, também político – os grupos hegemônicos, inclusive, utilizam-se cada vez mais da política para reafirmar a liberdade irrestrita do capital e os seus interesses.

Em *O Capital*, Marx também destaca, utilizando-se da *Lógica* de Hegel, que as “[...] alterações meramente quantitativas, tendo atingido um determinado ponto, convertem-se em diferenças qualitativas” (MARX, 2013a, p. 381). Esse aspecto é elucidativo de que o proprietário de meios produtivos e de dinheiro, na análise histórica que o autor realiza, apenas converte-se em um capitalista de fato quando “[...] a quantidade desembolsada para a produção ultrapassa em muito o máximo medieval” (Ibidem, p. 380).

Outro ponto em que Marx suscita a discussão é em relação ao trabalhador “livre” na realidade capitalista, em comparação ao escravo. Trata-se de aspecto fundamental para se realizar uma leitura mais ampla da obra do autor e da transformação histórica do capitalismo. Se por um lado Marx demonstra tratar-se de uma evolução social essa liberdade do trabalhador, uma melhoria, por outro lado expõe um amplo leque de ônus que incorre a esse. Conforme destaca, “a consciência (ou melhor, a *idéia*) de uma determinação pessoal livre, da liberdade, assim como o sentimento (*feeling*. Ing.), consciência de responsabilidade (*responsibility*. Ingl.) adstrito àquela, fazem deste trabalhador muito superior àquele” (MARX, 2004, p. 100). Marx afirma tratar-se de uma situação de superioridade, mas já nesta passagem deixa claro que o caráter de liberdade do trabalhador sob o capitalismo é mais imaginário do que real, expondo o jugo do trabalhador na sociedade capitalista.

Marx (2004) busca fazer uma série de relações entre este trabalhador livre, existente na realidade capitalista, a intensidade do seu trabalho e o processo histórico em que o capitalismo se torna uma potência autônoma em relação ao trabalhador, e, inclusive, uma potência utilizada também para ampliar a subsunção do trabalhador. O autor relaciona ainda estas temáticas à indiferença entre o ramo de produção em que o trabalhador atua e a necessária versatilidade desse trabalhador em mudar de ramo produtivo.

Nas diversas abordagens sobre o tema, o autor destaca que o trabalhador passa a receber os meios de subsistência em dinheiro, não mais em espécie, em valores de uso, como ocorria no escravagismo: “as condições da sua existência – assim como a quantidade de valor do dinheiro por ele ganho – forçam-no desde logo a realizar esse dinheiro num círculo bastante restrito de meios de subsistência” (MARX, 2004, p. 102); portanto, “é ele o responsável que pela forma como gasta o seu salário (*spends his wages*. Ing.), aprende a autodominar-se *ao contrário do escravo* [...]” (Ibidem, p. 103). Da mesma forma, menciona o autor que “o trabalhador livre, efetivamente, como qualquer outro vendedor de mercadorias, é responsável pela mercadoria que fornece e que tem que fornecer com um certo nível de qualidade se não quiser ceder seu lugar a outros [...]” (Ibidem, p. 100). Nesta mesma análise, Marx observa que “o trabalhador livre, pelo contrário [ao escravo], vê-se obrigado a manter ele mesmo a relação já que a sua existência e a dos seus depende da renovação contínua da venda da sua capacidade de trabalho ao capitalista” (Ibidem, p. 100-101). (Inserção minha entre colchetes). Pode-se observar, inclusive, que a responsabilidade de vender a própria capacidade de trabalho passa a ser do trabalhador; caso não consiga um comprador para a sua capacidade de trabalho, a responsabilidade é sua, o ônus de vida ou morte é seu. Vê-se, portanto, que um elemento fundamental dessa forma de sociedade é a indiferença e a

constante eliminação do pensar e viver coletivamente. Por sua vez, quanto mais ampla se torna a estrutura capitalista de produção, quanto mais se expande a produção do capitalista individual, mais indiferente ao trabalhador se torna o trabalho desenvolvido. Torna-se um trabalhador tão reificado que o trabalho se torna indiferente.

Da mesma forma, para o capitalista, o trabalhador precisa ser amplamente adaptável, migrando de uma atividade para a outra, conforme a busca e o apetite por lucro assim o direcionar. Conforme observa Marx, “[...] enquanto a divisão do trabalho não unilateraliza totalmente a capacidade de trabalho, *em princípio* o trabalhador livre encontra-se predisposto e sujeito a qualquer variação da sua capacidade e atividade laborais [...]” (MARX, 2004, p. 103). O autor observa, ainda, que na América do Norte, onde o trabalho assalariado “desenvolveu-se, libertando-se em superlativa medida das velhas reminiscências corporativas etc., revela-se [...] a mais completa indiferença em relação ao conteúdo determinado do trabalho e à mudança de ramo” (Ibidem, p. 103).

A relação entre o conjunto de aspectos apresentados, em especial a “liberdade” do trabalhador, a transformação produtiva que incorre no capitalismo, a intensidade da atuação do trabalhador, e o novo caráter de subordinação que esse passa a estar submetido, contribuem para a formação de uma potência social e tecnológica que atua no processo de constituição e de reprodução do próprio capitalismo e, portanto, também para a subsunção real do trabalhador ao capitalismo. A subsunção real do trabalhador só está presente quando o capitalismo se efetiva de fato ao longo do transcurso histórico. Neste ponto, Marx destaca, no *Capítulo VI inédito de O capital*, que “[...] emerge um *modo de produção específico*, e não apenas tecnologicamente, *que transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho e as suas condições reais*” (Ibidem, p. 104). Outro aspecto fundamental, para o autor, é que “a subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário da absoluta” (Ibidem, p. 104).

O capitalismo, ao constituir-se de forma efetiva, ao imprimir a subsunção real do trabalhador, passa a se utilizar de inúmeros elementos que objetivam o aumento da produtividade e o aumento do montante de trabalho não pago apropriado pelo capitalista. Esse aumento de produtividade e de trabalho não pago, portanto, da mais-valia, ocorre, neste caso, sem estender a jornada de trabalho para além dos limites considerados normais em determinado contexto histórico, podendo-se denominar, assim, como uma mais-valia relativa. Marx aponta que a regulação das jornadas de trabalho, realizada inclusive como forma de não dizimar as futuras gerações de trabalhadores, contribuiu para a intensificação do trabalho no

tempo delimitado para cada jornada e, portanto, para a ampliação da mais-valia relativa (MARX, 2013a).

A mais-valia relativa está diretamente relacionada à transformação das forças produtivas em determinado tempo histórico, conforme se pode verificar em *O Capital*:

para fabricar dois pares de botas no mesmo tempo [em que se produzia um par de botas], a força produtiva de seu trabalho tem de ser duplicada, e ela não pode ser duplicada sem que se alterem seus meios de trabalho, ou seu método de trabalho, ou ambos. É preciso, portanto, que ocorra uma revolução nas condições de produção de seu trabalho [...] (MARX, 2013a, p. 389). (Inserção minha entre colchetes).

Torna-se evidente, para o autor, a necessidade de ampliar a força produtiva do trabalho como forma de ampliar a extração de mais-valia do trabalhador, na impossibilidade de ser ampliada a extensão da jornada de trabalho – por haver uma limitação física do trabalhador, e também em decorrência de conquistas históricas em relação ao limite da jornada de trabalho.

Os capitalistas, em sua atuação em sociedade, buscam de forma frenética a adoção de maquinarias para compor a força produtiva. Muitos dos motivos para a realização da produção a partir desses meios já começou a ser demonstrado anteriormente, todavia verifica-se ser pertinente aprofundar esta questão, visando discutir a geração da mais-valia relativa. Marx esclarece, em *O capital*, que “[...] o valor efetivo de uma mercadoria não é seu valor individual, mas seu valor social, isto é, ele não é medido pelo tempo de trabalho que ela de fato custa ao produtor em cada caso singular, mas pelo tempo de trabalho socialmente requerido para sua produção” (Ibidem, p. 392). A partir dessa relação social, o capitalista busca tanto aumentar a produtividade quanto diminuir o capital variável necessário para que cada produto seja produzido – podendo um fato estar implicado no outro. O uso da ciência e de novas técnicas tem um papel fundamental nesse processo, sendo que, ao produzir despendendo um valor social menor do que os demais produtores, o capitalista obtém uma mais-valia adicional.

Outro exemplo da participação, ou da forma de aplicação da ciência e da tecnologia na realidade produtiva, pode ser observada no fato de o capitalista procurar, sempre que possível, aumentar o capital constante em relação ao capital variável, bem como aumentar o máximo possível a mais-valia obtida nessa relação (o que Marx também denomina, em alguns textos, de produto líquido, apropriando-se de termos de economistas com quem debatia). Explicando de outra forma: o capitalista busca reduzir o trabalho vivo e os gastos com salário, utilizando-se, dentre outras coisas, do aumento contínuo do trabalho morto, do capital fixo,

bem como, desta forma, busca também elevar o volume de produtos produzidos – algo que geralmente ocorre quando o valor do trabalho já realizado, contido nos aparatos tecnológicos a serem adquiridos pelo capitalista, é menor do que o valor do trabalho vivo que deve ser substituído. Por outro lado, trabalhos muito degradantes, todavia que despendem um capital variável muito baixo, muitas vezes não são substituídos por máquinas, justamente pelo irrisório valor do capital gasto com esses trabalhadores⁵⁷. Desta forma, o capitalista procura ampliar a taxa de mais-valia obtida em relação ao montante de valor despendido com os salários e com o capital fixo. Essa forma de ação independe do trabalhador, dos seus interesses e condições de vida, como lembra Marx, o produto líquido: “[...] como fim último e supremo da produção, não é mais do que a expressão brutal, mas correta, do fato de que a alma que move a produção capitalista é a *valorização do capital* e, por isso, passando por cima do operário, a criação da mais-valia.” (MARX, 2004, p. 124). O trabalhador passa a ser um aspecto colateral, passa a ser um instrumento a serviço do capital, e assim atuará o capitalista, independente das consequências para o trabalhador e para a sociedade, que resultem da adoção ou não de determinada técnica produtiva.

É relevante observar também que, como o preço das mercadorias é formado por uma série de relações sociais, o que infere, portanto, na mais-valia apropriada pelo capitalista, é fundamental evidenciar que a adoção da ciência e de determinada técnica produtiva muitas vezes está vinculada à intenção de produzir valores de uso que tragam um diferencial em relação aos produtos produzidos pelos demais capitalistas. Ao serem produzidos novos valores de uso, que proporcionem valores sociais adicionais aos indivíduos – sejam benefícios materiais ou subjetivos e, inclusive, fetiches construídos socialmente – o capitalista obtém um “[...] mais-valor adicional [...]” (MARX, 2013a, p. 392; 393), presente em cada produto. Compreende-se que essa mais-valia adicional pode ser obtida tanto pelo aumento da produtividade da força de trabalho, reduzindo o *quantum* de trabalho necessário a ser transferido ao trabalhador para a sua própria subsistência, quanto ao acrescentar um valor adicional ao produto⁵⁸. Esta mais-valia adicional será obtida enquanto os novos produtos ou

⁵⁷ Em *O capital*, Marx menciona que a adoção de determinada estrutura produtiva está estritamente relacionada às relações sociais e, portanto, ao valor da força de trabalho, podendo determinada máquina, por exemplo, ser utilizada em um país e preterida em outro, em decorrência desse fator social (MARX, 2013a).

⁵⁸ Quanto maior for o valor de um produto, assim considerado socialmente, proporcionalmente menor será o quantitativo de trabalho despendido ao trabalhador para custear a si próprio e maior será a mais-valia obtida pelo capitalista.

práticas produtivas não se disseminarem na sociedade, momento em que se atinge novamente a produção com caráter socializado de determinado produto (MARX, 2013a).

Verifica-se uma grande possibilidade de movimentos da realidade, movimentos possíveis do capital, que estão relacionados com a mais-valia relativa. Ao mesmo tempo em que o capitalista pode ter um produto que apresente socialmente um valor elevado em decorrência da alteração no seu valor de uso, conforme foi elucidado, por outro lado, uma melhoria na capacidade produtiva, que gere uma ampliação na produtividade, pode levar o capitalista a reduzir o preço cobrado pela mercadoria, praticando um valor menor do que o valor social médio das mercadorias de determinado segmento. Essa redução no valor das mercadorias pode estar relacionada a um crescimento exponencial da produtividade, sendo necessário reduzir o preço das mercadorias para que o capitalista consiga comercializá-las. Mesmo assim o capitalista poderá obter uma mais-valia adicional, em comparação com a mais-valia social média de determinado segmento, tendo em vista estar produzindo com um valor ainda menor do que a média dos produtores. Esta lei da mais-valia relativa explica por que muitos produtores possuem como tendência reduzir o valor das mercadorias, sem, com isso, reduzir a geração total de mais-valia, conforme explicado por Marx, em *O Capital*:

o valor absoluto da mercadoria é, por si mesmo, indiferente para o capitalista que a produz, pois a este só interessa o mais-valor nela incorporado e realizável na venda. A realização do mais-valor traz consigo necessariamente a reposição do valor adiantado. Ora, como o mais-valor relativo aumenta na proporção direta do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ao passo que o valor das mercadorias cai na proporção inversa desse mesmo desenvolvimento, e como, portanto, o mesmo processo barateia as mercadorias e aumenta o mais-valor nelas contido, temos a solução do enigma de por que o capitalista, cuja única preocupação é a produção de valor de troca, esforça-se continuamente para diminuir o valor de troca das mercadorias [...] (MARX, 2013a, p. 394).

Marx demonstra, nesta passagem, que, a partir de uma elevação na força produtiva, ocorre uma elevação no total de produtos produzidos, possibilitando reduzir individualmente o valor de troca das mercadorias e, ao mesmo tempo, aumentar a mais-valia obtida pela quantidade total de produtos comercializados. Da mesma forma, pode ocorrer também a elevação da mais-valia obtida de cada produto individual.

A partir dos inúmeros elementos apresentados, é fundamental a observação de que, ao longo da transformação do capitalismo, a extração da mais-valia relativa está diretamente relacionada à subsunção real do trabalhador, e também ao uso da ciência e da tecnologia na realidade capitalista. Para além desses fatores, verifica-se que o conceito de mais-valia relativa, ao ser analisado a partir de uma perspectiva histórica e social de longo prazo, é muito

mais amplo que apenas o aumento das forças produtivas e a utilização da ciência e da tecnologia para a produção de novos produtos, visando ampliar diretamente a extração da mais-valia dos trabalhadores. Todos aqueles itens elencados anteriormente, tais como: os aspectos relacionados à “liberdade” do trabalhador na sociedade capitalista; a necessidade dele próprio se impingir a ampliar ao máximo a produção para não perder o emprego; a flexibilidade do trabalhador e a sua indiferença em relação às demandas do capitalismo; a sua autoprivação em relação ao salário recebido e a necessidade de sobrevivência nessas condições; a perda de qualquer vínculo do trabalhador com o capitalista; e o resultado do trabalho coletivo, socializado, que gera ao capitalista, proporcionalmente, um resultado muito maior do que aquele produzido em pequenas unidades produtivas, são elementos que compõem a formação da mais-valia relativa, bem como, dialeticamente, contribuem para a implantação de uma força de trabalho coletivizada – salienta-se que a própria força produtiva obtida pelo trabalho coletivo também proporciona uma mais-valia relativa –, que passa a revolucionar o modo de produção e a sociedade de forma geral.

Marx, em *O Capital*, observou que para a produção de mais-valia “por meio da transformação do trabalho necessário em mais-trabalho é absolutamente insuficiente que o capital se apodere do processo de trabalho tal como historicamente ele foi herdado ou tal como ele já existe, limitando-se a prolongar a sua duração” (MARX, 2013a, p. 389-390). A importância dessa temática, para Marx, pode ser vista na passagem a seguir, do *Capítulo VI inédito de O Capital*:

com a subordinação real do trabalho no capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário. Na subordinação real do capital aparecem no processo do trabalho todas as transformações (*changes*. Ing.) que anteriormente analisáramos. Desenvolvem-se as *forças produtivas sociais do trabalho* e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o *modo capitalista de produção*, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada da produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho. (MARX, 2004, p. 104-105).

Da análise do autor, cabe serem evidenciados os seguintes aspectos: vê-se essa transformação, essa forma modificada da produção material e também a transformação das relações sociais como fundamentais para a consecução e para reprodução do capitalismo. Outro ponto fulcral desta passagem de Marx é a possibilidade de uso da ciência a partir do

trabalho socializado em larga escala e, nesta relação, o uso da ciência como elemento material estruturante dessa transformação social e histórica, assim como constituída por essa realidade em transformação. Esse transcurso histórico e social e as transformações que citamos transformam também os indivíduos, porque os indivíduos têm as suas vidas transformadas acessando diretamente a ciência ou não, tendo em vista que a sociedade, ao ser transformada, de um modo ou de outro afeta a todos os indivíduos. Verifica-se, portanto, que é um processo uno a constituição do capitalismo, a produção e a utilização da ciência e de determinada tecnologia e a transformação dos indivíduos.

A produção pela produção, a produção que deve gerar exclusivamente valor de troca, logo, um *quantum* de valor apropriado pelo capitalista, já estava presente quando da subsunção apenas formal do trabalhador ao capital. Ao longo do transcurso histórico em direção a uma atuação efetivamente capitalista e à subsunção real do trabalhador, esse processo converte-se “numa condição necessária inclusivamente do ponto de vista tecnológico” (MARX, 2004, p. 105). Ou seja, converte-se num modo tecnológico próprio, necessário à subordinação real do trabalho ao capital e de ampliação da extração de mais-valia. Sintetiza-se, portanto, que, ao longo do transcurso histórico, a transformação da sociedade, dos indivíduos e a transformação produtiva, logo, transformações também científicas e tecnológicas, pressupõe alcançar uma subordinação real do trabalho e do trabalhador à atuação capitalista, assim como alcançar formas aperfeiçoadas de extração de mais-valia do trabalhador.

Salienta-se que todo o aparato social, portanto, também científico e tecnológico que compõe materialmente o capitalismo passa a subsumir, a conformar o trabalhador em direção a uma forma de atuar e de compreender o mundo. Todavia, se por um lado o trabalhador é conformado e subsumido pelo capitalismo, por outro ele também é cooptado por esse. Muitos dos trabalhadores e também produtores do meio rural, por exemplo, passam a considerar normal, e inclusive positivo, o uso de agrotóxicos e de adubos químicos – produtos originados dos conhecimentos científicos e que atendem a interesses de grupos específicos, gerando lucros relevantes para as indústrias capitalistas –, gerando, por sua vez, um modo social de produção e, também, de devida em sociedade, bastante específico. Ou, ainda, muitas vezes esse produtor se vê obrigado a adotar determinadas práticas científicas e tecnológicas, determinadas práticas de produção, para poder fazer circular os seus produtos como mercadorias, como, por exemplo, alcançando um determinado volume mínimo de produção e

despendendo apenas o trabalho socialmente necessário para que determinado produto seja realizado e viabilizado socialmente⁵⁹.

Algo imediatamente relacionado a essa discussão é que somente é produtivo para o capitalista aquele trabalho que produz mais-valia, que produz trabalho vivo sugado pelo proprietário do capital, portanto, o trabalho que serve de maneira direta ao capital como “[...] instrumento (*agency*. Ing) da sua *autovalorização*, como meio para a produção de mais-valia” (MARX, 2004, p. 109). Trata-se de algo fundamental a se compreender, tendo em vista que, a partir do alcance da forma capitalista de produção em praticamente todos os ramos produtivos, todo o trabalho e toda a produção da vida humana passa a estar restrito a produzir mais-valia, a produzir e a reproduzir os interesses dos capitalistas a partir deste objetivo, e, logo, todo o trabalho produtivo (para o capitalista) está a serviço de tensionar a sociedade a gerar desigualdade, tendo em vista o objetivo de gerar acúmulo de trabalho vivo não pago aos trabalhadores. Nesta discussão, é fundamental a compreensão de que Marx está definindo o que é produtivo para o capitalismo e para as relações capitalistas. Não está definindo o que é trabalho produtivo em geral para a humanidade e para a atuação do indivíduo no que se refere à essência humana.

Ao discutir o que é o trabalho produtivo, o autor salienta a importância de se compreender que, a partir da subordinação real do trabalho ao capital, não é o trabalhador individual que intervém no movimento do capital, no seu conjunto, “[...] mas sim, uma capacidade de trabalho socialmente combinada” (Ibidem, p. 110). Portanto, o que é produtivo para o capitalista relaciona-se ao trabalho realizado, que, no conjunto da atividade produtiva, gera mais-valia. Esse aspecto demonstra, reforça mais uma vez o capital como potência autônoma em relação ao trabalhador, bem como descortina os inúmeros trabalhadores

⁵⁹ Marx aponta que a subsunção real do trabalhador e a adoção da ciência e de determinada tecnologia em um setor do capitalismo tende a gerar uma disseminação dessas práticas e uma adoção tecnológica específica em diversos setores que se interligam, algo que se explica pela dinâmica da geração da mais-valia relativa e pelas relações sociais existentes no capitalismo, constituindo-se esse por uma imbricada relação de elementos e de agentes presentes na sociedade. Marx destaca, por exemplo, que “[...] a introdução de maquinaria num ramo arrasta consigo o mesmo fenômeno noutros ramos e, simultaneamente, noutros setores do mesmo ramo” (MARX, 2004, p. 106). Outro aspecto relevante é que o capitalismo busca aumentar continuamente as forças produtivas e a massa de produtos (o seu volume produzido) e, também, atua continuamente para diversificar as suas bases de atuação, alcançando os mais diversos ramos produtivos. Para Marx, “[...] só depois disso se desenvolve correspondentemente o *valor de troca* dos produtos: a esfera onde operam ou se realizam como *valor de troca*”. (Ibidem, p. 107). Esse aspecto demonstra que a produção capitalista, logo, a sociedade capitalista, necessita e atua em sua máxima capacidade somente a partir de uma imbricada relação social, de entrelaçamento entre setores produtivos, trabalhadores e compradores das mercadorias.

envolvidos nessa capacidade de trabalho socialmente combinada e a soma de esforços atuando no processo de geração da mais-valia:

[...] e, como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso de produtos – um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor (*manager*. Ing.), engenheiro (*engineer*. Ing.), técnico, etc. aquele como capataz (*over-looker*. Ing.), aqueloutro como operário manual ou até mesmo simples servente – temos que são cada vez em maior número as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito imediato de trabalho produtivo, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e de produção. (MARX, 2004, p. 110).

Não deixa de ser patente que esta soma de esforços, em que a divisão do trabalho e a desigualdade em relação aos diversos trabalhos desenvolvidos, bem como a maior ou menor alienação dos trabalhadores subordinados ao capital, são efeitos benéficos para este último, e também para a efetivação do trabalho socialmente combinado apropriado pelo capitalista. Por sua vez, a ciência e a tecnologia estão completamente relacionadas à capacidade de trabalho socialmente combinada e, portanto, às diferentes capacidades de trabalho empregadas na produção. Nesta discussão, no que tange à ciência e à tecnologia, verifica-se que é justamente a apropriação destas pelo capital, através do trabalho socialmente coletivo e, nessa relação, pela desigualdade de acesso a ambas, o que proporciona uma força socialmente combinada no âmbito do capitalismo, e também atende a esse – é geradora de mais-valia e reprodutora dessa forma de sociedade. A desigualdade social é imprescindível para a consecução do capitalismo, logo, também o acesso desigual à ciência e à tecnologia e aos seus respectivos conhecimentos. Evidentemente que não se trata da diversidade de atividades e de capacidades de trabalho em si e para si, mas da subsunção dos trabalhadores ao capital, não podendo esses usufruir de liberdade e, tanto individualmente quanto coletivamente, da transformação da realidade como essência humana, e também não podendo usufruir da riqueza social gerada ao longo da transformação histórico-social. Trata-se de uma realidade que lhes é imposta.

Por outro lado, é pertinente afirmar que diferentes atividades de trabalho, que atuam de forma combinada, devem continuar a existir, mesmo em uma sociedade revolucionada.

A força produtiva e a ciência e a tecnologia como forças autônomas ao trabalhador e que o constituem

Os diversos aspectos abordados até o momento, tais como a crescente ampliação do trabalho coletivizado, a formação de grandes aparatos produtivos, bem como a ampliação do uso da ciência e da maquinaria, se mostram como leis do capitalismo, e também um interesse dos capitalistas, realizado de forma intencional, tendo em vista proporcionar economia de valor em decorrência da produção em larga escala e da redução da necessidade de trabalho vivo, logo, ampliando a mais-valia apropriada pelo capitalista, assim como tratam-se de direcionamentos que também decorrem de uma imbricada relação entre os capitalistas. Essa força produtiva que se estrutura e que se amplia de forma quase monstruosa aos olhos dos trabalhadores, construída de forma histórica e social, não é vista por esses como uma força social que lhes é própria, como uma força do trabalho coletivo decorrente do conhecimento disperso e combinado dos trabalhadores – de todo modo, trata-se realmente de propriedade privada que se contrapõe aos trabalhadores.

Verifica-se que o capitalista passa a personificar, a representar o caráter social do trabalho coletivo, com todos os seus elementos:

a ciência, como produto intelectual geral do desenvolvimento social, apresenta-se assim como diretamente incorporada no capital (a aplicação da ciência no processo material de produção, como ciência separada do saber e da destreza dos operários considerados individualmente), – na medida em que a usufrui o capital que se defronta com o trabalho, na medida em que opera como força produtiva do capital que se defronta com o trabalho, apresenta-se como *desenvolvimento do capital*, e isso tanto mais quanto, para a grande maioria, esse desenvolvimento corre a par com o dispêndio de capacidade de trabalho. (MARX, 2004, p. 126).

É relevante que, para Marx, tanto a produção da ciência quanto o seu uso massivo na produção são o produto intelectual do desenvolvimento social, portanto, uma consequência do trabalho coletivizado, sendo algo que foi alcançado no processo de constituição da sociedade capitalista. Por outro lado, dialeticamente, é preciso salientar que a ciência também foi um alicerce da formação desse trabalho coletivizado e desse modo de sociedade e de produção.

Para o autor, o trabalhador compreende essa lógica social e produtiva como algo inerente ao capitalista individual, que está incorporada ao modo de produção capitalista e à sociedade em que vive e, portanto, sendo uma força autônoma a ele. É relevante que Marx busca constantemente trazer à discussão os componentes dessas forças sociais, desmistificando-as, desfetichizando-as. Se por um lado um determinado contexto social e histórico concebeu essas forças, subjugando os trabalhadores a serviço de interesses muito restritos, de outro lado essas forças produtivas e esse desenvolvimento intelectual disponível na sociedade não são um produto do capitalista; é, antes, um produto social, devendo,

portanto, ser apropriado coletivamente pelos indivíduos em uma realidade social revolucionada.

Seguindo o transcurso de análise que vem sendo adotado, apresenta-se uma citação mais longa do *Capítulo VI inédito de O capital*, pela sua relevância. Nesta citação, Marx detalha que a constituição do capitalismo se apresenta de fato como uma força autônoma em relação ao trabalhador, e que o processo de produção de valor e de apropriação de mais-valia tem como uma das principais funções, a subsunção do trabalhador; especifica ainda o autor que a ciência e a tecnologia estão completamente relacionadas aos elementos constitutivos do capital, e também estão ligadas à subsunção dos trabalhadores:

[...] a unidade coletiva na cooperação, a combinação na divisão do trabalho, a utilização das forças naturais e das ciências, dos produtos do trabalho como *maquinaria*, tudo isso se contrapõe aos operários individuais, de forma autônoma, como um *ser alheio, objetivo, que lhes pré-existe*, que está ali sem o seu concurso e amiúde contra o seu concurso, como meras formas de existência dos *meios de trabalho* que os *dominam* e são independentes deles, na medida em que essas formas (são) *objetivas*. E, na medida em que a oficina coletiva se acha formada pela própria combinação dos meios de trabalho, a inteligência e a vontade dessa oficina encarnadas pelo capitalista ou seus representantes (contrapõe-se-lhes) como *funções* do capital que vive no capitalista. As formas sociais do seu próprio trabalho – subjetiva e objetivamente – ou a forma do seu próprio trabalho social, constituem relações que se formaram com independência total em relação aos operários individualmente considerados; estes, na medida em que se encontram subsumidos no capital, convertem-se em elementos dessas formações sociais, que, contudo, não lhes pertencem. Essas formações sociais contrapõem-se-lhes, pois, como formas do próprio capital, como combinações que – ao contrário da sua capacidade de trabalho dispersa – pertencem ao capitalista, surgem dele e nele se incorporam. E isto reveste formas tanto mais reais quanto mais, por um lado, a sua própria capacidade de trabalho é de tal modo modificada por essas formas que a mesma, na sua autonomia – isto é, à margem desse contexto capitalista – se torna impotente e a sua capacidade produtiva independente se quebra; e, por outro lado, graças ao desenvolvimento da maquinaria, as condições de trabalho também aparecem como dominando o trabalho do ponto de vista tecnológico e, simultaneamente, substituem-no, oprimem-no, tornam-no supérfluo nas suas formas autônomas. Nesse processo, no qual as características sociais do seu trabalho se contrapõem aos operários de maneira, por assim dizer, *capitalizada* – tal como, por exemplo, no maquinismo os produtos visíveis do trabalho aparecem como dominadores do mesmo – o mesmo acontece desde logo com as forças naturais e a ciência – o produto do desenvolvimento histórico igual na sua quintessência abstrata –, que se defrontam com os operários como *poderes* do capital. (MARX, 2004, p. 127-128).

As forças produtivas, que são propriedade do capitalista, se contrapõem ao trabalhador, que compreende essas como algo fantasmagórico, que lhe afronta, mas, por outro lado, essa afronta, essa dominação, também é objetiva, também existe de fato. Como

menciona o autor, são funções do capital e são forças produtivas que estão a serviço do capital; por sua vez, são forças que se opõem ao trabalhador, sendo que o capital – com todos os seus componentes – e o trabalhador estão em lados opostos, algo que se buscou explicitar ao longo do texto.

Quando o indivíduo, quando o trabalhador se coloca na sociedade, esse já encontra uma realidade social e produtiva em movimento, historicamente formada. Tem a sua constituição subjetiva formada nesse contexto, bem como tem a sua conformação social e enquanto trabalhador realizada pela desigual arquitetura social, e também pela estrutura produtiva posta, convertendo-se o próprio trabalhador em elemento dessa formação social e produtiva. Como menciona Marx, tanto mais, que o próprio aparato tecnológico o torna subsumido ou supérfluo na realidade produtiva. É relevante, nesta discussão, observar que o autor assim compreende essas relações entre o capital e o trabalho a partir do trabalhador individualizado: “[...] aos operários individualmente considerados” (MARX, 2004, p. 127). Este último aspecto é fundamental na análise aqui realizada, sob a perspectiva de transformação dessa realidade, evidenciando que a própria superação da sociedade capitalista também deverá ser uma conquista histórica obtida de forma cooperada. Da mesma forma, os elementos abordados por Marx nesta citação, ao mencionar, por exemplo, que a autonomia do trabalhador é totalmente perdida, que esse se torna impotente e a sua capacidade produtiva independente se quebra, reforça os argumentos construídos no capítulo anterior, de que, em uma sociedade revolucionada, o trabalho realizado individualmente e também de forma cooperada deve ser algo próprio ao indivíduo, realizado com toda a sua plenitude, atendendo o indivíduo, o grupo de trabalhadores que coopera e a sociedade como um todo.

Algo que fica claro nas passagens de Marx é que a ciência e a tecnologia adotada neste momento histórico estão a serviço do capital, e são fundamentais para construir a monumental força produtiva e social que também está a seu serviço. Quanto mais amplas se tornam as forças produtivas sob o capitalismo e a ciência e a tecnologia que dessas forças participam de forma indivisível, mais subsumido torna-se o trabalhador, sendo que a ciência e a tecnologia em uso, em grande medida, estão a serviço do capital, e este último, por sua vez, efetiva de maneira geral uma trajetória de ampliação da subsunção real do trabalhador e de sua alienação. Portanto, o capital, com todos os seus elementos, se apresenta como um poder

externo, como sendo uma força autônoma, que torna o trabalhador um indivíduo enfraquecido frente à realidade que se defronta a ele⁶⁰.

Vê-se que, nas forças produtivas com que o trabalhador se defronta, ocorre uma separação “[...] da habilidade e do saber do operário individual [...]” (MARX, 2004, p. 128), que passam a se efetivar socialmente na consecução produtiva, bem como os produtos do trabalho “[...] aparecem por sua vez como incorporados no capital [...]” (Ibidem, p. 128)⁶¹.

[...] *na máquina*, a ciência realizada apresenta-se face aos operários como *capital*. E, na realidade, toda essa utilização da ciência, das forças naturais e produtos do trabalho em grandes massas, utilização fundada no *trabalho social*, aparece face ao trabalho apenas como *meios de exploração* do trabalho, como meios de apropriação do sobretalho e, portanto, como forças pertencentes ao capital. (MARX, 2004, p. 128).

[...] o *meio de trabalho*, sob seu aspecto material, perde sua forma imediata e se defronta materialmente com o trabalhador como *capital*. O saber aparece na maquinaria como algo estranho, externo ao trabalhador; e o trabalho vivo é subsumido ao trabalho objetivado que atua autonomamente. O trabalhador aparece como supérfluo desde que sua ação não seja condicionada pelas necessidades [do capital]. (MARX, 2011a, p. 582).

Ao adentrarem nessa realidade, os trabalhadores tornam-se reificados, passam a ser objetos, instrumentos a serviço da produção, produzem produtos em geral, produzem mais-valia, ademais, passam a compreender a ciência e a tecnologia desse tempo histórico como de fato elas se apresentam na realidade produtiva, como elas lhe afetam, sendo forças alheias a serviço da exploração. Portanto, não se trata de um trabalho social que está a serviço de quem o produz; apresenta-se, antes, como o inverso. Assim como os meios de trabalho, os produtos do trabalho e também a própria atividade do trabalho – o trabalhar – se separam do

⁶⁰ No *Grundrisse*, Marx dá destaque a estas questões ao mencionar que “[...] a tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria. Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe materialmente ao trabalho vivo como o poder dominante e como subsunção ativa deste a si, não só por meio da apropriação do trabalho vivo, mas no próprio processo real de produção; a relação do capital como valor que se apropria da atividade valorizadora é posta no capital fixo, que existe como maquinaria, ao mesmo tempo como a relação do valor de uso do capital com o valor de uso da capacidade de trabalho; o valor objetivado na maquinaria aparece, ademais, como um pressuposto, diante do qual o poder valorizador da capacidade de trabalho individual desaparece como algo infinitamente pequeno; [...]” (MARX, 2011a, p. 581-582).

⁶¹ Marx destaca, inclusive, que na maioria das vezes nem o capitalista compreende os princípios científicos presentes em determinada estrutura tecnológica, apesar de estarem a serviço deste (MARX, 2013a). Na realidade atual, trata-se de conhecimentos desenvolvidos por centros de pesquisa, por órgãos governamentais, ou pesquisadores ligados a empresas, que desenvolvem meios de produção posteriormente apropriados pelos capitalistas, bem como são conhecimentos que são próprios de parcela específica dos trabalhadores que compõem a ampla divisão do trabalho. Estes aspectos evidenciam que o capitalismo age por inúmeras relações, meios e agentes sociais.

trabalhador, também a ciência e a estrutura tecnológica se separam do trabalhador no transcorrer da sua atividade e no viver em sociedade.

Marx destaca, em inúmeras passagens, que o capital é a personificação e o representante, “[...] forma objetivada das “forças produtivas sociais do trabalho” ou das forças produtivas do trabalho social” (MARX, 2004, p. 129), incluindo o trabalhador, que passa a fazer parte deste conjunto, dessa força produtiva, quando participa do movimento de reprodução do capital. De maneira alusiva, pode-se dizer que o trabalhador passa a compor uma grande máquina produtiva, que se apresenta como propriedade do capital – logo, o trabalhador também passa a ser propriedade do capital. Seguindo o raciocínio realizado no parágrafo anterior, poderíamos dizer que, inclusive, o trabalhador se separa de si mesmo, apesar de ser ele próprio, ou seja, de assim se constituir nessa realidade social.

Enquanto o capital representa, frente aos trabalhadores, a força produtiva social do trabalho, por outro lado, para o capital, o trabalho produtivo é apenas trabalho dos operários dispersos (MARX, 2004). Trata-se de aspecto fundamental a ser compreendido para que ocorra o enfrentamento dessa realidade, visando a sua transformação.

Neste contexto, a possibilidade de o trabalhador sair sozinho e de forma individualizada dessa realidade se apresenta, metaforicamente, como esse mesmo se puxando pelos próprios cabelos para fora dessa realidade⁶². Salienta-se que o trabalhador se constitui objetiva e subjetivamente nessa realidade. Porém, Marx e também Engels não compreendem que existe um salvador externo aos trabalhadores, dotado de um saber excepcional sobre a realidade, que traga soluções também excepcionais. O autor compreende sim que a transformação da realidade social é fruto da própria atuação dos trabalhadores⁶³.

Além do que o capital representa socialmente e do caráter muitas vezes pernicioso do processo produtivo, e também da produção da vida do trabalhador nesse contexto, no seu caráter dual, os produtos do trabalho são valores de uso, bens e serviços que são utilizados/consumidos pelos indivíduos, ou por parte desses – o que enubla ainda mais a

⁶² Metáfora retirada das histórias escritas pelo barão de Munchausen.

⁶³ Essa compreensão pode ser evidenciada na seguinte passagem do *Manifesto do partido comunista*, em que Marx e Engels discutem as pretensões dos comunistas utópicos: “como o desenvolvimento dos antagonismos de classes acompanha o desenvolvimento da indústria, não distinguem tampouco as condições materiais da emancipação do proletariado e põem-se à procura de uma ciência social, de leis sociais que permitam criar essas condições. Substituem a atividade social por sua própria imaginação pessoal; as condições históricas da emancipação por condições fantásticas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe por uma organização da sociedade pré-fabricada por eles. A história futura do mundo se resume, para eles, na propaganda e na execução prática de seus planos de organização social” (MARX; ENGELS, 2010, p.66). Trata-se de uma importante passagem de Marx e Engels, todavia, também é preciso ser contextualizada, adequadamente compreendida, para não se incorrer em leituras deterministas.

compreensão de toda essa lógica social pelos trabalhadores. Em decorrência da transformação social que ocorre ao longo do transcurso histórico, evidentemente, são produtos carregados de ciência e da tecnologia disponível em determinado momento histórico. Esses valores de uso, ou parte deles, podem ser considerados conquistas históricas obtidas pelo trabalho socializado; todavia, vê-se que a grande maioria da população possui uma vida extremamente parca, destituída das riquezas produzidas pela humanidade, quando não encontram-se em completa miséria, não conseguindo vender qualquer capacidade de trabalho por não existirem compradores, ou mesmo em decorrência da forma como a sociedade é organizada, que não possibilita aos indivíduos obterem capacidades de trabalho socialmente necessárias ao capital – estando o capitalismo universalizado na realidade atual. Vê-se, desta forma, que a separação do trabalhador em relação aos produtos produzidos também é fundamentalmente uma separação econômica, em decorrência, uma separação em que o trabalhador, constituinte das forças sociais em curso, não usufrui das conquistas históricas produzidas por essas mesmas forças sociais e pela humanidade como um todo.

A partir do conjunto de elementos abordados, faz-se relevante trazer a passagem a seguir de Marx, presente no *Capítulo VI inédito de O Capital*, pelo fato de o autor expressar, nesta citação, o constante caráter contraditório da realidade e o constante movimento dialético dessa, algo fundamental para se apreender a realidade em um maior nível de concretude:

a transposição das forças produtivas sociais do trabalho em propriedades objetivas do capital, ganhou a tal ponto terreno na imaginação que as vantagens da maquinaria, da aplicação da ciência, etc., se concebem nesta forma *alienada* como forma *necessária* e, portanto, tudo isto como *propriedades do capital*. O que aqui serve de base é: 1) a forma sob a qual se apresenta a questão, com base na produção capitalista e, portanto, também na consciência daqueles que nela estão implicados; 2) o fato histórico de que pela primeira vez e diversamente dos modos de produção anteriores, este desenvolvimento tem lugar no modo de produção *capitalista*, pelo qual o caráter *antitético* deste desenvolvimento parece imanente ao mesmo. (MARX, 2004, p. 131). (Grifo meu na passagem com sublinhado).

Parece cristalino, para o autor, que a aplicação da ciência, o uso da maquinaria, como forma de produzir mais-valia, resultando no atendimento restrito do interesse dos capitalistas, é algo a ser combatido, não sendo necessário ter uma produção social nestes moldes. O autor expõe as formas como a ciência e a força produtiva atuam na realidade capitalista, e também as consequências de todos estes elementos para a vida e para a formação da consciência do trabalhador.

Para o autor, esse caráter que vem sendo apresentado é próprio do capitalismo, lhe é imanente, com todas as contradições resultantes, não sendo algo encontrado em sociedades

anteriores – ao mesmo tempo em que se realiza o trabalho, esse também é a sua própria negação; ao mesmo tempo em que a ciência e o aparato tecnológico são forças sociais, possibilidades históricas, também são fonte de degradação, de subjugação do ser humano.

Evidencia-se, também, a partir desta discussão, dois aspectos fundamentais que vêm sendo identificados: a ciência e a maquinaria como componentes da força produtiva e de transformação da realidade humana, como forças sociais – que compõem e que são fundamentais para a sociedade capitalista, constituintes desta; e a relevante participação de ambas na constituição da consciência dos trabalhadores.

As forças sociais a serviço do capitalismo e o próprio capitalismo como uma força social

Se no tópico anterior abordou-se em especial a relação do trabalhador com as forças produtivas, com a ciência, com a maquinaria, e também com o próprio capitalismo, por sua vez, neste tópico, busca-se inverter esta análise; portanto, traz-se, numa perspectiva dialética, a relação do capitalismo e, de forma mais específica, do capitalista, com a ciência e a tecnologia, e também com os trabalhadores.

Inúmeros aspectos que têm sido abordados ao longo deste capítulo demonstram que o capitalismo se constitui a partir de inúmeras forças sociais que estão a seu serviço; por outro lado, verifica-se também que o próprio capitalismo se apresenta como uma força social constituída a partir de inúmeros elementos – que são componentes da sociedade. No *Grundrisse*, Marx evidencia, de forma bastante específica, que a força coletiva do trabalho, seu caráter como trabalho social, assim como a ciência, são forças do capital (MARX, 2011a). Aspecto fundamental, amplamente reforçado por Marx, é que uma parte relevante dessa força produtiva e também social, que está a serviço do capitalismo, que lhe serve, é composta pelo capital fixo, portanto, também pela ciência e pela tecnologia objetivadas socialmente:

o desenvolvimento do meio de trabalho em maquinaria não é casual para o capital, mas é a reconfiguração do meio de trabalho tradicionalmente herdado em uma forma adequada ao capital. A acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é desse modo absorvida no capital em oposição ao trabalho, e aparece conseqüentemente como qualidade do capital, mais precisamente do capital fixo, na medida em que ele ingressa como meio de produção propriamente dito no processo de produção. A *maquinaria* aparece, portanto, como a forma mais adequada do *capital fixo*, e o capital fixo, na medida em que o capital é considerado na relação consigo mesmo, como a forma *mais adequada do capital de modo geral*. [...] na medida em que a maquinaria se desenvolve com a acumulação

da ciência social, da força produtiva como um todo, o trabalho social geral não é representado no trabalhador, mas no capital. A força produtiva da sociedade é medida pelo capital fixo, que existe nele em forma objetiva e, inversamente, a força produtiva do capital se desenvolve com esse progresso geral de que o capital se apropria gratuitamente. (MARX, 2011a, p. 582).

Ao longo de uma trajetória histórica, o capitalismo busca se desvencilhar da dependência que possui do trabalhador, reduzindo continuamente a autonomia deste último, exteriorizando a relação do trabalhador com o trabalho que realiza e com a realidade produtiva como um todo. Busca também intensificar a atuação do trabalhador, ampliando ao máximo a extração de mais-valia e a sua acumulação. Trata-se de elementos que compõem a alienação do trabalhador. A ciência e a tecnologia presentes em determinado tempo histórico, compondo a força produtiva e sendo elas próprias forças sociais, desempenham um papel especial nesse processo⁶⁴.

Os capitalistas, e de maneira ampla o capitalismo, que se constitui como uma complexa totalidade de elementos e de relações, se apropria das forças sociais disponíveis na sociedade, colocando-as a seu serviço. Forças sociais que também são criadas pelo capitalismo para estarem a seu serviço, criadas para si, cabe salientar.

Marx, ao apontar que, cada vez mais, na composição da força produtiva, o trabalhador individual deixa de ser o elemento preponderante, expõe uma aparente contradição envolvida nesta questão, tendo em vista que tudo é produzido pelos trabalhadores, sendo que o trabalho é um dos principais constituintes da sociedade e dos seres humanos, algo muito claro e relevante para Marx – trata-se de algo objetivo, efetivado na realidade. Entretanto, a redução das capacidades e das possibilidades dos trabalhadores individuais frente à produção, no atual período histórico, também é algo efetivo, objetivo. Essa

⁶⁴ A ciência e a tecnologia estão amplamente presentes na obra de Marx. Em inúmeras passagens, o autor as discute a partir das relações que possuem com a força produtiva. Todavia, compreende-se que, nas obras do autor, a ciência e a tecnologia também são, elas mesmas, forças sociais, independentemente das forças produtivas. Inúmeros aspectos demonstram isso, como: o conhecimento social e histórico, presente no cérebro coletivo e também objetivado, é uma força social presente em determinado tempo histórico, independente da sua aplicação produtiva (independente desta categoria e também da prática social objetiva); a cultura e a forma de viver em determinado tempo histórico, permeadas pela ciência e pela tecnologia, da mesma forma é uma força social – a ciência e a tecnologia se expressando na cultura e no modo de vida; a ciência e a tecnologia como possibilidades de compreensão da realidade em um maior nível de concretude, também é algo objetivo para além das forças produtivas. Pode-se verificar que a força produtiva e a ciência e a tecnologia possuem uma relação muito estreita, estando permeadas ao longo do transcurso histórico, uma estando vinculada à outra. Entretanto, não significa que precisam ser compreendidas como uma coisa só, apenas como uma única categoria, e, portanto, que socialmente seja um único elemento social. Esta compreensão primeira não implica que o capitalismo não direcione e controle a produção e a utilização da ciência e da tecnologia para além dos seus usos na composição da força produtiva, não significa que não controle essas forças sociais; muito pelo contrário, trata-se de forças sociais muito relevantes para o capitalismo.

contradição, ou aparente contradição, se explica pelo fato de se tratar cada vez mais de forças sociais, tanto objetivadas, em decorrência de a produção ser realizada a partir de amplas e complexas estruturas produtivas, bem como realizada de forma socializada/coletivizada e, também, por ser uma força produtiva presente no cérebro social, nos conhecimentos dispersos e, ao mesmo tempo, combinados, e ainda, que se faz nas relações e no viver do conjunto da sociedade. Nesse sentido, a divisão social do trabalho e do conhecimento, que é amplamente desigual, tem uma função fundamental nesse processo. Da mesma forma, essa aparente contradição relaciona-se à necessidade de amplo acúmulo de valores para se colocar em movimento produções realizadas de forma coletivizada, ou seja, o trabalhador tem cada vez menos capacidade de atuar individualmente na sociedade, tal como ela está constituída. Portanto, só se compreende esta questão, esta relação, ou seja, a perspectiva histórico-antropológica do trabalho como constituinte da realidade social, como o que tudo transforma, e, por outro lado, o trabalho na sociedade atual esvaziado de sentido e o trabalhador como um componente social enfraquecido, ao se compreender a realidade em uma perspectiva de totalidade, e, por sua vez, compreendendo-se também essa totalidade sendo constituída em constante movimento dialético com a realidade particular e singular.

Os diversos elementos que vêm sendo apresentados, que estruturam a sociedade na sua complexidade, que são conformadores dessa, constroem o capitalismo como uma poderosa força social – cita-se, a título de exemplo, os seguintes componentes da força produtiva como constituintes desta força social: a redução da necessidade de trabalho vivo a um mínimo, em relação ao volume de produção alcançado; a força produtiva ser a representação histórica do próprio capital, portanto, subsumindo o trabalhador de forma ampliada ao longo do transcurso histórico, assim como reificando o trabalhador, faz com que esse se torne um instrumento produtivo; o conhecimento social aparece frente ao trabalhador, em grande medida, na forma de maquinaria, como algo não compreensível, que lhe é estranho e lhe torna enfraquecido individualmente e socialmente; no âmbito das consciências, o capitalismo atua na constituição das consciências por inúmeras formas, inclusive por possuir a propriedade dos meios de produção e das riquezas historicamente construídas. Observa-se, ainda, que, além de ser uma força produtiva que o capitalismo detém, sendo sua propriedade privada, também é uma força produtiva constituída para subjugar o trabalhador, criada também com esta finalidade.

Neste processo de constituição da realidade social, ou, falando de outra forma, nestas forças sociais que estão a serviço do capitalismo, a ciência e a tecnologia se mostram tão importantes para Marx como componentes de constituição e de reprodução do capitalismo,

que o autor menciona que o grau de eficácia ou de intensidade do capital fixo indica o grau de desenvolvimento que atingiu o próprio capitalismo, “[...] como o poder sobre o trabalho vivo, e em que submeteu a si o processo de produção como um todo” (MARX, 2011a, p. 583).

Portanto, o desenvolvimento pleno do capital só acontece – ou o capital só terá posto o modo de produção que lhe corresponde – quando o meio de trabalho é determinado como *capital fixo* não só formalmente, mas quando tiver sido abolido em sua forma imediata, e o *capital fixo* se defrontar com o trabalho como máquina do processo de produção; quando o processo de produção em seu conjunto, entretanto, não aparece como processo subsumido à habilidade imediata do trabalhador, mas como aplicação tecnológica da ciência. Por isso, a tendência do capital é conferir à produção um caráter científico, e o trabalho direto é rebaixado a um simples momento desse processo. Como a transformação do valor em capital, o exame mais preciso do desenvolvimento do capital mostra que, por um lado, ele pressupõe um determinado desenvolvimento histórico das forças produtivas – dentre estas forças produtivas, também a ciência –, por outro lado, as impulsiona e força. (Ibidem, p. 583).

Ao ter a ciência como elemento, dentre outros aspectos, de organização e de objetivação da força produtiva mais avançada, e também de apropriação dos conhecimentos dos trabalhadores e, portanto, de transformação da realidade – a ciência direcionada para atender aos interesses do capitalismo –, se constitui um arcabouço de elementos voltados à subsunção do trabalhador e de domínio do trabalhador pelo capital. É constituído um processo de domínio e de controle de muitos por poucos, de uma elite hegemônica que controla praticamente a totalidade da sociedade. Novamente cabe reiterar: são aspectos que se constituem como forças do capital. São elementos inerentes à constituição do capitalismo. Esse movimento histórico é o próprio capitalismo se fazendo em movimento.

Por outro lado, Marx identifica ser tão importante a transformação da realidade econômica no contexto histórico da sociedade capitalista e da realidade material e objetiva de uma maneira abrangente, ou, em outros termos, da natureza social e humana constituída e das suas relações, que compreende que o crescimento e a transformação da força produtiva e das demais forças sociais, em conjunto com a insustentabilidade das relações capitalistas – relações em especial entre o capital e o trabalhador –, fazem surgir os elementos para a dissolução da própria sociedade capitalista, direcionando para o revolucionamento da sociedade. A título de exemplo, Marx menciona, no *Grundrisse*, que, em decorrência dessas transformações, “o capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção” (MARX, 2011a, p. 583).

Na passagem citada a seguir, do *Grundrisse*, Marx faz praticamente um manifesto sobre por que as contradições do capitalismo, envolvendo as forças produtivas, a ciência, a

tecnologia e o trabalho, são insustentáveis na sociedade capitalista, devendo resultar na transformação da realidade social. Destaca o autor, também, quais são as possibilidades para a sociedade a partir da queda do capitalismo.

Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O *trabalho excedente da massa* deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza em geral, assim como o *não trabalho dos poucos* deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica, etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais – ambos aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado. De fato, porém, elas constituem as condições materiais para fazê-lo voar pelos ares. “Uma nação é verdadeiramente rica quando se trabalha 6 horas em lugar de 12. A riqueza não é o comando sobre tempo de trabalho excedente (riqueza real), mas *tempo disponível* para *cada indivíduo* e toda a sociedade para além do usado na produção imediata.”⁶⁵ A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade na natureza. Elas são *órgãos do cérebro humano criados pela mão humana*; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio *força produtiva imediata* e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos das práxis social; do processo real da vida. (MARX, 2011a, p. 588-589).

⁶⁵ Citação de Marx proveniente da publicação: *The source and the remedy of the national difficulties* (Londres, 1821, p. 6).

Em relação à passagem final desta citação, poder-se-ia dizer: até que ponto o ser humano se tornou ser humano, se tornou ser social? Até que ponto foram criados “órgãos” sociais pelo cérebro humano, criados pela mão humana, e até que ponto o cérebro humano é criado pela mão humana? Todavia, para Marx está claro que todo o potencial que o ser humano alcançou, todo o seu processo de humanização, é cerceado do próprio ser humano na sociedade em curso. Trata-se de um potencial utilizado para fins muito específicos, visando atender interesses de grupos restritos.

Em uma perspectiva de transformação social, de uma sociedade que tem premente ser profundamente transformada de forma qualitativa, Marx verifica os limites do capitalismo, em que, ao se utilizar de uma força produtiva que continuamente reduz a necessidade de trabalho vivo, que está baseada, em grande medida, em forças produtivas objetivadas e também disponíveis de forma social, como um cérebro social; por outro lado, de forma conflitante, tem estruturado e condicionado o seu processo de reprodução na extração de mais-trabalho e no acúmulo desse, como gerador de riquezas; desta forma, o capital é a própria contradição: quanto menos se utiliza do trabalho vivo, ao utilizar-se de forças sociais materiais, objetivadas, mais restringe e intensifica a sua forma social pautada na extração de mais-trabalho, de mais-valia, sendo premente, portanto, serem constituídas outras relações sociais e também outras práticas de produção.

A partir dos elementos que estão sendo apresentados, verifica-se que a força produtiva controlada pelo capitalismo, o que inclui a ciência e a tecnologia, e também a própria ciência e a tecnologia como forças sociais, possuem um papel fundamental para Marx, tanto na constituição do capitalismo, no seu modo de atuar em sociedade, quanto para a dissolução do próprio capitalismo. Tanto que um dos questionamentos que aparecem a partir desta pesquisa é a possível compreensão de Marx de que a própria realidade se autotransforma a partir da transformação da realidade material e das contradições daí inerentes, ou, mais especificamente, de que a realidade material que se constitui historicamente gera o autorrevolucionamento da sociedade, um revolucionamento que praticamente é independente das escolhas individuais e coletivas, ou, então, tratando-se de escolhas e atividades humanas que são praticamente automáticas frente à realidade que se apresenta, portanto, não levando em conta a complexidade da constituição humana, que pode chegar a considerar, por exemplo, a título de expressão da realidade, que o autossufrimento, o sofrimento do ser humano na Terra, pode ser uma provação ou uma dádiva divina e, nesta mesma relação, não se observando adequadamente a capacidade do capitalismo e da sociedade atual como um todo de conformar os seres humanos e as suas consciências.

Em relação a esta última questão, aparentemente o autor se utiliza de uma dialética restrita, que alcança certo ponto, tendo limitações em relação à constituição das consciências dos indivíduos e a respectiva atuação desses na transformação social. Trata-se de aspectos que serão abordados no próximo tópico, visando ampliar a discussão desta questão e buscando a sua melhor elucidação.

A realidade como transformadora da própria realidade?

As forças do capitalismo são compostas por muitos elementos, entretanto a composição e o movimento da força produtiva, a sua utilização como valor em movimento, possuem uma relevância especial para Marx. Dentre os vários aspectos já discutidos, cabe reforçar que essa força atua de forma estruturante no processo de extração e acumulação de mais-valia, na alienação do ser humano pelo ser humano, e também no direcionamento da sociedade e na consecução do domínio de uma elite hegemônica sobre a maior parte da sociedade. Um segundo eixo de análise, mas não menos importante, é a compreensão de Marx de que a força produtiva e, de maneira mais abrangente, as relações econômicas como um todo, possuem uma contribuição fundamental na transformação da própria sociedade capitalista, inclusive no sentido da superação dessa forma de sociedade. Todavia, considera-se que, em muitos textos, o autor se aproxima de ultrapassar um limiar na análise sobre a função histórica do capitalismo e sobre a força produtiva presente nessa sociedade – para além do caráter dialético das análises que Marx faz sobre o significado do capitalismo para a sociedade – compreendendo o autor, por exemplo, que a transformação da força produtiva sob o capitalismo se apresenta como um contexto histórico necessário para o ser humano alcançar a liberdade, e, também, de que as transformações da realidade social e a força produtiva a serviço do capitalismo poderiam levar, praticamente de forma automática, a um processo de revolucionamento da sociedade.

Estes aspectos já foram, em parte, discutidos no capítulo anterior, quando foi abordado, por exemplo, o questionamento da revolucionária russa *Vera Ivanovna Zaslitch* a Marx, em relação à necessidade de se implantar o capitalismo na Rússia ou não, como uma etapa para se construir uma sociedade comunista, e, da mesma forma, quando se discutiu a tese três do texto conhecido como as *Onze Teses sobre Feuerbach*. Todavia, trata-se de uma discussão que emerge novamente quando se analisa de forma mais específica as obras mais

tardias de Marx, bem como em decorrência do que se considera como uma aproximação do autor ao que se pode designar como sendo um determinismo materialista, aspecto importante a ser analisado.

Para iniciar esta discussão, apresenta-se uma passagem do *Capítulo VI inédito de O Capital*, escrito entre 1863 a 1867, em que Marx fala do capitalismo como um momento de transição necessário à busca de outra sociedade:

a dominação do capitalista sobre o operário é, por conseguinte, a dominação da coisa sobre o homem, a do trabalho morto sobre o trabalho vivo, a do produto sobre o produtor, já que, na realidade, as mercadorias, que se convertem em meios de dominação sobre os operários (porém apenas como meios de dominação do *capital*) não são mais do que simples resultados do processo de produção, do que produtos do mesmo. Na produção material, no verdadeiro processo da vida social – dá-se exatamente a mesma relação que se apresenta na *religião*, no terreno ideológico: a conversão do sujeito em objeto e vice-versa. Considerada *historicamente*, esta conversão aparece como o momento de transição que é necessário para impor, pela violência e a expensas da maioria, a criação da riqueza enquanto tal, quer dizer, o desenvolvimento inexorável das forças produtivas do trabalho social, única base material de uma sociedade humana livre. É necessário atravessar esta forma antitética, tal como a princípio o homem tem que atribuir uma forma religiosa às suas faculdades intelectuais, como poderes independentes que com ele se defrontam. (MARX, 2004, p. 55-56).

Alguns pontos merecem destaque, inicialmente, sobre esta importante passagem. Menciona o autor que a dominação do capital sobre os trabalhadores é simplesmente o resultado do processo de produção, é um dos produtos da produção capitalista, tratando-se de algo inerente a essa forma de produção. A dominação do capitalista é a dominação da realidade material sobre os trabalhadores. Nessa relação, o ser humano passa a ser compreendido como objeto no processo produtivo, e os objetos adquirem o caráter de seres vivos, aspectos que também compõem a análise do autor sobre o processo de alienação do trabalhador sob a realidade capitalista.

Outro ponto fundamental desta passagem é a leitura do autor sobre a necessidade de impor, pela violência e a expensas da maioria, o desenvolvimento da riqueza, das forças produtivas do trabalho, para que, assim, a humanidade alcance uma condição de liberdade e o seu próprio viver seja livre. O que significa a liberdade e por que o desenvolvimento das forças produtivas é uma forma de alcançar a liberdade para os seres humanos é algo que já foi bastante discutido no capítulo anterior. Todavia, estaria o autor ultrapassando um determinado limiar sobre o significado histórico do capitalismo? Estaria ele flertando com um determinismo histórico, que coloca o capitalismo como uma necessidade, como um período

histórico libertador, em decorrência das forças produtivas alcançadas nesse modo de sociedade?

Na passagem citada, o autor toma o cuidado de grifar a palavra “historicamente”, buscando evidenciar o caráter histórico da sua análise e o significado das transformações históricas para a sociedade, qual seja, as possibilidades que geram as transformações produtivas e sociais constituídas a partir do capitalismo. Todavia, considera-se que esta passagem não é explicada adequadamente apenas por este grifo, tendo em vista que o autor salienta o caráter histórico por um lado, mas, por outro, busca demonstrar a importância e também certa inevitabilidade da forma como este transcurso histórico ocorre.

Para elucidar esta discussão, faz-se necessário trazer elementos de outras obras do autor. No prefácio de *Contribuição à crítica da Economia Política*, escrito em 1859, o autor menciona que:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008a, p. 49).

No período mais inicial das suas pesquisas e dos seus escritos, Marx inverte a compreensão idealista da filosofia alemã, que estipulava que é a consciência a determinante e a constituinte de toda a realidade humana, ou, então, de que haveria um espírito de uma época histórica ou de um povo atuando como o sujeito condutor das transformações. Ao questionar tal compreensão, o autor passa a identificar a realidade material como a formadora das consciências, conforme se verifica na citação anterior. Todavia, ao confrontar a filosofia idealista do seu tempo, não teria o autor levado esta compreensão para além de uma fronteira de compreensão da realidade, ou para além de um determinado movimento da realidade, passando a compreender que a própria realidade material dá as condições de transformação da realidade, ou, mais especificamente, em última instância, a própria realidade sendo a responsável pela sua autotransformação? O autor não teria invertido a análise, passando a se

utilizar de um idealismo materialista? Para avançar nesta discussão, cabe elencar outra passagem da mesma obra do autor.⁶⁶

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela idéia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis por que a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. (MARX, 2008a, p. 49-50). (Grifo meu na passagem com sublinhado).

Apesar de ser uma citação extensa, considerou-se importante trazê-la pela relevância em expor a compreensão do autor. Por um lado, traz certa apreensão esta passagem de Marx, ao aparentemente compreender o autor que as contradições da sociedade capitalista possam levar quase que automaticamente a uma revolução, bem como que possam formar a consciência da sociedade, o que possibilitaria o surgimento do processo revolucionário. Todavia, é premente concordar com o autor no fato de que a realidade material e o seu desenrolar geram contradições e condições objetivas que influem sobre a realidade e sobre os indivíduos, podendo contribuir ou não para determinada transformação. Afinal, não há que se falar em revolução sem um motivo, sem uma necessidade e, ainda, sem existir possibilidades reais de transformação – é a realidade na sua materialidade e objetividade social que se

⁶⁶ Cabe ressaltar que são trazidos elementos novos para esta discussão, compondo assim os elementos necessários para analisar esta temática, sem apresentar análises mais conclusivas de imediato sobre as questões já formuladas.

expõem. Contudo, a realidade não se expõe aos indivíduos nessa sociedade para muito além da materialidade e objetividade social sensível.

O autor menciona, também, que os indivíduos passam a compreender o conflito já existente por elementos ideológicos de compreensão da realidade, tais como formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas. Porém, pela análise realizada, esta compreensão da realidade a partir de elementos ideológicos, nos termos utilizados por Marx, aparenta ter um papel secundário para o autor, aparecendo em um segundo momento para dar continuidade a um processo revolucionário e para conduzi-lo até o fim, leitura que é reforçada pela passagem da citação em que o autor menciona que “uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter [...]” (MARX, 2008a, p.50).

Trotsky, ao prefaciá-lo, em 1937, o *Manifesto do partido comunista* de Marx e Engels, explica que esta compreensão de Marx é resultante da leitura do autor de que, em determinado momento, o capitalismo “[...] bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas” (TROTSKY, 2010, p. 163), em decorrência das suas contradições internas e de um excesso de produção, das crises de superprodução, dentre outros aspectos. Todavia, Trotsky também destaca, no mesmo prefácio, que:

lembramos acima que, segundo Marx, nenhuma ordem social deixa a cena da História antes de haver esgotado todas as suas possibilidades. Entretanto, uma ordem social, mesmo já tendo caducado, não cede seu lugar sem opor resistência a uma nova ordem. A sucessão dos regimes sociais supõe a mais áspera luta de classes, isto é, a revolução. Se o proletariado, por uma razão ou por outra, se mostra incapaz de derrubar a ordem burguesa que sobrevive, não resta ao capital financeiro, em luta para manter seu domínio abalado, senão transformar a pequena burguesia, por ele levada ao desespero e à desmoralização, em um exército de terror e do fascismo. A degenerescência burguesa da social-democracia e a degenerescência fascista da pequena burguesia estão entrelaçadas como causa e efeito. (TROTSKY, 2010, p. 168). (Grifos meus).

Vê-se, apenas pela leitura da citação anterior de Marx, que compõe a vasta obra do autor, um aparente determinismo em relação às consequências das contradições da realidade material no que se refere à transformação da sociedade. Esta leitura do autor, que de imediato, pelo menos, se pode considerar bastante otimista, pode ser decorrente da sua proximidade com uma época em que pululavam revoluções; da mesma forma, não dispunha o autor da possibilidade de analisar um transcurso histórico mais longo do capitalismo, como subsídio de análise – tal como a possibilidade que existe na atual realidade –, o que possibilitaria uma maior compreensão das transformações e adaptações do capitalismo às suas próprias crises.

Passagem semelhante à citação anterior de Marx está disponível em um texto anterior do autor, escrito em conjunto com Engels. Trata-se de uma nota de rodapé presente em *A ideologia alemã*, escrita entre 1845 e 1846:

a “alienação” [*Entfremdung*], para usarmos um termo compreensível aos filósofos, só pode ser superada, evidentemente, sob dois pressupostos *práticos*. Para que ela se torne um poder “insuportável”, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente “sem propriedade” e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente, condições que pressupõem um grande aumento da força produtiva, um alto grau de seu desenvolvimento [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 38). (Grifo meu na passagem com sublinhado).

Concorda-se com o fato de a realidade material ter uma participação fundamental nas interações do ser humano com a realidade. O ser humano se faz nas relações com a realidade, no entanto, muitas vezes as abordagens elaboradas por Marx, e neste caso também por Engels, podem conduzir a uma compreensão do indivíduo como coadjuvante no processo de transformação social. Seria essa uma leitura adequada? Os autores, ao proporem que a realidade gera a sua contradição e o seu revolucionamento, não estariam incorrendo em uma falha teórica decorrente da premissa inicial que foi combatida, de que a realidade é decorrente, é fruto da consciência dos indivíduos, ou mesmo da existência de um espírito universal condutor de determinada época histórica e, portanto, passando a compreenderem que o revolucionamento seria quase que automático, resultado das contradições da sociedade capitalista?

Considera-se que a riqueza e as maravilhas humanas e sociais construídas historicamente pela humanidade podem conviver com o pauperismo máximo do ser humano, e mesmo com o pauperismo de grande parte da sociedade. Inclusive a morte pela fome, que é a contradição máxima da sociedade atual, pode ocorrer ‘naturalmente’ ao lado do acúmulo máximo de riquezas (e mesmo de alimentos!) e, ainda, processo que pode se dar de forma pacífica.

Seria Marx então um determinista? Não se identifica elementos nesse sentido, como será exposto a seguir através de uma análise mais ampla da base teórica do autor. Considera-se que Marx tinha a realidade como determinante, como algo premente para a atuação humana e para a transformação da realidade. Ademais, o próprio revolucionamento da sociedade, na forma como Marx compreendeu esse processo, é algo muito específico, é algo ímpar, sendo necessária uma realidade material e objetiva específica para que ocorra. Isso não quer dizer que não sejam verificados problemas teóricos em determinados textos de Marx, conforme se busca explicitar ao longo desta análise.

Uma abordagem fundamental de Marx pode ser encontrada no posfácio da segunda edição de *O Capital*, escrito em 1873:

critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana há quase trinta anos, quando ela ainda estava na moda. Mas quando eu elaborava o primeiro volume de *O capital*, os enfadonhos, presunçosos e medíocres epígonos que hoje pontificam na Alemanha culta acharam-se no direito de tratar Hegel como o bom Moses Mendelssohn tratava Espinosa na época de Lessing: como um “cachorro morto”. Por essa razão, declarei-me publicamente como discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei até a coquetear aqui e ali com seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda na Alemanha porque parecia glorificar o existente. Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na intelecção positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a intelecção de sua negação, de seu necessário perecimento. Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária. (MARX, 2013a, p. 91). (Grifos meus).

Ao mesmo tempo em que Marx fala que é a realidade material a constituinte das consciências, invertendo o posicionamento de Hegel, em especial nas suas obras mais tardias, o autor fala também que a dialética, ao ser captada pelo intelecto, portanto, o movimento do real, ao ser captado subjetivamente, capta a necessidade de negação dessa realidade, e capta ainda os movimentos da realidade, e, portanto, também a transformação da realidade no transcurso histórico e a necessária transformação da realidade no devir histórico. Ao mesmo tempo, nesta passagem, Marx, ao estar discutindo a compreensão da realidade e o método de investigação que utiliza, está demonstrando a importância da compreensão da realidade na sua concretude, da apropriação da objetividade do movimento do real, como um elemento fundamental para a transformação social. Como começa-se a verificar, Marx traz a primazia do real sobre a consciência, todavia o autor não pode deixar de incluir os indivíduos na sua análise materialista, histórica e dialética; caso contrário, estará concebendo uma realidade que se autotransforma, independente dos indivíduos – permanecendo na mesma falha teórica de Hegel, porém de forma invertida.

Para avançar nesta discussão e na compreensão da leitura que o autor faz sobre estas temáticas, considera-se necessário confrontar as passagens anteriores com outro escrito de Marx, presente no texto *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Trata-se de texto escrito em 1851, em que o autor menciona que:

os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado [...] (MARX, 2011b, p. 25).

Nesta passagem, Marx menciona que são os seres humanos que fazem a sua própria história, porém não como gostariam, não com a liberdade de escolherem a materialidade da vida em que vivem; pelo contrário, têm diante de si a realidade material historicamente construída, com suas contradições, seus desafios, e com uma leitura de mundo já construída, já presente na superestrutura, que perpassa as consciências coletivas e é transmitida entre as gerações. Portanto, pode-se considerar, a partir desta citação, que é uma história escrita, produzida sim pelos seres humanos, porém uma história condicionada, escrita a partir de uma realidade fortemente subjugadora. Uma história em que todas as gerações passadas, e também toda a realidade presente, atuam como pesadelos aos indivíduos. Uma realidade em que o próprio viver a vida é transmitido socialmente e historicamente. Porém, também, uma história e uma realidade material que é alicerce para se viver livremente a vida humana.

Apesar da posição que se encontra em determinados textos, a exemplo do prefácio de *Contribuição à crítica da Economia Política*, conforme abordado anteriormente, de forma diversa, em inúmeros outros textos, Marx demonstra um posicionamento constantemente dialético, conforme se verifica em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*: se a realidade forma a consciência do ser humano, por outro lado também é a consciência que forma a realidade, através das atividades que o ser humano desenvolve, da sua atuação transformadora da realidade.

Para além do que está presente nos textos de Marx, evidencia-se esta última posição do autor também pelas suas outras formas de intervenção na realidade, a exemplo da sua participação efetiva na criação da *Associação internacional dos trabalhadores*, em 1864, mais conhecida como *Internacional socialista*. Esse ato demonstra que a intervenção efetiva dos indivíduos perante a realidade e a organização dos trabalhadores foi considerada pelo autor como algo fundamental para o revolucionamento da sociedade.

Outro texto fundamental para a compreensão da análise que Marx e Engels fazem da realidade é o *Manifesto do partido comunista*, escrito em 1848. A maioria dos elementos, e também as categorias utilizadas neste texto, são novamente utilizadas por Marx em *O Capital*, o que reforça a relevância deste manifesto. Em inúmeras passagens, os autores deixam claro o

caráter político de um processo revolucionário. Nesse sentido, evidenciam a importância do partido comunista na organização dos trabalhadores e na formação das consciências, através de um processo de apreensão da realidade. Cabe apresentar uma série de passagens do *Manifesto do partido comunista* que permitem uma maior aproximação com as discussões aqui trazidas:

quando se fala de ideias que revolucionam uma sociedade inteira, isto quer dizer que no seio da velha sociedade se formaram os elementos de uma sociedade nova e que a dissolução das velhas ideias acompanha a dissolução das antigas condições de existência. Quando o mundo antigo declinava, as antigas religiões foram vencidas pela religião cristã; quando, no século XVIII, as ideias cristãs cederam lugar às ideias Iluministas, a sociedade feudal travava sua batalha decisiva contra a burguesia então revolucionária. As ideias de liberdade religiosa e de consciência não fizeram mais que proclamar o império da livre concorrência no domínio do conhecimento. (MARX; ENGELS, 2010, p. 57). (Grifos meus).

Uma passagem fundamental desta citação é que “[...] no seio da velha sociedade se formaram os elementos de uma sociedade nova [...]” (Ibidem, p. 57). Quais seriam os componentes que constituem uma nova sociedade? Considera-se ser muito nítida a compreensão dos autores da imbricada relação entre a transformação da realidade material e a constituição de novas ideias, de uma nova leitura da realidade. Para aprofundar a compreensão desta questão, é fundamental realizar esta análise em outros termos, buscando permeá-la pela dialética na sua máxima expressão. Conforme a realidade se altera ou é alterada, também as consciências se alteram – podendo esta alteração contribuir para um processo revolucionário ou não. A alteração da realidade não ocorre sem que também sejam alteradas as ideias, as consciências coletivas, inclusive porque as consciências fazem parte da realidade na sua totalidade. Em síntese, em decorrência de ser um processo em constante dialética, pode-se considerar que a alteração inicial da própria realidade pode impulsionar os indivíduos a atuarem novamente perante essa realidade, ou, então, as consciências transformadas a partir das relações entre os indivíduos podem direcionar esses indivíduos à transformação da realidade, a atuarem em determinada direção perante essa realidade. Ao surgir um processo revolucionário inicial, que pode ocorrer de diferentes formas, é preciso que a realidade continue sendo alterada, para que uma nova consciência se alastre pela sociedade e se efetive a partir de uma nova materialidade, assim como para que uma nova consciência coletiva continue atuando na transformação da realidade. Vê-se, nesta análise, o movimento da realidade emaranhado ao máximo no processo de transformação da realidade.

Entretanto, cabe evidenciar que uma nova realidade não surge sem que ocorra o tensionamento e a disputa de projetos de sociedade – sem a atuação dos seres humanos

perante a realidade. Os resultados obtidos nesta análise não deixam de se aproximar daqueles obtidos no primeiro capítulo, porém surgem neste capítulo a partir de um referencial teórico diverso das obras de Marx e Engels.

No *Manifesto do partido comunista*, os autores expõem uma série de elementos de como esse processo pode surgir decorrente da transformação da realidade e da atuação dos trabalhadores em sociedade, ou de como os autores compreendem que pode ser implementado:

na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário. (MARX; ENGELS, 2010, p. 51). (Grifos meus).

uma segunda forma desse socialismo [conservador burguês], menos sistemática, porém mais prática, procura fazer com que os operários se afastem de qualquer movimento revolucionário, demonstrando-lhes que não será tal ou qual mudança política, mas somente uma transformação das condições de vida material e das relações econômicas, que poderá ser proveitosa para eles. Por transformação das condições materiais de existência esse socialismo não compreende em absoluto a abolição das relações burguesas de produção – que só é possível pela via revolucionária –, mas apenas reformas administrativas realizadas sobre a base das próprias relações de produção burguesas e que, portanto, não afetam as relações entre o capital e o trabalho assalariado, servindo, no melhor dos casos, para diminuir os gastos da burguesia com sua dominação e simplificar o trabalho administrativo de seu Estado. (Ibidem, p. 65). (Grifos e inserção minha entre colchetes).

mas as obras socialistas e comunistas [dos crítico-utópicos] encerram também elementos críticos. Atacam todas as bases da sociedade existente. Por isso fornecem em seu tempo materiais de grande valor para esclarecer os operários. (Ibidem, p. 67). (Grifos e inserção minha entre colchetes).

mas em nenhum momento esse Partido [Comunista da Alemanha] se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado, para que, na hora precisa, os operários alemães saibam converter as condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês, em outras tantas armas contra a burguesia, para que logo após terem sido destruídas as classes reacionárias da Alemanha possa ser travada a luta contra a própria burguesia. (Ibidem, p. 69). (Grifos e inserção minha entre colchetes).

Nas diversas passagens citadas do *Manifesto do partido comunista*, os autores demonstram que a atuação política, a organização dos trabalhadores e a formação das consciências, a partir da apreensão da realidade social e histórica, são elementos fundamentais no processo de transformação social. Portanto, se por um lado Marx e também Engels apresentam, em determinados trechos de suas obras, leituras que se aproximam de um

determinismo da realidade material e histórica, por outro lado, ao se observar outros textos, e inclusive as suas atuações como militantes e organizadores dos trabalhadores, também se verifica posicionamentos bastante diversos. Trata-se de análise fundamental, com vistas à compreensão da realidade, e também pela possibilidade, e inclusive necessidade, de extrapolar esta leitura a outras áreas, a exemplo das possibilidades e limites da educação escolar para a sociedade.

Poder-se-ia arriscar considerar como preponderante as consciências na transformação da realidade, ancorando-se, por exemplo, na capacidade teleológica do ser humano de antever a realidade, de produzir, de conceber uma realidade diversa, sendo que o cérebro humano não é apenas materialidade, não é apenas apreensão do movimento da matéria; a partir da possibilidade de o ser humano compreender a realidade e identificar possibilidades diversas da realidade social atual, de ansiar outra sociedade, aspectos já debatidos no capítulo anterior; e também em decorrência da capacidade do ser humano de transmitir a outro ser humano determinada leitura de mundo, transmitir conhecimentos acumulados, portanto, através de um processo educativo, aspecto basilar da constituição do ser humano. Todavia, Marx demonstra, em diversos textos, que o ser humano se constitui na realidade material historicamente construída, precisando, por exemplo, de alimentos, de vestimenta, de habitação, dentre muitas outras coisas. Participa o ser humano de uma construção social, é construído e também se constrói em conjunto com as bases materiais e com os elementos culturais, filosóficos e ideológicos presentes na sociedade. Ou, ainda, precisa inicialmente o ser humano desses meios de subsistência, para depois poder se dedicar à ciência, às artes, à política, dentre outros.

Engels, ao escrever uma carta para homenagear Marx, logo após a sua morte, lembra que a produção teórica deste se estruturou em aspectos como:

assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana: o simples fato, até então ocultado debaixo do entulho da ideologia, de que a espécie humana necessita, antes de mais nada, comer, beber, ter um abrigo e roupas, antes de poder se consagrar à política, à ciência, à arte, à religião etc.; que, por isto, a produção dos meios imediatos de vida, materiais e, por conseguinte, a etapa correspondente de desenvolvimento econômico de um povo ou de uma época é a base a partir da qual têm se desenvolvido as instituições políticas, as concepções jurídicas, as idéias artísticas e, até mesmo, as idéias religiosas dos homens e de acordo com a qual, então, devem ser explicadas, e não o contrário, como até então vinha ocorrendo [...] (ENGELS, 1982, s.p.).

Ao transcrever parte da homenagem de Engels, verifica-se que o autor demonstra a compreensão de que, para Marx, o ser humano se constrói, na sua totalidade, pelo insumo da

materialidade/realidade existente em determinado tempo histórico. Antes de se obter possíveis conclusões inadequadas desta passagem, a exemplo de que o ser humano pauperizado não poderia participar da política, ou mesmo de um processo revolucionário – a história demonstra justamente o contrário –, cabe ressaltar que Engels demonstra, a partir das obras de Marx, como a materialidade histórica atua na constituição do ser humano, da sua consciência e do seu viver.

A partir dos elementos trazidos para esta discussão, expõe-se novamente, com toda a sua vivacidade, a relevância da dialética na constituição do ser humano e na transformação da realidade histórica e social. Cabe ressaltar, compreende-se que não há algo que prepondera na transformação da realidade sócio-histórica, portanto, a atuação intencional do ser humano, a atuação organizada e coletiva, o processo educativo e formativo do ser humano, assim como a compreensão da realidade na sua concretude, são tão relevantes quanto a realidade sócio-histórica no processo de transformação da própria realidade. Se por um lado a atuação dos indivíduos é fundamental para a transformação da sociedade, por outro lado a realidade material e objetiva é um efetivo componente da formação da própria realidade histórico-social e da constituição dos indivíduos. Conforme foi demonstrado neste capítulo, o próprio capitalismo atua perante a realidade a partir de inúmeras forças sociais, a exemplo da força produtiva e da ciência e da tecnologia, forças que atuam tanto de forma relacionada como de forma independente – trata-se, portanto, de forças sociais, objetivas, que afetam diretamente o viver em sociedade e influenciam os indivíduos para determinadas formas de atuação perante a realidade. Cabe salientar que os seres humanos têm a possibilidade de escolha, de se autoconstruir, de propor e de conduzir, por exemplo, uma profunda transformação social, todavia é um processo que se apresenta significativamente mediado pela realidade sócio-histórica.

Ao se encaminhar para a parte final da discussão das questões formuladas neste tópico, observa-se que, ao longo do percurso aqui realizado, as questões formuladas aparentemente vão sendo aclaradas, respondidas, ao serem contrapostas por posicionamentos diversos dos autores em relação àqueles inicialmente postos em discussão, demonstrando, em um primeiro olhar, que se tratava de inquietações e de conflitos teóricos não pertinentes. No entanto, verifica-se não se tratar de uma análise tão simples, podendo revelar antes um constante processo de embate ou de conflito teórico vivenciado pelos próprios autores aqui estudados, aspecto que se verifica nas próprias palavras de Marx, ao escrever, em 1877, uma carta dirigida ao redator de *Otietchestvienniie Zapiski*:

[o meu crítico] se sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica da marcha geral fatalmente imposta a todos os povos, sejam quais forem as circunstâncias históricas em que se encontrem, para chegar, finalmente, a esta formação econômica que assegure, juntamente com o maior impulso das forças produtivas do trabalho social, o mais completo desenvolvimento do homem. Mas ele que me perdoe: isso, ao mesmo tempo, muito me honra e muito me envergonha. Tomemos um exemplo.

Em diferentes passagens de *O capital* faço alusão ao destino dos plebeus da antiga Roma. Eram originariamente camponeses livres que cultivavam, cada um por sua conta, suas próprias parcelas de terra. No curso da história romana, eles foram expropriados. O mesmo movimento que os separou de seus meios de produção e de subsistência implicou não somente a formação da grande propriedade fundiária, mas também de grandes capitais monetários. Assim, um belo dia havia, de um lado, homens livres, despojados de tudo, exceto de sua força de trabalho e, de outro, para explorar esse trabalho, os detentores de todas as riquezas adquiridas. O que ocorreu? Os proletários romanos transformaram-se, não em trabalhadores assalariados, mas em “plebe” ociosa, mais abjeta que os brancos pobres do Sul dos Estados Unidos, e junto a eles não se desenvolveu um modo de produção capitalista, mas escravista. Portanto, acontecimentos de uma surpreendente analogia, mas que ocorreram em meios históricos diferentes, levaram a resultados inteiramente distintos. Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e comparando-as em seguida, encontraremos facilmente a chave desse fenômeno, mas nunca chegaríamos a ela com a *passe-partout* [chave-mestra] de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica. (MARX, 1982b, p. 167-168). (Grifos meus nas passagens com sublinhado e inserção minha entre colchetes).

São reveladores estes escritos de Marx, podendo evidenciar o que pode ser compreendido como um conflito teórico que lhe acompanhou ao longo da vida, e também a transformação de determinadas leituras que possuía – transformações observadas em especial nos seus escritos realizados de forma mais tardia. Cabe lembrar, por exemplo, que, no prefácio de *Contribuição à crítica da Economia Política*, escrito em 1859, o autor propõe que as contradições da sociedade capitalista poderiam direcionar quase que automaticamente a uma revolução, bem como considerava que esses eram os elementos preponderantes da constituição das consciências necessárias ao revolucionamento da sociedade. Da mesma forma, Marx e Engels, ao escreverem *A ideologia alemã*, entre o período de 1845 e 1846, mencionam que a revolução estaria associada a uma realidade de contradição social “insuportável”, e essa seria decorrente de uma massa da humanidade absolutamente desprovida de qualquer propriedade, em contradição a um mundo de riqueza.

Visando ampliar esta discussão, são trazidas aqui análises sobre esta temática realizadas por Armando Boito Junior. Ao analisar a relação entre as teorias formuladas por Hegel e por Marx, observa o autor que:

se pusermos o acento na idéia de que o Espírito do mundo, que se realiza no ponto de chegada do processo histórico, já se encontra virtualmente pronto no início desse mesmo processo, teremos o Espírito como sujeito de uma história que se realiza apenas para realizá-lo – essa é a leitura de Jean Hyppolite no seu ensaio sobre a filosofia da história de Hegel. Se, ao contrário, acentuarmos que o Espírito se forma de fato no decorrer do próprio processo, o processo será o verdadeiro sujeito do Espírito. Ora, um processo que tem a si próprio como sujeito é, na verdade, um processo sem sujeito – esta é a leitura de Althusser na sua conferência sobre Hegel no Collège de France, conferência em que apresentou a tese segundo a qual a história é um processo sem sujeito nem fim. Em Hegel, portanto, pode-se sustentar que a história tem um sujeito, embora tal sujeito seja o Espírito universal e nunca os homens. Já no Marx de 1859, não há, em nenhuma hipótese, sujeito da história, uma vez que a dinâmica da história é dada pelo desenvolvimento cego e espontâneo das forças produtivas. Em quaisquer desses casos, porém, os homens fazem a história, mas nenunca como sujeitos. (BOITO JUNIOR, 2004, p. 67-68)⁶⁷. (Grifos meus nas passagens com sublinhado).

Boito Junior busca demonstrar que existe uma proximidade significativa entre as concepções de Hegel e as proposições de Marx apresentadas no *Prefácio de 1859*. O autor evidencia, inclusive, que:

o Marx do *Prefácio de 1859*, literalmente, inverteu Hegel, como ele próprio diria mais tarde no Prefácio à segunda edição alemã de *O capital*: colocou a economia (forças produtivas e relações de produção) no lugar do Espírito (Espírito universal e Espírito de um povo), isto é, substituiu uma dialética idealista, que apresentaria o mundo de cabeça para baixo, por outra materialista, que o apresentaria com os pés no chão. Porém, acrescentaríamos nós, inverter não significa sair do lugar. O texto de 1859 permaneceu prisioneiro da mesma dialética segundo a qual “tudo é um”, isto é, segundo a qual toda história nada mais é que o desenvolvimento do Espírito (*Lições*) ou das forças produtivas (*Prefácio de 1859*). [...] Tanto em Hegel como no Marx de 1859, o processo histórico, refletindo, seja o desenvolvimento do Espírito do mundo, seja o desenvolvimento das forças produtivas, esse processo se *utiliza*, no seu desenvolvimento imanente, da ação dos homens – para Hegel, a ação humana, embora imprescindível para a realização do Espírito, é apenas o braço inconsciente do Espírito, enquanto para o Marx do *Prefácio de 1859*, os homens vivem o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção no terreno da ideologia e agem, mesmo sem o saber, para resolvê-lo no terreno da ação política. Nos dois casos, portanto, são os homens que fazem a história, mas em nenhum deles o fazem como sujeitos. Essa constatação poderá parecer paradoxal às análises um tanto apressadas do problema. [...]. O que estamos vendo nesses textos de Hegel e de Marx são diferentes formas de conceber a história como resultado da ação dos homens, sem que, por isso, os homens sejam os sujeitos da história. (Ibidem, p. 66; 67). (Grifos meus nas passagens com sublinhado).

⁶⁷ Ao falar sobre o Marx de 1859, o autor está se referindo em especial ao prefácio do texto *Contribuição à crítica da Economia Política*, escrito por Marx no referido ano.

Boito Junior, ao analisar a carta citada anteriormente, enviada por Marx ao redator de *Otietchestvienniie Zapiski*, observa que o posicionamento de Marx se afastou da visão hegeliana nos seus escritos mais tardios, deixando de conceber a realidade transformada como “[...] uma evolução espontânea resultante da contradição *imane*nte e *única* da própria estrutura” (BOITO JUNIOR, 2004, p. 70). Continua o autor mencionando que:

não é mais possível [a partir da carta de Marx ao redator de *Otietchestvienniie Zapiski*] pensar numa contradição imanente e única cujo desenvolvimento espontâneo produziria a totalidade do processo histórico; prova disso é que Marx não assevera que o capitalismo não nasceu em Roma porque as forças produtivas não estavam suficientemente desenvolvidas; o que ele diz é que “meios históricos diferentes” levaram a resultados diferentes. Ora, a noção de meio histórico instaura, obrigatoriamente, a idéia de uma *pluralidade de causas* na origem de um determinado modo de produção. O capitalismo não nasceu na Roma Antiga, a despeito de lá terem surgido, de um lado, “grandes capitais monetários” acumulados em poucas mãos e, de outro lado, “homens livres despojados de tudo”, porque faltou algo que induzisse esses dois elementos a se encontrarem, convertendo-os, respectivamente, em compradores e vendedores da foça de trabalho, isto é, em capitalistas e operários – “os proletários romanos transformaram-se em plebe ociosa”. Acrescentaríamos, seguindo a linha de raciocínio de Marx no texto supracitado, que, no final da Idade Média, ressurgiram o capital-dinheiro e o trabalhador livre sem propriedade, mas, desta vez, algo fez com que esses dois elementos se unissem e gerassem as figuras do capitalista e do moderno trabalhador assalariado. O “Marx tardio” não rompe de todo com a tradição hegeliana. O texto citado mantém-se fiel à idéia de processo histórico, uma das idéias-força, como vimos, da problemática de Hegel. Mas, ele rompe com a idéia de unicidade causal também presente naquela problemática e, conseqüentemente, rompe com a concepção de desenvolvimento unidirecional, inevitável e previsível que é corolário daquela. Se as causas são múltiplas, introduz-se uma abertura na concepção de processo histórico. A transição ao socialismo deve agora ser concebida como uma possibilidade histórica e não como uma necessidade inelutável. (Ibidem, p. 71). (Inserção entre colchetes e grifos meus nas passagens com sublinhado).

Determinadas transformações na estrutura teórica de Marx, que ocorreram em especial nas suas obras mais tardias, como pode ser visto na carta ao redator de *Otietchestvienniie Zapiski* e também no posfácio à segunda edição de *O capital*, e que foram escritas após um longo período em que aparentemente permanece latente um conflito teórico nos escritos do próprio autor – cabe destacar, por exemplo, o protagonismo dos indivíduos e em especial dos envolvidos com o partido comunista, evidenciados por Marx e Engels no *Manifesto do partido comunista*, publicado em 1848 – demonstram primeiramente o compromisso de Marx com a teoria que formulava e também com a sociedade.

A partir das análises aqui formuladas, evidencia-se a necessidade de ter cautela ao se utilizar determinados recortes da análise teórica de Marx. A relevância da obra do autor é apreendida adequadamente quando analisada no seu conjunto.

Da mesma forma, evidencia-se a necessidade de cautela ao se querer espelhar as revoluções ulteriores à realidade coetânea – em especial a revolução burguesa – visando identificar possíveis elementos que farão surgir ou que são necessários a uma revolução futura realizada pela classe trabalhadora. Nesta mesma direção, acentua-se cada vez mais a importância da atuação dos indivíduos na transformação da realidade através de um protagonismo consciente, como sujeitos da história, nos termos utilizados por Boito Junior.

3.4 Questões de síntese

O capitalismo atua, ao longo do transcurso histórico, na construção de novas formas de exercer a hegemonia em relação aos trabalhadores; aperfeiçoa, de forma contínua, a exploração do trabalho vivo e também as práticas de acumulação de valores; atua, ainda, na redução contínua da necessidade de uso do trabalho vivo, apesar de ser esse o gerador da acumulação de valores na sociedade capitalista; e, também, atua continuamente na formação de consensos sociais, visando conformar os indivíduos aos interesses do capital.

Verifica-se que a ciência e a tecnologia presentes no atual tempo histórico estão completamente imbricadas na estruturação do capitalismo: compoem as suas bases produtivas; participando da estruturação e da reprodução dessa forma de sociedade como um todo; participando a ciência e a tecnologia dos inúmeros elementos que atuam na extração da mais-valia absoluta e relativa, sendo fundamental na determinação de quanto de trabalho necessário e quanto de sobretrabalho é produzido e apropriado pelo capitalista; na subsunção real dos trabalhadores e na relação dessa subsunção com as formas de extração da mais-valia; na criação dos produtos que carregam consigo e ocultam socialmente a produção e a apropriação da mais-valia, portanto, produtos que historicamente tenham mais-valia – o verdadeiro produto do capitalismo; na formação dos consensos sociais, na formação do aceite dos indivíduos a essa forma de sociedade, seja pela alienação dos trabalhadores – nas suas múltiplas nuances, como um elemento mobilizador e imobilizador dos trabalhadores – seja pelo vislumbre e assombro com a base produtiva, tecnológica e, de maneira geral, pelas riquezas produzidas pela humanidade e que estão sob o domínio e propriedade capitalista, seja

também a partir das relações sociais que o acesso à ciência e à tecnologia possibilitam ou impõem aos trabalhadores, o que envolve a formação de consensos sociais; no acesso ou não à ciência e à tecnologia como possibilidades materiais dos trabalhadores de intervirem na realidade; na riqueza por um lado e no caráter amorfo dos valores de uso produzidos, sendo que se trata sempre de um valor de uso produzido a partir de intencionalidades, de interesses dominantes; da reduzida/limitada compreensão dos trabalhadores sobre a concretude da realidade e, ainda, da reduzida capacidade de compreensão das bases produtivas e de atuação sobre a realidade.

Portanto, a ciência e a tecnologia são parte fundamental da realidade sócio-histórica e se expressam em toda a sua inteireza e complexidade, bem como participam de uma complexa rede de relações constitutivas e também transformadoras da realidade.

A partir deste ponto, considera-se a necessidade de realizar diversos questionamentos para aprofundar a análise que tem sido implementada, agora em aspectos mais específicos, assim como, buscar respostas para estes questionamentos. Eis as questões:

- Ao constituir-se como ser humano, qual a realidade que cada indivíduo tem acesso e qual proposição de mundo lhe é feita?

Cada ser humano, ao nascer, se constitui a partir de uma realidade dada, de uma realidade posta, interagindo com essa realidade e novamente reproduzindo-a ou transformando-a. Em uma perspectiva de totalidade, os seres humanos se constituem sob a influência conformadora da sociedade hegemônica em curso e das contradições dessa sociedade. Já no âmbito da realidade singular e particular, a constituição humana reflete, em grande medida, a influência das gerações passadas, em decorrência da realidade social e dos conhecimentos que essas gerações tiveram acesso, e também das leituras de mundo que essas gerações construíram e que são transmitidas para as gerações futuras. Além disso, são constituintes de cada ser humano a realidade produtiva acessada e colocada em movimento nas suas atuações individuais e coletivas, as características e as práticas adotadas nesta realidade produtiva e, por sua vez, a influência que essa realidade exerce na vida de cada indivíduo. Possuem também significativa influência na constituição dos indivíduos: as ofertas de educação escolar que esses tiveram acesso e quais conhecimentos foram transmitidos pelas estruturas formais de educação; a influência que exercem os sindicatos e os partidos políticos na constituição de cada ser humano, ao ter acesso a esses espaços de organização e de construção política; e, ainda, outros espaços de atuação e de constituição humana que estão

presentes na sociedade, a exemplo das igrejas e de outros espaços de prática da religiosidade, dentre outros ainda.

É relevante observar que a realidade particular e singular que o indivíduo tem acesso também está imediatamente relacionada à realidade na sua totalidade. A sociedade, direcionada em grande medida pelas estruturas hegemônicas, é constituinte e também constituída pelas relações particulares e singulares; nesse sentido, por exemplo, as classes sociais constituídas pela sociedade capitalista são direcionadoras dos indivíduos de maneira geral, e, também, de maneira especial, dos trabalhos que os componentes de cada classe social têm acesso. Os interesses do capitalismo, da mesma forma, definem em grande medida as ofertas educacionais disponíveis na sociedade e que são acessadas pelas diferentes classes sociais. A partir de um emaranhado de relações e influências, cada ser humano realiza as suas escolhas e atua sobre a realidade, reproduzindo-a e transformando-a. Apesar de serem elementos já abordados no capítulo anterior, é importante trazê-los novamente neste espaço, em busca da realização de sistematizações ampliadas da realidade, a partir das análises aqui efetivadas, visando à obtenção de uma apreensão da realidade em um maior nível de concretude.

- Como se constitui a produção capitalista e as suas relações com a sociedade, de modo geral, a partir das relações com a ciência e a tecnologia?

É importante destacar inicialmente que a ciência e a tecnologia surgem em decorrência do trabalho socializado, do trabalho coletivizado, o que gera as bases sociais tanto para o seu uso de forma produtiva quanto acelera a produção de novos conhecimentos sobre a realidade, visando a compreensão desta de forma científica – compreensão que ocorre a partir de uma determinada leitura da realidade, ou a partir de determinado interesse histórico-social. Ressalta-se que as transformações tanto produtivas quanto sociais são consideradas por Marx como indispensáveis para a constituição do capitalismo, que é uma forma de sociedade e de produção em constante movimento, e que se constitui em um longo transcurso histórico.

A ciência e a tecnologia contribuem de forma fundamental para a transformação do capitalismo ao longo do tempo, para aperfeiçoar o processo de exploração, e o capitalismo se utiliza das transformações na sociedade, possibilitadas pelo trabalho coletivizado, incluindo as possibilidades geradas pela ciência e pela tecnologia, para constituir uma força autônoma, que atua em termos relativos de forma independente dos trabalhadores, e atua na subsunção desses, construindo, portanto, o próprio capitalismo – apesar de ser uma força social criada

pelo trabalho coletivizado, é uma força que não pertence aos trabalhadores, é uma força constituída para ser de outro. Essa separação entre o criador e a sua criatura, que ganha vida própria no âmbito das consciências e assim se objetiva na realidade frente aos indivíduos, é um elemento imprescindível do processo de constituição e de reprodução do capitalismo.

O capitalismo é como se fosse um hospedeiro, adaptando-se conforme se adapta o corpo do hospedado ao longo do transcurso histórico. Todavia, o corpo do hospedado não é apenas o corpo do trabalhador, o trabalhador em si, mas também o corpo social, a própria sociedade, os meios de produção e também a ciência e a tecnologia. Porém, é também o capitalismo – através do trabalho coletivizado dos trabalhadores – que promove essas adaptações, essas transformações sociais, conforma o trabalhador nesta realidade, transforma os meios de produção e a sociedade como um todo, portanto, constrói uma realidade que atenda aos seus interesses. Cabe enfatizar que a realidade sócio-histórica não é uma realidade estanque, pelo contrário, está em constante movimento e se constitui a partir de relações múltiplas.

Ao se abordar o capitalismo como um modo de produção e de sociedade que se transforma continuamente, constituindo-se como uma força autônoma em relação ao trabalhador, é necessário observar também que se trata de uma força social e produtiva que é ampliada a cada nova etapa histórico-social do capitalismo, uma força que se amplia de forma cumulativa e também em saltos qualitativos e quantitativos. A cada salto das forças do capitalismo, essas atuam na subsunção dos trabalhadores, na produção de uma realidade que seja útil aos interesses do capital, assim como na acumulação de valores.

Marx afirma que os meios de produção são uma forma de materialização do capital, portanto, considera-se que a ciência e a tecnologia, quando incorporadas na produção da mais-valia, são também capitais, assim como o dinheiro, os meios de produção e a capacidade de trabalho colocada em movimento. A ciência e a tecnologia se apresentam como um insumo, um meio, uma força social apropriada pelo capitalismo – ambas se apresentam como o próprio capital em movimento, que se transforma ao longo do tempo. Tornam-se forças cada vez mais exclusivas, próprias do capital, que lhe dão capacidade de autonomia e de exercer a coerção, e, portanto, a capacidade de direcionamento da sociedade e de subsunção dos trabalhadores.

Para Marx, se evidencia um processo de dominação através do trabalho já objetivado, sobre o trabalho vivo – tanto que o capital fixo, e mais especificamente a maquinaria, e de maneira abrangente a tecnologia em uso em determinado momento histórico, são consideradas expressão do grau de avanço do capitalismo.

Marx expõe inúmeros aspectos sobre o motivo de a maquinaria e, as tecnologias de maneira geral, serem fundamentais para o capitalismo, tornando-se, inclusive, as protagonistas da produção e os trabalhadores os seus servos. Existe uma intencionalidade do capitalista, logo, uma consciência formada no meio capitalista, que o direciona à utilização dos meios de produção em imediata relação com a ciência e a tecnologia, a extrair o máximo de valor do trabalhador e a implementar uma realidade produtiva racionalizada, guiada pela ciência, em que o trabalhador torna-se apenas um aspecto colateral desse processo, em que o trabalho seja exteriorizado do trabalhador.

Porém, além da intencionalidade do capitalista individual no processo de constituição da sociedade capitalista, verifica-se uma arraigada relação que impinge todos os seus componentes, todos os capitalistas, a tensionar ao máximo os trabalhadores e, da mesma forma, a elevar também ao máximo a busca da mais-valia, independente das consequências sociais geradas. Nesse sentido, verifica-se que os meios de produção e a ciência e a tecnologia utilizadas pelo capitalista não são apenas uma forma renovada de transformar a realidade, de produzir valores de uso; são também elementos de constituição e de reprodução do próprio capitalismo, e, inclusive, formas históricas renovadas de subjugação dos trabalhadores.

Conforme o capitalismo se transforma ao longo do transcurso histórico, quanto mais amplas se tornam as forças produtivas, e conforme se amplia a utilização da ciência e do aparato tecnológico em uso, mais subsumido se torna o trabalhador. Marx lembra que as condições de trabalho, a maquinaria capitalista e, de forma mais ampla, a tecnologia a serviço do capital, acabam dominando o trabalho, passam a subsumir o trabalhador, a lhe oprimir, e o tornam supérfluo na sua forma autônoma (MARX, 2004).

Portanto, a ciência e a tecnologia, ao serem capital em si e para si quando colocadas em movimento pelo capitalista, exprimem na sua atuação uma relação de produção determinada, uma forma de sociedade determinada, com que o indivíduo se depara e precisa se conformar nesta realidade – sendo o que prega o capitalismo e assim também atua coercitivamente para que isso aconteça.

Em uma leitura da realidade mais abrangente, ao se costurar a trama constitutiva da realidade, chega-se à seguinte aproximação: em decorrência da produção social no atual tempo histórico, a produção, portanto, que se realiza em circunstâncias sociais, em decorrência da necessidade de amplas somas de capital para colocá-la em curso, e em decorrência da capacidade do capitalista de alocar amplos contingentes de trabalhadores para produzir algo de forma coletivizada; a partir do fato de o capitalista constituir uma força produtiva relativamente autônoma em relação aos trabalhadores; em decorrência da atuação

fragmentada e dispersa dos trabalhadores, assim como da desigualdade social e de conhecimentos, que incorre na atuação de forma combinada desses apenas quando estão a serviço do capitalismo; ao se ter uma força produtiva de caráter social constituída para exteriorizar o trabalho do trabalhador, e também voltada a tensionar ao máximo a subsunção desse, se constitui uma força social que detém amplo poder sobre os trabalhadores, sobre as atividades humanas, sobre a vida e sobre a morte. Em síntese, observa-se que uma constituição histórico-social que abarca inúmeros elementos constitui o capitalismo como uma poderosa força social, conforme denominamos neste capítulo. Verifica-se que a ciência e a tecnologia possuem um papel fundamental neste arcabouço constitutivo do capitalismo, especialmente por compor o aparato produtivo sob domínio do capital, pela apropriação do capitalista da capacidade de transformação social e de utilização dos recursos da natureza – presente no cérebro coletivo e na sua existência e objetivação como corpo social – e pela atuação fragmentada, individualizada e desigual dos trabalhadores, e não uma atuação cooperada enquanto classe social, bem como pela reduzida compreensão dessa realidade e também da força produtiva pelos trabalhadores.

Outros elementos ainda são fundamentais para compor esta análise: ao se buscar explicitar a relação entre a ciência e a tecnologia e a produção na sociedade capitalista, assim como a forma como estes aspectos influem na constituição dessa realidade, é fundamental trazer os principais aspectos verificados sobre a relação da ciência e da tecnologia com a produção de valores de uso⁶⁸. Os valores de uso, ao serem, na sua maior parte, propriedade do capitalismo, e produzidos para serem valores de troca, estão diretamente envolvidos com o fetichismo das mercadorias. Cria-se uma sociedade em que o fetiche é cotidiano, tendo os indivíduos condições de acessar ou não os produtos que se tornam mercadorias do capital. É construída muitas vezes uma leitura social de vislumbre, de encantamento social, portanto, mesmo o trabalhador e os indivíduos em geral que compõem a sociedade não vivendo a essência humana, vivendo uma situação de opressão e mesmo de miséria, na maioria das vezes não compreendem a origem, a causa dessa realidade social, e também muitas vezes reproduzem a sociedade capitalista dando o aceite social a essa, seja por um processo de cooptação social, seja pela falta de compreensão da realidade e da visualização de alternativas

⁶⁸ Cabe evidenciar que valores de uso não são apenas, por exemplo, produtos para consumo direto, mas envolve toda a transformação da realidade humana, tais como habitações, meios de transporte, meios de produção, dentre outros componentes da realidade material que influem, positivamente ou não, na vida humana em determinado momento histórico.

de construção de outra realidade social, e também pelo vislumbre decorrente das conquistas histórico-sociais que estão sob o domínio do capital, que são propriedade do capital. Cabe ressaltar que o capitalismo não se reproduz apenas pela coerção, mas também pela construção da própria sociedade tal como ela se apresenta, pelo aceite e pela atuação dos indivíduos que compõem a sociedade. O fetiche em relação aos produtos contribui com esse processo de cooptação social.

Outro aspecto relevante é que o capitalismo distancia o produtor e a sociedade de modo geral dos produtos que são produzidos, e, inclusive, distancia os trabalhadores do fazer produtivo e do resultado como um todo da produção realizada por esses. A ciência e a tecnologia são elementos basilares neste processo, estruturais, atuando na divisão do trabalho e compondo os meios de produção e também os produtos, portanto, dão as condições para que a transformação histórica do capitalismo se viabilize, fazendo com que o indivíduo seja apenas um componente da realidade produtiva e social.

Trata-se de meios de produção e de produtos que geralmente não são compreensíveis para a maioria dos trabalhadores. Essa não compreensão decorre de aspectos diversos, dentre os quais a desigualdade social e a divisão do trabalho capitalista, em que o trabalhador é apenas um instrumento de produção e um componente social destinado a gerar trabalho não pago, a gerar a acumulação de valores. A ciência e a tecnologia, ao participarem do capital em movimento, passam a dominar os trabalhadores, fazem dos trabalhadores os seus meios de produção, e não o inverso. Tornam-se, em grande medida, forças autônomas em relação aos trabalhadores, assim como o próprio capitalismo.

Outro aspecto relevante é que os produtos produzidos sob o capitalismo, nas condições produtivas que caracterizam de fato essa forma de sociedade, têm um caráter amorfo, são valores de troca para o capitalismo, sendo que o verdadeiro produto do capitalismo é a mais-valia. Portanto, tanto para o capitalista quanto para o trabalhador, e também para quem obtém e utiliza os produtos, são, em grande medida, produtos indiferentes. Não existe vínculo, não lhes pertencem, não lhes são próprios, por fim, não são produtos produzidos efetivamente de forma socializada, de forma própria e afeta aos trabalhadores; são produtos também alienados, determinados externamente aos indivíduos.

Pela necessidade que o capitalismo possui de os produtos, de os valores de uso, serem também mercadorias, que circulem na forma de valor de troca, e, portanto, sendo a apropriação da mais-valia o verdadeiro produto do capitalismo, toda a produção de valores de uso está condicionada a esse objetivo, independente, por exemplo, da utilidade para a sociedade e do direcionamento histórico-social relacionado a estes valores de uso, de quais

valores sociais estão envolvidos, independente da possibilidade de degradação do meio ambiente, ou, ainda, independente da subjugação do ser humano pelo ser humano. Quando se fala de valores de uso, se fala imediatamente na sociedade que se constrói, e também na constituição do ser humano.

Por ser a mais-valia o verdadeiro produto do capitalismo, trabalho fluído, portanto, trabalho que se converte em capital, o capitalista tem viabilizado nesta fase histórica a apropriação do trabalho alheio. Pelo capitalista ter a mais-valia como produto, essa forma, numa linguagem figurada, pasteurizada, inerte de produto, transforma o trabalho de toda a sociedade e o viver dos trabalhadores em um fazer e viver despido de qualquer relação, que não tem sentido tanto para o capitalista quanto para o trabalhador – a finalidade para ambos é a obtenção de valor⁶⁹. Obviamente, para o capitalista, o objetivo é acumular valor, acumular riquezas; já para o trabalhador, a obtenção de valor nesta realidade é uma imposição, um limiar entre a sobrevivência ou não.

- De maneira geral, na sociedade capitalista, dos indivíduos que têm acesso aos conhecimentos científicos, qual o uso que fazem dele e em qual contexto esses conhecimentos são utilizados?

Verifica-se a existência de uma realidade que reproduz a própria realidade, reprodução significativamente influenciada pelo acesso e pelo não acesso dos indivíduos aos conhecimentos científicos e tecnológicos. Daqueles que têm acesso a esses conhecimentos, muitas vezes, trata-se de conhecimentos fragmentados, o conhecimento de uma parcela da realidade, ou seja, trata-se de um conhecimento muito específico.

Da parcela de conhecimento acessada, na grande maioria das vezes trata-se de um conhecimento voltado à reprodução da realidade social, e a sua aplicação ocorrendo dentro de uma lógica capitalista – a forma hegemônica de constituição da sociedade atual.

Identifica-se que o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos é restrito a uma elite social. Esta elite social, na sua maioria, exerce trabalhos de gestão, de planejamento, de desenvolvimento de produtos, de controle da produção, de pesquisa e produção de

⁶⁹ Marx dá destaque para esta discussão no *Grundrisse*, onde menciona, por exemplo, que: “[...] por meio da produção em massas enormes, que é posta pela maquinaria, desaparece igualmente do produto qualquer relação com a necessidade imediata do produtor e, em consequência, com o valor de uso imediato; na forma como o produto é produzido e nas condições em que é produzido já está posto que ele é produzido exclusivamente como portador de valor, e seu valor de uso é simples condição para isso” (MARX, 2011a, p. 582).

conhecimento, dentre outros. Portanto, geralmente, trata-se de um grupo social mais privilegiado socialmente, bem como, muitas vezes, atuam como prepostos do capital, de forma direta ou indireta.

Para além desse grupo, e incluindo-o, verifica-se a existência de uma arquitetura social e também educacional em que se constitui uma gradação de acessos aos conhecimentos científicos e tecnológicos; arquitetura social e educacional que imprime uma extrema desigualdade no acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis socialmente, correspondendo, por sua vez, às necessidades da divisão do trabalho e da desigualdade social existentes no capitalismo – trata-se de elementos estritamente relacionados. Diferentemente do primeiro grupo social, que é considerado uma elite social que tem acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos dessa sociedade, no outro extremo dessa arquitetura social verifica-se a existência de um amplo contingente populacional que praticamente não tem acesso a qualquer forma de conhecimento científico e tecnológico, recebendo esse grupo social apenas conhecimentos pontuais, fragmentados e especificamente necessários para atuar em determinada prática produtiva demandada pelo capital, ou então parte desses trabalhadores são excluídos das relações produtivas existentes na sociedade, permanecendo à margem da realidade produtiva capitalista.

Relacionado à forma de uso ou não do conhecimento científico e tecnológico, verifica-se que o capitalismo atua numa relação conflituosa, que tem tendência a se acentuar. Este se direciona para a contínua redução do trabalho vivo empregado na produção, intensificando a atuação dos trabalhadores que permanecem ligados à estrutura produtiva direta, imprimindo a esses trabalhadores uma subsunção real que é ampliada/aperfeiçoada historicamente. Imediatamente relacionado a essa tendência, verifica-se que o capitalismo também se direciona à substituição dos trabalhadores por novas tecnologias, que menos demandam trabalho para serem produzidas e mais produtos geram socialmente e, ainda, que possibilitam a ampliação da mais-valia obtida pelo capitalista. Como somente o trabalho gera valor para o capitalista, conforme foi discutido ao longo deste capítulo, o capitalismo restringe cada vez mais o seu círculo de atuação, tendo em vista que menos pessoas participam efetivamente do movimento de reprodução do capital.

De outra forma, o capitalismo também se utiliza do trabalho não diretamente vinculado e subordinado a si para a sua reprodução e para a acumulação de valor, gerando amplos contingentes de trabalhadores atuando em condições extremamente pauperizadas, trabalhando por conta própria, por produção realizada, sem vínculo empregatício, sem

qualquer proteção social e em condições que são, muitas vezes, totalmente insalubres e que geram a rápida degradação da vida.

Nesta relação e neste movimento histórico, verifica-se um processo de precarização das relações sociais e de trabalho, e também um processo de crescente exclusão social, que decorre da tendência do capital de comprimir a sua atuação em uma estrutura cada vez mais restrita.

- Daqueles que têm acesso aos conhecimentos científicos, qual a contribuição dos conhecimentos acessados para a compreensão da concretude da realidade social e humana?

Verifica-se que, pela expansão da produção da ciência, dos conhecimentos produzidos pelo gênero humano através da transformação social e do trabalho coletivizado; em decorrência do trabalho, constituinte da vida humana, que transforma a realidade e gradativamente deixa de ser realizado pela interação do ser humano com uma realidade imediatamente perceptível, tornando-se, para uma parcela dos trabalhadores, um trabalho cada vez mais complexo, exigindo uma compreensão da realidade cada vez menos obtida diretamente pelos sentidos humanos, implicando, por sua vez, em uma maior produção e transmissão de conhecimentos⁷⁰; e, ainda, pelo processo de produção da ciência no contexto da sociedade capitalista e pela sua utilização na realidade produtiva, pautada pela específica divisão do trabalho e pela desigualdade social; observa-se, em decorrência, uma superespecialização em determinadas áreas de conhecimento, fragmentando o conhecimento acessado, e com isso fragilizando, quando não inviabilizando, a compreensão da realidade de forma concreta. Verifica-se, por exemplo, a existência de cientistas que pesquisam diversas áreas bastante específicas, conhecendo muito das suas respectivas áreas de pesquisa, porém, que muitas vezes possuem uma compreensão totalmente equivocada da constituição do ser humano, da vida em sociedade, dos interesses políticos em curso, ou seja, não dispõem de uma compreensão mais concreta da realidade na sua totalidade, nos múltiplos aspectos que a

⁷⁰ É importante observar que a atuação sobre a realidade não imediatamente perceptível é um processo construído ao longo de toda a história da humanidade. Quando o ser humano passou a usar o arco e a flecha na realidade tribal, por exemplo, tratava-se já de um conhecimento que passou a ser aperfeiçoado e transmitido entre gerações, sendo algo complexo para aquele momento histórico. Considera-se que uma barreira é ultrapassada nesse transcurso histórico de constituição da humanidade quando se começa a explicar a realidade, quando passa-se a compreender os porquês da realidade, bem como quando passa-se a conhecer cada vez mais outros aspectos da realidade, deixando de ser uma atuação que envolve apenas a produção e a transmissão de conhecimentos de caráter sensível, imediatamente perceptíveis, para ser uma produção baseada em grande parte em conhecimentos científicos e também pela transmissão desses conhecimentos entre os indivíduos.

compõem. Cabe recapitular que Marx denomina, inclusive, de “defeito” do materialismo abstrato a atuação de cientistas que investigam determinadas áreas das ciências naturais e buscam inferir em aspectos que são alheios às suas áreas de pesquisa, utilizando-se, para isso, de um materialismo que não apreende a sociedade na sua complexidade (MARX, 2013a).

Vários elementos conduzem para uma superespecialização da ciência e da tecnologia, e também para o seu restrito acesso a uma elite social. A produção de conhecimentos e a formação de pessoas para produzi-los, ou mesmo a transmissão desses conhecimentos através das estruturas de educação escolar, estão condicionadas, em grande parte, pelos interesses dos capitalistas em determinado tempo histórico, bem como, para o capitalismo, a desigualdade social e a divisão do trabalho na forma capitalista são aspectos fundamentais para a constituição e a reprodução dessa forma de produção e de sociedade. O acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos está diretamente relacionado à desigualdade social e à divisão capitalista do trabalho.

Outro aspecto fundamental é que a crescente expansão do conhecimento científico e tecnológico leva a uma fragmentação do conhecimento, a uma superespecialização em ramos bastante específicos. Todavia, verifica-se que o direcionamento histórico-social em curso não é determinado apenas pela extensão e pela complexidade dos conhecimentos em cada eixo de estudo. Este modo de ver a realidade, esse modo de ser dos pesquisadores, bem como, do uso dos conhecimentos na realidade produtiva, está inteiramente condicionado a um modo de vida e a uma forma de organização social. A realidade econômica e social vigente em determinado tempo histórico é determinante da forma de se produzir e de se utilizar a ciência. Trata-se de um conhecimento interessado, que geralmente visa reproduzir o capitalismo e, inclusive, os indivíduos que têm acesso a esses conhecimentos geralmente estão absortos nessa realidade social. Assim, um conhecimento que também seja absorto, abstraído da realidade social e das suas contradições, também corresponde aos interesses da sociedade capitalista. Portanto, o modo de compreensão da realidade, de modo dominante, tanto dos pesquisadores quanto de quem fornece as bases materiais para a produção da ciência, e também a forma de constituição da sociedade, são fundamentais para que a produção da ciência permaneça restrita a áreas estanques, a aspectos bastante específicos que compõem a realidade, logo, também à produção de uma ciência abstraída da realidade na sua complexidade, nas suas múltiplas relações.

Considera-se que a compreensão da realidade de forma concreta, ou em um maior nível de concretude, é algo fundamental, indispensável para todos os indivíduos que compõem a sociedade, para que todos se apropriem da realidade, para que tenham a

capacidade de exercer a liberdade, e também de conduzir, de forma conjunta com os demais indivíduos, o direcionamento da sociedade. Além disso, algo fundamental e que envolve todos esses aspectos é a possibilidade de o indivíduo viver a essência humana. Verifica-se que isso não implica na ausência de cientistas, de pesquisadores, em uma sociedade futura, em uma sociedade revolucionada, bem como é fundamental que todas as pessoas que compõem a sociedade possam conhecer profundamente, cientificamente, os focos produtivos em que atuam. Marx propõe, no entanto, a existência de uma ciência que, em todos os seus eixos, também seja humana, também seja social, assim como que a ciência natural de hoje se torne ciência humana e que se constitua, desta forma, apenas uma ciência. Nas palavras do autor, escritas nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, “a ciência da natureza subsumirá em-si mais tarde a ciência do homem, tal como a ciência do homem subsumirá a da natureza: haverá uma ciência” (MARX, 2015a, p. 355-356). Compreende-se que o autor não desconsidera a necessidade da produção da ciência em áreas específicas, por exemplo, o estudo da química – dentre tantas outras áreas específicas de estudo, constituídas também por uma necessidade histórica –, todavia, que a química seja estudada na sua perspectiva social, que esse conhecimento produzido socialmente possa ser direcionado para a obtenção de uma vida plena pelos indivíduos e para o direcionamento da vida desses coletivamente, em sociedade; que esses conhecimentos possam ser estudados na relação com outros conhecimentos, com as possibilidades que as múltiplas relações entre esses conhecimentos possam gerar socialmente; por fim, quando se estuda os seres humanos, a sociedade, que se possa estudar os seres humanos constituídos historicamente nas suas relações com a natureza, com o conhecimento adquirido sobre essa, e na sua relação/constituição com a produção humana que se utilizou desses conhecimentos, por exemplo, da química. Em síntese, que a ciência seja utilizada para a compreensão da concretude da realidade, em uma perspectiva de busca da liberdade e de uma vida plena para os seres humanos. Ademais, considera-se que os usos dos conhecimentos produzidos devem estar condicionados à capacidade de decisão da sociedade, o que implica na inviabilidade de decidir sobre algo, sobre o uso de determinado conhecimento ou tecnologia sem conhecer adequadamente os significados, as possibilidades, os limites dos seus usos em sociedade. Assim como ocorre na realidade capitalista, considera-se que, em outra realidade social, uma realidade revolucionada, os conhecimentos científicos e tecnológicos devem estar imediatamente relacionados à forma de vida dessa nova sociedade, aos valores sociais, e a outras formas de trabalho e de viver a essência humana. Em uma sociedade revolucionada, a forma de viver e de agir em sociedade deverá ser completamente diversa da existente no capitalismo, porém o que se evidencia é que em todas as sociedades existe uma

maneira de direcionar o viver e a forma de conduzir a vida em sociedade – trata-se de leitura que não contradiz de maneira nenhuma um dos aspectos centrais que vêm sendo apresentados nesta tese, qual seja, a importância de todos os indivíduos compreenderem a realidade de forma concreta, ou em um maior nível de concretude. A realidade futura deverá ser diversa justamente por existir uma concretude atual que deve ser acessada pelos indivíduos, que demonstra a subjugação do ser humano pelo ser humano e, também, que desqualifica e expõe a total insustentabilidade da sociedade capitalista.

Ao falar da possibilidade de os indivíduos compreenderem a realidade em um maior nível de concretude, e também no acesso à ciência e à tecnologia, é fundamental falar também da influência destes elementos na constituição das consciências. O primeiro aspecto que pode ser observado é que o acesso ou não aos conhecimentos científicos e tecnológicos implica diretamente na constituição das consciências dos indivíduos. A consciência formada a partir do acesso aos conhecimentos científicos está muito relacionada, evidentemente, a qual conhecimento é acessado, a qual corrente científica o indivíduo vincula-se, e à sua forma de investigar a realidade – caso seja um pesquisador – e de relacionar esses conhecimentos com a sociedade, de utilizá-los socialmente. Como já se começou a destacar anteriormente, caso o indivíduo faça parte de uma elite social, ou, mais especificamente, de uma restrita parcela da sociedade que acessa os conhecimentos científicos e tecnológicos, geralmente terá uma compreensão profunda de um fragmento da realidade, e também a compreensão imediatamente relacionada a qual viés de conhecimento participa/adota o indivíduo, portanto, também a sua consciência está envolta a esse fragmento da realidade apreendido. Porém, a constituição das consciências não está isolada da forma como os indivíduos participam da sociedade. Por exemplo: quanto mais o indivíduo usufrui das conquistas histórico-sociais possíveis de serem obtidas na atual fase histórica, na sociedade capitalista – restrita a uma parcela muito pequena dos seus membros, cabe ressaltar – existe uma maior chance deste ter uma consciência favorável ao capitalismo, inclusive pela sua constituição histórico-social, pelo lugar e forma como se constitui socialmente, a exemplo de qual classe social vive. Mas a constituição do ser humano, das consciências individuais, não se limita a estes eixos constituintes. Participa da formação da consciência uma série de vivências e interações que o indivíduo tem na sociedade, na sua realidade singular e particular.

Os trabalhadores que não acessam os conhecimentos científicos e tecnológicos, ou pouco acessam, também são influenciados/afetados por uma série de elementos que compõem a realidade, portanto, tem as suas consciências formadas a partir de uma miríade de elementos constitutivos. Entretanto, identifica-se, em especial, um ponto que diferencia quem teve

acesso aos conhecimentos científicos e quem não teve: esses últimos geralmente se encontram em classes sociais menos privilegiadas, ou mesmo em completa situação de pobreza, algo que ocorre pelas relações sociais em curso existentes no capitalismo. São trabalhadores que geralmente se encontram em um nível de alienação elevado e que não conseguem colocar em prática, minimamente, a essência humana no seu viver, e também diariamente experienciam as contradições e sofrimentos impostos pela realidade capitalista. No entanto, não significa, necessariamente, que esse grupo social consegue identificar a origem, as causas dessa realidade social e humana, para canalizar esse descontentamento social para a transformação da realidade. Verifica-se que na atual construção histórico-social, uma parte relevante da classe trabalhadora apoia inclusive a sociedade capitalista. Marx e Engels (2010) observaram que a classe que detém a hegemonia, dissemina/constrói também uma leitura hegemônica da realidade.

Compreende-se que, em ambos os casos, acessando ou não os conhecimentos científicos e tecnológico produzidos pelo capitalismo, na maioria das vezes os indivíduos estão subsumidos pelo fetiche do capitalismo, pela construção ideológica dessa forma de sociedade, existindo um manto que encobre ou enubla a concretude da realidade e da vida em sociedade, aspectos que a ciência capitalista – como assim podemos denominar – não consegue desvelar.

Verifica-se, no processo de formação das consciências, a existência de uma realidade material e objetivada que conforma o fazer e a experiência do trabalhador em sociedade. O trabalhador é posto socialmente em uma realidade em que é separado de toda a atividade produtiva, do fazer e do constituir-se como ser humano – do viver a essência humana – e, por fim, é separado de si mesmo. Nesse sentido, verifica-se que ocorre uma estrita mescla entre o estranhamento do trabalhador, a crítica a essa realidade e a busca em estar longe dessa realidade, e, por outro lado, a cooptação do trabalhador pelo capitalista e pelo capitalismo de maneira geral e, portanto, o seu aceite a essa forma de sociedade. Parecem elementos contraditórios o estranhamento, a crítica, a repulsa a essa realidade, e o aceite e a atuação na reprodução da realidade capitalista; todavia, são aspectos que se entrelaçam no processo de constituição dos trabalhadores, e expõem a forma como atua a sociedade capitalista.

- Após todos os aspectos aqui discutidos, pode-se considerar que o conhecimento científico e a tecnologia produzida pelo capitalismo e para o capitalismo, assim como o acesso aos seus respectivos conhecimentos, são elementos que contribuem para uma profunda transformação social, para o revolucionamento da sociedade?

Para iniciar esta discussão, apresenta-se a contribuição de Moraes (2007), que compreende que a ciência é um aspecto fundamental para Marx:

[...] em cada um dos campos que Marx investigou – e foram muitos os campos que ele investigou, nenhum deles superficialmente – em todos os campos, inclusive na matemática, efetuou descobertas independentes. Tal era o homem da ciência. Mas isto não era nem sequer a metade do homem. Para Marx, a ciência era uma força histórica dinâmica, revolucionária. (MORAES, 2007, p. 158).

Para Marx, o acesso à ciência é revolucionário. Todavia, em toda a sua trajetória de atuação, o autor defendeu outra ciência em relação àquela presente na sociedade capitalista; defendeu primeiramente que os indivíduos compreendam a realidade em um maior nível de concretude: a partir da materialidade, da dialética e da historicização; defendeu a busca da síntese de múltiplas relações e determinações, a compreensão da realidade na sua complexidade. Um dos principais objetivos da vida de Marx foi a adequada compreensão da realidade sócio-histórica, algo considerado fundamental para o autor, para alcance da profunda transformação social.

Todavia, não apenas esta forma de compreensão da realidade, de ciência, pode ser considerada na leitura das obras de Marx, sendo que a ciência que permeia a sociedade, utilizada de diversas formas e também presente de diversas maneiras nos meios de produção e nos produtos produzidos, e também nas conquistas sociais como um todo, atua tanto como conformadora da sociedade como também suscitando atuações transformadoras e de novas possibilidades sociais.

Grande parte das conquistas sociais obtidas ao longo da trajetória histórica, bem como a própria produção da ciência e da tecnologia atual, são decorrentes do trabalho coletivizado, da produção socializada, logo, também da produção em grandes estruturas produtivas. É constante nos textos de Marx a análise de que as transformações científicas e tecnológicas oferecem fundamental contribuição para a transformação social, assim como para a geração de contradições que alcancem um nível crítico na sociedade capitalista. A ciência e a tecnologia contribuíram para que houvesse uma ampliação e uma transformação da produção, que era inimaginável aos indivíduos que viveram em época histórica imediatamente precedente⁷¹. Cada vez menos trabalho é necessário para a produção nestas proporções; por

⁷¹ Marx e Engels observam, no *Manifesto do partido comunista*, que “a sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes

sua vez, o capitalismo restringe o seu modo de atuar à apropriação do trabalho alheio, à acumulação de mais-valia, o que gera contradições insolúveis, bem como as crises do sistema capitalista tornam-se cada vez mais intensas em decorrência da superprodução de um lado e da pobreza de outro. Trata-se de contexto que torna a pauperização dos trabalhadores um aspecto constante, e mesmo, que amplia esta pauperização como forma de superação provisória das crises⁷².

Outro aspecto fundamental, para Marx, é a construção, ao longo do percurso de constituição do capitalismo e também fruto desse, de um arcabouço teórico e prático, ou seja, de uma realidade objetivada, que é constituinte da sociedade, portanto, da estrutura da atuação e da vida humana. Essa realidade que é construída socialmente possibilita as condições de construção de novas formas de humanização e de atuação livre do ser humano. Portanto, ao longo do transcurso histórico, foram construídos os elementos para uma nova sociedade, que pode surgir a partir de um processo de revolucionamento social. Compreende-se que o entendimento de Marx é de que uma nova sociedade não se faz sem os elementos históricos e materiais adequados, que possibilitem determinada transformação social. A universalidade social e do ser humano que ocorre a partir do capitalismo, por exemplo, é um elemento que favorece a formação de uma comunidade universal, que atue de forma aproximada universalmente, para além de amarras culturais, de poder e de coerção locais – o ser humano se socializa de uma forma diversa a partir da sociedade capitalista, deixando para trás aspectos que o naturalizavam, mesmo vivendo como um ser social. Portanto, há também uma forma de liberdade que se obtém nessa trajetória histórica, e também outra forma de liberdade possível de ser alcançada.

infernais que invocou. [...] Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; como se a fome ou uma guerra de extermínio houvessem lhe cortado todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem à sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio” (MARX; ENGELS, 2010, p. 45).

⁷² Em decorrência da expansão da utilização da ciência e dos aparatos tecnológicos, da ampliação das forças produtivas, como forças sociais e, ao mesmo tempo, como propriedade privada, cabe lembrar que Marx, no *Grundrisse* menciona que “o capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção” (MARX, 2011a, p. 583). Esta passagem demonstra a percepção do autor de que o capitalismo é um elemento gerador de contradições e de novas possibilidades sociais.

Cabe destacar também, que, para Marx, é fundamental a possibilidade histórica do ser humano usufruir de tempo livre, podendo fazer outras atividades para além daquelas necessárias exclusivamente para a sua sobrevivência. O autor não visualiza que o ser humano deva ser um ser que só trabalha, mas que possa ter tempo livre para fazer escolhas, para que tenha outras possibilidades de atuação e de humanização, ou, por outro olhar para esta questão, o autor compreende que é fundamental que o ser humano possa ter outras formas de trabalho, para além do trabalho necessário para a sua subsistência – compreendendo o trabalho a partir de uma perspectiva ampla – o que implica necessariamente a construção de um arcabouço material, teórico e cultural que possibilite que as forças produtivas colocadas em movimento atuem, estejam a serviço de todos os seres humanos, gerando possibilidades. Da mesma forma, é preciso ter as condições de liberdade para o uso dessas forças produtivas e, portanto, para que o ser humano possa ter possibilidades e possa utilizá-las⁷³.

Entretanto, se a ciência e a tecnologia são transformadoras da sociedade, podendo ser revolucionárias, por outro lado são também forças sociais – tanto diretamente, elas próprias, como também ao comporem as forças produtivas – que atuam como capital em si e para si ao serem utilizadas como capital em movimento, bem como estão a serviço e são produzidas para atuarem na subsunção dos trabalhadores. Portanto, considera-se que a produção da ciência e da tecnologia presente no atual tempo histórico, assim como o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos transmitidos e destinados ao atendimento das necessidades e dos interesses do capitalismo, não são necessariamente revolucionários, não direcionam necessariamente à constituição de outra sociedade. Soma-se a isso o fato desses conhecimentos na sociedade capitalista serem transmitidos na estrita medida às necessidades do capital. Assim como Marx (2010) verificou a necessidade de ocorrer a “suprassunção” da realidade histórico-social capitalista, verifica-se ser fundamental também a transformação da ciência e da tecnologia capitalista.

Por fim, considera-se fundamental que o conhecimento científico e tecnológico produzido historicamente seja tensionado, redirecionado, transformado, para que possibilite o acesso dos trabalhadores a uma compreensão cada vez mais concreta da realidade. Evidencia-se: é preciso ter a clara compreensão da distância que existe, do caráter diverso entre o conhecimento científico e tecnológico produzido e transmitido pelo capitalismo e o acesso ao

⁷³ No *Grundrisse*, Marx menciona que “o primeiro aspecto é importante [o emprego da maquinaria], porque o capital aqui – de forma inteiramente involuntária – reduz o trabalho humano, o dispêndio de energia, a um mínimo. Isso beneficiará o trabalho emancipado e é a condição da sua emancipação” (MARX, 2011a, p. 585). (inserção minha entre colchetes).

conhecimento científico e tecnológico que possibilite uma compreensão mais concreta da realidade, bem como direcionado para a transformação da sociedade posta e para a busca de uma vida plena e livre.

No próximo capítulo que compõe esta tese, apresenta-se a análise das publicações verificadas como mais relevantes no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica, portanto, publicações que possibilitem expressar o que propõe esta pedagogia. Buscou-se, nesta etapa, sistematizar as principais características e proposições desta pedagogia, bem como, em especial, analisar de que forma o acesso ao conhecimento científico e tecnológico estão presentes e como são compreendidos. Da mesma forma, buscou-se analisar qual a compreensão desta pedagogia sobre o acesso dos trabalhadores à compreensão da realidade na sua concretude.

4. AS PROPOSIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E A COMPREENSÃO DA REALIDADE NA SUA CONCRETUDE: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA O REVOLUCIONAMENTO DA SOCIEDADE

Neste capítulo, realiza-se a análise de quais as principais proposições da Pedagogia Histórico-Crítica para a educação dos trabalhadores no país, bem como busca-se identificar de que forma esta pedagogia se propõe a contribuir para a profunda transformação da sociedade atual.

Estes elementos são buscados, de forma mais específica, através da análise de como esta pedagogia compreende a apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos pelos trabalhadores, e também procura-se analisar se a compreensão da realidade na sua concretude, pelos indivíduos que compõe a classe trabalhadora, é uma defesa realizada ou não por esta pedagogia.

Neste percurso de análise, também suscitamos a discussão e a defesa de que a compreensão da realidade na sua concretude, ou em um maior nível de concretude, é um aspecto fundamental, imprescindível para o processo de revolucionamento da sociedade.

Por sua vez, compreendendo-se esta pedagogia não apenas como uma teoria, mas como um espaço de intervenção na realidade social, busca-se também identificar e realizar a discussão sobre quais são as proposições da Pedagogia Histórico-Crítica no âmbito da atuação política e na formação de uma nova ideologia, diversa da construída pelo capital.

4.1 O processo de constituição da Pedagogia Histórico-Crítica e o manifesto de surgimento de uma nova pedagogia

A Pedagogia Histórico-Crítica começa a ser constituída entre as décadas de 1970 e 1980, em um contexto em que foi muito marcante a reivindicação e a luta pela construção de uma nova sociedade. Tratava-se de um contexto histórico de ampla opressão e de perseguição militar, bem como possuíam os militares protagonismo na condução dos negócios da classe dominante capitalista – evidencia-se, vigorava uma ditadura civil-militar naquele período histórico. Pode-se verificar que parte da expressão desta pedagogia é resultante do contexto que estava em curso naquele momento histórico, e pelos anseios e perspectivas que eram visualizados por quem buscava transformações sociais.

O contexto histórico em que começa a se delinear esta pedagogia – naquele momento ainda não denominada de *Pedagogia Histórico-crítica* – pode começar a ser compreendido pela análise e pela percepção de Saviani, contida no capítulo 8 do livro *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Neste capítulo, que tem como título *Participação da universidade no desenvolvimento nacional: a universidade e a problemática da educação e cultura*, escrito em 1979 e apresentado primeiramente na *XXVIII Reunião plenária do conselho de reitores das universidades brasileiras*, o autor faz a seguinte leitura sobre as universidades naquele contexto histórico e social:

o que importa assinalar aqui é que a universidade tem participado estreitamente do processo de desenvolvimento nacional. [...] Afirmei anteriormente que o desenvolvimento capitalista é um processo contraditório. Afirmei que nesse processo a sociedade aparece cindida. E afirmei, também, que a universidade exprime, à sua maneira, essa cisão. Ora, no atual momento brasileiro, detecta-se diversos sinais de contradições e cisões. Parece, mesmo, que a sociedade brasileira não se contém mais na “camisa de força” representada pela modernização acelerada. E a universidade, por sua vez, dá mostras de que é necessário ultrapassar os limites do modelo tecnocrático. (SAVIANI, 2013a, p. 95; 96). (Grifos meus).

Ao analisar a realidade da universidade, os seus desafios e como ela se inseria no processo de constituição da realidade social, Saviani expressa a agudeza do desenvolvimento capitalista sob a ditadura civil-militar, evidenciando que a sociedade se encontrava cindida. Tratava-se de um contexto em que se evidenciava por um lado o crescimento econômico e a abissal concentração de renda, e por outro verificava-se a aguda pobreza. A condução e a reprodução desse processo eram viabilizadas, dentre outras coisas, pela mão de ferro do aparato coercitivo.

Já no texto *Antecedentes, origem e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica*, Saviani menciona que esta pedagogia surge na década de 1970 no âmbito do “[...] clima cultural, político e pedagógico que se instaurou no contexto da crítica à política educacional e à pedagogia oficial do regime militar alimentada pelo que chamei de teorias crítico-reprodutivistas [...]” (SAVIANI, 2011, p. 218).

Saviani explica que, naquele contexto, o que mobilizava os educadores críticos era “[...] a busca de alternativas à orientação oficial, o que colocava a necessidade de se elaborar uma teoria pedagógica que fosse crítica, mas não reprodutivista” (Ibidem, p. 218).

Uma forma bastante utilizada por Saviani para apresentar esta questão é o surgimento desta pedagogia como a crítica da crítica, como pode ser visto nos capítulos 3 e 4 de *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações* (SAVIANI, 2012a), e também no

livro *Escola e Democracia* (SAVIANI, 2018). Portanto, em outras palavras, através desta pedagogia, surgia a busca de alternativas para o que o autor chamou de autores “crítico-reprodutivistas”.

Segundo Saviani, os críticos-reprodutivistas compreendiam a escola como um espaço de reprodução do capital, que tinha em especial essa finalidade e, portanto, legava esse resultado, não sendo possível outro proveito para essa institucionalidade e organização socialmente constituída. Saviani destaca que esses autores “em nenhum momento admitem que a escola possa ser um instrumento do proletariado na luta contra a burguesia” (SAVIANI, 2012a, p. 60). Ademais, o autor observa que:

[...] a perspectiva crítica aparecia como se fosse dotada de certa homogeneidade, em que não se distinguia o reprodutivismo do não reprodutivismo; o próprio reprodutivismo era entendido como de inspiração marxista, de caráter dialético, e esses enfoques ficavam mais ou menos misturados, imbricados. Progressivamente, no entanto, foram tornando-se cada vez mais evidentes os limites da teoria crítico-reprodutivista. Ela revela-se capaz de fazer a crítica do existente, de explicitar os mecanismos do existente, mas não tem proposta de intervenção prática, isto é, limita-se a constatar e, mais do que isso, a constatar que é assim e não pode ser de outro modo. [...] segundo ela, é impossível que o professor desenvolva uma prática crítica; a prática pedagógica situa-se sempre no âmbito da violência simbólica, da inculcação ideológica, da reprodução das relações de produção. (Ibidem, p. 58; 59).

A Pedagogia Histórico-Crítica surge, portanto, em um momento de contraposição social a uma realidade capitalista em que qualquer perspectiva de democracia estava ampla e explicitamente cerceada – cerceada de forma mais explícita do que no período atual –, e também surge como uma forma de se contrapor àquela realidade, como uma forma de contribuir com a necessária transformação social e também com a redemocratização do país. Para isso, Saviani propõe algo diverso ao que considerou como um imobilismo existente nas teorias que denominou de crítico-reprodutivistas.

Saviani (2012a) destaca que, gradativamente, foi diferenciando o que pode ser considerado como uma teoria ou uma concepção de educação dialética e marxista das propostas crítico-reprodutivistas. Observa que não necessariamente as concepções críticas eram marxistas, por não incorporarem a concepção dialética.

O autor relata que poucas eram as obras embasadas em uma teoria marxista, portanto, contendo o caráter dialético. Observa como exceção a obra *Ação cultural para a liberdade*, de Paulo Freire, como tendo um caráter dialético de fato (Ibidem, p. 60).

A partir da sua prática educativa, Saviani observa que aspectos relevantes em relação à formação da Pedagogia Histórico-Crítica começam a surgir em 1979, através das

orientações que realizava aos doutorandos do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC de São Paulo. Trata-se de contexto em que buscaram formular “[...] teoricamente o fenômeno educativo, o problema central desse grupo era a superação do crítico-reprodutivismo” (SAVIANI, 2012a, p. 62). Saviani destaca a contribuição da tese de Carlos Roberto Jamil Cury para a elaboração teórica em curso naquele momento e para o avanço da análise e da superação das teorias crítico-reprodutivistas. Nessa tese, que tinha como título *Educação e contradição*, a contradição aparece como categoria chave, fundamental. Em decorrência da análise desta categoria, Saviani menciona que “[...] mesmo o aspecto reprodutor da educação é contraditório e não mecânico” (Ibidem, p. 62). (grifos meus).

É relevante observar de imediato que Saviani considera o acesso à educação reprodutora da realidade como dialética, como geradora de contradições, porém, identifica a crítica à educação de caráter capitalista que não oferece uma proposta de intervenção na realidade educacional, como não dialética. Diferentemente do autor, compreende-se que ambas se direcionam à geração de movimentos dialéticos, senão os mesmos, porém são intervenções geradoras de movimentos na realidade sócio-histórica. Todavia, ao se permanecer na crítica e na desqualificação da educação posta, mesmo que realizadas de forma assertiva, pode-se deixar de priorizar a constituição do ser humano no âmbito da escola como um importante elemento de transformação social, tal como denuncia Saviani nas suas obras.

Saviani destaca que, em 1981, ocorreu a defesa da tese da sua orientanda Guiomar Namó de Mello, que teve o título *Magistério de 1 grau: da competência técnica ao compromisso político*. Nesta tese, o interlocutor principal da autora foi o “politicismo”, tendo em vista que: “segundo os “politicistas”, já que a educação é sempre um ato político, trabalhar a educação politicamente é fazer política na escola – as questões pedagógicas seriam perfumarias, tergiversação, mecanismos ideológicos de dominação da burguesia” (idem, p. 62-63). A tese principal de Mello é que a educação só cumpre a sua função política através da mediação da competência técnica: “[...] trata-se de mostrar que para a escola cumprir a sua função política é preciso que ela exerça bem a sua contribuição específica” (Ibidem, p. 63). Saviani menciona ainda que, nesta tese, “[...] já surge com certa força a noção de que o papel político da educação se cumpre, na perspectiva dos interesses dos dominados, quando se garante aos trabalhadores o acesso ao saber, ao saber sistematizado” (Ibidem, p. 63). Como veremos mais à frente, os elementos apresentados e que podem ser considerados centrais na

tese da Guiomar Namó de Mello aproximam-se dos principais alicerces da Pedagogia Histórico-Crítica concebidos entre as décadas de 1970 e 1980⁷⁴.

Em 1983, Saviani publica o livro *Escola e Democracia*, como uma forma de síntese das produções teóricas que elabora nos primeiros anos da década de 1980. Este livro também pode ser compreendido como a síntese inicial da Pedagogia Histórico-crítica. Conforme o próprio autor menciona no prefácio da 43ª edição de *Escola e Democracia*, este livro pode ser considerado “[...] o manifesto de lançamento de uma nova teoria pedagógica, uma teoria crítica não reprodutivista [...]” (SAVIANI, 2018, p. xiv). É relevante evidenciar que, em 1983, quando do lançamento deste livro e também deste manifesto de uma nova teoria pedagógica, o nome *Pedagogia Histórico-Crítica* ainda não tinha sido definido para representar esse movimento de construção de uma nova pedagogia. Tal definição ocorreu no ano seguinte, em 1984. Saviani (2012a) explica a definição do nome desta pedagogia da seguinte forma:

cunhei, então, a expressão “concepção histórico-crítica”, na qual eu procurava reter o caráter crítico de articulação com as condicionantes sociais que a visão reprodutivista possui, vinculado, porém, à dimensão histórica que o reprodutivismo perde de vista. Os crítico-reprodutivistas têm dificuldade em dar conta das contradições exatamente porque elas se explicitam no movimento histórico. (SAVIANI, 2012a, p. 61).

Visualiza-se com facilidade o significado do termo “histórico” no nome desta pedagogia, bem como o caráter dialético envolvido. Já em relação à designação “crítica”, o alcance dessa designação, o seu real significado, será buscado ao longo deste capítulo, não sendo possível a compreensão do seu significado com precisão já neste momento. Não fica claro se a apropriação do termo “crítica” está restrito à compreensão do condicionamento da educação à realidade social em determinado momento histórico, ou se se refere também à crítica como um elemento educativo decorrente da apreensão da realidade existente, com as suas complexidades e contradições – a crítica à realidade posta como uma prática educativa.

Após o que se pode considerar como uma breve pausa para a especificação do nome desta pedagogia, conforme Saviani a designou, e da reflexão inicial sobre o significado dessa designação, verifica-se ser necessário voltar a atenção ao livro *Escola e democracia* (SAVIANI, 2018), em decorrência da sua relevância e por congregar diversos textos escritos no início da década de 1980, momento em que se constituíam as bases da Pedagogia Histórico-Crítica. Optou-se, nesta etapa, especificamente para a análise deste livro, por

⁷⁴ Ao longo do tempo, esta autora passa a expressar cada vez mais uma postura de defesa da ideologia neoliberal. Como pode ser visto em Frigotto e Ciavatta (2003), Guiomar Namó de Mello participou efetivamente das reformas neoliberais no âmbito da educação, realizadas no Brasil ao longo da década de 1990.

utilizar uma metodologia de exposição e de análise um pouco diferente da que vinha sendo adotada nos capítulos anteriores. Propõe-se realizar uma espécie de “diálogo” sobre este livro com o autor, proporcionando, portanto, o devido espaço para a exposição de qual o raciocínio implementado neste texto pelo autor e quais os argumentos utilizados. Por esse motivo, a seguir é realizada uma síntese bastante minuciosa deste livro, bem como são feitas diversas indagações, comentários e observações a respeito. A proposta é caminhar junto com o autor pelo percurso de escrita que este fez, buscando realizar uma espécie de “diálogo” a partir deste texto.

Um dos eixos centrais de *Escola e Democracia* é a questão da “marginalidade”, tanto em relação aos estudantes quanto a marginalidade no âmbito social, de uma maneira abrangente. O primeiro capítulo deste livro, que tem como título *As teorias da educação e o problema da marginalidade*, começa questionando como as diferentes teorias pedagógicas existentes naquele contexto histórico compreendem a marginalidade. O autor classifica as teorias educacionais em dois grupos, quais sejam: no primeiro grupo estão as teorias educacionais que compreendem que a educação é um instrumento de equalização social, de superação da marginalidade e, em última instância, tem a função de evitar a desagregação social; no segundo grupo estão as teorias que compreendem ser a educação um instrumento de discriminação social, ou seja, um fator de marginalização, em decorrência da educação escolar estar a serviço da sociedade posta e dos grupos hegemônicos.

Saviani (2018) classifica o primeiro grupo como sendo de teorias não críticas. Essas teorias compreendem que a educação possui, em grande medida, autonomia para a correção dos rumos e das distorções sociais. Já no segundo grupo estão as teorias críticas, que compreendem que a realidade social e a estrutura socioeconômica são determinantes para a constituição do “fenômeno educacional” e dos seus resultados. Saviani denomina este último grupo, conforme já adiantado anteriormente, de teorias “crítico-reprodutivistas”, em decorrência de compreenderem apenas o caráter reprodutivo da educação, e não o seu caráter dialético.

Faz-se necessário apontar algumas questões iniciais que surgem como aspectos a serem refletidos, que são: o que levaria Saviani a compreender, no contexto histórico em que inicialmente concebe essa pedagogia (décadas de 1970 e 1980), a possibilidade de romper com as concepções crítico-reprodutivistas de educação, desenvolvendo uma educação transformadora? Seria em decorrência de ser um momento histórico que caminhava à transformação, quando a realidade ditatorial entrava em processo de definhamento? Por novos ares democráticos e de transformação social se avizinharem? Ou simplesmente o autor

observou o elemento contraditório que pode existir na educação e a possibilidade de construção de uma educação transformadora? Não temos uma resposta definitiva para estas questões, todavia são questões bastante instigantes. Possivelmente a resposta está na mescla de elementos histórico-sociais em curso, naquele momento histórico, que direcionavam para uma realidade transformada, e que também influenciaram na constituição do próprio pesquisador, bem como aspectos que, possivelmente, também estão vinculados à formação de Saviani na área da filosofia e, ainda, à sua experiência individual com a educação.

Ao se voltar novamente para a publicação *Escola e Democracia*, verifica-se que Saviani estrutura a discussão que realiza na análise histórica das teorias educacionais que compõem as concepções não críticas e também as consideradas crítico-reprodutivistas. Dentre as consideradas não críticas, o autor dá destaque em especial para a *Pedagogia Tradicional*, para a *Pedagogia Nova* e para a *Pedagogia Tecnicista*. Já em relação às teorias crítico-reprodutivistas, ganham destaque a *Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica*, a *Teoria da Escola como Aparelho Ideológico de Estado* e a *Teoria da Escola Dualista*.

Teorias não críticas

As propostas pedagógicas não críticas analisadas por Saviani podem ser consideradas, em grande medida, como propostas alinhadas à sociedade capitalista. O autor começa analisando a Pedagogia Tradicional, mencionando que a compreensão da educação como uma oferta do Estado e como um direito de todos surge em meados do século XIX, quando essa compreensão era de interesse da classe burguesa que se consolidava no poder, e tinha como propósito “[...] superar a situação de opressão própria do “Antigo Regime” e ascender a um tipo de sociedade fundada no contrato social celebrado “livremente” entre os indivíduos, [e para isso] era necessário vencer a barreira da ignorância” (SAVIANI, 2018, p. 5). (Inserção minha entre colchetes). Desta forma, menciona o autor que o papel da Pedagogia Tradicional “[...] é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. O mestre-escola será o artífice dessa grande obra” (Ibidem, p. 5-6).

Saviani menciona que, para além do entusiasmo inicial, surgiu uma significativa decepção e as críticas se ampliavam pelo fato de essa pedagogia não alcançar o seu intento e

também, mesmo aqueles “bem-sucedidos” nessa escola, nem sempre se ajustavam à sociedade que deveria ser consolidada – sendo este um dos objetivos dessa proposta educacional.

No transcorrer das críticas à Pedagogia Tradicional, que tem início em especial no final do século XIX, surge como alternativa as propostas relacionadas à Pedagogia Nova. Saviani lembra que essa teoria “[...] mantinha a crença no poder da escola e em sua função de equalização social” (SAVIANI, 2018, p. 6). As esperanças de que a escola pudesse corrigir o fenômeno da “marginalidade” se mantinha viva. Esse movimento de reforma da escola, que visava corrigir o que seriam os erros da Escola Tradicional, é chamado de “escolanovismo”.

Ao propor “correções”, essa nova pedagogia começa efetuando a “[...] crítica da pedagogia tradicional, esboçando uma nova maneira de interpretar a educação e ensaiando implantá-la, primeiro, por intermédio de experiências restritas; depois, advogando sua generalização no âmbito dos sistemas escolares” (Ibidem, p. 6-7).

segundo essa nova teoria, a marginalidade deixa de ser vista predominantemente sob o ângulo da ignorância, isto é, o não domínio de conhecimentos. O marginalizado já não é, propriamente, o ignorante, mas o rejeitado. Alguém está integrado não quanto é ilustrado, mas quando se sente aceito pelo grupo e, por meio dele, pela sociedade em seu conjunto. (Ibidem, p. 7).

Nessa proposta pedagógica, deixa-se de lado a questão específica do acesso ao conhecimento, do saber, de se buscar indivíduos “ilustrados” pelo domínio dos conhecimentos. Saviani também observa que essa pedagogia surge a partir de experiências com os considerados “anormais”, propondo a posterior generalização dessas experiências.

Ao fazer a leitura destas propostas, e em especial das possibilidades de adoção destas pela sociedade, verifica-se que essa biopsicologização pode ser direcionada ou ser utilizada justamente em uma perspectiva social, ou seja, para uma conformação social a partir das diferenças, não se tratando apenas da inclusão dos diferentes pela aceitação social, mas sim de uma conveniência social em manter os diferentes como diferentes.

É relevante a reflexão sobre as justificativas para as críticas que surgiam, realizadas pela Pedagogia Nova à Pedagogia Tradicional. Algo importante que Saviani observa é que se forja “uma pedagogia que advoga um tratamento diferencial a partir da “descoberta” das diferenças individuais” (Ibidem, p. 7). O autor observa, ainda, que, a partir dessa concepção pedagógica surge uma situação paradoxal: a constatação de que a “[...] anormalidade é um fenômeno normal” (Ibidem, p. 7). Essa “anormalidade” deve ser vista com bons olhos pela sociedade, conforme advoga essa pedagogia, incluindo as diferenças sociais (de classe),

diferenças étnicas, ou de domínio do conhecimento e do seu uso socialmente (SAVIANI, 2018).

Outro ponto importante mencionado por Saviani é que se trata de “[...] uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender” (SAVIANI, 2018, p. 8). Para tanto, o autor destaca que, nessa proposta, deveria ser uma escola alegre, altamente estimulante, em que os estudantes pudessem se direcionar a partir dos seus interesses, bem como com professores atuando em pequenos grupos, visando orientar e estimular os estudantes. São aspectos em grande medida positivos, todavia Saviani observa que essa proposta primeiramente esbarrou no financiamento e na infraestrutura, ficando restrita a escolas experimentais ou a pequenos núcleos educacionais voltados às elites.

Saviani lembra outro aspecto relevante: apesar de não ser implantada de fato na sociedade, gerou uma influência muito negativa nas redes escolares oficiais.

Cumprindo assinalar que tais consequências foram mais negativas do que positivas uma vez que, provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou a absorção do escolanovismo pelos professores por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares, as quais muito frequentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento elaborado. Em contrapartida, a “Escola Nova” aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites. Vê-se, assim, que paradoxalmente, em lugar de resolver o problema da marginalidade, a “Escola Nova” o agravou. Com efeito, ao enfatizar a “qualidade do ensino” ela deslocou o eixo de preocupação do âmbito político (relativo à sociedade em seu conjunto) para o âmbito técnico-pedagógico (relativo ao interior da escola), cumprindo ao mesmo tempo uma dupla função: manter a expansão da escola em limites suportáveis pelos interesses dominantes e desenvolver um tipo de ensino adequado a esses interesses. (Ibidem, p. 9).

Ao deslocar o eixo para a qualidade técnico-pedagógica, abordando-se esta questão numa perspectiva particular, surge um subterfúgio para deixar de lado a política educacional numa perspectiva ampla; ademais, na prática, a valorização dos desiguais ou das desigualdades minimizou o compromisso com os resultados alcançados. O autor acrescenta, ainda, que considerou esse processo como um “mecanismo de recomposição da hegemonia da classe dominante”, conforme discussão que realiza inicialmente em Saviani (1989, p.24).

Considera-se relevante refletir sobre o conceito de “aprender a aprender” evidenciado anteriormente: por um lado, semanticamente, este conceito tem um caráter de positividade, de o indivíduo interagir com a realidade, de aprendê-la continuamente, de construir a sua atuação no âmbito da realidade; por outro lado, essa positividade possível pode ser subsumida pelo caráter mais amplo que perpassa a Escola Nova e, em especial, a sua adoção social, direcionada à oferta de uma educação diferente para os diferentes que, em

última instância, pode se tratar de uma educação desigual, inclusive com a valorização das diferenças sociais⁷⁵.

Saviani (2018) menciona que, ao final da metade do século XX, a Pedagogia Nova chegou ao seu ponto de exaustão. Um sentimento de desilusão se alastrava. As suas propostas tinham se tornado a concepção teórica dominante, sem que nenhum vício fosse imputado a essa, ao contrário da Pedagogia Tradicional, que passou a ser considerada pelos professores e demais profissionais da educação a causa de todos os problemas. Entretanto, na prática, a Pedagogia Nova, que vinha se apresentando como alternativa para a Pedagogia Tradicional, se mostrou ineficaz em relação à questão da marginalidade, conforme lembra Saviani.

O autor ainda lembra que, frente aos desafios sociais de se implementar as proposições de uma Escola Nova, “[...] surgiram tentativas de desenvolver uma espécie de “Escola Nova Popular”, cujos exemplos mais significativos são as pedagogias de Freinet e de Paulo Freire [...]” (SAVIANI, 2018, p. 10).

Em outra direção, surge uma preocupação excessiva com os instrumentos e métodos pedagógicos. Começa a surgir a Pedagogia Tecnicista (SAVIANI, 2018). Sobre esta proposta educacional, Saviani menciona que:

a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. (Ibidem, p. 10).

Ao explicar a Pedagogia Tecnicista, Saviani busca apresentar claramente essa pedagogia a partir do exemplo e dos traços provenientes do sistema fabril. Demonstra que essa pedagogia retira a autonomia do professor, define tempos e movimentos, implementa controles externos de forma obsessiva, dentre outros aspectos.

Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor – que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório – e se na pedagogia nova a iniciativa desloca-se para o aluno – situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto, relação interpessoal, intersubjetiva –, na pedagogia tecnicista, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição

⁷⁵ Verifica-se que a estrutura teórica e ideológica do “aprender a aprender” volta a ser utilizada com força na década de 1990 no país, associada à corrente do neoliberalismo em ascensão no mundo, inclusive na educação – cita-se, por exemplo, a elaboração da UNESCO “Educação: um tesouro a descobrir” (DELORS et al., 1998). Estas proposições serviram como pseudorrespaldos para uma série de concepções pedagógicas atreladas/subordinadas à sociedade capitalista, a exemplo do aprender a aprender destinado à apropriação de competências técnicas pontuais que continuamente se transformam e que são necessárias à volátil, fragmentada e precária realidade de trabalho implementada pela realidade capitalista.

secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. (SAVIANI, 2018, p. 11).

O autor procura demonstrar que, nesta concepção, o marginalizado é o incompetente, ou seja, o ineficiente, o improdutivo para a sociedade posta. Portanto, retirar da marginalidade é formar indivíduos eficientes, que contribuam para o aumento da produtividade na sociedade, para os interesses dessa sociedade: “a marginalidade, isto é, a ineficiência e improdutividade, constitui-se numa ameaça à estabilidade do sistema” (Ibidem, p. 11). Aqui se verifica claramente a oferta educacional voltada a implementar uma ampla e desigual arquitetura educacional, sendo que a “eficiência” a ser obtida é para o atendimento dos interesses hegemônicos.

Saviani menciona que “[...] a pedagogia tecnicista acabou por aumentar o caos no campo educativo, gerando tal nível de descontinuidade, de heterogeneidade e de fragmentação, que praticamente inviabiliza o trabalho pedagógico” (Ibidem, p. 12).

Teorias crítico-reprodutivistas

Se as teorias não críticas consideram a educação escolar praticamente autônoma à realidade social, não compreendendo a realidade socioeconômica como a determinante das políticas e práticas educacionais, por outro lado as teorias consideradas crítico-reprodutivistas pautam de forma fundamental esses determinantes socioeconômicos, porém Saviani destaca que sempre chegam à conclusão de que a função da educação escolar é reproduzir a realidade social posta; por esse motivo, denominou-as de “crítico-reprodutivistas”.

Ao realizar a análise das teorias crítico-reprodutivistas, Saviani evidencia a Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica, desenvolvida na obra *A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, de 1975.

Saviani destaca que estes autores se propõem a desenvolver uma concepção universal de educação. Para isso, se utilizam de enunciados como “classes” ou “grupos” sociais, buscando com isso propor a elaboração de uma teoria universal da educação, que engloba, portanto, a sociedade capitalista, e também formas de sociedade que futuramente poderão vir a existir.

Nesta teoria, a violência simbólica é parte fundamental dos sistemas de ensino. Saviani explica este aspecto da seguinte forma:

[...] os autores tomam como ponto de partida que toda e qualquer sociedade estrutura-se como um sistema de relações de força material entre grupos ou classes. Sobre a base da força material e sob sua determinação, erige-se um sistema de relações de força simbólica cujo papel é reforçar, por dissimulação, as relações de força material. [...] A violência simbólica manifesta-se de múltiplas formas: formação da opinião pública pelos meios de comunicação em massa, jornais etc.; pregação religiosa; atividade artística e literária; propaganda e moda; educação familiar etc. No entanto, na obra em questão, o objeto de Bourdieu e Passeron é a ação pedagógica institucionalizada, isto é, o sistema escolar. [...] Para isso, partindo, como já disse, da teoria geral da violência simbólica, buscam explicitar a ação pedagógica (AP) como imposição arbitrária da cultura (também arbitrária) dos grupos ou classes dominantes aos grupos ou classes dominados. (SAVIANI, 2018, p. 15).

Sobre as formulações teóricas dos autores que Saviani analisa, verifica-se que, apesar de haver uma imposição da cultura de uma classe para outra na sociedade atual, ao extrapolarem ao máximo essa questão, inferindo tratar-se de algo relacionado a todas as sociedades e em todos os tempos históricos, podem cair justamente em uma concepção pós-moderna de sociedade, em decorrência de divergirem do que está posto, porém do que está posto em todas as realidades histórico-sociais. Algo que pode ser observado, ainda, é que, diversamente da análise que fazem, as sociedades se transformam, as sociedades são outras ao longo do tempo. Compreende-se que os autores analisados por Saviani, ao partirem da dominação presente nas diferentes sociedades como sendo um esteio teórico absoluto, acabam lastreando a sua atuação numa concepção abstrata e a-histórica da realidade e, a partir desse direcionamento, acabam justamente reforçando os interesses da sociedade posta⁷⁶.

Ao abordar outra obra considerada crítico-reprodutivista, Saviani volta-se à discussão de uma teoria que considera a escola como um Aparelho Ideológico de Estado. O autor explica que Louis Althusser, ao analisar a reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes, procura distinguir os Aparelhos Repressivos de Estado, tais como o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, dentre outros, e os Aparelhos Ideológicos de Estado, tais como o religioso, o escolar, o familiar, o jurídico, o político, o sindical, o da informação (imprensa, etc.) e o cultural. Se por um lado os Aparelhos Repressivos de Estado funcionam em especial pela violência e, em menor grau, pela

⁷⁶ É importante observar a época histórica em que estes autores escrevem esta obra, pelo fato da realidade histórico-social vivenciada poder ter influenciado de maneira significativa nas suas leituras sobre a forma de atuação das sociedades que se propõe revolucionárias.

ideologia, de modo diverso, os Aparelhos Ideológicos de Estado atuam em especial através da ideologia e, em menor grau, através da repressão. Outro aspecto relevante é o entendimento de Althusser de que a ideologia se expressa de forma material, sendo implementada por instituições e por práticas sociais (SAVIANI, 2018).

Saviani destaca que, a partir dessa teoria, em suma, a ideologia materializa-se em aparelhos, os Aparelhos Ideológicos de Estado:

como AIE dominante, vale dizer que a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção de tipo capitalista. Para isso, ela toma a si todas as crianças de todas as classes sociais e inculca-lhes durante anos a fio de audiência obrigatória “saberes práticos” envolvidos na ideologia dominante (idem, p. 64). Uma grande parte (operários e camponeses) cumpre a escolaridade básica e é introduzida no processo produtivo. Outros avançam no processo de escolarização, mas acabam por interrompê-lo passando a integrar os quadros médios, os “pequeno-burgueses de toda a espécie” (idem, p. 65). Uma pequena parte, enfim, atinge o vértice da pirâmide escolar. Estes vão ocupar os postos próprios dos “agentes da exploração” (no sistema produtivo), dos “agentes da repressão” (nos Aparelhos Repressivos do Estado) e os “profissionais da ideologia” (nos Aparelhos Ideológicos do Estado) (idem, *ibidem*). (SAVIANI, 2018, p. 19).

Saviani observa que Althusser não nega a luta de classes; considera, inclusive, que a escola como Aparelho Ideológico de Estado pode ser um importante contexto de luta de classes. Porém, Saviani prossegue, mencionando que, “quando descreve o funcionamento do AIE escolar, a luta de classes fica praticamente diluída, tal o peso que adquire aí a dominação burguesa. Eu diria, então, que a luta de classes resulta nesse caso heroica, mas inglória, já que sem nenhuma chance de êxito” (Ibidem, p. 20).

Já em relação à Teoria da Escola Dualista, Saviani menciona que esta foi elaborada por Christian Baudelot e Roger Establet, e publicada no livro *L'École Capitaliste en France*, em 1971. Saviani chama de Teoria da Escola Dualista porque os autores se empenham em demonstrar que a escola é dividida em duas grandes redes, as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Baudelot e Establet dividem a estrutura escolar em *Rede secundária-superior (rede S.S)* e *Rede primária profissional (rede P.P)*. Essas duas redes constituem o aparelho escolar capitalista, assim divididas para formar um aparelho ideológico e de formação que visa reproduzir as relações de produção capitalistas, portanto, em proveito das classes dominantes (SAVIANI, 2018).

Saviani lembra ainda, que, nessa proposta, a escola tem por função impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária.

Assim, pode-se concluir que a escola é ao mesmo tempo um fator de marginalização relativamente à cultura burguesa, pelo fato de inculcar à

massa de operários que tem acesso à rede PP apenas os subprodutos da própria cultura burguesa. Em relação à cultura proletária, pelo fato de recalá-la, forçando os operários a representarem sua condição nas categorias da ideologia burguesa. Consequentemente, a escola, longe de ser um instrumento de equalização social, é duplamente um fator de marginalização: converte os trabalhadores em marginais, não apenas por referência à cultura burguesa, mas também em relação ao próprio movimento proletário, buscando arrancar do seio desse movimento (colocar à margem dele) todos aqueles que ingressam no sistema de ensino. (SAVIANI, 2018, p. 23).

Saviani assim avalia a influência dessas teorias críticas na América Latina: “se tais estudos tiveram o mérito de pôr em evidência o comprometimento da educação com os interesses dominantes também é certo que contribuíram para disseminar entre os educadores um clima de pessimismo e de desânimo [...]” (Ibidem, p. 23-24). Como consequência, o autor observa que “[...] só poderia tornar ainda mais remota a possibilidade de articular os sistemas de ensino com os esforços de superação do problema da marginalidade nos países da região” (Ibidem, p. 24).

Verifica-se como sendo bastante relevantes estes últimos elementos, sendo que Saviani, ao falar em pessimismo e desânimo, demonstra a importância da atuação interventiva dos professores através das práticas pedagógicas. Verifica-se, ainda, dois pontos importantes, que devem ser evidenciados: o repensar dos sistemas de ensino, devendo esses serem “articulados” a uma proposta de transformação da realidade; e, por sua vez, esta transformação é remetida à “superação da marginalidade” nos países da região.

A partir destes pontos, verifica-se que a questão da marginalidade está presente em toda a análise que o autor faz das diversas teorias pedagógicas. O que seria a marginalidade para a Pedagogia Histórico-crítica? Ao se falar em marginalidade, não estaria o autor propondo trazer ao núcleo da sociedade, implicando em uma relação dúbia no âmbito da sociedade capitalista? Saviani irá explicar mais detalhadamente, ao longo do texto, de que maneira compreende marginalidade (adiantou-se este questionamento visando suscitar a reflexão).

Saviani destaca que as teorias crítico-reprodutivas não têm nenhuma proposta educacional, simplesmente realizam a denúncia do uso da escola pelos grupos hegemônicos, todavia consideram que não existe alternativa nesse âmbito. O autor observa que, para os crítico-reprodutivistas, “[...] a história é sacrificada na reificação da estrutura social em que as contradições ficam aprisionadas” (Ibidem, p. 24). Ao questionar a impotência expressa pelos críticos-reprodutivistas no âmbito da educação, Saviani se propõe, obviamente, a não atuar da mesma forma na proposta educacional que elabora. Cabe evidenciar também que o autor

reforça que a categoria contradição é de fundamental importância, é estrutural na constituição da sociedade.

Em um dos últimos tópicos do primeiro capítulo de *Escola e Democracia*, após demonstrar os polos opostos das teorias pedagógicas e aquilo que considerou como as suas deficiências, Saviani faz uma série de questionamentos: “[...] é possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é, suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana?” (SAVIANI, 2018, p. 25). A resposta de Saviani percorre uma série de elementos. Afirma primeiramente que a sociedade em que se vive no atual tempo histórico é organizada em classes sociais com interesses opostos; que os interesses divergentes e conflitos existentes na sociedade afetam a escola; considera que a classe dominante não tem o interesse de transformar a escola e que, pelo contrário, atua na sua manutenção como uma forma de reprodução social; e, portanto, uma teoria crítica não reprodutivista só poderá ser realizada “[...] do ponto de vista dos interesses dos dominados” (Ibidem, p. 25). Prosseguindo na discussão que realiza, Saviani (2018) faz outras indagações, quais sejam: “[...] é possível articular a escola com os interesses dos dominados? [...]”; é possível uma teoria da educação que capte criticamente a escola como um instrumento capaz de contribuir para a superação do problema da marginalidade?” (Ibidem, p. 25). O autor responde, entre parênteses: “(Limito-me aqui a afirmar a possibilidade dessa teoria, já que escapa aos objetivos desse artigo o desenvolvimento da mesma.)” (Ibidem, p. 25).

Saviani complementa a sua resposta, observando que:

uma teoria do tipo acima enunciado impõe-se a tarefa de superar tanto o poder ilusório (que caracteriza as teorias não críticas) como a impotência (decorrente das teorias crítico-reprodutivistas), colocando nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado. [...] é necessário avançar no sentido de captar a natureza específica da educação, o que nos levará à compreensão das complexas mediações pelas quais se dá sua inserção contraditória na sociedade capitalista. (Ibidem, p. 25). (Grifos meus)

Ao evidenciar a natureza específica da educação e a sua necessária compreensão, o autor entende que existe o potencial de colocar um poder real nas mãos dos educadores. Esse poder real pode ser encontrado aparentemente, em um meio termo entre não se ter uma leitura ilusória sobre o potencial da educação na sociedade posta, tal como ocorreu com as teorias não críticas, porém também compreendendo a educação para além do imobilismo apresentado nas teorias crítico-reprodutivas.

Saviani ainda continua a sua asserção, mencionando que começa a se desenvolver um promissor esforço de elaboração teórica sobre as possibilidades da educação no texto “Escola e Democracia II: para além da curvatura da vara” (SAVIANI, 2018, p. 25)⁷⁷.

Entretanto, Saviani avança nessas proposições teóricas, de forma prévia, mencionando que:

do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes. (Ibidem, p. 25-26). (Grifos meus).

Nesta passagem, Saviani dá a entender que o papel político e transformador da realidade – de intervenção na realidade – é a busca por uma educação com a melhor qualidade possível no atual tempo histórico. O que é considerado como um ensino com a melhor qualidade possível será buscado ao longo da análise das obras do autor. Outro aspecto relevante é que Saviani volta a abordar a questão da marginalidade, todavia expressando, neste momento, qual a sua compreensão sobre a marginalidade no âmbito da educação. Entretanto, ainda persiste o questionamento sobre a questão da marginalidade e de qual proposta educacional estaria em discussão: seria a educação acessada pela burguesia – que não está à margem – uma educação de melhor qualidade, com potencial para contribuir para a profunda transformação social? Esta é uma questão que devemos perseguir ao longo das análises e discussões realizadas no decorrer deste capítulo da tese.

No capítulo 2 do livro *Escola e Democracia*, capítulo que possui o título *Escola e democracia I: A teoria da curvatura da vara*, Saviani busca analisar as propostas educacionais em curso na sociedade e redirecioná-las, ou, mais especificamente, elaborar outra proposta educacional visando o alcance do objetivo elencado no parágrafo anterior. Saviani explica que a expressão “teoria da curvatura da vara” é buscada em Lênin, que a utilizou para responder às críticas por assumir posições radicais, explicando este último autor que, “quando a vara está torta, ela fica curva de um lado e se você quiser endireitá-la, não basta colocá-la na posição correta. É preciso curvá-la para o lado oposto”. Saviani busca esta metáfora de Lênin no texto de Althusser (1977, p. 136-138).

⁷⁷ Texto que passa a compor o livro *Escola e Democracia*, mais especificamente o terceiro capítulo deste livro, e que será apresentado mais à frente na análise aqui realizada.

É necessário a compreensão do que Saviani deseja curvar para o lado oposto, para, posteriormente, tornar à posição adequada, e por que faz essa proposta. Mas antes, para a compreensão da discussão que o autor elabora, é preciso observar que esse define três teses, que são: 1 - “[...] do caráter revolucionário da pedagogia da essência e do caráter reacionário da pedagogia da existência” (SAVIANI, 2018, p. 30) (considerada uma tese mais filosófico-histórica pelo autor); 2 - “[...] do caráter científico do método tradicional e do caráter pseudocientífico dos métodos novos” (Ibidem, p. 30) (uma tese considerada de caráter mais pedagógico-metodológica); 3 - “[...] quanto mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi a escola; e de como, quando menos se falou em democracia, mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática” (Ibidem, p. 30) (compreende o autor que se trata de uma tese de caráter mais conclusivo em relação ao que é elaborado nas anteriores, consideradas como premissas).

Em relação à primeira tese, Saviani explica que existe um debate: na verdade, dois lados opostos que estão se digladiando, ou seja, entre uma concepção que é considerada velha e uma concepção considerada nova. A “[...] pedagogia tradicional é uma pedagogia que se funda numa concepção filosófica essencialista, ao passo que a pedagogia nova se funda numa concepção filosófica que privilegia a existência sobre a essência” (Ibidem, p. 31).

Após analisar a concepção filosófica essencialista em uma perspectiva histórica, Saviani observa que a burguesia foi uma classe revolucionária em determinado momento histórico e que advogou a

[...] filosofia da essência como um suporte para a defesa da igualdade dos homens como um todo e é justamente a partir daí que ela aciona as críticas à nobreza e ao clero. Em outros termos: a dominação da nobreza e do clero era uma dominação não natural, não essencial, mas social e acidental, portanto, histórica (Ibidem, p. 32).

Portanto, a igualdade entre os seres humanos era uma essencialidade a ser buscada. Como a burguesia se colocava na posição de classe revolucionária, uma pedagogia da essência foi fundamental para a reivindicação intransigente da igualdade essencial entre os seres humanos. Saviani menciona que, nessa perspectiva, surge a sociedade do contrato social, dos homens livres que vão fazer acordos, concessões: “é sobre essa base da sociedade contratual que as relações de produção vão se alterar: do trabalhador servo, vinculado à terra, para o trabalhador não mais vinculado à terra, mas livre para vender a sua força de trabalho e ele a vende mediante contrato” (Ibidem, p. 33). Nesse sentido, Saviani considera que a Pedagogia Tradicional, por ter se concebido como uma pedagogia da essência, pode ser considerada uma pedagogia revolucionária.

Ao longo do transcurso histórico, a participação política das massas vai se tornando um empecilho para a classe burguesa: “[...] os interesses dela [da burguesia] não caminham mais em direção à transformação da sociedade [...]” (SAVIANI, 2018, p. 33). (Inserção minha entre colchetes). O autor ainda menciona que a burguesia passa a propor a pedagogia da existência, deixando de lado a pedagogia da essência; a educação passa a ser tratada com descompromisso pela classe burguesa: “com efeito, a pedagogia da existência vai ter esse caráter reacionário, isto é, vai contrapor-se ao movimento de libertação da humanidade em seu conjunto, vai legitimar as desigualdades, legitimar a dominação, legitimar a sujeição, legitimar os privilégios” (Ibidem, p. 34).

Aproximando-se da pedagogia da essência, Saviani fala que é a classe que a burguesia explora que passa a ser a classe revolucionária no atual momento:

nesse contexto, a pedagogia da essência não deixa de ter um papel revolucionário, pois, ao defender a igualdade essencial entre os homens, continua sendo uma bandeira que caminha na direção da eliminação daqueles privilégios que impedem a realização da parcela considerável dos homens. Entretanto, neste momento, não é a burguesia que assume o papel revolucionário, como assumira no início dos tempos modernos. Nesse momento, a classe revolucionária é outra: não é mais a burguesia, é exatamente aquela classe que a burguesia explora. (Ibidem, p. 34). (Grifos meus).

Por sua vez, ao discutir sobre a cientificidade dos métodos pedagógicos, portanto, ao abordar a tese dois, apontada anteriormente, o autor explica as origens e como se estruturam os métodos pedagógicos da Escola Tradicional e da Escola Nova. Saviani considera que a primeira possui um método científico, e a segunda apenas um método pseudocientífico. Argumenta que a Escola Tradicional se constituiu já no âmbito da modernidade, no decorrer da Revolução Industrial, o que implica a adoção de uma determinada concepção de mundo e de ciência. Da mesma forma, são formados amplos sistemas de ensino, em que, “[...] consolidado o poder burguês, aciona-se a escola redentora da humanidade, universal, gratuita e obrigatória como um instrumento de consolidação da ordem democrática” (Ibidem, p. 35).

Saviani argumenta que a Pedagogia Tradicional, que possui um caráter expositivo, “[...] pode ser identificada nos cinco passos formais de Herbart” (Ibidem, 35), que são: a preparação, a apresentação, a comparação e a assimilação, a generalização e a aplicação. Da mesma forma, menciona ainda que estes passos “[...] correspondem ao esquema do método científico indutivo, tal como fora formulado por Bacon [...]” (Ibidem, p. 36).

Já a Escola Nova, esta passou a “[...] considerar o ensino como um processo de pesquisa; daí por que ela se assenta no pressuposto de que os assuntos de que trata o ensino são problemas, isto é, são assuntos desconhecidos não apenas do aluno, como também do

professor” (SAVIANI, 2018, p. 37). A sua proposta metodológica se funda em cinco passos, que são: desenvolvimento de uma atividade; identificação de um problema; levantamento dos dados; formulação das hipóteses explicativas para a questão formulada no problema; e elaboração da experimentação, realizada de forma conjunta entre alunos e professores, visando confirmar ou rejeitar as hipóteses previamente formuladas (SAVIANI, 2018). O autor ainda observa que:

diferentemente disso, o ensino tradicional propunha-se a transmitir os conhecimentos obtidos pela ciência, portanto, já compendiados, sistematizados e incorporados ao acervo cultural da humanidade. Eis por que esse tipo de ensino, o ensino tradicional, centra-se no professor, nos conteúdos e no aspecto lógico, isto é, centra-se no professor, o adulto, que domina os conteúdos logicamente estruturados, organizados, enquanto os métodos novos centram-se no aluno (nas crianças), nos procedimentos e no aspecto psicológico, isto é, centram-se nas motivações e interesses da criança em desenvolver os procedimentos que a conduzam à posse dos conhecimentos capazes de responder às suas dúvidas e indagações. Em suma, aqui, nos métodos novos, privilegiam-se os processos de *obtenção* dos conhecimentos, enquanto lá, nos métodos tradicionais, privilegiam-se os métodos de *transmissão* dos conhecimentos já obtidos. (Ibidem, p. 38).

O autor considera o método proposto pela Escola Nova como pseudocientífico, porque o ensino não é um processo de pesquisa, desta forma: “[...] ao mesmo tempo que o ensino era empobrecido inviabilizava-se também a pesquisa” (Ibidem, p. 38). Saviani reforça a crítica pelo fato de essa prática pedagógica estar centrada na realização de pseudopesquisas, de pesquisas de “mentirinha”, conforme define o autor:

[...] o desconhecido só se define por confronto com o conhecido, isto é, se não se domina o já conhecido, não é possível detectar o ainda não conhecido, a fim de incorporá-lo, mediante a pesquisa, ao domínio do já conhecido. Aí, parece-me que esta é uma das grandes fraquezas dos métodos novos. Sem o domínio do conhecido, não é possível incursionar no desconhecido. [...] o desconhecido não pode ser definido em termos individuais, mas em termos sociais, isto é, trata-se daquilo que a sociedade e, no limite, a humanidade em seu conjunto desconhece. Só assim seria possível encontrar-se um critério aceitável para distinguir as pesquisas relevantes das que não o são, isto é, para se distinguir a pesquisa da pseudopesquisa, da pesquisa de “mentirinha”, da pesquisa de brincadeira, que, em boa parte, me parece, constitui o manancial dos processos novos de ensino. Em suma, só assim será possível encetar investigações que efetivamente contribuam para o enriquecimento cultural da humanidade. (Ibidem, p. 38; 39).

Sobre esta análise realizada por Saviani, considera-se que o uso de pesquisas não destinadas à evolução do conhecimento de fato, não destinadas à produção de novos conhecimentos, não é um problema em si, tanto que todos os laboratórios de ciências das escolas – aquelas que possuem laboratórios – são espaços de pesquisa que, em grande medida, não visam fazer avançar o conhecimento, mas possibilitar/aperfeiçoar o processo de ensino e

de experiencição do estudante. Todavia, possui-se concordância e aproximação teórica da análise de Saviani ao se considerar que a própria pesquisa que não visa fazer avançar o conhecimento deva ser prioritariamente um processo de ensino, de transmissão de conhecimentos, em que o professor possui o domínio prévio do conhecimento e, em parte, do objetivo a ser alcançado com essa prática pedagógica.

Ao avaliar a influência que a Escola Nova exerceu no país, assim como uma espécie de respaldo que esta teoria gerou para os condutores das políticas em curso, Saviani faz a discussão sobre leis que foram implementadas na década de 1970 e que levaram a uma flexibilização tão grande das práticas educacionais dos trabalhadores que esvaziaram ainda mais a já pouca oferta educacional que as classes sociais empobrecidas tinham (SAVIANI, 2018). A partir desta análise, o autor destaca que: “ora, vejam vocês como está aqui de modo bem caracterizado aquilo que eu chamo o aligeiramento do ensino destinado às camadas populares. Dessa maneira, o ensino das camadas populares pode ser aligeirado até o nada, até se desfazer em mera formalidade” (SAVIANI, 2018, p. 44).

A partir destas análises sobre a Escola Nova e sobre a Escola Tradicional, a última tese formulada pelo autor sintetiza a sua compreensão de que, quando mais se falou em democracia no âmbito da sala de aula, no contexto da Escola Nova, menos se contribuiu para a construção de uma sociedade democrática; por sua vez, quando menos se abordou a democracia, no âmbito de atuação da Escola Tradicional, mais essa escola contribuiu para a formação de uma sociedade democrática.

A partir destas análises, Saviani faz uma síntese prévia, mencionando que:

[...] nós precisaríamos defender o aprimoramento exatamente do ensino destinado às camadas populares. Essa defesa implica a prioridade de conteúdo. Os conteúdos são fundamentais e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se num arremedo, ela transforma-se numa farsa. (Ibidem, p. 44-45).

Pode-se compreender com bastante clareza nesta passagem quais são as propostas e o que o autor defende. Esta compreensão fica ainda mais clara verificando-se a citação a seguir, em que o autor menciona que:

justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar essa dominação. Eu costumo, às vezes, enunciar isso da seguinte forma: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. Nesse sentido, eu posso ser profundamente político na minha ação pedagógica, mesmo sem falar diretamente de política, porque, mesmo

veiculando a própria cultura burguesa, e instrumentalizando os elementos das camadas populares no sentido da assimilação desses conteúdos, eles ganham condições de fazer valer os seus interesses, e é nesse sentido, então, que se fortalecem politicamente. Não adianta nada eu ficar sempre repetindo o refrão de que a sociedade é dividida em duas classes fundamentais, burguesia e proletariado, que a burguesia explora o proletariado e que quem é proletariado está sendo explorado, se o que está sendo explorado não assimila os instrumentos pelos quais ele possa se organizar para se libertar dessa exploração. (SAVIANI, 2018, p. 45). (Grifos meus)

Vê-se um estreito limiar entre o que se percebe como sendo a relevância e o acerto do que o autor propõe e o que se verifica como uma insuficiência, ou uma leitura pouco assertiva. Se por um lado é imprescindível para a transformação social o acesso a determinados conhecimentos pela classe trabalhadora, a exemplo do domínio completo da escrita com maestria, dentre tantos outros exemplos que poderiam ser citados, por outro lado não se considera que exatamente a ciência e a cultura burguesa devam ser os elementos que tenham que prevalecer nessa transmissão de conhecimentos. A partir dos conteúdos analisados, aparenta que a compreensão concreta da realidade, a compreensão das contradições, das possibilidades, dos limites e, inclusive, das atrocidades da sociedade atual, sejam conhecimentos a serem obtidos, a serem buscados em outros espaços de formação que não na escola, que é – ou que deveria ser – justamente o espaço por excelência de acesso ao conhecimento e à compreensão da realidade. Reiterando: considera-se fundamental a compreensão dos conhecimentos produzidos socialmente e que são relevantes para a humanidade, porém não se compreende que, essencialmente, apenas dominando os conteúdos dos dominadores que se tem a libertação dos dominados.

Algo que foi observado no processo de pesquisa e nas reflexões realizadas nesta tese é que se trata de algo muito diverso transmitir conhecimentos produzidos pela sociedade capitalista para o atendimento dos seus interesses e, por outro lado, o acesso à compreensão da realidade em um maior nível de concretude, e também a compreensão de que é possível a construção de outra sociedade, bem como a apropriação dessa necessidade pela classe trabalhadora e também a construção da capacidade teleológica envolvida, inerente à transformação da realidade social.

A partir dos elementos de *Escola e Democracia* apresentados até o momento, Saviani explica que, em relação à teoria da curvatura da vara, a teoria e a prática docente estão tortas para o lado da pedagogia da existência. O objetivo do autor é curvá-la para o outro lado, para a pedagogia da essência. O autor termina o raciocínio do capítulo 2 mencionando:

creio ter conseguido fazer curvar a vara para o outro lado. A minha expectativa é justamente que com essa inflexão a vara atinja o seu ponto

correto, o qual não está também na pedagogia tradicional, mas na valorização dos conteúdos que apontam para uma pedagogia revolucionária. (SAVIANI, 2018, p. 46).

O autor considera que o acesso aos conhecimentos, que atualmente permanecem restritos aos grupos hegemônicos, é uma forma de lutar contra esses mecanismos de hegemonia e, em última instância, considera que se trata de uma prática educacional que contribui para o surgimento de um processo revolucionário. Pergunta-se: em que medida a pedagogia da essência está relacionada, ou deve se restringir ao acesso ao conhecimento acessado e utilizado pela burguesia e à cultura desse grupo social? Concorde-se com o autor de que a busca por uma educação igualitária na sociedade capitalista aguça as contradições; por outro lado, verifica-se ser um conhecimento restrito, limitado, em parte também produzido historicamente para a reprodução da sociedade posta. Portanto, o ponto nevrálgico que se toca, de forma preliminar, é: qual conhecimento é esse?

No capítulo três do livro *Escola e Democracia*, capítulo denominado *Escola e democracia II: para além da teoria da curvatura da vara*, Saviani afirma desejar prosseguir o debate do texto/capítulo anterior, buscando ultrapassar o momento da antítese na direção de alcançar o momento da síntese. Nessa direção, “[...] após esclarecer a razão do emprego indiferenciado das expressões “pedagogia da existência” e “pedagogia nova” serão retomadas consecutivamente, com intento de superação, cada uma das três teses anteriormente enunciadas com intento negador” (Ibidem, p. 49).

O autor afirma que, a partir de uma análise histórica da Pedagogia Tradicional e da Pedagogia Nova, “evidenciou-se como se deu historicamente a passagem de uma concepção pedagógica igualitarista para uma pedagogia das diferenças, com sua consequência política: a justificação de privilégios” (Ibidem, p. 51). Todavia, o autor argumenta que, já no momento daquela análise, estava se colocando numa perspectiva de superação dessas pedagogias, tendo em vista o caráter não historizador de ambas, como consequência não existindo a compreensão por parte dessas dos condicionantes histórico-sociais a que estão ligadas.

São, pois, ingênuas e não críticas já que é próprio da consciência crítica saber-se condicionada, determinada objetivamente, materialmente, ao passo que a consciência ingênuas é aquela que não se sabe condicionada, mas, ao contrário, acredita-se superior aos fatos, imaginando-se mesmo capaz de determiná-los e alterá-los por si mesma. Eis por que, tanto a pedagogia tradicional como a pedagogia nova entendiam a escola como “redentora da humanidade”. Acreditavam que era possível modificar a sociedade por meio da educação. Nesse sentido, podemos afirmar que ambas são ingênuas e idealistas. Caem na armadilha da “inversão idealista” já que, de elemento determinado pela estrutura social, a educação é convertida em elemento determinante, reduzindo-se o elemento determinante à condição de

determinado. A relação entre educação e estrutura social é, portanto, representada de modo invertido. (SAVIANI, 2018, p. 51). (Grifos meus nas passagens com sublinhado).

Algo que se identifica nesta passagem é a compreensão – ou uma das compreensões – do autor sobre o significado do caráter crítico, que, em analogia, pode estar relacionado à compreensão do que é crítico para a Pedagogia Histórico-crítica.

Outro ponto importante que se observa nesta passagem é que se pode depreender que a Pedagogia Histórico-crítica não se considera ingênua e idealista, bem como não acredita que por si só possa transformar a realidade. Compreende sim, em grande medida, que é uma pedagogia determinada pela realidade. Entretanto, como se verifica mais à frente, o autor, obviamente, não pode levar às últimas consequências essa análise, deixando de lado o caráter dialético da realidade, caso contrário incorreria também em contradição, porque não faria sentido atuar no tensionamento da realidade no âmbito de uma pedagogia se essa atuação também não fosse elemento de transformação social.

Continuando sua análise, o autor argumenta que a pedagogia da essência teve um caráter revolucionário em determinado contexto histórico e continua tendo na realidade atual, todavia, para que isso se efetive no atual tempo histórico, é preciso a pressão, para que “[...] a *igualdade formal* (“todos são iguais perante a lei”), própria da sociedade contratual instaurada com a revolução burguesa, se transforme em *igualdade real*” (Ibidem, p. 51).

Nesse sentido, a importância da transmissão de conhecimentos, de conteúdos culturais, marca distintiva da pedagogia da essência, não perde seu caráter revolucionário. A pressão em direção à igualdade real implica a igualdade de acesso ao saber, portanto, a distribuição igualitária dos conhecimentos disponíveis. Mas aqui também é preciso levar em conta que os conteúdos culturais são históricos e o seu caráter revolucionário está intimamente associado à sua historicidade. Assim, a transformação da igualdade formal em igualdade real está associada à transformação dos conteúdos formais, fixos e abstratos, em conteúdos reais, dinâmicos e concretos. Ao conjunto de pressões decorrentes do acesso das camadas trabalhadoras à escola, a burguesia responde denunciando pela Escola Nova o caráter mecânico, artificial, desatualizado dos conteúdos próprios da escola tradicional. (Ibidem, p. 51-52). (Grifos meus).

Saviani ressalta que os conteúdos são históricos e, para que tenha um caráter revolucionário, a igualdade de acesso aos conhecimentos disponíveis deve estar associada à dinamicidade do conhecimento, ao seu caráter histórico e à sua concretude. Nesta discussão, Saviani se aproxima, está na fronteira da discussão e do problema central que se tem suscitado nos últimos parágrafos, todavia, aparentemente, o autor está em especial respondendo às necessárias críticas à Escola Tradicional, e não questionando os problemas epistemológicos e gnosiológicos existentes no conhecimento hegemônico presente na sociedade capitalista – a

exemplo da excessiva fragmentação do conhecimento, a existência, muitas vezes, de conhecimentos que falseiam a realidade, e também o caráter interessado, próprio desse conhecimento – aos objetivos dos grupos hegemônicos.

Em continuidade à discussão que realiza, Saviani lembra que a burguesia propôs a Escola Nova como alternativa para o caráter mecânico, artificial, desatualizado da Escola Tradicional, todavia, se as críticas referentes à Escola Tradicional, no que tange à forma como vinha sendo aplicada em sala de aula eram corretas, por outro lado, efetivamente, a proposta educacional substituta funcionou antes “[...] como mecanismo de recomposição da hegemonia burguesa” (SAVIANI, 2018, p. 52). As aspirações da classe trabalhadora, ao serem subsumidas à condução da classe dominante via o ideário da Escola Nova e ao ter como norte um pseudoatendimento das necessidades desiguais de todos os grupos que compõe a sociedade, resultou na secundarização da transmissão dos conhecimentos, bem como todo esse processo se subordina “[...] a uma pedagogia das diferenças, centrada nos métodos e processos: a pedagogia da existência ou pedagogia nova” (Ibidem, p. 18).

Em detrimento destas propostas, o autor enfatiza que:

uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca converter-se, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. Para isso, a pedagogia revolucionária, longe de secundarizar os conhecimentos descuidando de sua transmissão, considera a difusão de conteúdos, vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola em particular. [...]. A pedagogia revolucionária é crítica. E, por ser crítica, sabe-se condicionada. Longe de entender a educação como determinante principal das transformações sociais, reconhece ser ela elemento secundário e determinado. Entretanto, longe de pensar, como o faz a concepção crítico-reprodutivista, que a educação é determinada unidirecionalmente pela estrutura social dissolvendo-se a sua especificidade, entende que a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. Nesse sentido, ainda que elemento determinado, não deixa de influenciar o elemento determinante. Ainda que secundário, nem por isso deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de transformação da sociedade. (Ibidem, p. 52-53). (Grifos meus).

É relevante, nesta última passagem de Saviani, a afirmação do autor de que busca uma pedagogia revolucionária. Da mesma forma, gradativamente vai sendo possível a compreensão do significado do que é uma pedagogia “crítica” para o autor: uma pedagogia que se compreende condicionada, mas que busca atuar para transformar a realidade, contribuir nesse sentido; por sua vez, por este trecho do texto de Saviani, não é possível a compreensão

de que a “crítica” também está relacionada à crítica como uma prática pedagógica, a crítica à sociedade posta, a crítica resultante da exposição da realidade na sua concretude.

Em relação à segunda tese formulada por Saviani e apresentada no capítulo anterior, ao voltar a discuti-la, o autor menciona que, ao abordar o caráter científico do método tradicional e o caráter pseudocientífico dos métodos novos, estava apenas demonstrando o infundado argumento da Escola Nova, porém isso não significa que as críticas que estavam sendo feitas à Pedagogia Tradicional não tinham relevância; todavia, observa que “a crítica escolanovista atingiu não tanto o método tradicional, mas a forma como esse método se cristalizou na prática pedagógica, tornando-se mecânico, repetitivo, desvinculado das razões e finalidades que o justificam” (SAVIANI, 2018, p. 53).

Ao discutir as poucas iniciativas de levar a Escola Nova para a classe trabalhadora, Saviani cita como exceção as iniciativas de constituição de uma “escola nova popular”, que se mostrou uma proposta bastante diversa do escolanovismo conduzido pelas elites – condução esta que acabou melhorando a qualidade da educação justamente das elites e precarizando a já deficitária educação dos trabalhadores. Saviani não se mostra intransigente em relação aos possíveis avanços que poderiam ser incorporados na educação a partir das propostas da Escola Nova, entretanto, faz o seguinte questionamento:

se o escolanovismo pressupõe métodos sofisticados, escolas mais bem equipadas, menor número de alunos em classe, maior duração da jornada escolar; se se trata de uma escola mais agradável, capaz de despertar o interesse dos alunos, de estimulá-los à iniciativa, de permitir-lhes assumir ativamente o trabalho escolar, por que não implantar esse tipo de escola exatamente para as camadas populares nas quais supostamente a passividade, o desinteresse, as dificuldades de aprendizagem são maiores? (Ibidem, p. 55).

O autor destaca que, a partir do momento em que o ideário de uma escola transformada, de caráter popular, ganha força, passando a ocorrer a cobrança por outra escola, não por acaso as elites hegemônicas redirecionam a discussão e a leitura que fazem da escola:

[...] exatamente nesse momento novos mecanismos de recomposição da hegemonia são acionados: os meios de comunicação de massa e as tecnologias de ensino. Passa-se, então, a minimizar a importância da escola e a se falar em educação permanente, educação informal etc. No limite, chega-se mesmo a defender a destruição da escola. (Ibidem, p. 55).

Ao fazer esta discussão, Saviani destaca quais são as suas propostas para a escola e para a prática pedagógica, buscando apresentar uma síntese sobre a questão:

Uma pedagogia articulada com os interesses populares valorizará, pois, a escola; não será indiferente ao que ocorre em seu interior; estará empenhada em que a escola funcione bem; portanto, estará interessada em métodos de ensino eficazes. Tais métodos situar-se-ão para além dos métodos

tradicionais e novos, superando por incorporação as contribuições de uns e de outros. Serão métodos que estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos. (SAVIANI, 2018, p. 55-56).

Ao continuar as suas proposições para a escola, especificamente as pedagógicas, Saviani afirma que, se fosse traduzir/transpor o método de ensino que considera mais adequado, à semelhança dos esquemas de Herbart e Dewey, este método teria os seguintes passos ou momentos articulados para se colocar em prática:

- O processo educativo e o encontro entre o professor e os estudantes deve ocorrer no âmbito da prática e da realidade social; Saviani considera que o professor e os estudantes podem se posicionar de forma diferente sobre a prática e a realidade social, bem como destaca que os estudantes e o professor encontram-se em níveis diferentes de conhecimento e de experiência em relação à esta prática social; menciona o autor que, “enquanto o professor tem uma compreensão que poderíamos denominar de “síntese precária”, a compreensão dos alunos é de caráter sincrético” (Ibidem, p. 56). O autor denomina síntese precária em decorrência de o professor ter certa compreensão articulada dos conhecimentos e das experiências da prática social, todavia é precária porque a interação da prática pedagógica como uma prática social sempre dependerá da prática educativa possível de ser realizada com os estudantes, aspecto que o professor poderá prever, porém nunca saberá por inteiro o resultado já do ponto de partida.

Neste primeiro passo da proposta pedagógica formulada por Saviani, verifica-se que um dos grandes desafios na realidade atual é que, em muitos aspectos e na maioria das vezes, o professor e os estudantes se encontram no mesmo nível de compreensão da realidade, possuindo ambos uma leitura sincrética da realidade – salienta-se, está-se referindo à compreensão da realidade em um maior nível de concretude –, e inclusive, nesses casos, o professor muitas vezes reforça a ideologia hegemônica que está a serviço da sociedade posta. Trata-se, igualmente, de aspecto percebido por Marx quando aborda a tese três sobre Feuerbach, ao questionar quem educará os educadores. Essa compreensão fragmentada e parcial da realidade afeta a condução dos cursos e das ofertas educacionais realizadas pelos professores e pelos demais trabalhadores da educação, a organização dos currículos colocada

em prática pelos trabalhadores da educação, quando esses têm a possibilidade de elaborá-los e, também, em uma atuação transformadora ou não da realidade.

Obviamente que os professores geralmente possuem um maior conhecimento de uma área específica, todavia geralmente esses tiveram acesso a um conhecimento produzido pelo capitalismo e direcionado para o atendimento das necessidades do capitalismo, a sociedade posta no atual tempo histórico; ademais, trata-se, geralmente, de um conhecimento abstraído da realidade na sua complexidade. Portanto, se por um lado os professores conhecem significativamente sobre um aspecto da realidade, tem o domínio de determinado conhecimento, por outro lado, uma compreensão mais ampla da realidade, na complexidade que a constitui, muitas vezes não está disponível. Por esse motivo, menciona-se que, no que se refere a uma compreensão mais concreta da realidade, pode ocorrer de o professor e o estudante, em certa medida, encontrarem-se no mesmo nível.

É importante ressaltar que um dos méritos da Pedagogia Histórico-crítica é educar os educadores, ajudar a construir uma determinada leitura de mundo, e também uma compreensão da realidade de caráter mais abrangente.

- O segundo momento, ou o segundo passo da sua proposta pedagógica, é a identificação dos problemas impostos pela prática social. Segundo o autor, “trata-se de detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimento é necessário dominar” (SAVIANI, 2018, p. 57).

Identifica-se que, aparentemente, é uma prática educativa que busca dar o protagonismo de condução da realidade aos indivíduos, e também aos indivíduos organizados de forma coletiva.

- O terceiro passo é a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários para a resolução dos problemas verificados na prática social. Nesta proposta, o autor destaca que poderá haver a transmissão e a assimilação de conhecimentos. Segundo Saviani, “como tais instrumentos são produzidos socialmente e preservados historicamente, a sua apropriação pelos alunos está na dependência de sua transmissão direta ou indireta por parte do professor” (Ibidem, p. 57). Um ponto que se destaca nesse passo da pedagogia que está sendo proposta é a observação que o autor faz de que “trata-se da apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta social que travam diuturnamente para se libertar das condições de exploração em que vivem” (Ibidem, p. 57).

Ao se observar este passo da prática pedagógica que está sendo proposta por Saviani, verifica-se uma compreensão do autor sobre certa autonomia dos educadores em relação à sociedade; da mesma forma, se evidencia tratar-se de uma proposta que pode ser bastante relevante para o momento em que um processo revolucionário esteja mais efetivamente em curso.

- O quarto passo é a expressão elaborada do entendimento da prática social que se obteve através da educação. Segundo Saviani (SAVIANI, 2018, p. 57), “chamemos este quarto passo de *catarse*, entendida na acepção gramsciana de “elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 1978, p. 53). Trata-se da efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social”⁷⁸.
- Por sua vez, o quinto passo é a prática social, compreendida não mais de forma sincrética pelos alunos, mas como a formulação de uma maior síntese sobre a realidade. Observa o autor que a elevação “[...] dos alunos ao nível do professor é essencial para se compreender a especificidade da relação pedagógica” (SAVIANI, 2018, p. 58). O momento catártico é o ponto culminante do processo educativo, segundo Saviani, “[...] já que é aí que se realiza pela mediação da análise levada a cabo no processo de ensino, a passagem da síncrese à síntese [...]” (Ibidem, p. 58).

A partir da análise dos diferentes momentos da prática pedagógica proposta por Saviani, verifica-se de imediato que esta foi inspirada no “método da economia política”, de Marx. Saviani especifica, inclusive, que, ao buscar a cientificidade da sua proposta no método proposto por Marx, a educação se configura como um processo de mediação, que tem a realidade social como ponto de partida e como ponto de chegada. Segundo o autor:

[...] o movimento que vai da síncrese (“a visão caótica do todo”) à síntese (“uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas”) pela mediação da análise (“as abstrações e determinações mais simples”) constitui uma orientação segura tanto para o processo de descoberta de novos conhecimentos (o método científico) como para o processo de transmissão-assimilação de conhecimentos (o método de ensino). (Ibidem, p. 59).

Saviani ainda destaca que o peso e a duração de cada momento da prática pedagógica que propõe varia muito, em decorrência das situações específicas da prática educativa: “a

⁷⁸ Nesta citação, Saviani refere-se à publicação *Concepção dialética da história*, de Antonio Gramsci.

necessidade da alfabetização por exemplo, é um problema posto diretamente pela prática social, não sendo necessária a mediação da escola para detectá-lo. [...]. A instrumentalização no sentido de se passar da condição de analfabeto para a alfabetizado se impõe” (SAVIANI, 2018, p. 60).

Outro aspecto relevante que o autor aponta é que se trata de uma compreensão da realidade e de uma proposta educacional que compreende que há o dissenso nas relações sociais e que existem constantemente projetos de sociedade em disputa. Desta forma, “[...] a pedagogia proposta, uma vez que se pretende a serviço dos interesses populares, terá contra si os interesses até agora dominantes. Trata-se, portanto, de lutar também no campo pedagógico para fazer prevalecer os interesses até agora não dominantes” (Ibidem, p. 60). Menciona também o autor que, na falta de uma expressão mais adequada, chama a pedagogia que propôs ao longo do texto de “pedagogia revolucionária”, uma pedagogia que “[...] não é outra coisa senão aquela pedagogia empenhada decididamente em colocar a educação a serviço da referida transformação das relações de produção” (Ibidem, p. 61). É relevante lembrar que, no momento em que escreve este texto, o autor ainda não havia proposto a expressão “Pedagogia Histórico-crítica” para denominar a pedagogia que estava em construção; por isso vinha denominando-a, provisoriamente, de “pedagogia revolucionária”.

Chega-se a um ponto decisivo da análise que vem sendo realizada: por um lado o autor propõe a eliminação de privilégios no acesso à educação, reivindica uma educação igualitária, reivindica a igualdade de acesso aos conhecimentos disponíveis; considera fundamental que os trabalhadores tenham acesso à cultura e aos conhecimentos acessados pela burguesia, de domínio da burguesia; também considera que esses aspectos são fundamentais para o processo de revolucionamento da sociedade; por outro lado, Saviani propõe a compreensão mais concreta da realidade pelos trabalhadores – compreensão da realidade que, como se sabe, ultrapassa inclusive a questão da prática pedagógica, tendo como questão central, que é mais ampla, a própria apreensão da realidade em um maior nível de concretude.

Avançar-se-á na análise e discussão desta relação nos próximos tópicos deste capítulo, quando se disporá de mais subsídios para aprofundar a discussão desta questão. Apenas com os conteúdos que se tem à disposição, obtidos de *Escola e Democracia*, resulta pouco consistente, precipitado fazer inferências a respeito.

Já em relação à última tese que havia sido formulada nos capítulos anteriores de *Escola e Democracia*, e que o autor volta a discutir, buscando formular uma síntese, este considera que foram superadas as antinomias em relação às teses iniciais; desta forma, ocorre,

também, a superação da antinomia da terceira tese. Lembra que, ao denunciar o caráter antidemocrático da Escola Nova, mesmo sendo a democracia a palavra de ordem dessa proposta educacional, “[...] nem por isso estava eu defendendo que a relação pedagógica no interior da sala de aula devesse assumir um caráter autoritário” (SAVIANI, 2018, p.61). Considera o autor que o caráter democrático da escola deve ser aferido não exclusivamente pelas relações em si dentro da sala de aula, mas sim pelo resultado social que a prática educativa gera. Sendo a educação uma prática social, o caráter democrático da educação é aferido pela contribuição da educação em tornar a sociedade efetivamente democrática.

Se é razoável supor que não se ensina democracia através de práticas pedagógicas antidemocráticas, nem por isso se deve inferir que a democratização das relações internas à escola é condição suficiente de democratização da sociedade. Mais do que isso: se a democracia supõe condições de igualdade entre os diferentes agentes sociais, como a prática pedagógica pode ser democrática já no ponto de partida? Com efeito, se, como procurei esclarecer, a educação supõe a desigualdade no ponto de partida e a igualdade no ponto de chegada, agir como se as condições de igualdade estivessem instauradas desde o início não significa, então, assumir uma atitude de fato pseudodemocrática? Não resulta, em suma, num engodo? Acrescente-se, ainda, que essa maneira de encarar o problema educacional acaba por desnaturar o próprio sentido do projeto pedagógico. Isto porque se as condições de igualdade estão dadas desde o início, então já não se põe a questão de sua realização no ponto de chegada. Com isso o processo educativo fica sem sentido. (Ibidem, p. 61-62).

Por fim, o autor conclui o capítulo do livro que está sendo analisado mencionando que as ideias lançadas no livro estão em construção, podendo ocorrer a necessidade de serem retificadas, bem como pede que os professores confrontem essas ideias com as suas práticas pedagógicas e com a realidade educacional do país no tempo histórico por que passam. Nesse sentido, o autor observa: “daí o interesse em que os professores as submetam a uma crítica impiedosa à luz da prática que desenvolvem. Com isso espero também contribuir para que os professores revejam sua própria ação pedagógica auxiliados e/ou provocados pelas minhas posições” (Ibidem, p. 64).

A partir deste ponto de *Escola e Democracia*, o autor evidencia uma preocupação trazida anteriormente a partir de uma abordagem aproximada, qual seja: “[...] a proposição pedagógica apresentada aponta na direção de uma sociedade em que esteja superado o problema da divisão do saber” (Ibidem, p. 64). Todavia, observa o autor que essa proposta foi elaborada para ser implementada na realidade atual brasileira, em que predomina a divisão do saber. Desta forma, Saviani comenta: “entendo, pois, que um maior detalhamento dessa proposta implicaria a verificação de como ela se aplica (ou não se aplica) às diferentes

modalidades de trabalho pedagógico em que se reparte a educação nas modalidades brasileiras atuais” (SAVIANI, 2018, p. 64).

Após citar várias áreas de conhecimento, ou unidades curriculares em que os professores podem atuar, Saviani menciona que a contribuição do professor será tanto mais eficaz quanto “[...] mais o professor for capaz de compreender os vínculos da sua prática com a prática social global. Assim, a instrumentalização desenvolver-se-á como decorrência da problematização da prática social [...]” (Ibidem, p. 64).

Insisto nesse ponto porque, em geral, há a tendência a desvincular os conteúdos específicos de cada disciplina das finalidades sociais mais amplas. Então, ou se pensa que os conteúdos valem por si mesmos sem necessidade de referi-los à prática social em que se inserem, ou se acredita que os conteúdos específicos não têm importância colocando-se todo o peso na luta política mais ampla. Com isso dissolve-se a especificidade da contribuição pedagógica, anulando-se, em consequência, a sua importância política. (Ibidem, p. 64).

Compreende-se que a discussão que vem sendo realizada se centra nas sínteses da realidade, ou, falando de outro modo, em uma maior compreensão da concretude da realidade pelos indivíduos, pelos grupos sociais (professores de um curso ou de uma escola, por exemplo), pelos membros de um partido político alinhados aos interesses dos trabalhadores, dentre outros; no objetivo que esses indivíduos e grupos sociais possuem em relação à sociedade de maneira abrangente: nos projetos de sociedade visualizados e desejados; e, ainda, na prática que adotam, visando o tensionamento da realidade (ou não) a partir desses objetivos, o que inclui a forma como se organizam enquanto classe social.

A relação entre educação e política

Já em relação ao último capítulo de *Escola e Democracia*, que possui como título *Onze teses sobre educação e política*, Saviani começa mencionando que o *slogan* “a educação é sempre um ato político” (SAVIANI, 2018, p. 65) teve uma função social nas décadas que precederam os seus escritos, qual seja, contrapor o entendimento de que a educação é um processo estritamente técnico-pedagógico. Saviani afirma que esse *slogan* cumpriu a sua função, todavia também menciona que:

[...] se a vara havia sido curvada para o lado técnico-pedagógico, o referido *slogan* forçou-a em direção ao lado político. Com isto, entretanto, corre-se o risco de se identificar educação com política, a prática pedagógica com a

prática política, dissolvendo-se, em consequência, a especificidade do fenômeno educativo. (SAVIANI, 2018, p. 65-66).

O autor busca demonstrar que educação e política são práticas distintas. Da mesma forma, indica que uma das preocupações que teve por muitos anos, que ocupou espaço nas suas reflexões, foi a determinação da especificidade da educação, e com isso a necessidade de desvendar a natureza do fenômeno educativo. Apesar de considerar uma tarefa de longo prazo, menciona já dispor de elementos para diferenciar a natureza da prática educativa em relação à especificidade da prática política.

Saviani observa que a relação política se dá fundamentalmente entre antagônicos, entre interesses mutuamente excludentes: “por isso em política o objetivo é vencer e não convencer” (SAVIANI, 2018, p. 66). Já em educação, a relação entre o educador e o educando não se dá a partir do antagonismo entre ambos, “é pressuposto de toda e qualquer relação educativa que o educador está a serviço dos interesses do educando [...] na educação o objetivo é convencer e não vencer” (Ibidem, p. 60). O autor observa que, se a rebeldia do estudante é vista muitas vezes como parte do processo educativo, algo muitas vezes inerente a esse processo, por outro lado, “[...] no plano político, a rebeldia da classe dominada tende a ser interpretada pela classe dominante como rebelião e, como tal, reprimida pela força” (Ibidem, p. 67).

As diferenças anteriormente assinaladas permitem-nos entender por que, em política, seria ingenuidade acreditar que o adversário está na posição oposta porque está equivocada; porque não compreendeu o seu erro e a validade da proposta contrária, compreensão essa que, uma vez atingida, o levará a aderir à proposta que atualmente combate. Por isso, em geral, o fato de um partido perder uma batalha (eleições, propostas etc) não o demove de sua posição; ao contrário, ele passa para a oposição e continua fustigando o partido contrário buscando alterar a correlação de forças para, na oportunidade seguinte, reverter a situação. Em suma, ele pode ser vencido, mas não convencido. Parece claro que em educação o comportamento é claramente diferente do anteriormente descrito. Um professor, por exemplo, acredita que, se ele fundamentar adequadamente os assuntos em torno dos quais se trava sua relação com os alunos; se ele os expuser de modo claro, se suas posições forem consistentes e os alunos chegarem ao entendimento de seu significado, eles tenderão a concordar com ele. (Ibidem, p. 67).

Saviani busca, com essa asserção, diferenciar a prática educativa da prática política. Todavia, causa preocupação, inicialmente, a leitura de política que o autor faz neste texto, significativamente atrelada aos partidos políticos postos na realidade histórico-social atual e fundamentalmente uma visão de política parlamentarista e desenvolvida no âmbito da sociedade capitalista. Esta não aderência ao entendimento de Saviani decorre de uma compreensão diversa sobre a política, que se evidencia por aspectos como: a política feita em

uma mesma corrente partidária não tende a ser apenas de antagonismos, de confrontos, muito pelo contrário; da mesma forma, não necessariamente as diferentes correntes de um mesmo partido estão se digladiando constantemente – não significa também que não haja um trabalho ininterrupto de convencimento e de aproximação de militantes; observa-se também que a atuação política dentro dos partidos organizados em uma perspectiva leninista, que não se organizam em correntes, mas em um processo de centralismo democrático, estão em constante diálogo e utilizando-se de um processo de convencimento; ademais, a política feita pelos partidos não se faz apenas junto aos oponentes, mas também junto à sociedade de maneira geral, junto aos trabalhadores.

Identifica-se ainda que o processo de organização dos trabalhadores passa fundamentalmente por um processo político, é fazer política; da mesma forma, é um processo educativo que se realiza para além das escolas e que visa formar os trabalhadores a partir dos objetivos de classe, bem como possibilitar uma compreensão mais ampla e mais concreta da realidade. A militância, a atividade de organização dos trabalhadores, foi algo fundamental, por exemplo, para Marx, juntamente com a necessidade de possibilitar aos trabalhadores a compreensão da realidade para além dos fenômenos, dos falseamentos da realidade, desvelando a realidade e possibilitando a sua compreensão como ela verdadeiramente é, visando propiciar aos trabalhadores as condições para colocar em prática uma profunda transformação social, o que também se considera como prática educativa.

Além de se ter uma compreensão de política que não se limita a identificá-la a partir dos antagonismos e das disputas, apesar de esses elementos serem inerentes dialeticamente à política – e à própria vida em sociedade, em especial no atual tempo histórico –, também se verifica a estreita relação entre fazer política e o processo educativo. Certamente que fazer política a partir da leitura aqui realizada é um processo muito mais amplo do que o processo educativo, entretanto, não prescinde da prática educativa.

Continuando a leitura do capítulo 4 da obra de Saviani, evidencia-se a clara identificação que o autor faz da política com a sociedade capitalista, conforme se verifica no trecho a seguir:

[...] a autonomia relativa da educação em face da política e vice-versa assim como a dependência recíproca anteriormente referida não têm um mesmo peso, não são equivalentes. Em outros termos: se se trata de dependência recíproca, é preciso levar em conta que o grau de dependência da educação em relação à política é maior do que o desta em relação àquela. Poderíamos, pois, dizer que existe uma subordinação relativa, mas real da educação diante da política. Trata-se, porém, de uma subordinação histórica e, como tal, não somente pode como deve ser superada. Isto porque, se as condições do exercício da prática política estão inscritas na essência da sociedade

capitalista, as condições de exercício da prática educativa estão inscritas na essência da realidade humana, mas são negadas pela sociedade capitalista não podendo se realizar aí senão de forma subordinada, secundária. Por aí, penso, pode-se entender o “realismo” da política e o “idealismo” da educação. (SAVIANI, 2018, p. 69). (Grifo meu na passagem com sublinhado).

A diferença entre a leitura que aqui se realiza e a leitura que Saviani realiza neste texto, centra-se na compreensão do autor de que a política é algo inerente à realidade capitalista. Esta leitura de Saviani se evidencia ainda mais quando da análise do trecho a seguir, em que o autor faz uma referência específica ao desaparecimento histórico do Estado, e com isso o desaparecimento do “primado da política”:

as reflexões supra estão em consonância com a posição segundo a qual a superação da sociedade de classes conduz ao desaparecimento do Estado. Sabe-se que não se trata de destruir o Estado; ele simplesmente desaparecerá por não ser mais necessário. Ora, o que significa isso senão a afirmação de que cessou o primado da política? (Ibidem, p. 69).

Apesar da divergência aqui apresentada sobre a compreensão de Saviani em relação à política, é preciso ressaltar que, em alguns textos, Marx, e também Engels, realizam proposições sobre a política que vão ao encontro das análises de Saviani, a exemplo do que se verifica no *Manifesto do partido comunista*, onde os autores evidenciam a relação entre política, classes sociais e a existência do Estado na sociedade capitalista⁷⁹.

Compreende-se que, quando Marx propõe a destruição do Estado burguês, está se referindo à eliminação de uma força histórico-social que atua no controle dos trabalhadores e na condução dos interesses hegemônicos. Em uma perspectiva dialética, o autor está demonstrando a necessidade de superação desse modo de sociedade, da sociedade que se utiliza do Estado nesta perspectiva, à mesma maneira como propõe a eliminação da propriedade privada, que aliena o trabalhador e gera apenas miséria para esse. Todavia, verifica-se que a supressão do Estado não irá suprimir a necessidade de os trabalhadores viverem socialmente e de se organizarem para a condução da vida em sociedade; o diálogo para a vida em sociedade, as decisões coletivas, portanto, a condução da vida em sociedade

⁷⁹ No *Manifesto do partido comunista*, Marx e Engels mencionam que: “quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classes e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe” (MARX; ENGELS, 2010, p. 59). (grifo meu).

pelos indivíduos, e indivíduos organizados de forma coletiva, não deixará de ser necessária em uma sociedade profundamente transformada, sendo realizada por outros meios, que não os utilizados na sociedade capitalista. Suprimir esses aspectos de uma sociedade profundamente transformada significa negar a própria vida em sociedade.

Assim, a partir de uma compreensão mais ampla de política – como a relação dos indivíduos em sociedade e a sua auto-organização para a construção da realidade social e para a condução da vida em sociedade de forma coletiva –, considera-se que a política não se extinguirá com o desaparecimento do capitalismo. Ressalta-se ainda, que, em uma sociedade profundamente transformada, para que cada indivíduo participe efetivamente da condução dessa sociedade, é fundamental que ocorra a compreensão da realidade de forma concreta; trata-se de um objetivo a ser buscado pela sociedade, de forma contínua, ao longo do devir histórico, o que não deverá ocorrer sem renovadas disputas ao longo do tempo.

Ademais, a transformação na constituição dos indivíduos – que já de início predispõe a existência de uma intervenção e de uma disputa da realidade social posta –, a organização dos trabalhadores realizada pelos próprios trabalhadores, a construção de uma nova hegemonia dessa classe social, formando uma atuação política que direcione ao tensionamento da realidade posta e, ao mesmo tempo, à construção de uma realidade diversa, vêm se apresentando como o conjunto de elementos mais propício, ou como os elementos que têm a possibilidade de viabilizar o revolucionamento da sociedade e a construção de uma sociedade diversa, profundamente transformada.

Verifica-se que, em última instância, está em diálogo aqui o conceito e o significado histórico e social do termo “política”. No entanto, justamente pelo significado social imbuído historicamente a esta expressão, verifica-se que não cabe tensionar a realidade em busca da extinção do seu uso. Ademais, parte relevante do que é considerado como política no atual tempo histórico permanece em relação ao que se almeja em uma sociedade profundamente transformada. Boito Júnior (2019), por exemplo, corrobora com esta análise, ao mencionar que a política permanecerá presente em uma sociedade sem classes sociais, evidenciando, inclusive, que “[...] não existe nenhuma forma social que possa prescindir da política [...] a política continuará existindo mesmo em uma sociedade comunista” (BOITO JUNIOR, 2019, s.p.).

Ao analisar outros elementos dos textos de Saviani, verifica-se, no prefácio da 43ª edição de *Escola e Democracia*, que o autor dá destaque para a gravidade da situação histórico-social por que passa o país nas primeiras décadas do século XXI. Aborda a desvalorização das políticas públicas em educação e a redução dos investimentos nessa área,

bem como discute a atuação do movimento em curso denominado “Escola sem partido”. A partir desse contexto, Saviani menciona que: “ora, o fio condutor que atravessa de ponta a ponta o presente livro é exatamente a relação entre escola e política, o que decorre da indissociabilidade entre política e educação” (SAVIANI, 2018, p. x). Todavia, como foi verificado no capítulo quatro do livro em análise, Saviani aborda a política eminentemente como política partidária, realizada no contexto capitalista, e a relação que existe entre essa política e a educação; compreende também que o objetivo político da educação – política aqui entendida de maneira mais abrangente – se concretiza adequadamente quando é realizada uma boa educação, uma educação com qualidade em sala de aula.

Além disso, no prefácio supracitado, Saviani menciona que, no capítulo quatro de *Escola e Democracia*, encontra-se “[...] um antídoto à proposta autodenominada de “escola sem partido”” (Ibidem, p. x). O autor explica que esse movimento, ao reivindicar subtrair da educação uma atuação política, na verdade deseja “[...] subtrair a escola do que os seus adeptos entendem como “ideologias de esquerda”, da influência dos partidos de esquerda, colocando-a sob a influência da ideologia e dos partidos da direita, portanto a serviço dos interesses dominantes” (Ibidem, p. xi). E continua o autor, demonstrando que essa proposta é sim a “[...] escola *de* partido. É a escola dos partidos da direita, os partidos conservadores e reacionários que visam manter o estado de coisas atual com todas as injustiças e desigualdades que caracterizam a forma de sociedade dominante no mundo de hoje” (Ibidem, p. xii).

O autor também explica por que o capítulo quatro de *Escola e Democracia* é um antídoto a essa escola de partido, ou dos partidos de direita. Assim fala o autor (utiliza-se de citações do próprio capítulo quatro de *Escola e Democracia*): “[...] por ser uma relação que se trava fundamentalmente entre antagônicos, a política supõe a divisão da sociedade em partes inconciliáveis. Por isso a prática política *não pode não ser partidária*” (Ibidem, p. xi). Por sua vez, em relação à educação, ele entende que, “[...] sendo uma relação que se trava fundamentalmente entre não antagônicos, supõe a união e tende a situar-se na perspectiva da universalidade. Por isso ela *não pode ser partidária*” (Ibidem, p. xi). O autor também reforça que: “[...] a prática política apoia-se na verdade do poder; a prática educativa, no poder da verdade” (Ibidem, p. xi).

Saviani argumenta, ainda, que as propostas do movimento “Escola sem partido”, que na verdade alinham-se claramente aos interesses de determinados partidos e na visão de mundo de determinados grupos sociais que detém uma situação de hegemonia,

fere o bom senso, pois retira dos professores o papel que lhes é inerente de formar as novas gerações para se inserirem ativamente na sociedade, o que implica trabalhar com os alunos os conhecimentos disponíveis, tendo como critério e finalidade a busca da verdade sem quaisquer tipos de restrição (SAVIANI, 2018, p. xii).

E continua o autor, mencionando que a proposta do movimento Escola sem Partido:

vai na contramão da sociedade moderna que, no século XVIII, forjou o conceito de escola pública estatal e buscou implantar, no século XIX, os sistemas nacionais de ensino como instrumentos de democratização com a função de converter súditos em cidadãos. É essa a condição para a existência das sociedades democráticas, mesmo sob a forma capitalista e burguesa que proclama a democracia como o regime baseado na soberania popular. E o povo, para se transformar de súdito em cidadão, isto é, para ser capaz de governar ou de eleger e controlar quem governa, deve ser educado. Para esse fim é que foi instituída a escola pública universal, obrigatória, gratuita e laica. (Ibidem, p. xii).

No entanto, a partir destas análises, surge o seguinte questionamento: por que Saviani se respalda, se ampara em uma proposta que aparentemente deve parecer ser neutra, universal, de não antagonismos, não vinculada à política? Justifica-se esta pergunta pelo fato de o próprio autor expressar reiteradamente, em *Escola e Democracia*, que estas propostas educacionais foram revolucionárias em determinado momento histórico para a burguesia, que desejava se consolidar como forma societária, se desvincilhando definitivamente das formas societárias anteriores, bem como reforça o autor que esta proposta poderia continuar sendo útil para a classe trabalhadora no atual momento histórico. Da mesma forma, Saviani (2012a), no capítulo dois desta publicação, que tem o título *Competência política e compromisso técnico (O pomo da discórdia e o fruto proibido)*, destaca que a objetividade do saber não precisa necessariamente se opor à ideologia, ao interesse da sociedade, ou, mais especificamente, ao interesse de grupos que a compõe. Da mesma forma, reforça o autor, no referido capítulo, que a compreensão da realidade é algo que interessa à classe trabalhadora no atual momento histórico.

Mesmo partindo-se da premissa utilizada pelo autor de que política é apenas a política partidária – e, ainda, a que atua na sociedade capitalista –, não poderia existir partidos reivindicando, por exemplo, uma educação que busque a compreensão da realidade na sua concretude? Ademais, quando se fala em educação na atual realidade sócio-histórica, está se falando de uma luta contínua de interesses e de projetos de sociedade em disputa. Por sua vez, evidencia-se mais uma vez que, no atual momento histórico, os partidos de esquerda deveriam ser, por excelência, o espaço de organização e de formação dos trabalhadores; entretanto, os

partidos atualmente presentes na realidade brasileira, na sua maioria, estão muito distantes deste propósito.

A educação e a política – esta última compreendida aqui para muito além da política partidária e parlamentarista existente na sociedade capitalista – não são estanques, não se fecham em si mesmas. Assim como a educação está envolta à contínua disputa de quais projetos de sociedade se deseja, por outro lado a política também se apresenta como um contínuo processo educativo. Se a prática educativa que se realiza entre o professor e o estudante não pode ser considerada um processo de imposição, nem por isso a prática da educação, de quais aspectos se transmite, não está completamente envolta aos projetos de sociedade em disputa e ao tensionamento da realidade para que ocorra sua transformação – a transmissão ou não de determinados conhecimentos, assim como a existência de condições materiais e objetivas para a transmissão desses conhecimentos, ou a ausência destas condições, é a expressão máxima entre antagonismos, entre projetos de sociedade em disputa.

Ademais, no processo educativo há um processo de conquista do outro, de convencimento, de mostrar outras possibilidades de sociedade. Porém, para além da conquista do outro, o processo educativo realizado em sala de aula também é um espaço de confronto entre projetos de sociedade antagônicos, sendo desveladas e disputadas ideologias de mundo (muitas das quais não se embasam na materialidade e na objetividade social) e sendo constituídas outras – compreendendo-se ideologias, de forma sintética, como compreensões e valores apropriados sobre a realidade, o que implica, inclusive, em qual projeto de sociedade se busca e se constrói⁸⁰.

Por sua vez, aproximando de imediato a discussão realizada neste tópico da tese ao conteúdo do livro *Educação: do senso comum à consciência filosófica*, verifica-se a seguinte abordagem de Saviani:

“toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”
(idem, p. 31) [GRAMSCI, 1977, p. 31], cabe entender a educação como um

⁸⁰ Saviani (2013a), no capítulo 3 do livro *Educação: do senso comum à consciência filosófica*, capítulo que possui como título *Valores e Objetivos na Educação*, demonstra adequadamente que a transformação do ser humano e a educação é um processo a ser buscado, a ser construído, é um processo de busca do que *deve ser*: “trata-se, pois, de uma tarefa que *deve* ser realizada. Isto nos permite perceber a função da valoração e dos valores na vida humana. Os valores indicam as expectativas, as aspirações que caracterizam o homem em seu esforço de transcender-se a si mesmo e à sua situação histórica; como tal, marcam aquilo que *deve ser* em contraposição àquilo que é. A valoração é o próprio esforço do homem em transformar *o que é* naquilo que *deve ser*” (SAVIANI, 2013a, p. 46). No entanto, identifica-se que, na obra *Escola e Democracia*, Saviani não aborda, a meu ver, o necessário tensionamento junto às forças em disputa na sociedade para que tal processo seja possível. No capítulo 4, inclusive, parece trazer uma posição inversa a esta, ao tensionamento e à disputa entre projetos de sociedade, distanciando a educação da atuação política.

instrumento de luta. Luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permite constituir um novo bloco histórico sob a direção da classe fundamental dominada da sociedade capitalista – o proletariado. Mas o proletariado não pode erigir-se em força hegemônica sem a elevação do nível cultural das massas. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação. (SAVIANI, 2013a, p. 3-4). (Inserção minha entre colchetes e grifos meus).

Por sua vez, para o proletariado erigir-se em força hegemônica através da elevação do nível cultural, e conforme evidencia-se aqui, através da alteração da cultura hegemônica posta socialmente, é necessário também um constante processo de luta política e de prática da política entre os trabalhadores, para que se alcance uma nova relação de hegemonia e para que possa ocorrer a transformação cultural também através da educação.

4.2 A filosofia e o conhecimento científico no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica

A partir da visualização, no tópico anterior, da proposta pedagógica elaborada por Saviani, alguns aspectos chamam atenção, dentre os quais as proposições em relação ao uso do método formulado por Marx (2008b), ao ser utilizado ou concebido como uma prática pedagógica.

Outro ponto que se destaca nas obras de Saviani é a importância da filosofia para o autor, aspecto que pode ser visto, por exemplo, na publicação *Educação: do senso comum à consciência filosófica* (SAVIANI, 2013a)⁸¹. Inicialmente, considera-se relevante relacionar estes dois pontos, ou eixos de análise.

Sobre o último livro aqui citado, no capítulo 1, que possui como título *A filosofia na formação do educador*, Saviani começa a explicar o que considera ser a filosofia e a sua importância, tanto especificamente no âmbito da educação quanto em nível de sociedade, extrapolando, portanto, a sua compreensão de filosofia para além da realidade educacional. De forma bastante direta, o autor menciona que, para o indivíduo, a filosofia, o ato de filosofar, surge quando esse se depara com os problemas do viver, com os problemas da condição de sua existência. Todavia, o autor menciona que a relação do ser humano com o que se convencionou chamar de problema é bastante inadequada, em decorrência de uma série

⁸¹ A primeira edição dessa publicação ocorreu em 1980.

de questões. Saviani demonstra parte desses aspectos utilizando-se da citação de Mariás (1966):

Os últimos séculos da história europeia abusaram levemente da denominação “problema”; qualificando assim toda pergunta, o homem moderno, e principalmente a partir do último século, habituou-se a viver tranquilamente entre problemas, distraído do dramatismo de uma situação quando esta se torna problemática, isto é, quando não se pode estar nela e por isso exige uma solução (MARIÁS, 1966, p. 22 apud SAVIANI, 2013a, p. 16).

Saviani, então, adverte para a necessidade de recuperar a problematicidade do problema. E apoiando-se em Kosik (1969), menciona que essa problematicidade deve ser obtida buscando-se a concreticidade da realidade, indo-se além do nível dos fenômenos. O autor ressalta, ainda, que a concreticidade não está apenas em uma realidade não fenomênica e que existe para além do indivíduo: “quando o homem considera as manifestações de sua própria existência como algo desligado dela, ou seja, como algo independente do processo que as produziu, ele está vivendo no mundo da “pseudoconcreticidade”” (SAVIANI, 2013a, p. 16). Ou seja, o autor lembra que o indivíduo participa da realidade na sua complexidade e dos problemas da existência humana: ele mesmo vive muitas vezes uma vida apenas fenomênica.

Da mesma forma, de maneira bastante didática, o autor observa que o problema se relaciona com as “necessidades”. Um problema deve estar relacionado a uma necessidade, entretanto, a uma necessidade social: algo que o indivíduo não sabe não necessariamente é um problema – lembra o autor que desconhecer o número de ilhas de determinado arquipélago não é um problema social apenas pelo fato de determinado indivíduo, ou do estudante, não saber essa informação. Nesta perspectiva, pode-se dizer, a partir da leitura de Saviani, que o indivíduo se apresenta como representante ativo da relação social, devendo captar e viver a “necessidade” social, logo, apreender o que é um problema em uma perspectiva social.

Saviani destaca que um dos grandes desafios é a dificuldade de os indivíduos captarem o que verdadeiramente é um problema em uma perspectiva social, como um percalço da existência humana. Lembra, inclusive, que “a estrutura escolar (em geral por reflexo da estrutura social) é fértil em exemplos dessa natureza [em detectar apenas “pseudoproblemas”]” (Ibidem, p. 18). (Inserção minha entre colchetes). O autor ainda explica, de forma bastante prática, exemplos de pseudoproblemas na realidade educacional:

muitas das questões que integram os currículos escolares são destituídas de conteúdo problemático, podendo-se aplicar a elas aquilo que disse a propósito dos exercícios escolares: “se algum problema o aluno tem, não se trata aí do desconhecimento das respostas às questões propostas mas,

eventualmente, da necessidade de saber quais as possíveis consequências que lhe poderá acarretar o fato de não aplicar os procedimentos transmitidos nas aulas”. (SAVIANI, 2013a, p. 18).

Ao se relacionar estes pontos, inclusive com os aspectos abordados no tópico anterior deste capítulo, se evidencia novamente que um dos grandes desafios inerentes a esta proposta, ou a esta problemática, é o professor, e também os indivíduos de maneira geral, terem acesso à realidade em um maior nível de concretude – até mesmo por fazerem parte dessa realidade – para conseguirem formular adequadamente os problemas frente à realidade, e para então se posicionarem adequadamente e poderem buscar o tensionamento da realidade e a sua transformação.

A partir da abordagem inicial que realiza, o autor sintetiza o que é a filosofia:

o afrontamento, pelo homem, dos problemas que a realidade apresenta, eis aí o que é a filosofia. Isto significa, então, que a filosofia não se caracteriza por um conteúdo específico, mas ela é, fundamentalmente, uma atitude; uma atitude que o homem toma perante a realidade. Ao desafio da realidade, representado pelo problema, o homem responde com a reflexão. (Ibidem, p. 19).

Vê-se, pelas explicações de Saviani, que a filosofia se centra no indivíduo, e na prática de reflexão que o indivíduo faz sobre a realidade. Todavia, o autor menciona que não é qualquer reflexão que pode ser considerada como filosofia; destaca que é preciso que várias exigências sejam cumpridas para ser uma filosofia, tais como a radicalidade, o rigor e o caráter de conjunto (a globalidade). Em outras palavras, é preciso que seja uma reflexão com profundidade, que vá à raiz do problema; deve ser uma reflexão feita com rigor, de forma sistemática e usando métodos adequados; e no que tange ao caráter de globalidade, deve-se alcançar a partir do problema a apreensão da realidade de forma ampla. Sobre este último ponto, o caráter de globalidade, o autor ainda menciona que:

[...] o problema não pode ser examinado de modo parcial, mas numa perspectiva de conjunto, relacionando-se o aspecto com os demais aspectos do contexto em que está inserido. É neste ponto que a filosofia se distingue da ciência de um modo mais marcante. Com efeito, ao contrário da ciência, a filosofia não tem objeto determinado; ela dirige-se a qualquer aspecto da realidade, desde que seja problemático; seu campo de ação é o problema, esteja onde estiver. Melhor dizendo, seu campo de ação é o problema enquanto não se sabe ainda onde ele está; por isso se diz que a filosofia é busca. E é nesse sentido também que se pode dizer que a filosofia abre caminho para a ciência; por meio da reflexão, ela localiza o problema tornando possível a sua delimitação na área de tal ou qual ciência que pode então analisá-lo e, quiçá, solucioná-lo. Além disso, enquanto a ciência isola o seu aspecto do contexto e o analisa separadamente, a filosofia, embora dirigindo-se às vezes apenas a uma parcela da realidade, insere-a no contexto e a examina em função do conjunto. (Ibidem, p. 21).

É relevante observar desde já que Saviani busca fazer a junção e a relação dos conhecimentos mais particulares, ou, mais especificamente, busca realizar uma análise da realidade de forma mais concreta, utilizando-se da filosofia – cabe destacar que, ao formular esta proposta, o autor está preocupado em implementá-la no âmbito educacional, em conjunto com uma proposta pedagógica, mas não apenas.

Quando Saviani busca diferenciar a “filosofia” da “ciência”, conforme se verifica na citação anterior, compreende-se que, em certa medida, o autor também está reafirmando a validade de uma compreensão de ciência bastante convencional, bastante relacionada à fragmentação do saber, que foi historicamente construída ao longo da sociedade capitalista.

É relevante salientar também que, no momento em que Saviani expõe a sua compreensão de filosofia, de como ela deve ser realizada, se aproxima sobremaneira do que Marx considera como a base epistemológica, de ciência, destinada à adequada compreensão da realidade – ao utilizar-se do referencial metodológico e epistemológico do materialismo dialético e da historicidade. Esta compreensão também é reforçada pela síntese que Saviani (2013a) apresenta no capítulo 8 desta publicação – capítulo que possui como título: *Participação da universidade no desenvolvimento nacional: a universidade e a problemática da educação e cultura* –, ao mencionar novamente qual é o propósito da filosofia:

[...] todo esforço filosófico pode ser traduzido, em última instância, na tentativa de passar da ilusão à realidade, de cavar sob a superfície dos fenômenos a via de acesso à verdadeira realidade, de destruir a pseudoconcreticidade (os esquemas abstratos da realidade) para captar a concreticidade (KOSIK, 1969, p.16). (SAVIANI, 2013a, p. 86).

A aproximação entre a proposta de ciência formulada por Marx, com vistas à compreensão da realidade histórico-social, e a compreensão que Saviani possui sobre a filosofia, também é reforçada pela citação a seguir, em que o autor aborda a necessidade da unicidade entre as exigências apresentadas anteriormente, qual seja, de reflexão com profundidade, realizada com rigor e tendo o caráter de conjunto, para, então, ser considerada uma filosofia – logo, da necessidade e da possibilidade de se apreender a realidade em uma perspectiva de totalidade, em profundidade e com rigor:

[...] a concepção amplamente difundida segundo a qual o aprofundamento determina um afastamento da perspectiva de conjunto e vice-versa – a ampliação do campo de abrangência acarreta uma inevitável superficialização – é uma ilusão de óptica decorrente do pensar formal, o nosso modo comum de pensar que herdamos da tradição ocidental. A inconsistência dessa concepção vem sendo fartamente ilustrada pelos avanços da ciência contemporânea, cuja penetração no âmago do processo objetivo faz estourar os quadros do pensamento tradicional. É a isso que se convencionou chamar a crise das ciências (em especial da física e da

matemática). Não se trata, porém, de uma crise das ciências (em nenhuma época da história experimentaram progresso tão intenso), mas de uma crise da lógica formal. (SAVIANI, 2013a, p. 22).

Reitera-se: o caráter do pensar filosófico, segundo Saviani, para que assim seja considerada uma atuação filosófica, demonstra de forma bastante efetiva a aproximação desta concepção de filosofia à proposta de ciência formulada por Marx.

É preciso evidenciar que a relação de aproximação e de distanciamento entre ciência e filosofia é entendida pelo autor, em parte, a partir da atividade considerada científica e da atividade considerada filosófica, ou seja, o que é considerado socialmente “ciência” e o que é considerado socialmente “filosofia” e, mais especificamente, quais os objetos de investigação que foram adotados pelos ditos cientistas e filósofos. Nas palavras do próprio autor:

[...] é necessária uma observação sobre a expressão bastante difundida “problema filosófico”. Cabe perguntar: “existem problemas que não são filosóficos?” Na verdade, um problema, em si, não é filosófico, nem científico, artístico ou religioso. A atitude que o homem toma perante o problema é que é filosófica, científica, artística ou religiosa ou de mero bom senso. A expressão que estamos analisando é resultante, pois, do uso corrente da palavra “problema” (já abordado), que a dá como sinônimo de questão, tema, assunto. Aqueles assuntos que são objeto de estudo dos cientistas, por exemplo, são denominados “problemas científicos”. Daí as derivações “problemas sociológicos”, “problemas psicológicos”, “problemas químicos” etc. Mas como aceitar essa interpretação no caso da filosofia, que, como foi dito antes, não tem objeto determinado? Como aceitá-la, se qualquer assunto pode ser objeto de reflexão filosófica? O uso comum e corrente tem se pautado, então, pelo seguinte paralelismo: assim como “problemas científicos” são aquelas questões de que se ocupam os cientistas, “problemas filosóficos” não são outra coisa senão aquelas questões de que se têm ocupado os filósofos. (Ibidem, p. 23).

Saviani (2013a) ainda reitera esta discussão fazendo o questionamento: como se pode falar em “problemas filosóficos” se a filosofia não tem, a princípio, um problema específico? Para além da explicação anterior sobre a forma como a filosofia é implementada em uma perspectiva histórica, em relação aos problemas que os indivíduos que atuam com a filosofia têm enfrentado, o autor considera de fato ser uma limitação esse recorte, essa delimitação decorrente da denominação “problemas filosóficos”, porém considera também demonstrar um potencial no sentido de a filosofia se voltar para questões de significativa magnitude e que exigem de forma prioritária um tratamento radical, rigoroso e de conjunto.

Aspecto relevante que se observa a partir da análise realizada nesta tese é que se suscita uma preocupação com a ciência que é produzida, com o que se designou chamar de ciência ao longo do tempo, e em especial com a produção e a utilização de uma ciência que contribua para se compreender a realidade de forma mais concreta, e, ademais, que os

indivíduos possam compreender a realidade de forma mais concreta. Já Saviani demonstra a preocupação de se compreender a realidade de forma mais concreta, utilizando-se para isso da ciência posta e deslocando a articulação da compreensão mais ampla e concreta da realidade para o âmbito da filosofia.

Isso não significa que o autor não compreenda as limitações da ciência hegemônica presente atualmente na sociedade. Saviani (2013a), no capítulo 8 da referida publicação, menciona que “[...] essa concepção [comum e corrente de ciência] revela-se incapaz de captar o concreto. Este é confundido com o empírico” (Ibidem, p. 84). (Inserção minha entre colchetes). O autor ainda menciona que se a filosofia recebe o “epíteto” de ser abstrata, na verdade é a ciência hegemônica que, ao atuar estritamente no nível do empírico, produz abstrações sobre a realidade. Saviani (2013a) menciona, em nota de rodapé, que a produção dessas abstrações não é inútil, pois correspondem a um determinado nível de compreensão da realidade; porém, destaca o autor que não é possível apenas com essas compreender a realidade na sua concretude, portanto, não sendo suficientes para a necessária compreensão da realidade⁸².

Em consequência, o dilema aparecerá exatamente no momento em que, movendo-se ainda no âmbito da referida concepção [comum e corrente de ciência], se pretende efetuar uma análise concreta de determinado fenômeno. Nesse caso haverá apenas duas maneiras de se evitar o dilema. A primeira consiste em renunciar à análise concreta e, mantendo a mesma concepção, resignar-se a produzir apenas análises abstratas. A segunda consiste em questionar a concepção comum e corrente e superá-la (no duplo sentido de negar e conservar, isto é, superar por incorporação) na direção de uma nova concepção que viabilize a análise concreta. (SAVIANI, 2013a, p. 85). (Inserção minha entre colchetes).

⁸² Buscando ser bastante detalhado, e até mesmo didático, nesta discussão, cabe trazer uma passagem de Saviani, em que o autor explica o que é a realização de abstrações da realidade, conforme a maneira de atuação da ciência considerada “comum e corrente”: “assim ocorre com a pergunta diretamente relacionada com o assunto de que estamos nos ocupando: que é a universidade? As respostas comuns poderiam ser ilustradas da seguinte maneira: “É o lugar da alta cultura”; “Reunião de escolas da ordem mais elevada, cujo ensino abrange todos os ramos da instrução superior”; “Organização destinada ao ensino superior, composta de número variável de escolas ou faculdades”; “Instituição destinada à conservação, criação, transformação e transmissão da cultura”. Respostas desse teor poderiam ser multiplicadas ao infinito. O que importa notar, porém, é que elas guardam uma característica comum: captam a universidade de modo abstrato, isto é, tomam-na como algo já constituído, existente em si e por si; em outras palavras, detêm-se na sua manifestação empírica, na imediatez do observável e constatável, escapando-lhes, em consequência, o caráter concreto da universidade; ou, por outra: acreditam atingir o concreto quando dão conta das características empíricas, vale dizer, permanecem no nível da pseudoconcreticidade. Para ultrapassar esse nível, faz-se necessário converter a pergunta “O que é a universidade?” nesta outra: “Como é produzida a universidade?”. Tal mudança é fundamental para se detectar o caráter “naturalizado”, “reificado” das respostas anteriormente dadas, e, com isso, compreender por que são elas abstratas. Com efeito, nelas o produto aparece separado do produtor, o resultado é visto fazendo-se *abstração* do processo que o gerou. Em outros termos, a conversão da pergunta é o *détour* necessário para historicizar-se o fenômeno, para recuperar-se o caráter humano do produto que se apresenta, na sua existência, com aparência natural, vale dizer, “des-humanizada” (SAVIANI, 2013a, p. 86-88).

Avançando nas temáticas em discussão, verifica-se que Saviani (2013a) compreende que, permeando o conhecimento da realidade e das leituras de mundo sobre a realidade, é travada uma luta de hegemonias. Ele evidencia também que se trata de uma luta pela eliminação da hegemonia burguesa em direção a uma hegemonia que abarque os interesses da classe trabalhadora. O autor compreende que a burguesia possui uma leitura de mundo elaborada, que pode, inclusive, ser denominada de uma filosofia de mundo. Menciona o autor que:

[...] as características da consciência filosófica constituem expressão de hegemonia. Com efeito, a concepção de mundo hegemônica é exatamente aquela que, mercê de sua expressão universalizada e seu alto grau de elaboração, logrou obter consenso das diferentes camadas que integram a sociedade, vale dizer, logrou converter-se em senso comum. (SAVIANI, 2013a, p. 3).

Por sua vez, para o autor, as massas populares possuem a compreensão da realidade pautada no senso comum. Saviani busca a concepção de senso comum em Gramsci (1977, p. 13), como uma relação contraditória entre “elementos implícitos na prática transformadora do homem de massa” (SAVIANI, 2013a, p. 3), e “elementos superficialmente explícitos caracterizado por conceitos herdados da tradição ou veiculados pela concepção hegemônica e acolhidos sem crítica” (Ibidem, p. 3).

E numa formação social como a nossa, marcada pelo antagonismo de classes, as relações entre senso comum e filosofia se travam na forma de luta – a luta hegemônica. Luta hegemônica significa precisamente: processo de desarticulação-rearticulação, isto é, trata-se de desarticular dos interesses dominantes aqueles elementos que estão articulados em torno deles, mas não são inerentes à ideologia dominante e rearticulá-los em torno dos interesses populares, dando-lhes a consistência, a coesão e a coerência de uma concepção de mundo elaborada, vale dizer, de uma filosofia. (Ibidem, p. 3). (Grifos meus na passagem em sublinhado).

A partir desta análise, Saviani compreende que, para as massas populares articularem os seus interesses, é preciso que essas passem do senso comum à consciência filosófica. Para que isso ocorra, é preciso que essas se apropriem de elementos presentes na realidade material que lhe são relevantes, utilizando-os para formar uma concepção de mundo elaborada, conforme se verifica na citação anterior. O autor conclui que:

[...] a passagem do senso comum à consciência filosófica é condição necessária para situar a educação numa perspectiva revolucionária. Com efeito, é essa a única maneira de convertê-la em instrumento que possibilite aos membros das camadas populares a passagem da condição de “classe em si” para a condição de “classe para si”. Ora, sem a formação da consciência de classe não existe organização e sem organização não é possível a transformação revolucionária da sociedade. (Ibidem, p. 7).

Para que isso ocorra, Saviani compreende que é necessário meios adequados. No capítulo 5 de Saviani (2013a), que tem como título *Para uma pedagogia coerente e eficaz*⁸³, o autor menciona que “a posse de tais meios está na razão direta do conhecimento que temos da realidade. Ou seja, quanto mais adequado for o nosso conhecimento da realidade, tanto mais adequados serão os meios de que dispomos para agir sobre ela” (SAVIANI, 2013a, p. 61).

Um dos principais meios mencionados por Saviani é o professor se apropriar do conhecimento científico, sendo que “o educador não pode dispensar-se desse instrumento, [da ciência] sob o risco de se tornar impotente diante da situação com que se defronta” (Ibidem, p. 61). (Inserção minha entre colchetes). Nessa direção, o autor fala do estudo científico da educação, todavia aborda também a importância do conhecimento científico em diversas áreas:

na verdade, as diversas ciências, tais como a física, a química, a geografia, a geologia, a agronomia, a biologia, a psicologia, a antropologia, a historiografia, a sociologia, a economia, a política etc., são maneiras de abordar facetas determinadas que a ciência recorta na situação em que se insere o homem. Assim, pelo fato de ser um corpo, o homem está situado num meio físico que o condiciona e o influencia sem cessar. Ora a geografia, a geologia, a agronomia fornecem informações que interferem na eficácia da educação em relação ao meio físico. O mesmo se diga da biologia em relação ao organismo humano e das demais ciências em relação às respectivas facetas. (Ibidem, p. 61).

O autor compreende que a apropriação do conhecimento científico proporciona um conhecimento mais preciso da realidade em que o professor atua, e também tem a possibilidade de os conteúdos provenientes da ciência, com seus diversos focos de compreensão da realidade, poderem se constituir num instrumento de promoção do ser humano, ou seja, de realização da educação. Ainda sobre os meios, o autor menciona que:

no que diz respeito às relações entre fins e meios no processo educacional, é preciso observar ainda o seguinte: se geralmente está a nosso alcance definir novos objetivos para a nossa ação no campo da educação, frequentemente não está a nosso alcance a escolha dos meios adequados aos novos objetivos. Defrontamo-nos, pois, com o problema de usar meios velhos em função de objetivos novos. Com efeito, educar tendo em vista os objetivos propostos (subsistência, libertação, comunicação e transformação) exigiria instituições educacionais diferentes daquelas que possuímos, com uma organização curricular também diferente. No entanto, não nos é dado criar as novas instituições existentes, impulsionando-as dialeticamente na direção dos novos objetivos. Do contrário, ficaremos inutilmente sonhando com

⁸³ Texto escrito em 1971 e utilizado primeiramente para uma aula síntese da cadeira de introdução à educação do ciclo básico da PUC-SP.

instituições ideais. Problemas desse tipo fazem com que, a par de uma sólida fundamentação científica, o educador necessite também se aprofundar na linha da reflexão filosófica. É isso que justifica a existência de cursos de educação em nível superior. Com efeito, a passagem de uma educação assistemática (guiada pelo senso comum) para uma educação sistematizada (alçada no nível da consciência filosófica) é condição indispensável para se desenvolver uma ação pedagógica coerente e eficaz. (SAVIANI, 2013a, p. 63).

Se por um lado se verifica que Saviani tem razão ao propor que os professores devem buscar ao máximo o conhecimento sobre a realidade, que tenham a compreensão de que a prática filosófica esteja presente e seja implementada de forma adequada e, ainda, que os professores atuem da melhor forma possível nos espaços educacionais existentes, não esperando uma realidade ideal, por outro lado não se verifica como adequada a forma como o autor propõe a atuação dos trabalhadores da educação na transformação da realidade (educacional e da sociedade em geral) ao mencionar que “[...] não nos é dado criar as novas instituições existentes, impulsionando-as dialeticamente na direção dos novos objetivos”. (Ibidem, p. 63). Especificamente sobre esta questão, será discutido mais à frente a atuação dos trabalhadores da educação e os desafios em se realizar uma educação transformadora.

Todavia, seria relevante aos trabalhadores acessarem um conhecimento produzido, em grande medida, pela sociedade capitalista, tendo em vista ser um conhecimento com determinados interesses? Haveria um conhecimento neutro a ser apropriado pelos trabalhadores? Trata-se de uma temática importante, em decorrência dos objetivos deste estudo. Encontramos posições do autor sobre estas questões em Saviani (2012a), no capítulo dois, que possui como título *Competência política e compromisso técnico (o pomo da discórdia e o fruto proibido)*. Neste capítulo, o autor intervém em um debate teórico que ganhou bastante destaque no início da década de 1980 no país, e que ocorreu entre dois dos seus ex-orientandos do doutorado em educação da PUC de São Paulo: a Guiomar Namó de Mello e o Paolo Nosella.

Neste texto, no qual Saviani intervém no debate teórico dos seus ex-orientandos, ele observa que:

com efeito, Guiomar tem plena clareza de que, nas condições atuais, o saber escolar é dominado e controlado pela burguesia. Entende, porém, que é de interesse da classe trabalhadora dominar esse saber. No fundo, Guiomar aposta na capacidade da classe trabalhadora de, ao se apropriar do saber “burguês”, inverter-lhe o sinal, desarticulando-o dos interesses burgueses e colocando-o a serviço dos seus interesses. [...] Mas em que se funda a crença de Guiomar? Ela admite que a escola tem a ver com o saber universal. Portanto, se o saber escolar, em nossa sociedade, é dominado pela burguesia, nem por isso cabe concluir que ele é intrinsecamente burguês. (SAVIANI, 2012a, p. 48). (Grifos meus na expressão com sublinhado).

Paolo pensa que isso não é suficiente. O saber burguês é nefasto aos interesses dos trabalhadores. Assim, enquanto o saber escolar for predominantemente burguês, a tarefa principal do movimento proletário é proceder à crítica desse saber. [...] Paolo vê nessa maneira de entender o problema a afirmação da neutralidade científico-cultural. Tratar-se-ia de uma interpretação abstrata e a-histórica do saber; daí a crença num saber universal. Reclama, pois, a necessidade de historicização dos conceitos. (SAVIANI, 2012a, p. 48).

Saviani compreende que existe um saber universal, e que esse pode ser abstrato e a-histórico, porém não necessariamente. Todavia, o autor considera que o ato de negar a existência desse saber necessariamente é algo abstrato e a-histórico. Destaca também que a objetividade do saber não é sinônimo de neutralidade. Considera ainda que reivindicar a relação de que um saber só é objetivo quando é neutro foi uma premissa equivocada adotada pelo positivismo. Por sua vez, adverte que não se pode perder de vista a existência da objetividade no momento em que se realiza a crítica à neutralidade.

Importa, pois, compreender que a questão da neutralidade (ou não neutralidade) é uma questão ideológica, isto é, diz respeito ao caráter interessado ou não do conhecimento, enquanto a objetividade (ou não objetividade) é uma questão gnosiológica, isto é, diz respeito à correspondência ou não do conhecimento com a realidade à qual se refere. Por aí se pode perceber que não existe conhecimento desinteressado; portanto, a neutralidade é impossível. Entretanto, o caráter sempre interessado do conhecimento não significa a impossibilidade da objetividade. Com efeito, se existem interesses que se opõem à objetividade do conhecimento, há interesses que não só não se opõem como exigem essa objetividade. (Ibidem, p. 49-50).

O autor destaca que a objetividade do conhecimento, o seu respaldo na realidade, pode ser de interesse ou não da sociedade, ou, mais especificamente, de grupos que a compõem. Utiliza como exemplo o interesse da burguesia em se opor cada vez mais à objetividade do conhecimento no atual contexto histórico, pela sua incapacidade de justificar racionalmente a realidade constituída e o seu próprio interesse perante essa realidade, em decorrência de se beneficiar dessa realidade. Já para o proletariado é fundamental a apropriação da realidade objetiva, sendo que este que “[...] sofre a exploração tem todo o interesse em desvendar os mecanismos dessa situação, que é objetiva. Esta é a razão da superioridade da cultura “histórico-proletária” à qual Paolo se referiu” (Ibidem, p. 50).

Lembra o autor, todavia, que nem sempre esse foi o posicionamento da burguesia, ou seja, de ocultar, de falsear a realidade objetiva, bem como de não permitir o seu acesso. No período histórico em que a burguesia era a classe revolucionária, “[...] seus interesses coincidiam com a exigência de objetividade. Por isso ela submetia à crítica a ordem então

vigente, desvendando os mecanismos que a regiam, isto é, historicizando-a” (SAVIANI, 2012a, p. 51).

Saviani aponta para a possibilidade de os indivíduos se apropriarem do conhecimento produzido historicamente pela humanidade e que atualmente está a serviço da burguesia, para, então, “[...] inverter-lhe o sinal [...]” (Ibidem, p. 48), transformando assim a realidade, conforme explica o que propõe a tese da Guiomar Namó de Mello e, ao que parece, ser uma defesa realizada também pelo próprio Saviani.

Análises e reflexões preliminares

Nesta tese, optou-se por não utilizar a expressão “saber universal”, em decorrência dos limites que a realidade impõe ao uso desta expressão, e também a partir do interesse em reforçar que o conhecimento sobre a realidade, e mais especificamente o conhecimento científico, é sempre produzido a partir de uma relação histórico-social, portanto, verifica-se que o conhecimento sempre é produzido na relação com os seres humanos, apesar de poder existir determinada materialidade e objetividade social junto a esse conhecimento – materialidade e objetividade social que pode ser fundamental para o devir histórico, para a humanidade como um todo, estando possivelmente aí o caráter universal reivindicado por Saviani.

Concorda-se com a importância da apropriação pelos trabalhadores dos conhecimentos produzidos pelo que podemos denominar de ciência hegemônica, em especial os conhecimentos sobre a natureza e também sobre as tecnologias produzidas na sociedade atual, tendo em vista a possível materialidade e objetividade histórico-social desse conhecimento e a sua relevância para a sociedade. É importante ressaltar, também, que se trata de uma ciência e tecnologia produzidas socialmente pela cooperação dos trabalhadores, que atuam de forma dispersa e combinada ao longo do transcurso histórico, em uma estrita relação dialética entre os seres humanos e a natureza, que se realiza a partir de uma relação social específica.

Todavia, de modo diverso, defende-se a tese de que, para além da intencionalidade em relação ao uso do conhecimento, também a materialidade e a objetividade social com que os trabalhadores se deparam muitas vezes são datadas historicamente, e também são sociais. A partir dessa apreensão da realidade, verifica-se que, em uma sociedade diferente da atual,

parte relevante da materialidade e da objetividade social precisará ser outra, influenciando significativamente na constituição de seres humanos diversos.

Ao analisar, em especial no capítulo 3 desta tese, a ciência e a tecnologia no âmbito da sociedade capitalista a partir dos textos de Marx, verifica-se que, se essas são potenciais de transformação da realidade social, são geradoras de contradições para o próprio capitalismo, bem como são possibilidades para uma vida de liberdade ao alcançar-se uma sociedade profundamente transformada – evidencia-se, ao serem apreendidas numa perspectiva genérica – ; por outro lado, a sociedade capitalista se constitui de forma fundamental a partir da ciência e da tecnologia produzidas ao longo do tempo, assim como essas são constituídas sobremaneira também para o atendimento dessa forma de sociedade. Observa-se uma imbricada relação entre a maneira de se produzir, de atuar em sociedade, de viver a vida em determinado tempo histórico, com a forma como está constituída a sociedade – o conhecimento produzido não está imune a essa relação constitutiva. Isso não quer dizer que não é relevante a apreensão do conhecimento científico e tecnológico historicamente produzido, e também não quer dizer que não se deve buscar o acesso dos trabalhadores a esse conhecimento através da educação escolar.

A título de exemplo do que vem sendo apresentado, verifica-se que a produção industrial contemporânea é completamente absorta, é completamente constituída por determinada materialidade histórico-social. Pode-se observar o mesmo em relação à produção agrícola contemporânea – e não se está referindo apenas à intencionalidade e aos valores para com a produção e para com os trabalhadores envolvidos, apesar de esses estarem também completamente entremeados em toda a produção, não podendo ser dissociados da materialidade e da objetividade social. Refere-se, de maneira abrangente, à materialidade e à objetividade social utilizadas, apreendidas pelo ser humano em determinada época histórica. Verifica-se que essa produção agrícola, assim como o lastro científico que a sustenta, pauta-se significativamente nas relações econômicas do sistema capitalista de produção, com todos os seus interesses e formas de compreensão do mundo, materializando-se em vários aspectos, como o uso cada vez maior de agrotóxicos, a prevalência do uso da adubação química, a alteração genética de plantas, e também a degradação do meio ambiente como um elemento cada vez mais inerente a essa forma de produção. Esses exemplos demonstram como é relevante a constituição social, a realidade tal como ela está constituída em determinado

tempo histórico, na produção do conhecimento, na produção humana e também na produção da vida humana⁸⁴.

Todavia, essas não são as únicas formas de produção e de conhecimento científico, podendo ser muito diversas a partir da forma como o ser humano aborda e interage com a realidade, bem como a partir da intencionalidade que conduz a sua atuação, e também a partir da forma possível de apreensão da realidade pelo ser humano.

Exemplificando a discussão realizada no parágrafo anterior, destaca-se como pode ser diversa a materialidade e a objetividade social no âmbito da produção e da ciência agrícola: a prática produtiva concebida pela *Agricultura Sintrópica*, juntamente com o suporte científico que a sustenta, é elucidativa do que vem sendo discutido. Tem-se um completo choque teórico e de compreensão da realidade ao se compreender mais detalhadamente essa forma de produção agrícola e o conhecimento científico a ela inerente, ficando explícito o que se observou anteriormente, qual seja, que uma parte relevante da materialidade e da objetividade social que se conhece são, em grande medida, inerentes a um determinado tempo histórico, juntamente com a atuação do ser humano frente a essa realidade⁸⁵.

Da mesma forma, a própria epistemologia relacionada à produção da ciência, de caráter mais tradicional e também, em grande medida, relacionada aos interesses hegemônicos, ao abstrair determinado fragmento da realidade, isolando-o de um todo complexo, compromete a compreensão da realidade, implica que esse conhecimento, ao ser apreendido pelo indivíduo, pode significar um conhecimento que mais falseia a realidade do que a revela, do que possibilita a sua real apreensão. Ademais, parte do que é considerado conhecimento científico no atual tempo histórico, ao ter a sua produção subsumida pela realidade posta, por interesses hegemônicos e por determinadas ideologias, pode ter mesmo como finalidade falsear a realidade, reproduzir a realidade posta, algo que pode ser compreendido de forma consciente e realizado intencionalmente pelos envolvidos com essa

⁸⁴ Na última etapa do capítulo 5 desta tese, apresentam-se exemplos adicionais de como a ciência e a tecnologia são fortemente direcionadas, moldadas para o atendimento dos interesses hegemônicos existentes em determinado momento histórico, com todas as implicações inerentes. Ademais, lá discute-se, de forma mais detida, sobre a importância de se enfrentar o conhecimento científico e tecnológico posto, de caráter hegemônico.

⁸⁵ A *Agricultura Sintrópica* é uma forma de agricultura que está sendo concebida e também implementada há aproximadamente 40 anos na realidade brasileira, tendo sido idealizada inicialmente pelo pesquisador Ernst Götsch. Trata-se de uma agricultura que trabalha com a diversidade e a complexidade da vida existente em determinado ambiente, algo muito diverso do que se verifica na agricultura tradicional, que visa abstrair determinada planta de interesse da complexidade da vida e do ambiente em que ela originalmente estaria inserida, tal como se verificada na natureza. No último capítulo desta tese, voltar-se-á a este exemplo, explicando com maiores detalhes a forma como ocorre essa agricultura.

produção, ou mesmo ser algo produzido de forma não intencional, não percebida frente à realidade social mais ampla e complexa.

Complexificando ainda mais esta discussão, verifica-se que, mesmo a busca da compreensão da realidade na sua concretude no atual tempo histórico – que supera em muito a epistemologia hegemônica em curso – pode restringir-se à apreensão da materialidade e da objetividade social presente no atual tempo histórico, incorrendo, ainda, nesta situação, em limitações importantes. Nesse sentido, ao ser defendida esta proposta, é fundamental a discussão de quanto da compreensão da realidade na sua concretude envolve apenas a apreensão do existente, ou também a identificação da necessidade de transformação do existente, dialeticamente, a constituição de uma sociedade diversa, em parte com outra ciência e outra tecnologia.

Ademais, a partir do que foi exposto, identifica-se ser fundamental ter a compreensão da necessidade de superação da ciência e da tecnologia hegemônica, de sua suprassunção, bem como, relacionado à esta questão, é imprescindível que se tenha no horizonte outra concepção de mundo e outro projeto de sociedade, o que incorre, por sua vez, na necessidade de tensionar a realidade em direção aos objetivos almejados.

Propor o acesso dos trabalhadores aos conhecimentos mais elaborados disponíveis, mesmo que fragmentados e alinhados aos interesses hegemônicos – nos moldes como uma elite social acessa os conhecimentos atualmente –, pode gerar contradições sociais ampliadas na sociedade? Verifica-se, em parte, que sim, que pode gerar contradições sociais, pode ter esse potencial, em especial por ser uma educação que foge à estrita necessidade do capital, gerando também uma maior capacidade de os trabalhadores intervirem na realidade, mesmo sendo um conhecimento muitas vezes alinhado aos interesses hegemônicos. Por outro lado, o potencial transformador a que se está referindo pode ser bastante limitado também, como se verifica ao se observar a sociedade atual. Exemplifica-se esta última questão através da observação dos indivíduos que cursam as universidades melhor conceituadas no atual momento histórico, e que se apropriam dos conhecimentos mais elaborados ofertados atualmente. Esses indivíduos, na maioria das vezes, não compreendem a sociedade posta em sua complexidade, as contradições sociais, os interesses dos grupos hegemônicos e a atuação desses na conformação social e na degradação humana; logo, na maioria das vezes, esses indivíduos também não atuam para transformar a realidade social posta, muito pelo contrário.

Os indivíduos são constituídos por uma miríade de influências e de escolhas que compõem a concretude da realidade em que estão inseridos. A escola não é o único espaço de formação, de constituição do ser humano, apesar de ter uma importante participação nesse

processo no atual tempo histórico. Todavia, o exemplo utilizado anteriormente dos indivíduos que estudam nas mais renomadas universidades é um indicativo importante sobre o potencial ou não de contribuição dessa oferta educacional para a transformação do ser humano e também da sociedade, evidentemente, potencial-limitação também inerente à inserção desses indivíduos no atual contexto histórico-social.

O tensionamento da realidade pelos indivíduos e, portanto, uma atuação transformadora da realidade, surge de uma realidade histórico-social e de um processo de constituição humana, e também de um despertar no âmbito das consciências muito específico; da mesma forma, é decorrente da necessária construção de determinadas necessidades sociais em cada indivíduo e, ainda, passa pela realização de escolhas.

Complementa-se esta questão evidenciando-se que os conhecimentos moldados/direcionados ao atendimento do capital – que também são conhecimentos fragmentados, conhecimentos que são organizados e ministrados nos espaços educacionais em grande medida por trabalhadores absorvidos à realidade social capitalista e aos interesses hegemônicos e, além disso, conhecimentos que são transmitidos também a indivíduos que vivem em uma realidade social conformadora – são, por sua vez, conhecimentos que têm um potencial também limitado para gerar a apreensão subjetiva das contradições sociais, bem como de contribuir para que os trabalhadores tensionem a realidade, visando uma transformação profunda da sociedade atual.

Os conhecimentos tornam-se transformadores quando apropriados pelos indivíduos, pelos indivíduos em sociedade, e ainda quando esses atuam organizados socialmente. Essas atuações podem ser, conforme se pode designar, de caráter mais material, inferindo, por exemplo, na forma de produção, na transformação da natureza para o atendimento das necessidades da vida humana, ou, então, podem ser atuações que ocorrem no âmbito da política, implicando na forma de organização e de condução da vida em sociedade. Entretanto, em grande medida, o primeiro eixo de transformações, como assim se denomina, está fortemente atrelado ao segundo, porque as condições materiais e objetivas para a transformação da realidade estão condicionadas à compreensão da realidade e à prática política, portanto, de maneira relacionada, também, à forma de organização social e de condução da vida em sociedade disponível no atual tempo histórico, até porque não se trata de indivíduos isolados socialmente, vivendo em ilhas isoladas.

Por outro lado, cabe evidenciar que a produção material da vida é determinante de qual política se implementa, das relações sociais e da constituição dos indivíduos em sociedade – para que se efetive outra forma de vida em sociedade e a constituição de uma

humanidade transformada, é necessário, também, relações de produção e relações sociais transformadas.

Se a realidade material é constituinte dos indivíduos em determinado tempo histórico, nessa realidade também estão intrínsecos possíveis motivos para a transformação da própria realidade e também, muitas vezes, as condições objetivas para que determinadas transformações ocorram – já aquelas condições objetivas não disponíveis precisam ser construídas.

Dentre os motivos, no atual tempo histórico, para o revolucionamento da sociedade, se expõe com toda a força as contradições sociais e a degradação do ser humano. Entretanto, essas contradições e a degradação do ser humano não são, por si só, transformadoras. A adequada compreensão dessa realidade mostra-se fundamental, sendo necessário que o ser humano se veja como ser humano histórico-social frente a essa realidade, como um ser humano que está numa situação de degradação social – além de sentir e viver a degradação humana, é fundamental que essa seja compreendida. Marx reitera, também, a importância de se compreender a causa e os causadores dessa realidade. Evidencia-se, ainda, a importância de se antever uma realidade desejada, uma realidade diversa e que seja melhor que a atual. Por sua vez, a construção de uma nova hegemonia, que possa contrapor o capital, requer uma atuação coletiva e organizada por quem queira a transformação da realidade posta – referindo-se à classe social que anseia por mudanças, se esses anseios existirem ou, mais especificamente, se forem precisados subjetivamente pelos indivíduos e também nas subjetividades coletivas, de classe.

Em última instância, falando especificamente dos indivíduos que compõem a classe trabalhadora, é necessário que sejam feitas escolhas e, portanto, que esses, primeiramente, queiram algo diverso do que está posto. Entretanto, o adequado método de compreensão da realidade nos mostra que as próprias escolhas são também construídas socialmente, pois não existem escolhas imanentes, inatas.

Busca-se expressar, com essa exposição e alinhavo histórico-social, em que contexto e de que forma a educação pode intervir/contribuir mais efetivamente para a transformação social. Começa a se delinear, a partir desta exposição, que, ao se abordar especificamente a educação e, portanto, o processo de apropriação de conhecimentos pelos trabalhadores, e ao se verificar aspectos como: os conhecimentos que esses trabalhadores têm acesso; o alcance desses conhecimentos e a sua contribuição para a compreensão da realidade; de que forma ocorre essa compreensão da realidade – como uma compreensão mais concreta ou não da realidade; a contribuição desses conhecimentos para a formação de determinadas

necessidades sociais nos trabalhadores e também para a formação da capacidade/possibilidade teleológica voltada à possibilidade de construção de outra sociedade; a capacidade de os trabalhadores atuarem produtivamente e socialmente a partir dos conhecimentos apreendidos e, ainda, de transformarem a produção social atualmente existente, aspectos estes que, ao serem apropriados, em alguma medida ou não, a partir da educação, expressam diferentes níveis de contribuição de determinada educação para o processo de transformação social. Considera-se que pode haver uma contribuição muito relevante nesse sentido, uma contribuição reduzida, ou nenhuma contribuição. Ou mesmo, sendo a educação um elemento de constituição do ser humano, pode determinada educação atuar na conformação dos indivíduos à sociedade posta.

Ao se observar a complexidade da sociedade e o seu processo de transformação, bem como a sua dinamicidade, poder-se-ia compreender como inadequado falar em diferentes níveis de contribuição da educação para a transformação social; entretanto, é também um aspecto objetivo a contribuição muito diversa, de potenciais muito diversos, da educação na constituição humana.

Ao ocorrer a apropriação da ciência e da tecnologia hegemônica pelos trabalhadores, mesmo que de forma fragmentada e fortemente moldada ao atendimento dos interesses do capital, certamente resultará em uma ampliação das contradições sociais e em uma maior desalienação do indivíduo, pelo menos em relação à sua subjetividade, deixando esse de compreender, por exemplo, parcialmente, a produção realizada no atual tempo histórico como algo místico e fantasmagórico. Entretanto, a alienação política e a alienação em relação à compreensão da realidade na sua concretude podem permanecer intactas, tanto pelo indivíduo viver uma vida alienada quanto por não compreender as múltiplas relações, determinações e contradições presentes na sociedade, constituintes dessa e também falseadoras da realidade.

Análise que evidencia que o acesso dos trabalhadores à ciência e à tecnologia presente no atual tempo histórico é fundamental; porém, não se deve perder de vista a necessidade de outra apreensão da realidade, e também de outra constituição humana, que ultrapasse em muito a possível através do simples acesso a essa ciência e a essa tecnologia, que muitas vezes são significativamente limitadas pelo atual tempo histórico.

4.3 Elementos de sustentação teórica da Pedagogia Histórico-crítica: análises e diálogos

Conforme foi abordado no tópico anterior, Saviani considera que existe um saber universal. Por sua vez, lá afirmou-se que pode existir uma materialidade e uma objetividade social nos conhecimentos produzidos pela ciência hegemônica no atual tempo histórico, todavia, optou-se por não utilizar a expressão “conhecimento universal”. Considera-se, em grande medida, tratar-se de conhecimentos produzidos pela atuação dos trabalhadores de forma combinada, em um transcurso e realidade histórico-social, com todas as consequências inerentes a esse contexto, portanto, sendo algo regido pelos interesses do capital – mesmo assim, trata-se de produção humana da vida humana, mesmo que a possível no atual tempo histórico.

Se por um lado esta é uma divergência, de certa forma, menor, sendo que um dos principais cerne da questão é o mesmo, ou seja, a existência de um conhecimento material e objetivo produzido socialmente em determinado tempo histórico, e que pode ser utilizado pelos trabalhadores a partir dos seus interesses, por outro lado demonstra um aspecto de fundamental importância e que precisa ser demarcado, qual seja: que o conhecimento sempre é situado de forma histórica e social, sempre é interessado, seja na sua produção ou na sua utilização, portanto, trata-se de um conhecimento que reverbera na constituição dos indivíduos e nas suas vidas em sociedade, proposição que não implica em desconsiderar que determinadas materialidades e objetividades sociais atualmente produzidas continuarão a ser fundamentais no devir histórico, para a humanidade como um todo.

Saviani (2012a), no capítulo 2 da referida publicação, menciona que a universalidade do conhecimento também se refere ao “saber escolar”, conforme se pode verificar:

[...] o saber escolar pressupõe a existência do saber objetivo (e universal). Aliás, o que se convencionou chamar de saber escolar não é outra coisa senão a organização sequencial e gradativa do saber objetivo numa determinada etapa histórica determinada pelo efeito de sua transmissão-assimilação ao longo do processo de escolarização. (SAVIANI, 2012a, p. 54).

Para reforçar o seu posicionamento, Saviani (2012a, p. 54) traz uma citação de Gramsci, em que o autor afirma que:

A escola, mediante o que ensina, luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções de mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, bem como de leis

civis e estatais que são produto de uma atividade humana estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas visando a seu desenvolvimento coletivo (GRAMSCI, 1968, p. 130 apud Saviani, 2012a, p. 54)⁸⁶.

Saviani traz elementos importantes, porém, ao serem relacionados com a escola existente no atual tempo histórico-social, observa-se que são abstrações do que é a escola, e não a escola concreta presente na atual realidade, ou, então, podemos compreender que são proposições a serem buscadas no âmbito da escola⁸⁷.

Ao avançar na compreensão das propostas formuladas pela Pedagogia Histórico-crítica, verifica-se como elemento central a questão do saber objetivo, portanto, considera-se importante centralizar esta temática na discussão aqui realizada, para posteriormente novamente ligá-la a uma discussão mais ampla. Saviani (2012a, p. 1) menciona de imediato, na apresentação desta publicação, que “[...] toma como referência a questão do saber objetivo, sem dúvida um elemento central na pedagogia histórico-crítica”. O autor também sintetiza, ao final da introdução desta publicação, que os objetivos da referida pedagogia são:

a) Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação. b) Conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares; c) Provisão dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação. (Ibidem, p. 8-9). (Grifos meus).

Saviani explica a importância do conhecimento, do saber objetivo, lembrando que:

⁸⁶ Nesta citação o autor está se referindo à publicação de Gramsci: *Os intelectuais e a organização da cultura*.

⁸⁷ Faz-se esta afirmação porque a escola, como está organizada socialmente no país, expõe a existência de uma ampla arquitetura educacional destinada a oferecer uma educação amplamente desigual às diferentes classes sociais e fragmentos de classe que compõem a sociedade (SCHWEDE, 2015). Pode-se identificar que as políticas públicas no âmbito da educação, nas últimas décadas, não avançaram em nada ou em praticamente nada no que se refere à estruturação de uma educação que possibilite aos trabalhadores apreenderem a materialidade e a objetividade social da realidade na sua totalidade – poder-se-ia, inclusive, fazer uma relação entre as políticas educacionais e as políticas destinadas aparentemente ao combate à pobreza no país; em ambos os casos, os escassos avanços que ocorreram nas últimas décadas têm sido completamente destruídos em períodos recentes. Ademais, um dos maiores desafios verificados nas escolas é que, muitas vezes, os próprios trabalhadores da educação estão absorvidos à realidade social posta, e atuam reproduzindo essa realidade, sendo algo muito objetivo com o que se depara na realidade educacional, e, inclusive, sendo um entrave à utilização da escola como um espaço de transformação social – cabe ser ressaltado que a sociedade está nos indivíduos, assim como os indivíduos compõem a sociedade; poderíamos questionar de uma forma um tanto alegórica: se a soma dos indivíduos na sua dimensão concreta constitui a sociedade, são a própria sociedade, por que esses, individualmente, quererão transformá-la? Esta última asserção, de que a sociedade está nos indivíduos e os indivíduos compõem a sociedade, de fato é correta, mas precisa ser utilizada com cautela, tendo em vista que não se trata de uma relação linear, de igualdade, conforme será discutido mais à frente neste tópico. Ademais, a sociedade se constitui como uma complexa relação social, que está para além dos indivíduos.

[...] o processo de produção da existência humana implica, primeiramente, a garantia da sua subsistência material com a consequente produção, em escalas cada vez mais amplas e complexas, de bens materiais; [...] Entretanto, para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). (SAVIANI, 2012a, p. 11-12).

Além da produção humana e sua relação com o conhecimento e com a capacidade teleológica do trabalhador direcionada à produção, o autor traz novos elementos, como a arte e a ética, aspectos que passam a ser evidenciados nesta pedagogia.

Saviani reitera a importância do saber sistematizado, da transmissão do conhecimento científico, conforme se pode verificar na citação a seguir:

[...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado. Vejam bem: eu disse saber sistematizado; não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular. Em suma, a escola tem a ver com o problema da ciência. Com efeito, ciência é exatamente o saber metódico, sistematizado. (Ibidem, p. 14).

Adicionalmente, o autor ainda lembra, nesta publicação, que é a exigência do saber sistematizado que faz surgir a escola.

Quando o autor se refere a esta forma de saber, está se referindo também à educação básica, conforme se pode verificar na citação a seguir:

a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo, poderemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar. Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber seja aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso conhecer também a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia). (Ibidem, p. 14).

Por fim, Saviani menciona que a ausência da cultura erudita, do saber letrado, é um limitador para a classe trabalhadora, sendo percebida como uma potência estranha para esse grupo social:

a criança passará a estudar ciências naturais, história, geografia, aritmética através da linguagem escrita, isto é, lendo e escrevendo de modo sistemático. Dá-se, assim, o seu ingresso no universo letrado. Em suma, pela mediação da escola, acontece a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita. Cumpre assinalar, também aqui, que se

trata de um movimento dialético, isto é, a ação escolar permite que se acrescentem novas determinações que enriquecem as anteriores e estas, portanto, de forma alguma são excluídas. Assim, o acesso à cultura erudita possibilita a apropriação de novas formas por meio das quais se podem expressar os próprios conteúdos do saber popular. Cabe, pois, não perder de vista o caráter derivado da cultura erudita em relação à cultura popular, cuja primazia não é destronada. Sendo uma determinação que se acrescenta, a restrição do acesso à cultura erudita conferirá àqueles que dela se apropriam uma situação de privilégio, uma vez que o aspecto popular não lhes é estranho. A recíproca, porém, não é verdadeira: os membros da população marginalizados da cultura letrada tenderão a encará-la como uma potência estranha que os desarma e os domina. (SAVIANI, 2012a, p. 20).

Todavia, em que se sedimenta estas compreensões do autor, ou, mais especificamente, qual o lastro teórico que Saviani se utiliza para fazer estas proposições? Saviani (2012a) menciona, na introdução da referida publicação, que:

a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. (Ibidem, p. 6). (Grifos meus).

Concorda-se com o autor quando menciona que o trabalho educativo tem por objetivo produzir a humanidade nos indivíduos singulares. Já foi partilhado desta análise teórica nos capítulos anteriores; no entanto, também se considera necessário evidenciar que a humanidade é histórica e social, e, desta forma, o capitalismo e toda a atual degradação do ser humano existente nessa sociedade faz parte da atual humanidade. Conforme foi abordado no primeiro capítulo, verifica-se como fundamental a necessidade de se transformar o gênero humano, por estar imbuído no gênero humano a atual realidade histórica, por constituir-se o gênero humano por essa realidade. Portanto, faz-se necessário pensar a educação também como um elemento de transformação da humanidade, como transformação do gênero humano, e não somente a transmissão e a apropriação desse gênero humano e da humanidade posta no atual tempo histórico.

Saviani compreende que o trabalho educativo é do âmbito do não material, ou um trabalho imaterial. Nesse sentido, a produção não material, a produção espiritual,

[...] não é outra coisa senão a forma pela qual o homem apreende o mundo, expressando a visão daí decorrente de distintas maneiras. Eis por que se pode falar de diferentes tipos de saber ou de conhecimento, tais como: conhecimento sensível, intuitivo, afetivo, conhecimento intelectual, lógico, racional, conhecimento artístico, estético, conhecimento axiológico, conhecimento religioso e, mesmo, conhecimento prático e conhecimento teórico. Do ponto de vista da educação, esses diferentes tipos de saber não interessam em si mesmos; eles interessam, sim, mas enquanto elementos que os indivíduos da espécie humana necessitam assimilar para que se tornem

humanos. Isto porque o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo. Assim, o saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente (SAVIANI, 2012a, p. 7). (Grifos meus).

Nessa perspectiva, Saviani conclui que:

[...] a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não material, cujo produto não se separa do ato de produção, permite-nos situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens. (Ibidem, p. 20)⁸⁸. (Grifos meus).

Concorda-se também com Saviani em relação a este ponto, ou seja, que é fundamental constituir o ser humano, para que esse aprenda a viver como ser humano, para que se constitua como ser humano, podendo-se salientar que o ser humano não nasce ser humano. Aliás, verifica-se aqui um elemento fundamental, que deve ser analisado com atenção redobrada. Ao ser fundamental o tensionamento da realidade atual e a necessária disputa por qual ser humano a ser constituído, é fundamental se ter claro justamente qual é esse ser humano que se deseja, logo, em outros termos, que gênero humano se quer constituir.

Imediatamente associado à necessidade de transformação da realidade social capitalista e do gênero humano, em parte também constituído por essa sociedade e tempo

⁸⁸ Duarte et al. (2012) explicam por que Saviani utiliza a categoria “trabalho imaterial”. Mencionam que em diversos textos Marx discute formas de trabalho que geram produtos não materiais ou que não tem materialidade. Os autores trazem vários exemplos: começando com o livro *Teorias da mais-valia, vol. 1, livro IV de O capital*, traz trecho em que Marx menciona que: “A produção imaterial, mesmo quando se dedica apenas à troca, isto é, produz mercadorias, pode ser de dois tipos: 1. [...] circular como *mercadorias vendáveis*, tais como os livros, quadros, em suma, todos os produtos artísticos que se distinguem do desempenho do artista executante. [...] 2. A produção é inseparável do ato de produzir, como sucede com todos os artistas executantes, oradores, atores, professores, médicos, padres etc” (MARX, 1980, p. 403; 404); outra publicação de Marx, que foi citada pelos autores, está presente em *O capital*: “se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação” (MARX, 2013a, p. 578); os autores citam ainda outra passagem de *O capital*, em que Marx explica que é possível apalpar uma mercadoria em busca do valor contido nesta e se verificará que “na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. Por isso, pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor [*Wertding*]. [...] sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias” (MARX, 2013a, p. 125).

histórico, deve-se avaliar quais conhecimentos são necessários para que os seres humanos sejam transformados, para que sejam constituídos seres humanos outros. Nesse sentido, é necessário suscitar a reflexão de que o acesso aos conhecimentos hegemônicos disponíveis na sociedade capitalista e, ainda, a partir da forma como são utilizados nessa sociedade, pode não ser suficiente, ou mesmo, em muitas situações, não ser adequado para a construção dos seres humanos que se almeja, bem como pode não ser adequado à construção de outra sociedade.

Além do objetivo inicial de qual ser humano, de qual gênero humano se deseja, e de quais conhecimentos são necessários serem apropriados para isso, considera-se fundamental que também se possibilite a liberdade, a autodeterminação do ser humano. Estes aspectos não estariam em contradição? Verifica-se que não, até porque a escolha de qual ser humano se deseja é primeiramente uma escolha prévia, que decorre de intencionalidades, de uma busca, do tensionamento da realidade e da liberdade e das possibilidades existentes no atual momento histórico, processo que deverá ou poderá estar em constante transformação ao longo do devir histórico.

Diretamente relacionado também está o conhecimento da realidade de forma efetiva. Não há como viver a vida humana, como construir uma realidade humana, na relação do ser humano com a natureza e com os demais seres humanos – para que se viva de forma livre, vivendo a essência humana –, sem se conhecer a realidade objetiva, e mais do que isso, sem se compreender a realidade em um maior nível de concretude. Ressalta-se, ainda, que, mesmo a partir da compreensão da realidade em um maior nível de concretude, trata-se de uma atuação do ser humano e de uma liberdade inerente à materialidade e à objetividade social disponível, portanto, presente em determinada realidade histórico-social.

Buscando impingir a análise destas questões a partir da dialética, observa-se que as contradições sociais na sua agudeza, o sofrimento humano no seu extremo, por si só não são elementos pedagógicos, educativos, suficientes para gerar o revolucionamento social; até porque o capital atua diuturnamente em sentido contrário, ou seja, conformando o indivíduo a essa sociedade, constituindo os indivíduos aos seus interesses, portanto, produz o próprio capitalismo determinados seres humanos. Da mesma forma, verifica-se que apenas a transmissão da sociedade posta e dos conhecimentos por essa sociedade utilizados para reproduzir os interesses hegemônicos não são suficientes para a sua transformação. Nesse sentido, verifica-se ser fundamental a compreensão da realidade na sua complexidade, as suas contradições, e os interesses em disputa. Além disso, observa-se a relevância de se ter condições para se atuar em sociedade, para que se possa tomar o poder, e, ainda, para que a classe trabalhadora possa de fato se organizar enquanto classe social, para assim buscar a

construção de uma nova humanidade e também novas relações sociais, e isso não se faz sem o conhecimento da realidade em um maior nível de concretude. Reafirmando esta discussão, ao se ter como perspectiva a compreensão da realidade em sua totalidade e complexidade, expressando a sua constituição histórica, verifica-se que, nesse bojo, é necessário que a educação seja um instrumento que expresse as contradições dessa realidade histórico-social, bem como que contribua na identificação e na construção de possibilidades sociais diversas.

Nas citações de Saviani trazidas anteriormente, o autor expõe a sua compreensão de que é preciso desenvolver a capacidade teleológica do ser humano, para que esse possa realizar a produção em sociedade, portanto, para que possa produzir como ser humano. A partir desta reflexão, considera-se necessário ressaltar ainda a importância de ser desenvolvida a capacidade teleológica também no âmbito da construção de uma sociedade diversa. É inviável a proposição de outra sociedade, a ser buscada intencionalmente, se essa necessidade não for construída nos indivíduos, ou pelo menos compreendida como possível, e antevista pelo conjunto da classe trabalhadora. A formação de determinada necessidade, a capacidade teleológica relacionada a essa necessidade, e o conhecimento da realidade (em um maior nível de concretude, no que tange à discussão aqui realizada), são aspectos estritamente interligados.

Outro ponto marcante na teoria que sustenta a Pedagogia Histórico-crítica e que se aproxima sobremaneira à questão da constituição da humanidade em cada ser humano singular (e a sua transformação) é o entendimento do trabalho como princípio educativo.

Saviani (1994, p. 165), no capítulo denominado *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias*, considera que, mesmo na produção industrial atual, em que os processos produtivos são automatizados, bem como em que funções intelectuais mais específicas são também transferidas para as máquinas, “por certo que o trabalho, mesmo aí, continuará sendo uma prerrogativa humana, conservando-se a sua definição geral como atividade através da qual o homem, guiado por determinada finalidade, transforma um objeto por meio de determinados instrumentos (K. Marx, *O Capital*, livro I, vol. 1, Civilização Brasileira, 1968, p. 201-210)”⁸⁹.

Apontamentos relevantes de Saviani sobre a relação entre o trabalho e a educação também são encontrados no capítulo 7 da publicação *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*, capítulo que possui como título: *História, trabalho e educação*:

⁸⁹ Nesta citação, Saviani está se referindo em especial à parte inicial do capítulo V de *O Capital* (MARX, 2013a).

comentário sobre as controvérsias internas ao campo marxista (SAVIANI, 2012b). Neste texto, Saviani cita Marx e Engels (2007) para destacar que o ser humano é construído historicamente pelos próprios seres humanos, que esses produzem os seus meios de vida, a sua própria vida material.

A partir desta compreensão inicial, o autor menciona: “ora, o ato de produzir as condições da existência humana é expresso pelo conceito de trabalho. O trabalho é, pois, outra categoria central do marxismo. Tudo o que o homem é, é-o pelo trabalho” (SAVIANI, 2012b, p. 173).

Em decorrência desse caráter humano do trabalho, Saviani justifica o uso do referencial teórico proposto por Gramsci, no qual este último propõe a compreensão do trabalho como princípio educativo.

Saviani (2012b) também dá destaque para uma passagem de Marx, em que este afirma que, “sendo a própria mercadoria unidade de valor de uso e valor, o processo de produzi-la tem de ser um processo de trabalho ou um processo de produzir valor de uso e, ao mesmo tempo, um processo de produzir valor” (MARX, 1968, p. 211 apud Saviani, 2012b, p. 174-175)⁹⁰. A partir dessa perspectiva, Saviani afirma que:

[...] quando consideramos o trabalho como princípio educativo, estamos querendo dizer que o trabalho, enquanto elemento humano e determinante da vida humana em seu conjunto é, por consequência, fundante e determinante da educação. Ou seja, uma vez que o trabalho é “condição natural de vida humana”, em qualquer sociedade o trabalho se comporta como princípio educativo, isto é, determina a forma como é constituída e organizada a educação. Logo, também na sociedade capitalista na qual o trabalho assume a forma da unidade de valor de uso e valor de troca, nos termos do próprio Marx. (Ibidem, p. 175).

Se a forma de trabalho é determinante da vida humana e também da educação, na sociedade capitalista não se apresenta de forma diversa – reflexão aparentemente simples, porém, que pode expressar significativa complexidade ao referir-se a essa forma societária.

Ao continuar explicando a sua análise, Saviani menciona que deseja evidenciar que: “[...] sem se considerar o trabalho e a forma concreta pela qual ele define o modo de produção da vida humana numa situação histórica determinada, não se poderá entender a forma assumida pela educação na referida situação histórica” (Ibidem, p. 175).

A partir destas citações, poder-se-ia compreender que, para o autor, o trabalho como princípio educativo expressa apenas a forma que assume a educação em determinada

⁹⁰ Na versão de *O Capital* utilizada, esta citação encontra-se em Marx (2013a, p. 263).

sociedade? Pelo recorte trazido até o momento, poderia ser este o entendimento; todavia, ao se continuar a análise, ver-se-á uma leitura mais ampla, discussão que é melhor compreendida ao se analisar um exemplo utilizado por Saviani:

tomemos, por exemplo, as sociedades antigas. Marx afirma que na antiguidade os homens viviam na cidade, mas do campo. Ou seja: os proprietários das terras circunvizinhas à cidade, que eram cultivadas por seus escravos, podiam viver na cidade dedicando-se ao seu governo. Nessa situação agiam como se o “trabalho” digno de homens livres fosse a teoria, a elaboração de ideias, omitindo o fato de que eles só podiam se dedicar ao trabalho intelectual porque sua vida material era assegurada pelo trabalho dos escravos. Assim, o princípio educativo na sociedade grega antiga era o trabalho escravo e não a Paideia entendida como os ideais de cultura. Igualmente, na sociedade burguesa o princípio educativo, isto é, o elemento ordenador da forma de organização da educação, não são a igualdade e a liberdade enquanto atributos da natureza humana conforme a pregação do liberalismo. É, sim, o trabalho produtivo moderno. (SAVIANI, 2012b, p. 175-176). (Grifo meu na passagem com sublinhado).

A partir deste exemplo utilizado pelo autor, começa a se expressar mais adequadamente uma compreensão adicional: aparentemente Saviani busca elucidar, com este exemplo, qual o trabalho que efetivamente produz a condição de existência humana, portanto, está se referindo em especial a um trabalho que produz valores de uso, que produz as condições de vida. Continuando a analisar a exposição do autor – em continuidade à citação anterior, ele menciona, utilizando-se de uma citação de Marx, constante na *Crítica ao programa de Gotha*, que:

penso que é disso que se tratava quando Marx (1977, p. 242) afirmou que “a combinação do trabalho produtivo com o ensino, desde uma tenra idade, é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual”. Claro que Marx não estava entendendo que a união entre educação e trabalho a serviço do capital, isto é, trabalho gerador de mais-valia, trabalho alienado, elemento de exploração, fosse a estratégia de superação do capitalismo e construção do socialismo. (Ibidem, p. 176)⁹¹. (Grifo meu).

Saviani também cita uma passagem de *O Capital* sobre a compreensão de Marx em relação à educação, conforme se pode verificar:

após abordar as disposições da lei fabril que condicionaram o emprego de crianças na produção à instrução primária, Marx (1968, p. 554) observa que do sistema de fábrica “brotou o germe da educação do futuro que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar a produção social e de único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos”. (Ibidem, p. 176)⁹².

⁹¹ Na versão utilizada de *Crítica ao programa de Gotha*, esta citação encontra-se em Marx (2012, p. 47-48).

⁹² Na versão de *O Capital* utilizada, esta passagem encontra-se em Marx (2013a, p. 554).

Outro referencial teórico de Marx imediatamente relacionado a estes é trazido por Saviani (2008), no texto que tem como título *Educação socialista, Pedagogia Histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes*. Neste texto, Saviani se utiliza de uma citação de Marx sobre a “politecnia”, proferida na *Instrução aos delegados do conselho central provisório*, da *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Nesta citação, Marx propõe aos trabalhadores a “instrução politécnica que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção” (MARX, 1866, apud SAVIANI, 2008, p. 238).

Saviani explica que a politecnia significa a “[...] especialização como domínio dos fundamentos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna” (SAVIANI, 2008, p. 236). Já em Saviani (2007b, p. 164), no texto *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*, o autor afirma se apropriar do termo politecnia até certo ponto distanciando-se do seu significado etimológico, concentrando-se no seu significado semântico, como “[...] dizendo respeito aos fundamentos científicos das múltiplas técnicas que caracterizam a produção moderna”⁹³.

Partindo desse arcabouço teórico, Saviani (2012b) propõe como questão estratégica, como prática de intervenção na sociedade, a relação entre a educação e o trabalho desde a escola primária. Nesse nível educacional, compreende que essa relação deve ocorrer de forma indireta. Lembra o autor que “aprender a ler, escrever e contar e dominar os rudimentos das ciências naturais e sociais constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive [...]” (SAVIANI, 2012b, p. 179).

Já no ensino médio, o autor propõe uma explícita e direta relação entre educação e trabalho: “trata-se, agora, de explicitar como a ciência se converte em potência material no processo de produção” (Ibidem, p. 180). O autor sugere a prática educativa em laboratórios e oficinas no ensino médio, todavia ressalta que o objetivo não é preparar técnicos especializados, mas sim politécnicos – portanto, a partir do sentido semântico da palavra politecnia, conforme propõe o autor, trata-se de formar trabalhadores que dominem os fundamentos científicos da produção moderna.

Por fim, ao ensino superior, o autor menciona que cabe:

⁹³ Saviani considera que o termo “politecnia” no seu caráter semântico, está inserido na tradição socialista como o acesso aos fundamentos científicos das múltiplas técnicas que compõe a produção moderna, diferente da expressão “educação tecnológica”, que considera ter sido apropriada pelos grupos hegemônicos alinhados à sociedade capitalista.

[...] organizar a cultura superior como forma de possibilitar que participem plenamente da vida cultural, em sua manifestação mais elaborada, todos os membros da sociedade, independentemente do tipo de atividade profissional a que se dediquem. Assim, além do ensino superior destinado a formar profissionais de nível universitário (a imensa gama de profissionais liberais e de cientistas e tecnólogos de diferentes matizes), formula-se a exigência da organização da cultura superior com o objetivo de possibilitar a toda a população a difusão dos grandes problemas que afetam o homem contemporâneo. (SAVIANI, 2012b, p. 181).

A partir dos elementos trazidos neste espaço e das citações apresentadas, está claro que Saviani, Gramsci e Marx não compreendem o trabalho a serviço do capital, gerador de mais-valia, o trabalho alienado como um importante elemento educativo e transformador da sociedade. Os autores se referem ao trabalho que produz valores de uso, ao trabalho que constitui a realidade e as condições de vida em determinado tempo histórico, como algo que deve estar vinculado à educação, segundo os autores, buscando-se a síntese das práticas produtivas contemporâneas, dos seus fundamentos.

A partir deste momento, é fundamental retomar os diversos elementos aqui trazidos, buscando realizar uma síntese possível, bem como é fundamental retornar à obra de Marx. Busca-se, desta forma, contribuir com a discussão desta temática em aspectos considerados relevantes.

Verifica-se que Marx, ao considerar o trabalho como transformador da realidade, como constituinte da vida humana e do próprio ser humano, primeiramente possui essa compreensão ao analisar o trabalho como uma categoria histórico-antropológica e filosófico-antropológica de longo prazo. Por sua vez, quando o autor aborda a sociedade capitalista, este mesmo significado atribuído ao “trabalho” é utilizado, em inúmeras oportunidades, numa perspectiva de totalidade, portanto, o trabalho como produção humana.

O trabalho individual é fundamental na dialética de constituição da atual realidade sócio-histórica, todavia a constituição social atual também é fortemente condicionada, impressa pela realidade histórica na sua totalidade, ou por frações da totalidade, com seus elementos constituintes. Desta forma, é fundamental ter a justa parcimônia nesta análise, compreendendo-se que o indivíduo se objetiva com o seu trabalho e também contribui/influi com a transformação da sociedade; entretanto, o conjunto das relações sociais, as forças produtivas existentes na sociedade, a divisão social do trabalho e a desigualdade social, e o próprio uso da ciência e da tecnologia, são forças, são órgãos sociais que afetam muito mais o indivíduo – cabe reforçar, na sua individualidade – do que o indivíduo afeta, com o seu trabalho individual, a realidade na sua totalidade. Portanto, verifica-se a necessidade de se ter o cuidado de distinguir o trabalho na sociedade capitalista do trabalho como elemento

fundamental da “essência humana” – a partir do significado dado por Marx a esta expressão, conforme foi discutido no primeiro capítulo desta tese; portanto, o trabalho só pode estar relacionado à concepção de essência humana ao se falar de um trabalho livre⁹⁴.

Se no capítulo 5 de *O Capital* Marx discute o caráter histórico-antropológico e filosófico-antropológico do trabalho em maior proximidade ao trabalho realizado pelo trabalhador individual, nos próximos capítulos da mesma publicação, e também no *Grundrisse*, e ainda no *Capítulo VI inédito de O Capital*, o autor discute a produção, em especial como produção social, como trabalho cooperado, que se realiza de forma fragmentada e combinada; também aborda a centralidade que adquire a ciência e a tecnologia no processo produtivo e na transformação da sociedade, no modo de produzir, e na transformação do próprio capitalismo; demonstra o autor que é reduzido significativamente o quantitativo de trabalho para se produzir de forma cada vez mais ampliada; além disso, menciona explicitamente que não é o trabalhador individual que controla a tecnologia no âmbito da produção capitalista, que a tecnologia não é mais meio de trabalho. Marx quase expressa, nestas análises, que é o trabalhador que é ‘trabalhado’ pela força produtiva a partir dos interesses que essas forças devem atender – leitura que poderíamos substituir por ‘o trabalhador é conformado’, ‘deformado’ pela força produtiva e pelos órgãos sociais existentes no atual tempo histórico; o trabalhador é subjugado por uma força social da qual ele faz parte, portanto, esse também atua, ajuda a construir a sua própria subjugação.

Pode-se explicar a constituição da realidade social capitalista, em parte, pela compreensão que os indivíduos possuem dessa mesma realidade, que é uma compreensão que, em grande medida, reproduz/corroborar a realidade posta; trata-se, portanto, também de determinada humanização construída. Essa realidade também é constituída pelo trabalho de cada trabalhador individual, que constitui um minúsculo fragmento da realidade na sua totalidade – um trabalho que, ao mesmo tempo, constrói a realidade na sua totalidade e, na sua maioria, trata-se de um trabalho degradante, alienador; além disso, é uma realidade que se constitui por construções sociais mais amplas, como órgãos sociais, que possuem uma força que afeta o trabalhador de forma mais efetiva, mais intensa do que o trabalhador, na sua individualidade, influi para a constituição da realidade.

É fundamental ter clareza que, ao se analisar o trabalho concreto existente na sociedade capitalista, tem-se junto, no mesmo âmbito, o trabalho como produção humana,

⁹⁴ Não se compreende, nesta tese, “essência humana” como sinônimo de “gênero humano”, apesar de os indivíduos que compõem o gênero humano poderem viver a essência humana em um devir histórico.

como produtor da existência humana, e o trabalho como a forma mais efetiva de degradação da vida humana – inclusive pela ausência de trabalho para uma significativa parcela da sociedade. Todavia, esses dois aspectos, o trabalho como produção humana e o trabalho como degradação do trabalhador, não estão necessariamente, para o indivíduo, no mesmo trabalho material/objetivo por ele realizado. São aspectos presentes na realidade como um todo, na sua totalidade – reafirma-se, o todo é significativamente diverso das partes, das particularidades e singularidades. A humanidade pode ser produzida e reproduzida na sua totalidade, como de fato assim ocorre, ao mesmo tempo em que cada um dos seus produtores individuais é subjugado. Portanto, se o trabalho como princípio educativo estiver vinculado essencialmente, se restringir ao trabalho que o indivíduo realiza na sua singularidade, ou ao trabalho que o trabalhador deve realizar na sociedade atual, capitalista – mesmo que para produzir valores de uso – pode se tratar, em grande medida, de um trabalho conformador, alienado, degradante, estando longe de ser um princípio educativo que contribua para a profunda transformação social. Da mesma forma, o acesso simplesmente à ciência e à tecnologia hegemônicas, logo, imediatamente relacionadas ao seu uso na sociedade atual, pode ser altamente questionável em muitos aspectos.

Nesta perspectiva, a compreensão da realidade a partir do materialismo histórico e dialético nos mostra que, se o capitalismo não é essencialmente a produção de valores de uso, por outro lado, a sociedade capitalista molda, condiciona, conforma a produção de valores de uso. Poder-se-ia dizer, a partir de uma linguagem metafórica, que, por essa produção de valores de uso e por esse trabalho, o capital ganha vida – trabalho e produção que dão a consecução, que viabilizam ao capital colocar em movimento o valor de troca e a acumulação de mais-valia.

Desta forma, ao se ter claro que, no atual tempo histórico, a produção humana não está essencialmente no trabalho do indivíduo singular; que, apesar de ser, em parte, um trabalho que produz valores de uso que atende a sociedade na sua totalidade, não deixa de ser um trabalho alienado e degradante para o indivíduo, e, inclusive, conformador e reproduzidor da realidade, começa-se a depreender para a possibilidade de se considerar a produção social e a produção da vida humana como princípios educativos, e não apenas o trabalho que produz valores de uso como princípio educativo.

Saviani, ao considerar o trabalho como princípio educativo, valoriza a atuação humana que produz elementos úteis para a sociedade, que produz valores de uso e, por esse trabalho e pelo conhecimento desse, compreende que se tem o germe para a transformação social – apoiando-se em especial em Marx para fazer essa análise. Evidencia-se que, se não é

pela ausência do trabalho que se transformará a sociedade, por outro lado, não é essencialmente tendo como modelo, como horizonte, o trabalho realizado nessa sociedade que se alcançará uma transformação profunda dessa realidade social.

Portanto, quando se muda a ótica do processo educativo para o trabalho cooperado e, mais ainda, para o trabalho em sociedade, uma sociedade específica, posta, ou seja, quando se aborda a produção social e a produção da vida humana, tem-se a possibilidade de sair do trabalho no seu caráter singular e particular para se abordar o trabalho social, a produção social, bem como para se abordar a relação dessa produção com a constituição da sociedade e da vida humana na sua totalidade. Isto não significa deixar de lado o trabalho individual e todo o seu potencial; muito pelo contrário, se está possibilitando um lastro muito mais amplo e complexo para o indivíduo, se está desvelando a sociedade posta e, portanto, oferecendo os subsídios para que o trabalho individual, na sua relação com a sociedade, se transforme e se expresse em todo o seu potencial.

A complexa relação que se verifica em uma perspectiva de totalidade, que envolve a produção e a reprodução humana, e, ao mesmo tempo, a completa degradação do trabalhador individual, expressa os limites da atuação do trabalho do trabalhador individual e, nesta relação, demonstra as possibilidades e os limites da utilização do trabalho que produz valores de uso no atual tempo histórico como princípio educativo. Até porque trata-se de discussão que está relacionada a um gênero humano e a uma sociedade que não devem ser reproduzidos e se perpetuarem, mas sim, serem transformados, o mesmo ocorrendo, em parte, com o trabalho material/objetivo realizado pelos trabalhadores no atual tempo histórico. Trata-se de um trabalho que precisa ser profundamente transformado.

O cerne da discussão que se realiza com os autores que compõem a linha teórica do materialismo histórico e dialético é o que deve compor a educação para o trabalho – sendo esse último constituinte da vida humana –, para que esse trabalho e o indivíduo, em sua totalidade, atuem na transformação da natureza humana. E, ainda, é fundamental ser discutido o sentido histórico dado ao termo trabalho na atual realidade histórico-social.

Verifica-se que Saviani compartilha das preocupações aqui elencadas sobre os limites e os riscos ao se dar determinado enfoque ao trabalho como princípio educativo. No texto *Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos*, o autor menciona que:

parece claro que Marx e Lenin, assim como Gramsci, não pretendiam supervalorizar o instrumento de trabalho deslocando o foco de análise do ser humano para o instrumental técnico. Esse destaque feito por Nosella a partir de Gramsci é também minha preocupação central. Aliás, nesse contexto é oportuno lembrar que minha concepção global de educação não se expressa por meio do termo “politecnia”, mas pela denominação “histórico-crítica”

(Saviani, 2005). No interior dessa concepção, cuja inspiração principal se reporta a Gramsci, incorporei o termo “politecnia” quando tratei do problema relativo à explicitação da relação entre instrução e trabalho produtivo, como diretriz para a organização da educação de nível médio. E isso foi feito tendo em vista o significado semântico que esse termo adquiriu no âmbito da tradição socialista, como procurei esclarecer. (SAVIANI, 2007b, p. 164). (Grifo meu nas passagens com sublinhado).

Nesta citação, Saviani responde a uma publicação de Nosella (2007), em que este último observa os riscos evidenciados por Gramsci ao se abordar o instrumento de trabalho e também o trabalho tal como ele está posto no seu caráter singular e particular, tendo em vista ser um trabalho situado historicamente, conforme verifica-se a seguir:

a marca registrada de Gramsci estava precisando-se: desconsideração dos termos “politécnico” e “tecnológico” e chamamento cada vez mais forte para os valores do rigor cultural e moral. Com efeito, o que mais preocupa Gramsci na semântica dos termos “politecnia” e/ou “tecnologia” não era apenas o radical polis ou logos, e sim, sobretudo, o radical tecnos, isto é, o instrumento, a máquina. Mais de uma vez critica a supervalorização do instrumento de trabalho considerado pelos positivistas algo metafisicamente determinante. Por exemplo, na citada crítica ao “Ensaio popular de sociologia”, de Bukharin, diz: “A filosofia da práxis não estuda uma máquina para conhecer e estabelecer a estrutura atômica do material, as propriedades físico-químico-matemáticas de seus componentes naturais (objeto de estudo das ciências exatas e da tecnologia), mas enquanto é um momento das forças materiais de produção, enquanto é objeto de propriedades de terminadas forças sociais, enquanto expressa uma relação social, e isto corresponde a um determinado período histórico.” (Gramsci, 1975, p. 1.443) (NOSELLA, 2007, p. 146).

Para além do exposto nestas últimas citações, cabe evidenciar, ainda, que, ao incentivar a educação politécnica, Saviani está propondo, de alguma forma, a superação da divisão do trabalho existente na sociedade capitalista, buscando a junção do trabalho intelectual e do trabalho manual através da apreensão pelos estudantes dos princípios científicos estruturantes da produção contemporânea (SAVIANI, 2003).

Ao voltar às obras de Marx, trazendo-se orientações mais amplas do autor presentes nas *Instruções aos delegados do conselho central provisório, da Associação Internacional dos Trabalhadores*, verifica-se que o autor faz as seguintes proposições no âmbito da educação:

[...] afirmamos que a sociedade não pode permitir que pais e patrões empreguem, no trabalho, crianças e adolescentes, a menos que *se combine este trabalho produtivo com a educação*. Por educação entendemos três coisas: 1. Educação intelectual. 2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares. 3. Educação tecnológica [ou politécnica], que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de

todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais. (MARX, 1983, p. 60). (Inserção minha entre colchetes⁹⁵).

Está claro, a partir desta passagem, que Marx propunha uma educação de caráter mais amplo, integral, para a constituição do ser humano. Todavia, o autor não se voltou, de forma mais detida, para a realização de pesquisas na área da educação, não desenvolvendo mais detalhadamente muitas das suas propostas nesta área. Desta forma, não fica explícito, por exemplo, o que o autor compreendia por educação intelectual, o que compunha a educação intelectual por ele proposta.

Ao se analisar as obras de Marx, verifica-se que se o autor não propôs explicitamente a compreensão da realidade na sua concretude como um dos objetivos para os trabalhadores, a ser buscado no âmbito da educação escolar; por outro lado, Marx compreendeu que a transformação da realidade se dá quando os trabalhadores se apropriam subjetivamente das contradições sociais que compõe a realidade em sua complexidade.

Ademais, todo o propósito de vida do autor, e também a sua produção teórica, se direciona a esta finalidade. Portanto, verifica-se que o próprio autor não se restringiu a determinadas proposições realizadas por ele mesmo.

Buscando explicitar mais adequadamente o que vem sendo abordado, traz-se à discussão uma passagem bastante marcante e reveladora de *O Capital*, em que Marx menciona:

mas tampouco resta dúvida de que a forma capitalista de produção e as condições econômicas dos trabalhadores que lhe correspondem encontram-se na mais diametral contradição com tais fermentos revolucionários e sua meta: a superação da antiga divisão do trabalho. O desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção constitui, todavia, o único caminho histórico de sua dissolução e reconfiguração. (MARX, 2013a, p. 558).

O autor deixa claro que as condições da vida na sociedade capitalista, a degradação da vida dos trabalhadores encontra-se em total oposição, em total contradição com os fermentos revolucionários e com a meta de transformar o trabalho e a divisão do trabalho existente na sociedade capitalista. Todavia, a contradição social, a degradação do ser humano

⁹⁵ Inseriu-se a expressão “politécnica” entre colchetes pelo fato de Saviani adotar esta tradução e pelo significado semântico que adquire esta palavra, conforme foi discutido anteriormente. Desta forma, traz-se à discussão os escritos originais de Marx, relacionando-os com as proposições de Saviani.

é, ao mesmo tempo, limitadora da sociedade, e também, por outro lado, potencial para a construção de outra sociedade.

Nesta discussão, Marx reafirma a centralidade da contradição social como o elemento que possibilitará a dissolução da sociedade capitalista e a sua reconfiguração. Porém, a contradição social não é por si só transformadora, como se os indivíduos estivessem abstraídos dessa realidade, não influenciando sobre a mesma, ou, então, como se fossem componentes sociais que reagem automaticamente e em determinada direção à degradação social e ao sofrimento humano. A contradição social é, em especial, o determinante social, o motivo para que outra sociedade surja. O próprio autor, no posfácio à segunda edição de *O Capital*, especifica que a contradição social se torna elemento revolucionário quando é apropriada pelo intelecto, quando é apropriada pela subjetividade da classe trabalhadora, quando o movimento do real, o transcurso histórico e também o devir histórico – antecipado como capacidade teleológica – começam a serem apropriados pela classe trabalhadora, sendo percebidos por essa classe os limites da sociedade posta e as possibilidades de transformação existentes no atual tempo histórico.

Se Marx não propôs que a educação escolar tivesse como objetivo principal propiciar a compreensão da realidade na sua concretude, foi por motivos histórico-sociais diversos, e também por proposições e compreensões sobre a atuação política dos trabalhadores no seu tempo histórico, mas, como acabou-se de expor, não foi por deixar de considerar fundamental esta forma e também esta instância de compreensão da realidade.

Todavia, se Marx, Gramsci e Saviani compreendem que o trabalho é elemento complexo, carregado de contradições, de limites, estando posto nesse trabalho o atual tempo histórico, por que estes autores propuseram, no âmbito da educação, a constituição do ser humano também através desse trabalho e dessa produção? Considera-se que fazem esta proposta porque se trata da base material e objetiva conquistada pela humanidade – e também que a limita. Trata-se, no mesmo âmbito, de condição imediata para a subsistência da vida humana, e também substrato para o devir histórico.

Quando se enfrenta essas questões, assim como ocorreu com os autores supracitados, se expressa um processo de tensão, envolvendo o que foi conquistado historicamente e deve permanecer, entre o que é socialmente velho e inadequado e não quer cair, e entre o novo e que precisa ser buscado, construído já no atual tempo histórico.

Evidencia-se, portanto, ser fundamental que se busque uma relação dialética entre formar para o trabalho existente e também para o trabalho novo e para a sociedade futura, entre atuar na realidade imediata, singular e particular e compreender a realidade na sua

totalidade, apreendendo-se os potenciais e também os limites dessa sociedade, dessa produção social e da constituição da vida humana, bem como constituindo seres humanos que apreendam teleologicamente a possibilidade de uma sociedade profundamente transformada, que pode ser pensada e também construída.

4.4 Proposições mais recentes da Pedagogia Histórico-crítica – aproximações e distanciamentos da proposta de compreensão da realidade na sua concretude

Em uma publicação realizada mais recentemente, Saviani e Duarte (2012) defendem que a socialização dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, nas suas formas mais desenvolvidas, é uma importante contribuição para a transformação social, bem como que a defesa da escola pública coincide com a luta pelo socialismo. Justificam esta proposta, ou esta tese, conforme mencionam os autores, destacando que:

tal tese está apoiada numa contradição que marca a história da educação escolar na sociedade capitalista. Trata-se da contradição entre a especificidade do trabalho educativo na escola – que consiste na socialização do conhecimento em suas formas mais desenvolvidas – e o fato de que o conhecimento é parte constitutiva dos meios de produção que, nesta sociedade, são propriedade do capital e, portanto, não podem ser socializados. (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 2).

Igualmente, para os autores, realiza-se a defesa da escola pública em uma perspectiva de construção social coletiva dos trabalhadores, em que se dispute continuamente a hegemonia do Estado sobre esse espaço.

Cabe salientar que, historicamente, o Estado se apresenta como uma força social a serviço das classes hegemônicas. Essa força social se estrutura, por exemplo, com a formação de aparatos coercitivos, legais, comunicacionais, dentre outros. Essa força social, esse órgão social que se constitui historicamente no bojo da sociedade capitalista atua, assim, dentre outros aspectos, pelo aceite de grande parte dos indivíduos que trabalham nesses espaços, por estarem absorvidos à realidade capitalista. Da mesma forma, ao se fazer a relação do Estado com a base teórica elaborada nesta tese, verifica-se que, por ser uma estrutura abrangente posta socialmente, que por diversos elementos tende a ter um caráter estático (de reprodução da realidade) e que se realimenta a partir dos interesses hegemônicos dessa realidade e, portanto, ao ter o caráter de se apresentar como um recorte abrangente da totalidade, possui uma força muito maior sobre os indivíduos do que a realizada por esses nas suas individualidades sobre

esse recorte da totalidade. Entretanto, o Estado também é um espaço de contradições, de conflitos, de resistência dos trabalhadores, em especial quando esses conseguem atuar de forma coletiva e organizada.

A partir destes aspectos, evidencia-se que a educação escolar também é um componente do Estado e deve atender à finalidade a que esse se propõe na sociedade capitalista; entretanto, por certo, a educação também é um espaço com potencial de gerar contradições na sociedade, bem como de contribuir com a transformação dessa mesma sociedade.

Ao sair do significado mais imediato, particular, da categoria trabalho produtivo ou improdutivo, conforme Marx a concebeu – portanto, o trabalho produtivo como o gerador de mais-valia em uma perspectiva mais imediata –, tem-se claro que toda a educação na sociedade atual é geradora de mais-valia, inclusive a educação realizada na escola pública, e, arrisca-se dizer, até mesmo as ofertas educacionais de caráter mais crítico à sociedade atual atuam indiretamente nesse sentido, ao proporcionarem um equilíbrio na sociedade capitalista, não deixando as contradições sociais chegarem ao extremo⁹⁶.

Essa contribuição à geração de mais-valia é decorrente também pelo que se designa como a existência de uma ampla arquitetura educacional, com ofertas educacionais extremamente desiguais, destinadas às diferentes classes sociais e frações de classe. Em uma perspectiva de totalidade, toda a educação participa da reprodução da realidade e, portanto, no atual tempo histórico, da geração de mais-valia e da acumulação capitalista. Isso não significa que no bojo dessa educação não esteja o contributo para a construção de outra sociedade, em especial ao ser a educação de caráter hegemônico tensionada, disputada e transformada.

Ao voltar à citação utilizada anteriormente, verifica-se que, para os autores, a apropriação pelos trabalhadores dos conhecimentos científicos mais elaborados é um elemento que resultará em contradições na sociedade capitalista, por ser esse conhecimento propriedade privada e tendo a necessidade, portanto, de permanecer restrito na perspectiva dos capitalistas. E de fato, ao se sair da estrita necessidade do capital, que é ter à disposição trabalhadores possuindo determinados e específicos conhecimentos, amplamente desiguais, tem-se como potencial a geração de contradições ampliadas na sociedade.

Todavia, a partir do que foi abordado nos tópicos anteriores deste capítulo, e também nos capítulos anteriores, verifica-se que não é suficiente se restringir a esta proposta, parar

⁹⁶ De forma alguma se quer propor, ou mesmo cogitar, que a contradição resultante da degradação do ser humano, quanto maior, melhor seria, numa perspectiva de longo prazo.

neste ponto – não se está afirmando que a Pedagogia Histórico-crítica para neste ponto, apesar de ser uma proposta defendida enfaticamente por esta pedagogia –, tanto em decorrência da visão de mundo dos trabalhadores da educação que, em grande medida, é uma visão absorva à sociedade posta, quanto pela ciência e pela tecnologia produzida, acessada pelos trabalhadores da educação e transmitida aos estudantes ser, em grande parte, uma ciência e uma tecnologia moldada, que serve, muitas vezes, a determinados interesses, ao ser produzida na sociedade capitalista e para a sociedade capitalista. Cabe destacar, ainda, que a educação posta socialmente geralmente está organizada e é direcionada ao atendimento das formas de trabalho e da sociedade em curso – é uma educação que prepara para esse trabalho e para essa humanização⁹⁷. Portanto, em última instância, se tem a humanidade reproduzindo a humanidade a partir dos interesses hegemônicos, ao serem interesses contidos nessa sociedade e que estruturam as forças sociais.

Obviamente que se está discutindo a intervenção nessa realidade, e não apenas a sua contemplação.

Nesse processo de intervenção, especificamente no âmbito da educação escolar, verifica-se que tanto o enfrentamento imediato quanto o horizonte a ser buscado – ambos convergem – deve estar direcionado à busca da compreensão da realidade em um maior nível de concretude. Ao se reivindicar a compreensão da realidade na sua concretude, perpassa-se, ou, mais especificamente, utiliza-se do conhecimento científico e tecnológico de caráter hegemônico, tal como ele está posto socialmente; no entanto, não se permanece restrito a esse conhecimento.

A partir do que foi proposto, poder-se-ia haver o questionamento, a acusação de se estar querendo substituir o meio pelo resultado, pela meta. Todavia, não necessariamente o meio, neste caso o conhecimento científico e tecnológico, tem uma materialidade ou uma objetividade relevante; pode ser um meio que falseia a realidade, ou, ainda, um meio que está moldado especificamente à reprodução da realidade; pode tratar-se de uma ciência fragmentada ao extremo, bem como abstraída da realidade social e histórica; ou, ainda, o “trabalho”, por ser ele próprio o trabalho materialmente posto na sociedade, não necessariamente conduz ao resultado, qual seja, a compreensão da realidade na sua totalidade

⁹⁷ É um aspecto bastante relevante este último ponto, tendo em vista muitas instituições de ensino superior, por exemplo – públicas e privadas –, terem como propósito transmitir determinados conhecimentos científicos aos trabalhadores que atuam na sociedade, podendo ser suscitado aqui a reflexão sobre o alcance deste conhecimento para a transformação desses trabalhadores e também da realidade social.

a partir da sua materialidade e objetividade social, bem como a compreensão da realidade na sua complexidade.

Ademais, a compreensão da concretude da realidade social é um processo produzido ao longo de um transcurso histórico bastante extenso, não sendo um processo que se faz, que se apresenta aos indivíduos sem uma adequada e específica mediação. Evidencia-se, ainda, que a corrente epistemológica e de intervenção na realidade do materialismo histórico e dialético, ao mesmo tempo em que busca apreender e expressar uma materialidade histórica e dialética, possui também uma intencionalidade, aspectos que implicam na necessária transmissão da concretude da realidade apreendida historicamente, e também a transmissão de determinada intencionalidade, já de imediato, no processo educacional; ademais, também se direciona à realização de proposições para o devir histórico, e não apenas propor um meio que poderia eventualmente desencadear na síntese de múltiplas relações e determinações constituintes da realidade na subjetividade de cada indivíduo, bem como um meio que poderia desencadear automaticamente, nessas subjetividades, uma proposição de ser humano e de sociedade que se almeja e se deseja alcançada.

Esta proposição, como abordar-se-á mais à frente, não implica de forma alguma desconsiderar a transmissão dos elementos e instrumentos que possibilitem, que estruturam a compreensão da realidade em um maior nível de concretude, e também que possibilitem a atuação imediata em sociedade; caso contrário, não faria sentido a proposição que aqui se faz.

Isso não significa que Dermeval Saviani e Newton Duarte – citados anteriormente – assim como outros autores que defendem a Pedagogia Histórico-crítica, não almejem às novas gerações a compreensão da realidade em um maior nível de concretude. Quando os autores propõem, como prática educacional, o acesso à “filosofia” e à prática filosófica, juntamente com o acesso à “arte” e à “ciência”, compreendem que esse é um dos caminhos para a compreensão da realidade de forma mais concreta.

Conforme abordado no primeiro tópico deste capítulo, em determinado momento Saviani propõe inclusive que a Pedagogia Histórico-crítica seja estruturada a partir de elementos do método de apreensão da realidade elaborado por Marx.

Cabe recapitular ainda a proposição de Saviani (2007b), de que a sua concepção global de educação se estrutura pela designação “histórico-crítica”, sendo central a sua preocupação, conforme disposto na citação apresentada no tópico anterior deste capítulo, em não ter uma visão determinista em relação aos instrumentos de trabalho e ao próprio trabalho posto no atual tempo histórico, tal qual foi a preocupação evidenciada por Gramsci.

A compreensão da importância da realidade ser apreendida em um maior nível de concretude também pode ser verificada em Saviani (2007a), quando o autor utiliza-se da leitura que Gramsci fez sobre a cultura greco-romana, buscando se inspirar nesta obra – contexto em que era valorizado o estudo do latim e do grego, bem como estudava-se literatura e história política –, conforme se verifica na citação a seguir:

constituía-se, por esse caminho, o princípio educativo da escola tradicional, “na medida em que o ideal humanista, que se personifica em Atenas e Roma, era difundido em toda a sociedade”, sendo “um elemento essencial da vida e da cultura nacionais”. O latim, como língua morta, permitia o estudo de um processo histórico inteiro, analisado desde o seu nascimento até sua morte. Mas Gramsci acrescenta: “morte aparente, pois sabe-se que o italiano, com o qual o latim é continuamente comparado, é latim moderno”. Estudando a história dos livros escritos em latim, sua história política, as lutas dos homens que falavam latim, o jovem submergia na história, adquirindo “uma intuição historicista do mundo e da vida, que se torna uma segunda natureza, quase uma espontaneidade, já que não é pedantemente inculcada pela ‘vontade’ exteriormente educativa”. E acrescenta: “Este estudo educava, (sem que tivesse a vontade expressamente declarada de fazê-lo) com a mínima intervenção ‘educativa’ do professor: educava porque instruí”. Claro, ele assinala, isto não se devia a uma suposta virtude educativa intrínseca ao grego e ao latim. Esse resultado era produto de toda a tradição cultural, viva não apenas na escola, mas principalmente fora dela. Uma vez “modificada a tradicional intuição da cultura”, a escola entrou em crise e com ela entrou em crise o estudo do latim e do grego. Daí a conclusão: “Será necessário substituir o latim e o grego como fulcro da escola formativa; esta substituição ocorrerá, mas não será fácil dispor a nova matéria ou a nova série de matérias numa ordem didática que dê resultados equivalentes”. (SAVIANI, 2007a, p. 129)⁹⁸.

Saviani (2007a) menciona que, desde a primeira vez que leu, na década de 1970, sobre estas reflexões presentes na obra de Gramsci, passou a se perguntar qual a matéria ou as matérias que poderiam ser utilizadas da mesma maneira na escola atual, assumindo o mesmo papel que o ensino do latim e do grego desempenharam naquela escola. O autor relata que foi formando a compreensão de que a história poderia assumir uma função similar no processo educativo, fazendo surgir “[...] uma escola unitária porque guiada pelo mesmo princípio, a da radical historicidade do homem e organizada em torno do mesmo conteúdo, a própria história dos homens, identificada como o caminho comum para formar indivíduos plenamente desenvolvidos” (Ibidem, p. 129-130).

Todavia, será que esta é a centralidade desta proposta pedagógica em período recente? Ou, ainda, será que esta proposta é compreendida por quem busca disseminar uma

⁹⁸ Nesta citação, Saviani refere-se à obra *Os intelectuais e a organização da cultura* (GRAMSCI, 1982, p. 133-134).

educação transformadora, em especial quando os autores reivindicam com centralidade “[...] as possibilidades de ensino e de aprendizagem dos conteúdos científicos, artísticos e filosóficos” (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 4)?

Mesmo a partir das exposições que foram realizadas em parágrafos anteriores, volta-se a questionar: será que a compreensão da realidade em um maior nível de concretude é uma questão central para esta pedagogia, ao defenderem, por exemplo, a tese de que “[...] a socialização do conhecimento em suas formas mais desenvolvidas [...]” (Ibidem, p. 2) é um elemento gerador de contradições sociais, tendo em vista que “[...] o conhecimento é parte constitutiva dos meios de produção que, nesta sociedade, são propriedade do capital e, portanto, não podem ser socializados” (Ibidem, p. 2)? Certamente que a contradição é suscitada a partir da efetivação desta proposta na realidade social e educacional, todavia, para além do caráter dialético que pode estar envolvido e de um maior domínio das forças produtivas pelos trabalhadores, a apropriação dos conhecimentos constitutivos dos meios de produção, que são propriedade do capital, é muito diversa do que compreender a realidade em um maior nível de concretude. A contradição e a capacidade de tensionamento e de revolucionamento da segunda proposição é de outra ordem.

Respondendo em parte aos questionamentos imediatamente anteriores, verifica-se, a partir das análises realizadas, que os autores aqui estudados têm como anseio que os indivíduos compreendam a realidade em um maior nível de concretude, entretanto, esta compreensão é obtida em especial a partir de uma leitura de conjunto das publicações relacionadas à Pedagogia Histórico-crítica, e também a partir da análise das entrelinhas das referidas publicações. Trata-se de questão que se verifica como sendo pouco explicitada por esta pedagogia, ou, então, verifica-se que em determinados momentos os formuladores desta pedagogia se aproximam desta proposta, e em outros se distanciam, ou aparentemente se distanciam.

Ademais, talvez se possa até depreender que a proposta de apropriação do conhecimento científico, do conhecimento elaborado, erudito, possa ser compreendida como sinônimo de compreensão da realidade em um maior nível de concretude no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica. Entretanto, como já foi bastante discutido neste espaço, a partir do estudo da ciência em uma perspectiva marxiana, verifica-se como uma leitura problemática, em decorrência das formas de produção, de transmissão e de utilização da ciência na sociedade capitalista. Além disso, mesmo os trabalhadores da educação mais alinhados aos interesses da classe trabalhadora, geralmente tem acesso, quando é o caso, à ciência de caráter hegemônico, e também, muitas vezes, não tem uma compreensão mais

profunda dos autores alinhados ao eixo teórico do materialismo histórico e dialético, ou, em especial, às obras de Marx, para a compreensão da ciência em outra perspectiva.

Portanto, assevera-se que, assim como a meta, algumas vezes explícita, outras não, também o meio deva ser a compreensão da realidade em um maior nível de concretude. O que isso significa? Que todo o processo educacional seja pautado neste objetivo. Que em cada etapa do processo educativo das novas gerações busque-se alinhar as múltiplas relações, determinações e contradições constituintes da sociedade na sua totalidade, visando formar contínuas sínteses da realidade social e da vida humana, tendo de diferente, ao longo do processo educativo de cada indivíduo, a complexidade e a abrangência da apreensão subjetiva da concretude da realidade.

No entanto, a título de exemplo, evidencia-se que esta proposta não deixa de forma alguma de compreender a importância da alfabetização na educação fundamental; de que o ensino no atual tempo histórico é dividido e organizado em disciplinas de caráter específico; ou, ainda, a necessidade de o trabalhador ter uma formação mais focada em uma determinada área – refiro-me em especial à fase adulta da vida; entretanto, deixa claro aos professores e aos demais trabalhadores da educação que a compreensão da realidade em um maior nível de concretude é fundamental para que a educação seja mais efetivamente transformadora. Ademais, é redirecionada toda a atuação educacional ao se ter como meta, e também como meio, como forma de atuação imediata, ampliar gradativamente a compreensão da concretude da realidade. Ressalta-se mais uma vez, para que não fique dúvida em relação ao que se está propondo: não se trata de conceber uma realidade educacional idealizada, mas de intervir na realidade atual, com todas as suas contradições, tendo como objetivo possibilitar outra apreensão da realidade pelo ser humano e também a construção de outra realidade histórico-social.

Imediatamente alinhada a esta discussão, está a proposição apresentada no tópico anterior, ou seja, de se ter a produção social e a produção da vida humana como princípios educativos, até porque não se compreende a realidade em um maior nível de concretude sem a abordagem desses eixos. Antes, ao ter esses eixos como direcionadores do processo educacional, se está historicizando e relacionando material e objetivamente os conhecimentos, a produção social da existência e a própria vida humana, que são transmitidos e também repensados continuamente através do processo educativo.

4.5 A arte, a catarse e o estudo dos clássicos: diálogo com autores da Pedagogia Histórico-crítica a partir do que se percebe como sendo desafios nucleares desta pedagogia

Como a arte é um dos elementos que está presente na Pedagogia Histórico-crítica, tanto na exposição dos elementos que participam da constituição humana quanto na exposição do que essa pedagogia propõe como prática educativa, considerou-se importante trazer à discussão a respectiva temática. Da mesma forma, considerou-se importante aproximar e relacionar esta discussão à categoria “catarse” e, ainda, ao estudo dos clássicos como prática da educação escolar, tal como tem feito o autor Newton Duarte.

Quando estas temáticas são relacionadas a partir do estudo de autores que atuam no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica, verifica-se a identificação de desafios nucleares com que esses autores se defrontam, bem como, ao trazer a abordagem desses autores sobre estas temáticas, mais uma vez ocorre a aproximação da discussão sobre a compreensão da realidade na sua concretude, ou em um maior nível de concretude.

Direciona-se, portanto, à compreensão destas temáticas: para Saviani (2012, p. 11-20), a arte está relacionada à constituição do ser humano, dentre outros aspectos, por fazer parte do âmbito da simbolização. Essa simbolização atua na composição da subjetividade e na capacidade teleológica de antecipação e de representação da realidade.

Para o autor, a arte é um dos elementos que atuam na constituição de uma segunda natureza, de uma natureza humana (SAVIANI, 2012a, p. 6-7).

Já especificamente no âmbito da educação escolar, em entrevista, Saviani ressalta que a arte é um importante componente para a educação integral do ser humano, conforme se verifica na citação a seguir:

[...] a educação integral do homem, a qual deve cobrir todo o período da educação básica que vai do nascimento, com as creches, passa pela educação infantil, o ensino fundamental e se completa com a conclusão do ensino médio por volta dos dezessete anos, é uma educação de caráter desinteressado que, além do conhecimento da natureza e da cultura envolve as formas estéticas, a apreciação das coisas e das pessoas pelo que elas são em si mesmas, sem outro objetivo senão o de relacionar-se com elas. Abre-se aqui todo um campo para a educação artística que, portanto, deve integrar o currículo das escolas. (SAVIANI apud AMORIM; FERRI, 2020, p. 5).

Cabe reafirmar também, conforme foi citado no tópico anterior deste capítulo, que Saviani, e também Duarte, propõem com centralidade no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica a necessidade de “lutar para que se efetive ao máximo, ainda nessa sociedade, as

possibilidades de ensino e de aprendizagem dos conteúdos científicos, artísticos e filosóficos” (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 4).

Newton Duarte tem realizado investigações sistemáticas sobre a contribuição da arte no processo de formação humana, realizando essas investigações a partir do estudo de autores como Lukács, Vigotski e Gramsci, bem como relacionando e ampliando esta discussão através do estudo da categoria “catarse”, e também do estudo dos “clássicos” da ciência, das artes e da filosofia (DUARTE, 2008, 2015, 2016, 2019).

Pela relevância que vem adquirindo a arte nesta pedagogia, cabe a compreensão, de forma mais detalhada, de quais as contribuições destes estudos.

Duarte (2008) lembra que, para Lukács, a arte, a ciência, a filosofia e a política são formas de objetivação do ser humano, evidenciando a importância do estudo da arte a partir dos textos produzidos por este último autor. Já em relação a Vigotski, Duarte menciona que este autor “[...] analisou a arte como uma técnica criada pelo ser humano para dar uma existência social objetiva aos sentimentos, possibilitando assim que os indivíduos se relacionem com esses sentimentos como um objeto, como algo externo que se interioriza por meio da catarse” (DUARTE, 2008, p. 1).

Ao aproximar esta discussão da questão educacional, Duarte destaca que “[...] a questão central da pedagogia está nas relações que professor e alunos estabelecem com o conhecimento objetivado nos produtos intelectuais da prática social humana em sua totalidade” (Ibidem, p. 3). Portanto, para o autor, a relação do indivíduo com a arte pode ser uma importante fonte de informações e de estudo envolvendo “[...] a formação do indivíduo e a objetivação do gênero humano” (Ibidem, p. 3). Duarte ainda acrescenta, dizendo que, “[...] para além do reconhecimento da afirmação geral da importância das grandes obras da cultura na formação dos indivíduos, muito pouco foi efetivamente realizado em termos de construção de uma pedagogia à altura da riqueza cultural humana objetivamente existente” (Ibidem, p. 3).

Duarte complementa a sua justificativa para a importância desta discussão, mencionando que as práticas mais complexas podem ser importantes para a compreensão das práticas mais simples, ou seja, as relações entre os indivíduos e o conhecimento, em suas formas mais desenvolvidas, a exemplo das análises de Lukács e Vigotski sobre as obras de arte e sobre a catarse pelo ser humano, podem ser úteis para se compreender, de maneira mais ampla, sobre a formação humana. Conforme menciona o autor:

tanto Vigotski como Lukács adotaram o princípio metodológico marxiano sintetizado na afirmação de que “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”. Não estaria aí um caminho muito fértil também para a pedagogia? A análise das relações entre os indivíduos e o conhecimento em

suas formas mais desenvolvidas e ricas não seria a chave para a compreensão do processo educativo em geral, desde suas formas mais simples? As análises que Lukács e Vigotski fazem das relações entre o indivíduo e a obra de arte não seriam esclarecedoras ou, ao menos, não forneceriam pistas e sugestões sobre a formação humana em geral? (DUARTE, 2008, p. 3-4).

Ao se realizar a discussão sobre a arte, pode-se verificar que tanto Vigotski quanto Lukács discutem esta temática, em grande medida, em conjunto com a categoria “catarse”. Neste âmbito, Duarte utiliza-se da seguinte análise de Vigotski:

o social existe até mesmo onde há apenas um homem e as suas emoções individuais. Por isso, quando a arte realiza a catarse e arrasta para esse fogo purificador as comoções mais íntimas e mais vitalmente importantes de uma alma individual, o seu efeito é um efeito social. A questão não se dá da maneira como representa a teoria do contágio, segundo a qual o sentimento que nasce em um indivíduo contagia a todos, torna-se social; ocorre exatamente o contrário. A refundição das emoções fora de nós realiza-se por força de um sentimento que foi objetivado, levado para fora de nós, materializado e fixado nos objetos externos da arte, que se tornaram instrumento da sociedade. A peculiaridade essencialíssima do homem, diferentemente do animal, consiste em que ele introduz e separa de seu corpo tanto o dispositivo da técnica quanto o dispositivo do conhecimento científico, que se tornaram instrumentos da sociedade. De igual maneira, a arte é uma técnica social do sentimento, um instrumento da sociedade através do qual incorpora ao ciclo da vida social os aspectos mais íntimos e pessoais do nosso ser. Seria mais correto dizer que o sentimento não se torna social, mas, ao contrário, torna-se pessoal, quando cada um de nós vivencia uma obra de arte, converte-se em pessoal sem com isto deixar de continuar social. (VIGOTSKI, 1998, p. 315 apud DUARTE, 2008, p. 1-2).

Para Vigotski, aparentemente a catarse pode ocorrer tanto para quem apenas vivencia a obra de arte quanto para quem a produz, portanto, por quem materializa sentimentos e leituras de mundo e por quem tem acesso a essa objetivação da subjetividade humana. De qualquer forma, para Vigotski, trata-se de um processo social.

Duarte lembra que Lukács também utiliza a categoria catarse como um elemento fundamental na discussão que este último faz sobre as obras de arte, porém destaca que, para Lukács,

[...] a catarse não é uma categoria puramente estética, sua origem está na vida dos seres humanos. A obra de arte reelabora os conteúdos extraídos da vida, dando-lhes uma configuração que supera o imediatismo e o pragmatismo da cotidianidade. A obra de arte é mediadora entre o indivíduo e a vida [...] (Ibidem, p. 2).

Duarte utiliza, como exemplo da abordagem realizada por Lukács, a análise realizada por este último autor sobre o *Poema Pedagógico*, de Anton Makarenko:

como em todas as categorias importantes da estética, também na catarse se comprova que sua origem primária está na vida e não na arte à qual chegou a partir daquela. Como a catarse foi e é um momento constante e significativo da vida social, seu reflexo tem que ser forçosamente um motivo sempre recolhido pela conformação estética e, ademais, um elemento já presente entre as forças formadoras da reconfiguração estética da realidade. Em meu ensaio sobre Makarenko descrevo detalhadamente essa inter-relação entre o fato da vida, a reconfiguração e a aplicação consciente à vida, referindo-me à doutrina pedagógica desse autor. Ali tentei também mostrar que ainda que o fenômeno da catarse mostre já na vida certa afinidade com o trágico, razão pela qual se objetiva esteticamente do modo mais rico nesse domínio, abarca, entretanto, por seu conteúdo, outro domínio muito mais amplo. Postos agora ante a questão de se essa formulação permite ainda uma generalização ulterior, retomaremos nossas considerações anteriores sobre o caráter desfetichizador do estético e, em relação com elas, seu conteúdo positivo: toda arte, todo efeito artístico, contém uma evocação do núcleo vital humano – o que formula a cada receptor a pergunta goethiana de se ele é núcleo ou casca – e ao mesmo tempo, inseparavelmente dela, uma crítica da vida (da sociedade, da relação que ela produz com a natureza). (LUKÁCS, 1972, p. 500-501 apud DUARTE, 2008, p. 2-3).

Para Lukács, a obra de arte é uma forma de representação e de apreensão da realidade, que, ao ser apropriada pelos indivíduos, pode transformá-los, pode gerar uma nova leitura da realidade, portanto, nessa perspectiva, pode gerar a catarse. Entretanto, para o autor, a arte é uma forma de expressão da vida. É da vida que a arte se apropria e se faz na relação com o indivíduo.

A partir deste referencial teórico utilizado por Duarte e da análise inicial aqui realizada, se evidencia que, para o autor, a catarse é um específico momento de transformação do indivíduo, em que ele passa a ter uma compreensão diversa sobre a realidade. Nesta perspectiva, o autor deseja compreender como a arte pode ser um elemento formativo do ser humano; ademais, busca avaliar como a prática pedagógica pode se beneficiar dos estudos sobre a catarse, ou seja, como pode se beneficiar dos momentos de ruptura nas leituras de mundo dos indivíduos e dos elementos que suscitam essa ruptura e essa mudança na leitura de mundo. Por sua vez, Duarte (2019, p. 3) reafirma e aperfeiçoa essa compreensão, ao mencionar que a catarse pode ser entendida como um “[...] salto qualitativo no processo de ampliação e enriquecimento das relações entre a subjetividade individual e a objetividade sociocultural”.

É preciso lembrar que, no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica, Dermeval Saviani fez proposições relacionando a prática pedagógica com a catarse ao publicar *Escola e Democracia*, entendendo esta categoria como a expressão mais elaborada de um percurso de apreensão da realidade, e que proporciona uma compreensão específica sobre a realidade. Cabe lembrar que Saviani (2018, p. 57) menciona, citando Gramsci, que: “chamemos este

quarto passo de *catarse*, entendida na acepção gramsciana de “elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 1978, p. 53)”.

Nesta mesma direção, Duarte também explica a *catarse* como a compreensão pelo indivíduo da essência da realidade, ou, mais especificamente, segundo o autor, o indivíduo é colocado em confronto com a essência da realidade, o que pode suscitar a *catarse* (DUARTE, 2008). Esta discussão também reforça que a *catarse* sempre está relacionada ao indivíduo. É nele que a *catarse* se realiza, se efetiva, a partir de elementos constitutivos apropriados por esse, geradores/motivadores dessa *catarse*.

É importante especificar que Duarte, ao propor, no parágrafo anterior, a confrontação do indivíduo com a essência da realidade, está fazendo esta discussão em especial ao falar da obra de arte. Isso traz o indicativo de que não se trata de qualquer obra de arte, mas de obras de arte que remetam a outra compreensão da realidade pelos indivíduos, uma compreensão da realidade que seja expressão de uma materialidade e de uma objetividade social, da complexidade da realidade e das suas contradições.

A partir das análises e da discussão que vem sendo formulada, de imediato também se poderia antever a existência de *catarses* “negativas” aos olhos de quem defende uma sociedade profundamente transformada, *catarses* essas suscitadas, por exemplo, a partir da atuação e dos interesses do capital e, inclusive, do falseamento da realidade. Ressalta-se que Duarte não faz nenhuma afirmação nesse sentido; trata-se de uma inferência própria, realizada nesta tese.

A partir deste ponto, abre-se uma espécie de parêntese na linha de reflexão para fazer a seguinte indagação: se a *catarse* não é apenas estética e nem mesmo a arte pode ser abstraída da vida em sociedade, conforme bem destacam Lukács e também Duarte, por que o uso da expressão “*catarse*” para representar a transformação da leitura de mundo do indivíduo? Duarte (2019) busca responder sobre o porquê do uso desta categoria e possivelmente explicar o uso desta expressão para designar esta categoria social, da seguinte maneira: “adotarei outra hipótese, a de que a *catarse* existe como um fenômeno da vida individual e da história social humana e que as diversas interpretações são tentativas de se captar o significado desse fenômeno” (DUARTE, 2019, p.5). Seria então a *catarse* uma transformação específica do indivíduo, uma transformação determinada da subjetividade do indivíduo? Trata-se de uma possibilidade de leitura a partir da citação de Duarte (2019), todavia nem o autor e nem os autores citados por Duarte fazem essa delimitação precisa. Verifica-se apenas que os autores sempre relacionam a *catarse* a um caráter de positividade para o indivíduo e para a sociedade,

decorrente da sua ocorrência. Talvez seja esta justamente a especificidade contida na transformação dos indivíduos, que buscam designar por esta expressão.

Já em outra publicação, Duarte (2016) especifica que a catarse gera uma alteração qualitativa na relação do indivíduo com a realidade humana. Também lembra o autor que, para Lukács, a relação entre os indivíduos e as grandes obras de arte é sempre “um passo de aproximação à omnilateralidade do ser humano” (LUKÁCS, 1966b, p. 504 apud DUARTE, 2016, p. 84). Portanto, nesta perspectiva, Duarte especifica que “a catarse é, nesse sentido, uma categoria ética” (Ibidem, p. 84).

Deixando a questão formulada anteriormente sobre o porquê do uso da categoria “catarse” ser utilizada para representar a transformação na leitura de mundo do indivíduo, sem a possibilidade de uma resposta mais aprofundada a partir das análises aqui realizadas, volta-se à temática discutida anteriormente, ao parêntese feito, ou seja, que, para os autores analisados, não se trata de qualquer obra de arte que interessa quando se aborda a educação e a catarse.

Duarte traz inúmeras reflexões de Marx, de Engels e também de Lukács sobre a importância da arte de cunho “realista”. Estes autores compreendem que essa forma de arte possui condições de auxiliar na desfetichização e na desmistificação da realidade, na elucidação histórica, dentre outros aspectos. Duarte lembra o significado do realismo citando Engels: “o realismo, para mim, implica, para além da verdade do pormenor, a produção verdadeira de personagens típicos em circunstâncias típicas” (MARX; ENGELS, 1986, p. 70 apud DUARTE, 2008, p. 4).

A partir da análise das obras de Lukács, Duarte (2008) também explica que o realismo difere do naturalismo pelo fato de que, “[...] enquanto que o naturalismo ficaria prisioneiro dos detalhes de uma dada situação, o realismo captaria de forma artisticamente rica os processos e as tendências do movimento da história [...]” (Ibidem, p. 4).

Na mesma direção, Duarte lembra que, para Lukács, existe uma boa obra de arte e uma boa literatura: “[...] toda boa arte e toda boa literatura também é humanista na medida em que não apenas estuda apaixonadamente o homem, a verdadeira essência de sua constituição humana, mas também que, ao mesmo tempo, defende apaixonadamente a integridade humana do homem” (LUKÁCS, 1989, p. 213 apud DUARTE, 2008, p. 4).

Ainda sobre as obras de arte realistas, Duarte também observa que o artista pode ter uma atuação que ultrapassa em muito a sua própria concepção política e ideológica ao elaborar esse tipo de arte. O autor exemplifica, abordando a forma como Engels apreendeu a realidade a partir da obra *Comédia Humana*, de Balzac:

na criação de uma obra realista o artista pode ir muito além de suas próprias convicções político-ideológicas e, como exemplo disso, Engels faz referência a Balzac, com sua obra *Comédia Humana*, na qual a derrota da sociedade feudal e da aristocracia é retratada por Balzac de forma muito rica, a ponto de Engels afirmar que com essa obra de Balzac ele aprendera “mais do que com todos os historiadores, economistas e estatísticos profissionais do período” (MARX & ENGELS, 1986, p. 71). O conservadorismo político de Balzac foi superado pelo realismo de sua obra artística. Da mesma forma, a posição política socialista de um romancista não implicava, para Engels, que o escritor devesse fazer de seu trabalho artístico apenas um pretexto para explicitar suas posições políticas. Não se trata de defender a neutralidade política do artista ou da arte, mas sim de que o valor de uma obra de arte depende da profundidade com que ela capte a contraditória realidade humana e não de uma tradução direta das convicções políticas do artista [...] (DUARTE, 2008, p. 4-5).

Ao se colocar esteticamente em confronto com a essência da realidade, gerando a catarse no indivíduo, ou seja, ocorrendo a transformação da sua leitura de mundo, para Duarte (2008, p. 5), ocorre a “[...] superação, ainda que momentânea, da heterogeneidade extensiva e superficial própria à vida cotidiana [...]”. Na mesma direção, Duarte traz a seguinte passagem de Lukács, em que este último afirma que:

se essa situação é considerada sob o ponto de vista da vivência receptiva, chega-se ao problema, já antes retratado, da transformação do homem inteiro em homem inteiramente orientado à universalidade de um meio homogêneo. O conteúdo humano dessa transformação pode ser formulado dizendo-se que o homem se afasta do contexto imediato e mediato da vida, – relativamente, como veremos em seguida – se desprende dele para orientar-se temporal e exclusivamente à contemplação de um concreto aspecto vital que redesenha o mundo como totalidade intensiva das determinações decisivas que se oferecem numa certa perspectiva. (LUKÁCS, 1972, p. 495 apud DUARTE, 2008, p. 5).

Além dos aspectos já apresentados, geradores da catarse e discutidos em especial na relação com a arte, Duarte (2019) destaca que a catarse também pode ocorrer a partir das produções científicas e da filosofia, conforme se verifica a seguir:

a teoria de Karl Marx (1818-1883), por exemplo, é uma explicação científica das contradições produzidas pelo capital e das consequências dessas contradições para a sociedade e a vida humana. Se essa teoria for estudada de forma aprofundada e sem preconceitos, ela produz inevitavelmente mudanças na visão de mundo dos indivíduos, ou seja, produz catarses. É por essa razão que defensores do capitalismo espalham tantas calúnias e tantos preconceitos em relação a Marx e ao marxismo. Guardadas as devidas proporções e especificidades, também ocorrem transformações na visão de mundo quando o indivíduo se apropria dos conhecimentos científicos sobre a evolução da vida em nosso planeta, sobre a própria história do planeta Terra e, mais amplamente, a evolução do Universo. Não por acaso a superação da cosmovisão geocêntrica custou a vida a algumas pessoas e também não por acaso a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin continua a ser objeto de ataques até a atualidade. Esses são exemplos de teorias científicas

que foram catárticas, porque geraram profundas transformações nas concepções de mundo. (DUARTE, 2019, p. 11).

Além de ampliar e explicitar os elementos geradores da catarse, o autor também reforça mais uma vez, nesta passagem, qual o significado da catarse, qual seja, ser uma transformação da leitura de mundo do indivíduo.

É importante observar que Duarte (2016) busca explicar, diferenciar o processo de geração de catarse resultante do pensamento científico e da arte. O autor aponta que os seres humanos historicamente desenvolveram dois caminhos para ultrapassar a compreensão fetichista da realidade. Uma das formas é a ciência:

na vida cotidiana, dificilmente conseguimos, em nossa apreensão da realidade, ir além da aparência das coisas e, o mais das vezes, a partir dessas aparências, interpretarmos a realidade de maneira fetichista, como se os fenômenos sociais existissem em si e por si mesmos, independente da atividade humana. Entretanto, os seres humanos desenvolveram historicamente dois caminhos que permitem ir além da aparência fetichista cotidiana das coisas. Um deles é o caminho do pensamento teórico, da ciência. (DUARTE, 2016, p. 77)⁹⁹.

Por sua vez, diferentemente da ciência – ou de uma parte dela – que busca elucidar a essência da realidade, “[...] na arte, a aparência é mostrada de outra forma, numa fusão com a essência, num processo que revela ao sujeito a realidade de maneira intensificada [...]” (Ibidem, p. 77). Duarte ainda lembra que, através do realismo proposto por Lukács, a arte é uma forma de “[...] pôr em evidência certos aspectos da realidade que tornam a obra de arte ao mesmo tempo um reflexo da vida e uma crítica à vida, um reflexo da individualidade e um

⁹⁹ Faço uma pausa na linha de reflexão para realizar uma inferência: tenho bastante relutância em usar o conceito e a categoria de “vida cotidiana”, tendo minimizado ao máximo o seu uso, porque esta não é utilizada por muitos autores, apenas como uma instância de análise, tal como foi utilizada por Duarte na passagem citada anteriormente, e porque o gênero humano hoje é esta vida, é a vida designada de “vida cotidiana” – evidentemente que o gênero humano não é apenas o que se designa de vida cotidiana; por outro lado, grande parte do que é o gênero humano atualmente é constituído pela vivência dessa forma de vida, bem como pelo que constitui/forma essa forma de vida. Outro aspecto fundamental é que, indiretamente, o cerne desta tese é que essa “vida cotidiana” deve ser transformada, e mais especificamente pelo que se propôs, transformada como resultado de uma compreensão diversa que os indivíduos têm em relação à realidade, através da apropriação/transformação da ciência e da tecnologia, e ainda, mais do que isso, pela compreensão da realidade de forma concreta. Portanto, dependendo do uso que se faz da categoria “vida cotidiana”, pode-se incorrer em um específico problema metodológico a partir do referencial do materialismo histórico e dialético. Não é através do acesso à ciência e à tecnologia, nos modos como esses acessos ocorrem na sociedade atual, que o ser humano terá acesso às virtudes do gênero humano; é preciso a transformação do gênero humano, e essa transformação ocorrerá fundamentalmente pela transformação da realidade imediata dos indivíduos. Desta forma, para designar a instância de compreensão da realidade mais próxima ao indivíduo, prefiro utilizar as expressões “realidade particular” e “realidade singular”.

questionamento da sua autenticidade” (DUARTE, 2016, p. 77). O autor destaca também que a obra de arte promove a interação do indivíduo com a imediatez da realidade, com a aparência, entretanto “[...] esta o conduz a questões essenciais à vida humana. Pode-se dizer, nesse sentido, que a imediatez artística é uma imediatez de segunda ordem” (Ibidem, p. 78).

Outro aspecto relevante é que Duarte (2019) também traz inúmeros exemplos de catarses que podem ser consideradas “clássicas”, que surgem de leituras mais elaboradas da realidade. Decorrente desta proposição do autor sobre as catarses que podem ser consideradas clássicas, bem como dos exemplos que este apresenta, pode-se compreender a existência de convergências em determinadas leituras da realidade realizadas pelos indivíduos em sociedade, leituras essas que surgem do enfrentamento dos grandes problemas da sociedade, fruto, portanto, da relação do ser humano com a vida, com a materialidade e a objetividade histórico-social com que os seres humanos podem ter contato.

O primeiro exemplo que Duarte (2019) apresenta do que pode ser considerada uma catarse clássica é a compreensão pelo ser humano de que ele é o responsável, na relação com a realidade, pela construção do que é o próprio ser humano, bem como também é o responsável pela própria degradação do ser humano. Nas palavras do próprio autor:

um primeiro exemplo nesse sentido seria o da mudança de concepção de mundo, quando os indivíduos passam a considerar o ser humano como artífice da própria humanidade e, portanto, da própria desumanidade, no processo histórico de permanente produção e reprodução da realidade social. A formação dessa concepção imanentista de mundo implica a superação das concepções de ser humano nas quais ele é considerado como resultado passivo de determinações externas como uma vontade divina, forças sobrenaturais, um destino predeterminado ou uma natureza humana imutável. Conceber o ser humano como artífice da humanidade e da desumanidade é algo necessário para que os indivíduos tomem em suas mãos a tarefa de forjar seus próprios destinos. Isso, porém, não implica a adoção de uma visão ingênua de liberdade total, livre de determinações. Os indivíduos só podem realmente assumir a tarefa de forjar seus próprios destinos, quando reconhecem as determinações objetivas que delimitam o campo de possibilidades de ação, fazem escolhas a partir dessas possibilidades, tomam atitudes e lidam com as consequências. (DUARTE, 2019, p. 6).

A partir do que vem sendo apresentado nesta tese, fica evidente a concordância com estas proposições de Duarte; verifica-se significativa relevância nas abordagens realizadas pelo autor. Todavia, novamente surge a inquietação do por que usar a categoria catarse, ou então, por qual motivo denominar essa categoria por esta expressão no âmbito do materialismo histórico e dialético. Certamente Duarte não está preocupado com a expressão que designa a categoria social que ele traz à discussão, assim como possivelmente não está preocupado com o momento, com o ápice derradeiro na transformação da leitura de mundo do

indivíduo, mas sim com a transformação da leitura de mundo do indivíduo na sua totalidade, e também com as possíveis contribuições dessa transformação da leitura de mundo de cada indivíduo para o processo de revolucionamento da sociedade.

Em continuidade à análise do ser humano como artífice da sua própria realidade, Duarte também traz várias leituras de Epicuro, mediadas pela análise que Lukács faz desse autor, sendo relevante trazê-las neste espaço como importantes elementos de reflexão que se aproximam das discussões desta tese. Duarte apresenta, por exemplo, que Epicuro não faz a negação dos deuses por si só, mas o faz a partir do protagonismo do ser humano como construtor da realidade, da vida, do seu futuro:

esse tipo de catarse, como a realizada pela filosofia de Epicuro, não se limita, porém, a uma mera negação da existência dos deuses. Essa negação é, na realidade, uma consequência da afirmação do ser humano como artífice do seu mundo e de si próprio. Aliás, a negação da existência dos deuses pode acontecer de maneira gradual, a partir do processo pelo qual os indivíduos vão modificando sua realidade sociocultural e suas vidas. (DUARTE, 2019, p. 7). (Grifos meus).

Duarte também apresenta uma citação de Lukács em que o autor explica o materialismo da filosofia de Epicuro:

um materialismo inescrupulosamente crítico destrói toda ontologia de dois mundos. Epicuro também põe o sentido da vida humana, o problema da moral, no centro de sua filosofia. Mas esta se distingue de todas as que a precederam na medida em que nela o cosmo natural se defronta com as aspirações humanas enquanto uma autolegalidade não teleológica, completamente indiferente, e o ser humano pode e deve resolver suas questões vitais exclusivamente na imanência de sua existência física. Só assim a morte, o como do morrer, devém uma questão puramente moral, exclusivamente humana. Nenhuma qualidade do cosmo é capaz de dar qualquer instrução nesse sentido, muito menos um impulso motivado pela promessa de prêmio ou castigo. Epicuro diz: "Quem desconhece a natureza do todo, mas sente um temor cheio de dúvidas por causa de alguns mitos, não consegue livrar-se do medo em assuntos extremamente importantes. Portanto, sem conhecimento da natureza não é possível fruir os prazeres em sua pureza". E exatamente no mesmo sentido ele fala sobre a vida e a morte: "Portanto, o mais pavoroso dos males, a morte, nada é para nós, pois enquanto existimos a morte não está presente; mas se a morte aparece, já não existimos". Por causa dessa concepção de mundo, Lucrecio enaltece Epicuro por ter libertado os seres humanos do medo, que é uma consequência necessária da fé nos deuses. (LUKÁCS, 2012, p.34-35 apud DUARTE, 2019, p. 6-7).

Outro exemplo de uma catarse clássica, ou de uma catarse altamente desenvolvida, conforme definições de Duarte, é a revolução social. O autor assim explica a relação do indivíduo com a revolução – realiza essa explicação utilizando-se de uma obra de arte para exemplificar:

o próprio romance de [Maksim] Gorki remete ao outro exemplo de uma forma bastante desenvolvida de catarse que é a revolução social, como um processo no qual os indivíduos, coletivamente organizados, mudam a si mesmos na luta pela transformação da sociedade. Na terceira de suas teses sobre Feuerbach, Marx (2007) afirma que "a coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária" (p. 534). (DUARTE, 2019, p. 8). (Inserção minha entre colchetes).

Duarte também se utiliza de uma citação de Gramsci visando ampliar a discussão sobre a catarse e sobre a revolução social:

transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. É uma ilusão, e um erro, supor que o "melhoramento" ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é "individual", mas ela não se realiza e se desenvolve sem uma atividade para o exterior, atividade transformadora das relações externas, desde as com a natureza e com os outros homens – em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive – até a relação máxima, que abraça todo o gênero humano. Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente "político", já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua "humanidade", a sua "natureza humana" [ênfases no original]. (GRAMSCI, 1978, p. 47-48, apud DUARTE, 2019, p. 8-9).

Na passagem citada por Duarte, Gramsci reforça a necessidade da compreensão de que o melhoramento das condições individuais e da atuação ética não é apenas um processo que se realiza individualmente, mas se realiza na relação com a realidade, na atuação transformadora da realidade. Portanto, também implica em uma compreensão diversa sobre o revolucionamento da sociedade. Da mesma forma, expressa-se aqui, mais uma vez, a extrema dialética entre a realidade transformar o indivíduo e o indivíduo ser o transformador da realidade.

Após o percurso até aqui percorrido, é importante aproximar novamente a discussão que vem sendo feita a respeito da questão educacional. Duarte (2019, p.16), após observar que Saviani utiliza a catarse como algo fundamental a ser alcançado, alerta que:

mesmo no caso da pedagogia histórico-crítica, na qual a catarse é reconhecida como o momento decisivo do processo educativo, a fertilidade dessa categoria pode não ser adequadamente explorada, se ela não for entendida na perspectiva do marxismo e da luta pelo socialismo. É importante ressaltar a conexão que essa categoria estabelece entre o trabalho com os conteúdos escolares e a formação/transformação da concepção de mundo, ou seja, do posicionamento político e ético no interior da luta de classes (Duarte, 2016; Saviani & Duarte, 2012). Põem-se, assim, em relevo, as relações entre conteúdo e forma, meios e fins. Mais do que isso, trata-se da recusa à dissociação entre os conteúdos escolares e as formas pelas quais eles são trabalhados, bem como da recusa à dissociação entre os fins ético-políticos da educação e os meios empregados para se atingirem esses fins.

Em outras palavras, as clássicas perguntas: o que ensinar?, como ensinar?, por que ensinar?, a quem ensinar?, precisam ser respondidas como partes interconectadas de uma mesma perspectiva pedagógica, política, científica e filosófica. (DUARTE, 2019, p. 16). (Grifos meus).

Portanto, fica muito claro que, no âmbito educacional, para Duarte, não se trata de qualquer catarse, ou de qualquer forma de utilização desta categoria em relação à prática educativa e à compreensão da realidade.

O que se destaca nesta discussão, para além da riqueza dos elementos que o autor traz, é o interessante processo de constituição do próprio autor, ou seja, por quais caminhos de investigação este chega a determinada abordagem teórica sobre a compreensão da realidade, e também a determinadas proposições sobre a prática educativa.

A construção da concepção de mundo e a importância das obras “clássicas” na educação: relações da educação com a leitura da realidade a partir do materialismo histórico e dialético

Em Duarte (2016), o autor usa a metáfora da ressurreição dos mortos, em analogia às análises de Marx sobre as relações entre o trabalho vivo e o trabalho morto, portanto, entre a atividade de trabalho realizada pelo trabalhador e os meios de trabalho – trabalho já realizado, “trabalho morto”. Esse trabalho já realizado, para Marx, quando em uso, é trazido novamente à vida. A partir desta reflexão, Duarte (2016) considera que o uso dos clássicos da ciência, da filosofia e da arte, é algo fundamental na prática educativa realizada na escola, tendo a possibilidade de trazer à vida toda a riqueza humana produzida e contida nesses clássicos, que ao ser apropriada pelos indivíduos, pode contribuir significativamente na transformação desses e também contribuir para que esses indivíduos atuem na transformação social.

Em Duarte (2019), o autor explica sinteticamente a analogia que fez na publicação mencionada anteriormente, e também fala sobre a importância do uso dos clássicos na prática educativa, conforme se pode verificar:

[...] para que o indivíduo coloque em movimento a atividade potencialmente contida nos meios de trabalho, é necessário que ele desenvolva as operações físicas e mentais requeridas pelas próprias características dos meios empregados. O mesmo acontece com os complexos sistemas de signos que o ser humano desenvolveu historicamente para agir sobre seu próprio psiquismo (Duarte, 2017; Martins, 2013). Evidenciamos, dessa maneira, a impropriedade da acusação, tantas vezes repetida, de que o trabalho escolar com os clássicos da ciência, da arte e da filosofia seria gerador de

passividade e da ausência de criatividade. Ao contrário, como mostrou o estudo realizado por Saccomani (2016), que se apoiou em Marx, Vigotski e Lukács, o domínio do existente é a base indispensável do processo de criação do ainda não existente. Isso ocorre porque a criação do novo é, na realidade, uma transformação que consiste no direcionamento, para novos objetivos, de processos que já existem. Dessa forma, a riqueza da experiência humana acumulada nas produções científicas, artísticas e filosóficas, apodera-se dos indivíduos no mesmo processo pelo qual eles se apropriam dessa riqueza. É nítida aqui a catarse no sentido de Gramsci (1978), de "passagem do objetivo ao subjetivo" (p. 53), ou, usando as palavras de Saviani (2011), como formação da "segunda natureza" (DUARTE, 2019, p. 19-20).

Apesar de Duarte se referir, em diversos momentos, a Marx, Engels e Gramsci como exemplos de clássicos da ciência e da filosofia, o que implica, pelas produções desses autores, a determinada prática de apreensão da realidade, e também determinadas proposições de mundo, por outro lado Duarte não explicita, neste texto, em que sentido deve-se acessar e haver a apropriação das obras clássicas. O autor reforça que, a partir dos clássicos, pode-se ter o domínio do existente. Todavia, o existente também é algo que precisa ser transformado; trata-se de uma sociedade que aliena e que degrada o ser humano. Nesta passagem, o autor não especifica qual seria a segunda natureza a ser formada a partir da apropriação do existente. Certamente não poderia ser apenas a “natureza” posta na sociedade atual. Estas observações se aproximam daquelas que foram feitas quando se discutiu, no tópico anterior deste capítulo, o acesso e a apropriação dos trabalhadores aos meios produtivos contemporâneos. Existe concordância com o autor sobre a importância de ocorrer a apropriação do existente, todavia, evidencia-se a importância de ser uma apropriação específica, bem como uma apropriação mediada; caso contrário, a “experiência humana”, tão complexa e contraditória, pode “apodera[r]-se dos indivíduos” de forma negativa e, inclusive, de forma inversa ao esperado – possivelmente o autor concorda com esta análise, todavia, apenas considera-se relevante evidenciá-la no âmbito deste estudo.

Reforça-se mais uma vez, portanto, que não é qualquer apreensão da realidade que possui um potencial mais efetivo de revolucionar a sociedade atual.

Duarte (2015), no artigo *A importância da concepção de mundo para a educação escolar: porque a pedagogia Histórico-crítica não endossa o silêncio de Wittgenstein*, propõe taxativamente e explica que a Pedagogia Histórico-crítica:

[...] defende o ensino e a aprendizagem dos clássicos da história humana nos campos das ciências naturais e sociais, das artes e da filosofia. O ensino e a aprendizagem da experiência histórica humana, sintetizada nos clássicos, é um caminho para a

formação/transformação da concepção de mundo de alunos e professores. (DUARTE, 2015, p. 8).

Duarte, neste texto, menciona que a Pedagogia Histórico-crítica adota o materialismo histórico e dialético como concepção de mundo, bem como destaca que “essa pedagogia entende que o papel educativo do ensino dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos efetiva-se de maneira tão mais consistente quanto mais esse ensino esteja fundamentado na concepção de mundo materialista, histórica e dialética” (Ibidem, p. 9). (Grifos meus).

Duarte (2015, p. 10) também menciona que:

a pedagogia histórico-crítica, a partir dos trabalhos do professor Dermeval Saviani, postula que a especificidade da educação escolar no interior da totalidade da prática social é a de socialização dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos por meio do ensino dos clássicos; considerando-se que “[...] o clássico permanece como referência para as gerações seguintes que se empenham em se apropriar das objetivações humanas produzidas ao longo da história” (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 31). Ao postular que a tarefa da escola é a socialização das formas mais desenvolvidas de conhecimento, a pedagogia histórico-crítica tem por objetivo a formação das bases para a difusão do materialismo histórico-dialético como concepção de mundo. (Grifos meus).

Para Duarte, o ensino dos clássicos, assim como a presença da catarse nas proposições de Saviani no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica, está imediatamente relacionado à mudança na concepção de mundo do indivíduo. Conforme o próprio autor menciona, “[...] sem essa compreensão da relação entre o ensino dos conteúdos clássicos e o processo de transformação da concepção de mundo, torna-se um enigma o fato de Saviani ter definido a catarse como um dos momentos decisivos do método de ensino” (Ibidem, p. 10).

O autor compreende que a concepção de mundo é constituída por “conhecimentos e posicionamentos valorativos acerca da vida, da sociedade, da natureza, das pessoas (incluindo-se a autoimagem) e das relações entre todos esses aspectos [...]” (Ibidem, p. 12). Lembra ainda que as concepções de mundo também podem estar pautadas em concepções religiosas: “[...] na crença da existência de uma realidade não terrena (o além) [...]. Mas, como explicou Feuerbach (1997, p. 60), “[...] os predicados religiosos são apenas antropomorfismos”, o que significa que, em última instância, as ideias sobre o além são alienados reflexos da vida humana.” (Ibidem, p. 12).

Duarte (2015) também aborda o emaranhado de elementos que constitui as concepções de mundo dos indivíduos:

esses elementos constitutivos da concepção de mundo não são necessariamente tomados pelo indivíduo como objetos de análise consciente. Eles podem coexistir na consciência individual de maneira espontânea, desarticulada e incoerente. Algumas ideias podem ser adotadas pelo

indivíduo como crenças com forte enraizamento afetivo e serem de difícil superação, como é o caso dos preconceitos (HELLER, 2004, p. 43-63), ao passo que outras ideias podem ser incorporadas à consciência individual de maneira superficial e passageira, sem grandes impactos sobre o núcleo de sua concepção de mundo. O grau de adesão de uma pessoa às ideias constitutivas de sua concepção de mundo não está necessariamente relacionado ao grau de veracidade dessas ideias. As ilusões podem ter forte apelo emocional e se enrustarem de forma profunda na maneira como um ser humano entende a vida, a sociedade, a natureza, as outras pessoas e a si mesmo. (DUARTE, 2015, p. 12).

A partir deste eixo de discussão, é relevante destacar que o autor também evidencia que a ciência, a filosofia e a arte podem ser fontes de falseamento da realidade:

em consequência da luta de classes e, portanto, do caráter contraditório de todas as formas pelas quais a consciência reflete a realidade, o fato de uma concepção apresentar um grau de elaboração maior do que outra não significa que necessariamente ela explique a realidade de forma mais correta e consistente. As teorias científicas e filosóficas, bem como as representações artísticas, quando impregnadas da ideologia dominante, ou seja, da ideologia capitalista, podem apresentar imagens tão distorcidas da realidade que, perante elas, o senso comum frequentemente tem que repetir a denúncia do menino do conto de Andersen (2001): "o rei está nu". (Ibidem, p. 13).

Duarte ainda reforça a sua crítica à produção e utilização de determinadas leituras da realidade como produções científicas, ao mencionar que “[...] a ideologia dominante pode fazer com que a abstração, indispensável ao conhecimento da realidade para além das aparências e do imediatismo pragmático, se transforme em legitimação teórica da opacidade e do caráter fetichista das relações sociais capitalistas” (Ibidem, p. 13).

Duarte, a partir da compreensão de mundo materialista, histórica e dialética, especifica que tanto os valores quanto as concepções de mundo são construções sociais e, assim sendo, constituem-se a partir de complexas e contraditórias relações sociais. A partir dessa análise, o autor aproxima esta discussão da produção e do acesso à ciência, à arte e à filosofia:

nada é simples em se tratando da análise do desenvolvimento do gênero humano ao longo da história até aqui percorrida, que tem sido marcada pela luta de classes. No caso das relações entre, por um lado, as concepções de mundo e, por outro, os conteúdos científicos, artísticos e filosóficos, a complexidade e o caráter problemático dessas relações acentua-se pela existência de uma tendência que, segundo Lukács (2012, p. 25-127), prevaleceu no século XX: a de limitação da produção e da difusão do conhecimento à sua utilidade imediata na prática social, a qual também é reduzida à busca de êxito na adaptação ao mundo, tal como ele se apresenta na cotidianidade da sociedade capitalista. O desenvolvimento econômico na sua forma burguesa, isto é, capitalista, gera, de acordo com Lukács (2012, p. 53), uma "dupla necessidade". Por um lado, a burguesia precisa valorizar, na economia e na vida social, as descobertas da ciência, mas, por outro lado, a

burguesia precisa "[...] manter historicamente ativa nas massas uma necessidade religiosa por mais esmaecida que seja" (LUKÁCS, 2012, p. 53). Como fazer isso, se o avanço da ciência moderna colidiu historicamente com a concepção de mundo religiosa, como no caso do conflito entre o geocentrismo, defendido pela igreja católica durante a Idade Média e o heliocentrismo defendido pela ciência? (DUARTE, 2015, p. 19). (Grifos meus na passagem com sublinhado).

O autor explica esse dilema histórico-social entre o avanço da produção e da utilização da ciência e a visão e os objetivos religiosos, observando que “[...] a igreja católica teve de mudar de estratégia: ao invés de fazer o combate direto à ontologia baseada na ciência passou a lutar pela separação entre ciência e visão de mundo [...]” (Ibidem, p. 19).

Da mesma forma, Duarte (2015) compreende que é um erro associar a ciência moderna com o positivismo; menciona que a primeira tem uma inserção na sociedade e uma contribuição na sua transformação, que é muito mais ampla que o segundo. Conforme menciona o autor:

neste ponto é necessário esclarecer uma confusão bastante recorrente nos últimos tempos. Trata-se da identificação apressada e simplificadora entre a ciência moderna e o positivismo. A ciência moderna surgiu no longo processo histórico de produção do conhecimento a partir da prática social em sua totalidade. Esse processo histórico seguiu, segundo Lukács (2012, p. 57) “[...] dois caminhos que decerto e com frequência se entrelaçaram”. Por um lado, os resultados da prática social, “[...] corretamente generalizados, integravam-se à totalidade do saber até então obtido, o que se constituía numa força motriz decisiva para o progresso da ciência, para a correção e o alargamento verídico da concepção humana do mundo”. A ciência moderna desempenhou em muitos campos e em muitos momentos esse papel de produção de conhecimentos que contribuíram para o avanço em termos da concepção de mundo. O outro caminho do conhecimento foi aquele pelo qual os conhecimentos ficaram restritos ao seu emprego utilitário e direto na prática imediata, ou seja, nessa perspectiva, era considerado suficiente “[...] poder manipular determinados complexos objetivos com a ajuda daqueles conhecimentos práticos” (LUKÁCS, 2012, p. 57). A ciência moderna também apresentou em vários momentos e em vários campos essa característica de limitação da produção do conhecimento à sua aplicação prática direta e imediata, principalmente por força das exigências da produção capitalista. É um equívoco, porém, identificar pura e simplesmente a ciência com esse segundo caminho, esquecendo-se de seu papel decisivo na ampliação da concepção de mundo. (Ibidem, p.20).

O autor ainda especifica que a separação entre o uso dos conhecimentos científicos à maneira como concebeu o positivismo e o pragmatismo, separados da concepção de mundo, foi direcionada para atender a necessidade da burguesia capitalista. Nas palavras de Duarte:

essa restrição, defendida pelo positivismo e pelo pragmatismo, do conhecimento à sua funcionalidade prática e a correspondente redução do próprio conceito de prática ao utilitarismo cotidiano, foi levada às últimas consequências ao longo do século XX pelo neopositivismo, pelo construtivismo, pelo neopragmatismo, pela teoria do conhecimento tácito,

pelo neoliberalismo, pelo pós-modernismo etc. Disseminou-se, assim, a ideia de que a ciência deve se abster de discussões envolvendo concepções de mundo, deixando o caminho aberto para o irracionalismo e o misticismo das religiões. A burguesia encontra, dessa maneira, o caminho para fomentar o desenvolvimento científico minimizando, ao mesmo tempo, as consequências negativas desse desenvolvimento para a manutenção da necessidade religiosa nas massas, já que tal necessidade é de expressiva ajuda na domesticação da classe dominada. (DUARTE, 2015, p. 20).

Cabe destacar que, imediatamente associado ao utilitarismo, verifica-se uma extrema fragmentação do conhecimento científico, no qual poderíamos falar, em analogia, que, inclusive, a atuação de muitos cientistas está para o capital assim como a “competência técnica” do trabalhador que atua de forma mais operacional na produção capitalista também assim está. Em ambos os casos, em decorrência das concepções educacionais alinhadas ao capital, ocorre a apreensão e a utilização de conhecimentos significativamente restritos à reprodução produtiva, e especificamente à reprodução do capital. Trata-se de uma materialidade recortada, fragmentada, em que a concepção de mundo, conforme Duarte discute, está imediatamente associada a determinada forma de conhecimento do indivíduo, portanto, também associada à ausência da compreensão da realidade em um maior nível de concretude.

Além da crítica à ciência, tal como ela está posta socialmente, Duarte também critica a arte que tem contribuído à manutenção da concepção de mundo e da realidade posta. Ele lembra que a arte pode atuar fortemente como reprodutora da realidade:

[...] nas artes também se formou e se difundiu a tendência a se negar o reflexo da realidade, bem como a tendência a se negar a necessidade da elevação da subjetividade para além da cotidianidade. Essas duas tendências levam à subordinação da arte aos moldes da produção capitalista, resultando em produtos que não geram qualquer efeito de reação à alienação do cotidiano capitalista e, ao contrário, contribuem decisivamente para a manutenção e o aprofundamento dessa alienação. (Ibidem, p. 22).

A mesma crítica também é feita por Duarte ao se referir a determinadas abordagens filosóficas em uso; o autor observa que, “[...] tal como nas ciências e nas artes, também no caso das elaborações filosóficas a tendência hegemônica na sociedade burguesa tornou-se a de renúncia ao debate sobre o que é o mundo da natureza e da sociedade” (Ibidem, p. 22). O autor argumenta que “isso não invalida, porém, o fato de que a filosofia acumulou, ao longo dos séculos, elaborações de alto valor para toda a humanidade” (Ibidem, p. 22).

A partir da perspectiva teórica que vem sendo apresentada, Duarte aponta que a Pedagogia Histórico-crítica deve se opor a um silêncio legitimador da separação entre conhecimento, produção do conhecimento e a concepção de mundo.

A partir da existência de uma materialidade e objetividade social produzida pela humanidade, o autor reitera a importância do ensino e a apropriação pelos estudantes das obras clássicas:

da mesma forma que a pedagogia histórico-crítica defende o ensino dos clássicos das ciências e das artes, também o faz no caso da filosofia. Nesse sentido, os alunos das escolas brasileiras deveriam ser levados a se familiarizarem com as obras dos clássicos da filosofia, em graus progressivos de domínio das reflexões contidas nessas obras. (DUARTE, 2015, p. 22-23).

Ao relacionar esta discussão com as concepções educacionais hegemônicas, Duarte observa que o pragmatismo no conhecimento implica na ausência

[...] de um projeto de formação consciente de uma concepção de mundo nas novas gerações. Ou melhor, o projeto implementado, embora não assumido explicitamente, é de que a concepção de mundo é questão puramente subjetiva e individual, limitando-se a escola a trabalhar com conhecimentos que respondem às demandas imediatas da cotidianidade (Ibidem, p. 23).

Cabe reforçar, aclarar, que se trata da reprodução da concepção posta, da reprodução a partir dos interesses hegemônicos da sociedade capitalista.

Igualmente, ao discutir as proposições educacionais em curso, de caráter hegemônico, alinhadas ao construtivismo e às proposições e teorias do “aprender a aprender”, reforça o autor que a Pedagogia Histórico-crítica não pode silenciar em relação às concepções de mundo e à realização de proposições sobre concepções de mundo. Da mesma forma, o autor afirma que “a pedagogia histórico-crítica não silencia sobre a realidade concreta da classe trabalhadora nem sobre as possibilidades de futuro para a humanidade” (Ibidem, p. 24). Por fim, o autor complementa a sua análise citando Vigotski, onde se pode ler, dentre outras coisas, que a compreensão do ser humano e da subjetividade dos indivíduos está ancorada na compreensão da sociedade: “nós não podemos dominar a verdade sobre a personalidade e a própria personalidade enquanto a humanidade não dominar a verdade sobre a sociedade e a própria sociedade”. (VYGOTSKY, 1997, p. 342 apud DUARTE, 2015, p. 24). (Grifos meus).

A partir das análises realizadas, buscando neste tópico em especial a compreensão da questão da arte no âmbito educacional, se evidencia que, os autores aqui estudados se apropriam de determinadas compreensões da realidade e se deparam com uma série de desafios teóricos, portanto, desafios que enfrentam os construtores da Pedagogia Histórico-crítica.

O que acaba se destacando, quando da análise da Pedagogia Histórico-crítica, a partir dos estudos elaborados nesta tese, é a questão que envolve a apreensão da realidade e a

relação da apreensão da realidade com a educação escolar e com a transformação dos indivíduos.

Quando é proposto, nesta tese, como objetivo da educação escolar a compreensão da realidade em um maior nível de concretude, assim como a construção da necessidade de uma sociedade profundamente transformada, se está divergindo da educação posta e que atua no atendimento dos interesses do capital, bem como se está intervindo socialmente em busca do revolucionamento da sociedade; isso envolve a questão epistemológica da produção, da utilização e da apropriação do conhecimento, assim como de qual conhecimento, de qual conteúdo deve ser apropriado pela classe trabalhadora. Soma-se a isso a proposição da transmissão de propostas societárias diversas da atual.

No que se refere ao conteúdo, ao que se deve apreender, se está propondo a compreensão da realidade na sua materialidade e objetividade social; e, para além disso, propõe-se a compreensão da realidade de forma concreta, ou da forma mais concreta possível; portanto, não se trata da apreensão de qualquer materialidade e objetividade social. Associado à compreensão da realidade em um maior nível de concretude, reforça-se a necessidade de se propor e se atuar na construção de uma sociedade diversa, o que implica também na transformação da ciência e da tecnologia existente na sociedade atual.

Ao se realizar a proposição de compreensão da realidade na sua concretude se está realizando uma proposição subversiva, se está propondo uma sociedade diversa – ao se propor a compreensão da realidade de forma diversa à comumente existente na sociedade atual.

Estes aspectos aparentemente também são captados e reforçados pela Pedagogia Histórico-crítica, através do uso da categoria *catarse*, sendo que esta categoria – ao que parece, pelas explicações trazidas, a partir dos autores estudados – está relacionada à mudança na leitura de mundo, a partir da apreensão da realidade de forma mais ampla, possibilitando que sejam captadas relações constitutivas da realidade em uma maior multiplicidade, assim como captando-se as contradições da realidade, a realidade na sua essência. Quando falam da importância da arte, os autores aqui trazidos também apontam para determinada arte que forneça compreensões mais amplas e objetivas sobre a realidade. Pelas proposições que Duarte e Saviani fazem, depreende-se o mesmo em relação ao estudo dos clássicos, ao estarem propondo a apreensão de determinado conteúdo da realidade, e também a partir de determinada forma de apreensão da realidade, bem como da constituição humana que se realiza ao longo da história – algo que se observa, em especial, a partir de quais os clássicos citados pelos autores. Relaciona-se a esta discussão a importância que Duarte dá para o acesso e a apropriação ao conhecimento como forma de propiciar a liberdade para o ser humano.

Verifica-se também a crítica que Duarte faz à ciência hegemônica, do falseamento da realidade que muitas vezes pode aí estar contido e, ainda, a crítica ao caráter alienador e reprodutor da realidade de determinadas obras de arte e de determinadas produções no âmbito da filosofia. Também se relaciona a esta discussão a proposição de não silêncio da Pedagogia Histórico-crítica sobre uma concepção de mundo e sobre uma sociedade a ser construída. Algo fundamental também proposto por Duarte (2016) é a necessidade de a classe trabalhadora antever outra realidade social a ser construída, o que implica também em determinada prática educacional a ser construída¹⁰⁰. Duarte na mesma publicação, também menciona que a superação da sociedade capitalista requer a elevação e a transformação qualitativa das necessidades de todos os seres humanos, e que “isso, porém, não ocorrerá sem a compreensão coletiva aprofundada das contradições essenciais da realidade social contemporânea” (DUARTE, 2016, p. 14).

Se a partir da análise de determinadas obras da Pedagogia Histórico-crítica verifica-se um processo de distanciamento da proposta de compreensão da realidade na sua concretude, ou, um aparente distanciamento, a partir da leitura de outras obras verifica-se que ocorre uma aproximação a esta proposição, aproximando-se os autores desta proposição também por outros caminhos e por outras influências teóricas, aspectos apreendidos quando realiza-se a sistematização e interligação de inúmeras publicações dos autores aqui analisados.

No próximo tópico deste capítulo, continuará sendo abordando este aspecto fundamental, que foi sistematizado de forma mais específica neste último parágrafo.

4.6 Análises e reflexões sobre o percurso de investigação

Nesta investigação, procurou-se deixar o movimento da realidade histórico-social se apresentar. Nesta perspectiva, ao analisar diferentes obras relacionadas à Pedagogia Histórico-crítica, verificam-se proposições muito relevantes, assim como se identificam tensões no

¹⁰⁰ Na publicação a que se está referindo a partir desta citação indireta, Duarte menciona, de forma literal, que: “considerando-se a revolução uma ação transformadora coletiva dirigida por fins conscientemente definidos, ela pressupõe a capacidade de antevision, mesmo que em linhas gerais e provisórias, do tipo de sociedade que se pretende alcançar, caso contrário não seria uma revolução, mas tão somente um ato de revolta desordenada e voluntarista. Se quisermos superar a sociedade capitalista na qual o trabalho é uma atividade alienada, faz-se necessário anteciparmos mentalmente o resultado desse processo, isto é, faz-se necessário projetarmos como será o trabalho não alienado.” (DUARTE, 2016, p. 31).

âmbito das proposições e da teoria formulada. Verifica-se também que os autores vêm transformando e aperfeiçoando, ao longo do tempo, as teorias que lastreiam as suas atuações.

Qual análise parcial poderia ser realizada de imediato, a partir do percurso já percorrido? Destaca-se que, desde o início da estruturação da Pedagogia Histórico-crítica, Dermeval Saviani foi muito assertivo nos objetivos que propôs para a sociedade.

O autor propõe, de forma incessante, o revolucionamento da sociedade e a construção de uma realidade socialista, conforme se pode verificar em *Escola e Democracia*. Chegou, inclusive, a denominar provisoriamente a pedagogia, que naquele momento estava em fase inicial de construção, de *Pedagogia Revolucionária* (SAVIANI, 2018).

Saviani assim sintetiza, em *Escola e Democracia*, o que deseja para a oferta educacional realizada na escola:

uma pedagogia articulada com os interesses populares valorizará, pois, a escola; não será indiferente ao que ocorre em seu interior; estará empenhada em que a escola funcione bem; portanto, estará interessada em métodos de ensino eficazes. Tais métodos situar-se-ão para além dos métodos tradicionais e novos, superando por incorporação as contribuições de uns e de outros. Serão métodos que estimularão a atividade e a iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente: levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos. (SAVIANI, 2018, p. 55-56).

Não se tem dúvida de que, quem reconhece a importância da escola, compreendendo-a em alguma medida como parte do processo de transformação da sociedade, vê com bons olhos esta asserção do autor.

Na mesma publicação, Saviani propõe, respaldando-se no método científico, no método de compreensão da realidade formulado por Marx, que o movimento “que vai da síntese (“a visão caótica do todo”) à síntese (“uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas”) pela mediação da análise (“as abstrações e determinações mais simples”)” (Ibidem, p. 59) é uma “orientação segura tanto para o processo de descoberta de novos conhecimentos (o método científico) como para o processo de transmissão-assimilação de conhecimentos (o método de ensino)”. (Ibidem, p. 59). Da mesma forma, apoiando-se em Gramsci, menciona que esse processo pode gerar a catarse, compreendida conforme a formulação desse último autor como uma “elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 1978, p. 53 apud SAVIANI, 2018, p. 57).

Ao se utilizar de exemplos e de reflexões de Gramsci, Saviani (2007a) também propõe que a história poderia atuar de forma estruturante na prática educacional, possibilitando aos estudantes uma adequada compreensão do processo de constituição da humanidade. Verifica-se nesta proposição, de forma indireta, que o autor valoriza a compreensão da realidade na sua concretude.

Ainda em Saviani (2011b), no tópico II desta publicação, que corresponde à entrevista, que tem como título *Educación y Transformación* – entrevista concedida por Saviani em 1987, num período em que esteve na Argentina – verifica-se esta importante proposição:

[...] a questão política da educação pode ser traduzida fundamentalmente em uma questão de hegemonia, ou seja, se trata de difundir através da educação determinadas concepções de mundo que permitam que a classe a qual esses estão representados nessa concepção de mundo seja hegemônica e articule o conjunto da sociedade em uma forma orgânica. Nesse sentido, em uma sociedade como a nossa, dividida em classes, a questão política da educação se transforma em uma luta por hegemonia. A questão da hegemonia abarca a possibilidade de que a classe que aspira dirigir a sociedade passe de um nível de “classe em si” a um nível de “classe para si”. Ou seja, adquirir a consciência de sua posição e condição de classe. A educação desde o ponto de vista político é uma mediação, um instrumento para efetuar essa passagem de “classe em si” à “classe para si”. (SAVIANI, 2011b, p. 10). (Tradução minha).

Já em Saviani (2013a), o autor propõe utilizar a filosofia para a realização de uma leitura mais ampla sobre a realidade, numa perspectiva de totalidade; da mesma forma, considera que este é o caminho necessário para o enfrentamento dos limites da ciência hegemônica, em especial o seu caráter abstrato.

Outro aspecto relevante se verifica em Saviani (2007b), ao evidenciar o autor que a sua concepção abrangente de educação é a “histórico-crítica”, corroborando, a partir desta posição, com as questões trazidas por Nosella, decorrentes inicialmente das preocupações de Gramsci sobre o âmbito educacional, mais especificamente sobre a não adoção de um determinismo em relação aos instrumentos de trabalho e ao próprio trabalho posto historicamente.

Trazendo-se mais elementos ainda para esta análise, verifica-se, no tópico imediatamente anterior deste capítulo (p.321-322), a partir da sistematização de inúmeras obras dos autores lá analisados, uma significativa aderência à defesa da compreensão da realidade na sua concretude.

Por outro lado, adicionalmente a estas proposições, também se verifica que Saviani (2018) compreende a Pedagogia Tradicional como tendo um caráter revolucionário. Pelo fato

de se apresentar como uma pedagogia da essência, e não da existência, e por se propor transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade de forma sistematizada, associado à eliminação de privilégios no acesso a esse saber, compreende o autor que essa proposta social e essa pedagogia, que foi revolucionária em determinado momento histórico, continuaria tendo um caráter revolucionário na realidade coetânea.

Da mesma forma, muitas vezes Saviani propõe aos trabalhadores o acesso a um saber dominado pela burguesia, um saber que está, em grande medida, a serviço da burguesia, conforme se verifica em Saviani (2012a. p. 48), ao reivindicar, nesta publicação – em conjunto com a autora da tese que analisa –, que os trabalhadores, ao se apropriarem destes conhecimentos, possam “inverter o sinal”, utilizando-os a favor dos seus interesses. Ou, ainda, defende a apropriação pelos trabalhadores dos conhecimentos e dos elementos culturais que são próprios da burguesia, conforme se verifica em Saviani (2018, p. 45).

Trata-se de direcionamento teórico que aparece também em Saviani e Duarte (2012), quando os autores propõem, com certa centralidade, a apropriação pelos trabalhadores dos conhecimentos mais desenvolvidos, que são, conforme evidenciam os autores, componentes dos meios produtivos. Argumentam os autores que esses conhecimentos, ao serem propriedade privada, ao serem propriedade dos donos do capital, gerariam contradições na sociedade capitalista ao serem apropriados pela classe trabalhadora – concorda-se, inclusive, com o potencial de geração de contradições, bem como de que este acesso possa possibilitar uma maior capacidade à classe trabalhadora.

Este último foco de direcionamento das propostas educacionais é sintetizado de forma bastante importante também em Saviani (2011b). Nesta publicação, o autor, ao responder sobre a diferença da compreensão da educação entre a Pedagogia Histórico-crítica e os crítico-reprodutivistas, destaca que:

a diferença fundamental entre o que eu proponho e a corrente chamada crítico-reprodutivista é a seguinte: a concepção crítico-reprodutivista em si é uma interpretação mecanicista da relação entre educação e sociedade e, como tal, os crítico-reprodutivistas não utilizam a categoria contradição. Essa concepção chega a vislumbrar a contradição, mas apenas como contradição externa, porém não se dá conta da contradição interna, ou seja, como o próprio processo de reprodução é contraditório, e que ao mesmo tempo a burguesia transmite através da escola conhecimentos que buscam manter sua hegemonia; a apropriação desses conhecimentos por parte dos trabalhadores – na medida em que se articulam com suas formas de organização – podem desenvolver determinadas condições subjetivas. E que esta consciência de seus interesses e necessidades, uma vez impulsionados por processos objetivos de luta, pode conduzir à transformação das condições presentes. (SAVIANI, 2011b, p. 11). (Tradução minha e grifos meus).

Saviani defende, nesta citação, que uma educação de caráter reprodutivista é de interesse da classe trabalhadora; a partir do acesso a esse conhecimento, a constituição da consciência dos interesses e necessidades da classe trabalhadora, deve, ou pode, ser “impulsionada” por “processos de luta”, e também ao ser “articulada” com as “formas de organização” dos trabalhadores. Por sua vez, verifica-se que é também a partir desta perspectiva que o autor compreende o processo de transformação da “classe em si” para “classe para si”, conforme foi citado anteriormente – discussões que estão na mesma publicação.

Trata-se de abordagem que nos causa preocupação, a partir do que foi exposto ao longo desta tese. Se a escola transmite determinado conhecimento que precisa ser complementado; se determinada leitura de mundo precisa ser construída em outros espaços – não que as leituras de mundo não estejam sendo construídas a todo momento numa relação dialética; se uma leitura de mundo decorrente de uma compreensão mais concreta da realidade precisa ser construída a partir de outros espaços que não a escola, significa também que, em determinada medida, se está discutindo sobre a transmissão de materialidades e objetividades sociais diversas. Compreende-se que esta outra materialidade e objetividade social deve ser transmitida também pela escola; a escola não deve se furtar de expressar a sociedade tal como ela é, em toda a sua complexidade.

Para além desses aspectos, cabe reforçar que a própria compreensão da concretude da realidade, ela mesma decorre de materialidades e de objetividades sociais também históricas, construídas pela humanidade ao longo do tempo, ou seja, ao falar da compreensão da realidade de forma mais concreta, frente ao compromisso por uma sociedade profundamente transformada, ainda aqui nos deparamos com limitações importantes, tendo em vista se tratar da apreensão de um conhecimento e de uma realidade histórica, com todas as contradições inerentes.

Chega-se à seguinte síntese: em determinados momentos, a Pedagogia Histórico-crítica realiza a defesa do acesso à compreensão da realidade na sua concretude pelos trabalhadores; em outros momentos, os autores se distanciam desta proposta, ou aparentam se distanciar, em decorrência da defesa do acesso ao conhecimento posto socialmente, ou, então,

a partir de outro olhar, pela sobrevalorização de determinados aspectos no âmbito educacional, em detrimento de outros¹⁰¹.

Cabe observar que se está num terreno muito tênue, que se está discutindo um limiar que pende ora para um lado, ora para outro; porém, isso não quer dizer que não possa haver profundas implicações nos processos de lutas e no revolucionamento da sociedade, no processo de construção de outra sociedade.

Fica o seguinte questionamento: por que, em determinados momentos, ocorre esta aproximação, e em outros momentos ocorre o que designamos como um distanciamento, ou um aparente distanciamento?

Cabe destacar, primeiramente, que, ao se realizar esta análise, é preciso que esta seja feita com muito respeito e valorização aos autores estudados, em decorrência do compromisso que estes têm com a profunda transformação da realidade social existente, bem como em decorrência das suas atuações históricas nesse sentido.

Verificam-se muitos aspectos que podem ser evidenciados a partir desta análise: não existe dúvida de que os autores aqui estudados, em inúmeros momentos, realizam a defesa do acesso dos trabalhadores à compreensão da realidade na sua concretude; talvez, pela abrangência do arcabouço teórico produzido, possam surgir justaposições nas teorias – nem sempre estas são transmitidas para a sociedade como propostas articuladas; outro aspecto possível, que pode estar presente, é a sobrevalorização da contradição social em detrimento de se buscar uma constituição humana mais ampla e mais direcionada a partir do que foi sendo construído historicamente pela corrente teórica e de intervenção na realidade, alinhada ao que se pode designar de materialismo histórico e dialético.

Verifica-se também a possibilidade de a realidade histórico-social vivenciada pelos pesquisadores e professores no início da formulação da Pedagogia Histórico-crítica ter implicado de forma significativa no direcionamento das propostas educacionais formuladas, nas aspirações que tinham, nas possibilidades que visualizavam, no que combatiam, dentre outros aspectos – cabe a lembrança de qual era a realidade histórico-social em curso no país entre as décadas de 1970 e 1980, ou seja, vigorava uma ditadura civil-militar, no entanto também visualizava-se o surgimento de um amplo movimento de atuação política, de questionamento da realidade posta, bem como novos ares sociais se avizinhavam. Estas

¹⁰¹ Realiza-se a análise de que ocorre um “distanciamento” ou um “aparente distanciamento” da defesa da compreensão da realidade na sua concretude pelos trabalhadores, em decorrência do necessário cuidado que é preciso ter ao se realizar esta análise. Como será abordado nos próximos parágrafos, inúmeros elementos podem estar envolvidos nesta construção teórica e na intervenção social que os autores realizam.

questões também estão imediatamente implicadas no processo de constituição da subjetividade desses trabalhadores, desses intelectuais orgânicos, que buscam contribuir para o processo de transformação social – não é possível excluir os indivíduos e os seus processos de constituição da análise da realidade material, histórica e dialética, pois os indivíduos são a materialidade e a historicidade vivas, os indivíduos imprimem o movimento da realidade e são afetados por ele.

Outro ponto que cabe ser destacado é a utilização, por Saviani, de uma das leituras de Marx sobre a constituição do socialismo, aspecto que pode ser captado na breve passagem citada a seguir, disponível em Saviani (2011b), que compõe uma entrevista concedida pelo autor, a qual possui como título *Políticas de educação, Marx, trabalho e socialismo*. Nesta entrevista, ao ser questionado se o socialismo ainda é uma alternativa para a humanidade, Saviani observa que:

eu entendo que nós devemos distinguir, de um lado, o socialismo como o nome dado à forma superior do capitalismo que decorre da análise aplicada por Marx sobre o surgimento, desenvolvimento, transformação, decadência e superação do capitalismo. E, de outro lado, as experiências, as tentativas do socialismo ou do chamado socialismo real. (SAVIANI, 2011b, p. 264).

A leitura que Saviani traz de Marx é que a superação do capitalismo está intrínseca a esta própria forma de sociedade. Ao se abordar esta leitura de Marx, emerge uma questão social extremamente complexa. Conforme foi pontuado ao longo desta tese, a título de exemplo, o ser humano pode morrer de fome no âmbito da sociedade capitalista mesmo estando rodeado por abundante produção de alimentos, e ainda assim pode não resultar em uma revolução social. Não se está dizendo que Saviani faz uma leitura equivocada de Marx. Utiliza-se esta passagem para evidenciar que a intervenção na realidade visando a constituição dos seres humanos, associado à sua atuação de forma coletiva e organizada – referindo-se à classe trabalhadora –, está em intrínseca relação com a transformação histórico-social da realidade; evidencia-se, adicionalmente, que se trata de processo que envolve uma complexa construção/constituição dos seres humanos, de apreensão subjetiva das contradições sociais, da construção de necessidades nos indivíduos, e também da formação de uma leitura teleológica de possibilidades diversas de sociedade. Análises e discussões que foram feitas em especial a partir das obras de Karl Marx, e também realizadas com este autor, de forma mais específica, nos capítulos 2 e 3 desta tese.

Saviani e outros pesquisadores que atuam no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica em muitos momentos estruturam com centralidade as suas propostas na categoria “contradição”, e mais especificamente, na contradição que pode ser decorrente da transmissão

dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Duarte et al. (2012), no texto *A Pedagogia Histórico-crítica e o marxismo: equívocos de (mais) uma crítica à obra de Dermeval Saviani* – texto que corresponde ao capítulo 4 da publicação *Pedagogia Histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*, organizada por Saviani e Duarte (2012) – justificam por que consideram fundamental a contradição na teoria formulada por Marx e Engels, e, portanto, por que consideram a contradição fundamental na proposta educacional que formulam. Assim discorrem Duarte et al. (2012):

[...] na obra de Marx e Engels está bastante claro o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas pela sociedade capitalista é um processo revolucionário. Entre muitas outras passagens, pode-se citar, a esse respeito, a famosa passagem do *Manifesto do Partido Comunista*: “A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, com isso todas as relações sociais [...] Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes [Marx & Engels, 2005, p. 43]”. Em segundo lugar, também está claro na obra dos fundadores do socialismo científico que num certo ponto do desenvolvimento da sociedade capitalista o desenvolvimento das forças produtivas entra em contradição com as relações capitalistas de produção. Marx (1987, p. 282, tradução nossa) afirma, por exemplo, nos *Grundrisse* que “a partir de certo momento o desenvolvimento das forças produtivas torna-se um obstáculo para o capital; portanto a relação do capital torna-se uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho”. Em terceiro lugar, para Marx as forças produtivas na sociedade capitalista contêm conhecimento objetivado, ou seja, no capitalismo o conhecimento transforma-se em força produtiva. Para Marx (idem, p. 230, tradução nossa), as máquinas são “[...] produtos da indústria humana; material natural, transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atuação sobre a natureza. São órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força objetivada do conhecimento. O desenvolvimento do capital fixo releva até que ponto o conhecimento social geral converteu-se em força produtiva imediata e, portanto, até que ponto as condições do processo da própria vida social submeteram-se ao controle do intelecto coletivo e foram remodeladas de acordo com ele”. Ou seja, para Marx o conhecimento desempenha sim um papel revolucionário na sociedade burguesa pelo fato de ele ser parte constitutiva importante das forças produtivas. E o desenvolvimento das forças produtivas entra em contradição com as relações de produção. Saviani conclui que a socialização do conhecimento pela escola entra em contradição com as relações capitalistas de produção e, portanto, essa luta aponta em direção ao socialismo. Lutar pelo desenvolvimento das forças produtivas e por sua apropriação socializada não é se opor às relações capitalistas de produção? (DUARTE et. al., 2012, p. 112-113).

No capítulo 3 desta tese, aponta-se que, dentre outras coisas, o capitalismo se constitui pela desigualdade social, pela desigualdade de acesso ao conhecimento e pelo trabalho que a classe trabalhadora realiza de forma desigual e combinada. Desta forma, socializar o conhecimento historicamente produzido, mesmo que no âmbito da realidade

capitalista, é uma forma de gerar contradições ampliadas na sociedade, e também de gerar maior capacidade à classe trabalhadora. Todavia, verifica-se não ser o suficiente. A discussão que se traz – cabe enfatizar, a ser realizada sempre de forma muito fraterna e respeitosa com os autores que compõe a Pedagogia Histórico-crítica – é para além desta proposta, e não aquém.

Se por um lado o conhecimento historicamente produzido é um substrato fundamental para a classe trabalhadora, por outro lado é preciso que se enfrente teoricamente a ciência e a tecnologia hegemônica, a sua epistemologia, logo, também a sua gnosiologia; portanto, é preciso a apreensão das possibilidades e limites do acesso a essa ciência e tecnologia frente ao objetivo de revolucionamento da sociedade atual. Trata-se de algo que se busca fazer nesta tese. É algo também realizado pelos autores aqui estudados e que atuam no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica, no entanto, verifica-se que ora estes autores se aproximam desta questão central, ora se distanciam, ou aparentemente se distanciam.

Percebe-se a necessidade da estrita junção desses elementos, quais sejam: de acesso ao conhecimento posto socialmente e historicamente produzido; da constante identificação e transmissão dos limites deste conhecimento, bem como da sua transformação, da suprassunção desse conhecimento, quando necessário; e também a construção de uma constituição humana transformada, em que os indivíduos, dentre outros aspectos possíveis, adquiram a necessidade por uma sociedade profundamente transformada. Verifica-se que a defesa da compreensão da realidade na sua concretude, assim como a busca efetiva por esse conhecimento, em alguma medida, sintetiza estes aspectos, mesmo sabendo-se dos limites desta proposta, ao implicar na compreensão da concretude da realidade existente no atual tempo histórico.

É fundamental a observação de que o atual momento sócio-histórico requer uma nova “radicalidade” na compreensão da realidade e na atuação em sociedade – compreendendo-se este termo em parte através da asserção feita por Marx (2013b), no texto *Crítica da filosofia do direito de Hegel*.

A radicalidade aqui referida é histórica. Em determinada perspectiva, Saviani foi “radical” ao se distanciar do movimento estudantil e político do qual se mantinha próximo na década de 1960, por considerar que não havia a adequada substância nas análises da realidade realizadas por esses movimentos e, portanto, se afastou em busca da compreensão dessa

realidade e da realização de proposições no âmbito da educação¹⁰² – faz-se essa afirmação, mesmo com o risco que ela implica: como se verifica no atual momento histórico, em grande medida em decorrência dos erros dos partidos políticos de esquerda nas últimas décadas, as suas formas de organização e de atuação, custaram, implicaram, na terrível degradação social que atualmente se verifica. Se a atuação da direita e a do capitalismo é essa, é a que está posta, cabe a quem deseja outra sociedade transformar a atual; não se pode depreender que a realidade atual é um fatalismo da atuação da direita e do capital – essa é a sua proposta, o seu projeto de sociedade.

A atual realidade histórica pede outra radicalidade. Uma radicalidade que implique em uma compreensão diversa dos trabalhadores sobre a realidade. Uma radicalidade que implique em outra forma de atuação e de organização política dos trabalhadores.

Questiona-se a simples transmissão do conhecimento corrente, hegemônico, pelo fato de que muito do conhecimento acumulado representa a sociedade posta, representa o capitalismo e os grupos hegemônicos. São a expressão dessa sociedade, são conhecimentos vivos, em trânsito na sociedade capitalista. A apropriação de determinados conhecimentos que estão a serviço dos grupos hegemônicos pelos trabalhadores é importante com vistas à supressão da realidade atual, e também podem gerar contradições e uma maior capacidade à classe trabalhadora, porém também é uma limitada apropriação da realidade. Na sua maioria, trata-se da apropriação de um recorte da realidade, de uma epistemologia criada para o atual tempo histórico, que não suscita a apropriação pelos trabalhadores da complexidade da realidade e das suas contradições.

O próprio conhecimento científico e a tecnologia em uso representam uma materialidade e uma objetividade social e histórica, com todas as consequências inerentes. Se por um lado pode haver conhecimentos importantes para a classe trabalhadora, por outro lado são conhecimentos que podem falsear a realidade e também atuar na sua reprodução. Também, em grande medida, trata-se de valores e de uma cultura específica que visam reproduzir a atual sociedade. Adicionalmente, verifica-se que a apropriação desse conhecimento não contribui de forma substancial para a formação de capacidades teleológicas sobre um devir histórico que remeta à construção de outra sociedade.

Diferentemente, a compreensão da realidade na sua concretude é uma epistemologia que se propõe à compreensão da constituição da realidade na sua complexidade, das suas

¹⁰² Reflexões de Saviani sobre a sua participação no movimento estudantil e também sobre a sua relutância em se aproximar do movimento político são encontradas de forma bastante detalhada em Saviani (2011b, p.71-109).

contradições, a compreensão da existência de um processo de degradação do ser humano e dos causadores dessa degradação. Ademais, intrínseco a esse processo de compreensão da realidade, faz-se necessário dialeticamente que ocorra a construção de outros conhecimentos e também de outra sociedade.

4.7 A Pedagogia Histórico-crítica e a sua atuação política e de formação de uma nova ideologia

Se nos tópicos anteriores foi discutido em especial a questão pedagógica e os aspectos epistemológicos e gnosiológicos, em que foi defendida, junto da análise empreendida, a tese da compreensão da realidade na sua concretude como algo fundamental para a profunda transformação da sociedade, por sua vez, neste tópico, é evidenciada a necessidade de se abordar outros aspectos relacionados à intervenção na realidade, para além daqueles especificamente relacionados à teoria da educação e à apropriação do conhecimento.

Neste contexto de discussão, poder-se-ia observar que, se a realidade, se a sociedade tal como ela é constituída é também a constituinte primeira dos indivíduos, como se pode esperar uma revolução ao se ter a sociedade capitalista diuturnamente constituindo os indivíduos aos seus interesses? Ademais, a própria contradição social simplesmente vivenciada pelos indivíduos não é suficiente para gerar o revolucionamento da sociedade, conforme foi evidenciado ao longo desta tese. Nesta perspectiva, verifica-se que a revolução é, em grande medida, um processo educativo, de compreensão da realidade na sua complexidade e também de constituição de necessidades, que se torna possível a partir de determinada realidade histórico-social e também a partir de determinada forma de atuação da classe trabalhadora.

Observa-se, ainda, que, se o gênero humano é eminentemente histórico e social, decorre também que toda a degradação humana e toda a constituição humana proveniente da sociedade capitalista, tal como ela se apresenta, é constituinte do atual gênero humano. O gênero humano, no atual tempo histórico, é composto por um extremo potencial e capacidade alcançada pela humanidade, e também por uma ampla degradação do ser humano – nenhum destes extremos é maior ou menor do que o outro –; portanto, cabe reforçar que o ser humano não é apenas virtudes e potencialidades. Constituir-se como ser humano nessa sociedade é

constituir-se a partir de um complexo de contradições. Refere-se, aqui, portanto, à necessidade de transformação do gênero humano.

Para elucidar, no âmbito da educação, os diversos elementos que são trazidos nesta discussão introdutória, em especial a complexidade envolvida, optou-se por trazer o relato feito por um professor que atua na rede pública no Estado do Paraná – relato que foi feito quando soube que a Pedagogia Histórico-crítica seria um dos objetos desta pesquisa de doutorado. Ao trazer este relato, não se está validando ou refutando as suas percepções sobre a Pedagogia Histórico-crítica – não se está propondo realizar esta análise – compartilha-se apenas como uma forma de expressar a complexidade da realidade social.

Trata-se de professor contratado na modalidade PSS, ou seja, professor contratado por Processo Seletivo Simplificado, modalidade de contratação cada vez mais utilizada pelo poder público para deixar de realizar concursos públicos, burlando a legislação vigente – esse tipo de contratação possui diferentes nomes nos diferentes Estados do país.

Este professor trabalha com a disciplina de Educação Física. Trata-se de professor que conhece, de forma significativa, a Pedagogia Histórico-crítica, já tendo lido inúmeros livros relativos a esta, em especial os livros de Dermeval Saviani. Este professor relata que considera serem muito importantes as propostas desta pedagogia, todavia, vê o seu uso como viável apenas quando ocorrer uma revolução socialista. Apesar de considerar inviável a implantação da Pedagogia Histórico-crítica nas escolas atuais, por serem impregnadas de contradição, da degradação gerada pela sociedade capitalista, salienta que, a partir das leituras que fez das obras de Dermeval Saviani, é que passou a ser militante em uma organização política. Decorrente da atuação militante e política, este professor também conheceu, de forma considerável, as obras de Marx, Engels, Lênin e Trotsky, ou seja, autores de bastante relevância no âmbito do materialismo histórico e dialético.

Quais as considerações apresentadas por este professor? Ele relata a condição de extrema precariedade para ministrar aulas nas periferias das grandes cidades, e ainda mais na condição de professor PSS. Afirma ter extrema dificuldade de formar uma rotina profissional e de criar vínculo com os estudantes, com as turmas e também com os demais trabalhadores da educação, em decorrência de estar periodicamente sendo transferido de uma escola para outra. Menciona ainda sobre os desafios enfrentados pelos professores que atuam nas mesmas condições que ele: “sabe...quando se estudam as escolas ou metodologias, se excluem os professores substitutos...30 mil professores excluídos de estudos sobre educação, isso no Estado do Paraná” (RELATO DE UM PROFESSOR, 2019).

Também observa que não existe a mínima infraestrutura nas escolas para realizar uma oferta educacional de melhor qualidade – trata-se de um aspecto importante que este professor traz à discussão; cabe lembrar que o ser humano se constitui pela realidade humana com que se relaciona.

Este professor destaca também algo que pode ser compreendido como o não preparo, muitas vezes, dos jovens provenientes das classes trabalhadoras para a dedicação ao estudo, em decorrência da realidade social vivenciada por eles, e também a não compreensão dos estudantes sobre a necessidade do estudo, sobre a importância do estudo na sua constituição como indivíduo na atual realidade histórico-social. Menciona o professor que os estudantes pedem para não terem aulas, para serem dispensados, ou, então, para ficarem em alguma atividade livre, que não envolva compromisso educativo; os estudantes também questionam por qual motivo devem estudar educação física – neste contexto o professor relata a significativa dificuldade de ser ouvido, de obter a atenção dos estudantes, de cativar os estudantes à reflexão sobre a realidade, o que poderia gerar um despertar para a mudança na leitura de mundo e também na forma de atuar perante o mundo¹⁰³.

Relata também que a dificuldade social abrangente, que as contradições de classe afetam sobremaneira a prática pedagógica. Aborda esta questão mencionando a precariedade das condições de vida dos estudantes, a realidade degradante com que se constituem. Exemplifica, lembrando que, dos estudantes para quem ministra aulas, um deles tem o pai preso; o outro viu o irmão ser morto na sua frente; um terceiro tem uma vida adicionalmente precária em relação aos demais, não morando com os pais, apenas com o avô.

Por fim, o mesmo professor menciona: “nem a ciência mais básica ensinamos (...) quem dirá eu dar texto (...) debater (...) fazer os cinco passos da [Pedagogia] Histórico[-]crítica” (RELATO DE UM PROFESSOR, 2019). (Inserção minha entre colchetes).

Se estas questões sociais não podem ser creditadas à teoria pedagógica ao serem analisadas a partir dos recortes científicos vigentes no atual momento histórico, por outro

¹⁰³ Em *Princípio educativo em Gramsci*, Manacorda, ao analisar a abordagem e as reflexões de Gramsci sobre a educação, destaca as preocupações do autor sobre as consequências da formação em geral limitada da classe trabalhadora no período da infância, sobre o pouco acesso à gramática, à criação do hábito de estudo, à formação da disciplina, dentre outros aspectos. A título de exemplo, cabe destacar uma passagem da carta de Gramsci ao irmão Carlo, em que observa que: “[...] parece pouca coisa, mas o hábito de ficar sentado à mesa de trabalho de cinco a oito horas por dia é uma coisa importante que se pode fazer adquirir sem grande dificuldade até os 14 anos, mas que depois disso não se consegue mais.” (GRAMSCI apud MANACORDA, 1990, p. 82). Ao se observar as queixas deste professor, as dificuldades que vivencia, se evidenciam as reflexões de Gramsci sobre a constituição do ser humano, bem como os desafios desta constituição em uma sociedade contraditória como a capitalista.

lado, quando se aborda a prática revolucionária e também uma teoria da revolução, são aspectos fundamentais, e também são fundamentais quando se analisa a educação a partir deste objetivo.

Após este preâmbulo que visa suscitar a reflexão, a seguir são apresentados excertos com as partes mais relevantes de diversos textos aqui selecionados e, depois da sistematização de cada texto, também são realizados apontamentos breves e análises sobre os seus conteúdos; os textos selecionados foram publicados mais recentemente por Dermeval Saviani e abordam, em especial, discussões e reflexões de caráter mais político.

A exemplo da forma de análise e de exposição do livro *Educação e Democracia*, realizada no início deste capítulo, neste momento também se prioriza a exposição dos conteúdos dos textos, visando a compreensão das proposições realizadas; assim, busca-se, de alguma maneira, dialogar com o autor sobre os conteúdos.

A partir destes textos, procura-se explicitar mais detidamente a relação da Pedagogia Histórico-crítica com a política, logo, a atuação desta pedagogia também no âmbito da transformação da realidade social – para além da atuação mais imediata no âmbito pedagógico –, e também busca-se a compreensão da atuação desta pedagogia na construção de uma ideologia que direcione à construção de uma sociedade profundamente transformada.

Da política à educação – da educação à política

Em *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*, mais especificamente no capítulo 5 desta publicação, que possui como título *A materialidade da ação pedagógica e os desafios da Pedagogia Histórico-crítica* – texto escrito inicialmente em 1994, sendo posteriormente retomado e modificado em 2003 – Saviani observa que, quando se aborda uma corrente pedagógica, o mais comum é ter o foco voltado à teoria envolvida. Por sua vez, o autor destaca também a importância de se abordar adequadamente o caminho inverso, “isto é, o caminho que vai da prática à teoria” (SAVIANI, 2012a, p. 89).

A partir desta questão, o autor menciona que:

[...] os problemas principais incidem exatamente sobre a problemática que envolve a prática, isto é, a situação da educação brasileira no interior da qual a pedagogia histórico-crítica tenta desenvolver-se, e em relação à qual busca exercer influxo no sentido transformador e de elevação da sua qualidade. (Ibidem, p. 90).

O autor assevera que a Pedagogia Histórico-crítica partilha do entendimento de que a teoria tem o seu critério de verdade na prática. Desta forma, lembra que “[...] o primado da prática sobre a teoria é posto aí de forma clara. Isso significa que não podemos nos limitar a apenas pensar a prática a partir do desenvolvimento da teoria” (SAVIANI, 2012a, p. 91). Assim, “[...] é preciso também fazer o movimento inverso, ou seja, pensar a teoria a partir da prática, porque se a prática é o fundamento da teoria, seu critério de verdade e sua finalidade, isso significa que o desenvolvimento da teoria depende da prática” (Ibidem, p. 91).

Nesta perspectiva, Saviani propõe que a dificuldade de se fazer avançar a Pedagogia Histórico-crítica no Brasil é decorrente das dificuldades educacionais existentes no país. Lembra o autor que, se o desenvolvimento da prática é precário, por outro lado também surgem obstáculos para fazer avançar a teoria. Da mesma forma, em uma perspectiva dialética, o autor ressalta que as dificuldades e limitações da prática também podem ser elementos instigadores para a produção da teoria, buscando a compreensão dessa realidade e novamente agindo-se no direcionamento da prática e na atuação transformadora da realidade. Com efeito, Barata-Moura (1994), ao interpretar a Tese 3 de Marx sobre Feuerbach, ressalta que, para Marx, a prática remete à transformação das circunstâncias, envolvendo, portanto, um caráter revolucionante/transformador (BARATA-MOURA, 1994).

Saviani destaca três grandes problemas ou desafios que envolvem a materialidade da ação pedagógica, que são:

o primeiro eu denominaria genericamente de ausência de um sistema de educação. A falta de um sistema de educação no Brasil coloca-nos diante de condições precárias que repercutem na teoria e que dificultam o próprio avanço da teoria porque, obviamente, se a prática é o critério de verdade da teoria, eu formulo em nome da teoria determinados conceitos, determinadas hipóteses, mas isso precisa ser posto em prática para provar a sua validade e para saber-se em que grau ela de fato responde às necessidades em razão das quais foi proposta. A medida, porém, que a prática tem tal grau de precariedade que se torna inviável a possibilidade de se testar essas hipóteses, de verificar no âmbito da ação as proposições que a teoria formula, essa formulação fica represada, o que dificulta o seu avanço. Então, o primeiro grande problema que me parece entrave prático ao avanço da teoria é o fato de nós não dispormos de um sistema de educação em âmbito nacional. Um segundo problema que eu me proponha a examinar, um segundo desafio, é a situação de uma prática que incorpora organizacionalmente determinados ingredientes teóricos, e nós, ao nos propormos a transformação da prática, formulamos uma nova teoria, mas nem sempre atentamos para o fato de que temos que mudar essa organização objetiva que está articulada em virtude de outra teoria, para que se viabilize a nova teoria nas condições práticas. O que pretendo examinar aí é a contradição representada por uma estrutura educacional organizada com base em determinados ingredientes teóricos, no qual nós, sem nos darmos conta dessa problemática, formulamos um outro tipo de teoria e pretendemos que essa teoria se possa viabilizar numa prática, numa estrutura

organizacional da educação que está montada segundo uma perspectiva teórica diversa ou até mesmo oposta à perspectiva por nós formulada. Esse é o segundo problema que eu me proponho a examinar. Já o terceiro problema, o terceiro desafio, é o da descontinuidade. Parece que as nossas iniciativas em educação pecam por uma extrema descontinuidade, e isso, a meu ver, entra em contradição com uma das características próprias da atividade educacional, com uma das características que se insere na natureza e especificidade da educação, que é a exigência de um trabalho que tenha continuidade, que dure um tempo suficiente para provocar um resultado irreversível. Sem se atingir o ponto de irreversibilidade, os objetivos da educação não são alcançados. Esse é o terceiro desafio. (SAVIANI, 2012a, p. 92).

Lembra o autor que, por se tratar de uma realidade em que um sistema nacional de educação não está implantado, em decorrência da precariedade das condições de trabalho dos professores, e também dos salários reduzidos que esses recebem, têm-se como consequência aspectos como a dificuldade de formação dos professores no país, barreiras para se implantar uma nova prática educacional e, consecutivamente, aspectos que também trazem dificuldades para a teoria (SAVIANI, 2012a).

Saviani observa que a própria teoria posta, hegemônica, está materializada de forma estrutural e organizacional nas escolas, gerando barreiras para a transformação da realidade. Exemplifica, dizendo que, na Pedagogia Tradicional, o próprio aspecto físico das escolas e das salas de aula embasam-se em determinada proposta teórica: “as carteiras na sala típica da pedagogia tradicional são fixas e voltadas todas para determinado ponto onde se encontra o professor. Trata-se, pois, de uma escola cujo centro é o professor, a quem cabe tomar as iniciativas e direcionar o processo pedagógico” (Ibidem, p. 100). Lembra também o autor que esta sala de aula “[...] foi pensada e programada fisicamente para que os alunos prestem atenção nas explicações do professor. Por isso é uma sala de aula silenciosa, de paredes opacas” (Ibidem, p. 100).

Por sua vez, nas escolas organizadas na perspectiva da Pedagogia Nova, tanto o aspecto quanto a organização da sala de aula é totalmente diversa: “essa sala não tem carteiras fixas, é organizada para um número menor de alunos, não tem um centro, nela não existe uma mesa do professor que se destaca e as paredes são multicoloridas, cheias de cartazes” (Ibidem, p. 100). Diferentemente, de forma comparativa, destaca o autor que, na Pedagogia Tradicional, “[...] partia-se do pressuposto de que o aluno deveria ser protegido de estímulos externos, porque tinha que concentrar sua atenção na explicação do professor” (Ibidem, p. 100).

Para Saviani, as inúmeras experiências de aplicação da Pedagogia Histórico-crítica junto a governos municipais e estaduais de caráter mais progressista acabam esbarrando, em

grande parte, na forma como as escolas estão estruturadas, nas relações institucionais, e na maneira como os envolvidos compreendem o que é a educação e na forma como a implementam – tratam-se de aspectos arraigados e que nem sempre são levados em conta quando da tentativa de implantação de uma nova teoria, lembra o autor.

No âmbito desta discussão, Saviani se preocupa com a confrontação entre teoria e prática, a validade da teoria por um lado e a sua fragilização por outro:

[...] especialmente em se tratando da pedagogia histórico-crítica, para a qual, como já se destacou, a prática é o fundamento, o critério de verdade e a finalidade da teoria, uma vez que são as condições materiais que determinam a consciência e não o contrário, a desconsideração em relação à materialidade da prática pedagógica e seu caráter determinante pode, mesmo, ser interpretada como inconsistência teórica. (SAVIANI, 2012a, p. 103).

Há concordância com o autor de que a materialidade posta de maneira abrangente, incluindo os indivíduos e a complexa constituição de suas subjetividades, são elementos fundamentais para a reprodução da realidade ou para a sua transformação.

Por sua vez, quando se está discutindo a Pedagogia Histórico-crítica, cabe destacar que se trata de uma teoria que advoga ser fortemente inspirada e lastreada nas obras de Marx, e, de forma mais abrangente, no materialismo histórico e dialético. Justamente por lastrear-se nesta orientação teórica e forma de atuação, observa-se a necessidade de uma teoria voltada para o âmbito pedagógico, porém, que também o ultrapasse; é fundamental a análise da realidade e a atuação frente a essa com uma teoria que oriente a atuação revolucionária, de forma mais abrangente.

Portanto, observa-se ser fundamental à classe trabalhadora uma atuação que vise à intervenção na realidade, em que haja a disputa das práticas pedagógicas e dos projetos de sociedade em curso. Essa intervenção na realidade, essa disputa de projetos se dá em parte no âmbito singular e particular, mas também deve ultrapassar em muito o âmbito da escola, da sala de aula; portanto, verifica-se a necessidade da disputa nesses espaços e desses espaços para a realidade, porém também da realidade na sua totalidade para a prática educacional.

Em continuidade à análise aqui realizada, é trazido aqui o texto de Saviani (2013b), que foi apresentado inicialmente na conferência proferida pelo autor na *XI Jornada do HISTEDBR*, realizada no mesmo ano desta publicação, e que teve o seguinte título/tema proposto pela comissão organizadora deste evento: *A Pedagogia Histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar*.

Logo no início do texto, o autor propõe uma correção à temática que lhe foi proposta, ou um redirecionamento de abordagem, conforme se verifica na passagem a seguir:

a organização da XI Jornada do HISTEDBR definiu como tema desta conferência “A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar”. Assim disposto o enunciado do tema com os três elementos em sequência separados apenas por uma vírgula e uma conjunção aditiva, supõe-se que cabe abordar as relações entre a pedagogia histórico-crítica, as lutas de classes e a educação escolar. No entanto, observamos que o primeiro elemento, a pedagogia histórico-crítica, configura-se como uma teoria enquanto que os outros dois se apresentam como modalidades objetivas da prática social nas condições da sociedade vigente caracterizada pela divisão em classes antagônicas. Consequentemente, entendo que, ao me designar para proferir esta conferência, os organizadores da Jornada estão me interpellando sobre as relações entre luta de classes e educação escolar na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. (SAVIANI, 2013b, p. 25-26). (Grifos meus).

A partir desta passagem, pode-se depreender que Saviani procura não atrelar a Pedagogia Histórico-crítica a um corpo de atuação social, a uma práxis coletiva, ao reforçar o seu caráter apenas como uma teoria pedagógica. Chama atenção esta posição, sendo que, ao longo de todo o percurso de construção desta pedagogia, o autor a especifica como sendo um espaço de construção e de atuação coletiva. Ao apontá-la apenas como uma teoria, o autor pode estar justamente evidenciando as limitações desta pedagogia no que se refere à intervenção na realidade no atual tempo histórico, quando concebida como um corpo de intervenção na realidade.

Neste texto, e no momento histórico em que foi escrito, de forma aparentemente contraditória ao exposto no parágrafo anterior, Saviani enfatiza de forma mais relevante, traz à discussão o caráter político da educação e a clara cisão/distinção entre o atendimento dos interesses do capital de um lado, e de outro o atendimento dos interesses da classe trabalhadora. Lembra o autor que:

[...] o papel da educação escolar será um se ela for posta a serviço do desenvolvimento do capital, portanto, a serviço dos interesses da classe dominante. E será outro, se ela se posicionar a favor dos interesses dos trabalhadores. E não há possibilidade de uma terceira posição. A neutralidade é impossível. É isso o que se quer dizer quando se afirma que a educação é um ato político. (Ibidem, p. 26).

O autor também evidencia que a educação atua, inevitavelmente, no âmbito da luta de classes, e nesse sentido os professores podem:

[...] integrar-se, ainda que não intencionalmente, na luta de classes da burguesia desempenhando o papel de contornar acidentes da estrutura, de impedir que as contradições estruturais venham à tona, de segurar a marcha da história, de consolidar o *status quo*, quanto podem desempenhar o papel inverso de, a partir dos elementos de conjuntura, explicitar as contradições da estrutura, acelerar a marcha da história, integrando-se na luta de classes do proletariado e contribuindo, assim, para a transformação estrutural da sociedade. (Ibidem, p. 27).

Ao relacionar a educação com a luta de classes e ao mencionar que ambas estão totalmente relacionadas, ironiza o autor: “Que horror! Exclamarão os espíritos delicados. Não é a educação um trabalho que se dirige às consciências, que prima pelo convencimento evitando toda forma de violência? Como, então, admitir que a educação participa das lutas de classes?” (SAVIANI, 2013b, p.27).

Começa-se a perceber, nestas passagens, uma mudança na leitura do autor sobre a relação da educação com a realidade em período mais recente. Nos textos selecionados, o autor começa a trazer a questão política intrínseca à questão educacional como a tônica do debate que realiza. Cabe lembrar, por exemplo, das críticas à politização da educação que o autor fez no início da década de 1980. Obviamente que o autor não está querendo substituir a educação meramente pela realização da política em sala de aula.

Quando o autor menciona, conforme transcrito em parágrafos anteriores, que a educação pode integrar-se na luta de classes ao explicitar as contradições da realidade, bem como que não é possível a neutralidade dessa e que, mesmo de forma não intencional, os professores podem atuar na reprodução da realidade e no atendimento dos interesses dos grupos hegemônicos, se evidencia o que é identificado como um redirecionamento da atuação do autor, tornando-se mais incisiva a relação da educação com a política.

Ao discutir a luta de classes no âmbito da educação no referido texto, o autor também aborda como é compreendida a violência a partir de várias teorias e abordagens filosóficas. Saviani discute esta temática a partir do fascismo, do existencialismo e do marxismo.

Especificamente no âmbito do marxismo, o autor menciona tratar-se de uma concepção objetiva da violência e da não-violência.

Conforme assinala Sánchez Vázquez (1968, p. 395), para o marxismo: “a violência existe objetivamente, na medida em que os homens lutam entre si em virtude de seus interesses de classe, e isso inclusive sem ter consciência da situação objetiva que, através desse choque de interesses, leva-os à violência”. Ao não se levar em conta essa condição objetiva, isto é, a base econômico-social, a estrutura social de classes que engendra a violência, a atenção se volta para a própria violência em suas diversas manifestações empíricas e imediatas em lugar de se concentrar no sistema que gera, necessariamente, a violência. Assim, toma-se consciência da violência, mas não se chega a detectar sua base social. A consciência detém-se na dominação colonial, opressão política, terror, repressão armada, guerras. [...] Nessa análise, que não se detém nas manifestações imediatas e contundentes de violência, mas avança na explicitação de seus fundamentos objetivos, constata-se que a violência não existe apenas em ato. Ela é também organizada como violência potencial, pronta a se tornar violência em ato quando for exigida pelos interesses da classe social dominante que a instituiu e dela dispõe para esse fim. Essa violência organizada se materializa no

Estado. O Estado emerge, pois, na sociedade capitalista, uma forma de sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, como garantia da classe dominante assegurando sua posição por meios não coercitivos tendo, porém, como razão última, a transformação da violência potencial em violência efetiva. (SAVIANI, 2013b, p. 39).

Saviani afirma que, na perspectiva do marxismo, a compreensão dessa realidade é fundamental para que se atue sobre ela, visando à construção de outra sociedade, logo, de uma sociedade em que as relações de violência sejam abolidas.

O autor lembra que a violência tem surgido historicamente nas revoluções em decorrência da dominação da classe burguesa, da degradação social da vida humana e também dos métodos repressivos utilizados pela burguesia nos processos contrarrevolucionários – a revolução, para o marxismo, é uma forma de impingir à transformação da realidade e da busca pela melhoria das condições de vida e também de um viver pleno. Se a violência é algo presente na realidade e que imprime, muitas vezes, transformações profundas na sociedade, nem por isso, para o marxismo, a violência é um pressuposto da vida humana; muito pelo contrário, o marxismo busca uma sociedade sem violência e sem opressão.

Nesta análise, Saviani sintetiza, dizendo que, “[...] para o marxismo, assim como o proletariado é a classe que nega as classes, pois seu triunfo conduz à sua própria superação como classe [...]” (Ibidem, p. 41), também é preciso observar que “[...] a violência que vier a ser considerada inevitável à revolução proletária para neutralizar a reação violenta da classe dominante, se põe como uma violência que nega a violência; uma violência que se nega a si mesma” (Ibidem, p. 41).

No que se refere à relação da luta de classes com a educação escolar, neste texto Saviani volta a reforçar um aforismo presente já em outros textos analisados e que expressa que: “sem dominar o que os dominantes dominam os dominados não chegam a se libertar da dominação” (Ibidem, p. 44).

No entanto, o autor também traz outro aspecto relevante – verificado anteriormente de forma parcial na introdução de *Educação: do senso comum à consciência filosófica* – ao mencionar que a Pedagogia Histórico-crítica atua em dois momentos concomitantes e organicamente articulados entre si, que são: “[...] um momento negativo, que consiste na crítica à concepção dominante, representada pela ideologia burguesa; e um momento positivo, que implica o domínio dos instrumentos teóricos e práticos necessários à transformação social”. (Ibidem, p. 44). Percebe-se, nesta passagem, que o autor dá ênfase a elementos que estiveram pouco presentes nas suas obras principais.

Prosseguindo nas proposições realizadas pelo autor, no mesmo texto Saviani também menciona que, frente à grave crise estrutural do capitalismo, que irrompe quando esse se universaliza a nível mundial, é fundamental que “[...] os movimentos sociais populares ascendam à condição de movimento revolucionário, realizando a passagem das lutas conjunturais à luta unificada da classe trabalhadora pela transformação estrutural da sociedade” (SAVIANI, 2013b, p. 44).

Sobre este último ponto que o autor destaca, verifica-se que, para ocorrer essa ascensão dos movimentos sociais à condição de movimentos revolucionários, é necessária a estreita articulação e organização destes movimentos sociais e da classe trabalhadora em geral, é necessário o repensar da atuação política. Sem isso, trata-se de movimentos dispersos, que assim atuam, e também atuam a partir de inúmeras leituras da realidade, muitas vezes frágeis e contraditórias, ou mesmo de movimentos sociais que se direcionam a implementar lutas muitas vezes distantes da busca de uma revolução socialista.

Quando se aborda a necessidade de articulação e de atuação organizada em sociedade, pode-se abordar, inclusive, a pertinência desta análise à própria Pedagogia Histórico-crítica, ao ser esta compreendida não apenas como uma teoria, mas como um espaço de luta pela profunda transformação social.

Prosseguindo na análise aqui realizada, traz-se à discussão texto escrito por Saviani em 2015, decorrente da conferência com o título *Consciência social e ação política e ideológica*, ministrada como atividade de encerramento de um seminário do *Partido Comunista do Brasil – PCdoB*, realizada no mesmo ano (SAVIANI, 2019a).

Neste texto, Saviani menciona que o capitalismo passa a bloquear o avanço das forças produtivas; que a reprodução do capitalismo na realidade atual, em grande parte, se deve à destruição da própria força produtiva; destaca a obsolescência programada como um meio de destruição das forças produtivas e de reprodução do capitalismo, implicando em inúmeras consequências negativas para a sociedade; e ainda aborda outras formas de destruição das forças produtivas.

Saviani observa a necessidade de uma revolução socialista; para isso, considera que, para além das condições objetivas, é necessário “[...] o amadurecimento também das condições subjetivas, isto é, a tomada de consciência dos problemas tendo em vista o encaminhamento de sua solução” (SAVIANI, 2019a, p. 195).

Saviani destaca o sentido mais vital do termo e do significado de “problema” para a humanidade, tal como o utilizou em *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Ao ser de fato um problema para a humanidade, “trata-se de uma necessidade que se impõe

objetivamente e é assumida subjetivamente” (SAVIANI, 2019a, p. 196). Portanto, nesta perspectiva, ao exemplificar e ao abordar a discussão sobre os recursos naturais e sobre a consciência ecológica, menciona o autor que: “[...] somente quando o avanço das forças produtivas traduzido no desenvolvimento tecnológico já permite uma utilização racional dos recursos naturais é que a consciência da necessidade de preservação desses recursos se manifesta” (Ibidem, p. 196). Portanto, Saviani propõe que o avanço das forças produtivas e as suas possibilidades poderiam suscitar a compreensão de determinados problemas da humanidade; o autor exemplifica, evidenciando o surgimento da consciência sobre a preservação do meio ambiente.

No âmbito desta discussão, Saviani observa a excepcionalidade da consciência ecológica demonstrada por Engels no texto *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Para Saviani, “se Engels pôde, ainda no século XIX, fazer essas constatações, isso se deveu à perspectiva teórica e ao compromisso social e político que aguçou sua consciência” (Ibidem, p. 197). Porém complementa, mencionando que, “de forma generalizada, essa “consciência ecológica” só veio a se disseminar na atualidade, consoante o dito de Marx no último parágrafo do posfácio à segunda edição de *O capital*” (Ibidem, p. 197). A partir desta abordagem, Saviani apresenta a citação a seguir de *O Capital*, visando contextualizar a mencionada leitura de Marx presente no último parágrafo do posfácio desta publicação:

para o burguês prático, as contradições inerentes à sociedade capitalista patenteiam-se, de maneira mais contundente, nos vaivéns do ciclo periódico, experimentados pela indústria moderna e que atingem seu ponto culminante com a crise geral. Esta, de novo, se aproxima, embora ainda se encontre nos primeiros estágios; mas, quando tiver o mundo por palco e produzir efeitos mais intensos, fará entrar a dialética mesmo na cabeça daqueles que o bambúrrio transformou em eminentes figuras do novo sacro império prussiano-alemão. (MARX, 1968, p. 17 apud SAVIANI, 2019a, p. 197).

Saviani continua a sua reflexão mencionando que, atualmente, o capitalismo “já tem o mundo por palco, já tomou conta de todo o globo” (SAVIANI, 2019a, p. 197). Neste contexto, observa que “a consciência dos problemas produzidos pelo modo de produção capitalista vai penetrando nas cabeças até mesmo daqueles que o acaso ou a fortuna inesperada (é esse o significado da palavra “bambúrrio”) transformou nos senhores de imensos impérios econômicos” (Ibidem, p. 197).

Nesta linha de discussão, continua o autor ponderando sobre as diferentes possibilidades de consciência entre as classes sociais:

no entanto, se o esgotamento das possibilidades da forma social capitalista evidenciado nas crises e, de modo especial, na crise geral de caráter

estrutural conduz à tomada de consciência dos problemas, obviamente essa consciência não é unívoca e não se exerce com o mesmo significado e na mesma direção conforme se trate dos membros da classe dominante, a burguesia, e da classe dominada, o proletariado. Cumpre, pois, considerar essa questão. (SAVIANI, 2019a, p. 197).

Identifica-se que, para além da análise das condições objetivas que predisponham a efetivação do revolucionamento da sociedade, trata-se de uma fragilidade avançar esta abordagem necessariamente para o campo da consciência, tendo em vista a complexidade da realidade constitutiva das subjetividades e o caráter fortemente educativo também inerente à constituição do ser humano.

Ao se direcionar mais especificamente à análise das citações e dos conteúdos trazidos à discussão, é relevante observar a passagem do texto de Marx citado por Saviani, onde consta a afirmação de que “[...] fará entrar a dialética mesmo na cabeça [...]” (MARX, 1968, p. 17 apud SAVIANI, 2019a, p. 197). Em uma edição mais recente aqui utilizada de *O Capital*, consta a seguinte tradução para esta mesma passagem: “[...] há de inculcar a dialética até mesmo [...]” (MARX, 2013a, p. 91). Esta última tradução pode expressar uma leitura diversa de Marx sobre a discussão em tela, não expressando certezas, ou, ainda, demonstrando uma intencionalidade: de que a realidade material poderia ser tão aguda, tão incisiva, que seria inculcada subjetivamente “[...] até mesmo nos *parvenus* (novos ricos) do novo Sacro Império Prussiano-Germânico” (Ibidem, p. 91). Entretanto, a diferença entre as diferentes traduções de *O Capital* é o menos relevante nesta discussão, sendo que a trajetória histórica demonstra que a realidade material e objetiva não é suficientemente autoconstitutiva dos indivíduos, não é autoformativa, em especial no que se refere à construção de uma revolução e de uma sociedade profundamente transformada. Caso contrário, a agudeza das desigualdades, as contradições e as crises da sociedade capitalista já teriam possibilitado a constituição de uma sociedade muito diversa da que existe no atual tempo histórico¹⁰⁴.

Verifica-se que determinada necessidade, ou, mais especificamente, um problema social de total relevância, pode se expressar de forma muito efetiva para os indivíduos e, inclusive, para toda a sociedade, entretanto isso não significa que se torne uma necessidade de fato, portanto, que realmente seja apropriada pela subjetividade dos indivíduos em sociedade como uma necessidade. Ademais, a partir da forma como se designa o termo “necessidade” neste parágrafo, pode-se, inclusive, questionar esta separação: se realmente existe uma

¹⁰⁴ A temática discutida neste parágrafo e no anterior é abordada em maiores detalhes no capítulo 3 desta tese, no tópico *A realidade material como transformadora da própria realidade?*

realidade objetiva que pode ser considerada uma necessidade, mesmo não sendo apreendida subjetivamente¹⁰⁵. Isso porque a plasticidade do ser humano é tão relevante, esse é tão moldável, é tão carregado de historicidade, de sociedade, e das diversas constituições particulares e singulares, que não é factível apontar necessidades não apreendidas subjetivamente. Por exemplo, o ser humano pode trabalhar em realidades extremamente degradantes, realidades que se poderia denominar, de forma coloquial, ilustrativa, como o inferno na Terra, e nem por isso sentir a necessidade de romper com essa realidade, em decorrência de uma série de constituintes sociais e individuais que criaram o aceite ou a conformação para essa realidade. Portanto, aquilo que para determinados indivíduos poderia ser considerado uma necessidade, para outros, nem como uma aproximação se apresenta.

Portanto, antes de tributar à relação dialética entre a degradação do ser humano em sociedade e o potencial alcançado pela humanidade, a formação de determinada constituição humana de caráter revolucionário, assevero a necessidade de mirarmos o exemplo de Engels anteriormente utilizado por Saviani, que expressa determinada compreensão da realidade e, a partir de tal compreensão, o surgimento de uma respectiva consciência. Defende-se, nesta tese, que uma revolução social é também, fundamentalmente, um processo educativo.

Se por um lado é um preceito básico do materialismo histórico e dialético que a materialidade e a objetividade social são as constituintes dos indivíduos, é preciso evidenciar que a materialidade constituinte dos indivíduos no atual tempo histórico também é a materialidade da sociedade capitalista, com as suas classes sociais, com as suas ideologias, com os grupos hegemônicos transmitindo diuturnamente os seus interesses; e, por exemplo, quando ocorre o acesso dos indivíduos à ciência posta, trata-se de ciência com os seus elementos e os seus usos também moldados para essa sociedade, portanto, também educando os indivíduos nessa sociedade e para essa sociedade; em última instância, é a sociedade posta constituindo sucessivamente as novas gerações.

Constata-se que a realidade capitalista atual gera contradições monumentais; atua em um processo de acumulação de capital cada vez mais impactante; gera imensa desigualdade social; baseia-se em um processo de acumulação de valor decorrente do trabalho realizado pelos trabalhadores, estando estruturada, inclusive, dessa forma, ao mesmo tempo em que cada vez produz mais com menos trabalho, decorrente do evidente aumento produtivo gerado pelas tecnologias em uso no atual momento histórico e também pelo uso da ciência, todavia

¹⁰⁵ É pertinente destacar que em nenhum momento Saviani faz esta proposição. Traz-se esta abordagem como um elemento de reflexão.

somente adquirem mercadorias os trabalhadores, não as máquinas, e somente esses atuam no processo de reprodução do capital; trata-se de contradições fundamentais, nucleares.

Tais elementos suscitam a análise da história e das revoluções ulteriores, bem como a discussão das realidades materiais e objetivas, históricas, como constituintes das consciências sociais. Nesta perspectiva, Saviani (2019a, p. 190-193), baseando-se nas análises históricas realizadas por Marx, lembra que a ascensão de uma nova realidade produtiva, a produção de produtos para além das necessidades imediatas de consumo, o surgimento das trocas, do comércio, fez surgir a revolução burguesa e, conseqüentemente, a sociedade capitalista, assim como resultou em determinada consciência social fruto dessa sociedade. Ou seja, a sociedade que emergia não podia ser contida, e não ficou contida, nos limites da sociedade feudal – tal como poderia ocorrer na realidade atual em direção a uma sociedade profundamente transformada.

Porém, pode-se verificar que a transição do feudalismo ao capitalismo se fez também, em grande medida, pela ascensão de um novo grupo hegemônico e por novas relações produtivas, que se opuseram aos grupos hegemônicos anteriores e também às práticas produtivas anteriores. Fez-se, também, por relações de força e de subjugação, inclusive de parcela dos grupos hegemônicos que compunham o próprio feudalismo, participando esses também do processo de constituição do capitalismo, utilizando-se, por exemplo, de práticas de acumulação primitiva nada idílicas, conforme o relato feito por Marx, constante no capítulo XXIV de *O Capital*. Ademais, nesse processo, esses grupos que ascendiam socialmente constituíam e disseminavam uma nova ideologia, uma nova leitura sobre a sociedade e sobre que sociedade desejavam, sobre a sociedade que lhes interessava.

Algo fundamental que se evidencia na realidade atual, diferentemente do processo revolucionário que se acabou de contextualizar, é a inexistência, ou a não ascensão de um novo grupo hegemônico formado no momento atual pela classe trabalhadora. Trata-se de algo que dificulta uma comparação da realidade atual com o processo de transformação que fez vir abaixo o feudalismo a partir da ascensão do capitalismo. Nesta perspectiva, pode-se refletir: que elementos são necessários para fazer surgir uma nova hegemonia, composta, ou então catapultada pela classe trabalhadora, inerente a um projeto de sociedade diverso do atual?

Se até agora, a partir do texto analisado, foi trazida uma determinada abordagem de Saviani e uma linha de discussão por ele proposta, a partir deste ponto traz-se uma abordagem bastante diversa, elaborada na sequência do mesmo texto pelo autor: se nos parágrafos anteriores verificou-se que o autor apresentava as contradições da sociedade capitalista como contributos do surgimento de uma nova consciência – para além das condições materiais e

objetivas necessárias à construção de uma nova sociedade –, o que foi relativizado e, em certa medida, aqui criticado, especialmente no que se refere à constituição da consciência necessária para a construção de uma sociedade profundamente transformada, por outro lado, na sequência desta proposição, o autor discute justamente a atuação dos grupos hegemônicos que atuam a favor do capitalismo, no sentido de minorar as crises, de geri-las, buscando dar continuidade à reprodução do capital e ao atendimento dos seus interesses, bem como evidencia a atuação dos grupos hegemônicos na formação das consciências e na construção de uma ideologia pró-capital.

O autor salienta que, desta maneira, a burguesia “[...] formula em termos universais os seus interesses particulares, o que a torna porta-voz do conjunto da humanidade logrando, com isso, a hegemonia, isto é, a obtenção de consenso das demais classes em torno da legitimidade da sua direção” (SAVIANI, 2019a, p. 202).

Saviani menciona que:

[...] a questão que procurei formular tem em vista que parece haver claramente um processo intencional de administração das crises pela qual a política econômica mundial alterna deliberadamente períodos de crescimento e de recessão ou combina crescimento em alguns países e recessão em outros, mantendo nas mãos da grande burguesia internacional o controle da situação e neutralizando, em consequência, as pressões dos trabalhadores. (Ibidem, p. 205).

Da mesma forma, lembra o autor que a burguesia atua, inclusive, no âmbito das ideologias para controlar as consequências das crises junto à classe trabalhadora, visando realizar uma conformação social, evitando contestações desta classe social.

Nesta perspectiva, Saviani sintetiza a sua análise mencionando que:

é nesse novo patamar que se coloca a luta revolucionária pelo socialismo visando superar o modo de produção capitalista, a fim de que a humanidade saia da pré-história e ingresse na história propriamente dita que corresponde ao chamado “reino da liberdade”, no qual os homens agirão coletivamente de forma intencional, tornando-se plenamente conscientes e, portanto, senhores de seus atos: passarão, pois, a fazer a história sabendo que a fazem e não como vem ocorrendo até agora, em que os homens fazem a história, mas, de modo geral, sem o saber. Entretanto, para que essa revolução aconteça é necessário desencadear uma longa luta na qual ocupa posição estratégica a ação ideológico-política. (Ibidem, p. 205). (Grifos meus).

Nesta direção, ao dar ênfase à ação ideológico-política, o autor especifica que:

o desenvolvimento da consciência social-proletária como premissa para a ação política e ideológica eficaz implica dois aspectos, de preferência organicamente articulados entre si. Trata-se da educação, com destaque para a forma escolar, e a própria ação das massas organizadas. (Ibidem, p. 205).

Para Saviani, a educação escolar deve primar pelo acesso dos trabalhadores às “conquistas históricas da humanidade que lhes aguçarão a consciência da necessidade de

intervir praticamente para dar continuidade ao processo histórico, conduzindo-o a um novo patamar” (SAVIANI, 2019a, p. 205).

Por sua vez, em relação à ação das massas,

[...] devem ser orientadas o máximo possível, pela perspectiva da passagem do nível econômico-corporativo ao nível econômico-político e deste ao nível propriamente político, realizando a catarse entendida como a assimilação superior da estrutura em superestrutura na consciência dos trabalhadores, isto é, a passagem da condição de classe-em-si para a condição de classe-para-si (Ibidem, p. 206).

Complementa o autor, mencionando que “[...] é fundamental que as ações encetadas pelas organizações de massa dos trabalhadores se constituam em experiências da nova forma de sociedade quanto ao modo de organizar e de administrar as relações sociais” (Ibidem, p. 207). O autor exemplifica esta questão destacando a importante atuação do *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST* no país.

Cabe evidenciar novamente que se verifica um inequívoco redirecionar do autor a uma maior ênfase para a atuação política-ideológica. Entretanto, não se verifica nenhuma indicação/orientação sobre a atuação militante, política-ideológica, dos professores em geral, e também dos envolvidos com a Pedagogia Histórico-crítica, para além da intervenção mais imediata na realidade educacional.

Sobre a intervenção no âmbito educacional, verifica-se que o autor dá ênfase à compreensão dos elementos produzidos pela humanidade até o atual tempo histórico – nesta direção, possivelmente, também tendo o entendimento de que esta abordagem propicia a compreensão dos trabalhadores de que se trata de um processo de autoprodução humana – o que pode contribuir para a formação da consciência dos trabalhadores sobre a importância de se dar continuidade ao movimento histórico.

Entretanto, por que Saviani dá uma guinada na linha teórica que elabora após a primeira metade deste texto, e, na sequência, o autor traz uma abordagem bastante diversa, que em parte aproxima-se das críticas feitas anteriormente?

Ao que parece, primeiramente Saviani busca destacar o potencial da realidade transformada pela sociedade capitalista como um importante elemento de transposição, de geração de uma nova realidade social e, inclusive, da realidade material e objetiva como uma das principais constituintes/transformadoras das consciências em determinado momento histórico. Em detrimento desta perspectiva, desse potencial, o autor busca evidenciar a atuação dos grupos hegemônicos dessa sociedade no gerenciamento das crises e na constituição da sociedade posta, logo, também, na constituição das consciências coletivas aos seus interesses.

Há concordância com o autor de que a sociedade capitalista busca constituir os indivíduos em sociedade, das mais diversas formas. Para além da forma de atuação do capital – fortemente direcionada à constituição dos indivíduos –, considera-se que o potencial citado anteriormente de que a classe trabalhadora poderia apreender a realidade a partir das possibilidades históricas, das contradições e da degradação humana – suscitando possibilidades de transformação dessa mesma realidade – se apresenta como algo bastante limitado.

Identifica-se que a realidade na sua totalidade, com todos os seus potenciais e contradições, não revoluciona a sociedade por si só, não constitui por si mesma indivíduos transformados, bem como aptos a compreenderem a degradação humana e as possibilidades de outras sociedades serem constituídas – dentre vários aspectos, pela realidade social na sua totalidade e por seu caráter reprodutor constituir, em grande medida, os indivíduos à imagem e semelhança dessa mesma sociedade.

É possível avançar na reflexão sobre esta questão da seguinte maneira: existe um potencial de transformação e esse é inibido pela atuação do capital? Ou não existe esse potencial, em especial no que se refere à transformação das consciências coletivas, em decorrência da realidade social na sua totalidade ser justamente reprodutora da própria realidade e das consciências? Considera-se, sim, que o capital atua diuturnamente na constituição da realidade social, todavia não se compartilha da compreensão de que existe um possível potencial transformador das consciências em detrimento de uma realidade social posta que atua para a sua própria reprodução.

Seguindo o exemplo utilizado por Saviani, se poderia até mesmo perceber uma ampliação na percepção da consciência ecológica, todavia se considera que essa é tão fragmentada e parcial no atual tempo histórico, atrelada a determinados grupos sociais, ademais, desassociada de uma compreensão mais ampla sobre a importância do revolucionamento da sociedade, de constituição de uma sociedade profundamente transformada, que esse possível potencial se esvanece frente a um objetivo mais amplo de revolucionamento da sociedade.

Não há dúvida de que as transformações históricas geram novos potenciais, novos direcionamentos possíveis para a sociedade; no entanto, observa-se que esse potencial não deve ser necessariamente estendido à constituição das consciências.

Especificamente na sociedade atual, considera-se que a atuação formativa/conformativa do capital e, inclusive, da realidade social posta em toda a sua complexidade, vem se mostrando mais relevante do que uma atuação educativa oposta, de

caráter transformador dos indivíduos e da realidade, bem como mais relevante que uma possível autoconstituição dos indivíduos decorrente da relação dialética entre a degradação humana e o potencial alcançado pela humanidade. Isso acontece porque o ser humano se constitui como tal, como ser humano, em grande medida pelas diversas relações humanas constitutivas de determinado caráter humano e pelas práticas educativas de que tem acesso. Ademais, a compreensão da atual realidade histórico-social na sua concretude se apresenta muito distante da simples compreensão material, imediata, a que grande parte da classe trabalhadora tem acesso no âmbito das suas realidades particulares e singulares, inviabilizando a formação de uma possível consciência que se direcione ao revolucionamento da sociedade, que suscite a geração da necessidade por outra sociedade.

Estes aspectos demonstram, ao mesmo tempo, a importância da constituição/formação da classe trabalhadora pela própria classe trabalhadora e as limitações desta formação no atual tempo histórico, e, por sua vez, o necessário repensar desta atuação, com vistas ao revolucionamento da sociedade.

Ao se direcionar para a análise de outro texto de Saviani, verifica-se que o autor volta a discutir os desafios da Pedagogia Histórico-crítica em 2015 – discussão já abordada com outros elementos em 1994, e também em 2003, conforme o exposto no capítulo 5 da publicação *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações* (SAVIANI, 2012a). Essa retomada na discussão dos desafios desta pedagogia ocorre com a publicação do texto *Como avançar? Desafios teóricos e políticos da Pedagogia Histórico-crítica hoje*. (SAVIANI, 2019b, p. 209-225).

Neste texto, além de retomar aspectos já abordados nas publicações anteriores aqui citadas, Saviani aborda como um dos desafios atuais a necessidade de se implementar a atuação de forma coletiva e organizada dos professores que buscam colocar em prática a Pedagogia Histórico-crítica, implementando, desta maneira, algo que se aproxima à atuação de um movimento social, ou, então, à atuação como uma organização da sociedade civil – ou, ainda, atuação inerente a de um partido ideológico, conforme define a teoria gramsciana, da qual Saviani possui estreita aproximação, conforme abordaremos mais à frente.

A seguir, apresenta-se uma citação mais longa de Saviani (2019b), em que o autor aborda a necessidade, o desafio de se implementar uma atuação organizada no que tange à intervenção da Pedagogia Histórico-crítica na realidade educacional:

ao desafio externo à pedagogia histórico-crítica, vindo do que chamei de Internacional Capitalista da Educação¹⁰⁶, corresponde o desafio interno ligado ao grau em que seremos capazes de nos organizar para fazer frente ao desafio externo e avançar na luta da pedagogia histórico-crítica para assegurar à classe trabalhadora, ou seja, à maioria da população brasileira, uma educação voltada para seu desenvolvimento humano pleno. A estratégia em questão implica darmos efetividade, ou seja, darmos forma concreta para o caráter coletivo da prática pedagógica histórico-crítica. É esse o desafio que precisamos enfrentar. Com efeito, nossas iniciativas, até agora, têm se caracterizado por certa dispersão, ocorrendo ao sabor de circunstâncias mais ou menos aleatórias. Necessitamos, então, coordenar melhor nossas ações em direção a uma práxis efetivamente coletiva e intencionalmente conduzida, ou seja, cada um de nós deve participar de um trabalho coletivo, constituindo-se numa unidade que se articule com outras unidades para resultar na síntese das múltiplas determinações que caracteriza a totalidade (realidade concreta) da educação na perspectiva histórico-crítica, numa totalidade intencionalmente construída, constituindo, portanto, um sistema (resultado comum intencional de práticas individuais intencionais) e não simplesmente uma estrutura (resultado comum inintencional de práticas individuais intencionais). Para precisar melhor, em termos concretos, a idéia que estou querendo transmitir, recorro a um exemplo histórico lembrando que o advento dos grupos escolares significou um enorme avanço em relação às escolas isoladas multisseriadas e unidocentes, porque implicou a organização de um trabalho coletivo, realizado por um conjunto relativamente numeroso de docentes voltados para a educação de um conjunto de crianças, também relativamente numeroso. A obra educativa deixava, assim, de ser uma tarefa individual, requerendo o concurso de um coletivo de educadores, no qual cada um realizava tarefas específicas. Assim, analogamente ao que ocorreu na produção material em que o artesão individual foi substituído por um amplo coletivo de trabalhadores, também na educação esse processo se configurou com a passagem das escolas isoladas para os grupos escolares. Nessa nova situação, o trabalho coletivo requeria coordenação e isso trouxe a exigência de profissionais específicos para exercer as funções de supervisão e coordenação pedagógica. E também aqui, por analogia com a produção material, a supervisão e coordenação se constituíram externamente, afora e acima da ação docente realizada pelos professores diretamente com seus alunos. Dessa forma, cada professor tinha consciência das suas tarefas específicas, mas não a tinha em relação ao conjunto da ação pedagógica. Esta se constituía, pois, como um resultado coletivo inintencional de práxis individuais intencionais, configurando uma estrutura e não um sistema. Eis-nos, então, diante do problema da constituição do sistema da pedagogia histórico-crítica, entendido não apenas em seu aspecto da coerência, consistência e articulação teórica, mas também no seu *modus operandi*, na sua ação concreta. Nesse ponto é necessário refletirmos um pouco sobre em que consiste a ação coletiva na perspectiva histórico-crítica. É claro que não se trata de uma ação em que cada um dos membros do coletivo realizam tarefas específicas com pleno domínio delas, ignorando o que é realizado pelos demais membros do coletivo como

¹⁰⁶ O autor refere-se às instituições empresariais e às entidades de atuação multilateral que atuam fortemente no âmbito educacional, a nível internacional e também no Brasil. Da mesma forma que no texto imediatamente anterior aqui analisado, Saviani compreende essas entidades e grupos sociais também como gerenciadoras da sociedade capitalista e dos seus interesses.

ocorreu na organização fabril, na emergência da Grande Indústria, numa sistemática aperfeiçoada pela administração científica proposta por Taylor e continuada por seus seguidores, transferindo-se, daí, para a administração escolar. É óbvio, também, que não se trata de uma ação em que todos fazem tudo sem distribuição de tarefas diferenciadas, embora esta seja uma visão de certo modo disseminada, ainda que tacitamente, entre os educadores progressistas, inclusive entre aqueles que se posicionam no campo crítico e até mesmo no campo marxista. Impõe-se, portanto, certa divisão de tarefas, do contrário perderia sentido a própria exigência do trabalho coletivo. O que se exige é que cada um tenha plena clareza dos fins a atingir e também do que, para isso, não apenas sua tarefa é necessária, mas a de todos os demais integrantes do coletivo e mais: cada um deverá ter clareza, também, do significado e importância dos conteúdos desenvolvidos pelos demais integrantes para se atingir a finalidade que move o conjunto das ações, não sendo necessário, obviamente, que cada um tenha pleno domínio das particularidades envolvidas nas tarefas realizadas pelos demais membros do coletivo. (SAVIANI, 2019b, p. 222-224).

A partir da leitura que Saviani traz sobre as escolas multisseriadas, e na mesma direção ao citar o trabalho fabril em detrimento do trabalho do artesão, expressa o autor o caráter coletivo do trabalho e a sua importância na construção de uma força transformadora da realidade de outra ordem, que é muito diferente do trabalho e da atuação interventiva na realidade realizada por indivíduos atuando isoladamente.

Na citação a seguir, Saviani deixa explícito aquilo que pode ser caracterizado como a atuação de um movimento social, ou como uma atuação organizada no âmbito da sociedade civil:

pensando, por exemplo, na temática da quarta mesa (do Congresso Pedagogia histórico-crítica: educação e desenvolvimento humano, na qual foi apresentado está discussão), na qual a pergunta sobre como fazer foi direcionada para a ação nas redes de ensino municipais, a coordenação das iniciativas entre si implica que devemos procurar articular as experiências que vierem a ser implementadas em diferentes municípios. Assim, a coordenação das ações no interior de cada iniciativa implica que, em cada município em que venha a ocorrer a introdução da pedagogia histórico-crítica para toda a rede de ensino, o conjunto dos profissionais da educação, encarregados das múltiplas tarefas em desenvolvimento, deverão atuar como um coletivo mantendo, cada um, continuamente a intencionalidade de sua práxis de tal modo que o resultado coletivo das múltiplas práxis individuais seja uma práxis coletiva também intencional. Fica evidente o tamanho do desafio que deveremos enfrentar diante das precárias condições tanto da formação como do exercício docente que caracterizam as escolas de educação no Brasil, em especial no caso das redes municipais de ensino [...] (Ibidem, p. 224).

No trecho analisado de Saviani, verifica-se o caráter de movimento social, e não uma atuação política de caráter mais amplo – o que poderia ser cogitado –, em decorrência do foco significativamente voltado para a atuação mais imediata, para o enfrentamento dos problemas com que se deparam os professores ligados à Pedagogia Histórico-crítica nas escolas em que

atuam. Ademais, se evidencia tratar-se de uma atuação bastante vinculada às concessões de governos de caráter mais progressista, eleitos de tempos em tempos nos municípios¹⁰⁷.

Por sua vez, em Saviani (2017), que tem como título *Pedagogia Histórico-crítica, educação e revolução* – texto que corresponde ao capítulo 3 do livro *Pedagogia Histórico-crítica, educação e revolução: 100 anos da revolução Russa*, organizado por Orso, Malanchen e Castanha (2017) –, o autor faz uma análise histórica de diferentes revoluções, aborda a atuação da classe trabalhadora na transformação da realidade, bem como contextualiza as formas de contrarrevolução elaboradas pela classe burguesa. De forma mais detida, Saviani analisa os desafios da revolução Russa, dando destaque para uma espécie de não protagonismo de fato da classe trabalhadora na condução da sociedade naquele contexto, conforme se pode verificar na citação a seguir:

no referido quadro internacional os bolcheviques tiveram de enfrentar, na Rússia, além de uma guerra civil que se prolongou de 1918 até 1922, finda a qual foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), dificuldades inauditas como a invasão estrangeira e o espectro da fome agravado nos meios urbanos pelo colapso dos transportes que impedia o acesso aos alimentos produzidos no campo. Após o fim da guerra civil e da intervenção estrangeira, diante do descontentamento com a forte centralização do poder, Lênin adotou medidas de flexibilização ao implantar a Nova Política Econômica. Com a saúde debilitada, pois sofreu três ataques de AVC (em 26 de maio e 16 de dezembro de 1922 e em 19 de março de 1923) Lênin teve de se afastar das atividades políticas após o segundo ataque, vindo a falecer em 21 de janeiro de 1924. Conforme Neil Harding escreveu no verbete “Lênin” no Dicionário do Pensamento Marxista, p. 212, reproduzindo carta de Lênin ao Congresso em dezembro de 1922, ele se sentia perturbado considerando “que o aparelho de Estado reproduzia muitos dos piores abusos do Estado czarista, e estava ciente de que os comunistas eram administradores perdulários e incompetentes, que se distanciavam cada vez mais do povo”, sendo que “alguns deles, inclusive Stalin, haviam se tornado tão duros que deveriam ser privados dos seus poderes”. Mas, como sabemos, Stalin não apenas não foi privado de seus poderes como se tornou o principal dirigente da União Soviética até sua morte em 1953. De qualquer modo, apesar das limitações, são inegáveis os méritos do regime instituído em consequência da Revolução que conduziu os bolcheviques ao poder, pois transformou um imenso país atrasado, com uma economia ainda semifeudal e 70% de sua população analfabeta, numa grande potência econômica, militar, científica e cultural graças a um amplo e qualificado sistema educacional público e gratuito em todos os níveis acessível, portanto, a toda a sua população. Com efeito, enquanto os Estados Unidos investiam 3% de

¹⁰⁷ No mesmo texto, Saviani evidencia como uma limitação para a implantação desta pedagogia a mudança de política e a troca de governos, conforme verifica-se na seguinte passagem: “[...] a descontinuidade das políticas educativas também milita contra a própria especificidade da educação, pois se trata de uma atividade que não se resolve no curto prazo, mas apenas no médio e longo prazos e, por consequência, se constitui num desafio para a PHC, pois sua consistência e eficácia não podem ser testadas pela falta de continuidade que tem marcado as tentativas de sua implantação nas redes públicas de educação.” (SAVIANI, 2019b, p. 220).

seu enorme PIB, a União Soviética investia mais de 10% do PIB em educação. (SAVIANI, 2017, p. 58).

A partir do exemplo das dificuldades dos líderes da revolução Russa de organizarem a condução da vida social e de administrarem a realidade em uma perspectiva de interesse social e de geração de autonomia aos indivíduos, Saviani invoca que, na realidade atual, a Pedagogia Histórico-crítica tem como uma das finalidades justamente preparar os trabalhadores que farão a revolução. O autor faz essa proposição ao falar das experiências de implantação desta pedagogia em governos que se propõem atuar com um caráter mais progressista. Conforme sintetiza o próprio autor:

[...] a pedagogia histórico-crítica, enquanto construção coletiva, vem se empenhando em elaborar os elementos constitutivos da teoria pedagógica ao mesmo tempo em que seus integrantes exercitam a prática na reorganização das redes públicas de ensino visando a acumular experiência na administração socializada da educação e das demais atividades exigidas pela vida social. (Ibidem, p. 70). (Grifos meus).

É pertinente a afirmação de Saviani de que se trata de realizar a caminhada, de atuar perante a realidade. Entretanto, pode-se depreender, pela análise que o autor faz e do uso dos termos “exercitam” e “acumular experiência” que, em período mais recente, o autor chega à constatação de que existem limites intransponíveis e alcances limitados, possíveis, a partir da intervenção imediata da Pedagogia Histórico-crítica nos governos e nas atuais secretarias de educação. Em outras palavras, possivelmente o autor esteja afirmando que a Pedagogia Histórico-crítica contribui com o tensionamento da realidade, porém uma atuação mais efetiva somente será possível a partir de um processo revolucionário – começa-se e ter a percepção de que o autor passa a realizar uma leitura diversa da realidade sócio-histórica e das formas de intervenção nessa, também no âmbito deste texto, ao discutir em especial sobre as formas e o alcance da intervenção da Pedagogia Histórico-crítica perante a realidade.

Ainda sobre a citação anterior, se por um lado há concordância com o autor de que se trata de experiências positivas a administração das redes educacionais, de realizar a caminhada, por outro lado os graves entraves para se implantar uma educação transformada e transformadora podem gerar uma imagem bastante negativa inclusive para a Pedagogia Histórico-crítica, junto aos professores e à sociedade de maneira geral, ao não se conseguir muitas vezes a realização de uma intervenção mais efetiva. Da mesma forma, desvia esforços relevantes que poderiam ser direcionados à militância, no âmbito da educação e fora desta, bem como na ampliação da formação dos professores – formação realizada para além daquela institucionalizada, quando da sua ocorrência.

Outro texto relevante a ser analisado é Saviani (2019c, p. 245-265), que possui como título *Pressupostos Gramscianos da Pedagogia Histórico-crítica* – texto escrito inicialmente em 2017, para ser proferido como uma aula-conferência aberta, na disciplina *FE 194 – Seminário Avançado I – Gramsci e a educação*, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Unicamp. Neste texto, o autor evidencia a importância da produção teórica de Gramsci para o desenvolvimento da Pedagogia Histórico-crítica.

Saviani afirma: “[...] o contato com Gramsci consistiu, para mim, num grande achado, pois me permitiu fundamentar com maior consistência e segurança a concepção de mundo, de sociedade e de educação que vinha elaborando. Dessa forma, Gramsci acabou tendo presença garantida em minha produção teórica.” (SAVIANI, 2019c, p. 250). No referido texto, o autor afirma que se utilizou da obra de Gramsci de três formas, quais são elas:

A primeira delas seria marcada pela afinidade de propósitos entre o empreendimento filosófico-teórico e político-prático gramsciano e aquele que procurei desenvolver. A segunda maneira seria de caráter metodológico, ou seja, pela adoção na construção da pedagogia histórico-crítica da mesma posição assumida por Gramsci diante da concepção teórico-filosófica elaborada por Marx. E a terceira estaria configurada pelas análises e categorias elaboradas por Gramsci que se incorporaram à formulação da teoria pedagógica histórico-crítica. (Ibidem, p. 246).

Não cabe apresentar, neste espaço, todos os pontos da relação entre a Pedagogia Histórico-crítica e a teoria formulada por Gramsci; apresentam-se, sim, apenas os aspectos mais relevantes para a discussão aqui realizada.

Em relação às categorias formuladas por Gramsci, Saviani aborda a proximidade da atuação de Gramsci com as bases teóricas e metodológicas formuladas por Marx:

a leitura que Gramsci faz de Marx é, portanto, uma leitura ortodoxa, ou seja, fiel ao espírito da concepção original; mas ele deixa claro que não se trata de uma ortodoxia do tipo religioso que enrijece a doutrina tornando-a impermeável às transformações históricas. O que está em causa é a ortodoxia do método praticado por Marx. Análise concreta de situações concretas, eis o que Marx exercitou na pesquisa sobre o processo de nascimento, desenvolvimento, transformações e possível superação do capitalismo. Gramsci, fiel a essa diretriz metodológica aplicou o método marxista examinando a nova situação que se pôs ao longo do século XX para a revolução proletária no Ocidente, o que o levou a elaborar a “teoria do Estado ampliado”, também chamada de “teoria do estado integral”. [...] Foi pondo em movimento esse método que Gramsci construiu um conjunto articulado de categorias para apreender, no plano do pensamento, o movimento orgânico do “bloco histórico capitalista-burguês” na forma como foi se constituindo a partir do início do século XX. Cabe-nos, pois, adotar em relação a Gramsci a mesma atitude que ele tomou em relação a Marx. Lendo Gramsci com esse espírito e dando continuidade à aplicação do método marxista constataremos que aquela forma do capitalismo detectada por ele, que implicou a mudança de estratégia da revolução proletária, atinge

seu apogeu no final do século XX, cabendo-nos realizar a análise concreta da situação concreta que estamos vivendo nesse início do século XXI, a fim de identificar e pôr em movimento a estratégia adequada à luta revolucionária dos trabalhadores nessas novas condições. (SAVIANI, 2019c, p. 252-253). (Grifos meus).

A seguir expõe-se outra passagem fundamental para a compreensão da relação entre a Pedagogia Histórico-crítica e a teoria formulada por Gramsci:

em suma, ambos os casos (para Gramsci e para a Escola de Frankfurt), o problema que se punha era o das condições de realização da revolução socialista no ocidente. E ousou considerar que esta era a grande questão, o problema fundamental do século XX. [...] Portanto, o problema que mobiliza a teorização de Gramsci e da “Escola de Frankfurt” é o mesmo: o fracasso das tentativas de revolução no ocidente. A perspectiva de análise da qual partem também é a mesma: o marxismo. No entanto, o modo como se posicionam diante dessa perspectiva teórica é distinto. Enquanto Gramsci se posiciona, como ele mesmo dizia, em termos ortodoxos, eu diria que os membros da “Escola de Frankfurt” adotam uma postura heterodoxa. [...] Com esse espírito, Gramsci aplicou o método marxista da análise concreta de situações concretas ao problema das condições da revolução proletária no ocidente. Essa análise o levou a elaborar a “teoria do Estado ampliado”, formulando um conjunto significativo de categorias originais e de extrema eficácia para a compreensão dos problemas analisados. Tais categorias revelam-se eficazes exatamente porque foram construídas a partir e em função da prática histórica em que os referidos problemas se manifestaram. Contrastando com a situação do “orientes” (caso da Rússia), no “ocidente”, (onde se situa a Itália e também o Brasil) o Estado não se identifica totalmente com a “sociedade política” (aparelho governamental). Diferentemente, ele sintetiza, em seu conceito, a sociedade política e a sociedade civil. Em consequência, também o conceito de partido se alarga abrangendo os partidos político e ideológico que se sintetizam no “partido revolucionário”. (Ibidem, p. 253; 254; 255). (Grifos meus).

Verifica-se que, em grande medida, a Pedagogia Histórico-crítica se ampara, se respalda nos elementos presentes nestas passagens, mesmo que o autor não expresse a utilização destas categorias e concepções – especificamente as mencionadas nas duas citações anteriores. Nesta perspectiva, verifica-se que a Pedagogia Histórico-crítica se considera e atua como parte do Estado ampliado e, da mesma forma, atua como uma estrutura de atuação organizada da sociedade civil, e também, por sua vez, como um “partido ideológico”. E, nesta direção, espera compor e sintetizar a sua atuação no âmbito de um “partido revolucionário”, que é, como menciona Saviani, a junção entre o partido “político” – que é o partido político que intervém ou que busca atuar nos espaços governamentais – e o “partido ideológico”, composto por indivíduos e organizações que atuam na sociedade civil e especificamente, junto à classe trabalhadora.

Da mesma forma, verifica-se que Saviani, assim como a Pedagogia Histórico-crítica, buscam intervir frente ao que é considerado um dos problemas relacionados ao “fracasso das

tentativas de revolução no ocidente” (SAVIANI, 2019c, p. 254), ou seja, a construção de uma superestrutura transformada, em que ocorra a apropriação da realidade material e das suas contradições no âmbito das subjetividades, atuação da Pedagogia Histórico-crítica que ocorre nos moldes de uma organização da sociedade civil, ou de um “partido ideológico”.

Trata-se de uma atuação relevante no âmbito da busca por uma sociedade transformada. Todavia, a partir de uma leitura mais detida, considera-se que o cerne do problema que está sendo expressado nesta discussão é a diferença entre se usar estas categorias para a compreensão da realidade e, por outro lado, se atuar como parte viva, como componente destas categorias, intervindo na realidade e, ao mesmo tempo, sendo componente das categorias utilizadas, em especial no atual momento histórico.

As categorias propostas por Gramsci são muito pertinentes para a compreensão da realidade no atual tempo histórico. Todavia, ao se utilizar estas categorias para nortear a atuação em sociedade, em um contexto de ausência de um partido revolucionário, pode-se corroborar, mesmo que de forma não intencional, com uma atuação dispersa em sociedade, sem articulação e sem uma intervenção realizada de forma coletiva, consensuada – nos moldes que uma sociedade profundamente transformada pede, visando, possivelmente, a formação de uma força hegemônica capaz de contrapor a sociedade posta.

Da mesma forma, não intervém de forma imediatamente inversa à maneira de atuação dos partidos políticos postos na realidade atual, partidos que se restringem, na sua maioria, à política parlamentar e à utilização do aparato governamental, quando do seu acesso, para a manutenção do *status quo*, ou visando apenas minorar os efeitos da sociedade posta. Modelo de partido político vigente que remete a não realização da formação de base da classe trabalhadora, direcionada a uma formação política, e também a uma formação que possibilite uma maior compreensão da realidade e, ainda, que contribua para gerar a capacidade de realização de uma leitura teleológica sobre que sociedade se deseja – se a escola é um espaço privilegiado para a educação, por outro lado verifica-se que não é o único possível.

Saviani responde em parte a estes elementos, de forma indireta, na passagem transcrita a seguir da entrevista *Intelectuais, educação e partidos políticos*, concedida a Antonio Carlos Máximo, em 26 de janeiro de 1996, e publicada em Saviani (2011b):

Máximo - Estaria chegando ao fim o sentido do partido político?

Saviani - Não creio que chegou o fim dos partidos, como também não compartilho das teses daqueles que acreditam estar chegando o fim do Estado. Acho que é uma mudança. Eu pensava sobre essas questões e lembro-me de uma aula que dei, na PUC, sobre Gramsci, segundo o aspecto filosófico. E desembocava no problema do partido revolucionário, que, para

Gramsci, era justamente aquele que articulava o partido político com o partido ideológico, ou seja, no caso de Gramsci, era o Partido Comunista Italiano (PCI) quem tinha condições de fazer essa articulação. No Brasil, no entanto, você não tinha isso traduzido numa organização partidária determinada. Então, o problema que sempre se apresentava era: como lutar para que esse partido ganhasse alguma viabilidade? Porque nesse partido eu me filiaria sem problemas [risos], pois estaria articulando os dois elementos. Os dramas por nós vividos eram basicamente os seguintes: para chegar lá, qual o caminho? Eu filio-me a este ou àquele, luto ali dentro para transformar esse tipo de partido, ou eu já estou atuando nos partidos ideológicos e atuo de modo que desse partido ideológico surja o partido revolucionário? (SAVIANI, 2011b, p. 103-104). (Grifos meus).

A partir desta passagem, verifica-se que Saviani se aproxima das críticas aqui realizadas aos partidos de esquerda existentes no atual contexto, por não serem, na sua maioria, partidos que buscam atuar de forma revolucionária¹⁰⁸.

Ao fazer a escolha de atuar como um “partido ideológico”, considera-se que isso não retira o mérito do trabalho realizado por Saviani, bem como a sua capacidade de liderança no âmbito da educação.

Por outro lado, a sua justificativa para atuar como “partido ideológico” não suprime a importância da atuação política como elemento aglutinador de forças e organizador da intervenção na realidade com vistas ao revolucionamento da sociedade capitalista, para além da atuação no âmbito educacional, nos moldes de uma organização da sociedade civil, de um “partido ideológico”. A partir do alcance, da abrangência da Pedagogia Histórico-crítica, verifica-se que um novo patamar na luta e nas conquistas de caráter revolucionário – que faça avançar – não permanece apenas na atuação no âmbito pedagógico; verifica-se ainda que a própria oferta de outra educação exige uma atuação transformadora da sociedade, realizada em outra perspectiva.

Máximo, na entrevista supracitada, também realiza a cobrança a Saviani em decorrência de sua abordagem sobre a relação entre política e educação, conforme elaborado por este último nas *Onze teses sobre educação e política* – aspectos que podem ser observados na citação a seguir:

Máximo – Considerando o perfil conservador do magistério, o massacre provocado pelos meios de comunicação de massa, contra a política, contra o partido, contra o ser político etc., você tem uma forma de redação seca e incisiva, com frases às vezes duras e tal. Eu tomaria, como exemplo, um trecho no qual você assinala que a educação – sendo uma relação que se trava fundamentalmente entre não antagônicos – não pode ser partidária. Fico imaginando que o professor comum, ao ler a frase “por isso, ela não

¹⁰⁸ Reforça-se, trata-se de interpretação que se realiza neste espaço a partir da leitura dos textos de Saviani.

pode ser partidária”, já tira a conclusão imediata: professor não deve meter-se com partido político. Talvez você não deva ser responsabilizado, diretamente, por isso, excetuando-se a forma redacional. É muito forte dizer para a massa do magistério, que já tem rejeição ao partido, por inúmeras razões, que a educação não deve ser partidária. Quero dizer, falta apenas um passo para que esse professor comum tire a conclusão de que ele não deve meter-se em partido político. O que estou “cobrando” é que intelectuais da educação mostrem, nos seus textos, que a questão partidária é importante, e que a escola não dá conta de resolver seus problemas. Resolver os problemas da educação, hoje, implica, necessariamente o poder do Estado. Por isso, acho que o pensamento pedagógico mais recente foi extremamente fundo em algumas questões em termos de avaliação e de análise de vários aspectos da escola, da educação, da didática, da prática de ensino, foi a minúcia de muitos aspectos da escola e, às vezes, é até repetitivo; talvez tenha descurado um pouco a preocupação com a participação do cidadão professor na forma prática de fazer política, ou seja, na organização prática que visa ao poder. O que você acha disso? (MÁXIMO apud SAVIANI, 2011b, p. 104-105).

Saviani – Não sei. Isso é um problema...Essa participação política do cidadão professor...Houve um momento em que até era uma palavra de ordem generalizada. Aliás, essas “Onze teses” foram escritas em função dessa realidade. Vigia, no campo educacional, uma espécie de politicismo. A questão era destacar a especificidade da educação, mas está dito também no texto que há uma subordinação à política. Isso significa que há um primado da política que tem de ser reconhecido. Portanto, a educação não pode avançar se ela não explicita isso. Porém, o que eu tento caracterizar é a luta contra o mecanicismo que essa questão assume ao eternizar a situação atual, considerando que sempre vai ser assim. A questão partidária fica, também, absolutizada, isto é, os homens vão viver sempre em antagonismos, portanto, os partidos vão ser, sempre, necessários, e os homens vão ter sempre de se organizar em partidos uns contra os outros. (SAVIANI, 2011b, p. 105).

Cabe destacar que a necessidade política está para além da questão educacional e do uso do aparato estatal no atual momento histórico. Trata-se da construção coletiva da realidade que se deseja, da construção de um processo revolucionário que leve a uma sociedade profundamente transformada – trata-se da prática individual e coletiva de organização e de condução da vida em sociedade. Claro, depende muito do que se entende por partido e quais os objetivos que estão relacionados a tal organização.

Imediatamente relacionada a esta questão, quando Saviani menciona sobre a “participação política do cidadão professor” (Ibidem, p. 105), para além da discussão imediata realizada pelo autor, faz surgir a reflexão de que tomar a condução da vida em sociedade por cada um, de forma individual e coletiva, deveria ser algo extremamente normal, da prática diária da vida; por outro lado, se apresenta de fato como algo significativamente distante na sociedade capitalista. Certamente que a intervenção que um professor faz no âmbito educacional, por relacionar-se com a sociedade, por intervir nessa, e por ter uma intencionalidade – que corrobora com a sociedade posta ou contribui para a sua transformação

– pode ser entendida como uma atuação política. Todavia, é uma atuação que se faz, na sua maioria, muito no caráter “em si”, sem um maior domínio sobre a realidade, e sem que haja um processo de construção coletiva. Trata-se de uma atuação que se faz da realidade particular e singular para a totalidade, portanto, de forma bastante fragmentada em relação ao todo; fragmentada também no sentido de ser uma atuação muito esparsa, muito pontual, ou seja, apenas em um dos âmbitos da vida em sociedade.

O sentido inverso, quando ocorre, na maioria das vezes, é aquele da totalidade da sociedade capitalista e de seus interesses educativos à realidade particular e singular. É o capital atuando da totalidade à realidade particular e singular.

A partir desta reflexão, pode-se conceber um partido político na sociedade atual como o embrião da busca de autonomia pelos indivíduos, da efetiva condução da vida em sociedade de forma individual e coletiva, suscitando o caráter de coletividade e, da mesma forma, a construção da atuação, da intervenção na realidade, em uma perspectiva de totalidade, em decorrência do seu caráter de atuação coletiva e pela amplitude possível de ser alcançada. Quando se traz esta abordagem, se está referindo à perspectiva de transformação profunda da sociedade, em que a “parte” do “partido” se desfça por incorporação ao se construir uma nova sociedade e ao se apresentar como a própria atuação coletiva da sociedade.

Elementos de síntese

Evidencia-se, nos textos analisados, uma transformação da leitura de Saviani sobre a realidade, em especial em período mais recente. Compreende-se que os limites que a realidade social impõe à Pedagogia Histórico-crítica e à transformação da realidade de maneira geral, tem direcionado o autor a uma abordagem de caráter mais política e ideológica nas suas discussões, algo que se considera fundamental para se buscar uma profunda transformação social. Já em relação à formulação das propostas educacionais, da estrutura teórica que a sustenta, não foram identificadas transformações a serem evidenciadas, a partir dos textos analisados nesta etapa.

Se nos tópicos anteriores defendeu-se a compreensão da realidade de forma concreta, logo, também em uma perspectiva de maior totalidade, como um dos aspectos fundamentais para a transformação social, nesta etapa se sobressai, se evidencia, a necessidade de

intervenção na realidade em uma perspectiva de maior totalidade, portanto, uma atuação e uma militância também para além dos espaços das escolas, bem como a necessidade de uma atuação organizada, que possibilite à classe trabalhadora uma intervenção na realidade com uma força de outra ordem, ademais, que se direcione à construção de uma hegemonia que atue na construção de uma sociedade profundamente transformada.

Para além de uma atuação particular e singular que busque influenciar a realidade na sua totalidade, é fundamental também construir uma atuação em um maior nível de totalidade, que implique, por esse caminho, também na transformação das realidades singulares e particulares.

5 SÍNTESE DE RESULTADOS – REALIZANDO O PERCURSO INVERSO E INTERLIGANDO ELEMENTOS TEÓRICOS E DA REALIDADE

Nesta síntese de resultados, busca-se percorrer o caminho inverso àquele realizado até o momento. A partir desta síntese, são interligados elementos teóricos e também elementos da realidade histórico-social, visando apreender a realidade da forma mais concreta possível, focando-se, em especial, nas questões a que nos propomos abordar e na complexidade da realidade a estas relacionadas.

Nesta síntese, e neste caminho inverso ao que foi percorrido até o momento, busca-se gradativamente complexificar as análises necessárias, processo que é feito em ciclos de análise.

Nesta perspectiva, este capítulo está dividido em quatro momentos, ou etapas principais. No primeiro deles é abordada a importância ou a necessidade de transformação da constituição humana e da realidade social, tendo-se a liberdade do ser humano e a essência humana como importantes norteadores desta transformação. São abordados também os desafios para esta transformação no âmbito da realidade social capitalista, sendo evidenciando que os objetos, os produtos do trabalho, o trabalhar e a alienação dos trabalhadores na sociedade capitalista, assim como a formação ou não de necessidades, são todos elementos humanizadores, porém, na sociedade atual, também são amplamente conformadores dos seres humanos, são reprodutores da sociedade capitalista – juntamente com outros elementos, são realizadores de uma humanização permitida, tutelada. São aspectos que começam a delinear a importância da autoformação da classe trabalhadora como um elemento fundamental para a construção de uma sociedade profundamente transformada – autoformação realizada a partir de conhecimentos outros, conforme será abordado ao longo desta síntese de resultados.

Já no segundo momento desta síntese, evidencia-se que a ciência e a tecnologia são elementos fundamentais da constituição da realidade social, logo, da constituição humana. Através da ciência e da tecnologia ocorre uma redução relativa da importância do trabalho do indivíduo na transformação da realidade social, passando a serem constituídas amplas forças produtivas e sociais. Da mesma forma, trata-se de elementos fundamentais para a constituição histórica do capitalismo e para a sua consolidação como estrutura produtiva e como forma de sociedade; ademais, a ciência e a tecnologia também atuam significativamente na redução da dependência que o capital tem do trabalhador, na ampliação da extração da mais-valia a partir do trabalho realizado pelo trabalhador, e também na conformação do ser humano à sociedade

capitalista. Estes aspectos são resultantes da forma como ambas são utilizadas socialmente, e também a partir da forma como foram constituídas no atual tempo histórico.

Neste segundo momento evidencia-se também que, se a ciência e a tecnologia são elementos fundamentais para o revolucionamento da sociedade, devem ser compreendidas, em grande medida, como determinantes e como potenciais de transformação da realidade social, em especial das condições materiais de vida – realiza-se a defesa de que a revolução social em grande parte é um processo educativo, de compreensão da realidade, da formação de necessidades e de compreensão e visualização de forma teleológica da possibilidade de construção de uma sociedade profundamente transformada, bem como, de que a revolução se faz a partir da atuação cooperada e organizada da classe trabalhadora e, não simplesmente, de que a revolução é resultante de uma realidade contraditória e degradante.

No terceiro momento desta síntese de resultados, busca-se realizar aproximações a elementos que dão sustentação à defesa da tese de que a compreensão da realidade de forma concreta é condição fundamental para a profunda transformação social. Na mesma perspectiva, inicia-se a discussão da complexa questão que envolve a realidade como a constituinte dos indivíduos e, de modo inverso, a atuação desses como transformadores da própria realidade.

Na sequência, no quarto momento desta síntese, busca-se complexificar as análises e as discussões que começaram a ser abordadas nos momentos anteriores. Ademais, relacionam-se os elementos em discussão com as proposições mais relevantes da Pedagogia Histórico-crítica sistematizadas nesta pesquisa.

Observa-se que é importante que o conhecimento hegemônico seja acessado pela classe trabalhadora, porém, demonstra-se por qual motivo não se deve parar neste ponto. Evidencia-se se tratar, muitas vezes, de um conhecimento histórico, transitório, produzido especificamente para o atendimento de interesses hegemônicos. Ademais, mesmo existindo uma materialidade e objetividade social relevante nesse conhecimento, a forma como é transmitido, a delimitação da abrangência (ou a fragmentação) desse conhecimento frente à realidade social, e também a finalidade que deve atender na sociedade capitalista, pode não privilegiar uma constituição humana transformadora – podendo ocorrer justamente o contrário.

No quarto momento desta síntese, também é ampliada a discussão sobre a forma como os partícipes do materialismo histórico e dialético podem compreender, por um lado, a desafiadora dialética que envolve a constituição dos indivíduos pela realidade social e, por outro, a atuação dos indivíduos para a transformação dessa mesma realidade, tendo-se em

vista que as contradições sociais são consideradas insuficientes para explicar a atuação revolucionária, podendo ser essas – juntamente com os seus causadores e a complexa constituição histórica em que se inserem – altamente conformadoras e reprodutoras da realidade social. Portanto, evidencia-se que determinadas contradições sociais e a degradação humana podem ser tão ou mais conformadoras do que geradoras de transformações na realidade social.

Por fim, observa-se que, a partir da elaboração desta pesquisa, ao realizar-se o diálogo com os proponentes da Pedagogia Histórico-crítica, são suscitados inúmeros desafios para quem deseja e atua na construção de uma sociedade profundamente transformada; ademais, são indicados possíveis caminhos a serem seguidos.

Na sequência, apresenta-se o primeiro momento desta síntese.

A necessidade e os desafios para uma constituição humana transformada perante a realidade social capitalista

Um dos propósitos basilares desta pesquisa é contribuir para a transformação da realidade social de forma profunda. Nesta direção, defende-se a tese de que a compreensão da realidade de forma concreta pela classe trabalhadora, ou em um maior nível de concretude, é imprescindível para que se alcance uma profunda transformação social.

Ao se conceber, de forma teleológica, uma sociedade profundamente transformada, na perspectiva do materialismo histórico e dialético, se está almejando e atuando para a construção de uma sociedade em que os seres humanos sejam efetivamente livres.

A liberdade é um dos eixos fundamentais para a compreensão da sociedade e da vida humana, tanto em uma perspectiva histórica, em que a construção do ser humano se fez ao longo de milênios, quanto em relação ao tempo presente, e também ao devir histórico, portanto, em relação à possibilidade de construção de uma realidade diversa da atual.

Os seres humanos diferenciam-se da atividade vital animal, distanciam-se dos desígnios biológicos que recebem ao nascer, por terem uma atividade vital consciente e por construir uma realidade humana. Ao poder viver a vida humana distanciando-se do que se recebe biologicamente ao nascer, ao se ter uma vida de possibilidades, portanto, ao se ter a possibilidade de transformar, de renovar, de construir constantemente o que é ser ‘ser humano’, tem-se que o ser humano é um ser livre.

Este olhar para a realidade humana expressa uma imbricada relação entre a liberdade dos desígnios biológicos e a liberdade social, porque, para o ser humano usufruir da primeira forma de liberdade, é preciso viver plenamente a liberdade social, direcionando-se de forma plena na sociedade, de forma individual e também participando efetivamente do direcionamento da vida em sociedade. Somente assim o ser humano poderá viver uma vida de possibilidades e poderá construir o que é ser ‘ser humano’ livremente, a partir das possibilidades existentes em cada período histórico.

A busca e a construção de uma sociedade profundamente transformada, em que o ser humano seja efetivamente livre, devem-se, em especial, a dois aspectos fundamentais: primeiro pela necessidade de superação da sociedade atual, da sociedade capitalista, e também pela necessidade de se resgatar o que foi sendo construído historicamente como a essência humana, e pelo que se almeja como a essência humana a ser vivida – essência humana, ressalta-se, compreendida em uma perspectiva histórica e social.

Ao se confrontar a questão da liberdade com a sociedade capitalista, é fundamental a compreensão de que essa sociedade aliena o ser humano, tornando-o um instrumento produtivo com a finalidade única de gerar mais-valia, que é acumulada pelo capitalista. O ser humano perde o seu fazer, a propriedade do seu trabalho e o produto do seu trabalho; ambos passam a ser de outro. Da mesma forma, o indivíduo perde, ou tem reduzida de forma significativa a capacidade de conduzir a sua vida, de se autoproduzir e de se direcionar individualmente, e também de conduzir, de forma coletiva, a vida em sociedade. A desigualdade social, a conformação da sociedade em classes amplamente desiguais, a pobreza, a privação e a subjugação do ser humano pelo ser humano passam a ser constantes, tendo em vista serem elementos estruturantes do capitalismo.

Para além da premente necessidade de transformação da realidade social atual, ao se abordar a liberdade como um elemento fundamental na estrutura teórica que explicita o que é o ser humano em uma perspectiva histórica, e também ao se explicitar as possibilidades reais de vida a partir das conquistas produzidas pela humanidade, pode-se aprofundar a análise desta questão através do conceito e do significado social da essência humana, e, portanto, através de uma análise filosófica-antropológica do ser humano.

Os seres humanos constituem-se, fazem-se humanos, através da relação dialética entre a naturalização do ser humano e a humanização da natureza, gerada ao longo do transcurso histórico (MARX, 2015a). Esses passam a interagir socialmente e a fazer uso de grande parte da natureza em seu benefício, tanto que Marx, nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, lembra que a natureza se torna o “corpo inorgânico” do ser humano. Portanto, o

ser humano se universaliza perante a natureza, utilizando-se de praticamente toda a natureza, e também construindo uma natureza humana.

Todo esse processo ocorre através do trabalho realizado de forma individual e coletiva. Através do trabalho, o ser humano se autoproduz enquanto ser humano, criando, se apropriando e transformando as suas próprias capacidades e a sua realidade. Marx destaca que esse processo de autoprodução humana aqui descrito, que ocorre através da relação dialética entre a naturalização do ser humano e da humanização da natureza, se faz também em sociedade. A sociabilidade é fundamental para o ser humano, “a essência humana da natureza é apenas para o homem social” (MARX, 2015a, p.346).

Ainda nesse processo de transformação do ser humano, e também de transformação da realidade humana, outro elemento fundamental, catalizador e mesmo viabilizador da constituição humana é a capacidade do ser humano de ter consciência da realidade, inclusive apreendendo a realidade em determinada perspectiva e transmitindo-a entre as gerações, gerando uma transformação cumulativa da realidade. Através da apropriação subjetiva da realidade e do movimento de retorno que essa apropriação pode gerar perante a realidade – através da consciência –, tem-se a capacidade e a possibilidade de escolha e também a possibilidade teleológica de prever, de antecipar na consciência o resultado de uma ação futura, e, nesse processo, algo fundamental é a possibilidade de atuação com a finalidade de transformar a realidade, de construir de forma sempre renovada o que é viver a vida humana.

Portanto, compreende-se que, para Marx, a essência humana expressa o que é o ser humano em uma perspectiva histórica de longo prazo e, ao mesmo tempo, na perspectiva da realidade atual, é a possibilidade de se viver a vida humana, de construção do que é viver a vida humana – buscar a essência humana é buscar um reencontro do ser humano com o ser humano. Partindo-se da realidade histórica atual, trata-se de buscar um devir histórico em que o ser humano possa se autoproduzir enquanto ser humano, na sua relação com a natureza, usufruindo dessa e transformando-a, processo que ocorre em sociedade. É viver, é ser ‘ser humano’ plenamente, em que cada indivíduo possa se direcionar perante a realidade, e também participar efetivamente do direcionamento da vida em sociedade.

Por sua vez, trata-se de algo que não ocorre sem que o ser humano seja livre, compreendendo-se a liberdade em uma perspectiva abrangente. É relevante afirmar ainda que viver a essência humana é ter a possibilidade de cada indivíduo fazer a história. Marx postulou a vida na sociedade capitalista como a “pré-história da humanidade”, tendo em vista que, nessa realidade social, o ser humano, o indivíduo, não possui as condições objetivas e a

liberdade para fazer a história, sendo que se tem na sociedade capitalista apenas uma humanização permitida, tutelada, logo, a vida ocorre nos mesmos termos.

Tanto para Marx quanto para muitos dos que se vinculam ao referencial teórico e metodológico do materialismo histórico e dialético, somente a partir do momento em que a sociedade for profundamente transformada, através de uma revolução social, é que o ser humano poderá fazer a história, atuando com protagonismo e com liberdade no direcionamento de si mesmo e participando efetivamente do direcionamento da realidade social¹⁰⁹.

Os irreconciliáveis interesses das classes sociais, a alienação e a subjugação do ser humano pelo ser humano, assim como a expansão histórica da força produtiva e das contradições daí geradas para a sociedade na sua forma capitalista, e, ainda, a crescente degradação do meio ambiente e o esgotamento dos recursos naturais existentes no planeta, direcionam para uma transformação profunda da realidade social atual, como algo premente inclusive, em direção à constituição de outra sociedade. Para Marx, essa sociedade poderá ser o comunismo: “[...] como superação *positiva da propriedade privada*, enquanto *autoalienação humana* e por isso como *apropriação* real da essência *humana* pelo e para o homem [...]” (MARX, 2015a, p. 344).

Entretanto, verifica-se ser errôneo compreender que os elementos expostos apontarão, resultarão, inevitavelmente, ou como uma consequência quase que automática, decorrente da degradação da realidade humana, em outra realidade social. Observa-se que essa interpretação, quando ocorre a partir da leitura da produção teórica de Marx, é decorrente de uma leitura fragmentada, parcial, uma leitura incorreta da produção do autor. Suscita, a partir da análise conjunta da produção teórica do autor, que esses elementos são, antes, as causas e os determinantes sociais para a transformação da sociedade.

Defende-se, nesta tese, que a profunda transformação da realidade social só ocorrerá, dentre outros aspectos, a partir de uma compreensão mais ampla da realidade social e das suas contradições pelos indivíduos, e também pelo tensionamento da realidade e pela atuação transformadora realizada pelos indivíduos que compõem a classe trabalhadora, atuando coletivamente e de forma organizada.

¹⁰⁹ Trata-se de uma análise relevante, todavia deve ser lida com cautela, de forma relativa. Defende-se, nesta tese, justamente a imprescindibilidade de os indivíduos, organizados coletivamente, atuarem para a viabilização de uma revolução social, de serem, portanto, os protagonistas da história já neste momento histórico.

Para se compreender mais adequadamente o porquê desta proposição e para se atuar efetivamente nesta direção, é fundamental a compreensão da constituição do ser humano em sociedade.

Verifica-se que o ser humano se constitui em sociedade a partir do arcabouço material e objetivo existente em cada momento histórico, se constitui, portanto, a partir das múltiplas determinações, relações, e também das escolhas realizadas – e também escolhas possíveis de serem realizadas.

Ao especificar esta questão, identifica-se a alienação também como um dos elementos fundamentais de constituição do ser humano. A alienação em relação ao trabalho e ao produto do trabalho atuam profundamente na constituição e na conformação daqueles que compõem a classe trabalhadora. O indivíduo, ao não realizar uma atividade intencional e livre, não sendo o protagonista da sua história, em conjunto com a sociedade, se direciona, como possível consequência, a uma mescla de degradação humana, de mortificação e, ao mesmo tempo, a possibilidade de conformação a essa realidade social, decorrente da constituição social pelo qual perpassou e também, de como o indivíduo apreende a realidade sócio-histórica.

Indo além, é preciso ressaltar, inclusive, que a forma como os indivíduos compreendem subjetivamente a alienação é muito diversa no âmbito da sociedade e das diferentes realidades, podendo ser de aceite, de resignação, de inconformismo, de propulsão transformadora dessa realidade, dentre outras possibilidades. Salienta-se, também, que a alienação da vida material nunca atua na constituição do indivíduo de forma estanque, nunca é um processo único; sempre é realizada em sociedade, com suas múltiplas influências e determinações, podendo fazer parte deste processo constitutivo também a atividade educativa do ser humano realizada por outro ser humano, como, por exemplo, as atividades educativas realizadas nas escolas, nas fábricas, nos sindicatos, nos movimentos políticos, dentre outros espaços. Portanto, a forma como o indivíduo apreende subjetivamente a alienação também está imediatamente relacionada ao seu processo constitutivo mais amplo – expõe-se, aqui, um aspecto fundamental, que é a necessidade de se apreender a constituição humana na complexidade que a constitui.

Além de se evidenciar as diversas formas de apreensão subjetiva da alienação, cabe ressaltar que a alienação tem um caráter eminentemente material e objetivo na realidade, e que afeta amplamente as possibilidades da vida humana. Verifica-se uma clara limitação no potencial do ser humano no atual tempo histórico; ampla parcela da sociedade convive, vive uma situação de ampla degradação humana, estando amplamente distante de um trabalho que

lhe seja próprio, afeto e de possibilidades humanizantes frente ao que foi alcançado pela humanidade ao longo do transcurso histórico.

Além dos aspectos já apresentados, também os objetos que compõem a vida em sociedade, a construção ou não de necessidades pelos seres humanos, e mesmo o viver a vida em sociedade, bem como, de maneira mais abrangente, todo o gênero humano, atuam tanto como possibilidades da vida humana quanto na reprodução da realidade, na conformação do ser humano, logo, também atuam na reprodução da sociedade capitalista. O ser biológico torna-se ser humano, se autoproduz como ser humano, em um longo percurso histórico e social. Através do trabalho individual e coletivo, o ser humano transforma a realidade e, ao mesmo tempo, se constitui nesse processo. Nesse percurso, a realidade humana transforma-se constantemente através da criação de produtos, da formação de novas necessidades, da produção de instrumentos de trabalho, e também, de maneira mais abrangente, da transformação da força produtiva. São elementos geradores de vida, são a própria constituição humana, e também possibilidades para uma vida e para uma sociedade renovada, porém, ao mesmo tempo, são também meios de aprisionamento e de subjugação do ser humano ao estarem sob a sociedade capitalista, ao constituírem-se sob as amarras da sociedade atual. Ademais, também são elementos dessa sociedade, constituídos por essa sociedade e para essa sociedade.

Cada ser humano se constitui em sociedade, recebendo desde o nascimento um lastro material, teórico e cultural de caráter humano. Portanto, se constitui, em grande medida, a partir do que foi legado socialmente pelas gerações anteriores e pela sociedade como um todo e, desta forma, também pelos interesses em disputa e pelas forças hegemônicas presentes na sociedade. O ser humano se apropria da realidade e, na sequência, através da sua atividade, ou, em uma perspectiva mais ampla, através do viver em sociedade, realiza novamente a objetivação da realidade, produzindo elementos humanos – elementos da sociedade presentes em determinado momento histórico, com suas possibilidades e limitações. Da mesma forma, se objetiva o ser humano nesse processo, ou seja, a sua atividade lhe afeta, lhe constitui.

Todos os objetos, e também as necessidades dos seres humanos historicamente constituídos, assim como o não acesso aos objetos socialmente produzidos e a não constituição de determinadas necessidades por parcela da sociedade, dos indivíduos que dela fazem parte, são elementos que atuam como possibilidades humanas, e também na conformação da realidade. As habilidades e as capacidades dos seres humanos, as forças essenciais humanas, são objetivadas nos elementos que compõem a vida humana. O potencial do ser humano está vívido em sociedade, está em movimento no processo de viver a vida

humana, com todas as suas nuances. Da mesma forma, as necessidades são construídas socialmente, a partir do conhecimento, do acesso e da experiência do ser humano com o elemento formador de uma necessidade em potencial. O ser humano que não tem acesso a determinado alimento, por exemplo, por motivos diversos, também pode não sentir falta desse alimento, caso essa necessidade também não tenha sido construída por outras mediações presentes na sociedade.

Verifica-se a construção de necessidades como um elemento histórico-antropológico de constituição humana, sendo preponderante tanto para a conformação da sociedade como para a sua transformação. A formação de necessidades, cabe ressaltar, é componente fundamental da humanização. Esta questão expõe toda a sua relevância quando se observa, por exemplo, que a educação e o acesso ao conhecimento também precisam se tornar necessidades para o ser humano, sendo um elemento fundamental no processo de constituição humana no atual contexto sócio-histórico, visando a apreensão da realidade; ou, ainda, a importância de se tornar uma necessidade a construção de uma sociedade diversa da atual; e, também, se tornar uma necessidade a condição de que todos possam ter uma vida digna, diversamente do que também ocorre na realidade atual. Trata-se de construções eminentemente sociais, participantes do processo de humanização.

Nesta análise, destacam-se dois elementos fundamentais. Primeiro: a criação de necessidades também como um elemento transformador, revolucionário, integrando o processo histórico-antropológico de constituição humana e de constituição da realidade social. Segundo: evidencia uma constituição humana, em que a existência do outro ser humano em sua plenitude se tornou – ou não – uma necessidade humana.

Em ambos os casos, apesar de ser um processo de apropriação, de aprendizagem material, e também de objetivações, que se realizam nas relações e nas atividades humanas, evidencia-se também se tratar de uma construção social mais ampla, que reflete o gênero humano no seu estágio atual, historicamente construído. Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, destaca que o gênero humano está contido nos indivíduos, assim como os indivíduos são formadores do gênero humano, uma questão que se mostra estritamente material e objetiva, dialética e histórica. (MARX, 2015a). Trata-se de algo fundamental a ser observado, caso contrário, entra-se no terreno dos idealismos.

A partir desta análise da realidade, verifica-se que o gênero humano expressa a sociedade em determinado tempo histórico, em toda a sua complexidade. Trata-se, portanto, da representação da constituição humana por um lado, e por outro a efetivação desse gênero em sociedade a partir da vida humana em sua totalidade, formada por virtudes e também pelas

formas de degradação do ser humano. Em decorrência, quando se aborda esta temática, considera-se ser pertinente falar na transformação do gênero humano, e não apenas numa pseudoapropriação de um gênero humano que deveria ser acessado por grande parte da humanidade, ao ter o seu acesso cerceado pela sociedade posta – como se o gênero humano estivesse restrito a alguns elementos, em especial às virtudes humanas; pelo contrário, ressalta-se, o gênero humano é essa mescla, essa imbricada relação entre o potencial humano e a degradação humana, é a constituição humana na sua integralidade. Trata-se de discussões que permeiam toda esta tese.

A partir dos elementos apresentados até o momento nesta síntese, vão se desvelando, em especial, aspectos como: os desafios a serem enfrentados para se viabilizar uma profunda transformação social, em decorrência da sociedade capitalista atuar, em toda a sua expressão e a partir de todos os seus elementos, na constituição dos seres humanos aos seus interesses; em decorrência dessa realidade, evidencia-se como outro elemento dessa mesma dialética a importância de outra compreensão da realidade pela classe trabalhadora e de outra oferta educacional ser implementada; ademais, evidencia-se que a constituição da consciência humana é um elo fundamental na complexa constituição do ser humano, e também na possibilidade de transformação da realidade social e na transformação do próprio ser humano.

A seguir, no segundo momento desta síntese, direcionam-se as análises e discussões para a ciência e a tecnologia no âmbito da sociedade capitalista.

A relação entre a ciência e a tecnologia e a constituição dos indivíduos e da sociedade

Para os objetivos deste estudo e para a compreensão da sociedade capitalista de forma mais ampla, verificou-se fundamental a análise da relação entre a realidade produtiva capitalista e a ciência e a tecnologia, assim como, as relações dessas com a constituição dos indivíduos – análise realizada em especial a partir da produção teórica de Marx.

Nos atuais estudos sobre as obras de Marx, a ciência e a tecnologia muitas vezes são pouco evidenciadas; entretanto, as obras do autor estão permeadas por esta discussão, sendo aspectos estruturais para a constituição e a reprodução do capitalismo, e também para a sua adequada compreensão. Da mesma forma, são elementos fundamentais no processo de constituição da realidade sócio-histórica e no processo de formação do ser humano, do

constituir-se como ser humano, e ainda elementos fundamentais para a profunda transformação social.

Se por um lado Marx expõe o caráter histórico-antropológico do trabalho como constituinte do ser humano e da sociedade, por outro lado a força produtiva alcançada nas atuais condições históricas e sociais, e também o domínio dessas pelo capital, ao ser propriedade privada do capital, direcionam para que o trabalho individual, de forma relativa, deixe de ser o determinante da produção e da transformação da realidade. Trata-se, em especial, de uma produção coletiva e realizada com o caráter de uma produção social, com todos os aspectos daí inerentes, tais como: realizada de forma ampla, extensiva, envolvendo significativos aparatos produtivos, bem como produção realizada a partir do conhecimento social, presente no cérebro social, de forma dispersa e combinada.

A produção realizada de forma social é um elemento estruturante do capitalismo, sendo que essa forma de produção e também de sociedade só se constitui com a separação, com a exteriorização do trabalho em relação ao trabalhador, bem como pelo domínio exercido pelo capitalista sobre o trabalhador, que se faz, dentre outras coisas, pelo domínio do capitalista sobre a força produtiva e pela capacidade que esse possui de colocá-la em movimento.

É evidente que, em uma perspectiva histórica, a produção social realizada de forma coletiva proporciona conquistas fundamentais para a humanidade. Marx observa que a produção e o uso massivo da ciência e da tecnologia são uma conquista, um dos resultados do trabalho e da produção realizado nesta perspectiva. Todavia, são produções sociais não direcionadas pela sociedade e pelos indivíduos em última instância, bem como, em grande medida, não se trata de uma produção usufruída socialmente. Pelo contrário, a força produtiva sob o domínio do capital, e esse tendo como finalidade única extrair e acumular mais-valia a partir do trabalho, faz com que os trabalhadores sejam subsumidos, sejam extenuados, bem como coloca a maior parte da sociedade em situação de pauperização, ou mesmo em situação de completa miséria.

A ciência e a tecnologia atuam de forma fundamental no processo de constituição do capitalismo, e também na sua reprodução. Em decorrência da utilização social da ciência e da tecnologia e do seu acesso ou não pelos trabalhadores, e por ser uma força produtiva e social construída a partir do trabalho realizado de forma coletiva, ao longo do transcurso histórico o capitalismo e os seus representantes passam a ter sob o seu domínio forças de intervenção na realidade cada vez mais amplas, sendo, inclusive, forças que se ampliam cumulativamente e também em saltos ao longo do transcurso histórico, de forma qualitativa e quantitativa – o que

pode ser verificado a partir da análise da realidade em diferentes períodos históricos. Portanto, a própria classe trabalhadora atua na construção dos elementos de sua própria subjugação, conforme, inclusive, foi evidenciado por Marx (2015a).

Cabe apontar que não haveria capitalismo sem essa transformação social, produtiva e também científica e tecnológica – o capitalismo é uma forma histórica renovada e aperfeiçoada de domínio e de subjugação do ser humano pelo ser humano. A transformação social, produtiva, científica e tecnológica tem função primordial nesse processo e transcurso histórico.

Ademais, a desigualdade social, a qual também é composta pelo desigual acesso aos conhecimentos, atua como uma prática social – logo, também como uma categoria fundamental para a compreensão da realidade –, que é basilar para a reprodução do capitalismo, em diversos sentidos, inclusive para o enfraquecimento dos trabalhadores como classe social e para a constituição do próprio capitalismo como uma ampla força social. Da mesma forma, para que as mercadorias assumam a sua função na sociedade capitalista, ou seja, a de mediar a extração e a acumulação de valores pelo capitalista, é questão fundamental que esteja amplamente consolidada a divisão do trabalho e a desigualdade social e de acesso aos conhecimentos socialmente produzidos.

Outro aspecto relevante nesse processo de constituição do capitalismo, que ocorre praticamente de forma simultânea à produção e a utilização da ciência e da tecnologia, é que, por um lado, uma parcela do trabalho realizado pelos indivíduos em sociedade se torna um trabalho cada vez mais complexo, ultrapassando uma barreira em que, anteriormente, a atividade produtiva, o trabalho, era imediatamente mais perceptível ao trabalhador, compreendido facilmente pelos sentidos, uma atividade imediatamente sensível, para se tornar, com a transformação histórico-social, um trabalho que demanda a realização de ampla mediação entre os seres humanos, de transmissão de conhecimentos, e também necessita de ampla mediação tecnológica para ser produzido; trata-se de um trabalho carregado de conhecimentos científicos. Todavia, esse mesmo movimento, por outro lado, direcionou grande parte da sociedade a realizar trabalhos estritamente operacionais, de caráter mecânico, esvaziados de sentido muitas vezes, trabalhos que praticamente não demandam nenhum aprendizado prévio para serem realizados¹¹⁰.

¹¹⁰ Poder-se-ia sistematizar essa reflexão da seguinte forma: o trabalho individual se torna cada vez mais parcelado, portanto também cada vez mais coletivo; é verdade que uma parte desse coletivo executará uma parcela mais complexa do trabalho (mais abstrata, mais cerebral digamos, na medida em que incorpore mais

Trata-se de contexto já característico da produção realizada no período manufatureiro, sendo posteriormente aperfeiçoado na grande indústria, conforme é adequadamente apresentado por Marx, em *O Capital*. Essa constituição social permeia também a realidade coetânea, assim como as atuais formas de trabalho e as possibilidades de acesso à educação escolar. Cabe evidenciar: são elementos constituintes da sociedade capitalista, por isso tão presentes na realidade social atual, sendo que a extrema desigualdade social, de trabalho e de acesso aos conhecimentos, assim como o acesso a quais conhecimentos, são estruturantes do capitalismo.

Para Marx, a força produtiva, permeada pela ciência e pela tecnologia, assim como a própria ciência e a tecnologia em outros âmbitos, são todas forças sociais. Todavia, em grande medida, são forças sociais a serviço do capitalismo, sob o domínio do capitalismo, e utilizadas para a reprodução da realidade social, bem como para a constituição de realidades sociais que, cada vez mais, em uma perspectiva histórica, atendam aos interesses hegemônicos ligados ao capital. Para Marx (2011a), a força produtiva na forma de maquinaria não é algo ocasional; é antes a forma mais adequada do capital fixo, utilizada para reduzir a dependência que o capitalista tem dos trabalhadores, sendo constituída uma produção relativamente independente dos trabalhadores individuais, assim como é uma forma de tensionar ao aumento do acúmulo da mais-valia através da subsunção real do trabalhador e da sua pauperização, de forma direta e indireta. Através da tecnologia em uso no capitalismo avançado, conforme assim podemos designar, o capital ossifica e se apropria do trabalho antes realizado pelo trabalhador, bem como esse trabalho ossificado, que atua em grande medida por si só, passa a controlar e a subsumir o próprio trabalhador.

Marx destaca, inclusive, que, para a maior parte dos trabalhadores na sociedade capitalista, não é adequado compreender a tecnologia em uso como meio de trabalho, tendo em vista que o trabalhador não se utiliza mais dessa como um meio para produzir; antes, é a própria tecnologia, quando está a serviço do capital, que se utiliza do trabalhador, atuando como uma força produtiva relativamente autônoma, assim como o capital se utiliza do trabalhador como meio para a geração e a apropriação de valores.

elementos abstratos de ciência e da tecnologia); porém, dada a parcelização/fragmentação do trabalho, agora não mais individual, em sua completude, mais coletivo, então, para outra parcela significativa da força de trabalho, corresponderá a um trabalho mais simples, de caráter quase que apenas muscular. Assim, dialeticamente a realidade do trabalho sob o capitalismo científico-tecnológico pode ser compreendida pela unidade destes pares antitéticos: simples versus complexo, coletivo versus individual, cerebral versus muscular.

A ciência e a tecnologia, quando estão a serviço do capital, quando colocadas em movimento para a reprodução do capital, podem ser consideradas, inclusive, capital em si e para si – sendo o “para si” capital. Marx expõe com muita ênfase que a força produtiva na sociedade capitalista, assim como a ciência e a tecnologia presentes na sociedade de maneira ampla, são meios de materialização do capitalismo e, portanto, assim atuam, com todas as consequências daí inerentes. Portanto, se constituem e atuam como capital em movimento¹¹¹.

Aspecto relevante a ser destacado é que os capitalistas atuam com intencionalidade na subjugação e no tensionamento máximo dos trabalhadores, visando à extração de mais-valia. A ciência e a tecnologia participam de forma umbilical desse processo, dentre outros aspectos, viabilizando a geração de mais-valia relativa, e também na subsunção do trabalhador à realidade produtiva. Todavia, além da intencionalidade dos capitalistas, verifica-se uma imbricada relação entre os capitalistas, que imprime a atuação desses para além das suas intencionalidades individuais, e que os direciona à utilização da ciência e da tecnologia como elementos de subsunção e de tensionamento máximo dos trabalhadores, diga-se, da exploração dos trabalhadores. Para melhor compreensão desta questão, cita-se, por exemplo, que a mais-valia é definida socialmente, da mesma forma, a extensão da produção, a intensidade do trabalho, e também os inúmeros componentes que atuam na subsunção real dos trabalhadores. Nesse contexto, os trabalhadores, ao perderem totalmente o controle coletivo do direcionamento da sociedade e das suas atuações individuais e coletivas, entram numa relação social que ocorre entre os próprios trabalhadores e entre esses e os capitalistas, que se apresenta como uma espécie de relação natural – em especial por naturalizar determinada relação social que visa atender interesses específicos –, em que as forças sociais existentes, ao serem constituídas e ao estarem a serviço de uma realidade social capitalista, atuam constantemente, tensionando e subjugando os trabalhadores.

Identifica-se ainda que os meios de produção transformados ao longo do tempo e a ciência e a tecnologia utilizadas de diversas formas na sociedade não são apenas formas renovadas de transformar a realidade, de produzir valores de uso, mas são, também, elementos

¹¹¹ Esta forma de apreender a realidade lembra uma passagem de Marx presente no *Grundrisse*, em que o autor menciona que “o que era atividade do trabalhador vivo devém atividade da máquina. Assim, a apropriação do trabalho pelo capital, o capital absorvendo em si o trabalho vivo, se apresenta ante o trabalhador de maneira cruamente perceptível – “como se tivesse amor no corpo”” (MARX, 2011a, p. 587). (Entre aspas Marx cita uma passagem de Johann Wolfgang von Goethe, da obra *Fausto: uma tragédia*). Assim, pelos meios de produção e pela ciência e pela tecnologia, o capitalismo se faz força em movimento; em analogia e metaforicamente, se faz força viva.

de constituição e de reprodução do capitalismo de forma aperfeiçoada, atendendo aos interesses dos capitalistas, bem como tornam-se, igualmente, forças renovadas do capitalismo.

Utilizando-se de analogia feita por Marx (2013a) e buscando realizar uma leitura mais ampla da realidade, verifica-se que a sociedade contemporânea constrói os seus órgãos sociais e renova-os constantemente, em decorrência de sua capacidade de transformar a realidade. Esses órgãos sociais são a ciência e a tecnologia, a capacidade de produção social e coletiva, o arcabouço formativo dos indivíduos em sociedade, o modo como os indivíduos compreendem a realidade, como a sociedade está organizada, dentre outros elementos possíveis. Esses elementos sociais são postos a reproduzir e a direcionar esse corpo social como um todo e, da mesma forma, a transformá-lo. Cabe lembrar, em uma perspectiva histórica, por exemplo, que a descoberta de novas formas de energia e de novas forças motrizes contribuiu, de forma fundamental, para a aglomeração urbana, para a ampliação da produção e para formar uma estrutura de produção cada vez menos dependente dos trabalhadores individuais, formando, portanto, uma realidade produtiva que se descolou desses trabalhadores, ao ser constituída uma força produtiva de caráter social. Por sua vez são, em grande medida, órgãos sociais a serviço de grupos que detêm uma situação hegemônica na sociedade.

À cada novo órgão social, formado por um conjunto de elementos presentes na sociedade – que estão realizando constantes interligações entre si, que estão em movimento – tem-se uma transformação constitutiva na sociedade, gerando, em analogia, outro corpo social.

Cabe observar também que a ciência e a tecnologia, na sua relação com a realidade capitalista, atuam de forma significativa na constituição das consciências coletivas de diversas maneiras, tais como: pelo acesso ou pelo não acesso aos conhecimentos científicos produzidos socialmente; pela produção histórico-social desses conhecimentos e as suas intencionalidades, e também pelos seus usos; pela ciência e a tecnologia fazerem parte, efetivamente, de forma constitutiva, de relações produtivas que alienam os trabalhadores; pela ciência e a tecnologia comporem, de forma estrutural, uma realidade dada, que, para a maior parte da sociedade, é a única conhecida, a única visualizada como possível; e também pelo fetichismo em relação às mercadorias e aos valores de uso produzidos de forma socializada – as riquezas histórico-sociais produzidas –, pelo fato de que, geralmente, não existe a compreensão de que essas riquezas são produzidas de forma coletiva pela sociedade, e também por não haver a compreensão dos elementos científicos e tecnológicos envolvidos, gerando leituras de

espanto, de assombro ou de admiração sobre a realidade, e também de conformação a essa realidade muitas vezes grandiosa.

Por sua vez, para Marx, a ciência e a tecnologia seriam elementos importantes para o revolucionamento da sociedade? Trata-se de algo fundamental para o autor. Ele evidencia que, ao serem formados novos órgãos sociais, tem-se uma transformação profunda na sociedade, uma transformação que não cabe nos limites do capital, em que os capitalistas perdem o controle dessa forma de sociedade. Perda de controle que ocorre pelas contradições sociais geradas, por um lado, pela potencialidade expansiva dessas novas forças produtivas e sociais e, por outro lado, pelas impossibilidades surgidas em decorrência de essas forças estarem em confronto com o seu uso restrito e os seus benefícios concentrados nas mãos dos capitalistas. Marx, no *Grundrisse*, e também Marx e Engels, no *Manifesto do partido comunista*, mencionam que os capitalistas invocam todas as forças da natureza através da ciência, transformando a realidade social e a colocando a seu serviço, todavia perdem o controle dessa realidade, desse corpo social.

Outro ponto fundamental para Marx é que a transformação da realidade material e da vida em sociedade geram novas possibilidades na direção da construção de uma sociedade profundamente transformada, em que o indivíduo tenha liberdade e possa viver a essência humana. A liberdade do ser humano em relação aos desígnios biológicos só pode ocorrer a partir da transformação e das conquistas histórico-sociais – o reino da liberdade, possível em face da expansão da produção social pelas novas forças produtivas, que poderia retirar o gênero humano do reino da necessidade, é aprisionada pelas relações sociais capitalistas de produção, diz Marx. Ou seja, para o autor, o capitalismo teve uma função histórica importante, que é ser a potencializadora e atuar de forma estruturante na construção de uma realidade social profundamente transformada, de novas possibilidades.

Evidencia-se: nestes dois últimos parágrafos, foram trazidas leituras de Marx e também de Engels. Compreende-se, a partir desta tese, que estes elementos são determinantes, suscitam contradições sociais e são propulsores para uma nova sociedade. Entretanto, evidencia-se também, a partir deste estudo, que a revolução que transformará profundamente a sociedade atual deverá ser resultante, em grande parte, de um processo educativo de apreensão da realidade posta, de constituição de necessidades, e da visualização de forma teleológica da possibilidade de construção de uma nova realidade social. Ademais, esse processo educativo deve se sobrepor ao processo constitutivo dos trabalhadores realizado pelo capital, destinado à conformação da classe trabalhadora e à reprodução da realidade social posta; evidencia-se, processo educativo a ser realizado pelos próprios trabalhadores, e que

pode ser implementado em diversos contextos, tais como na escola, nos movimentos sociais, nos sindicatos, nos partidos políticos, dentre outros.

Verifica-se, ainda, que, em inúmeros textos, Marx e também Engels se mostram bastante otimistas em relação à função histórica da transformação social gerada pela sociedade capitalista, e também com as contradições dessa sociedade, ao compreenderem que se trata, assim pode-se dizer, de elementos propulsores de um processo de revolucionamento social¹¹². Talvez até mesmo tenha sido um otimismo demasiado, decorrente de uma leitura da realidade vivida pelos autores em que pululavam revoluções, e também de análises da realidade decorrentes de uma trajetória histórica não tão abrangente/extensa do capitalismo – como a possível de ser feita na realidade atual – em que se visualiza a capacidade de adaptação do capitalismo às crises que ele próprio gera como modo produtivo e social, bem como se visualiza novas configurações e formas renovadas de extração de mais-valia e de subjugação dos trabalhadores, e, ainda, a relevante capacidade do capitalismo de atuar efetivamente na formação das consciências coletivas, no processo de constituição dos trabalhadores aos seus interesses. Isso em detrimento do que propôs Marx e também Engels, que visualizavam a realidade degradante muitas vezes como suscitadora de uma eminente explosão social de caráter revolucionário.

Se por um lado Marx e também Engels possuíam um certo otimismo, uma compreensão positiva de que a realidade material poderia suscitar o revolucionamento da sociedade, também é preciso ter o cuidado para não se deixar levar pelo entendimento fácil de que possuíam uma compreensão determinista do materialismo histórico-social e das suas transformações. É preciso ressaltar que se verifica, a partir da análise do conjunto das obras destes autores, que esses possuíam uma clara compreensão de que é o ser humano que transforma a realidade, de que os seres humanos são constituídos pelos seres humanos e pela realidade histórico-social, e de que os trabalhadores precisavam compreender a realidade de forma mais concreta, para, assim, terem condições de realizar uma profunda transformação da sociedade. Trata-se de algo que não se compreende se não for feita uma leitura conjunta dos inúmeros textos de Marx e também de Engels, bem como se não houver uma compreensão adequada da dialética presente nas análises realizadas pelos autores. Quando mencionam, em diversos textos, por exemplo, que a realidade material é a formadora das consciências, e não o

¹¹² Dentre os textos a que nos referimos, cita-se, por exemplo, o *Manifesto do partido Comunista* (MARX; ENGELS, 2010) e *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2007).

inverso, não quer dizer, em absoluto, que não seja o ser humano histórico-social o responsável por construir a realidade social e, em decorrência, por transformar essa realidade.

Ao se analisar a obra de Marx e ao se afirmar que o autor não tinha uma leitura determinista da realidade – inúmeros exemplos da sua intervenção na realidade demonstram isso –, não quer dizer, também, que, em determinados textos, o autor não tenha sobrevalorizado a realidade material e histórica como a transformadora da própria realidade e também dos indivíduos, criando, inclusive, uma cisão na dialética que deveria expressar a realidade na sua complexidade.

Trata-se de uma cisão na dialética porque estas proposições teóricas, ao sobrevalorizarem a influência da realidade social contraditória e degradante na transformação da própria sociedade e também na constituição dos indivíduos, e, ao não se concretizarem historicamente, expressam a existência de uma ruptura no movimento da realidade – presente nas elaborações teóricas que atuam justamente como representações da realidade.

Em decorrência, a partir destes textos, foi reduzida a importância da intervenção intencional e organizada dos indivíduos na transformação da realidade, assim como distancia da proposição de revolução social a importância da prática educativa como um importante elemento de transformação da realidade, questões que são verificadas como imprescindíveis. Avançar-se-á nesta discussão mais à frente.

Permanecendo ainda na discussão sobre a ciência e a tecnologia, cabe ressaltar que Marx tem um apreço especial por ambas, pelo seu significado social; todavia, é importante ressaltar que o autor deseja outra ciência, diversa da que é produzida pela sociedade capitalista e também utilizada por quem a acessa para compreender a realidade. Tanto que o autor atuou na construção de uma concepção epistemológica e metodológica que possibilitasse uma compreensão concreta da realidade – atuou na elaboração de outra ciência. Para o autor, a ciência produzida na sociedade capitalista, ou pela sociedade capitalista, quando direcionada à compreensão da realidade social e da vida humana, estrutura-se em um materialismo abstrato, que não possibilita a compreensão da realidade na sua complexidade. Da mesma forma, ao desejar o revolucionamento social, o autor também esperava o uso diverso dos conhecimentos já obtidos sobre a natureza e o uso transformado da tecnologia, gerando possibilidades diversas para os indivíduos em relação às conquistas históricas disponíveis socialmente. Trata-se de aspectos fundamentais quando se relaciona a ciência e a tecnologia com a prática educacional e com proposições de transformação da realidade social.

A partir do percurso de análise realizado neste momento da síntese, evidencia-se a relevância da participação da força produtiva transformada ao longo do tempo, e também da

ciência e da tecnologia, como constitutivas e como reprodutoras do capitalismo; da mesma forma, verifica-se que essas atuam de forma significativa em uma específica constituição dos indivíduos, que visa atender aos interesses dessa mesma forma de sociedade.

Na sequência, no terceiro momento desta síntese, buscam-se novas aproximações que expressem a importância da compreensão da realidade de forma concreta como um elemento fundamental para a profunda transformação social.

Novas aproximações à realidade: a apreensão da realidade concebendo-se no movimento da realidade

Frente aos elementos teóricos que vêm sendo apresentados, faz-se a defesa da compreensão da realidade de forma concreta, ou em um maior nível de concretude, como um elemento fundamental para a transformação social.

Todavia, como falar em transformação da realidade a partir da atuação dos indivíduos em sociedade, sendo que muitos dos autores ligados ao materialismo histórico e dialético, inclusive Marx, demonstram que esses se constituem a partir das circunstâncias histórico-sociais? Trata-se de questão que precisa ser gradativamente respondida nesta síntese, a partir do que foi produzido nesta tese.

No texto conhecido como as *Onze teses sobre Feuerbach*, escritas por Marx (2007, p. 533-535), o autor destaca justamente esta questão na tese três. Nesta tese, Marx lembra que o educador também precisa ser educado, que esse também precisa ser transformado, como se o autor questionasse: quem irá educar, quem irá transformar o educador, para que esse transforme os demais indivíduos e contribua para a transformação da sociedade? Porém, na mesma tese, em uma perspectiva dialética, o autor destaca que as circunstâncias são também modificadas pelos seres humanos. Marx está demonstrando dois aspectos importantes: primeiro, a importância de não se compreender a escola de forma idealista, como um espaço quase supra-humano de redenção dos males da sociedade; segundo, que tanto a transformação da realidade quanto a atuação transformadora da escola só ocorrem a partir da atuação dos indivíduos e da atuação coletiva desses visando justamente a transformação da realidade; só ocorre, portanto, a partir do tensionamento da realidade. Da mesma forma, lembra o autor que a coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atuação humana para transformá-las é um processo revolucionário. Portanto, em um processo revolucionário, pulula um processo

educativo, sendo que, ao mesmo tempo em que a realidade é tensionada visando a sua transformação, os indivíduos também se transformam ou também são transformados, no mesmo contexto em que outra realidade é construída. Conforme o autor menciona na referida tese, trata-se de um processo de “auto-modificação humana” (MARX, 2007, p. 534).

Marx demonstra que a realidade social e a constituição dos indivíduos estão em constante disputa e, portanto, que a realidade que se deseja precisa ser disputada, transformada, construída. Demonstra o autor, de outra forma, que a realidade humana é fruto da autoprodução dos seres humanos. Não se está falando de algo idealista, mas da atuação intencional e organizada da classe trabalhadora, atuando na transformação da realidade posta com vistas à construção de um projeto de sociedade desejado.

Porém, essa autoprodução humana se defronta, se faz, justamente com o ser humano histórico-social, que atua na objetivação da realidade a partir do que lhe foi legado socialmente, e também se objetiva a partir dessa realidade, portanto, no contexto social em que está inserido, na classe social que lhe foi determinada. Cabe evidenciar que se trata de constituição humana que se faz em uma sociedade que possui como lastros principais a desigualdade social e a alienação do trabalho e da vida humana.

Especificando ainda mais, verifica-se que o ser humano se constitui, se humaniza, a partir dos produtos que acessa, a partir dos instrumentos e das forças e relações produtivas com que se relaciona e que estão vívidas em sociedade. Também compõem a constituição do ser humano histórico-social a formação de necessidades e também a não formação de determinadas necessidades.

Em última instância, o ser humano tem se constituído, em grande medida, pela reprodução do que é o gênero humano na sociedade em curso, gênero humano esse que, por um lado, é a expressão do potencial humano, e por outro, a expressão da degradação humana. Trata-se de gênero humano constituído historicamente, na sua maior parte, para que o próprio ser humano não compreenda o outro como ser humano, bem como não tendo como premissa a construção da necessidade de que o outro ser humano deva ter uma vida plena.

Portanto, o desafio de transformar profundamente a realidade se depara com uma sociedade altamente reprodutora da realidade e constitutiva de indivíduos à semelhança dessa própria realidade e, mais especificamente, constituída para atender aos interesses dos grupos hegemônicos.

Estes elementos evidenciam o papel relativo das contradições sociais e da degradação humana como geradora, por si só, do revolucionamento social e da constituição de outra sociedade. Ou, mais especificamente, verifica-se que as contradições sociais e a

degradação humana devem ser compreendidas na justa medida às contribuições que realmente exercem para a transformação social. Verifica-se, em especial, que devem ser compreendidas primeiramente como determinantes e como potencializadoras das transformações sociais. É também a base material e objetiva com que o ser humano se defronta, podendo atuar de forma transformadora.

Por sua vez, cabe observar que a construção da liberdade, a essência humana, a própria constituição humana que se realizou ao longo de milênios, observadas como sínteses do potencial de transformação da realidade e da vida humana, possuem a consciência como um dos elementos principais da vida humana em sociedade. A consciência é um elo objetivo na transformação da vida humana, que também se transforma objetivamente, justamente pela realidade material e suas possibilidades/potencialidades constitutivas do ser humano, pela intervenção humana na realidade e pela possibilidade de constituição do ser humano pelo próprio ser humano, ou seja, pela atividade educativa. Portanto, frente aos desafios suscitados para a autoprodução humana direcionada à profunda transformação da sociedade capitalista, se evidencia que a consciência dos indivíduos é um elemento fundamental a se intervir, com vistas à transformação da realidade social.

Os últimos aspectos apresentados, ou seja, os desafios para a transformação da realidade atual em decorrência da sociedade capitalista atuar em toda a sua expressão na constituição do ser humano aos seus interesses, aos interesses hegemônicos, e como outro aspecto a consciência humana sendo um dos elos fundamentais que participa da transformação do ser humano e da realidade humana, evidenciam que atuar pela apreensão da realidade e também de determinada realidade pelos indivíduos é um dos caminhos fundamentais para a profunda transformação social, tendo em vista implicar na constituição de outro ser humano, diverso daquele constituído pelo capital.

Cabe evidenciar ainda que inúmeros autores que compõem a linha teórica do materialismo histórico e dialético, a exemplo de Marx, Gramsci, Vigotski e Leontiev, especificam que o ser humano se constitui justamente pela atuação do ser humano – em sentido amplo – e pelas relações que realiza com a realidade, construindo, reproduzindo e também transformando o caráter humano, ao mesmo tempo em que se constitui.

Destaca Marx (2015a) que o ser humano, mesmo produzindo cientificamente sozinho, o faz como humano, o faz em sociedade e para a sociedade; da mesma forma, lembra o autor que o ser humano pensa, subjetiva a realidade, a partir de um idioma constituído de forma histórico-social, e ainda que os sentidos humanos são eminentemente construções sociais, que um olho que consegue apreciar a arte, um ouvido preparado para apreciar a beleza

da música, são todas construções sociais, humanas. Demonstra o autor, desta forma, que o caráter humano é construído de forma inteiramente social. A sociedade e o ser humano estão em movimento, estão em construção – o caráter humano é transmitido entre gerações, e nas relações concretas é reproduzido e também é transformado a cada geração, logo, também está continuamente em disputa.

Todos os elementos humanos citados no parágrafo anterior, dentre inúmeros outros, todo o caráter humano, portanto, é produzido socialmente, e precisa ser apreendido pelo ser humano. Nesta perspectiva, cabe especificar que compõe a atuação constitutiva do ser humano um dos aspectos mais elementares que caracterizam a humanidade e que marcam o seu caráter essencialíssimo, que é a necessidade de educar o outro e de transmitir o elemento humano entre as gerações, formando o elo da história humana. Leontiev explicita esta questão, mencionando que: “[...] a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através dos outros homens. [...]. Pela sua função, este processo é, portanto, um processo de educação” (LEONTIEV, 2004, p. 290).

Especificando ainda mais os elementos em discussão, cabe destacar que a linguagem é um dos aspectos fundamentais da produção da consciência humana, da constituição do ser humano, logo, da transmissão da realidade entre os seres humanos tal como ela existe, como ela é imaginada/percebida, ou reivindicada – portanto, trata-se de elemento fundamental do processo de educação e da constituição do ser humano. É através da linguagem que o ser humano aprende a realidade através das mediações e interações que realizada, e aprende também a si mesmo perante a realidade; no processo de formação da consciência, é em parte através da linguagem que o ser humano aprende a discernir de si mesmo os objetos, a produção humana e a realidade de maneira geral, compreendendo esses elementos como produções histórico-sociais que não fazem parte do seu ser, bem como se constitui como humano nesse processo. Marx e Engels lembram que “a linguagem é tão antiga quanto a consciência [...] a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34-35). Ao se abordar a importância da linguagem, evidencia-se mais uma vez que o ser humano é construído de forma histórica e social, e que a constituição do outro, que a constituição das novas gerações, é um elemento imprescindível da própria produção do caráter humano.

A prática educativa, ou, mais especificamente, em outros termos, a disputa pela constituição do ser humano e a sua efetiva constituição, está sendo realizada a todo instante em sociedade, seja no contexto escolar, no âmbito do trabalho, realizada pelos meios de comunicação, pelas diversas e plurais instituições existentes na sociedade, a exemplo dos

sindicatos, dos partidos políticos, das igrejas, dentre outros espaços e formas de disputa pela constituição do ser humano. Em imediata relação, Marx e Engels (2007, p. 35) especificam que a consciência “[...] é um produto social e continuará sendo enquanto existirem os homens” (grifos meus), evidenciando os autores que a consciência se constrói pela atuação do ser humano em sociedade.

A partir dos elementos de análise que vão sendo tecidos, verifica-se a imprescindibilidade da educação na constituição do ser humano, logo, na constituição de seres humanos transformados, e também para o alcance de uma sociedade profundamente transformada. Todavia, verifica-se que não é qualquer educação, qualquer constituição humana que contribui, de forma mais efetiva, para a transformação da sociedade.

Reivindica-se uma educação que possibilite a compreensão da realidade na sua concretude. Esta forma de apreensão da realidade, ao envolver a apreensão subjetiva da realidade sócio-histórica na sua integralidade e universalidade, e em toda a sua expressão, a partir do seu movimento constituinte, e também ao possibilitar captar as contradições inerentes à realidade social, suscita capacidades e possibilidades para os indivíduos que compõem a classe trabalhadora; ademais, suscita a possibilidade de ruptura da classe trabalhadora com a sociedade posta, tendo em vista justamente desvelar essa realidade, as suas limitações e as formas de degradação da vida humana.

Marx, ao longo de toda a sua trajetória de pesquisa, de produção teórica e de intervenção na realidade, busca a compreensão da realidade de forma concreta, e também constrói uma abordagem epistemológica e metodológica nesta direção. Trata-se de algo que já se identifica no momento em que o autor escreve o que foi chamado, à época, de tese de doutorado (MARX, 2018), perpassando pela formulação dos elementos epistemológicos e metodológicos do materialismo histórico e dialético (que também já começam a ser elaborados ainda de forma inicial na sua tese de doutorado) e se consolida no esforço de compreensão da sociedade capitalista de forma científica, como forma de os trabalhadores terem subsídios para compreenderem e transformarem essa realidade.

A apreensão da constituição humana e dos elementos que dela participam, constituídos de forma histórico-social, assim como a apreensão da realidade social posta, as suas contradições, as mazelas sociais, os interesses dos grupos hegemônicos, e também o desvelamento dos falseamentos da realidade constituintes dos indivíduos no atual tempo histórico, mostram-se elementos imprescindíveis para que se alcance uma sociedade em que o ser humano seja efetivamente livre e possa viver a essência humana. A adequada apreensão da realidade é fundamental para se alcançar uma vida livre e também o viver da essência

humana, bem como é elemento fundamental para se viver efetivamente essa forma de vida em uma sociedade já transformada.

Marx, e também Engels, em diferentes obras, reivindicam que os indivíduos vivam de fato as suas individualidades, de forma plena e livre, implicando também na maneira como cada indivíduo se relacionada com a sociedade e como o indivíduo, ele próprio, se concebe enquanto indivíduo (MARX; ENGELS, 2007), (MARX, 2015a). Viver a individualidade, na forma como foi proposto por Marx e também por Engels, requer uma adequada apreensão da realidade pelo ser humano, pelo indivíduo.

Viver a liberdade envolve uma dupla relação, ou seja, haver uma condição objetiva, material e social para isso, que propicie tal forma de vida; e também, conforme lembra Gramsci (1987), é preciso, ainda, a apreensão de que se pode viver a liberdade. Esse aspecto evidenciado pelo autor reforça a questão de que viver a liberdade é tanto uma condição material e social quanto uma adequada constituição humana, envolvendo, inclusive, a compreensão de que é possível viver a liberdade. Ademais, é preciso ter clareza de qual liberdade se deseja, portanto, qual a vida a ser vivida.

É necessário evidenciar que é componente da adequada condição objetiva, material e social para se viver a liberdade a própria apreensão da realidade pelos indivíduos. Verifica-se que viver com liberdade deve ser possível nos mais diversos âmbitos da vida, portanto, é fundamental também apreender os diversos âmbitos da realidade, para que essa forma de vida seja possível. Somente apreendendo a realidade humana historicamente construída, de forma mais ampla, em um maior nível de concretude, será possível aos indivíduos viverem a realidade, assim como se direcionarem efetivamente perante a realidade, e também participarem do direcionamento coletivo da sociedade.

Para viver efetivamente a liberdade, para viver uma vida plena, para viver a essência humana, compõe esse processo a apreensão da realidade; caso contrário, o indivíduo não apreenderá a realidade necessária para direcionar a si próprio, para se direcionar com liberdade em sociedade, em uma perspectiva de coletividade, de universalidade da vida humana em sociedade, bem como no que se refere ao direcionamento coletivo da sociedade, mesmo existindo uma realidade ideal de participação e de direcionamento coletivo da vida em sociedade – só se aproximará dessa realidade a partir de uma transformação profunda da sociedade atual, caso o indivíduo não compreenda a realidade em um maior nível de concretude, esse será direcionado pela compreensão de outro, estando subordinado ao outro portanto, podendo este, inclusive, ser um direcionamento individual da vida e também coletivo, que se faz a partir de falseamentos da realidade.

O que o indivíduo não conhece, ou, em última instância, aquilo que o indivíduo não escolhe para si, não existe para ele, apesar de continuar existindo na realidade. Um ser humano de uma sociedade tribal, por exemplo, que cultua determinado astro como um deus, terá essa realidade como verdadeira, porque ele não tem outra perspectiva de compreensão da realidade; ele não compreende, por exemplo, a existência dos corpos celestes (planetas, estrelas, asteroides, dentre outros). Da mesma forma, para um indivíduo que compreende que a pobreza e a desigualdade na sociedade capitalista é algo natural, e que o acúmulo de riqueza é fruto do esforço pessoal e de méritos próprios, essa compreensão será uma verdade para ele, mesmo não sendo uma verdade que se sustente a uma análise científica da realidade ou, mais especificamente, à compreensão da realidade na sua concretude. Trata-se de análise que também contribui para explicar a subsunção do ser humano à realidade capitalista, a sua exploração, a subjugação do ser humano pelo ser humano, ao ser essa a compreensão de mundo construída para os trabalhadores pelos grupos hegemônicos e, muitas vezes, a única a qual tiveram acesso.

Outro aspecto ainda a ser observado, conforme se verifica em Marx (2015a), é que o próprio processo de diferenciação do ser humano dos demais animais está ligado à atividade consciente do ser humano, ou seja, a atividade consciente do ser humano perante a realidade relaciona-se imediatamente ao processo de humanização; portanto, apreender subjetivamente a realidade faz parte do processo de humanização – diferentes apreensões da realidade implicam em seres humanos diversos, em humanizações diversas.

Observa-se, ainda, que apreender a realidade na sua concretude a partir da orientação teórica e prática legada pelo materialismo histórico e dialético implica em apreender a realidade material e objetiva em toda a sua expressão, todavia implica também em atuar de determinada forma perante a realidade e, de maneira relacionada, atuar na concepção e construção de outra sociedade possível. De forma imediatamente relacionada, também, se está realizando a intervenção na constituição de concepções de mundo, na constituição de valores e de uma ética – constituídas de forma histórico-social e que continuarão a ser transformadas ao longo do devir histórico.

Outro aspecto relevante ainda a ser observado é que, ao se constituir como ser humano, apreende-se ou não a refletir sobre a realidade, apreende-se a ter determinada capacidade de pensar de forma teleológica, a utilizar o potencial humano de forma criativa em maior ou menor medida. Todavia, dependendo da constituição humana realizada, todo o pensar e a atuação alcançam, limitam-se, a determinado espectro. Na sociedade capitalista constituem-se seres humanos limitados, restritos, tutelados. A educação hegemônica e, de

maneira mais abrangente, a constituição do ser humano realizada, ou que ocorre em todo o processo de vida na sociedade capitalista, assim como o próprio gênero humano constituído no atual tempo histórico, definem alcances para o pensamento humano e para a atuação teleológica dos indivíduos sobre o que é desejado socialmente e sobre o devir histórico, o que implica em limitações e possibilidades também em relação à atuação do ser humano em sociedade.

Markus (2015) lembra, por exemplo, que, ao elaborar o conceito de essência humana, Marx estava apreendendo/concebendo teoricamente a realidade existente, e também uma realidade possível, bem como realizando escolhas de forma prática, e, ao mesmo tempo, atuando/intervindo no caminhar em direção à construção de outra sociedade; estava, portanto, realizando a práxis revolucionária, práxis revolucionária que é construída socialmente.

Nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, Marx, ao abordar o “comunismo pensado” e a compreensão da realidade histórico-social, observa que se trata de um “[...] progresso real que tenhamos de antemão adquirido uma consciência, tanto da limitação como da meta do movimento histórico, e uma consciência que o ultrapassa” (MARX, 2015a, p. 401). (Grifos meus). Nesta mesma discussão, o autor destaca que, inicialmente, os “artesãos” comunistas se reuniam a partir da propaganda comunista e, posteriormente, a partir das conversas, dos diálogos políticos, da associação, se transformavam efetivamente, evidenciando o autor que “a fraternidade dos homens não é para eles nenhuma frase, mas verdade, e a nobreza da humanidade ilumina-nos [...]” (Ibidem, p. 402). Da mesma forma, Marx menciona que “[...] apropriam-se por esse fato de uma nova necessidade, a necessidade de sociedade [...]” (Ibidem, p. 401). (grifos meus).

Marx está evidenciando a importância de se construir seres humanos outros, que se apropriem de outras necessidades. Neste processo, é parte fundamental da transformação humana – em confrontação com a realidade posta – a visualização teleológica de que outra sociedade é possível – o que faz com que se queira chegar lá, agindo como um impulso transformador da realidade.

Ao mesmo tempo em que se desvela a realidade a partir da sua compreensão, se adquire autonomia e se atua na construção de uma sociedade diversa, antevista teleologicamente – assim como evidencia-se que a própria visualização de outra sociedade possível é um gerador de movimento, de atuação transformadora.

Da mesma forma, Marx, em *O Capital*, ao evidenciar o que distingue a pior abelha do melhor arquiteto, que é justamente a capacidade teleológica possível apenas a esse último, portanto, possível apenas ao ser humano, evidencia mais uma vez que a capacidade

teleológica é a expressão da autoprodução humana, sendo inerente ao movimento de transformação da realidade que se dá a partir da relação da consciência humana com a realidade sócio-histórica. Nesta perspectiva, também é componente basilar da construção de uma sociedade profundamente transformada, revolucionada.

Portanto, quando se fala em tensionar a realidade visando a sua transformação, o seu revolucionamento, é fundamental que se queira chegar a algum lugar, que se tenha antevisto na consciência uma sociedade diversa a ser buscada. Ademais, para que se torne algo vívido, transformador, além da visualização de outras possibilidades de sociedade, é relevante que a construção de uma sociedade diversa se torne efetivamente uma necessidade aos indivíduos. Trata-se de processo que envolve a realização de escolhas, porém também se faz necessário que existam possibilidades de escolha – tendo-se clareza, inclusive, que determinadas escolhas são realizadas apenas por seres humanos outros.

Na sequência, finaliza-se a realização deste caminho inverso com o quarto momento desta síntese, em que são relacionadas as discussões e análises em curso com proposições relevantes da Pedagogia Histórico-crítica. Avança-se também com a defesa da compreensão da realidade na sua concretude como um elemento fundamental para a profunda transformação social, bem como aprofunda-se a discussão sobre a complexa relação entre a realidade social ser a constituinte dos indivíduos e a atuação desses na transformação da própria realidade e também da constituição humana.

Relacionando as discussões teóricas em curso com a Pedagogia Histórico-crítica e a análise da realidade como a transformadora ou não dos indivíduos e da própria realidade

Verifica-se que a Pedagogia Histórico-crítica se inspira na Pedagogia Tradicional, pelo fato de esta última ser considerada uma pedagogia da essência.

Ocorre também a defesa de que o acesso dos trabalhadores aos conhecimentos científicos disponíveis socialmente, muitos dos quais a serviço da sociedade capitalista, é um elemento gerador de contradições nessa sociedade, podendo contribuir para que a classe trabalhadora tenha condições de transformar as suas realidades.

De forma imediatamente relacionada, verifica-se que a Pedagogia Histórico-crítica se apropria das teorias de Marx, que apontam que a ciência e a tecnologia gerariam forças

sociais muitas vezes monumentais, que escapariam ao controle dos capitalistas – em certa medida, nesta perspectiva, ocorre a defesa pela Pedagogia Histórico-crítica de que a apropriação pela classe trabalhadora do conhecimento posto é um fator de geração de contradições fundamentais para a efetivação da revolução social, bem como, tal qual Marx, ocorre a defesa do acesso dos trabalhadores à síntese dos conhecimentos produtivos contemporâneos.

A exemplo do que se defende nesta tese, em determinados momentos as proposições da Pedagogia Histórico-crítica direcionam-se à defesa do acesso à compreensão da realidade de forma concreta pelos trabalhadores, já em outros momentos se distanciam desta proposta, ou aparentemente se distanciam, não tendo este foco em decorrência de outras proposições.

Poder-se-ia arriscar a concluir que, em período mais recente, a defesa de acesso dos trabalhadores à compreensão da realidade de forma concreta tenha se tornado uma tônica mais presente, tendo em vista os inúmeros elementos citados no tópico 4.5 do capítulo anterior, que caminham nesta direção. Todavia, também é problemático fazer esta afirmação em decorrência da defesa concomitante do acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos significativamente atrelados ao capital, à valorização do acesso aos conhecimentos que atendem aos grupos hegemônicos – ao ser dado ênfase pelos autores na perspectiva contraditória da educação voltada para a reprodução da realidade, ao reivindicarem, em especial, o seu acesso de forma igualitária.

Verifica-se que a defesa da compreensão da realidade de forma concreta se torna mais presente quando se observa, de forma conjunta, a reivindicação que os autores fazem do acesso aos conhecimentos científicos, da filosofia, e da arte – e ainda quando se analisa as obras constitutivas desta pedagogia no seu conjunto e nas suas entrelinhas. Todavia, em grande medida, não se verifica a defesa pelos autores da compreensão da realidade na sua concretude como a síntese destes elementos e como a essência norteadora da concepção educacional colocada em curso. Ou, então, se tal proposta é o elemento norteador desta pedagogia, pode ser que esse direcionamento não esteja sendo adequadamente apreendido pela sociedade.

Cabe evidenciar que os autores que atuam no âmbito da Pedagogia Histórico-crítica também visualizam a necessidade de desvincular dos conhecimentos produzidos historicamente, os interesses hegemônicos, alinhados ao capital – de realizar, portanto, a crítica à ideologia burguesa –, como pode ser visto em Saviani (2013b). Esse posicionamento evidencia a preocupação dos autores em relação ao conhecimento posto historicamente; ademais, revela toda a tensão existente, com que se defrontam aqueles que buscam uma

sociedade profundamente transformada, ao intervirem na realidade humana historicamente construída, precisando apreendê-la e também transformá-la.

A partir dos elementos que vem sendo apresentados, evidencia-se, nesta tese, que defender a compreensão da realidade na sua concretude é atuar na construção e na transmissão de conhecimentos inerentes a outra epistemologia, bem como destaca-se que essa forma de conhecimento remete inclusive à outra gnosiologia – ao comparar-se à forma de apreensão da materialidade e da objetividade social utilizada pela ciência de caráter mais hegemônico. Além disso, avançamos nesta questão evidenciando a necessidade de construção de outra gnosiologia ainda, para além da compreensão da realidade posta na sua concretude; portanto, evidenciamos a necessidade de serem produzidos conhecimentos outros, que atendam a outra sociedade, profundamente transformada.

A compreensão do conhecimento posto, do conhecimento que atende ao capital, ou, ainda, de forma mais abrangente, a compreensão do conhecimento disponível no atual tempo histórico, é sim importante, não se desconsidera isso – até mesmo para se ter condições de criticar o existente é preciso conhecê-lo –, porém não se deve parar neste ponto.

Verifica-se, de forma bastante nítida, que o conhecimento é histórico-social, que atende a interesses e também é transitório – pelo menos uma parte relevante do conhecimento produzido socialmente. Considera-se pertinente trazer exemplos desta afirmação: no âmbito dos estudos da área da economia, e também da educação, são fartos os exemplos de conhecimentos produzidos pelos prepostos do capital e que estão amplamente distantes de buscarem a compreensão da realidade tal como ela é, ou, ainda, de produzir um conhecimento que vise a construção de uma sociedade melhor, transformada, e que atenda a todos os que participam dessa sociedade. Trata-se antes, muitas vezes, de falseamentos da realidade, que se utilizam de um pseudorrespaldo social ao ser denominado tal conhecimento como ciência.

Da mesma forma, no âmbito da agricultura, é bastante nítida a historicidade, o atendimento de interesses hegemônicos e também a transitoriedade do conhecimento produzido. Grande parte da produção científica e tecnológica no âmbito da agricultura é a expressão dessa sociedade, desse tempo histórico. O uso de agrotóxicos, de plantas geneticamente modificadas, a adubação química, a criação de sementes modificadas geneticamente e conhecidas, por exemplo, como *terminator* – sementes que criam descendentes estéreis de forma intencional, que não nascem em um segundo ciclo produtivo, precisando ser novamente compradas dos detentores desse conhecimento e capacidade produtiva –, de tão escandaloso o seu uso e pelo perigo que representam essas sementes, são proibidas no Brasil, porém de tempos em tempos surgem fortes pressões junto ao congresso

nacional para que o uso dessas sementes seja aprovado – demonstram, de forma bastante explícita, as questões aqui analisadas.

Outro exemplo de conhecimentos produzidos para o atendimento da sociedade capitalista pode ser observado na área da Administração das organizações. Trata-se de um contexto fértil nesse sentido, ao produzir conhecimentos, por exemplo, voltados para a organização dos trabalhadores no âmbito da produção capitalista, para o controle dos trabalhadores, para gerar formas diversas de motivação frente a um contexto produtivo alienado, bem como conhecimentos direcionados também à intensificação da produção, visando ampliar a extração de mais-valia. Se determinados conhecimentos desta área permanecerem úteis em uma sociedade profundamente transformada, por outro lado muitos conhecimentos se tornarão obsoletos, até porque se observa que são conhecimentos usados para conformar, para subjugar e para extrair o máximo de mais-valia.

A atuação de Marx, tanto como pesquisador, que se utilizou dos conhecimentos postos na sociedade (na área da Economia Política e também os conhecimentos disponíveis em muitas outras áreas), quanto em relação ao seu legado, criando e demonstrando a importância de outra epistemologia e de outra gnosiologia, é muito pertinente para demonstrar a importância do enfrentamento do conhecimento disponível no atual tempo histórico, e também para demonstrar a limitação e a transitoriedade desse conhecimento. Marx poderia ter transmitido os conhecimentos de Smith e de Ricardo, assim como os conhecimentos produzidos por tantos outros autores por ele consultados, como conhecimentos corretos e acabados, como a verdade explicativa da realidade – conhecimentos muitas vezes significativamente alinhados aos interesses do capital. Todavia, o autor se apropriou de determinados conhecimentos, refutou outros, e avançou na transformação da ciência e na construção de outro conhecimento, na construção de outra gnosiologia – o autor atuou na compreensão da realidade na sua concretude.

Para além da compreensão da realidade na sua concretude, uma segunda instância de defesa, conforme assim se pode denominar, é a necessidade de supressão dos conhecimentos existentes – o que também está imediatamente ligado à compreensão da realidade de forma concreta – e também, nesta segunda instância, verifica-se ainda a necessidade de produção de conhecimentos novos, de conhecimentos outros.

Mencionou-se anteriormente, por exemplo, que muitos conhecimentos da área da administração são transitórios e que se tornarão obsoletos em uma sociedade profundamente transformada, e outros conhecimentos permanecerão úteis. O planejamento é uma das temáticas muito estudadas nas graduações de Administração. É um conhecimento

significativamente alinhado aos interesses dos capitalistas e, portanto, também moldado para o atendimento desses interesses. Isso não significa que em uma sociedade transformada não será necessário o planejamento, tanto por ser um conhecimento fundamental para a sociedade se direcionar de forma conjunta quanto pela importância do planejamento individual. Ademais, o planejamento é inerente à capacidade humana de antecipar, de prever, de direcionar a partir de uma concepção prévia. Porém, se não se observar com atenção e verificar que são conhecimentos diversos, ter-se-á o mesmo planejamento atuando fortemente na reprodução dessa sociedade, ou sendo um conhecimento fundamental também para uma sociedade profundamente transformada – é uma compreensão equivocada, são elementos muito diversos. Tem-se aqui um exemplo da necessidade de supressão dos conhecimentos. No entanto, quando se discute a supressão do conhecimento, se está falando de imediato de outro conhecimento. Talvez uma transformação não tão profunda quanto a produção de conhecimentos novos, todavia já são, de imediato, outros conhecimentos.

Por sua vez, em relação à necessidade de produção de conhecimentos novos, se anteriormente falou-se dos conhecimentos da área agrícola como conhecimentos significativamente históricos, bastante alinhados aos interesses hegemônicos, é também desta área que trazemos um exemplo da produção de um conhecimento novo. Ao longo da tese citou-se a *Agricultura Sintrópica* como possibilitando a geração de um verdadeiro choque teórico, quando confrontada com os conhecimentos tradicionais da área agrícola.

É uma concepção completamente diferente de agricultura, quando comparada com a concepção hegemônica de agricultura. Trata-se de uma forma de produzir alimentos recuperando o solo e, inclusive, as florestas. São plantados alimentos junto com diversas outras plantas, dentre as quais, árvores das mais diversas espécies, ciclos de vida e extratos (alturas e necessidade de exposição ao sol). Essas plantas, ou uma parte delas, são podadas anualmente, o que gera informação de produção e de crescimento, favorecendo a produção de frutos, grãos, tubérculos, dentre outros. A adubação e a recuperação do solo ocorrem preponderantemente a partir das podas anuais, formando farta matéria orgânica no solo, bem como ocorre uma significativa reprodução e aumento da diversidade de micro-organismos com essa cobertura do solo realizada com folhas, galhos e troncos. Esses micro-organismos geram simbioses com as plantas, auxiliando no crescimento e na disponibilização de nutrientes. Não há necessidade de agrotóxicos, porque a diversidade de plantas, em diversos extratos, reproduz o ambiente natural onde essas plantas estariam, bem como essa diversidade e complexidade de vida gera um ambiente equilibrado, não havendo pragas e doenças nas plantas, ou sendo muito reduzida a presença dessas.

De forma mais recente, tem sido concebidas e produzidas máquinas específicas para o trabalho neste modelo de agricultura, possibilitando a produção em larga escala. Se, por um lado, é algo relevante, gerador de possibilidades, por outro, requerer a discussão sobre qual modelo de produção e de sociedade se deseja, sobre como a sociedade irá se apropriar coletivamente desta conquista humana – trata-se de conhecimento científico e de técnica produtiva, que pode ser novamente apropriada pelo capital, podendo vir a ser atrelada uma produção mais sustentável com a alienação e a degradação do ser humano.

Verifica-se, na *Agricultura Sintrópica*, o exemplo da produção de um conhecimento novo, podendo ser uma possibilidade que surge para suplantiar um conhecimento que se tornou obsoleto, frente ao que se espera de uma sociedade profundamente transformada.

É imprescindível que a busca pela compreensão da realidade na sua concretude, no movimento dialético, direcione de imediato também para a produção de conhecimentos novos, de conhecimentos outros. Uma sociedade profundamente transformada requerer novas formas de produção, de relação dos seres humanos com a natureza, de vida coletiva e, portanto, também é fundamental que novos conhecimentos sejam produzidos.

Ao se analisar a realidade de maneira ampla, para além dos exemplos citados até aqui, utilizados para facilitar a elucidação das questões em discussão, bem como para fazer a associação entre a realidade e a teoria em exposição e em construção, verifica-se que todo o conhecimento posto, hegemônico, atua fortemente na reprodução da realidade, até por se tratar de uma sociedade constituída e que vem se perpetuando; é preciso que esse processo ocorra de alguma forma. Compõem a realidade uma complexidade de elementos, tais como as formas de produção, as maneiras de estruturação e de organização da sociedade, as relações constitutivas dos indivíduos em sociedade, as concepções de mundo, as ideologias, dentre inúmeros outros. Trata-se de um tempo histórico que se reproduz, que se amplia, e que também atua gerando possibilidades para a sua própria transformação ou superação – ao se observar a realidade na sua totalidade, verifica-se, portanto, a existência de todo um modo de ser e de atuar que constitui, que reproduz, que faz determinado tempo histórico. O conhecimento compõe essa complexidade constitutiva da realidade, atuando na sua reprodução, na ampliação dessa mesma realidade, e também gerando contradições e tensões que podem contribuir para a dissolução dessa própria forma histórica de vida. Portanto, assevera-se, o conhecimento está carregado de historicidade, de sociedade, de determinada maneira de vida. O conhecimento é sempre uma relação do ser humano com a realidade, que se realiza em determinado tempo histórico e que envolve possibilidades, escolhas, leituras de

mundo, forças em disputa, dentre inúmeros outros aspectos. Há uma imbricada e dialética relação entre o conhecimento e a realidade histórico-social.

Demonstrou-se nesta tese, de forma reiterada que: a forma de produção utilizada atua significativamente na reprodução de determinada realidade histórico-social; a ciência e a tecnologia também atuam fortemente na reprodução de determinada forma de sociedade e na conformação dos indivíduos a essa realidade; os produtos também atuam desta mesma forma; a formação de necessidades ou a não formação de necessidades são fundamentais para determinada constituição dos indivíduos em cada tempo histórico; portanto, a partir de todos esses elementos reprodutores da realidade, verifica-se inviável pensar outra realidade social, profundamente transformada, se não forem concebidas e implementadas transformações na realidade posta, na realidade presente, para que essas transformações atuem/contribuem para o revolucionamento da sociedade. Referimo-nos a aspectos como: que a educação não se limite a transmitir os conhecimentos postos e que são altamente reprodutores da realidade; a necessidade de outra organização e atuação política dos trabalhadores; e também outra forma dos trabalhadores se organizarem e de atuarem produtivamente, mesmo que embrionariamente, dentre inúmeros outros aspectos que poderiam ser evidenciados.

No âmbito da teoria de Marx, especificamente como proposta educacional a ser realizada através da escola, o autor não defendeu que os trabalhadores tivessem acesso à compreensão da realidade na sua concretude – considera-se que, em decorrência de limitantes histórico-sociais, não fez esta proposta, bem como por visualizar uma atuação política proeminente naquele período que poderia atuar nessa perspectiva –, entretanto, juntamente com a busca pela profunda transformação da realidade social, esse foi o seu principal propósito de vida; toda a sua trajetória de produção teórica e de intervenção na realidade social foi direcionada à apreensão da realidade na sua concretude, subsidiando os trabalhadores desta forma. O próprio autor reforça, inclusive, a importância desta questão, no posfácio da segunda edição de *O Capital*.

Entretanto, algo que se evidencia na obra de Marx é que, apesar de o autor apontar como elemento central a necessidade de apropriação da realidade pelo intelecto dos indivíduos que compõem a classe trabalhadora – a apropriação subjetiva da dialética presente na realidade material e histórica –, identifica-se que, em alguns dos seus textos mais iniciais, de forma contraditória, o autor tributa como elemento central a essa apropriação a própria degradação gerada pela sociedade capitalista, a agudeza das contradições sociais, e não o papel educativo, de constituição dos indivíduos pelos indivíduos. Dentre outros aspectos, aponta-se como contraditória, pelo fato de que: a vida do autor foi dedicada a uma produção

teórica que explicasse a sociedade capitalista, com vistas a dar subsídios à classe trabalhadora para a compreensão da realidade e das suas contradições; em decorrência de o autor ter dado significativo destaque à função do partido político comunista na organização e na constituição dos indivíduos que compõem a classe trabalhadora; e também por ter evidenciado a função da vanguarda da classe trabalhadora na liderança revolucionária e na constituição dos indivíduos que compõem essa classe social.

A partir desta análise, verifica-se que, se em determinados momentos Marx atuou de maneira estritamente dialética com vistas ao revolucionamento da sociedade, conforme apontado no parágrafo anterior, ou seja, dando a justa medida aos diversos elementos transformadores da realidade, por outro lado, em determinadas elaborações teóricas, o autor apresenta uma cisão no que tange à dialética, minimizando o protagonismo dos indivíduos na constituição da realidade e na constituição dos próprios indivíduos – ressalta-se, no que se refere à constituição de uma sociedade revolucionada, profundamente transformada.

Verifica-se a existência de um conflito que permeou por um longo período as obras do autor. Por sua vez, nas suas obras mais tardias, o autor foi transformando a sua leitura da realidade e também os seus textos, evidenciando que as contradições e o devir histórico não se direcionariam inevitavelmente para um único resultado, bem como passou a ganhar protagonismo com vistas à transformação dos indivíduos, a apreensão da realidade pelo intelecto, a apreensão da dialética constituinte da realidade, podendo essa apreensão suscitar atuações transformadoras.

A existência deste conflito é decorrente, a nosso ver, de aspectos relevantes vivenciados pelo autor no seu tempo histórico, tais como: pela necessidade teórica e prática de romper com a dialética hegeliana, e também a defendida por outros filósofos, que definia a representação da realidade presente nas consciências como a constituinte da própria realidade material, histórica e social, ou, então, de que haveria um espírito universal como o condutor da história; imediatamente relacionado a este ponto, identifica-se a necessidade que se fez sentir da elaboração epistemológica e metodológica do materialismo histórico e dialético, e a busca em apreender a forma de constituição dos indivíduos e da própria realidade material, histórico-social, a partir deste referencial; e também por Marx buscar e identificar, nos exemplos históricos – a exemplo da transição do feudalismo ao capitalismo –, a transformação material como a constituinte dos indivíduos e, esta sendo a propulsora novamente da própria transformação da realidade. Trata-se de questão fundamental quando se refere à constituição dos indivíduos em determinada realidade social em transformação.

Especificamente sobre o último ponto elencado no parágrafo anterior, cabe uma observação mais atenta. Verifica-se que esta última leitura será válida na perspectiva da construção de outra sociedade, profundamente transformada, em especial se houver elementos transformativos da realidade em curso, atuando na constituição de outra realidade. Se outra realidade começar a germinar, a ser construída, ela será, também, constituinte de novos indivíduos em sociedade, e também de uma realidade que possivelmente se direcione a uma transformação mais profunda. Todavia, aí está o tilintar, a faísca histórica entre a identificação da própria realidade posta como a constituinte de outra sociedade, ou, por outro lado, o germinar da constituição de outra sociedade, a partir das condições materiais e da atuação efetiva nessa direção, como o constituinte de indivíduos transformados e em transformação, e também de uma sociedade que se direcione a uma transformação mais profunda, ou mesmo revolucionada.

Ao se expressar artisticamente a realidade, poderíamos dizer que aí está a mágica da dialética, ou, em outros termos, aí está a expressão da complexidade da transformação da realidade, ao se buscar apreender a realidade social e a sua transformação revolucionária na perspectiva científica do materialismo histórico e dialético – elementos que expressam o pender para um lado, para a reprodução da realidade, ou para outro, para a sua transformação¹¹³.

Nesta análise, em que se aborda a transformação revolucionária da sociedade, apresenta-se a máxima expressão da dialética, em que os indivíduos são constituintes dos indivíduos e da realidade, assim como a realidade é constituinte dos indivíduos. Uma realidade que começa a ser transformada por determinado grupo social constituirá indivíduos também transformados, podendo também se direcionar para uma transformação mais profunda da própria realidade social.

Verifica-se, por sua vez, que a própria expansão e a transformação da realidade, elaborada com a finalidade mesma de reproduzi-la, gera contradições, tensionamentos ampliados e também subsídios materiais que contribuem, muitas vezes de forma fundamental, para a constituição de outra realidade. Todavia, identifica-se que não são elementos suficientes para considerá-los como os únicos geradores de uma sociedade revolucionada, em especial quando da análise da sociedade capitalista e sua complexidade no atual tempo

¹¹³ Usa-se a designação “mágica” de forma artística, visando expressar a realidade, pelo fato de este termo representar socialmente uma miríade de significados, tais como, a complexidade, a revelação, e mesmo o encantamento.

histórico, isso porque, ao mesmo tempo em que a realidade transformada pela expansão dos elementos do capitalismo e as suas contradições proporcionam subsídios materiais e impulsos transformadores, de outro lado os grupos hegemônicos e a sociedade capitalista como um todo – toda a materialidade e a objetividade social, tais como a força produtiva, a ciência e a tecnologia, os produtos em uso no atual tempo histórico, a formação ou não de necessidades, dentre outros aspectos – atuam amplamente em sentido contrário, atuam corroborando na constituição de indivíduos favoráveis a essa mesma sociedade e à sua reprodução, ou, ainda, na ampliação das forças sociais que estão a seu serviço.

Reforça-se a necessidade de compreensão da dialética na sua máxima complexidade, sem cisões entre a realidade como a constituinte dos indivíduos e os indivíduos como constituintes da realidade, ou seja, analisando a justa medida da influência de ambos os eixos na constituição social e humana em determinado tempo histórico. Essa relação pode se direcionar para a reprodução da realidade social, o que inclui mudanças muito tênues na realidade posta, ou ainda, para um rompimento, para uma transformação revolucionária.

Ao ser abordada a constituição do ser humano na relação com os elementos humanizadores, a sua vida e atuação em sociedade, juntamente com a consciência como um elemento fundamental do viver e do constituir-se como ser humano, se está abordando a relação entre a materialidade histórico-social e a consciência; porém, ao ser direcionado o olhar apenas a esta última, e ainda mais especificamente para a intervenção na realidade, visando a transformação das consciências, também se está abordando a relação entre a materialidade e a objetividade social. Em outros termos, a consciência dos indivíduos é uma objetividade social que influi sobre a realidade material e histórica. Por sua vez, a intervenção na realidade para alterar as consciências é também uma atuação material/objetiva e histórica, que afeta novamente a própria realidade. Trata-se da dialética, do movimento da realidade, apreendido por outro ângulo.

Conforme se demonstrou nesta tese, a sociedade posta atua em toda a sua expressão constituindo os indivíduos aos seus interesses e buscando reproduzir a própria realidade. Nessa mesma direção, por mais que a desigualdade social, o sofrimento, uma vida tutelada pelo capital, possam, de alguma forma, ser propulsores da transformação da realidade, se observa que mesmo esse sofrimento e essa forma de vida degradante podem ter uma importância relativa no que se refere propriamente à transformação da realidade social, não resultando em um processo revolucionário, em decorrência dos elementos constitutivos e formativos da própria realidade em curso, ou ainda, por outros termos, pelo fato de a própria realidade, na sua totalidade, atuar significativamente na conformação dos indivíduos à

sociedade posta. Portanto, o movimento transformador da realidade, a dialética que se move para uma realidade transformada, e não para a reprodução da realidade atual, envolve, em grande medida, a intervenção material na constituição das consciências e a transformação objetiva dessas – envolve a constituição dos seres humanos pelos seres humanos, visando à construção de outra sociedade. E como a realidade material se transforma também pela intervenção material, é fundamental, da mesma maneira, a obtenção de uma força transformadora da realidade de outra ordem; portanto, é fundamental a intervenção na realidade pela classe trabalhadora, de forma coletiva e organizada.

Sistematiza-se, portanto, inicialmente, dois aspectos que se mostram imprescindíveis para a construção de outra sociedade: a atuação efetiva na constituição dos indivíduos – educar para a construção de outros indivíduos e de outra sociedade, com conhecimentos outros; e também a organização e a atuação política dos indivíduos sociais, visando formar uma força interventiva de outra ordem, assim como uma nova hegemonia, que atue na profunda transformação da realidade. De forma gradativa, ao se avançar nesse processo histórico, também a transformação produtiva e social adquirirá protagonismo na transformação da sociedade. Certamente que essa não é uma ordem exata, estanque; basta ver os movimentos sociais no país e os seus embriões produtivos, bastante diversos dos utilizados pelo capital, todavia, pela característica produtiva contemporânea e hegemônica da sociedade capitalista e pelas necessidades de transposição das amarras impostas pelo capital, verifica-se que possivelmente deva ganhar protagonismo primeiramente a transformação dos indivíduos e as suas formas de organização.

Portanto, ao relacionar a análise teórica aqui elaborada com a Pedagogia Histórico-crítica, verifica-se como relevante ao atual momento histórico a intervenção na realidade a partir de âmbitos fundamentais, tais como: a apreensão da realidade na sua concretude, tão apregoada e elaborada por Marx em determinada perspectiva, por sua vez, tornando esse objetivo o foco principal da educação escolar a ser acessada pela classe trabalhadora; imediatamente relacionado a esse primeiro ponto, faz-se fundamental ter a clareza de que a constituição de um processo revolucionário é também um processo educativo e de constituição de necessidades, a ser construído historicamente; e a necessária atuação política, de organização e também de formação da classe trabalhadora, realizada pela própria classe

trabalhadora, visando construir, de fato, um processo de hegemonia que se contraponha à classe capitalista – o que também é inerente aos trabalhadores da educação¹¹⁴.

Finalizando a exposição deste ciclo de elementos, evidencia-se que, ao se buscar a compreensão da realidade na sua concretude, acompanha, de forma dialética, e também se mostra elemento fundamental a supressão dos conhecimentos postos, conhecimentos que se mostram relevantes para a humanidade, e também a produção de conhecimentos novos, de conhecimentos outros. Uma realidade futura, transformada, requer uma realidade atual em transformação, o que inclui os conhecimentos em uso no atual momento histórico.

¹¹⁴ A partir dos elementos expostos, cabe destacar que se realiza aqui, pouco mais do que um convite à Pedagogia Histórico-crítica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano se constitui historicamente a partir da relação com o outro ser humano, a partir das práticas formais e sistematizadas de educação e também a partir das possibilidades informais de constituição humana, de educação; se constitui a partir do trabalho realizado por cada ser humano ao longo da vida; se constitui pelo conhecimento acumulado por cada geração e que é transmitido entre as gerações; e, ainda, a partir do acesso aos objetos, aos instrumentos e aos elementos culturais acessados. Numa perspectiva ainda mais ampla, verifica-se que toda a realidade em sua complexidade atua na constituição do ser humano, atua constituindo o caráter humano de cada indivíduo. Todavia, o atual tempo histórico se caracteriza por uma realidade contraditória, geradora de possibilidades por um lado e da degradação humana por outro. Ao mesmo tempo em que ocorre a humanização do ser humano, também se trata de uma humanização permitida, tutelada, realizada a partir de uma realidade extremamente desigual: de vida em classes sociais extremamente desiguais e que formam uma extensa arquitetura social; por acessos a realidades de trabalho muito desiguais, muitas das quais significativamente precárias e amplamente alienantes e degradantes do ser humano; e, ainda, pela possibilidade de acesso a ofertas educacionais também extremamente desiguais, dentre muitos outros elementos que poderiam ser citados.

Entretanto, observando-se especificamente o contexto da educação, verifica-se que, mesmo o acesso às oportunidades educacionais consideradas de qualidade no atual tempo histórico, em grande medida não significam a constituição de seres humanos transformados, que compreendam a realidade na sua totalidade e complexidade, e que atuarão com vistas à construção de uma sociedade profundamente transformada, revolucionada, em que todos tenham uma vida de possibilidades e de liberdade, bem como em que todos possam viver a essência humana. O atual tempo histórico realiza uma humanização específica, própria para esse tempo histórico, portanto, voltada à reprodução da realidade e ao atendimento dos interesses hegemônicos.

Nesta relação contraditória de possibilidades alcançadas pela humanidade e também de degradação humana, se insere a ciência e a tecnologia. Ambas foram fundamentais para a constituição humana tal como ela existe no atual tempo histórico. Os seus usos representam possibilidades para a sociedade atual, e também podem existir materialidades e objetividades sociais junto a essas, que são fundamentais para a humanidade no seu devir histórico. No entanto, a ciência e a tecnologia também são a expressão da sociedade atual, com todas as

suas contradições, atuando no atendimento de interesses hegemônicos, no falseamento da realidade, na degradação do ser humano e também na degradação do meio ambiente. Ao longo de uma trajetória histórica, ambas foram fundamentais para a constituição da sociedade capitalista, e continuam sendo para a sua reprodução.

A partir dessa relação contraditória, e também, ao se identificar que uma constituição humana que possibilite a apreensão subjetiva da realidade em toda a sua expressão e complexidade, apreendendo-se também as contradições constituintes dessa realidade, que se realizam historicamente, e ainda, que desperte/crie outras necessidades nos seres humanos, bem como, que viabilize a construção da capacidade teleológica nos seres humanos, de anteverem outras possibilidades históricas de sociedade e de vida, se apresenta como uma forma de constituição do ser humano fundamental para a profunda transformação social, é que se delineou a tese aqui defendida de que o acesso dos trabalhadores à compreensão da realidade na sua concretude, ou em um maior nível de concretude, é questão preponderante, fundamental para o alcance desse objetivo, tendo em vista os elementos educativos especificados anteriormente estarem contidos nesta proposta de apreensão da realidade, ou, ainda, por serem suscitados, ou por poderem ser suscitados, a partir dessa forma de apreensão da realidade.

Por sua vez, quando da análise da Pedagogia Histórico-crítica, verifica-se que, se em determinados momentos é muito evidente a defesa do acesso dos trabalhadores à compreensão da realidade na sua concretude, em outros momentos verifica-se o distanciamento desta proposta, ou um aparente distanciamento, em decorrência da defesa do acesso aos conhecimentos científicos que estão a serviço do capital.

Trata-se de relações que expressam a realidade na sua complexidade e evidenciam a existência de um processo de tensão inerente a esta questão, bem como a tensão com que se defrontam aqueles que buscam uma sociedade profundamente transformada – nesta questão está candente a relação entre a constituição humana construída ao longo do tempo e uma realidade que historicamente demanda ser transformada. Verifica-se que, apesar de a apreensão do conhecimento científico e tecnológico hegemônico estar contida, ou poder estar contida, na compreensão da realidade de forma concreta, no âmbito de qual conhecimento é acessado e no seu caráter qualitativo, se apresentam como propostas muito diversas, podendo, inclusive, suscitar formações humanas muito díspares. Buscar a compreensão da realidade na sua concretude implica atuar com outra epistemologia e também com outra gnosiologia, em relação àquelas utilizadas pela ciência a serviço do capital. Da mesma forma, significa de imediato a transformação do conhecimento posto e que muitas vezes está a serviço dos

interesses hegemônicos – considera-se que este, inclusive, é um dos legados de Karl Marx. O conhecimento produzido pelo capital representa um determinado tempo histórico e em grande medida visa atender determinados interesses, que são, na sua maioria, os interesses dos grupos hegemônicos.

A construção de uma sociedade profundamente transformada requer uma nova constituição humana, muito diversa da realizada pelo capital, que deve ser feita com o acesso a conhecimentos outros. A compreensão da realidade na sua concretude é um conhecimento muito diverso, que possibilita uma compreensão da realidade também diversa daquela possibilitada pelo acesso do conhecimento hegemônico. Para além dessa apreensão da realidade que se está propondo, é fundamental que essa apreensão também suscite a produção de conhecimentos novos, ainda não disponíveis, porém necessários para que uma nova sociedade seja construída.

Ao longo desta tese, defende-se a produção e a utilização de outra ciência; todavia, em que perspectiva realiza-se esta defesa? Primeiramente em relação ao devir histórico, ou seja, que outra ciência se encontre com uma sociedade profundamente transformada. No entanto, a defesa por outra ciência não ocorre apenas nesta perspectiva; verifica-se que a própria compreensão da realidade na sua concretude também deve ser compreendida como uma ciência que vem sendo produzida há séculos, e que precisa receber a devida relevância, bem como é fundamental que seja acessada e apropriada pela classe trabalhadora, e também que deve continuar a ser produzida ao longo do transcurso histórico. No entanto, a defesa de outra ciência também é realizada ainda em outra perspectiva: realiza-se a defesa de que outra ciência seja produzida já no atual tempo histórico, uma ciência que atenda a sociedade a ser construída – outra sociedade requer uma sociedade diversa em construção, com conhecimentos outros. A própria construção da Pedagogia Histórico-crítica é um exemplo nesta perspectiva, ao tratar-se de uma ciência que atua no âmbito educacional, que vem sendo produzida há aproximadamente 40 anos na realidade brasileira e que se propõe a atender os interesses da classe trabalhadora e, também, contribuir para a construção de uma sociedade profundamente transformada; outro exemplo ainda, apresentado ao longo desta tese, é o da *Agricultura Sintrópica*, que também vem sendo construída há aproximadamente 40 anos na realidade brasileira, e que se propõe viabilizar a realização de uma agricultura radicalmente transformada.

No percurso desta tese evidencia-se, de forma enfática, que as contradições existentes na sociedade capitalista não são elementos suficientes para gerar o revolucionamento da sociedade, não se apresentando em grande medida como uma

autoconstituição humana transformadora. A degradação humana pode ser tão ou mais conformadora dos indivíduos e reprodutora da realidade do que transformadora dessa. Destacou-se, ao longo da tese, que as pessoas podem morrer de fome mesmo estando rodeadas por abundante produção de alimentos – uma das formas máximas de expressão da contradição social – sem que isso gere o revolucionamento da sociedade. Verifica-se que uma revolução social é um processo em grande medida educativo, de construção de seres humanos outros, a partir de conhecimentos outros.

Juntamente com outra constituição humana, verifica-se ser fundamental a atuação e a organização política da classe trabalhadora, que possibilite de fato a construção de uma condição de hegemonia capaz de tensionar a realidade capitalista e de viabilizar a construção de uma sociedade diversa, profundamente transformada.

A busca pela compreensão da realidade na sua concretude está em estrita relação com a atuação política dos trabalhadores, de forma coletiva e organizada. Além de ser um dos elementos viabilizadores do acesso a essa forma de compreensão da realidade pelos trabalhadores no atual tempo histórico, traz ao limiar o protagonismo consciente da classe trabalhadora no processo de transformação da realidade social, o que envolve a estrita dialética entre a apreensão da realidade e a atuação transformadora dos trabalhadores, compondo a práxis revolucionária. Pressupõe também o ato, a ação, a sociedade que se visualiza teleologicamente já em construção, a sociedade futura trazida para o presente, mesmo que *in principio*.

O concreto de toda a discussão e análise aqui realizada é uma sociedade diversa, uma vida plena de possibilidades, de liberdade, o que pressupõe uma unicidade entre a compreensão da realidade de forma concreta e a própria vida de forma coletiva, a relação do ser humano com o outro ser humano.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Posições**. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

AMORIM, Rebeca; FERRI, Cássia. Arte e educação integral na concepção histórico-crítica: uma entrevista com Dermeval Saviani. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 26, p. 1-11, jul. 2020. Anual.

BARATA-MOURA, José. **Prática**: para uma aclaração de seu sentido como categoria filosófica. Lisboa, Edições Colibri, 1994.

BARATA-MOURA, José. **Curso: Método, produção do conhecimento e transformação social**: Um estudo das teses de Karl Marx sobre Feuerbach [DVD]. Curitiba: GETET/PPGTE/UTFPR, 2015. DVD: som, imagem, 4 2/4 in.

BOITO JUNIOR, Armando. O lugar da política na teoria marxista da história. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 19, p. 62-81, 2004.

BOITO JUNIOR, Armando. **Marx e a política**. 2019. Curso livre: Marx e os marxismos - realizado pela TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nA6ASmn0BEE&t=432s>. Acesso em: 08 maio 2022.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. O mito do método. **Trabalho apresentado no Seminário de Metodologia Estatística**, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, jan. / fev. 1971.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez/Unesco, 1998. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

DUARTE, Newton. Arte e formação humana em Vigotski e Lukács. In: 31ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31ª., 2008, Caxambu. **Anais GT 17 - Filosofia da educação**. Caxambu: Anped, 2008. p. 1-14.

DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (org.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 33-49.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o "Aprender a aprender"**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria Vigotskiana. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

DUARTE, Newton et al. A Pedagogia histórico-crítica e o marxismo: equívocos de (mais) uma crítica à obra de Dermeval Saviani. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 87-120.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

DUARTE, Newton. A importância da concepção de mundo para a educação escolar: porque a Pedagogia Histórico-crítica não endossa o silêncio de Wittgenstein. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 8-25, jun. 2015.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores Associados, 2016.

DUARTE, Newton. A catarse na didática da pedagogia histórico-crítica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 30, p. 1-23, 2019.

ENGELS, Friedrich. Discurso diante do túmulo de Karl Marx. In: BARATA-MOURA, José et. al. (org.). **Obras Escolhidas em três tomos**. Edições Progresso Lisboa: Moscou, 1982. s.p. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/index.htm>. Acesso em: 28 abr., 2020.

ENGELS, Friedrich. Marx sobre Feuerbach (1845). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007. p. 533-535.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003. FapUNIFESP (SciELO).

GRAMSCI, Antonio. **Il materialismo storico**. Roma: Riuniti, 1977.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRANT, Ted. **Programa da Internacional**. 1970. Disponível em: <http://www.tedgrant.org/portugues/1970/programa-internacional.htm>. Acesso em: 26 out. 2019.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEONTIEV, Alexei Nikolaievich. *Actividad, consciência y personalidad*. Buenos Aires: Ciencias del Hombre, 1978.

LEONTIEV, Alexei Nikolaievich. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARÍAS, Julián. **Introdução à filosofia**. 2. Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1966.

MARKUS, Gyorgy. **Marxismo e Antropologia: o conceito de "essência humana" na filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular – Ediunesc, 2015.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia (Vol. I)**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980. Livro 4 de O Capital.

MARX, Karl. À Redação de "Otietchestvienniie Zapisi". In: FERNANDES, Rubem César (org.). **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 165-168. Tradução de Lúcio F. R. Almeida e Rubem César Fernandes.

MARX, Karl. Instruções aos delegados do conselho central provisório, AIT, 1868. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx e Engels: textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Editora Moraes, 1983. p.59-61.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia** (Vol. III). São Paulo: Difel, 1985. Livro 4 de O Capital.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. 1. Ad Feuerbach (1845). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007. p. 533-535.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

MARX, Karl. Introdução à contribuição à crítica da Economia Política. In: _____. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 239-274.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. 1. ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858 / Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2013a. Livro I: o processo de produção do capital.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: _____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013c. p. 151-163.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844. In: MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015a. p. 237-445.

MARX, Karl. Cadernos de Paris. In: _____. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015b. p. 181-236.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro III: O processo global da produção capitalista.

MARX, Karl. **Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MÉSZAROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MORAES, João Quartim de. A contribuição de Engels à elaboração do marxismo clássico: linguagem, consciência, técnica. In: FERREIRA, Muniz; MORENO, Ricardo; BRANCO, Mauro Castelo (org.). **Friedrich Engels e a ciência contemporânea**. Salvador: Edufba, 2007. p. 147-161.

NETTO, José Paulo. Apresentação: Marx em Paris. In: MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 9-178.

NEVES, Rosa Maria Corrêa das; BORBA, Siomara Moreira Vieira. Primazia do real na construção do conhecimento científico e primazia da teorização na construção de pesquisas científicas: contribuições metodológicas a partir de Miriam Limoeiro Cardoso. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p.429-456, jan. 2015.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Autores Associados, 1990.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 137-151, abr. 2007.

ORSO, Paulino José; MALANCHEN, Julia; CASTANHA, André Paulo (org.). **Pedagogia Histórico-crítica, educação e revolução: 100 anos da revolução russa**. Campinas: Armazém do Ipê, 2017.

PINTO, Alvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Volume I.

ROSE, Steven; ROSE, Hilary. La herencia problemática: Marx y Engels sobre las ciencias naturales. In: _____. (org.). **Economia política de la ciencia**. Sacramento: Editorial Nueva Imagen, S.A., 1979. p. 19-28.

SAVIANI, Dermeval. A filosofia da educação e o problema da inovação em educação. In: GARCIA, Walter (org.). **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. p. 15-29.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João *et al* (org.). **Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, mar. 2003.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l], v. 37, n. 130, p. 99-134, jan. 2007a. Quadrimestre.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007b.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, Pedagogia Histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 223-274.

SAVIANI, Dermeval. Antecedentes, origem e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.). **Pedagogia Histórico-crítica: 30 anos**. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 197-225.

SAVIANI, Dermeval. **Educação em diálogo**. Campinas: Autores Associados, 2011b.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (Org.). **Pedagogia Histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. 1a reimp. Campinas: Autores Associados, 2012a. 1a Edição de 1991.

SAVIANI, Dermeval. História, trabalho e educação: comentário sobre as controvérsias internas ao campo marxista. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (org.). **Pedagogia Histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012b. p. 167-182.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2013a. Primeira edição publicada em 1980.

SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia Histórico-crítica, as lutas e classe e a educação escolar. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, dez. 2013b.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica, educação e revolução. In: ORSO, Paulino José; MALANCHEN, Julia; CASTANHA, André Paulo (org.). **Pedagogia Histórico-crítica, educação e revolução: 100 anos da revolução russa**. Campinas: Armazém do Ipê, 2017. p. 53-71.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2018. 1a edição publicada em set. 1983.

SAVIANI, Dermeval. Consciência social e ação política e ideológica. In: SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2019a. Cap. 12. p. 189-208.

SAVIANI, Dermeval. Como avançar? Desafios teóricos e políticos da Pedagogia Histórico-crítica hoje. In: SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2019b. Cap. 13. p. 209-225.

SAVIANI, Dermeval. Pressupostos gramscianos da Pedagogia Histórico-crítica. In: SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2019c. Cap. 15. p. 245-266.

SCHWEDE, Marcos Aurelio. **A ciência e a tecnologia entre projetos de sociedade em disputa: O caso do IFSC**. 2015. 327 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Tecnologia e Sociedade, Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

STRATHERN, Paul. **O sonho de Mendeleiev: A verdadeira história da química**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

TROTSKY, Leon. Noventa anos do Manifesto Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 159-168.

VYGOTSKI, Lev Semiónovich. **Obras escogidas - III: Problemas del desarrollo de la psique**. Madrid: Machado Nuevo Aprendizaje, 2012.